

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministério da Fazenda

Secretaria do Tesouro Nacional

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1993

1º VOLUME

RELATÓRIO

Brasília, 1994

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA FAZENDA

Presidente da República
Itamar Franco

Ministro da Fazenda
Fernando Henrique Cardoso

Secretário do Tesouro Nacional
Murilo Portugual Filho



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministério da Fazenda

Secretaria do Tesouro Nacional

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1993

1º VOLUME

RELATÓRIO

Brasília, 1994

APRESENTAÇÃO

A prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República deve apresentar, anualmente, ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no Art. 84, inciso XXIV da Constituição Federal de 1988, é elaborada sob a coordenação da Secretaria do Tesouro Nacional.

O Balanço Geral da União, constituído de Balanços e Demonstrativos Orçamentários dos Três Poderes, visa a apresentar o comportamento contábil e a execução financeira dos Orçamentos Fiscal, de Seguridade Social e de Investimentos pelos órgãos e entidades da Administração Pública.

O trabalho tem característica, exclusiva, de contabilidade e controle orçamentário pois, a legalidade e a avaliação de resultado, quanto à eficácia e eficiência dos gastos públicos, ocorre através das tomadas e prestações de contas individuais de cada gestor público, as quais são analisadas pelos órgãos de controle interno (Auditoria) e julgadas posteriormente pelo Tribunal de Contas da União.

Além das demonstrações supra citadas, apresenta-se uma visão abrangente do desempenho da administração pública e da economia, visando melhor situar a execução dos orçamentos e dos programas de governo.

As contas referentes ao exercício de 1993 estão adiante demonstradas em 4 (quatro) volumes.

O primeiro é o Relatório sobre a execução orçamentária e a administração financeira federal e está subdividido nos seguintes capítulos:

I - Notas Explicativas, em complementação às demonstrações contábeis, apresentando os principais critérios adotados no exercício, objetivando facilitar o entendimento dessas demonstrações;

II - Relato sobre a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, cujas demonstrações abrangem o universo da Administração Direta e Indireta do Governo Federal;

III - Balanços Financeiro e Patrimonial da Administração Indireta e dos Fundos Federais;

IV - Política Econômico-Financeira e Desempenho Econômico em 1993, complementada com análises e observações concernentes à administração financeira federal;

V - Atividades do Poder Executivo compreendendo uma descrição analítica das atividades desempenhadas por setor da estrutura administrativa do Poder Executivo Federal, dando ênfase às realizações físicas do orçamento; e

VI - Quadros comparativos e outras informações julgadas relevantes, apresentadas em anexo.

Para conclusão dos trabalhos, no nível e na abrangência apresentados, é importante destacar o apoio dos órgãos e entidades públicas, em especial dos componentes do Sistema de Controle Interno responsáveis, a nível setorial, pela elaboração do Capítulo V.

O segundo volume é composto pelos Balanços da Administração Direta e Demonstrações Orçamentárias em vários níveis.

O terceiro contém as demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Federal, subdividido por Entidades da Administração Indireta (Autarquias, Fundações e Empresas Públicas) e Fundos da Administração Direta.

O quarto volume demonstra a execução do orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

As informações contábeis e orçamentárias constantes do Balanço Geral da União poderão ser consultadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, que permite, ainda, outros critérios de agregação e detalhamento de dados.

A recente decisão da Câmara dos Deputados de aderir ao SIAFI completou o universo dos órgãos que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Com isso, todos os órgãos da Administração Direta dos Três Poderes, as Autarquias, as Fundações e os Fundos estão utilizando o Sistema Contábil da União para efetuarem sua contabilidade própria, exceto o Banco Central do Brasil, que possui sistema próprio - SISBACEN interligado ao setor financeiro, e algumas empresas incluídas no Orçamento Fiscal, que enviam balancetes e execuções orçamentárias mensais para integração.

Com a automatização oferecida pelo SIAFI os órgãos de fiscalização, o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União e o Sistema de Controle Interno têm um instrumento eficaz à disposição para controle de gastos. A filosofia de colocar as informações à disposição dos órgãos de controle pôde ser confirmada durante o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Orçamento, à qual a STN forneceu todos os dados solicitados e que dependiam de apurações especiais no SIAFI. Destaca-se o fato de que todos os Ministérios e as assessorias dos Senhores Congressistas, através de consultas aos próprios terminais, puderam coletar dados que auxiliaram decisivamente na apuração das irregularidades do Orçamento.

As principais dificuldades, com as quais o Sistema de Controle Interno depara-se, estão relacionadas à crescente perda de recursos humanos e à sua atual estrutura.

O quadro de pessoal da Carreira Finanças e Controle tem sofrido perdas expressivas, não só devido às aposentadorias (45 registradas em 1993), como também pela saída de servidores para outras carreiras financeiramente mais atraentes (275 exonerações/vacâncias registradas em 1993). Há que se acrescentar às perdas supracitadas, cerca de 908 servidores se aposentaram de 1988 até o início de 1994.

Visando contornar tais problemas, em abril de 1993, foi realizado concurso para admissão de 500 Técnicos de Finanças e Controle, dos quais, em dezembro, apenas 50,51% dos convocados continuavam em efetivo exercício. No final do ano, encontrava-se em andamento concurso para admissão de 390 Analistas de Finanças e Controle a serem lotados no órgão central.

Considerando que as medidas adotadas não lograram êxito na recomposição do quadro de pessoal, e que a estrutura do Sistema de Controle Interno deve ser revista, foi encaminhada, ao Senhor Presidente da República, proposta de reestruturação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, contendo os seguintes pontos básicos:

1- criação de Secretaria Federal de Controle com o objetivo de acompanhar os programas de governo e avaliar os resultados obtidos pelos gestores públicos;

2- descentralização das ações de controle para as Unidades Regionais permitindo o acompanhamento permanente dos gastos do orçamento;

3- centralização das atividades de auditoria desempenhada pelos Ministérios Civis para permitir melhoria na gestão do Sistema e autonomia de ação do controle;

4- implantação de um Programa Nacional de Controle dos Gastos Públicos, com a criação de indicadores de desempenho;

5- ampliação do quadro de pessoal para permitir uma ação mais tempestiva e abrangente sobre os gastos do orçamento; e

6- criação de mecanismos de participação da sociedade civil na busca de ampliar o raio de ação do controle e verificação dos resultados efetivos dos gastos do orçamento.

Tais medidas, se implementadas, virão contribuir para o processo de revisão dos métodos e procedimentos orçamentários, melhorando o custo-benefício dos programas do orçamento e a transparência das ações de governo.

Ao longo dos últimos anos tem-se procurado aprimorar as peças que compõem esta prestação de contas, tornando-a mais completa. O incremento quantitativo e qualitativo das informações aqui contidas objetiva facilitar o controle das contas públicas e proporcionar maior rapidez às consultas e pedidos de informações do Congresso Nacional. Confirma-se, assim, o propósito de contribuir para a transparência dos gastos públicos como meio de reforçar a democracia brasileira.

MURILO PORTUGAL
Secretário do Tesouro Nacional

I - NOTAS EXPLICATIVAS

1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis que compõem o Balanço Geral da União foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Outras Demonstrações Contábeis julgadas relevantes foram inseridas nos Volumes II e III, a fim de proporcionar maior transparência das atividades do Setor Público Federal e de atender maior número de usuários das informações governamentais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir da utilização dos recursos consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social a favor dos ministérios ou órgãos equivalentes, e entidades da administração indireta (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista) inclusive as transferências para aplicação nos fundos especiais.

As demonstrações contábeis da administração indireta, são identificadas através da denominação própria de cada órgão/gestão e contêm todas as entidades federais representadas pelas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista inclusas na Lei do Orçamento. As empresas de economia mista que não compõem a Lei de Meios, são registradas como participação societária em cada ministério ou órgão equivalente de vinculação. Também fazem parte do Volume III, os fundos especiais, sejam eles geridos por órgãos e/ou ministérios da administração direta ou entidades da administração indireta.

Essas demonstrações estão dispostas, segundo os seguintes critérios:

a) as demonstrações individualizadas independem do órgão executante, no caso dos fundos especiais;

b) as demonstrações consolidadas por órgão contêm todas as gestões por ele executadas;

c) as demonstrações das empresas públicas foram inseridas no Volume III, à exceção daquelas que têm no seu capital participação de terceiros;

d) as sociedades de economia mista que compõem a Lei do Orçamento; e,

e) a participação societária da União nas Empresas de Economia Mista que não compõem a Lei do Orçamento, fazem parte do Volume II - (pág.56/110).

As demonstrações contábeis dos fundos da administração direta e indireta foram individualizadas por gestão nos Balanços Financeiro e Patrimonial constantes do Volume III.

Considera-se gestão, para efeito de interpretação das demonstrações contábeis, a parcela do patrimônio gerido dentro do universo público, sujeita a tomada ou prestação de contas, nos

termos do princípio contábil da entidade, descrito no item nº 01 da Resolução nº 530/81, de 23/10/81, do CFC.

a) Gestão "Orçamento Fiscal e da Seguridade Social" é a parcela do patrimônio público gerida pela administração direta (Ministérios e Secretarias da Presidência) e indireta (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Fundos e Sociedades de Economia Mista) que integram a Lei do Orçamento da União, nº 8.652, de 29 de abril de 1993.

2 - DIRETRIZES CONTÁBEIS

Na "Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social" foi utilizado o regime de caixa para as receitas e o de competência para as despesas, de acordo com o artigo 35, da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Patrimonial Consolidado da União inclui os balanços das administrações direta e indireta exceto empresas públicas e sociedades de economia mista não constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

3 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATIVO

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor de realização. Na "Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social" não foi utilizado o critério de exclusão de valores prescritos ou da provisão para perdas prováveis.

Os direitos relativos a Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo à exceção da Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo custo de aquisição. Na "Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social" foi utilizado, parcialmente, o critério de provisão para perdas prováveis apenas para as empresas públicas e de economia mista.

Os direitos relativos à Dívida Ativa da União foram avaliados pelo custo de aquisição corrigido para 31/12/93 pela TR mensal.

Os direitos classificados em Investimentos, à exceção de participações societárias, foram avaliados pelo custo de aquisição corrigido para a valorização em 31/12/93. Na "Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social" foi utilizado, parcialmente, o critério de provisão para perdas prováveis.

Os direitos classificados no Ativo Imobilizado foram avaliados pelos seguintes critérios:

a) A reavaliação procedida pelo DPU teve como base a variação do INPC até novembro/93 e foi destinada aos imóveis da gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social cujas unidades gestoras não tenham adotado esse procedimento;

b) A reavaliação efetuada pelo Sistema para os imóveis obedeceu aos seguintes critérios:

b.1 - o valor do imóvel foi igual a soma do valor do terreno com o valor da benfeitoria (construção)

V = Vtu + Vbt

b.2 - o valor do terreno foi obtido pela multiplicação da área do terreno pelo valor do m2 (metro quadrado).

Vtu = Atu x Vo

b.2.1 - o valor do Vo utilizado é a média por município em causa.

b.2.1.1 - para a área do terreno inferior a 10.000 m2, foi usado valor médio de gleba.

b.2.2 - quando a área do terreno foi superior a 10.000 m2, o valor obtido no item c2, foi desvalorizado pela aplicação de um fator de gleba. Assim:

Vtu = Atu X Vgb x Fgbx

- O Fator de Gleba foi obtido diretamente ou através de interpolação, da tabela, em função da área.

b.3 - O valor da benfeitoria foi obtido pela multiplicação do Custo de Reprodução da Benfeitoria (R) por um fator de depreciação.

4 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO

As obrigações classificadas em Depósitos foram avaliadas pelo valor de realização em 31/12/93.

As obrigações classificadas em Circulação foram avaliadas pelo valor atualizado em 31/12/93.

As obrigações classificadas em Empréstimos e Financiamentos e em Exigíveis a Longo Prazo foram avaliadas pelo valor atualizado em 31/12/93.

5 - EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Os efeitos inflacionários, em função da perda do poder aquisitivo da moeda, não foram reconhecidos na sua plenitude, tendo em vista a ausência de uniformidade na aplicação dos princípios da correção monetária e da prudência na "Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social" relativa aos órgãos e ministérios da administração direta.

No Ativo Permanente, os Investimentos e os Bens Imóveis foram corrigidos pelo valor das participações em 31/12/93 e pela atualização do valor nominal conforme descrição do item 3.

Apenas os Bens Móveis permaneceram com seus valores nominalmente registrados por ocasião de suas aquisições.

6 - TAXA DE CONVERSÃO DE MOEDA

As demonstrações contábeis dos órgãos com unidade no exterior, foram convertidas para a moeda nacional da seguinte forma:

Todas as demonstrações, à exceção do Balanço Patrimonial apresentam-se convertidas para o cruzeiro real pela taxa média mensal por órgão/gestão, em função dos recursos financeiros transferidos as suas unidades no exterior.

O Balanço Patrimonial foi convertido à taxa do dólar de Cr$ 326,0000000.

7 - DISPOSIÇÃO DA RECEITA E DESPESA

Na demonstração da receita e da despesa por unidade da federação e por região da Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e que consta apenas dos anexos - volume I, foram utilizados os seguintes critérios:

A identificação da receita local ou da receita regional foi feita com base na praça onde o DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais foi autenticado. Foi considerada a praça de Brasília para a colocação de Títulos Públicos Federais, e da Remuneração de Depósitos do Governo Federal; e

A identificação da despesa local ou da despesa regional, se deu através da identificação da unidade da federação de cada credor dos empenhos emitidos pela administração direta e indireta "Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social". Portanto, as despesas de Operações de Crédito Internas foram excluídas da demonstração por descaracterizarem os dados apresentados.

8 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

As operações ocorridas no exercício de 1993, relativas aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores, foram registradas como " Ajustes do Patrimônio/Capital" e transferidas para o Patrimônio ou para o Resultado Acumulado, por ocasião do encerramento do exercício.

9 - RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar não processados estão representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados do exercício de 1993, mas registrados como despesas nos termos da Lei 4.320/64;

Os restos a pagar processados estão representados pelos demais saldos credores das obrigações correspondentes.

10 - RESULTADO PATRIMONIAL DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

O Superávit Patrimonial da "Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social" apurado no exercício, decorreu basicamente da incorporação das terras indígenas administradas pela FUNAI e dos registros dos créditos da União, junto aos Estados e Municípios por avais honrados.

11 - MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA

Este título que aparece nas demonstrações da Execução da Despesa demonstra os seguintes fatos orçamentários:

a) Descentratização Externa de Créditos Concedidos e Recebidos;

b) Descentralização Interna de Créditos Concedidos e Recebidos;

c) Outras Descentralizações de Créditos:

c.1 - créditos recebidos e concedidos por fusão/cisão/extinção;

c.2 - créditos por compensação - disponível;

c.3 - outras movimentações.

Os créditos concedidos e recebidos são movimentações orçamentárias entre os órgãos da administração direta e indireta, não alterando o orçamento no nível de execução, visto que estas movimentações se fazem sempre com a integridade da célula orçamentária, mantendo a mesma composição no recebedor.

As Provisões são movimentações orçamentárias internas em cada órgão e ou entidade, entre suas unidades gestoras, conservando da mesma forma que o crédito descentralizado, a integridade da célula orçamentária movimentada.

Entretanto, relativamente às provisões concedidas e recebidas entre órgãos que possuem unidades gestoras no exterior, ocorre o seguinte fato:

a) As transferências orçamentárias e financeiras se realizam em momentos diferentes, e portanto, com taxas cambiais distintas, gerando pois, Provisões Recebidas maiores que Provisões Concedidas (variação da taxa média do dólar do dia da remessa financeira contra a taxa da remessa orçamentária).

b) Esta distorção orçamentária ocorre porque a execução do orçamento é feita em dólar pelas Unidades Gestoras no Exterior enquanto o orçamento é fixado em cruzeiro real.

12 - CÉLULAS NEGATIVAS

A coluna de Disponibilidade constante nos relatórios da execução da despesa e ou crédito autorizado é composta da Lei Inicial nº 8.652, de 29/04/93 mais os créditos autorizados por leis durante o exercício.

A ocorrência de células orçamentárias negativas em alguns órgãos/ministérios e entidades quando decorrente de realização a maior que o crédito autorizado em Lei, foram conseqüentemente inscritos em diversos responsáveis.

13 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

A partir deste exercício as demonstrações contábeis refletem conjuntamente todos os órgãos e entidades constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Nas demonstrações de contas - Operações de Crédito Internas e Externas foram considerados os valores registrados em Operações de Créditos a Curto e a Longo Prazo.

No consolidado por órgão, no Balanço Financeiro, quando há a ocorrência de contas com saldos ora positivos ora negativos é mantido o saldo líquido.

As divergências existentes nos valores dos saldos que passaram em 1992 e os reabertos no início de 1993 deve-se a utilização de uma menor taxa cambial para o mês de abertura, dolar de US$ 12,0000 e uma maior taxa de conversão cambial do mês de encerramento, dólar de US$ 12106,0000.

Além disso, houve diferenças provenientes da conversão cambial nos órgão com unidades gestoras no exterior além da mudança de moeda que gerou pequenas divergências.

Nos relatórios da Execução Orçamentária constantes do vol. II quando ocorrem valores referentes a Caixa Econômica Federal, trata-se do Fundo de Compensações e Variações Salariais e/ou do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

Quanto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social trata-se dos dados relativos ao FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia em um período estático a movimentação financeira do órgão/entidade. Demonstra os ingressos, o saldo do exercício anterior, os dispêndios e o saldo financeiro disponível para o exercício seguinte.

Balanço Patrimonial é a demonstração que evidencia numa situação estática, as contas representativas de bens, direitos, obrigações e o saldo patrimonial positivo e/ou negativo.

Ativo Financeiro contém os recursos pecuniários provenientes da execução orçamentária da receita e de outros valores adiantados a terceiros, ou recolhidos por estes a título de depósito, cauções, garantias, etc.

Passivo Financeiro registra as obrigações provenientes da execução orçamentária da despesa e de outros valores recolhidos por terceiros e não pagos, ou devolvidos até o final do exercício financeiro.

II - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E OS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

1 - ORÇAMENTO AUTORIZADO

O orçamento do exercício financeiro de 1993 teve seus valores consignados na Lei nº 8.652, de 29.04.93, que estimou o valor das receitas que compõem as fontes do Tesouro Nacional em CR$ 13.243.731 milhões e fixou a despesa por órgão em igual montante.

No mesmo dispositivo legal, ficou consignada a quantia de CR$ 652.275 milhões para as entidades da administração indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excluídas as transferências do Tesouro Nacional.

Do montante de CR$ 13.896.006 milhões, a receita de CR$ 13.243.731 milhões foi estimada com base nas fontes de recursos da arrecadação do Tesouro Nacional, e a de CR$ 652.275 milhões, com base em outras fontes.

A Lei Orçamentária (8.652/93) compreendeu os seguintes Orçamentos da União:

- Orçamento Fiscal: incluídos os Poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pela União. Compreende, também, as empresas públicas e sociedades de economia mista em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam destas quaisquer recursos que não sejam provenientes de participação acionária, pagamento de serviços prestados e transferências para aplicação em programas de financiamento; e

- Orçamento da Seguridade Social: incluídos todos os órgãos e entidades a quem compete executar ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, quer sejam da Administração Direta ou Indireta, bem como seus fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; inclui também, os demais projetos ou atividades, não integrantes do programa de trabalho dos órgãos e entidades acima relacionados, que envolvam ações referentes às áreas de saúde, previdência e assistência social.

- O Orçamento de Investimento: inclui o orçamento de Investimentos das Empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Nesse exercício de 1993, mudou-se no SIAFI o conceito de gestão para a execução das despesas da união para efeito orçamentário, financeiro e patrimonial dos órgãos que compõem a Lei de Meios e que fazem parte das esferas fiscal e da seguridade social.

Nesse novo conceito a gestão abrange todos os órgãos e entidades que compõem o orçamento visando demonstrar todo o universo da administração federal. Para tanto, torna-se necessário identificar as transferências intragovernamentais para efeito de análise das informações.

Essas transferências são identificadas pela correspondência necessária que deve haver entre Receitas de Transferências, Correntes e de Capital e Despesas de Transferências, Correntes e de Capital.

A divergência demonstrada entre as mesmas se deve ao fato de haver transferências intragovernamentais a entidades fora do orçamento fiscal e da seguridade social. Nessa situação não houve a respectiva correspondência das Receitas de Transferências.

São as seguintes entidades que receberam transferência do orçamento estando fora do mesmo:

a) Partidos Políticos;

b) Financiadora de Estudos e Projetos;

c) Fundação Habitacional do Exército;

d) Fundação Osório;

e) Indústria de Material Bélico;

f) Cia Docas de Maranhão;

g) Cia Docas do Ceará;

h) Cia Docas do Pará;

i) Cia Docas do Rio Grande do Norte;

j) Cia Docas da Bahia;

l) Cia Docas do Espírito Santo;

m) Cia Docas do Rio de Janeiro;

n) Cia Docas de São Paulo; e

o) Rede Ferroviária Federal;

Em função dessa situação os dados apresentados pelo SIAFI e que refletem a alocação orçamentária da Lei mais os créditos adicionais para análise, precisam ser depurados das transferências intragovernamentais para refletir somente a aplicação direta e as transferências intergovernamentais do orçamento.

Assim os Balanços que refletem a realidade orçamentária na sua execução, passaram a ter nova forma de apresentação, especificando sinteticamente essas transferências.

Gestão "Orçamento Fiscal e da Seguridade Social" é portanto a parcela do patrimônio público gerida pela administração direta (Ministérios e Secretarias da Presidência) e indireta (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Fundos e Sociedades de Economia Mista) que integraram a Lei do Orçamento da União, nº 8.652, de 29 de abril de 1993.

Do valor consignado na Lei, Cr$ 11.420.405 milhões referem-se ao orçamento fiscal, enquanto que Cr$ 2.475.601 milhões referem-se ao orçamento da Seguridade Social, perfazendo Cr$ 13.896.006 milhões.

Destes, Cr$ 13.243.731 milhões são recursos oriundos do Tesouro Nacional, enquanto que CR$ 652.275 são oriundos de Outras Fontes.

Recursos de Todas as Fontes e Tranferências - CR$ milhões

RESUMO GERAL DA RECEITA	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	3.937.586	517.727	4.455.312
Receita Tributária	1.684.432	-	1.684.432
Receita de Contribuições	1.901.014	13.889	1.914.903
Receita Patrimonial	297.319	172.236	469.555
Receita Agropecuária	59	3.640	3.699
Receita Industrial	985	3.095	4.080
Receita de Serviços	11.143	226.991	238.134
Transf. Correntes	727	27.704	28.431
Outras Receitas Correntes	41.906	70.171	112.077
RECEITAS DE CAPITAL	9.306.146	134.548	9.440.694
Operações de Crédito	8.373.015	80.933	8.453.948
Alineação de Bens	241	36.832	37.073
Amortização de Empréstimos	215.667	14.845	230.512
Transf. de Capital	2.633	1.642	4.275
Outras Receitas de Capital	714.590	296	714.886
T O T A L	13.243.731	652.275	13.896.006

Os recursos do Tesouro Nacional estão assim distribuídos:

Fiscal - CR$ 11.155.666 milhões.
Seguridade - CR$ 2.088.065 milhões.

Os recursos de Outras Fontes, estão assim distribuídos:

Fiscal - CR$ 544.293 milhões.
Seguridade - CR$ 107.982 milhões.

Recursos de Todas as Fontes

CR$ milhões

RESUMO GERAL DA DESPESA	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	3.972.256	308.078	4.280.334
Pessoal e Enc. Sociais	682.432	35.071	717.502
Juros e Enc. da Dívida	599.056	3.271	602.327
Outras Despesas Correntes	2.690.768	269.736	2.960.504
DESPESAS DE CAPITAL	9.201.465	344.197	9.545.662
Investimentos	652.822	111.624	764.446
Inversões Financeiras	531.499	189.722	721.221
Amortização Dívida	7.997.977	42.787	8.040.763
Outras Despesas de Capital	19.167	64	19.231
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.011	-	70.011
T O T A L	13.243.731	652.275	13.896.003

As despesas da união, consignadas no orçamento inicial foram distribuídas por esferas, conforme quadros abaixo:

CR$ milhões

RESUMO GERAL DA DESPESA FISCAL	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	2.015.255	205.554	2.220.809
Pessoal e Enc. Sociais	355.406	31.436	386.842
Juros e Enc. da Dívida	592.067	2.892	594.959
Outras Despesas Correntes	1.067.782	171.226	1.239.008
DESPESAS DE CAPITAL	8.837.385	338.739	9.176.124
Investimentos	378.208	107.207	485.415
Inversões Financeiras	444.001	188.994	632.995
Amortização Dívida	7.996.266	42.474	8.038.740
Outras Despesas de Capital	18.910	64	18.974
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.473	-	23.473
T O T A L	10.876.113	544.293	11.420.406

CR$ milhões

RESUMO GERAL DA DESPESA SEGURIDADE	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	1.957.001	102.524	2.059.525
Pessoal e Enc. Sociais	327.026	3.634	330.660
Juros e Enc. da Dívida	6.989	379	7.368
Outras Despesas Correntes	1.622.986	98.511	1.721.497
DESPESAS DE CAPITAL	364.080	5.458	369.538
Investimentos	274.614	4.417	279.031
Inversões Financeiras	87.498	728	88.226
Amortização da Dívida	1.711	313	2.024
Outras Despesas de Capital	257	-	257
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	46.538	-	46.538
TOTAL	2.367.619	107.982	2.475.601

1.1 - CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS

Mediante autorização da própria Lei do Orçamento para 1993 (nº 8.652, de 29.04.93), ficou o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares para cumprir a execução orçamentária do exercício, mediante a utilização dos seguintes recursos:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em Lei, desde que não ultrapasse em mais de 20% o valor autorizado na Lei 8.652, de 29.04.93, para cada subprojeto ou da subatividade, objeto da anulação;

b) da Reserva de Contingência;

c) de variação monetária e cambial de operações de crédito desde que a operação já esteja indicada como fonte de crédito, subprojeto ou subatividade no QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa;

d) de excesso de arrecadação, observado o limite da efetiva arrecadação de caixa do exercício;

e) abrir créditos suplementares, utilizando como fonte a definida no parágrafo 3º do art. 43 da Lei 4.320, de 1964, para dotações referentes a:

e.1) transferências constitucionais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos casos em que a lei determina a entrega dos recursos de forma automática;

e.2) transferências aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27.09.89; e

e.3) transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.019, de 11.04.90, bem como as demais aplicações com recursos de que trata o art. 239 da Constituição Federal.

Para alcançar o valor necessário à execução orçamentária do exercício, o Poder Executivo utilizou como suporte para abertura de crédito, a autorização outorgada pelos instrumentos legais constantes dos anexos deste relatório.

O montante líquido suplementado atingiu a cifra de Cr$ 5.851.794 milhões, resultante das seguintes especificações:

CR$ milhões

(+) Abertura de Créditos Suplementares	5.298.525
(+) Abertura de Créditos Especiais	492.500
(+) Abertura de Créditos Extraordinários	60.769
Suplementação Líquida	5.851.794

1.2 - CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS

Os créditos especiais e extraordinários autorizados por leis específicas e abertos e reabertos por decretos do Poder Executivo alcançaram o montante líquido de Cr$ 553.269 milhões. Os órgãos contemplados e a composição dos mesmos estão dispostos nos anexos, ao final do Volume I.

1.3 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Os números e os comentários referentes ao Orçamento de Investimentos estão dispostos no Volume IV.

2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário terá apresentação a seguir, desdobrada nos aspectos principais de sua composição: a execução orçamentária da receita e da despesa, ou seja, previsão e realização, fixação e execução, bem como estamos demonstrando as transferências intragovernamentais positivas (recebidas) e negativas (transferidas). Maiores informações sobre a execução orçamentária estão detalhadas no Volume II.

Os comentários sobre a realização da receita e a execução da despesa da Administração Pública, Orçamento Fiscal e da Seguridade Social serão demonstrados através da análise do Balanço Orçamentário, que na sua estrutura revela esta execução.

O Balanço Orçamentário está estruturado conforme abaixo demonstrado.

CR$ milhões

R E C E I T A S			
T Í T U L O S	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	15.338.364	12.391.121	2.947.243
Receita Tributária	3.458.198	2.849.447	608.751
Receita de Contribuições	4.988.244	3.450.943	1.537.301
Receita Patrimonial	1.500.328	1.499.677	651
Receita Agropecuária	4.468	3.690	778
Receita Industrial	3.904	3.309	595
Receita de Serviços	1.167.077	444.248	722.829
Transf. Correntes	3.710.371	3.763.303	(52.932)
Outras Receitas Correntes	505.773	376.504	129.269
RECEITAS DE CAPITAL	11.721.379	9.967.640	1.753.739
Operações de Crédito	9.447.756	7.410.859	2.036.897
Alineação de Bens	123.766	53.356	70.410
Amortização de Empréstimos	227.505	157.234	70.271
Transf. de Capital	681.717	425.641	256.076
Outras Receitas de Capital	1.240.635	1.920.550	(679.915)
Subtotal(1)	27.059.742	22.358.761	4.700.981
DEFICIT PARCIAL			
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0	0	
Subtotal (2)			
DEFICIT PARCIAL		202.639	(202.639)
TOTAL (1 + 2)	27.059.742	22.358.761	4.700.981

DESPESAS			
TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUTADO	DIFERENÇA
CRED.ORÇAMENT.E SUPLEM.	26.506.474	19.929.894	6.576.580
DESPESAS CORRENTES	16.482.082	11.764.651	4.717.431
Pessoal e Enc. Sociais	2.529.727	2.185.508	344.219
Juros/Enc. Dívida Interna	1.046.066	919.437	126.487
Juros/Enc. Dívida Externa	302.605	157.579	145.026
Outras Despesas Correntes	12.603.684	8.502.128	4.101.556
DESPESAS DE CAPITAL	10.013.033	8.165.243	1.847.790
Investimentos	768.487	522.666	245.821
Inversões Financeiras	1.185.846	696.850	488.996
Amortização da Dív.Interna	7.491.757	6.745.601	746.156
Amortização da Dív.Externa	548.419	193.537	354.882
Outras Despesas de Capital	18.524	6.589	11.935
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.359	-	11.359
CRÉDITOS ESPECIAIS	492.500	299.545	192.955
DESPESAS CORRENTES	104.664	101.161	3.503
Pessoal e Enc. Sociais	62.355	62.277	0
Juros/Enc. Divida Interna	1.450	-	1.450
Outras Despesas Correntes	40.859	38.884	1.975
DESPESAS DE CAPITAL	387.835	198.383	189.452
Investimentos	49.754	22.530	27.224
Inversões Financeiras	213.667	98.729	114.938
Amortiz. da Dívida Interna	101.492	77.124	24.368
Amortiz. da Dívida Externa	22.735	-	22.735
Outras Despesas de Capital	187	-	187
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	60.769	20.670	40.099
DESPESAS CORRENTES	57.454	17.361	40.093
Pessoal e Enc. Sociais	180	140	40
Outras Despesas Correntes	57.274	17.220	40.054
DESPESAS DE CAPITAL	3.315	3.310	5
Investimentos	3.315	3.310	5
Subtotal (1)	27.059.742	20.250.109	6.809.633
SUPERAVIT PARCIAL	-	2.108.652	

TRANSFER.INTRAGOVERNAMENTAIS	0		
ORÇAMENT. E SUPLEM.	0	197.123	(197.123)
DESPESAS CORRENTES	0	94.271	(94.271)
Pessoal e Enc. Sociais	0	18.858	(18.858)
Juros/Enc. Divida Interna	0	866	(866)
Juros/Enc. Divida Externa	0	6.543	(6.543)
Outras Despesas Correntes	0	68.003	(68.003)
DESPESAS DE CAPITAL	0	102.853	(102.853)
Investimentos	0	59.328	(59.328)
Inversões Financeiras	0	16.820	(16.820)
Amort. da Dívida Interna	0	2.057	(2.057)
Amort. da Dívida Externa	0	21.520	(21.520)
Outras Desp. de Capital	0	3.128	(3.128)
CRÉDITOS ESPECIAIS	0	544	(544)
DESPESAS DE CAPITAL	0	544	(544)
Investimentos	0	463	(463)
Inversões Financeiras	0	44	(44)
Outros Despesas de Capital	0	37	(37)
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0	4.972	(4.972)
DESPESAS CORRENTES	0	4.972	(4.972)
Outras Despesas Correntes	0	4.972	(4.972)
Subtotal	0	202.639	(202.639)
TOTAL (1 + 2)	27.059.742	20.452.748	
SUPERÁVIT TOTAL	-	1.906.013	

2.1 - EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Para a realização da receita da União foi utilizada a rede bancária, de acordo com a disposição constante do artigo 74 do Decreto-Lei Nº 200, de 25.2.67 e ainda a Conta Única do Tesouro Nacional, regularizada através da IN/STN/Nº 012, de 27.10.88.

A receita orçamentária líquida do exercício de 1993 alcançou o montante de Cr$ 22.358.761 milhões, resultando numa arrecadação superior à previsão inicial em 161,9% inferior à previsão corrigida que é a previsão de receita referente aos créditos suplementares e especiais ocorridos no exercício, em 82,6%.

Dentre os fatores determinantes desse desempenho para as receitas, administrados pela Secretaria da Receita Federal, podemos enumerar os seguintes fatores positivos:

- Pagamento do IRPJ em bases correntes durante todo o exercício de 1993, diferentemente de 1992 que teve os pagamentos efetuados em duodécimos e em bases reduzidas;

- Os excelentes resultados obtidos pelas empresas nos balanços apurados em 1992 refletindo positivamente na primeira Declaração de Ajuste do IRPJ. Este fato influenciou também na arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas;

- As alterações promovidas na legislação do IRPJ e da Contribuição sobre o Lucro das empresas, que determinaram pagamentos acumulados dessas receitas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1993;

- Reconhecimento da constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a elevação da alíquota dessa Contribuição, de 15 para 23%, para as entidades financeiras;

- Os efeitos positivos da criação da Contribuição Social sobre o Faturamento - COFINS em substituição ao FINSOCIAL;

- A reestruturação salarial do servidor público, com repercussões positivas na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho, e a edição da nova política salarial para as empresas privadas;

- O pagamento pelas empresas do imposto referente ao Lucro Inflacionário acumulado, estimulados pela Lei nº 8.541/92, que possibilitou a integralização deste débito com alíquota reduzida de 5%;

- Recuperação (percentual de 11%) da atividade industrial;

- Encurtamento dos períodos de apuração e prazos de arrecadação para fatos geradores a partir de 01/11/93;

- Intensificação do esforço que a Secretaria da Receita Federal vem empreendendo no combate à evasão fiscal; e

- Perda de uma quinzena de arrecadação em janeiro de 1992 para a maioria dos tributos, diminuindo a base de comparação.

A receita orçamentária da União se classifica em duas categorias econômicas distintas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

As receitas correntes participaram com 55,3% das receitas orçamentárias, cabendo às receitas de capital a complementação de 44,7% e neste percentual estão inclusas as receitas provenientes de Operações de Crédito Internas para resgate da dívida interna no montante de Cr$ 7.386.798 milhões.

As receitas orçamentárias são registradas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições e os incentivos fiscais.

2.1.1 - Desempenho das Receitas Correntes

CR$ milhões

RECEITAS CORRENTES	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Receita Tributária	2.849.447	23,0	44,2
Receita de Contribuições	3.450.943	27,9	50,7
Receita Patrimonial	1.499.677	12,1	1,5
Receita Agropecuária	3.690	0,0	0,0
Receita Industrial	3.309	0,0	0,0
Receita de Serviços	444.248	3,6	1,4
Transferências Correntes	3.763.303	30,4	0,1
Transf.Intragovernamentais	3.758.906	30,4	0,1
Outras Transf. Correntes	4.417	0,0	-
Outras Receitas Correntes	376.504	3,0	2,1
T O T A L	12.391.121	100,0	100,0

2.1.2 - Desempenho da Receita Tributária

A receita tributária foi uma importante fonte de recursos do Tesouro Nacional. Tendo atingido o montante de CR$ 2.939.658 milhões, no exercício, participando com 12,8% da receita orçamentária líquida e com 23,0% das Receitas Correntes, sendo que CR$ 90.211 milhões referem-se as Deduções da Receita, no caso Incentivo e Restituições Fiscais.

2.1.2.1 - Impostos

Os impostos líquidos arrecadados no exercício somaram CR$ 2.832.369 milhões constituindo-se em 99,4% da receita líquida tributária.

Em comparação com o exercício anterior, houve em 1993 o mesmo desempenho.

2.1.2.1.a - Imposto sobre o Comércio Exterior

A arrecadação líquida desses impostos representou 6,1% dos mesmos, apresentando uma performance ligeiramente superior ao exercício anterior.

Dentro da estrutura do imposto sobre Comércio Exterior destacamos o Imposto de Importação que representa 99,4%.

IMPOSTO SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR-ARRECADAÇÃO, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO - 1992

CR$ milhões

RECEITA	ARRECADAÇÃO 1993	PARTICIPAÇÃO %		VARIAÇÃO %
		1993	1992	1993-1992
Imposto de Importação	172.143	100,0	100,0	-
Imposto de Exportação	5	0,0	0,0	-
T O T A L	172.148	100,0	100,0	0

O incremento do Imposto de Importação refletiu basicamente a regularização dos pagamentos relativos ao petróleo importado.

2.1.2.1.b - Imposto sobre o Patrimônio e a Renda

A arrecadação líquida do imposto sobre o Patrimônio e a Renda no período atingiu o total de CR$ 1.386.684 milhões, representando 49,0% dos impostos, resultando em um decréscimo de 2,0% na participação da receita de impostos em relação ao exercício anterior.

O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e Adicional representou 100,0% do grupo e teve o seguinte comportamento:

IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA E ADICIONAL ARRECADAÇÃO, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO - 1992

CR$ milhões

RECEITA	ARRECADAÇÃO 1993	PARTICIPAÇÃO %		VARIAÇÃO %
		1993	1992	1993-1992
Pessoas Físicas	82.114	5,9	4,1	+ 1,8
Pessoas Jurídicas	347.679	25,1	32,5	- 7,4
Retido na Fonte	954.250	69,0	63,4	5,6
T O T A L	1.384.043	100,0	100,0	0

Na composição do grupo, houve um acréscimo na proporção da arrecadação do Imposto Retido na Fonte de 5,6%, em contrapartida ao decréscimo na arrecadação do Imposto de Renda Pessoas Jurídicas, de 7,4%.

2.1.2.1.c - Imposto sobre a Produção e a Circulação

Os ingressos relativos ao Imposto sobre a Produção e a Circulação somaram CR$ 1.273.537 milhões numa participação de 45,0% sobre a receita líquida de impostos do exercício e ainda representando 10,3% da receita corrente líquida.

O Imposto sobre Produtos Industrializados representou 73,3 do Imposto sobre a Produção e a Circulação com a seguinte composição:

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
ARRECADAÇÃO, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO
1992

CR$ milhões

RECEITA	ARRECADAÇÃO 1992	PARTICIPAÇÃO %		VARIAÇÃO %
		1992	1992	1993-1992
IPI-Fumo	163.175	17,5	18,7	0,0
IPI-Outros	770.295	82,5	81,3	0,0
T O T A L	933.470	100,0	100,0	0,0

A arrecadação do IPI-Outros representou 82,5% do Imposto Sobre Produtos Industrializados mantendo praticamente o mesmo desempenho de 1992.

Imposto sobre Operações Financeiras

Tal imposto constituiu fator indispensável à canalização de recursos essenciais ao restabelecimento do equilíbrio do Tesouro, além de permitir o revigoramento dos instrumentos de política monetária. O seu crescimento neste exercício foi em decorrência da elevação da alíquota alterado no segundo semestre de 92 e também a elevação do volume das aplicações financeiras, na economia.

O imposto arrecadado sobre Operações Financeiras somou CR$ 311.662 milhões, representando 24,5% do Imposto sobre a Produção e a Circulação.

A arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras representou 11,0% sobre a arrecadação líquida do Tesouro Nacional contra 1,7% do exercício anterior.

2.1.2.2 - Taxas

As taxas se apresentaram em dois grandes grupos: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços.

Essas taxas totalizaram CR$ 17.022 milhões. Em relação ao exercício anterioı esta receita representou 0,6% da tributária contra 0,5% daquele exercício, com acréscimo de 0,1% da arrecadação líquida.

2.1.3 - Receita de Contribuições

A arrecadação da Receita de Contribuições respondeu pelo ingresso de CR$ 3.450.943 milhões equivalendo a 15,4% da receita líquida total e 27,9% das receitas correntes, constituindo-se na principal fonte de recursos na composição dos ingressos correntes do Tesouro.

A Receita de Contribuições se apresentou em dois grandes desdobramentos: Contribuições Sociais e Contribuições Econômicas. As primeiras somaram CR$ 3.393.708 milhões arrecadados e as demais CR$ 57.829 milhões.

As Contribuições Sociais representaram 98,3% da rubrica e têm como itens de maiores destaques:

a) Contribuição para a Seguridade Social de Empregados e Empregadores, com CR$ 549.636 milhões, participando com 16,2%;

b) PIS/PASEP com CR$ 438.960 milhões, participando com 12,9%;

c) Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas, com CR$ 297.014 milhões, participando com 8,8%;

d) Contribuição do Salário-Educação com CR$ 56.406 milhões com 1,7% ;

e) Contribuição Renda Líquida Conc. Prognost. Seg. Social com 14.300 milhões com 0,4%; e

f) Contribuições Rurais com CR$ 10.299 milhões, com 0,3%.

As Contribuições Econômicas corresponderam a 17% da Receita de Contribuições e apresentaram o ingresso líquido de CR$ 57.829 milhões, tendo como principais destaques os seguintes ítens:

a) Contrib. Desenvolv. Aperfeiçoamento Atividades Fiscalização com CR$ 17.562 milhões, representando 30,4%;

b) Cota - Parte Adic. Frete para Renovação Marinha Mercante, com CR$ 15.703 milhões, representando 27,2%;

c) Contribuição para o PIN, com CR$ 5.968 milhões, representando 10,3%; e

d) Contribuição para o PROTERRA, com CR$ 5.562 milhões, representando 9,6%.

2.1.4 - Receita Patrimonial

As Receitas Patrimoniais representaram 12,1% das receitas correntes do exercício, no valor de CR$ 1.499.677 milhões.

Deste grupo destacamos Receitas de Valores Mobiliários com CR$ 1.355.466 milhões, representando 90,3% do total e Outras Receitas Patrimoniais com CR$ 135.787, representando 9,1%.

2.1.5 - Receita de Serviços

As Receitas totalizaram CR$ 444.248 milhões, equivalendo a 3,6% das receitas correntes.

Nesta rubrica destacaram-se:

a) Serviços Financeiros - Juros de Empréstimos com CR$ 357.266 milhões; e

b) Adicional de Tarifa Portuária com CR$ 7.760 milhões.

2.1.6 - Transferências Correntes

As Receitas de Transferências somaram CR$ 3.763.324 milhões, perfazendo 30,1% das receitas correntes. Isto acontece em função da elaboração orçamentária, dotando os órgãos de valores para despesas de transferências. Em contrapartida surge as receitas de transferências.

2.1.7 - Receitas Agropecuária, Industrial e Outras Receitas Correntes.

As demais receitas correntes (Agropecuária, Industrial e Outras Receitas Correntes) somaram apenas CR$ 383.503 milhões.

2.1.8 - Receita de Capital

As Receitas de Capital representaram 44,6% da arrecadação líquida, contribuindo com CR$ 9.967.640 milhões. Desse montante, os empréstimos tomados mediante Operações de Crédito foram responsáveis pela entrada de recursos no valor de CR$ 7.410. 859 milhões equivalendo a 74,2% desta rubrica.

CR$ milhões

RECEITA DE CAPITAL	V A L O R	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Operações de Crédito	7.410.859	74,3	64,8
Alienação de Bens	53.356	0,5	-
Amortização de Empréstimos	157.234	1,6	16,9
Transferências de Capital	425.641	4,3	0,1
Transf. Intragovernamentais	423.215	4,3	-
Outras Transf. de Capital	2.426	0,0	-
Outras Receitas de Capital	1.920.550	19,3	18,2
T O T A L	9.967.640	100,0	100,0

Dentro de Outras Receitas de Capital estão computadas: CR$ 1.298.173 milhões da Receita proveniente da Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional e CR$ 613.893 milhões do Resultado do Banco Central do Brasil.

2.1.9 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO DE 1993

CR$ milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA
I - RECEITA	27.059.742	22.358.761	4.700.981
Receitas Correntes	15.338.364	12.391.121	2.947.243
Receitas de Capital	11.721.378	9.967.640	1.753.638
II - DESPESA	27.059.742	20.452.748	6.595.636
Despesas Correntes	16.644.200	11.982.416	4.661.784
Despesas de Capital	10.404.184	8.470.332	1.933.852
III - RESERVA DE CONTING.	11.358	-	11.358
IV - SUPERAVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA(I - II - III)			1.906.013

Os valores projetados na síntese da execução orçamentária do exercício demonstraram que a arrecadação das Receitas Correntes foi superior a realização das Despesas Correntes em CR$ 408.705 milhões, enquanto que a execução das Receitas de Capital superaram as Despesas de Capital em CR$ 1.497.308 milhões.

Na composição global da execução orçamentária houve um superávit orçamentário de CR$ 1.906.013 milhões.

2.1.10 - Incentivos Fiscais

Os Incentivos Fiscais deduzidos do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas, ao amparo do Decreto-lei nº 1.376, de 12.12.74, tiveram em 1992 o seguinte desempenho:

INCENTIVOS FISCAIS

CR$ milhões

FINOR	9.127
FINAM	9.067
FUNRES	267
T O T A L	18.461

2.2 - EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A execução da despesa orçamentária efetivada no exercício de 1993, alcançou o montante de CR$ 20.452.748 milhões na realização de 75,6% do total dos créditos autorizados para o período. Neste montante, está incluída a importância de CR$ 8.124.265 milhões, relativa às despesas com Juros, Encargos e Amortização da Dívida Interna e Externa, que perfazem 39,7%.

Na apresentação do Balanço a execução está disposta em créditos iniciais, suplementares e especiais, abertos em categoria de gastos até o nível de subgrupo da composição da despesa.

Há em alguns relatórios a ocorrência de créditos realizados negativos. Isso decorreu basicamente da variação cambial dos créditos transferidos para unidades do exterior e cancelamentos de créditos já utilizados por Suplementação em outra célula.

As despesas realizadas relativamente ao orçamento aprovado, se compuseram conforme abaixo demonstrado:

CR$ milhões

CRÉDITOS	AUTORIZAÇÃO	EXECUÇÃO	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Iniciais e Suplementares	19.194.531	15.737.668	82,0	86,7
Especiais	492.500	299.545	60,8	52,1
Extraordinários	60.769	20.670	34,0	-
Transf.Intragovernamental	7.311.942	4.394.865	60,1	-
T O T A L	27.059.742	20.452.748	75,6	76,5

2.2.1 - Despesa por Poder

Os gastos realizados no exercício apresentaram a seguinte participação, por Poderes da União:

CR$ milhões

P O D E R E S	V A L O R	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Legislativo	74.781	0,4	0,4
Judiciário	187.777	0,9	1,1
Executivo(Dívida Interna e Externa)	8.124.265	39,7	55,8
Executivo(exc.Dív.e Transf.Constit.)	10.747.385	52,6	33,9
Executivo(Transf. Constitucionais)	1.318.540	6,4	8,8
T O T A L	20.452.748	100,0	100,0

A variação acentuada entre os índices é justificada principalmente pela inclusão da Amortização da Dívida Interna nos gastos do Poder Executivo, representando 40,2% dos mesmos, além da estrutura administrativa do Poder Executivo ser bastante superior aos demais poderes.

Uma menor participação das Transferências Constitucionais nas despesas globais é resultado do substancial aumento na participação da Dívida, Interna e Externa, na composição das despesas totais.Considerando a mesma estrutura do ano anterior, a participação subiu de 55,8% em 1992 para 62,3% neste exercício.

Também está afetando os índices acima a alteração da composição da despesa, vez que o universo dos órgãos e entidades comtemplados aumentou substancialmente em relação aos anos anteriores.

2.2.2 - Despesas por Categoria Econômica

Na classificação da despesa por categoria econômica, a execução orçamentária do exercício apresentou o comportamento abaixo, evidenciando uma realidade nem sempre muito difundida. A de que os gastos com Serviços e a Amortização da Dívida Interna e Externa se responsabilizaram por 40,1 % das despesas governamentais.

CR$ milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Despesas Correntes	11.982.416	58,6	45,2
Despesas de Capital	8.470.332	41,4	54,8
TOTAL	20.452.748	100,0	100,0

2.2.2.1 - Despesas Correntes

As Despesas Correntes referem-se aos gastos da união com salários, juros, encargos e com a manutenção básica da máquina administrativa, tais como: Material de Consumo, Serviços de Terceiros e especialmente as transferências Intra e Inter-governamentais e tiveram o seguinte desdobramento:

CR$ milhões

DESPESAS CORRENTES	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Aplicação Direta e Transferências Intergovernamentais	7.927.373	66,2	-
Pessoal e Encargos Sociais	1.897.271	15,8	27,4
Juros e Encargos da Dív. Interna	919.221	7,7	6,6
Juros e Encargos da Dív. Externa	161.517	1,3	7,0
Outras Despesas Correntes	4.949.364	41,3	59,0
Transferências Intragovernamentais	4.055.043	33,8	-
TOTAL	11.982.416	100,0	100,0

As parcelas integrantes deste grupo de despesas foram executadas com a seguinte composição de valores:

CR$ milhões

DESPESAS CORRENTES	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
Transf. Intragovernamentais	369.512	3,1	11,4
Transf.a Estados e ao DF	123.464	1,0	1,6
Aplicações Diretas	1.773.807	14,8	14,4
Sub-Total	2.268.783	18,9	27,4
JUROS E ENC.DA DÍVIDA INTERNA			
Transf. Intragovernamentais	1.082	-	-
Aplicações Diretas	919.221	7,7	6,6
Sub-Total	920.303	7,7	6,6
JUROS E ENC.DA DÍVIDA EXTERNA			
Transf. Intragovernamentais	2.605	0,0	0,3
Aplicações Diretas	161.517	1,4	6,7
Sub-Total	164.122	1,4	7,0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
Transf. Intragovernamentais	3.681.843	30,7	38,0
Transf.a Estados e ao DF	777.609	6,5	10,1
Transf.a Municípios	545.311	4,5	8,0
Transf.a Instituições Privadas	36.595	0,3	0,2
Transf.a Instituições Multigovernamentais	16	-	-
Transf.ao Exterior	16.472	0,1	-
Aplicações Diretas	3.573.360	29,8	2,8
Sub-Total	8.631.207	72,0	59,0
TOTAL-GERAL	11.982.416	100,0	100,0

Os gastos de Pessoal e Encargos Sociais poderão ser melhor analisados no gráfico "Pessoal e Encargos Sociais - Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social" que está anexo ao final deste relatório.

As transferências constitucionais foram de CR$ 1.318.540 milhões, e se referem aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, ao Salário-Educação, transferências referentes ao Imposto Territorial Rural-ITR e outras mais definidas na Constituição Federal como também aos Fundos Constitucionais (FINOR, FINAM E FUNRES).

2.2.2.2 - Despesas de Capital

As Despesas de Capital, representando 54,8% dos dispêndios do Tesouro Nacional, referem-se aos gastos do governo federal com Investimentos, Inversões Financeiras e especialmente com a Amortização da Dívida Interna e Externa e se apresentaram conforme a composição a seguir definida:

CR$ milhões

DESPESAS DE CAPITAL	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Aplicação Direta e Transf. Intergovernamental	8.130.510	96,0	-
Investimentos	537.781	6,3	5,1
Inversões Financeiras	551.392	6,5	25,0
Amortização da Dívida Interna	6.824.276	80,6	66,0
Amortização da Dívida Externa	209.239	2,5	3,7
Outras Despesas de Capital	7.822	0,1	0,2
Transf. Intragovernamentais	339.822	4,0	
T O T A L	8.470.332	100,0	100,0

A Amortização da Dívida Interna vem ao longo dos anos sendo o maior dos itens das Despesas de Capital. Isto ocorre porque a União vem praticando sistematicamente a política de Rolagem da Dívida Interna. Nesse exercício a emissão de Títulos Federais necessária a esta rolagem foi de CR$ 7.306.074 milhões.

O significativo aumento de Inversões Financeiras na participação das Despesas de Capital resulta dos empréstimos concedidos pela União ao BNDES, ao setor agrícola e outros empréstimos.

As parcelas integrantes deste grupo de despesas apresentaram a agregação de valores, conforme discriminado a seguir:

CR$ milhões

DESPESAS DE CAPITAL	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Investimentos			
Transf.Intragovernamentais	70.515	0,8	3,1
Transf.a Estados e ao DF	154.449	1,8	0,6
Transf.a Municípios	130.993	1,5	0,5
Transf.a Instituições Privadas	6.652	0,1	0,0
Transf.a Inst.Multigovernamentais	4.070	0,0	0,1
Aplicações Diretas	241.617	2,8	0,8
Sub-Total	608.296	7,2	
Inversões Financeiras			
Transf.Intragovernamentais	261.050	3,1	3,6
Tranf. a Estados e ao DF	47	0,0	0,0
Aplicações Diretas	551.346	6,5	21,4
Sub-Total	812.443	9,7	25,0
Amortização da Dívida Interna			
Transf.Intragovernamentais	506	0,0	0,1
Aplicações Diretas	6.824.276	80,7	65,9
Sub-Total	6.824.782	80,6	66,0
Amortização da Dívida Externa			
Transf.Intragovernamentais	5.817	0,7	0,3
Aplicações Diretas	209.240	2,4	3,4
Sub-Total	215.057	2,5	3,7
Outras Despesas de Capital			
Transf.Intragovernamentais	1.932	0,0	0,1
Transf.aos Estados e ao DF	2.997	0,1	0,1
Transf.a Municípios	2.850	0,0	0,0
Transf.a Instituições Privadas	103	0,0	0,0
Transf.a Inst.Multigovernamentais	-	-	-
Aplicações Diretas	1.872	0,0	0,0
Sub-Total	9.754	0,1	0,2
T O T A L	8.470.332	100,0	100,0

2.2.3 - Despesa por Função

As funções correspondem ao nível máximo de agregação das ações do governo e é com esse enfoque da execução da despesa que demonstramos no quadro abaixo a composição dessas ações na execução do orçamento de 93.

No caso específico da Função Administração e Planejamento onde está concentrada a totalidade da execução da despesa identifica-se especialmente a Dívida Interna e Externa da União. É principalmente em função desta situação que a análise

efetuada por função fica completamente distorcida, porque ela traz as transferências intragovernamentais incluídas e a despesa com a dívida que representa 90,2% do total da despesa executada pela União.

CR$ milhões

DESPESAS POR FUNÇÃO — F U N Ç Ã O	V A L O R	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Legislativa	54.202	0,3	0,3
Judiciária	143.361	0,7	0,8
Administração e Planejamento	8.745.066	42,8	56,4
Agricultura	407.187	2,0	2,6
Comunicações	4.266	0,0	0,0
Defesa Nac.e Segurança Pública	478.806	2,3	2,7
Desenvolvimento Regional	1.342.464	6,6	8,6
Educação e Cultura	556.049	2,7	2,7
Energia e Recursos Minerais	37.464	0,2	0,3
Habitação e Urbanismo	31.332	0,2	0,0
Indústria, Comércio e Serviços	279.690	1,3	0,3
Relações Exteriores	37.390	0,2	0,2
Saúde e Saneamento	1.165.913	5,7	5,3
Trabalho	1.439.733	7,0	2,4
Assistência e Previdência	5.463.979	26,7	15,8
Transporte	265.846	1,3	1,6
T O T A L	20.452.748	100,0	100,0

Constatamos que houve uma concentração na execução das despesas nas funções: Administração e Planejamento, Assistência e Previdência, Desenvolvimento Regional e Saúde e Saneamento.

Como nos anos anteriores tivemos a maior concentração das despesas na função Administração e Planejamento. Isto ocorreu principalmente pela inclusão nesta função da Rolagem da Dívida Interna do Governo Federal, que neste exercício somou a importância de CR$ 7.670.228 milhões.

As despesas executados na função Assistência e Previdência também demonstram relevância significativa. Além de o ser verdade existe o fato de haver transferências intra-governamentais no valor de CR$ 2.547.327 milhões, devido principalmente a existência de FPAS - Fundo da Previdência e Assistência Social.

2.3 - EXECUÇÃO DA DESPESA NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Conforme preconiza a Constituição Federal, art. 212, os gastos do Governo Federal com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino não podem ser inferiores a 18% das receitas resultantes dos impostos, compreendidas as provenientes de transferências.

Na demonstração de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino estão todos os projetos e as atividades que se enquadrarem nesta classificação na Lei do Orçamento, Lei nº 8.652/93.

A receita arrecadada de impostos é a receita líquida, ou seja, a arrecadada menos os Incentivos e as Restituições. Os valores das Transferências aos Estados, DF e Municípios são os relativos as unidades orçamentárias dessas transferências conforme estão consignados no orçamento fiscal da união. Isto significa dizer que além dos valores executados relativos a FPM, FPE e IPI-Exportação, Fundos Constitucionais, ITR e IOF/ouro, há outros resultados de transferências legais.

O quadro abaixo evidencia sinteticamente os gastos da união relativos ao artigo 212 da C.F.. Informações mais analíticas poderão ser encontradas ao final do Volume II.

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

CR$ milhões

JANEIRO - DEZEMBRO/ 93	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR ATÉ DEZEMBRO
Receita Arrecadada de Impostos	2.832.370
(-) Transf. a Estados, DF e Municípios Liberados	1.318.540
(-) Transf. a Estados, DF e Municípios a Liberar	126.197
(A) Receita Líquida de Impostos (Base de Cálculo)	1.387.633
(B) Despesa com Manutenção do Ensino	330.736
(B/A) Participação da Despesa de Manutenção do Ensino na Receita de Impostos	23,8%

3 - BALANÇO FINANCEIRO

Os Ingressos e Dispêndios do Balanço Financeiro no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social apresentados no exercício de 1993, demonstram os resultados das operações financeiras do exercício e podem ser resumidos nos agrupamentos abaixo. Para maiores detalhes desse balanço vide Volume II - Balanços e Demonstrações Orçamentárias da Administração Direta.

BALANÇO FINANCEIRO

CR$ milhões

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ORÇAMENTÁRIA	50.657.908	ORÇAMENTÁRIA	48.751.895
Receita Correntes	12.366.269	Despesas Correntes	11.982.416
Rec. de Capital	9.992.492	Despesas de Capital	8.470.332
Transf.Recebidas	28.299.147	Transf.Concedidas	28.299.147
EXTRA ORÇAMENTÁRIA	18.100.527	EXTRA ORÇAMENTÁRIA	17.351.791
Transf.Recebidas	12.048.000	Transf.Concedidas	12.048.000
Ingressos	6.052.527	Dispêndios	5.303.791
DISP.DO PERÍODO ANT.	124.557	DISP.P/PERÍODO SEG.	2.779.306
T O T A L	68.882.992	T O T A L	68.882.992

3.1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As Receitas Correntes e de Capital, que integram o grupo da receita orçamentária, foram objeto de comentários em item anterior do Balanço Orçamentário, que apresentou o desempenho das Receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

3.1.1 - Transferências Recebidas Vinculadas à Execução do Orçamento

As transferências recebidas representaram a movimentação de recursos financeiros entre os órgãos e unidades da administração direta e indireta, visando cumprir a execução do orçamento. Desta forma, as superposições dos valores foram correspondidas pelas transferências concedidas descritas no subitem 3.2.1.

As transferências recebidas foram compostas pelas seguintes parcelas:

CR$ milhões

Cota Recebida	12.512.037
Repasse Recebido	1.371.792
Sub Repasse Recebido	9.922.144
Incorporação da Despesa	2.152.909
Desincorporação de Receita	2.340.265
T O T A L	28.299.147

3.1.2 - Transferências Recebidas não Vinculadas à Execução do Orçamento

As transferências recebidas foram indicativas da movimentação de recursos financeiros sem vinculação com o orçamento do exercício, entre os órgãos e unidades da administração direta. São as transferências para pagamento de valores a pagar ou para devolução de recursos de terceiros. Desta forma, as superposições dos valores foram correspondidas pelas transferências concedidas descritas no subitem 3.3.2.

As Transferências constituíram-se das seguintes parcelas:

CR$ milhões

Ordem de Transferências Recebidas	34.176
Transferências Diversas Recebidas	12.013.824
T O T A L	12.048.000

3.1.3 - Ingressos Extra-Orçamentários

Este grupo tem a seguinte especificação:

CR$ milhões

Valores em Circulação	509.566
Valores a Classificar	2.271
Valores Diferidos	116.761
Depósitos	61.016
Obrigações em Circulação	1.381.974
Receita Extra-Orçamentária	868.277
Ajustes de Direitos e Obrigações	3.112.662
T O T A L	6.052.527

Os fatos contábeis que geraram os valores mais expressivos foram:

a) Recursos Vinculados - compreende os valores vinculados, exigíveis após o término do exercício seguinte registrados em depósitos e cauções, depósitos judiciais e outros depósitos;

b) Valores Diferidos - compreende o saldo financeiro total disponível, no final do exercício que se constituirá antecipação de cota-repasse ou sub-repasse do exercício seguinte; e

c) Restos a Pagar - Inscrição são os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados do exercício de 1993, mas registrados como despesas nos termos da Lei 4.320/64;

d) Receita Extra-Orçamentária - são os registros das receitas dos órgãos parciais no SIAFI; e

e) Variação Cambial - é a taxa média do dólar no exercício, aplicada nos órgãos que possuem unidades gestoras no Exterior.

3.2 - DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR

Foram os recursos financeiros remanescentes do exercício anterior e que compuseram o financeiro deste período.

3.3 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

As Despesas Correntes e de Capital, da mesma forma que as Receitas Correntes e de Capital, foram objeto de comentários nos seus principais aspectos, quando da análise da execução do orçamento do exercício, vide itens 2.2.2.1 a 2.2.2.2.

3.3.1 - Transferências Concedidas Vinculadas à Execução do Orçamento

As Transferências Concedidas retrataram a movimentação dos recursos financeiros entregues aos órgãos e unidades da administração direta, a fim de garantir a execução orçamentária do Governo.

Esse grupo manteve correspondência com as Transferências Recebidas descritas no subitem 3.1.1. e apresentou o seguinte desdobramento:

CR$ milhões

Cota Concedida	12.512.037
Repasse Concedido	1.371.792
Sub-Repasse Concedido	9.922.144
Desincorporação de Despesa	2.152.909
Incorporação de Receita	2.340.265
T O T A L	28.299.147

3.3.2 - Transferências Concedidas não Vinculadas à Execução do Orçamento

Foram registradas nesse grupo as operações de correspondências de crédito envolvendo os órgãos da Administração Federal e que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Apareceram também as liberações feitas para liquidação de Restos a Pagar no valor de CR$ 46.631 milhões.

As Transferências constituíram-se das seguintes parcelas:

CR$ milhões

Ordem de Transferências Concedidas	34.176
Transferências Diversas Concedidas	12.013.824
T O T A L	12.048.000

O valor de CR$ 12.013.824 milhões refere-se as Transferências Financeiras para pagamentos descentralizados entre unidades gestoras que realizaram despesas orçamentárias centralizadas.

3.3.3 - Dispêndios Extra-Orçamentários

Este grupo responde por 7,7% dos Dispêndios e teve como itens mais relevantes os seguintes:

CR$ milhões

Valores em Circulação	1.533.672
Valores a Classificar	7.416
Valores Diferidos	116.761
Depósitos	189.793
Obrigações em Circulação	294.488
Despesa Extra-Orçamentária	553.409
Ajustes de Direitos e Obrigações	2.608.252
T O T A L	5.303.791

Os fatos contábeis que geraram os valores mais expressivos foram:

a) Recursos Orçamentários a Receber - representa o somatório dos recursos provenientes do orçamento da união não recebidos até o final do exercício que lhes deu origem;

b) Outros valores em Circulação - representa o somatório dos valores pagos por aquisição de matérias-primas e outros materiais para produção de bens de revenda, vendas de mercadorias e serviços no mercado interno e externo, nas condições de pagamento de longo prazo;

c) Depósitos de Diversas Origens - Compreende os valores de recursos recebidos a título de diversos depósitos exigíveis a curto prazo;

d) Ajuste de Patrimônio/Capital - registra os ajustes, efetivados em contas financeiras, referentes a exercícios anteriores que não devem afetar o resultado normal do presente exercício; e

e) Variação Cambial - É a taxa média do dólar no exercício, aplicada nos órgãos que possuem unidades gestoras no Exterior.

3.3.4 - Disponível para o Período Seguinte

Os recursos financeiros disponíveis para aplicação imediata no exercício seguinte atingiram a soma de CR$ 2.779.307 milhões, compostos da seguinte maneira:

CR$ milhões

Conta Única do Tesouro Nacional	1.322.614
Conta Única da Previdência Social	345.570
Banco Central do Brasil	40
Aplicações Financeiras	879.476
Outras Disponibilidades	231.607
T O T A L	2.779.307

4 - BALANÇO PATRIMONIAL

A estrutura do balanço patrimonial está abaixo demonstrada conforme definida em lei. Nele estão registrados os resíduos financeiros da execução orçamentária, os bens, valores e créditos patrimoniais, assim como as dívidas e outras obrigações. Para maiores detalhes deste balanço vide Volume II - Balanços e Demonstrações Contábeis.

CR$ milhões

A T I V O		P A S S I V O	
Financeiro	3.977.960	Financeiro	1.641.785
Não Financeiro	58.494.802	Não Financeiro	36.900.546
Ativo Real	62.472.762	Passivo Real	38.542.331
		Patrim.Líquido	23.930.431
Compensado	20.708.242	Compensado	20.708.242
T O T A L	83.181.004	T O T A L	83.181.004

4.1 - ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores que independem de autorização orçamentária para serem movimentados. Apresenta-se com os seguintes itens:

CR$ milhões

Disponível	2.779.307
Créditos em Circulação	1.198.653
T O T A L	3.977.960

4.1.1 - Disponível

O Disponível é o maior grupo do Ativo Financeiro, representando 69,9% do mesmo e demonstra os valores da União em Moeda Nacional e Estrangeira em poder dos Bancos.

CR$ milhões

Disponível em moeda Nacional	2.598.831
Disponível em moeda Estrangeira	180.476
T O T A L	2.779.307

4.1.2 - Créditos em Circulação

Os Créditos em Circulação foram responsáveis por 30,1% do Ativo Financeiro e apresenta-se assim composto:

CR$ milhões

Créditos a Receber	189.812
Devedores Diversos	1.270
Recursos a Receber do Tesouro - Fundos	54.614
Recursos Orçamentários a Receber	138.846
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	798.143
Valores em Trânsito Realizáveis	15.968
T O T A L	1.198.653

a) Créditos a Receber representaram os valores a receber a título de transferências para pagamento de obrigações inscritas no exercício anterior, bem como os registros dos valores das receitas arrecadadas pelos agentes financeiros;

b) Recursos a Receber do Tesouro - Fundos representaram em grande parte valores repassados entre unidades gestoras para posterior prestação de contas. Representaram ainda os adiantamentos efetuados pela unidade gestora em dólar, existente no exterior, às embaixadas do Ministério das Relações Exteriores;

c) Depósitos realizáveis a Curto Prazo - São os valores relativos a outros depósitos vinculados em contas bancárias e obrigações contratuais, convenções, acordos e ajustes; e

d) Os Valores em Trânsito Realizáveis referem-se a créditos efetuados por devedores ativos, ao final do exercício e ainda não creditados pela rede bancária na conta corrente até 31.12.92.

4.2 - ATIVO NÃO FINANCEIRO

O Ativo Não Financeiro refere-se a execução de bens e valores que não interferiram na movimentação financeira e está demonstrado conforme abaixo:

CR$ milhões

Realizável a Curto Prazo	5.811.253
Valores Pendentes a Curto Prazo	153.793
Realizável a Longo Prazo	6.193.797
Permanente	46.335.959
T O T A L	58.494.802

4.2.1 - Realizável a Curto Prazo

Este grupo representou 9,9% do total do Ativo Não Financeiro, e o seu maior destaque foram os Créditos em Circulação, que são recursos recebidos pelos órgãos, ministérios e entidades sem vinculação orçamentária.

4.2.2 - Valores Pendentes a Curto Prazo

Este grupo participa com apenas 0,3% do Ativo Não Financeiro, e podemos destacar os valores diferidos. Estes são recursos já em poder dos órgãos executores para fazer face ao orçamento do próximo exercício, ou seja, considera-se como antecipação de cota para o próximo ano.

4.2.3 - Realizável a Longo Prazo

Neste grupo estão os Créditos da União constituídos principalmente pela Dívida Ativa da União no montante de CR$ 1.890.168 milhões representando 30,5 % do grupo Realizável a Longo Prazo. Demonstrativo analítico da Dívida Ativa da União de forma sintética, demonstrando os valores por unidade da federação e por características de ocorrência da movimentação durante o exercício, bem como, os gráficos correspondentes, compõem os anexos do Volume I.

4.2.4 - Permanente

Este grupo representou 79,2% do Ativo Não Financeiro e teve a seguinte composição:

CR$ milhões

Investimentos	560.542
Imobilizado	45.748.637
Diferido	26.780
T O T A L	46.335.959

A Participação Societária da União é o registro dos Investimentos do Governo Federal, por participação, na composição do capital de empresas vinculadas a seus órgãos da administração federal direta e indireta.

O Imobilizado representou especialmente os Bens Móveis e Imóveis da União. No caso específico deste exercício houve a incorporação das terras indígenas refletindo positivamente no Balanço Patrimonial, gerando um superávit.

Os Bens Móveis estão registrados pelo valor nominal na contabilidade dos respectivos órgãos.

Os Bens Imóveis estão registrados pelo valor corrigido, de acordo com item 3.a das Notas Explicativas.

4.3 - ATIVO REAL

O Ativo Real significa o somatório dos valores do Ativo Financeiro mais Ativo Não Financeiro e evidencia as alterações patrimoniais sofridas pela Administração Pública - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, durante o exercício.

4.4 - ATIVO COMPENSADO

O Ativo Compensado apresentou um montante de CR$ 20.708.242 milhões, representando 24,9% do total do Ativo, conforme abaixo demonstrado. No Compensado estão representados bens, valores, obrigações e outras situações não abrangidos no Ativo Financeiro e Não Financeiro e que possam vir a afetar o patrimônio. São valores que não se integram ao patrimônio mas que devam ser demonstrados para refletir as transações contábeis oriundos dos atos administrativos. Veja a sua composição abaixo:

CR$ milhões

Compensações Ativas Diversas	
Responsabilidade por Títulos e Valores	33.680
Comodato de Bens	1.104
Depósito FGTS - Não Optante	137
Apreensão de Mercadorias	6.573
Garantias de Valores	17.477.735
Direitos e Obrigações Contratuais	3.035.276
Concessão de Auxílios, Contribuições e Subvenções	136.609
Outros Compensações	17.128
T O T A L	20.708.242

Destacamos na composição do Ativo Compensado como mais relevante os registros dos Avais, concedidos no País e no exterior, que perfizeram CR$ 642.843 milhões do Ativo Compensado. Das operações realizadas no País, os principais devedores estão abaixo relacionados:

CR$ milhões

PRINCIPAIS DEVEDORES	V A L O R	%
Siderurgica Brasileira S/A - SIDERBRAS	761	70,4
Itaipu Binacional	230	21,3
Aço Minas Gerais S/A	85	7,9
Outros Devedores	4	0,4
T O T A L	1.080	100,0

Dos avais concedidos no exterior pelo governo federal, destacamos os principais devedores:

US$ milhões

PRINCIPAIS DEVEDORES	V A L O R	%
PROJET.MYFDA - BACEN	30.531	57,1
ESTATAIS FEDERAIS - BACEN	13.255	24,8
ESTATAIS ESTADUAIS - BACEN	4.576	8,6
GOVERNOS ESTADUAIS - BACEN	3.752	7,0
OUTROS DEVEDORES	1.366	2,5
T O T A I S	53.480	100,0

4.5 - PASSIVO FINANCEIRO

O Passivo Financeiro é representado pelas dívidas a curto prazo, que independem de autorização orçamentária para sua realização. Sua composição está definida a seguir:

CR$ milhões

Depósitos	100.058
Obrigações em Circulação	1.539.875
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.852
T O T A L	1.641.785

4.5.1 - Depósitos

Os Depósitos foram valores recolhidos por terceiros e não devolvidos pela União até 31.12.93. Esses recolhimentos foram efetuados em cumprimento a determinações legais e/ou contratuais e sua composição obedeceu a seguinte estrutura:

CR$ milhões

Consignação	6.501
Depósito de Diversas Origens	80.668
Recursos do Tesouro Nacional	12.889
T O T A L	100.058

4.5.2 - Obrigações em Circulação

As Obrigações em Circulação representaram 58,2% do Passivo Financeiro e foi constituído pelo seguinte agrupamento:

CR$ milhões

Obrigações a Pagar	1.168.615
Credores Diversos	8.815
Operações Especiais	1
Adiantamentos Recebidos	21.712
Valores em Trânsito Exigíveis	52.970
Transferências Orçamentárias a Liberar	50
Recursos a Liberar por Transferência	24.970
Recursos Orçamentários a Liberar	138.847
Outras Obrigações a Pagar	123.895
T O T A L	1.539.875

As Obrigações a Pagar representaram 75,9% do grupo e foi em função da inscrição de Restos a Pagar, que foram valores referentes a despesas empenhadas, e não liquidadas até a data de encerramento do exercício financeiro.

Os Valores em Trânsito Exigíveis representaram, basicamente, os valores relativos aos pagamentos efetuados pelas unidades gestoras não integrantes da Conta Única no final do exercício e que não foram correspondidos pelos bancos.

4.6 - PASSIVO NÃO FINANCEIRO

O Passivo Não Financeiro representou os saldos das obrigações a curto e a longo prazo que não provocaram diretamente efeitos financeiros durante o exercício, mantendo a seguinte disposição:

CR$ milhões

Obrigações em Circulação	12.857.429
Valores Pendentes a Curto Prazo	112.468
Exigível a Longo Prazo	23.930.489
Resultado de Exercícios Futuros	160
T O T A L	36.900.546

As Obrigações em Circulação estão representadas, basicamente, pelos Débitos de Tesouraria que foram os recursos necessários às operações de giro da dívida pública.

O Exigível a Longo Prazo contém basicamente as obrigações provenientes de operações de crédito internas e externas, e estão registradas a longo prazo não pelas suas características de colocação de títulos (muitas emissões a curto prazo), mas pela sua forma de resgate (sempre superior a 12 meses).

Desta forma, as Obrigações a Longo Prazo estão dispostas conceitualmente, considerando as dívidas a serem resgatadas após o exercício seguinte.

4.7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é a diferença entre o Ativo e o Passivo, após a apuração do resultado, cuja composição está demonstrada nos anexos do volume I.

A partir do exercício de 1987, o Patrimônio Líquido passou à condição negativa em virtude dos seguintes aspectos:

a) registro e atualização das dívidas relativos às Operações de Crédito Internas e Externas;

b) registro dos débitos para com os contribuintes do Imposto de Renda a Restituir;

c) registro da correção monetária das Obrigações correspondentes;

d) ausência de registro e da atualização dos valores do Ativo Imobilizado - Bens Móveis, até 1990; e

e) transferência das Obrigações da Dívida Pública do Banco Central para o Tesouro Nacional, relativa às Operações Oficiais de Crédito sem os direitos respectivos, e as atualizações, (correções monetárias e variação cambial), efetuada na transferência total do cadastro da Dívida para o SIAFI.

Neste exercício o Patrimônio Líquido da Administração Federal, representado pelo somatório dos ministérios, órgãos e entidades constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social passou a condição de superavitário. Isto decorreu basicamente da incorporação das terras índigenas, que são gerenciadas e registradas pela FUNAI - Fundação Nacional do Índio e pelo registros dos créditos da União junto aos Estados e Municípios por avais honrados.

4.8 - PASSIVO COMPENSADO

O Passivo Compensado contém a contrapartida dos valores que potencialmente influenciarão as Variações Patrimoniais e que estão registrados no Ativo Compensado e vem demonstrado com a composição abaixo:

CR$ milhões

Compensações Passivas Diverstas	
Títulos e Valores sob Responsabilidade	33.680
Bens Em Comodato	1.104
FGTS Depositado - Não Optante	137
Mercadorias Apreendidas	6.573
Valores em Garantia	17.477.735
Direitos e Obrigações Contratadas	3.035.276
Auxílios, Contribuições e Sub Concedidas	136.609
Compensações Diversas	17.128
T O T A L	20.708.242

5 - BALANÇO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O Balanço das Variações Patrimoniais evidencia os efeitos ocorridos no patrimônio da União durante o exercício, resultante ou não da execução orçamentária e sua composição está abaixo estruturada. Para maiores informações desse balanço, vide Volume II - Balanço e Demonstrações Orçamentária da administração Direta.

BALANÇO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

CR$ milhões

VARIAÇÕES ATIVAS	
Orçamentárias	59.298.783
Receitas	22.358.761
Interferências Ativas	28.299.147
Mutações Ativas	8.640.875
Resultado Extra-Orçamentário	2.552.538.146
Receitas Extra-Orçamentárias	868.276
Interferências Ativas	26.461.866
Mutações Ativas	2.525.208.004
TOTAL	2.611.836.929

VARIAÇÕES PASSIVAS	
Orçamentárias	56.739.640
Despesas	20.452.748
Interferências Passivas	28.299.147
Mutações Passivas	7.987.745
Resultado Extra-Orçamentário	2.531.468.398
Despesas Extra-Orçamentárias	553.409
Interferências Passivas	26.461.866
Mutações Passivas	2.504.453.123
Resultado Patrimonial	23.628.891
Superávit	23.628.891
TOTAL	2.611.836.929

5.1 - VARIAÇÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS

Na composição das Variações Ativas Orçamentárias:

a) as Receitas representaram a arrecadação líquida dos recursos, em cumprimento às Leis pertinentes;

b) as Interferências Ativas significaram as incorporações e desincorporações de receitas e despesas entre as unidades gestoras mantendo correlação com as interferências passivas demonstradas no subitem 5.3; e

c) as Mutações Ativas refletiram o equilíbrio do resultado de gestão de cada unidade gestora, em virtude da execução orçamentária, basicamente das operações de resgate de créditos recebidos e nas aquisições de bens e valores.

5.2 - RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO

Na composição do Resultado Extra-Orçamentário:

a) as Interferências Ativas demonstraram as transferências de bens e valores entre unidades gestoras, independentes da execução orçamentária. Foram as movimentações de bens móveis, materiais de consumo e outros valores; e

b) as Mutações Ativas retrataram as variações ocorridas em função das incorporações de créditos, baixa de obrigações e dos ajustes correspondentes. Foram registradas também a reavaliação dos imóveis da União a maior e baixadas nas mutações passivas cuja diferença representa o valor real das mesmas e atingiu a cifra de CR$ 32.321.706 milhões.

5.3 - RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial é a diferenção entre as Variações Patrimoniais Ativas e Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício. No caso, tivemos um superávit patrimonial, significando um acréscimo patrimonial de Cr$ 23.628.891 milhões.

RESUMO

CR$ milhões

Variações Ativas	2.611.836.929
Variações Passivas	2.588.208.038
Superávit do Exercício	23.628.891

5.3.1 - Variações Passivas Orçamentárias

Nas Variações Passivas Orçamentárias:

a) as Despesas representaram a execução da dotação orçamentária em cumprimento às Leis pertinentes;

b) as Interferências Passivas demonstraram as incorporações e desincorporações de despesas e receitas entre as unidades gestoras, mantendo correlação com as interferências Ativas descritas no subitem 5.2; e

c) as Mutações Passivas refletiram o equilíbrio do resultado de gestão, de cada unidade gestora, em virtude da execução orçamentária, basicamente das operações de crédito internas e externas para cobertura de "déficit" orçamentário.

5.4 - RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO

Na composição do Resultado Extra-Orçamentário:

a) as Interferências Passivas refletiram as transferências de bens e valores entre as unidades gestoras, independentes da execução orçamentária. Foram as movimentações de bens móveis, materiais de consumo e outros valores;

b) as Mutações Passivas representaram as variações ocorridas em função das baixas de créditos, incorporação de obrigações e os ajustes correspondentes, incluindo as correções da dívida interna, externa e as transferências do resultado do Banco Central e da Dívida Pública. Nesse grupo também consta o registro das baixas da reavaliação dos bens imóveis da União que foram inicialmente contabilizados a maior.

III - BALANÇOS FINANCEIRO E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Considera-se como Administração Indireta ou Fundacional as entidades federais sujeitas à prestação de contas, dotadas de personalidade jurídica própria e que têm seus balanços consolidados e que são:

a) Autarquias;

b) Fundações Públicas;

c) Empresas Públicas; e

d) Sociedades de Economia Mista.

Também constam como administração indireta no Balanço Geral da União, os Fundos Federais, sejam eles geridos por órgãos/ministérios da administração direta ou por entidades da administração indireta.

Os valores referentes à participação da união nas Sociedades de Economia Mista compõem a Demonstração de Conta - Participação Societária, volume II.

1. AUTARQUIAS

1.1 - CONCEITO

As Autarquias constituem uma das categorias de entidades da Administração Indireta, criadas por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas da Administração Pública e que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

1.2 - COMPOSIÇÃO

A administração Indireta conta com 79 (setenta e nove) Autarquias, sendo que desse total 76 (setenta e seis) utilizam o SIAFI de forma total e 03 (três) na modalidade parcial, isto é, integram Balancetes.

No quadro a seguir demonstramos o quantitativo de Autarquias dentro dos Órgãos Superiores e o percentual de participação de cada um desses órgãos:

ÓRGÃO	QUANT.	%
Secretaria de Assuntos Estratégicos	01	1,3
Ministério da Cultura	01	1,3
Ministério da Integração Regional	04	5,0
Ministério do Meio Ambiente	01	1,3
Ministério da Aeronáutica	01	1,3
Min. da Agric. Abastecimento e Reforma Agrária	01	1,3
Ministério da Fazenda	07	8,8
Ministério da Educação e Desporto	54	68,3
Ministério dos Transportes	01	1,3
Ministério da Marinha	01	1,3
Ministério da Saúde	02	2,5
Ministério da Previdência Social	01	1,3
Ministério da Indústria, Comércio e Turismo	03	3,7
Ministério das Minas e Energia	01	1,3
TOTAL	79	100,0

1.3 - EM EXTINÇÃO

De acordo com a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e 8.689 de 27 de julho de 1993, encontra-se em fase de extinção as seguintes Autarquias:

- Instituto do Açúcar e do Álcool;
- Instituto Brasileiro do Café; e
- Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

1.4 - BALANÇO FINANCEIRO

As receitas e despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias, demonstradas no quadro a seguir estão resumidas nos seguintes agrupamentos:

I N G R E S S O S

CR$ milhões

NATUREZA	1993 BACEN	1993 DEMAIS AUT	1993 TOTAL	1993 %	1992 %
ORÇAMENTÁRIA	61.611	6.077.691	6.139.302	10,1	16,6
Rec.Corren.	61.611	2.424.489	2.486.100	4,1	10,8
Rec.Capital	-	131.697	131.697	0,2	0,5
Transf.Rec.	-	3.521.505	3.521.505	5,8	5,3
EXTRA-ORÇAM.	53.431.899	865.066	54.296.965	89,8	83,4
Transf.Rec.	-	2.071	2.071	-	-
Ingressos	53.431.899	862.995	54.294.894	89,8	83,4
* DISP.EXER. ANTERIOR	-	15.333	15.333	-	0,2
TOTAL	53.493.510	6.958.090	60.451.600	100,0	100,0

(*) - A divergência entre o valor do Disponível do Exercício Anterior e o publicado no Balanço Geral da União - Exercício 1992, decorre dos ajustes por conversão de moeda e taxa do US$ aplicada nos órgãos que possuem UG no exterior.

D I S P Ê N D I O S

CR$ milhões

NATUREZA	1993 BACEN	1993 DEMAIS AUT	1993 TOTAL	1993 %	1992 %
ORÇAMENTÁRIA	61.611	6.107.593	6.169.204	10,2	66,7
Desp.Cor.	57.939	3.311.280	3.369.219	5,6	60,9
Desp.Capit.	3.672	184.388	188.060	0,3	0,5
Transf.Conc	-	2.611.925	2.611.925	4,3	5,3
EXTRA-ORÇAM.	53.431.899	256.516	53.688.415	88,8	32,4
Transf.Conc	-	2.071	2.071	-	-
Dispêndios	53.431.899	254.445	53.686.344	88,1	32,4
DISP.P/EXER. SEGUINTE	-	593.981	593.981	1,0	0,9
TOTAL	53.493.510	6.958.090	60.451.600	100,0	100,0

1.4.1 - Receitas Orçamentárias

As Receitas Correntes e de Capital, que integram o grupo da Receita Orçamentária apresentaram a participação de 40,5% e 2,1%, respectivamente.

1.4.1.1 - Receitas Correntes

As transferências correntes se apresentaram até o mês de Dez/93 como uma importante fonte de recursos das Autarquias, excetuando-se o BACEN, tendo atingido a cifra de Cr$ 2.237.921 milhões, participando com 36,5% da receita orçamentária. No geral, constatamos que as Receitas Patrimoniais atingiram a cifra de Cr$ 132.078 milhões, participando com 2,2% da receita orçamentária e com 5,3% do grupo de receitas correntes. As receitas de serviços merecem destaque por ser a 3ª maior receita, tendo atingido a cifra de Cr$ 89.964 milhões.

1.4.1.1.a - Receitas Patrimoniais

Nas Receitas Patrimoniais destacamos os Juros de Títulos de Renda em que o FNDE registra o valor Cr$ 92.103 milhões, representando 69,7% do total dessa conta.

1.4.2 - Transferências Intragovernamentais

As receitas classificadas nas Autarquias como Intragovernamentais - Corrente e Capital, e que representaram as transferências Orçamentárias efetuadas pelo Governo Federal até Dezembro de 1993, atingiram o montante de Cr$ 2.328.824 milhões, estando assim distribuido:

CR$ Milhões

AUTARQUIAS	VALOR	%
Instituto Nacional de Seguridade Social	2.299.543	98,7
Inst. Nac. de Assist. Medica e Previd. Social	28.934	1,2
Outras	347	0,1
TOTAL	2.328.824	100,0

1.4.3 - Despesas Orçamentárias

As Despesas Correntes e de Capital, que integram o Grupo da Despesa Orçamentária apresentaram a participação de 54,6% e 3,0%, respectivamente.

1.4.3.1 - Despesas Correntes

A composição das Despesas Correntes encontra-se resumida no quadro a seguir:

CR$ milhões

NATUREZA	1993		1992
	VALOR	%	%
Pessoal e Encargos Sociais	551.225	16,4	2,1
Juros e Encargos da Dívida Interna	921	-	36,5
Juros e Encargos da Dívida Externa	7.106	0,2	51,0
Outras Despesas Correntes	2.809.967	83,4	10,4
TOTAL	3.369.219	100,0	100,0

O pagamento de aposentadorias e reformas foi a que mais concorreu na composição das despesas correntes até o mês de Dezembro de 1993, tendo atingido a importância de CR$ 1.294.308 milhões.

1.4.3.2 - Despesas de Capital

A composição das Despesas de Capital encontra-se resumida no quadro abaixo:

CR$ milhões

NATUREZA	1993 VALOR	1993 %	1992 %
Investimentos	162.833	86,6	88,9
Inversões Financeiras	13.110	7,0	4,6
Amortização da Dívida Interna	74	-	0,2
Amortização da Dívida Externa	12.014	6,4	5,7
Outras Despesas de Capital	30	-	0,6
TOTAL	188.061	100,0	100,0

Nas despesas de Capital, os Investimentos em Aplicações Diretas com Obras e Instalações apresentou maior participação.

1.4.3.3 - Disponível para o Período Seguinte

Os recursos financeiros disponíveis para aplicação imediata no período seguinte atingiram a soma de CR$ 593.981 milhões compostos assim:

CR$ milhões

	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Conta Única do Tesouro Nacional	56.878	9,6	11,2
Conta única da Prev. Social	345.570	58,2	66,3
Aplicações Financeiras	162.096	27,3	-
Outras Disponibilidades	29.436	4,9	22,5

1.5 - BALANÇO PATRIMONIAL

A exemplo do que foi demonstrado no Balanço Financeiro apresentaremos a seguir a estrutura sintetizada do Balanço Patrimonial de todas as Autarquias.

BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O

CR$ milhões

NATUREZA	1 9 9 3			1993	1992
	B A C E N	DEMAIS AUT	T O T A L	%	%
Financeiro	240	758.400	758.640	0,8	10,3
Não Finan.	34.727.838	3.948.718	38.676.556	38,4	58,7
Ativo Real	34.728.078	4.707.118	39.435.196	39,2	69,0
Compensado	60.655.054	508.250	61.163.304	60,8	31,0
T O T A L	95.383.132	5.215.368	100.598.500	100,0	100,0

P A S S I V O

CR$ milhões

NATUREZA	1 9 9 3			1993	1992
	B A C E N	DEMAIS AUT	T O T A L	%	%
Financeiro	8.635.284	445.925	9.081.209	9,0	14,2
Não Finan.	22.121.959	983.423	23.105.382	23,0	41,6
Pas. Real	30.757.243	1.429.348	32.186.591	32,0	55,8
Patr. Líq.	3.970.835	3.277.770	7.248.605	7,2	13,2
Compensado	60.655.054	508.250	61.163.304	60,8	31,0
T O T A L	95.383.132	5.215.368	100.598.500	100,0	100,0

Através das Demonstrações acima, podemos concluir que 94,8% dos registros que compõem o Balanço Patrimonial das Autarquias corresponde ao BACEN.

1.5.1 - Ativo Financeiro

O Ativo Financeiro é formado pelos componentes demonstrados no quadro a seguir, e corresponde a 0,8% do total do Ativo, considerando-se o BACEN e 14,5% excluindo-o.

CR$ milhões

	1 9 9 3	%	1992 %
Disponível	593.981	78,3	6,2
Créditos em Circulação	164.659	21,7	93,8
T O T A L	758.640	100,0	100,0

1.5.1.1 - Créditos em Circulação

Os Créditos em Circulação, responsáveis por 21,7% do Ativo Financeiro considerando-se o BACEN e 21,6% excluindo-o, apresenta os seguintes desdobramentos:

a) Do total de CR$ 38.963 milhões, registrado em Depósitos Realizáveis a Curto Prazo, 99,9% está classificado como Depósitos Especiais, isto é, depósitos vinculados em contas bancárias relativas a obrigações contratuais e convenções;

b) Do total registrado como Créditos a Receber, apenas 1,2% está registrado no BACEN. Nas demais Autarquias esses valores correspondem a CR$ 20.079 milhões com destaque para os Recursos Especiais a Receber; e

c) Dos valores registrados como Devedores Diversos - CR$ 1.234 milhões, merece destaque a importância registrada a título de Recursos da União, que representa o valor a ser recolhido a Conta Única do Tesouro Nacional.

1.5.2 - Ativo Não Financeiro

O Ativo Não Financeiro é formado pelos componentes abaixo e corresponde a 38,5% do total do Ativo, considerando-se o BACEN e 77,7% excluindo-o.

CR$ milhões

	1 9 9 3	%	1992 %
Realizável a Curto Prazo	11.427.178	29,6	64,8
Valores Pendentes a Curto Prazo	40.639	0,1	-
Realizável a Longo Prazo	24.681.017	63,8	33,3
Permanente	2.527.722	6,5	4,0
T O T A L	38.676.556	100,0	100,0

1.5.2.1 - Realizável a Curto Prazo

Dentro do Realizável a Curto Prazo os Créditos em Circulação representaram 7,1% do Ativo Não Financeiro, com destaque para Recursos Vinculados que apresentou o valor de CR$ 2.225.161 milhões, sendo que 99,9% está registrado no BACEN. Esse valor representa a apropriação dos créditos por empréstimos concedidos por essa Autarquia, por autorizações legais ou vinculadas a contratos e acordos, com vencimentos a curto prazo.

Vale ser mencionado ainda os Bens e Valores em Circulação por representar 22,4% do Ativo Não Financeiro, com destaque para Títulos e Valores que apresenta a importância de CR$ 8.279.028 milhões. Desse total, 99,9% está registrado no BACEN.

1.5.2.2 - **Realizável a Longo Prazo**

No Realizável a Longo Prazo destacamos os Créditos da União, Estados e Municípios no montante de Cr$ 16.725.551 milhões, representando 67,8% do grupo. Nesta conta estão registrados os créditos da União, dos Estados e Municípios realizáveis após o exercício seguinte, relativos a Dívida Ativa, Títulos da Dívida Agrária e Títulos Públicos - Letras Especiais, com destaque para esta última.

1.5.2.3 - **Permanente**

O Permanente é formado pelos componentes abaixo e corresponde a 2,5% do total do Ativo, se considerarmos o BACEN e 20,9% excluindo-o.

CR$ milhões

	1 9 9 3	%	1992 %
Investimentos	1.411.575	55,8	85,7
Imobilizado	1.116.147	44,2	14,3
T O T A L	2.527.722	100,0	100,0

1.5.2.3.a - **Investimentos**

Dentro dos Investimentos a conta Outros Investimentos apresentou-se como a mais representativa, totalizando a importância de CR$ 1.393.993 milhões.

1.5.3 - **Ativo Real**

Representa a soma do Ativo Financeiro com o Não Financeiro e no caso das Autarquias apresentou um montante de CR$ 39.435.196 milhões.

1.5.4 - **Ativo Compensado**

O Ativo Compensado apresentou um montante de CR$ 61.163.304 milhões, representando 60,8% do total do Ativo se considerarmos o BACEN e 9,7% excluindo-o. Sua composição está demonstrada no quadro seguinte:

CR$ milhões

ATIVO COMPENSADO	1 9 9 3		1992
	VALOR	%	%
Compensações Ativas Diversas			
Responsab. p/ Tít. e Valores	18.773	-	0,1
Comodato de Bens	330	-	-
Depósitos FGTS - Não optante	140	-	-
Garantia de Valores	238.212	0,4	8,3
Dir. e Obrigações Contratuais	481.084	0,8	2,6
Conc.de Aux., Contr. e Subven.	160	-	-
Outras Compensações	60.424.605	98,8	89,0
T O T A L	61.163.304	100,0	100,0

É importante ressaltar que do valor citado anteriormente, CR$ 60.424.605 milhões referem-se a Outras Compensações estando registradas neste grupo Bens e Valores em Trânsito, Importações em Andamento e Diversas Compensações.

1.5.5 - Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro é formado pelos componentes abaixo e corresponde a 9,0% do total do Passivo, considerando-se o BACEN e 8,5% excluindo-o.

CR$ milhões

	1993	%	1992 %
Depósitos	8.472.527	93,3	95,0
Obrigações em Circulação	563.869	6,2	4,9
Valores Pend. a Curto Prazo	44.813	0,5	0,1
T O T A L	9.081.209	100,0	100,0

1.5.5.1 - Depósitos

Os Depósitos representaram 93,3% do Passivo Financeiro e correspondem entre outros, a valores recolhidos por terceiros a título de depósitos e cauções e não devolvidos até 31.12.93, além dos créditos recebidos pelas Autarquias para posterior recolhimento ao Tesouro Nacional.

1.5.5.2 - Obrigações em Circulação

As Obrigações em Circulação representaram 6,2% do Passivo Financeiro, considerando-se o BACEN e 88,1% excluindo-o.

As Obrigações em Circulação apresenta o seguinte desdobramento:

CR$ milhões

	1993	%	1992 %
Obrigações a Pagar	239.365	42,5	52,7
Credores Diversos	166	-	0,3
Adiantamentos Recebidos	2	-	-
Val. em Trânsito Exigiveis	48.058	8,5	0,1
Rec. a liberar p/Transferência	15.134	2,7	-
Outras Obrigações a Pagar	261.144	46,3	-
T O T A L	563.869	100,0	100,0

Do valor registrado como Obrigações a Pagar 82,9% é relativo a Restos a Pagar - Não Processados.

Os Credores Diversos representaram basicamente os valores relativos a Outras Entidades, e representa os compromissos exigíveis em até 12 meses, decorrentes de Créditos juntos a diversas entidades.

As Outras Obrigações a Pagar representaram registros não classificados nos itens anteriores sendo que, do total de CR$ 261.144 milhões 61,7% está registrado no BACEN.

1.5.6 - Passivo Não Financeiro

O Passivo Não Financeiro, constituído por saldos das obrigações a curto e a longo prazos que não provocaram diretamente efeitos financeiros até a data de 31.12.93, apresentou a seguinte disposição:

CR$ milhões

	1 9 9 3	%	1992 %
Obrigações em Circulação	6.087.452	26,4	32,5
Val. Pend. a Curto Prazo	28.410	0,1	-
Exigível a Longo Prazo	16.899.520	73,5	67,5
T O T A L	23.105.382	100,0	100,0

As obrigações em circulação registradas no BACEN corresponderam a 98,0% dos registros das Autarquias, devendo ser destacada a conta Operações de Créditos-Internas - Outros Títulos, no montante de CR$ 5.963.473 milhões e que representa os valores exigíveis em 12 meses, decorrentes da colocação no Mercado de Títulos. Esse valor registra a colocação de títulos a financiar as necessidades do Tesouro.

O Exigível a Longo Prazo contém basicamente as obrigações provenientes de Operações de Crédito - Internas e Externas, com destaque para esta última, e compreende os recursos exigíveis a longo prazo, obtidos através de operações contratadas com instituições domiciliadas dentro e fora do país. O BACEN participou com 93,3% dos registros nas Operações de Crédito Interna e 98,8% nas de Crédito Externa.

1.5.7 - Passivo Real

Representa a soma do Passivo Financeiro e Não Financeiro, e apresentou um montante de CR$ 32.186.590 milhões.

1.5.8 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é constituído do Patrimônio/Capital, Reservas e Resultado Acumulado e apresentou em 31.12.93 a seguinte situação:

Cr$ milhões

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1993		1992
	VALOR	%	%
Patrimônio/Capital	565.557	7,8	11,3
Reservas	1.872.239	25,8	12,2
Resultado Acumulado	4.810.809	66,4	76,5
TOTAL	7.248.605	100,0	100,0

1.5.9 - Passivo Compensado

O Passivo Compensado contém a contrapartida dos valores registrados no Ativo Compensado.

2 - FUNDAÇÕES PÚBLICAS

2.1 - CONCEITO

Fundações Públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, criadas em virtude de autorização legislativa para o desenvolvimento de atividades de interesse público como é a educação, cultura e pesquisa, sempre merecedoras de amparo legal.

São criadas por lei específica e estruturadas por Decreto, independente de qualquer registro.

O Orçamento das Fundações Públicas é formalmente idêntico ao das entidades para estatais, devendo atender ao disposto no art. 165, § 5º da Constituição Federal.

2.2 - COMPOSIÇÃO

Temos constituídas na administração pública federal, 42 Fundações Públicas. Além dessas está ainda em processo de liquidação, a Fundação Nacional Pró-Leitura.

A composição das Fundações Públicas, de acordo com a vinculação ao órgão superior, está abaixo discriminada:

ÓRGÃO SUPERIOR	QUANTIDADE	%
Ministério da Cultura	04	9,3
Ministério de Ciência e Tecnologia	02	4,7
Ministério do Bem-Estar Social	02	4,7
Ministério do Exército	01	2,3
Ministério da Educação e Desporto	24	55,7
Ministério da Justiça	01	2,3
Ministério das Relações Exteriores	01	2,3
Ministério da Saúde	03	7,0
Ministério do Trabalho	02	4,7
E.M.F.A	01	2,3
Seplan	02	4,7
TOTAL	43	100,0

2.2.1 - Em Destaque

Podemos enumerar nesse universo algumas Fundações que são nominalmente conhecidas da sociedade brasileira por seus relevantes serviços prestados à comunidade. Estas entidades destacadas prestam serviços na área de pesquisas científicas, na área de assistência social ou do ensino público:

a) CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
b) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
c) IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

d) FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz;
e) LBA - Fundação Brasileira de Assistência;
f) FUB - Fundação Universidade de Brasília;
g) UFV - Universidade Federal de Viçosa;
h) FAE - Fundação de Assistência ao Estudante;
i) FUNAI - Fundação Nacional do Índio;
j) FBN - Fundação Biblioteca Nacional;
l) FCBIA - Fundação Centro Brasileira para a Infância e Adolescencia;
m) FNS - Fundação Nacional de Saúde.

Do universo das Fundações Públicas 20 são entidades de ensino superior. Isto representa 46,5% do total das fundações públicas.

2.3 - BALANÇO FINANCEIRO

2.3.1 - Estrutura

A estrutura do Balanço Financeiro está sintetizada abaixo:

CR$ milhões

INGRESSOS	VALOR	DISPÊNDIOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIOS	428.797	ORÇAMENTÁRIOS	484.405
Receitas Correntes	32.920	Despesas Correntes	333.236
Receitas de Capital	366	Desp. de Capital	28.749
Transf. Recebidas	395.511	Transf. Concedidas	122.420
INGRESSOS EXTRA-ORÇ.	193.192	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇ	82.847
Trans. Recebidas	299	Transf. Concedidas	299
Ingressos	192.893	Dispêndios	82.548
DISP. EXERC.ANTERIOR	1.149	DISP.P/EXERC.SEG.	55.886
Conta Única Tes.Nac.	665	Conta Única Tes.Nac	19.847
Aplic. Financeiras	229	Aplic. Financeiras	26.443
Outras Disponibil.	255	Outras Disponibil.	9.396
T O T A L	623.138	T O T A L	623.138

2.3.2 - Receitas Orçamentárias

CR$ milhões

RECEITAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Receitas Correntes	32.920	99,0	93,4
Receita Patrimonial	22.980	69,0	3,4
Receita Industrial	388	1,2	-
Receita de Serviços	5.024	15,1	2,4
Transferências Correntes	2.531	7,6	86,8
Transf. Intragovernamentais	2.298	6,9	
Outras Transf. Correntes	233	0,7	
Outras Receitas Correntes	1.962	5,9	0,7
Outras Receitas	35	0,2	0,1
Receitas de Capital	366	1,0	6,6
Alienação de Bens	103	0,3	
Transferências de Capital	154	0,4	6,5
Transf. Intragovernamentais	4	0,0	
Outras Transf. de Capital	150	0,4	
Outras Receitas de Capital	109	0,3	0,1
T O T A L	33.286	100,0	100,0

A composição das receitas arrecadadas pelas Fundações Públicas não foi similar aos anos anteriores. As receitas mais significativa foram as provenientes de Receitas Patrimoniais e Transferências de Capital, que somaram 69,0% e 0,4%, respectivamente. Porém, na Receita Patrimonial, o destaque ficou para a Fundação Jorge D. Fig. de Seg. e Med. do Trabalho, que apresentou um percentual de 76,0% do total da conta "Valores Mobiliários", sendo que em "Juros de Títulos de Renda", apresentou percentual de 83,0% do total deste valor.

Além dessas, 15,1% foram provenientes de Receita de Serviços e 7,6% de Transferências Correntes.

Do Universo de entidades juridicamente constituídas como Fundações Públicas, demonstramos no quadro abaixo as maiores recebedoras de recursos da União.

CR$ milhões

F U N D A Ç Õ E S	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Fund. Jorge D. Fig. de Seg.Med.Trab.	2.288	99,5	0,8
Fund. Centro Tec. p/ Informática	6	0,3	0,2
Fund. Facul. Ciên. Médicas Poa	2	0,1	0,2
Fund. Universidade Fed. de Uberlândia	2	0,1	2,0
Fund. Universidade de Roraima	-	-	0,1
Fund. Universidade do Rio Grande - RS	-	-	1,0
Outras Fundações	-	-	95,7
T O T A L	2.298	100,0	100,0

Essas seis Fundações que representaram 14,0% do universo delas, foram recebedoras do total das Receitas Transferidas pelo Governo Federal.Conforme os dados acima, observa-se que, em dados percentuais, a Fundação Jorge D. Figueiredo de Seg. e Med. do Trabalho foi a verdadeira recebedora dos recursos transferidos pela União, uma vez que as demais, não chegam a somar 1,0% destes recursos, o que não acontece nos demais anos, nos quais os mesmos foram distribuídos por um número bem maior dessas entidades.

2.3.3 - Despesas Orçamentárias

A composição das despesas das entidades da administração pública, constituídas sob a forma jurídica de Fundações, foi resumida no quadro abaixo:

CR$ milhões

D E S P E S A S	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Despesas Correntes	333.236	92,1	92,6
Aplicação Direta e Transf.Inter-governamental	333.236	92,1	-
Pessoal e Encargos Sociais	140.851	38,9	48,0
Juros e Encargos Dívida Interna	90	0,0	2,9
Juros e Encargos Dívida Externa	136	0,0	0,0
Outras Despesas Correntes	192.159	53.2	41,7
Despesas de Capital	28.749	7,9	7,4
Aplicação Direta e Transf.Inter-governamental	28.749	7,9	-
Investimentos	26.998	7;5	7,2
Inversões Financeiras	33	0,0	0,1
Amortização da Dívida Interna	38	0,0	0,0
Amortização da Dívida Externa	328	0,0	0,1
Outras Despesas de Capital	1.352	0,4	0,0
T O T A L	361.985	100,0	100,0

Dos dados expostos, concluímos que as despesas básicas das Fundações, incluindo aí as 20 universidades federais foram basicamente para Pessoal e Encargos Sociais e Custeio Administrativo.

Nesse exercício, os gastos com Investimentos nas instituições superiores e mesmo nas outras Fundações, foram em termos percentuais, iguais aos de 1992, estando em 7,5% do total das despesas dessas entidades.

2.3.4 - Disponibilidade para o Período Seguinte

Este grupo teve a seguinte composição:

CR$ milhões

DISPONIBILIDADE PARA PERÍODO SEGUINTE	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Conta Única do Tesouro Nacional	19.847	35,5	57,9
Aplicações Financeiras	26.443	47,3	-
Outras Disponibilidades	9.596	17,2	42,1
T O T A L	55.886	100,0	100,0

Esses valores representaram o saldo financeiro das Fundações no encerramento do exercício de 1993, demonstrando que de toda a movimentação financeira do período houve um saldo positivo.

O Resultado Financeiro do exercício foi de Cr$ 55.886 milhões que equivaleu ao saldo líquido do exercício, representando 9,0 % dos recursos movimentados no período.

2.4 - BALANÇO PATRIMONIAL

2.4.1 - Estrutura

A estrutura do Balanço Patrimonial está sintetizada a seguir:

CR$ milhões

A T I V O	V A L O R	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Financeiro	111.186	0,4	30,8
Não Financeiro	26.484.620	98,8	32,0
ATIVO REAL	26.595.806	99,2	62,8
Compensado	220.582	0,8	37,2
T O T A L	26.816.388	100,0	100,0

P A S S I V O	V A L O R	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Financeiro	93.038	0,3	13,8
Não Financeiro	40.961	0,2	11,8
PASSIVO REAL	133.999	0,5	25,6
Patrimônio Líquido	26.461.807	98,7	37,2
Compensado	220.582	0,8	37,2
T O T A L	26.816.388	100,0	100,0

Passaremos a comentar a composição do Ativo Patrimonial e só após o faremos para o Passivo Patrimonial:

2.4.2 - Ativo Financeiro

Compreendem os Créditos e Valores Realizáveis a Curto Prazo, contas que independem de autorização orçamentária.

A sua composição está abaixo discriminada:

CR$ milhões

ATIVO FINANCEIRO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Disponível	55.886	50,3	33,2
Créditos em Circulação	55.300	49,7	66,8
T O T A L	111.186	100,0	100,0

Nesse grupo os valores representativos foram as Disponibilidades em Moeda, especialmente a Nacional e os Créditos a Receber. São recursos que foram recebidos pelas Fundações, sem vinculação orçamentária.

Os Adiantamentos foram recursos pagos antecipadamente em Consignações para Pessoal, especialmente.

O saldo positivo da equação Ativo Financeiro - Passivo Financeiro, será o superávit financeiro que passa a constar como fonte de créditos adicionais para o próximo exercício, conforme dispõe a Lei no. 4.320/64, art. 43, § 1º, item 1.

Concretamente essa definição da Lei 4.320/64, representa o índice de liquidez.

2.4.3 - Ativo Não Financeiro

Abrange o conjunto de bens e direitos das entidades que não interferiram na composição dos valores financeiros. Constituíram-se de:

CR$ milhões

ATIVO NÃO FINANCEIRO	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Realizável a Curto Prazo	51.830	0,3	40,9
Valores Pendentes a Curto Prazo	9.717	-	7,1
Realizável a Longo Prazo	1.985	-	0,6
Permanente	26.421.088	99,7	51,4
T O T A L	26.484.620	100,0	100,0

Os itens mais relevantes que compuseram o Realizável a Curto Prazo foram, Estoque e Recursos a Receber com 40,4% e 34,5%, respectivamente.

Em Valores Pendentes a Curto Prazo - destacaram-se os valores diferidos que são os recursos já em poder das entidades para fazer face a parte da execução do orçamento do próximo exercício, ou seja, é uma cota livre da entidade e as despesas antecipadas que são aquelas cujos benefícios deverão ocorrer após o pagamento.

Em Realizável a Longo Prazo - os Creditos Realizáveis a Longo Prazo foram os valores expressivos deste grupo. Neste caso, enumeramos os Empréstimos e Financiamentos levantados pelas Fundações para fazer frente as suas necessidades operacionais e de desenvolvimento.

No Permanente foram alocados os recursos aplicados em bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. São os Investimentos, e o Imobilizado, conforme demonstração abaixo:

CR$ milhões

P E R M A N E N T E	V A L O R	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Investimentos	28	-	0,3
Imobilizado	26.421.060	100,0	99,7
T O T A L	26.421.088	100,0	100,0

Os valores expressivos do grupo acima foram os Bens Móveis e Imóveis do item Imobilizado.

Neste particular vale ressaltar a não correção dos Bens Móveis e Imóveis registrados na contabilidade das instituições. Este fato vem provocando a erosão dos valores referentes aos direitos e bens das Fundações Públicas.

2.4.4 - Ativo Real

É o resultado da composição do Ativo Financeiro e o Não Financeiro e evidenciou as alterações patrimoniais sofridas pelas fundações públicas no período.

2.4.5 - Ativo Compensado

O Ativo Compensado compreende contas com funções de controle, relacionadas aos bens e direitos e não compreendidas no patrimônio, mas que direta ou indiretamenta possam afetá-lo.

Sua composição está abaixo discriminada:

CR$ milhões

ATIVO COMPENSADO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS			
Responsável por Títulos e Valores	1.486	0,2	0,3
Comodato de Bens	568	0,3	0,7
Depósitos FGTS - Não optante	-	-	-
Garantias de Valores	888	0,4	7,7
Ações a Integralizar	-	-	-
Direitos e Obrigações Contratuais	213.359	97,2	87,8
Concessão de Aux.Contrib. e Subvenções	4.127	1,8	3,3
Outras Compensações	154	0,1	0,2
T O T A L	220.582	100,0	100,0

2.4.6 - Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro compreende os compromissos exigíveis, cujos pagamentos idependem de autorização legislativa.

É representado pelas dívidas a curto prazo, conforme demonstração abaixo:

CR$ milhões

PASSIVO FINANCEIRO	V A L O R	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Depósitos	1.978	2,1	3,5
Obrigações em Circulação	91.059	97,9	96,5
T O T A L	93.038	100,0	100,0

A diferença entre os valores do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro é o resultado financeiro do período, que no caso foi déficit de CR$ 18.148 milhões.

O item mais significativo desse grupo foi Obrigações em Circulação, que é composta dos seguintes subitens:

Restos a Pagar - que foram despesas regularmente empenhadas mas não pagas até o final do exercício; e

Outras Obrigações que foram essencialmente recursos devidos a Pessoal e a Fornecedores.

2.4.7 - Passivo Não Financeiro

Compreende os compromissos que dependem de autorização legislativa. São as Dívidas a Longo Prazo, superior a 360 dias e que normalmente foram contraídas para equilibrar o orçamento e/ou também financiar os Investimentos programados.

Estão demonstrados, conforme abaixo:

CR$ milhões

PASSIVO NÃO FINANCEIRO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Obrigações em Circulação	27.412	66,9	68,4
Valores Pendentes a Curto Prazo	4.734	11,6	13,8
Exígivel a Longo Prazo	8.814	21,5	17,8
T O T A L	40.960	100,0	100,0

Neste grupo, podemos enumerar como os mais expressivos do período, os seguintes itens:

Obrigações em Circulação: Foram principalmente os recursos aprovados e que foram liberados a Título de Transferência para honrar as obrigações do exercício anterior.

Valores Pendentes a Curto Prazo: Foram as Receitas obtidas e que ainda não foram apropriadas adequadamente e os Recursos Diferidos que são os recursos já a disposição das entidades para o próximo exercício

Exígivel a Longo Prazo: Neste item destacamos os financiamentos contratados com organismos internacionais.

2.4.8 - Passivo Real

Sua composição deriva da adição do Passivo Financeiro e Não Financeiro, conforme demonstrado a seguir:

CR$ milhões

PASSIVO REAL	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Passivo Financeiro	93.038	69,4	53,9
Passivo não Financeiro	40.960	30,6	46,1
T O T A L	133.998	100,0	100,0

2.4.9 - Patrimônio Líquido

Compreende o resultado dos componentes patrimoniais ativos e passivos. Sendo positivo representou uma situação patrimonial superavitária e se ocorreu saldo negativo representou uma situação patrimonial deficitária.

CR$ milhões

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1992	1991
Patrimônio/Capital	2.941	-	3,3
Reservas	9.853	0,1	8,4
Resultado Acumulado	26.449.014	99,9	88,3
T O T A L	26.461.807	100,0	100,0

No período, a posição das Fundações é superavitária, indicando um resultado positivo do exercício.

2.4.10 - Passivo Compensado

Compreende contas com função de controle, relativas as obrigações não compreendidas no patrimônio, mas que direta ou indiretamente possam afetá-lo. Sua composição está discriminada a seguir:

CR$ milhões

PASSIVO COMPENSADO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS			
Títulos e Val. sob Responsabilidade	1.486	0,2	0,3
Bens em Comodato	568	0,3	0,7
Depósitos FGTS - Não Optante	-	-	-
Valores em Garantia	888	0,4	7,7
Ações a Integralizar	-	-	-
Direitos e Obrigações Contratadas	213.359	97,2	87,8
Auxílios, Contrib.e Subven.Conced.	4.127	1,8	3,3
Outras Compensações	154	0,1	0,2
T O T A L	220.582	100,0	100,0

3 - FUNDOS ESPECIAIS

3.1 - CONCEITOS

De acordo com o art. 71 da Lei 4.320/64, o Fundo Especial é constituído pelo produto de receitas específicas que, por lei, vinculam-se à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Os Fundos Especiais apresentam sua base de Legislação na Lei 4.320/64, no Decreto-Lei 200/67 e no Decreto 93.872/86.

3.1.1 - Composição

A Administração Pública Federal administrou em 1993 um total de 72 (setenta e duas) gestões na modalidade "fundos" cadastradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Vinculadas a entidades da Administração Federal Indireta ou órgãos da Administração Direta.

No quadro abaixo encontra-se demonstrado o quantitativo de gestões fundo vinculadas a seus respectivos órgãos superiores, bem como o percentual de participação de cada um desses no montante daquelas gestões:

ÓRGÃO SUPERIOR	QUANTIDADE	%
Câmara dos Deputados	1	1,4
Senado Federal	3	4,2
Justiça Eleitoral	1	1,4
Secretaria da Administração Federal	1	1,4
Enap	1	1,4
Secretaria de Assuntos Estratégicos	2	2,8
Estado Maior das Forças Armadas	3	4,2
Sec.de Planej., Orçamento e Coordenação	1	1,4
Ministério da Cultura	2	2,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	5	6,9
Ministério da Integração Regional	2	2,8
Ministério do Meio Ambiente	1	1,4
Ministério da Aeronáutica	2	2,8
Min. Agric., Abast.e da Reforma Agrária	6	8,3
Ministério do Bem-Estar Social	2	2,8
Ministério da Fazenda	11	15,2
Ministério da Educação e Desporto	6	8,3
Ministério do Exército	1	1,4
Ministério dos Transportes	2	2,8
Ministério da Justiça	6	8,3
Ministério da Marinha	3	4,2
Ministério da Saúde	2	2,8
Min. do Trabalho e Previdência Social	7	9,6
Ministério da Ind. Comércio e Turismo	1	1,4
T O T A L	72	100,0

3.2 - BALANÇO FINANCEIRO

3.2.1 - Estrutura

Cr$ milhões

I N G R E S S O S		D I S P Ê N D I O S	
ORÇAMENTÁRIOS	6.985.524	ORÇAMENTÁRIOS	5.613.576
Receitas Correntes	4.380.871	Desp. Correntes	3.055.001
Receitas de Capital	326.473	Desp. de Capital	280.056
Transf. Recebidas	2.278.180	Transf. Concedidas	2.278.519
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	2.695.976	EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	3.239.099
Transf. Recebidas	4.830	Transf. Concedidas	4.830
Ingressos	2.691.146	Dispêndios	3.234.269
DISP. EXERC. ANTERIOR	40.596	DISP.P/ EXERC. SEG.	869.421
T O T A L	9.722.096	T O T A L	9.722.096

No grupo das Receitas Orçamentárias mereceu maior destaque a categoria das Receitas Correntes, que apresentou percentual de participação de 62,7%, daquelas receitas, enquanto a categoria das Receitas de Capital representou apenas 4,7%, cabe destacar que 32,6% das receitas orçamentárias refere-se a transferências recebidas.

3.2.2 - Receitas Orçamentárias

Cr$ milhões

R E C E I T A S	V A L O R	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
RECEITAS CORRENTES	4.380.871	93,0	96,2
Receita Tributária	55	-	-
Receita de Contribuição	2.022.526	43,0	36,0
Receita Patrimonial	429.416	9,1	33,1
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	97	-	-
Receita Serviços	251.542	5,3	1,1
Transferências Correntes	1.442.787	30,6	14,6
Outras Receitas Correntes	234.613	5,0	11,5
Dedução da Receita	(165)	-	(0,1)
RECEITAS DE CAPITAL	326.473	7,0	3,8
Operações de Crédito	64	-	-
Alienação de Bens	187	-	-
Amortização de Empréstimos	18.745	0,4	-
Transferências de Capital	299.294	6,4	3,8
Outras Rec. de Capital	8.183	0,2	-
T O T A L	4.707.344	100,0	100,0

Do demonstrativo receitas correntes e receitas de capital, cabe destacar que 43,0% das receitas correntes deveram-se à receita de contribuições e 30,6% às transferências correntes.

Cr$ milhões

Gestão	FUNDOS	VALOR
57.903	Fundo de Amparo ao Trabalhador	1.282.615
23.804	Fundo de Prev. Assist. Social	261.076
25.901	Fundo Nacional de Saude	110.773
21.911	Fundo Naval	1.776

Do total de gestões fundos, encontra-se demonstrado acima a relação dos maiores recebedores de Recursos da União.

A Receita dos fundos acima demonstrados representaram 95,0% das transferências (correntes e capital) efetivadas pela União, sendo que o volume mais expressivo dos recursos alocados a fundos no exercício de 1993 coube ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, com 73,6% do total das transferências, sendo 76,5% das transferências correntes e 60,0% das transferências de capital.

3.2.3 - Despesas Orçamentárias

Encontra-se demonstrado abaixo as Despesas Orçamentárias (correntes e capital) realizadas pelos fundos no exercício de 1993.

CR$ milhões

DESPESAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
DESPESAS CORRENTES	3.055.001	91,6	92,4
Aplicação Direta e Transf.Inter-governamental	570.069	17,1	-
Pessoal e Encargos Sociais	38.183	1,1	6,8
Juros e Encargos da Dív. Interna	861	-	4,9
Juros e Encargos da Dív. Externa	1.188	-	0,2
Outras Despesas Correntes	529.837	16,0	88,1
Transf. Intragovernamentais	2.484.932	74,5	-
DESPESAS DE CAPITAL	280.056	8,4	7,6
Aplicação Direta e Transf.Inter-governamental	266.414	8,0	-
Investimentos	51.315	1,5	2,7
Inversões Financeiras	211.665	6,4	4,9
Amortização da Dívida Interna	335	-	-
Amortização da Dív. Externa	3.020	0,1	-
Outras Despesas de Capital	79	-	-
Transf. Intragovernamentais	13.642	0,4	-
TOTAL	3.335.057	100,0	100,0

Das despesas dos fundos 91,6% referem-se a despesas correntes sendo que, 74,5% deveram-se às transferências intragovernamentais e 17,1% com aplicação direta.

Cabe destacar que do total das transferências correntes 86,0%, referem-se às transferências da arrecadação do FPAS para o INSS e INANPS.

No exercício de 1993, os gastos com Inversões Financeiras representaram 6,4% do total das Despesas. Houve um incremento em relação ao ano anterior de 1,5%.

3.2.4 - Disponibilidade para o Período Seguinte

São os recursos financeiros disponíveis para aplicação imediata no exercício seguinte, compostos conforme segue:

Cr$ milhões

D I S P O N Í V E L	V A L O R	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Conta Única do Tesouro Nacional	28.161	3,2	1,3
Aplicações Financeiras	697.309	80,2	4,0
Outras Disponibilidades	143.951	16,6	94,7
T O T A L	869.421	100,0	100,0

3.3 - BALANÇO PATRIMONIAL

3.3.1 - Estrutura

CR$ milhões

A T I V O	V A L O R	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Financeiro	1.696.974	44,3	44,4
Não Financeiro	1.798.715	47,0	45,7
Ativo Real	3.495.689	91,3	90,1
Compensado	331.615	8,7	9,9
T O T A L	3.827.304	100,0	100,0

P A S S I V O	V A L O R	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Financeiro	199.322	5,2	14,0
Não Financeiro	424.121	11,1	12,2
Passivo Real	623.443	16,3	26,2
Patrimônio Líquido	2.872.246	75,0	63,9
Compensado	331.615	8,7	9,9
T O T A L	3.827.304	100,0	100,0

3.3.2 - Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis, independente de autorização legislativa. Este grupo constituiu 44,3% do total do Ativo. Dentro do Ativo Financeiro o subgrupo do Disponível, que totalizou 51,2% do grupo em questão, sofreu uma redução em relação ao ano anterior de 14,6%.

CR$ milhões

ATIVO FINANCEIRO	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Disponível	869.422	51,2	65,8
Créditos em Circulação	827.552	48,8	34,2
TOTAL	1.696.974	100,0	100,0

3.3.3 - Ativo Não Financeiro

O subgrupo de valor mais relevante do Ativo Não Financeiro foi o Realizável a Longo Prazo, que participou com 54,4%.

CR$ milhões

ATIVO NÃO FINANCEIRO	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Realizável a Curto Prazo	337.465	18,8	34,1
Valores Pendentes a Curto Prazo	2.609	0,1	0,2
Realizável a Longo Prazo	977.676	54,4	54,1
Permanente	480.965	26,7	11,6
TOTAL	1.798.715	100,0	100,0

No Permanente foram alocados os recursos aplicados em bens, créditos e valores, cuja imobilização ou alienação dependem de autorização legislativa. Compõem-se dos Investimentos e do Imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

CR$ milhões

PERMANENTE	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Investimentos	321.637	66,9	75,0
Imobilizado	159.328	33,1	25,0
TOTAL	480.965	100,0	100,0

O valor mais expressivo do primeiro subgrupo acima refere-se a Participações Societárias, que compuseram 99,9% dos Investimentos, representando 66,9% de todo o Permanente.

3.3.4 - Ativo Real

CR$ milhões

ATIVO REAL	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Ativo Financeiro	1.696.974	48,5	49,3
Ativo Não Financeiro	1.798.715	51,5	50,7
TOTAL	3.495.689	100,0	100,0

O Ativo Real evidenciou o valor que os fundos efetivamente possuem em bens e direitos, em 1993, nos valores acima.

3.3.5 - Ativo Compensado

Compreende contas com funções de controle relacionadas a Bens e Direitos e não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam afetá-lo.

Mereceu destaque neste grupo o montante dos Direitos e Obrigações Contratuais, que representou 92,8% do grupo.

CR$ milhões

ATIVO COMPENSADO	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	331.615		
Responsab. por Tít.e Valores	6.189	1,9	0,6
Comodato de Bens	30	-	-
Apreensão de Mercadoras	-	-	-
Garantia de Valores	449	0,1	0,3
Direitos e Obrig. Contratuais	307.915	92,8	88,3
Conces. Aux. Contr. Subvenções	8.096	2,5	-
Outras Compensações	8.936	2,7	10,8
TOTAL	331.615	100,0	100,0

3.3.6 - Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro compreende os compromissos exigíveis e cujos pagamentos independem de autorização legislativa, representando 5,2% do passivo total.

Cr$ milhões

PASSIVO FINANCEIRO	VALOR	PARTICIPAÇÃO % 1993	PARTICIPAÇÃO % 1992
Depósitos	14.156	7,1	3,1
Obrigações em Circulação	183.315	91,9	96,9
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.851	1,0	-
TOTAL	199.322	100,0	100,0

O item de maior relevância foi o de Obrigações em Circulação que representou 91,9% do Passivo Financeiro.

A diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro representa o Superávit Financeiro, que será suporte para solicitação de créditos orçamentários.

3.3.7 - Passivo Não Financeiro

É formado pelos compromissos que dependem de autorização legislativa tanto para sua constituição quanto para seu resgate.

O Passivo Não Financeiro encontrou-se representado por 11,1% do passivo total.

CR$ milhões

PASSIVO NÃO FINANCEIRO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Obrigacões em Circulação	89.001	21,0	3,3
Valores Pendendentes a C. Prazo	2.201	0,5	0,1
Exigível a Longo Prazo	332.919	78,5	12,6
TOTAL	424.121	100,0	100,0

3.3.8 - Passivo Real

É composto pelo passivo financeiro e passivo não financeiro conforme demonstrado abaixo.

CR$ milhões

PASSIVO REAL	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Passivo Financeiro	199.322	32,0	53,2
Passivo Não Financeiro	424.121	68,0	69,2
TOTAL	623.443	100,0	100,0

3.3.9 - Patrimônio Liquido - PL

O Patrimônio Líquido apresentou um resultado positivo, cabendo maior destaque para o resultado do exercício, que compreenderam 72,3% do Patrimônio Líquido.

CR$ milhões

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
Patrimônio/Capital	467.903	16,3	(19,9)
Reservas	703.750	24,5	60,0
Resultado Acumulado	1.700.593	59,2	59,9
T O T A L	2.872.246	100,0	100,0

3.3.10 - Passivo Compensado

É formado por contas com função de controle, relativas a obrigações não compreendidas no patrimônio, mas que direta ou indiretamente possam afetá-lo. As contas de compensação, registradas no Ativo Compensado e no Passivo Compensado, mantiveram igualdade de valores no confronto entre os dois grupos.

Cr$ milhões

PASSIVO COMPENSADO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	
		1993	1992
COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	331.615	-	
Títulos e Val. sob Resp.	6.189	1,8	0,6
Bens em Comodato	30	-	-
Mercadorias Apreendidas	-	-	-
Valores em Garantia	449	0,1	0,3
Direitos e Obrig. Contratadas	307.915	92,8	88,3
Aux. Contrib. e Subv.Concedidas	8.096	2,5	-
Compensações Diversas	8.936	2,8	10,8
T O T A L	331.615	100,0	100,0

4 - EMPRESAS PÚBLICAS FEDERAIS

4.1 - CONCEITO

Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

4.2 - COMPOSIÇÃO

Atualmente, no âmbito da administração federal, existem 18 empresas públicas (sendo 17 ativas e 1 em processo de extinção - PORTOBRÁS) exercendo, essencialmente, atividades de comercialização, intermediação financeira e industrialização estando distribuídas de acordo com o órgão de sua supervisão, na forma discriminada no quadro I:

QUANTITATIVO ANALÍTICO DAS EMPRESAS PÚBLICAS POR ÓRGÃO SUPERIOR
QUADRO I

ÓRGÃO SUPERIOR	EMPRESA PÚBLICA	QUANT.	PARTICI- PAÇÃO %
Min. da Ciência e Tecnologia	FINEP	01	5,5
Min. da Integração Regional	CODEBAR CODEVASF	02	11,1
Ministério da Aeronáutica	INFRAERO	01	5,5
Min. da Agric., Abastecimento e Reforma Agrária	EMBRAPA CONAB	02	11,1
Ministério da Fazenda	SERPRO CMB CEF PORTOBRAS	04	22,8
Min. da Educação e Desportos	HCPA	01	5,5
Ministério do Exército	IMBEL	01	5,5
Ministério dos Transportes	GEIPOT	01	5,5
Ministério da Marinha	EMGEPRON	01	5,5
Ministério das Comunicações	ECT	01	5,5
Min. da Previdência Social	DATAPREV	01	5,5
Gabinete da Pres. da República	RADIOBRAS	01	5,5
Secret.Planej.,Orçam.e Coorden.	BNDES	01	5,5
T O T A L		18	100,0

4.2.1 - Em Destaque

As empresas CEF e BNDES são destacadas em razão de seus ativos representarem, em conjunto, o percentual de 94,9% do montante do patrimônio das empresas públicas federais.

Em função disso, as empresas públicas federais foram divididas em dois grupos:

a) O primeiro grupo, denominado GRUPO I, traz informações sobre as duas maiores empresas públicas: CEF e BNDES, sendo que os dados da CEF referem-se apenas ao movimento até outubro/93, uma vez que aquela instituiçao deixou de apresentar os dados de novembro e dezembro/93 para a integração; e

b) O segundo grupo, denominado GRUPO II, traz as informações das demais empresas públicas federais, em número de 15.

Segue abaixo o quadro II, demonstrando, de forma analítica, a composição dos grupos de empresas:

DEMONSTRATIVO POR AGRUPAMENTO DE EMPRESAS
QUADRO II

G R U P O I	G R U P O II
1) BNDES	1) FINEP
2) CEF	2) CODEBAR
	3) CODEVASF
	4) INFRAERO
	5) EMBRAPA
	6) CONAB
	7) SERPRO
	8) CMB
	9) HCPA
	10) IMBEL
	11) GEIPOT
	12) EMGEPRON
	13) ECT
	14) DATAPREV
	15) RADIOBRAS

4.3 - BALANÇO FINANCEIRO (LEI 4.320/64, ART. 103)

4.3.1 - Estrutura

Nos dois quadros a seguir, são apresentados os valores e respectivos percentuais dos elementos que constituem o Balanço Financeiro das empresas públicas federais. No quadro III, é demonstrada a posição financeira das empresas que compõem o grupo I (BNDES/CEF) e o grupo II (Demais Empresas) com relação ao universo das empresas públicas. O quadro IV ressalta a distribuição dos valores em termos percentuais de cada elemento do Balanço Financeiro.

SITUAÇAO DOS GRUPOS I E II EM RELAÇAO AO TOTAL DAS EMPRESAS

QUADRO III

CR$ milhoes

INGRESSOS	CONSOLIDAD	%	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
			VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
ORÇAMENTARIOS *	345.996	100,0	-	-	91,6	345.996	100,0	8,4
Receitas Correntes	36.493	100,0	-	-	94,8	36.493	100,0	5,2
Receitas de Capital	144.024	100,0	-	-	0,1	144.024	100,0	99,9
Transferencias Recebidas	165.479	100,0	-	-	-	165.479	100,0	100,0
EXTRA-ORÇAMENTARIOS *	18.961.735	100,0	18.331.853	96,7	96,2	629.882	3,3	3,8
Transferencias Recebidas	25.420	100,0	-	-	-	25.420	100,0	100,0
Ingressos	18.936.315	100,0	18.331.853	96,8	96,6	604.462	3,2	3,4
DISPONIB. DO PERIODO ANT	51.958	100,0	49.488	95,2	89,7	2.470	4,8	10,3
T O T A L	19.359.689	100,0	18.381.341	94,9	94,5	978.348	5,1	5,5
DISPENDIOS	CONSOLIDAD	%	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
			VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
ORÇAMENTARIOS *	342.898	100,0	-	-	92,2	342.898	100,0	7,8
Despesas Correntes	109.472	100,0	-	-	95,4	109.472	100,0	4,6
Despesas de Capital	161.948	100,0	-	-	-	161.948	100,0	100,0
Transferencias Concedidas	71.478	100,0	-	-	-	71.478	100,0	100,0
EXTRA-ORÇAMENTARIOS *	17.353.526	100,0	16.782.009	96,7	96,0	571.517	3,3	4,0
Transferencias Concedidas	25.420	100,0	-	-	-	25.420	100,0	100,0
Dispendios	17.328.106	100,0	16.782.009	96,9	96,5	546.097	3,1	3,5
DISPONIB. P/ PERIODO SEGU	1.663.265	100,0	1.599.332	96,2	95,3	63.933	3,8	4,7
T O T A L	19.359.689	100,0	18.381.341	94,9	94,5	978.348	5,1	5,5

NOTA: percentuais obtidos por relaçao horizontal

* No exercicio de 1993 foi modificado o criterio de apropriaçao de receitas e despesas de entidades de integraçao (de orçamen para extra-orçamentarias).

SITUAÇAO DOS GRUPOS I E II EM RELAÇAO AO TOTAL DAS EMPRESAS

QUADRO IV

CR$ milhoes

INGRESSOS	CONSOLIDAD	%93	%92	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
				VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
ORÇAMENTARIOS *	345.996	1,8	36,1	-	-	34,9	345.996	35,4	55,5
Receitas Correntes	36.493	0,2	34,9	-	-	34,9	36.493	3,7	33,5
Receitas de Capital	144.024	0,8	0,8	-	-	-	144.024	14,7	15,0
Transferencias Recebidas	165.479	0,8	0,4	-	-	-	165.479	17,0	7,0
EXTRA-ORÇAMENTARIOS *	18.961.735	97,9	63,8	18.331.853	99,7	65,0	629.882	64,3	44,3
Transferencias Recebidas	25.420	0,1	0,3	-	-	-	25.420	2,6	5,2
Ingressos	18.936.315	97,8	63,5	18.331.853	99,7	65,0	604.462	61,7	39,1
DISPONIB. DO PERIODO ANT	51.958	0,3	0,1	49.488	0,3	0,1	2.470	0,3	0,2
T O T A L	19.359.689	100,0	100,0	18.381.341	100,0	100,0	978.348	100,0	100,0

DISPENDIOS	CONSOLIDAD	%93	%92	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
				VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
ORÇAMENTARIOS *	342.898	1,8	36,9	-	-	36,0	342.898	35,1	53,1
Despesas Correntes	109.472	0,6	35,6	-	-	36,0	109.472	11,2	30,0
Despesas de Capital	161.948	0,8	0,9	-	-	-	161.948	16,6	16,0
Transferências Concedidas	71.478	0,4	0,4	-	-	-	71.478	7,3	7,1
EXTRA-ORÇAMENTARIOS *	17.353.526	89,6	57,0	16.782.009	91,3	57,9	571.517	58,4	41,6
Transferencias Concedidas	25.420	0,1	0,3	-	-	-	25.420	2,6	5,2
Dispendios	17.328.106	89,5	56,7	16.782.009	91,3	57,9	546.097	55,8	36,4
DISPONIB. P/ PERIODO SEGU	1.663.265	8,6	6,1	1.599.332	8,7	6,1	63.933	6,5	5,3
T O T A L	19.359.689	100,0	100,0	18.381.341	100,0	100,0	978.348	100,0	100,0

NOTA: percentuais obtidos por relaçao vertical

* No exercicio de 1993 foi modificado o criterio de apropriaçao de receitas e despesas de entidades de integraçao (de orçamentarias para extra-orçamentarias).

4.3.2 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes representaram apenas 0,2% (CR$ 36.493 milhões) do total dos ingressos. Esse inexpressivo índice resultou da alteração do critério de apropriação de receitas das entidades de integração, cujos registros passaram a ser realizados, a partir de 1993, como ingressos extra-orçamentários.

As Transferências Intragovernamentais Correntes apresentaram o volume de CR$ 4.446 milhões, sendo que as empresas mais favorecidas com esse tipo de receita foram: CODEVASF (CR$ 2.233 milhões, representando 59,5% de suas Receitas Correntes); FINEP (CR$ 1.952 milhões, sendo 23,2% de suas Receitas Correntes) e outras com menor volume.

4.3.3 - Receitas de Capital

As Receitas de Capital demonstraram pouca expressão no conjunto dos ingressos financeiros, representando apenas 0,8% do total, ou seja CR$ 144.024 milhões, destacando-se a CONAB como responsável por quase todo esse volume de recursos (CR$ 127.565 milhões). Alienação de Bens e Operações de Crédito foram os tipos de Receitas de Capital que mais contribuiram para esse resultado, com CR$ 58.052 milhões e CR$ 52.133 milhões respectivamente.

As Transferências Intragovernamentais de Capital apresentaram o volume de CR$ 24.274 milhões, sendo que a CONAB (CR$ 24.273 milhões) absorveu 99,9% do total dessas Transferências, o que representou 19% de suas Receitas de Capital.

4.3.4 - Transferências Recebidas Orçamentárias e Extra-orçamentárias

As Transferências Orçamentárias Recebidas apresentaram a seguinte composição:

Repasse recebido	CR$ 94.016 milhões
Sub-repasse recebido	CR$ 71.385 milhões
Incorporação de despesa	CR$ 78 milhões

As Transferências Extra-Orçamentárias Recebidas foram representadas por transferências diversas recebidas no valor total de CR$ 25.420 milhões.

Esses valores guardam estreita relação com os relativos às transferências concedidas, exceto quanto ao Repasse, em função da alteração do critério de apropriação adotado a partir de 1993, que passou a contemplar transferências de créditos entre órgãos originários de diferentes tipos de administração.

4.3.5 - Ingressos Extra-Orçamentários

Os Ingressos Extra-orçamentários se constituíram na maior fonte de recursos financeiros (97,8%), representando CR$ 18.936.315 milhões. Desse montante, o Grupo I apresentou a maior parcela (CR$ 18.331.853 milhões), formada principalmente por Depósitos de Diversas Origens (CR$ 4.605.518 milhões), Recursos Vinculados (CR$ 2.674.658 milhões) e CR$ 9.295.680 de receitas decorrentes das operações normais das empresas que integram balanços ao SIAFI, alocadas neste grupo contábil, a partir de 1993 (ver comentários item 4.3.2).

4.3.6 - Disponível do Período Anterior

O Disponível do Período Anterior não teve expressão no conjunto de ingressos do ano 1993, sendo responsável por somente 0,3%, ou seja CR$ 51.958 milhões.

4.3.7 - Despesas Correntes

As Despesas Correntes (CR$ 109.472 milhões) compreenderam apenas 0,6% de aplicação de recursos, em função da alteração já comentada em 4.3.2, aplicável também às despesas.

4.3.8 - Despesas de Capital

As Despesas de Capital representaram pequeno percentual (0,8%). Esse total de recursos decorreram de aplicações realizadas exclusivamente pelas empresas do Grupo II em Inversões Financeiras (91,8% do total das Despesas de Capital).

4.3.9 - Transferências Concedidas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias

Os valores aplicados nesses tipos de dispêndios guardam relação com o item 4.3.4.

4.3.10 - Dispêndios Extra-Orçamentários

Os Dispêndios Extra-Orçamentários foram responsáveis por 89,5% dos desembolsos financeiros das empresas públicas, sendo a maior parcela representada pelas empresas do Grupo I (CR$ 16.782.009 milhões), que foi formada basicamente por Obrigações em Circulação (CR$ 6.206.092 milhões) e por despesas decorrentes de suas operações normais, que passaram a ser integradas ao SIAFI neste grupo contábil, a partir de 1993 (ver comentários item 4.3.7).

4.3.11 - Disponível para o Período Seguinte

O Disponível para o Período Seguinte representou 8,6% do total dos dispêndios. Grande parte (96,2%) desse volume de recursos foi de responsabilidade da CEF e BNDES e trata-se do tipo denominado de Aplicações Financeiras.

Pela análise dos dados do Balanço Financeiro, concluímos que as empresas públicas apresentaram Resultado Financeiro positivo no valor de CR$ 1.611.307 milhões, sendo: Grupo I = CR$ 1.549.844 milhões e Grupo II = CR$ 61.463 milhões.

4.4 - BALANÇO PATRIMONIAL (LEI 4.320/64 - ART. 105)

4.4.1 - Estrutura

São destacados nos quadros V e VI, apresentados a seguir, os valores dos principais elementos patrimoniais do BNDES, CEF e demais empresas públicas. O quadro V, apresenta a situação percentual dos elementos patrimoniais em relação ao volume total dos recursos e, no quadro VI, demonstra-se a distribuição percentual dos itens patrimoniais.

SITUAÇAO DOS GRUPOS I E II EM RELAÇAO AO TOTAL DAS EMPRESAS

QUADRO V

CR$ milhoes

A T I V O	CONSOLIDAD	%	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
			VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
1. FINANCEIRO	2.495.276	100,0	2.346.261	94,0	93,9	149.015	6,0	6,1
2. NAO FINANCEIRO	14.350.095	100,0	13.622.515	94,9	94,4	727.580	5,1	5,6
3. REAL (1+2)	16.845.371	100,0	15.968.776	94,8	94,3	876.595	5,2	5,7
4. COMPENSADO	6.762.629	100,0	5.005.299	74,0	78,9	1.757.330	26,0	21,1
T O T A L (3+4)	23.608.000	100,0	20.974.075	88,8	89,7	2.633.925	11,2	10,3
P A S S I V O	CONSOLIDAD	%	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
			VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
1. FINANCEIRO	6.607.194	100,0	6.382.023	96,6	97,9	225.171	3.4	2,1
2. NAO FINANCEIRO	6.924.051	100,0	6.657.696	96,2	89,3	266.355	3,8	10,7
3. REAL (1 + 2)	13.531.245	100,0	13.039.719	96,4	95,6	491.526	3,6	4,4
4. PATRIMONIO LIQUI	3.314.126	100,0	2.929.057	88,4	87,8	385.069	11,6	12,2
5. COMPENSADO	6.762.629	100,0	5.005.299	74,0	78,9	1.757.330	26,0	21,1
T O T A L (3 + 4 + 5)	23.608.000	100,0	20.974.075	88,8	89,7	2.633.925	11,2	10,3

* Percentuais obtidos por relaçao horizontal

DISTRIBUIÇAO PERCENTUAL DOS ITENS POR GRUPO

QUADRO VI

CR$ milhoes

A T I V O	CONSOLIDAD	%93	%92	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
				VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
1. FINANCEIRO	2.495.276	10,6	11,1	2.346.261	11,1	11,7	149.015	5,7	6,6
2. NAO FINANCEIRO	14.350.095	60,8	58,8	13.622.515	65,0	61,9	727.580	27,6	31,9
3. REAL (1+2)	16.845.371	71,4	69,9	15.968.776	76,1	73,6	876.595	33,3	38,5
4. COMPENSADO	6.762.629	28,6	30,1	5.005.299	23,9	26,4	1.757.330	66,7	61,5
T O T A L (3+4)	23 608 000	100,0	100,0	20 974 075	100,0	100,0	2 633 925	100,0	100,0
P A S S I V O	CONSOLIDAD	%93	%92	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
				VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
1. FINANCEIRO	6.607.194	28,0	42,9	6.382.023	30,4	46,9	225.171	8,5	8,8
2. NAO FINANCEIRO	6.924.051	29,4	15,8	6.657.696	31,7	15,8	266.355	10,2	16,4
3. REAL (1+2)	13.531.245	57,4	58,7	13.039.719	62,1	62,7	491.526	18,7	25,2
4. PATRIMONIO LIQU	3.314.126	14,0	11,2	2.929.057	14,0	10,9	385 069	14,6	13,3
5. COMPENSADO	6.762.629	28,6	30,1	5.005.299	23,9	26,4	1 757.330	66,7	61,5
T O T A L (3 + 4 + 5	23 608 000	100,0	100,0	20 974 075	100,0	100,0	2 633 925	100,0	100,0

* Percentuais obtidos por relaçao vertical

4.4.2 - Ativo Financeiro

Observa-se que o Ativo Financeiro do BNDES/CEF é responsável por 11,1% dos recursos aplicados nos seus ativos, enquanto que o grupo II representou 5,7%. A CEF detém 76,7% (CR$ 1.799.323 milhões) do volume de recursos registrados no Ativo Financeiro do grupo I, em função do total dos Créditos em Circulação (CR$ 735.304 milhões) e Disponível em Moeda Nacional (CR$ 1.060.328 milhões) e o BNDES 23,3%, em função do total do Disponível em Moeda Nacional (CR$ 526.360 milhões). Dentre as empresas do grupo II com valores significativos no Ativo Financeiro, foram selecionadas: ECT (CR$ 36.980 milhões) e CONAB (CR$ 27.345 milhões).

O Ativo Financeiro apresentou a seguinte composição (quadro VII):

QUADRO VII

CR$ milhoes

ATIVO FINANCEIRO	CONSOLIDA	%93	%92	GRUPO I (BNDES CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
				VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
DISPONIVEL	1.663.265	66,7	41,4	1.599.332	68,2	42,0	63.933	42,9	32,2
CREDITOS EM CIRCULAÇ	826.984	33,1	58,5	746.929	31,8	58,0	80.055	53,7	66,7
VAL. PEND CURTO PRAZ	5.027	0,2	0,1	-	-	-	5.027	3,4	1,1
T O T A L	2.495.276	100,0	100,0	2.346.261	100,0	100,0	149.015	100,0	100,0

4.4.3 - Ativo Não Financeiro

As empresas do grupo I apresentaram 65,0% dos recursos do Ativo Total aplicados no Ativo Não Financeiro, enquanto que as empresas do grupo II tiveram apenas 27,6%. Essa diferença ocorreu em razão do elevado Compensado do grupo II, que influenciou o cálculo do percentual. No grupo I, a CEF compareceu com CR$ 5.425.522 milhões e o BNDES com CR$ 8.196.993 milhões. As empresas do grupo II que participaram com maior volume de recursos na composição do Ativo Não Financeiro foram: ECT (CR$ 120.795 milhões), EMGEPRON (CR$ 79.119 milhões) e CONAB (CR$ 229.227 milhões).

O Ativo Não Financeiro ficou distribuído da seguinte forma (quadro VIII):

QUADRO VIII

CR$ milhoes

ATIVO NAO FINANCEIR	CONSOLIDA	%93	%92	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
				VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
REAL. A CURTO PRAZ	5.140.818	35,8	43,2	4.929.306	36,2	44,0	211.512	29,1	29,6
VALS. PEND. CURTO P	125.583	0,9	1,6	123.134	0,9	1,7	2.449	0,3	-
REAL. LONGO PRAZO	5.470.921	38,1	29,6	5.337.359	39,2	29,6	133.562	18,4	29,9
PERMANENTE	3.612.773	25,2	25,6	3.232.716	23,7	24,7	380.057	52,2	40,5
T O T A L	14.350.095	100,0	100,0	13.622.515	100,0	100,0	727.580	100,0	100,0

4.4.4 - Ativo Real

O Ativo Real assumiu, no grupo I, 76,1% e no grupo II 33,3%. No grupo I, o BNDES liderou o volume de aplicações (CR$ 8.743.931 milhões), enquanto a CEF apresentou CR$ 7.224.845 milhões. Foram destaques, no grupo II, a CONAB com um total de CR$ 256.572 milhões aplicados e a ECT com CR$ 157.776 milhões.

4.4.5 - Ativo Compensado

O Ativo Compensado dos dois grupos de empresas apresentou percentuais muito distintos: 23,9% para o grupo I e 66,7% para o grupo II. Esse percentual elevado foi obtido em função do Ativo Compensado da INFRAERO, que chegou a atingir CR$ 1.609.991 milhões. A maior parte desse valor foi representado por Comodato de Bens, de CR$ 1.349.974 milhões.

O Ativo Compensado teve a seguinte distribuição (quadro IX):

QUADRO IX

CR$ milhões

ATIVO COMPENSADO	CONSOLIDAD	%93	%92	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
				VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
RESP.TITULOS E VAL	5.314.651	78,6	82,0	5.004.112	99,9	99,8	310.539	17,7	15,5
COMODATO DE BENS	1.349.976	20,0	15,6	-	-	-	1.349.976	76,8	73,7
GARANTIA DE VALOR	27.290	0,4	0,7	1.187	0,1	0,2	26.103	1,5	2,8
DIR. OBRIG. CONTRAT	69.520	1,0	1,7	-	-	-	69.520	4,0	8,0
CONCESSAO DE AUXI	11	-	-	-	-	-	11	-	-
OUTRAS COMPENSAÇ	1.181	-	-	-	-	-	1.181	-	-
T O T A L	6.762.629	100,0	100,0	5.005.299	100,0	100,0	1.757.330	100,0	100,0

4.4.6 - Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro do grupo I representou 30,4% do Passivo Total, enquanto que o grupo II teve 8,5% de suas dívidas compondo o Passivo Financeiro. No grupo I, ressalta-se a CEF como responsável por 93,4% (CR$ 5.961.554 milhões) do total. No grupo II, destacam-se como maiores devedores: EMGEPRON (CR$ 79.671 milhões), ECT (CR$ 49.108 milhões) e CONAB (CR$ 29.695 milhões).

O Passivo Financeiro ficou assim constituído (quadro X):

QUADRO X

CR$ milhoes

PASSIVO FINANCEIRO	CONSOLIDAD	%93	%92	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
				VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
DEPOSITOS	4.993.664	75,6	58,7	4.970.576	77,9	59,8	23.088	10,3	3,4
OBRIG. EM CIRCULAÇ	1.610.241	24,4	19,5	1.411.447	22,1	17,8	198.794	88,3	96,3
VALS. PEND. CURTO P	3.289	-	-	-	-	-	3.289	1,4	0,2
EXIGIVEL LONGO PRA	-	-	21,8	-	-	22,4	-	-	0,1
T O T A L	6.607.194	100,0	100,0	6.382.023	100,0	100,0	225.171	100,0	100,0

4.4.7 - Passivo Não Financeiro

No Passivo Não Financeiro, encontra-se o grupo I com 31,7% e o grupo II com 10,2% do Passivo Total. No grupo I, o BNDES respondeu por CR$ 5.582.412 milhões e a CEF por CR$ 1.075.284 milhões. Quanto ao grupo II, CONAB com CR$ 167.805 milhões e FINEP com CR$ 52.613 milhões foram as empresas que apresentaram as maiores somas de Passivo Não Financeiro.

O Passivo Não Financeiro apresentou a composição a seguir (quadro XI):

QUADRO XI

CR$ milhoes

PASSIVO NAO FINANCEI	CONSOLIDAD	%93	%92	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
				VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
OBRIG. EM CIRCULAÇAO	1.175.158	17,0	39,4	1.133.525	17,0	43,4	41.633	15,6	5,7
VALS. PEND. CURTO PR	1.642	-	-	-	-	-	1.642	0,6	0,2
EXIG. LONGO PRAZO	5.744.268	83,0	60,6	5.524.145	83,0	56,6	220.123	82,6	94,1
RESULT. EXERC. FUTUR	2.983	-	-	26	-	-	2.957	1,2	-
T O T A L	6.924.051	100,	100,	6.657.696	100	100	266.355	100,0	100,0

4.4.8 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido representou 14,0% de todo o Passivo, incluindo as Contas de Compensação, no valor de CR$ 6.762.629 milhões. Descontado este valor, pode-se concluir que o capital próprio das empresas públicas assumiu 19,7% do Passivo Total, enquanto 80,3% foi assumido pelos capitais de terceiros, comportamento este equivalente para o grupo I. Quanto ao grupo II, a relação foi de 43,9% (próprio) e 56,1% (terceiros).

A composição do Patrimônio Líquido foi a seguinte: (quadro XII):

QUADRO XII

CR$ milhoes

PATRIMONIO LIQUIDO	CONSOLIDAD	%93	%92	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRES		
				VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
PATRIMONIO/CAPITAL	154.161	4,6	4,1	133.190	4,5	3,6	20.971	5,4	7,6
RESERVAS	3.640.205	109,8	114,8	3.127.195	106,8	113,2	513.010	133,2	126,0
RESULTADO ACUMULA	(480.240)	-14,4	-18,9	(331.328)	-11,3	-16,8	(148.912)	-38,6	-33,6
T O T A L	3.314.126	100,0	100,0	2.929.057	100,0	100,0	385.069	100,0	100,0

4.4.9 - Passivo Real

Assim como ocorreu no Ativo Real, há grande disparidade entre os índices de Passivo Real encontrados para o grupo I (62,1%) e para o grupo II (18,7%). O grupo I apresentou a CEF com CR$ 7.036.838 milhões e o BNDES com CR$ 6.002.881 milhões. No grupo II, a maior parte do total, foi de responsabilidade de apenas quatro empresas: CONAB (CR$ 197.501 milhões), EMGEPRON (CR$ 79.671 milhões), ECT (CR$ 67.454 milhões) e FINEP (CR$ 57.010 milhões).

4.4.10 - Passivo Compensado

Os valores registrados no Passivo Compensado são os mesmos encontrados no Ativo Compensado. Dessa forma, as informações sobre o Passivo Compensado são as mesmas mencionadas naquele grupo, haja vista que, por conceito, o Passivo Compensado tem a finalidade de apenas fornecer contrapartida aos registros do Ativo Compensado, mantendo assim o equilíbrio necessário ao Balanço Patrimonial.

4.5 - BALANÇO PATRIMONIAL (Lei 6.404/76 - art. 178)

4.5.1 - Delimitação da Análise

O estudo foi realizado através da obtenção dos seguintes indicadores econômicos e financeiros: ìndice de Liquidez Corrente, ìndice de Liquidez Geral, Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais, Composição do Endividamento, Taxa de Retorno sobre Patrimônio Líquido e Taxa de Retorno sobre Investimentos.

4.5.2 - Legislação

Conforme o art. 178 da Lei 6.404/76, " no balanço as contas serão classificadas segundo elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da conpanhia."

4.5.3 - Estrutura

4.5.3.1 - Empresas Agrupadas

Nos quadros XIII e XIV são apresentados, destacadamente, os balanços do BNDES e CEF, já que representaram 94,9% do patrimônio das empresas públicas.

O quadro XIII mostra a posição patrimonial em relação ao conjunto das empresas.

A demonstração dos percentuais dos elementos patrimoniais está no quadro XIV, sendo excluído todo o Compensado.

SITUAÇAO DOS GRUPOS I E II EM RELAÇAO AO TOTAL DE EMPRESAS

QUADRO XIII

CR$ milhoes

DESCRIÇAO	CONSOLIDAD	%93	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRE		
			VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
ATIVO								
CIRCULANTE	7.761.677	100,0	7.398.702	95,4	95,6	362.975	4,6	4,4
REAL. A LONGO PRAZ	5.470.921	100,0	5.337.359	97,6	94,4	133.562	2,4	5,6
PERMANENTE	3.612.773	100,0	3.232.715	89,5	91,2	380.058	10,5	8,8
TOTAL	16.845.371	100,0	15.968.776	94,8	94,3	876.595	5,2	5,7
PASSIVO								
CIRCULANTE	7.783.994	100,0	7.515.548	96,6	97,5	268.446	3,4	2,5
EXIG. LONGO PRAZO	5.744.268	100,0	5.524.145	96,2	91,6	220.123	3,8	8,4
RESULT. EXERC. FUTU	2.983	100,0	26	0,9	63,4	2.957	99,1	36,6
PATRIMONIO LIQUIDO	3.314.126	100,0	2.929.057	88,4	87,8	385.069	11,6	12,2
TOTAL	16.845.371	100,0	15.968.776	94,8	94,3	876.595	5,2	5,7

* Percentuais obtidos por relaçao horizontal

DISTRIBUIÇAO PERCENTUAL DOS ITENS POR GRUPO

QUADRO XIV

CR$ milhoes

DESCRIÇAO	CONSOLIDAD	%93	%92	GRUPO I (BNDES-CEF)			GRUPO II (DEMAIS EMPRE		
				VALOR	%93	%92	VALOR	%93	%92
ATIVO									
CIRCULANTE	7.761.677	46,1	53,6	7.398.702	46,3	54,3	362.975	41,4	41,7
REAL. A LONGO PRAZ	5.470.921	32,5	24,8	5.337.359	33,4	24,8	133.562	15,2	24,8
PERMANENTE	3.612.773	21,4	21,6	3.232.715	20,3	20,9	380.058	43,4	33,5
TOTAL	16.845.371	100,0	100,0	15.968.776	100,0	100,0	876.595	100,0	100,0
PASSIVO									
CIRCULANTE	7.783.994	46,2	56,9	7.515.548	47,1	58,8	268.446	30,6	25,3
EXIG. LONGO PRAZO	5.744.268	34,1	27,1	5.524.145	34,6	26,4	220.123	25,1	40,2
RESULT. EXERC. FUTU	2.983	-	-	26	-	-	2.957	0,4	-
PATRIMONIO LIQUIDO	3.314.126	19,7	16,0	2.929.057	18,3	14,8	385.069	43,9	34,5
TOTAL	16.845.371	100,0	100,0	15.968.776	100,0	100,0	876.595	100,0	100,0

* Percentuais obtidos por relaçao vertical

4.5.3.2 - Empresas do Grupo I

No quadro XV, a seguir, é informada a estrutura de valores do Balanço Patrimonial da CEF e do BNDES, de acordo com a disposição de grupos de contas estabelecida pela Lei 6.404/76.

Neste quadro é possível relacionar os percentuais das empresas, o que permite avaliar as proporções dos seus patrimônios.

ESTRUTURA DE VALORES DO BALANÇO PATRIMONIAL DA CEF E DO BNDES

QUADRO XV

CR$ milhoes

ATIVO	C E F	%93	%92	B N D E S	%93	%92
ATIVO CIRCULANTE	6.431.096	89,0	86,0	967.606	11,1	10,0
REAL. LONGO PRAZO	-	-	-	5.337.359	61,0	59,6
ATIVO PERMANENTE	793.749	11,0	14,0	2.438.966	27,9	30,4
TOTAL	7.224.845	100,0	100,0	8.743.931	100,0	100,0
PASSIVO	C E F	%93	%92	B N D E S	%93	%92
PASSIVO CIRCULANTE	7.036.812	97,4	97,9	478.736	5,5	4,0
EXIG. LONGO PRAZO	-	-	-	5.524.145	63,2	63,3
RES. EXERC. FUTUROS	26	-	0,1	-	-	-
PATRIMONIO LIQUIDO	188.007	2,6	2,0	2.741.050	31,3	32,7
TOTAL	7.224.845	100,0	100,0	8.743.931	100,0	100,0

4.5.3.3 - Empresas do Grupo II

No quadro XVI, a seguir, é possível conhecer a estrutura de valores do Balanço Patrimonial de cada uma das empresas públicas que formam o GRUPO II, de acordo com a disposição dos grupos de contas estabelecido pela Lei 6.404/76. Para facilitar o enquadramento dos valores foram usadas as seguintes siglas:

(AC) = Ativo Circulante
(RLP) = Realizável a Longo Prazo
(AP) = Ativo Permanente
(AT) = Ativo Total

(PC) = Passivo Circulante
(ELP) = Exigível a Longo Prazo
(PL) = Patrimônio Líquido
(PT) = Passivo Total

ESTRUTURA DE VALORES DO BALANÇO PATRIMONIAL (EMPRESAS DO GRUPO II)

QUADRO XVI

Cr$ milhoes

EMPRESAS	(AC)	(RLP)	(AP)	(PC)	(ELP)	(PL)	(AT)/(PT)
FINEP	17.147	63.534	4.831	13.766	43.245	28.501	85.512
CODEBAR	4.299	6	1.564	8	-	5.861	5.869
INFRAERO	19.699	4.694	10.994	21.757	84	13.546	35.387
EMBRAPA	5.254	270	69.437	756	1	74.204	74.961
CODEVASF	8.806	842	9.287	8.061	-	10.874	18.935
CONAB	112.277	60.391	83.904	31.040	166.461	59.071	256.572
SERPRO	22.469	10	22.393	18.660	922	25.290	44.872
CMB	19.092	249	19.355	2.737	150	35.809	38.696
HCPA	2.853	4	3.345	857	70	5.274	6.202
IMBEL	3.406	4	28.489	15.969	606	15.325	31.899
GEIPOT	1.163	1.259	1.610	465	346	3.221	4.032
ECT	55.072	1.833	100.871	63.573	3.881	90.322	157.776
RADIOBRA	2.042	462	2.309	2.470	1.252	1.090	4.812
EMGEPRO	80.967	-	43	79.671	-	1.339	81.010
DATAPREV	8.429	4	17.075	8.656	6.062	10.791	25.509
PORTOBRA	-	-	4.551	-	-	4.551	4.551
T O T A L	362.975	133.562	380.058	268.446	223.080	385.069	876.595

OBS: O ELP engloba os valores do Resultado de Exercicios Futuros, no caso da INFRAERO, no valor de CR$ 84 milhoes e da ECT no valor de CR$ 2.873 milhoes .

4.5.4 - Análise das Empresas Agrupadas

4.5.4.1 - Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{7.761.677}{7.783.994} = 1,00$$

Para cada CR$1,00 de dívida a curto prazo, há CR$ 1,00 para cobertura (valores que se transformarão em espécie para pagamento das obrigações).

4.5.4.2 - Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{13.232.598}{13.039.693} = 1,01$$

Para cada CR$ 1,00 de dívida a curto e longo prazo, há CR$ 1,01 para cobertura das exigibilidades.

4.5.4.3 - Participação de Capitais de Terceiros (PCT)

$$PCT = \frac{PC + ELP}{PAS.TOTAL} = \frac{13.039.693}{16.845.371} = 0,77$$

Dos recursos totais, 77% é de origem de capital de terceiros e somente 23% é de fonte de recursos própria.

4.5.4.4 - Composição do Endividamento (CE)

$$CE = \frac{PC}{PC + ELP} = \frac{7.783.994}{13.039.693} = 0,60$$

Do total de capitais de terceiros 60% vencerá no curto prazo e o restante, ou seja, 40% são vencíveis a longo prazo.

4.5.4.5 - Taxa de Retorno Sobre Patrimônio Líquido (TRPL)

$$TRPL = \frac{\text{Resultado do Exercício}}{\text{Pat.Líquido Médio}} = \frac{7.427}{1.719.940} = 0,00$$

O resultado alcançado no exercício indica que não houve retorno sobre o Patrimônio Líquido.

OBSERVAÇãO: Pat. Líquido Médio = (PL inicial + PL final) x 0,5

4.5.4.6 - Taxa de Retorno Sobre Investimento (TRI)

$$TRI = \frac{\text{Resultado do Exercício}}{\text{Ativo Total Médio}} = \frac{7.427}{8.816.499} = 0,00$$

Da mesma forma que o índice anterior, o resultado obtido no exercício demonstra que não houve retorno sobre Investimentos.

OBSERVAÇÃO: Ativo Total Médio = (AT inicial + AT final) x 0,5

4.5.5 - Análise das Empresas do Grupo I

4.5.5.1 - Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{7.398.702}{7.515.548} = 0,98$$

Para cada CR$ 1,00 de dívidas a curto prazo, há CR$ 0,98 para direitos realizáveis para fazer frente aos compromissos.

4.5.5.2 - Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{12.736.061}{13.039.693} = 0,98$$

Situação semelhante à do índice anterior.

4.5.5.3 - Participação de Capitais de Terceiros (PCT)

$$PCT = \frac{PC + ELP}{PAS.TOTAL} = \frac{13.039.693}{15.968.775} = 0,82$$

Dos recursos totais, 82% é de origem de capital de terceiros e somente 18% é de fonte de recursos própria.

4.5.5.4 - Composição do Endividamento (CE)

$$CE = \frac{PC}{PC + ELP} = \frac{7.515.548}{13.039.693} = 0,58$$

Esse índice demonstra que 58% das dívidas vencerão a curto prazo e o restante (42%) a longo prazo.

4.5.5.5 - Taxa de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (TRPL)

$$TRPL = \frac{\text{Resul. do Exercício}}{\text{P.Líquido Médio}} = \frac{18.524}{1.519.712} = 0,01$$

O resultado alcançado no período indica que houve retorno de 1% sobre o Patrimônio Líquido.

OBSERVAÇÃO: Pat. Líquido Médio = (PL inicial + PL final) x 0,05

4.5.5.6 - Taxa de Retorno Sobre Investimentos (TRI)

$$TRI = \frac{\text{Res. Exercício}}{\text{Ativo Total Médio}} = \frac{18.524}{8.355.898} = 0,00$$

O resultado obtido no período indica que não houve retorno sobre os Investimentos.

OBSERVAÇÃO: Ativo Total Médio = (AT inicial + AT final) x 0,5

4.5.5.7 - Quadro XVII de Indicadores Econômicos e Financeiros - Grupo I

QUADRO XVII

EMPRESAS	ILC		ILG		PCT		CE		TRPL		TRI	
	%93	%92	%93	%92	%93	%92	%93	%92	%93	%92	%93	%92
C E F	0,91	0,88	0,91	0,88	0,97	0,98	1,00	1,00	0,15	0,05	-	-
B N D E S	2,02	2,49	1,05	1,03	0,69	0,67	0,08	0,06	-	0,04	-	0,01

4.5.6 - Análise das Empresas do Grupo II

4.5.6.1 - Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{362.975}{268.446} = 1{,}35$$

Para cada CR$1,00 de dívidas a curto prazo, há CR$1,35 para pagamento.

4.5.6.2 - Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{496.537}{491.526} = 1{,}01$$

Para cada CR$ 1,00 de dívida a curto prazo, há CR$ 1,01 para cobertura das exigibilidades.

4.5.6.3 - Participação de Capitais de Terceiros (PCT)

$$PCT = \frac{PC + ELP}{Pas.Total} = \frac{491.526}{876.595} = 0{,}56$$

Dos recursos totais 56,0% é de origem de capitais de terceiros e 44,0%, de origem interna.

4.5.6.4 - Composição do Endividamento (CE)

$$CE = \frac{PC}{PC + ELP} = \frac{268.446}{491.526} = 0{,}55$$

Do total de capitais de terceiros, 55,0% vencerá no curto prazo e o restante, ou seja, 45,0% a longo prazo.

4.5.6.5 - Taxa de Retorno Sobre Patrimônio Líquido (TRPL)

$$TRPL = \frac{Res.\ do\ Exercício}{P.Líquido} = \frac{(11.098)}{200.228} = -\ 0{,}06$$

OBSERVAÇÃO: Patrimônio Líquido Médio = (PL inicial + PL final) x 0,5

4.5.6.6 - Taxa de Retorno Sobre Investimentos (TRI)

$$TRI = \frac{Res.Exercício}{Ativo\ Total\ Médio} = \frac{(11.098)}{460.602} = -\ 0{,}02$$

OBSERVAÇÃO: Ativo Total Médio = (AT inicial + AT final) x 0,5

4.5.7 - Quadro XVIII de Indicadores Econômicos e Financeiros - Grupo II

DEMONSTRATIVO DE INDICADORES ECONOMICOS E FINANCEIROS - GRUPO II

QUADRO XVIII

EMPRESAS	ILC		ILG		PCT		CE		TRPL		TRI	
	%93	%92	%93	%92	%93	%92	%93	%92	%93	%92	%93	%92
FINEP	1,25	1,19	1,42	1,05	0,67	0,90	0,24	0,27	0,48	1,09	0,16	0,13
CODEBAR	537,37	176,06	538,13	185	-	0,004	1,00	1,00	0,92	-0,92	0,92	-0,91
INFRAERO	0,91	1,03	1,12	1,15	0,62	0,51	1,00	1,00	-	-	-	-
EMBRAPA	6,95	3,76	7,30	3,56	0,01	0,02	1,00	0,88	-0,05	-0,16	-0,05	-0,16
CODEVASF	1,09	1,01	1,20	1,07	0,43	0,51	1,00	1,00	0,36	-0,11	0,20	0,05
CONAB	3,62	3,34	0,87	0,99	0,77	0,85	0,16	0,16	-1,02	0,03	-0,23	0,004
SERPRO	1,20	1,00	1,15	0,97	0,44	0,35	0,95	0,96	0,65	-	0,37	0,004
CMB	6,98	4,17	6,70	4,17	0,07	0,11	0,95	0,99	0,17	0,37	0,15	0,33
HCPA	3,33	1,81	3,08	1,54	0,15	0,25	0,92	0,84	0,54	-0,12	0,45	-0,02
IMBEL	0,21	0,49	0,21	0,47	0,52	0,29	0,96	0,96	-0,85	-0,04	-0,42	-0,03
GEIPOT	2,50	10,18	2,99	15,72	0,20	0,05	0,57	0,50	0,95	1,27	0,77	1,19
ECT	0,87	0,79	0,84	0,81	0,43	0,39	0,94	0,98	-0,06	-0,04	0,09	-0,06
RADIOBRA	0,83	1,14	0,67	1,49	0,77	0,28	0,66	1,00	-3,62	-0,45	-0,89	-0,32
EMGEPRO	1,02	1,01	1,02	1,01	0,98	0,99	1,00	0,92	0,35	0,36	0,01	-
DATAPREV	0,97	1,01	0,57	0,84	0,58	0,54	0,59	0,83	0,59	0,63	0,25	0,29

5 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

5.1 - CONCEITO

Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

5.2 - COMPOSIÇÃO

Atualmente, no âmbito da administração federal, existem 10 sociedades de economia mista, atuando nas áreas de pesquisas nucleares e minerais, colonização, navegação e transportes ferroviários, estando distribuídas de acordo com o órgão de sua supervisão, na forma discriminada no quadro XIX:

QUANTITATIVO ANALITICO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA POR ORGAO SUPERIOR

QUADRO XIX

ÓRGÃO SUPERIOR	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	QUANTID.	PARTICIP. %
Secret.Assuntos Estratégicos	NUCLEP INB URANIO BRASIL	03	30,0
Minist. Agricult., Abastec. e Reforma Agrária	COLONE	01	10,0
Minist. dos Transportes	FRANAVE ENASA TRENSURB VALEC CBTU	05	50,0
Minist. Minas e Energia	CPRM	01	10,0
T O T A L		10	100,0

5.3 - BALANÇO FINANCEIRO (LEI 4320/64, ART. 103)

5.3.1 - Estrutura

No quadro XX, são apresentados os valores e respectivos percentuais dos elementos que constituem o Balanço Financeiro das sociedades de economia mista.

PARTICIPAÇAO PERCENTUAL DOS ITENS DO BALANÇO FINANCEIRO

QUADRO XX

CR$ milhoes

INGRESSOS	VALOR	%
ORÇAMENTARIOS	69.285	12,3
Receitas Correntes	5.588	1,0
Receitas de Capital	5	-
Transferencias Recebidas	63.692	11,3
EXTRA-ORÇAMENTARIOS	493.777	87,4
DISP. DO PERIODO ANTERIOR	1.660	0,3
TOTAL	564.722	100,0
DISPENDIOS	**VALOR**	**%**
ORÇAMENTARIOS	82.347	14,6
Despesas Correntes	61.179	10,8
Despesas de Capital	17.265	3,1
Transferencias Concedidas	3.903	0,7
EXTRA-ORÇAMENTARIOS	468.690	83,0
DISP. P/ O PERIODO SEGUINTE	13.685	2,4
TOTAL	564.722	100,0

Nota: nao ha comparaçao com o exercicio anterior, por ser este o primeiro ano de apresentaçao dos d das sociedades de economia mista no relatorio anual

5.3.2 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes representaram apenas 1,0% do total dos ingressos (CR$ 5.588 milhões), sendo que as Receitas de Serviços (CR$ 2.703 milhões) foi o item de maior significação no grupo.

5.3.3 - Receitas de capital

As Receitas de Capital tiveram participação irrelevante no total dos ingressos, não alcançando nem 1%, com as Receitas de Alienação de Bens (93,0%) assumindo, praticamente, a totalidade do grupo.

5.3.4 - Transferências Recebidas Orçamentárias

As Transferências Orçamentárias Recebidas apresentaram a seguinte composição:

Repasse Recebido	CR$ 59.789 milhões
Sub-Repasse Recebido	CR$ 3.903 milhões

O valor do Sub-Repasse Recebido guarda equivalência com as transferências concedidas. Quanto ao Repasse Recebido, essa relação direta não é observada, pelo fato comentado em 4.3.4.

5.3.5 - Ingressos Extra-Orçamentários

Os Ingressos Extra-Orçamentários se constituíram na maior fonte de recursos financeiros para as sociedades de economia mista (87,5%), sendo responsáveis por um total de CR$ 493.777 milhões. A parcela que mais contribuiu para isso foi Ajustes de Direitos e Obrigações/Créditos (CR$ 420.339 milhões), proveniente das operações normais das sociedades já mencionadas, e que tiveram os dados de seus balanços integrados ao SIAFI.

5.3.6 - Disponível do Período Anterior

O Disponível do Período Anterior não teve expressão no conjunto dos ingressos do ano de 1993, sendo responsável por apenas 0,1%, ou seja CR$ 1.660 milhões.

5.3.7 - Despesas Correntes

As Despesas Correntes (CR$ 61.179 milhões) compreenderam 10,8% de aplicação de recursos, sendo que a rubrica Pessoal e Encargos Sociais teve maior participação, com CR$ 39.556 milhões, ou 65,0%.

5.3.8 - Despesas de Capital

As Despesas de Capital representaram 3,1%, sendo que Investimentos (CR$ 7.469 milhões) e Amortização da Dívida Interna e Externa (CR$ 8.921 milhões) foram os itens que contribuíram diretamente para a formação de tal valor.

5.3.9 - Transferências Concedidas Orçamentárias

Nesse item, apenas as transferências concedidas a título de Sub-Repasse (CR$ 3.903 milhões) tiveram equivalência às transferências recebidas, em função do comentado em 5.3.4.

5.3.10 - Dispêndios Extra-Orçamentários

Os Dispêndios Extra-Orçamentários foram responsáveis por 83,0% dos desembolsos financeiros das sociedades de economia mista, sendo que os Ajustes de Obrigações/Atualização Monetária (Interna e Externa) tiveram a maior representatividade (CR$ 154.209 milhões), seguidos por Obrigações em Circulação (CR$ 117.417 milhões), pelas despesas decorrentes das operações normais das sociedades mencionadas (CR$ 82.744 milhões) e por Valores em Circulação (CR$ 64.783 milhões).

5.3.11 - Disponível para o Período Seguinte

O Disponível para o Período Seguinte representou 2,4% do total dos dispêndios (CR$ 13.685 milhões), representado basicamente pelo total existente na Conta Única do Tesouro Nacional (CR$ 4.034 milhões) e Outras Disponibilidades (CR$ 7.774 milhões).

Pela análise dos dados do Balanço Financeiro, conclui-se que as Sociedades de economia mista apresentaram Resultado Financeiro positivo de CR$ 12.025 milhões no período considerado.

5.4 - BALANÇO PATRIMONIAL (LEI 4320/64 - ART. 105)

5.4.1 - Estrutura

São destacados, no quadro XXI, a seguir, os valores dos principais elementos patrimoniais do grupo das sociedades de economia mista.

PARTICIPAÇAO PERCENTUAL DOS COMPONENTES PATRIMONIAIS

QUADRO XXI

CR$ milhoes

ATIVO	VALOR	%
1. FINANCEIRO	16.202	1,3
2. NAO FINANCEIRO	1.281.409	98,6
3. REAL (1 + 2)	1.297.611	99,9
4. COMPENSADO	1.569	0,1
TOTAL (3 + 4)	1.299.180	100,0
PASSIVO	**VALOR**	**%**
1. FINANCEIRO	43.525	3,4
2. NAO FINANCEIRO	222.744	17,1
3. REAL (1 + 2)	266.269	20,5
4. PATRIMONIO LIQUIDO	1.031.342	79,4
5. COMPENSADO	1.569	0,1
TOTAL (3 + 4 + 5)	1.299.180	100,0

Nota: nao ha comparaçao com o exercicio anterior, por ser este o primeiro ano de apresentaçao dos d
das sociedades de economia mista no relatorio anual.

5.4.2 - Ativo Financeiro

O Ativo Financeiro representou apenas 1,3% do total do Ativo (CR$ 16.202 milhões). Deste montante, o Disponível em Moeda Nacional teve a maior participação, com CR$ 13.685 milhões ou 69,5% do grupo, sendo que a maior parte dessa disponibilidade concentrou-se na CBTU (CR$ 9.494 milhões).

O Ativo Financeiro apresentou a seguinte composição (quadro XXII):

QUADRO XXII

CR$ milhoes

ATIVO FINANCEIRO	VALOR	%
DISPONIVEL	13.685	84,5
CREDITOS EM CIRCULAÇAO	2.517	15,5
TOTAL	16.202	100,0

Nota: nao ha comparaçao com o exercicio anterior, por ser este o primeiro ano de apresentaçao do das sociedades de economia mista no relatorio anual

5.4.3 - Ativo Não Financeiro

O Ativo Não Financeiro assumiu o maior percentual de participação no Ativo (98,6%), representando CR$ 1.281.409 milhões. Deste valor, o Permanente foi o mais significativo (CR$ 1.196.385 milhões), sendo que a CBTU (CR$ 928.000 milhões) e a VALEC (CR$ 122.126 milhões) foram as empresas que mais se destacaram neste contexto.

O Ativo Não Financeiro ficou distribuído da seguinte forma (quadro XXIII):

QUADRO XXIII

CR$ milhoes

ATIVO NAO FINANCEIRO	VALOR	%
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	3.660	0,2
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZ	7	-
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	81.357	6,4
PERMANENTE	1.196.385	93,4
TOTAL	1.281.409	100,0

Nota: nao ha comparaçao com o exercicio anterior, por ser este o primeiro ano de apresentaçao dos dado das sociedades de economia mista no relatorio anual

5.4.4 - Ativo Real

O Ativo Real assumiu 99,9% do volume de aplicações (CR$ 1.297.611 milhões), sobretudo pelo (CR$ 1.297.611 mil Ativo Permanente (Bens Móveis e Imóveis), das empresas VALEC e CBTU.

5.4.5 - Ativo Compensado

O Ativo Compensado teve participação irrisória no total do Ativo, representando somente 0,1%, composto, em quase sua totalidade, por Direitos e Obrigações Contratuais, da COLONE (CR$ 1.507 milhões).

O Ativo Compensado teve a seguinte distribuição (quadro XXIV):

QUADRO XXIV

CR$ milhoes

ATIVO COMPENSADO	VALOR	%
DIREITOS E OBRIGAÇOES CONTRATUA	1.569	100,0
TOTAL	1.569	100,0

Nota: nao ha comparaçao com o exercicio anterior, por ser este o primeiro ano de apresentaçao dos dado das sociedades de economia mista no relatorio anual.

5.4.6 - Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro representou 3,4% do total do Passivo, sendo que a parcela de Obrigações em Circulação teve a maior participação no contexto, com 99,7% do total (CR$ 43.384 milhões). A CBTU (CR$ 17.421 milhões) e a VALEC (CR$ 10.274 milhões) foram as empresas que contribuiram com maior significação para a formação do total.

O Passivo Financeiro ficou assim constituído (quadro XXV):

QUADRO XXV

CR$ milhoes

PASSIVO FINANCEIRO	VALOR	%
DEPOSITOS	141	0,3
OBRIGAÇOES EM CIRCULAÇAO	43.384	99,7
TOTAL	43.525	100,0

Nota: nao ha comparaçao com o exercicio anterior, por ser este o primeiro ano de apresentaçao dos dado das sociedades de economia mista no relatorio anual.

5.4.7 -Passivo Não Financeiro

O Passivo Não Financeiro importou em CR$ 222.744 milhões, ou 17,2% do total do Passivo. Destacaram-se neste grupo os itens Obrigações em Circulação (CR$ 158.170 milhões) com relevância para Operações de Crédito (95,8% dessas Obrigações) e Exigível a Longo Prazo (CR$ 64.414 milhões). A CBTU, com 69,6%, foi a empresa que mais se destacou no Passivo Não Financeiro.

O Passivo Não Financeiro apresentou a composição a seguir (quadro XXVI):

QUADRO XXVI

CR$ milhoes

PASSIVO NAO FINANCEIRO	VALOR	%
OBRIGAÇOES EM CIRCULAÇAO	158.170	71,0
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	64.414	28,9
RESULT. DE EXERCICIOS FUTUROS	160	0,1
TOTAL	222.744	100,0

Nota: nao ha comparaçao com o exercicio anterior, por ser este o primeiro ano de apresentaçao dos dado das sociedades de economia mista no relatorio anual.

5.4.8 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido representou 79,3% de todo o Passivo, incluindo as contas de compensação de CR$ 1.569 milhões. Descontado este valor, pode-se concluir que o capital próprio das sociedades de economia mista assumiu 79,5% do Passivo Total, enquanto 20,5% foi assumido pelos capitais de terceiros. As Reservas, no valor de CR$ 1.062.335 milhões foi o item de maior significância no grupo, cabendo à CBTU (CR$ 777.063 milhões) a maior parcela de participação.

A composição do Patrimônio Líquido foi a seguinte (quadro XXVII):

QUADRO XXVII

CR$ milhoes

PATRIMONIO LIQUIDO	VALOR	%
PATRIMONIO/CAPITAL	77.750	7,5
RESERVAS	1.062.335	103,0
RESULTADO ACUMULADO	(91.413)	-8,8
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	(245)	-
RESULTADO DO PERIODO	(17.085)	-1,7
TOTAL	1.031.342	100,0

Nota: nao ha comparaçao com o exercicio anterior, por ser este o primeiro ano de apresentaçao dos dado das sociedades de economia mista no relatorio anual.

5.4.9 - Passivo Real

O Passivo Real representou 20,6% do total do Ativo, com CR$ 266.269 milhões. Deste total, a CBTU foi a empresa que mais se destacou, com CR$ 212.102 milhões, ou 79,7% do total do grupo.

5.4.10 - Passivo Compensado

Os valores registrados no Passivo Compensado são os mesmos encontrados no Ativo Compensado. Assim, as informações deste item são as mesmas mencionadas naquele grupo, haja vista que, por conceito, o Passivo Compensado tem a finalidade de apenas fornecer contrapartida aos registros do Ativo Compensado mantendo assim o equilíbrio necessário ao Balanço Patrimonial.

5.5 - BALANÇO PATRIMONIAL (LEI 6404/76 - ART. 178)

5.5.1 - Delimitação da Análise

O estudo foi realizado através da obtenção dos seguintes indicadores econômicos e financeiros: Índice de Liquidez Corrente, Índice de Liquidez Geral, Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais, Composição do Individamento, Taxa de Retorno sobre Patrimônio Líquido e Taxa de Retorno sobre Investimentos.

5.5.2 - Legislação

Conforme o art. 178 da Lei 6.404/76, " no balanço as contas serão classificadas segundo elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. "

5.5.3 - Estrutura

No quadro XXVIII, são apresentados os valores e respectivos percentuais dos elementos que constituem o Balanço Patrimonial das sociedades de economia mista.

PARTICIPAÇAO PERCENTUAL DOS COMPONENTES PATRIMONIAIS

QUADRO XXVIII

CR$ milhoes

ATIVO	VALOR	%
CIRCULANTE	19.869	1,5
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	81.359	6,3
PERMANENTE	1.196.383	92,2
TOTAL	1.297.611	100,0
PASSIVO	VALOR	%
CIRCULANTE	201.694	15,5
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	64.415	5,0
RESULT. DE EXERCICIOS FUTUROS	160	-
PATRIMONIO LIQUIDO	1.031.342	79,5
TOTAL	1.297.611	100,0

Nota: nao ha comparaçao com o exercicio anterior, por ser este o primeiro ano de apresentaçao dos dados das sociedades de economia mista no relatorio anual

5.5.3.1 - Principais Componentes Patrimoniais

No quadro XXIX, a seguir, é possível conhecer os valores dos principais grupos do Balanço Patrimonial, de cada uma das sociedades de economia mista analisadas neste relatório. Para facilitar o enquadramento dos valores foram usadas as seguintes siglas:

(AC)	Ativo Circulante	(PC)	Passivo Circulante
(RLP)	Realizável a Longo Prazo	(ELP)	Exigível a Longo Prazo
(AP)	Ativo Permanente	(PL)	Patrimônio Líquido
(AT)	Ativo Total	(PT)	Passivo Total

DEMONSTRATIVO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES PATRIMONIAIS

QUADRO XXIX

CR$ milhoes

SOCIEDADE DE ECONOMIA MI	(AC)	(RLP)	(AP)	(PC)	(ELP)	(PL)	(AT)/(PT)
NUCLEP	1.070	46	21.156	5.692	276	16.304	22.272
INB	1.261	80.196	59.403	6.788	2.104	131.968	140.860
URANIO DO BRASIL	809	79	6.310	1.494	7.545	-1.841	7.198
COLONE	20	25	3.473	9	43	3.466	3.518
FRANAVE	72	2	360	85	-	349	434
ENASA	119	2	6.175	410	1.295	4.591	6.296
TRENSURB	1.678	51	49.380	2.535	13.602	34.972	51.109
VALEC	169	4	122.126	10.344	-	111.955	122.299
CBTU	11.602	954	928.000	172.391	39.710	728.455	940.556
CPRM	3.069	-	-	1.946	-	1.123	3.069
TOTAL	19.869	81.359	1.196.383	201.694	64.575	1.031.342	1.297.611

NOTA: o ELP engloba o valor do Resultado de Exercicios Futuros da TRANSURB, no valor de CR$ 160 milhoes

5.5.4 - Análise Econômico-Financeira Agrupada

5.5.4.1 - Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{19.869}{81.359} = 0,10$$

Para cada CR$ 1,00 de dívida a curto prazo, há CR$ 0,10 para cobertura (valores que se transformarão em espécie para pagamento das obrigações).

5.5.4.2 - Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{101.288}{266.269} = 0,38$$

Para cada CR$ 1,00 de dívida a curto e longo prazo, há CR$ 0,38 para cobertura das exigibilidades.

5.5.4.3 - Participação de Capitais de Terceiros (PCT)

$$PCT = \frac{PC + ELP}{PAS.TOTAL} = \frac{266.269}{1.297.611} = 0,21$$

Dos recursos totais, 21% é de origem de capital de terceiros e 79% é de origem interna.

5.5.4.4 - Composição do Endividamento (CE)

$$CE = \frac{PC}{PC + ELP} = \frac{201.694}{266.269} = 0,76$$

Do total de capitais de terceiros 76% vencerá no curto prazo e o restante, ou seja, 24% a longo prazo.

5.5.4.5 - Taxa de Retorno Sobre Patrimônio Líquido (TRPL)

$$TRPL = \frac{\text{Resultado do Exercício}}{\text{Pat.Líquido Médio}} = \frac{(17.086)}{517.843} = -0,03$$

O resultado negativo alcançado no exercício gerou um índice de -0,03, ou seja, não houve retorno no ano sobre o Patrimônio Líquido.

OBSERVAÇÃO: Pat. Líquido Médio = (PL inicial + PL final) x 0,5

5.5.4.6 - Taxa de Retorno Sobre Investimento (TRI)

$$TRI = \frac{\text{Resultado do Exercício}}{\text{Ativo Total Médio}} = \frac{(17.086)}{652.017} = -0,03$$

O índice de -0,03 apresentado, demonstra inexistência de retorno sobre os valores aplicados no Ativo.

OBSERVAÇÃO: Ativo Total Médio = (AT inicial + AT final) x 0,5

5.5.5 - Quadro XXX de Indicadores Econômico-Financeiros de cada Economia Mista

DEMONSTRATIVO DE INDICADORES ECONOMICOS E FINANCEIROS

QUADRO XXX

CR$ milhoes

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	ILC	ILG	PCT	CE	TRPL	TRI
NUCLEP	0,19	0,19	0,27	0,95	-0,52	-0,38
INB	0,19	9,16	0,06	0,76	0,07	0,06
URANIO DO BRASIL	0,54	0,10	1,26	0,17	-	-0,18
COLONE	2,22	0,87	0,01	0,17	0,11	0,11
FRANAVE	0,85	0,87	0,20	1,00	-0,71	-0,56
ENASA	0,29	0,07	0,27	0,24	-0,29	-0,21
TRENSURB	0,66	0,11	0,32	0,16	-0,10	-0,07
VALEC	0,02	0,02	0,08	1,00	-0,01	0,00
CBTU	0,07	0,06	0,23	0,81	-0,04	-0,03
CPRM	1,58	1,58	0,63	1,00	-	-

Nota: nao ha dados do Balanço Patrimonial de 1992 da CPRM, que permitissem o calculo dos indices medios para estabeleci das taxas de retorno.

IV- POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E DESEMPENHO DOS SETORES ECONÔMICOS GOVERNAMENTAIS

1 - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

1.1 - NÍVEL DE ATIVIDADE

A economia brasileira iniciou a década de 90 com uma redução sem precedentes da atividade econômica: de 1989 a 1992 o PIB declinou 4,21%, principalmente em função do decréscimo da atividade industrial, que apresentou queda de 13,5% no período

Esse quadro recessivo se reverte parcialmente em 1993, quando o PIB, segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA deverá crescer 4,9% (Tabela 1.1.1). Esta recuperação é explicada principalmente pelo crescimento da indústria (8,9%) e dos serviços (3,5%). Em particular, destacam-se os desempenhos da indústria de transformação (com um crescimento estimado no ano, de 10%), da construção civil (9,5%) e do comércio (6,7%). Por outro lado, o setor agropecuário deverá apresentar uma queda de 2,3%, após haver apresentado um excelente desempenho em 1992, quando cresceu 5,3%.

O início do processo de recuperação econômica se inicia ainda no quarto trimestre de 1992, a partir da resolução da crise político-institucional criada com o processo "impeachment", e ganha corpo com a mudança nos rumos da política econômica, principalmente a política monetária que passa a ser conduzida de forma menos rígida do que no período anterior. Durante primeiro semestre de 1993, manteve-se o fôlego da recuperação, com um crescimento do PIB projetado para o ano de 4,9%.

A aceleração inflacionária que acompanhou esse processo de recuperação foi a principal causa de arrefecimento que se observa a partir do segundo semestre do ano. Nesse sentido, a recuperação observada ao longo de 1993 deve ser interpretada como mais um episódio dos "ciclos inflacionários" que vêm caracterizando a economia brasileira desde meados da década passada, em que surtos de crescimento são acompanhados pelo recrudescimento do processo inflacionário e seguidos de um novo período de declínio ou estagnação dos níveis de produção, sem que se consiga reverter de forma duradoura a tendência de mais longo prazo à estagnação.

A título de exemplo, considerando-se como uma fase de expansão períodos de dois trimestres consecutivos em que o PIB desazonalizado cresce em relação ao trimestre anterior, teríamos um ciclo no período 1987.IV-1988.I, outro em 1989.I-1989.III, outro no período 1991.II-1991.III, e finalmente 1992.IV-1993.II.

TABELA 1.1.1

Produto Interno Bruto
Taxa de Variação - 1991/1992/1993

Discriminação	Taxa de Variação (%)	
	91/92	92/93(*)
Setor Agropecuário	5,33	- 2,26
Lavouras	6,02	- 1,01
Produção Animal	4,40	- 3,94
Setor Industrial	- 3,56	8,94
Extrativa Mineral	- 0,22	1,79
Transformação	- 4,86	9,95
Construção	- 1,06	9,48
Serv. Ind. de Utilidade Pública	1,62	3,72
Setor Serviços	- 0,16	3,51
Comércio	- 3,37	6,70
Transportes	2,38	4,93
Comunicações	5,72	9,33
Instituições Financeiras	- 4,62	- 2,16
Administração Pública	1,93	1,93
Outros Serviços	- 0,85	0,53
TOTAL	- 0,84	4,87

Fonte: IBGE
(*) Projetado

Principais Culturas Agrícolas

Segundo estimativas do IPEA, elaboradas a partir de dados do IBGE disponíveis em dezembro de 1993, o setor de lavouras registrará uma queda de 1% em 1993. Dentre os 15 produtos apresentados na Tabela 1.1.2, ressalta-se a queda de 51,9% (em média) da produção de algodão e do trigo (21,3%), enquanto que a safra da soja cresceu 18,2%.

De acordo com a análise sobre o desempenho das lavouras, publicada pelo IBGE em dezembro de 1993, a retração da produção algodoeira se deve à queda na área colhida (42,1% no caso do algodão arbóreo e de 51,6% no herbáceo) e à redução da produtividade, que para o algodão arbóreo, foi 26,6%. Por sua vez, a queda da safra de trigo deve-se à menor área cultivada (redução de 23,8%), e às péssimas condições climáticas do Paraná no período.

A produção de soja cresceu significativamente, graças à maior área cultivada (12,8%), a uma melhor tecnologia empregada e às boas condições climáticas que prevaleceram em praticamente todas as regiões de cultivo.

TABELA 1.1.2

PRODUÇÃO DAS LAVOURAS - PRINCIPAIS CULTURAS

BRASIL - 1992/1993

PRODUTOS	TONELADAS 1992 (2)	TONELADAS 1993 (3)	TAXA DE VARIAÇÃO 93/92
Algodão Arbóreo (em caroço) ..	22.350	7.941	-64,46
Algodão Herbáceo (em caroço) .	1.863.077	1.130.845	-39,30
Arroz (em casca)	10.006.292	10.193.422	1,87
Batata-inglesa	2.432.073	2.365.364	-2,74
Cacau (em amêndoa)	328.536	345.989	5,31
Café (em coco)	2.588.743	2.550.715	-1,46
Cana-de-açúcar	271.474.875	251.407.516	-7,39
Cebola	895.951	909.819	1,54
Feijão (em grão)	2.797.138	2.463.650	-11,92
Laranja (1)	98.411.455	89.889.325	-8,65
Mandioca	21.918.600	21.719.069	-0,91
Milho (em grão)	30.506.127	29.967.179	-1,76
Soja (em grão)	19.214.705	22.710.041	18,19
Tomate	2.141.345	2.314.517	8,08
Trigo (em grão)	2.795.598	2.201.343	-21,25

Fonte(s): IBGE
(1) Produção em mil frutos
(2) Dados da Produção Agrícola Municipal
(3) Dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola-Dez/93

Utilização da Capacidade Instalada

A utilização média da capacidade instalada pela indústria em 1993 ficou em 76,8%, bastante superior ao observado em 1992 (72%), mas ainda abaixo do pico mais recente, registrado em 1989 (81%), conforme apresenta a Tabela 1.1.3, que utiliza dados publicados na revista Conjuntura Econômica da Fundação Getulio Vargas.

Este resultado é ainda magnificado dadas as mudanças que parecem ter ocorrido nos anos recentes a nível de organização do processo produtivo, e que tem levado a uma utilização mais eficiente dos fatores de produção. Assim, observa-se em 1993 não apenas um aumento da produtividade do trabalho, mas também do estoque de capital existente, indicando que ao lado dos efeitos do ajuste recessivo deve ter também ocorrido em alguma medida um avanço da produtividade total dos fatores.

A contrapartida desse aumento de produtividade, mas que certamente também reflete as incertezas do quadro econômico, foi um crescimento muito pequeno do nível de emprego, que de qualquer modo apresentou no ano uma inversão na tendência de declínio que vinha se observando desde 1990.

TABELA 1.1.3

Utilização da Capacidade Instalada (Índice)

Período		Índice (Dados Semestrais)
1991	Janeiro	68,0
	Abril	74,0
	Julho	78,0
	Outubro	78,0
	Ano	74,5
1992	Janeiro	69,0
	Abril	72,0
	Julho	73,0
	Outubro	73,0
	Ano	71,8
1993	Janeiro	72,0
	Abril	77,0
	Julho	79,0
	Outubro	79,0
	Ano	76,8

Fonte: FGV

O Desempenho da Indústria Brasileira

Os indicadores da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), do IBGE, disponíveis para o período janeiro/novembro de 1993, mostram que a produção industrial brasileira cresceu de forma vigorosa neste período, apresentando uma taxa de crescimento em relação ao ano de 1992 de 9,6% para a indústria geral (Tabela 1.1.4). As indústrias extrativa mineral e transformação registraram crescimento de 1,1 e 10,1%, respectivamente.

Segundo as categorias de uso, destaca-se especialmente a de bens de consumo durável, com crescimento de 39,9%. e bens de capital, com 14,5%, quando comparados ao desempenho de 1992.

Esse resultado positivo foi observado em praticamente todos os gêneros da indústria, destacando especialmente Material Elétrico e Comunicações e Material de Transporte, com crescimento de 28,4 e 25,8% respectivamente.

TABELA 1.1.4
INDICADORES DA PRODUCAO INDUSTRIAL
INDICE DE QUANTUM/TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO 1987/93

CLASSES E GENEROS	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993*
INDUSTRIA GERAL	0,87	- 3,24	- 2,92	- 8,90	- 0,46	- 4,62	9,63
EXTRATIVA MINERAL	- 0,75	0,37	3,96	2,73	0,29	- 0,22	1,06
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	0,95	- 3,41	2,88	- 9,46	- 0,50	- 4,86	10,12
POR GENEROS							
Min. nao Metalicos	2,33	- 4,17	3,82	-11,03	1,51	- 8,85	5,92
Metalurgica	0,43	- 3,25	5,01	-12,62	- 0,21	- 0,76	11,84
Mecanica	4,03	- 8,60	4,99	-16,86	-11,83	- 9,06	17,02
Material Eletrico e Com.	- 2,23	- 4,44	5,67	- 5,51	- 3,66	-18,30	28,35
Mat. Transporte	-10,15	9,08	- 2,81	-15,86	0,27	0,49	25,83
Papel e Papelao	3,62	- 1,58	5,62	- 6,25	5,63	- 0,94	5,23
Borracha	3,62	2,14	- 1,89	- 4,39	0,97	4,31	7,93
Quimica	5,53	- 3,01	- 0,29	- 8,07	4,47	- 2,20	4,53
Farmaceutica	2,37	-14,17	4,68	- 9,71	2,62	-13,62	9,48
Perf. Saboes e Velas	12,25	- 7,85	11,52	- 5,68	6,60	- 0,64	3,84
Prod. Mat. Plastica	- 4,20	- 7,22	12,36	-15,61	- 1,08	- 9,08	11,46
Textil	- 0,59	- 6,12	0,49	-10,11	- 5,09	- 4,07	6,58
Vest. Calc. Art. Tec.	- 9,61	- 6,77	1,85	-14,00	-13,21	-13,84	8,21
Produtos Alimentares	6,82	- 2,37	1,27	1,82	3,63	- 0,68	0,60
Bebidas	- 3,43	2,40	14,70	2,28	7,10	-18,10	4,76
Fumo	2,10	0,97	5,11	- 1,35	1,48	4,80	0,33
POR CATEGORIAS DE USO							
Bens de Capital	- 1,78	- 2,08	0,27	-15,49	-10,17	-12,85	14,46
Bens Intermediarios	1,10	- 2,11	2,42	- 8,73	1,45	- 1,52	6,58
Bens de Consumo	0,07	- 3,10	3,62	- 5,32	0,06	- 6,95	11,54
Consumo Duravel	- 5,42	0,60	2,38	- 5,79	4,77	- 7,35	39,95
Consumo nao Duravel	1,43	- 4,45	3,92	- 5,21	- 1,06	- 6,85	4,34

Fonte(s): IBGE-DPE-Departamento de Industria
* Dados de Janeiro/Novembro

1.2 - PREÇOS E SALÁRIOS

1.2.1 - A Taxa de Inflação em 1993

O comportamento da inflação em 1993 pode ser analisado segundo dois momentos distintos. Inicialmente, as pressões se originaram basicamente de uma demanda aquecida, resultante tanto do surto de crescimento observado ao longo dos primeiros cinco meses do ano quanto das indefinições relativas à política econômica naquele momento, e que provocou um crescimento da demanda por ativos reais. A partir de julho, contudo, as pressões de custo e de expectativas passaram a dominar, como decorrência de fatores como o processo de recomposição real de tarifas públicas, o choque de preços de produtos agropecuários (que se segue à quebra da safra norte-americana), a introdução do IPMF e a mudança na lei salarial (cujo efeito é aprofundar a indexação na economia, tornando a inflação ainda mais sensível aos choques de preços relativos).

No acumulado do ano, a inflação medida pelo INPC ficou em 2.489% (Tabela 1.2.1). A aceleração média ao longo do ano foi de 1,01 ponto percentual ao mês, levando a inflação mensal de 25,6% em dezembro de 1992 para 37,7% em dezembro de 1993.

Os Salários na Indústria Brasileira

As taxas de crescimento fornecidas pelas principais pesquisas domiciliares indicam uma recuperação do mercado de trabalho em 1993. Esses resultados não são, no entanto, compatíveis com as informações obtidas em pesquisas junto ao sistema produtivo.

Em 1993, os salários, inclusive o mínimo, se recuperaram, apresentando resultados médios reais superiores aos verificados no ano anterior, graças às políticas salariais sucessivamente adotadas para o setor privado. A elevação das taxas inflacionárias, desde o início do ano, produziu pressões no sentido da introdução de modificações na política salarial, todas direcionadas para uma maior indexação. O comportamento do salário real depende do efeito líquido da correção salarial e da inflação corrente.

Como os preços, embora com taxa de inflação ascendente, não fugiram de controle ao ponto de serem eliminadas as vantagens da política salarial, o salário contratual médio real para 1993 apresenta crescimento de 4,1% (Tabela 1.2.2). Na política atual, aprovada em julho e adotada a partir de agosto de 1993, inclusive para o salário mínimo, os reajustes são mensais com redutor de 10%, sendo a recomposição realizada a cada quadrimestre.

TABELA 1.2.1

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - INPC (%)

ANO/MÊS	VARIAÇÃO		
	MENSAL	ACUMULADA NO ANO	ACUMULADA EM 12 MESES
1993.Jan	28,77	28,77	1 177,33
Fev	24,79	60,69	1 180,50
Mar	27,58	105,01	1 243,26
Abr	28,37	163,17	1 326,96
Mai	26,78	233,65	1 353,09
Jun	30,37	334,98	1 467,56
Jul	31,01	464,87	1 582,22
Ago	33,34	659,86	1 732,88
Set	35,63	930,60	1 905,11
Out	34,12	1.282,24	2 033,14
Nov	36,00	1.779,85	2 260,71
Dez	37,73	2.489,11	2 489,11

Fonte(s): IBGE

TABELA 1.2.2
INDICE DE RENDIMENTOS NA INDUSTRIA BRASILEIRA
(1985 = 100)

ANO/MES	SALARIO CONTRATUAL MEDIO REAL	SALARIO CONTRATUAL REAL
1990 Jan	98,5	107,7
Fev	91,1	99,4
Mar	91,1	97,0
Abr	79,8	82,6
Mai	78,1	79,8
Jun	80,9	82,4
Jul	85,0	86,8
Ago	85,4	87,7
Set	84,2	86,7
Out	85,2	87,1
Nov	88,6	88,4
Dez	82,3	78,2
1991 Jan	75,6	70,0
Fev	75,6	68,9
Mar	72,3	65,3
Abr	77,7	70,4
Mai	83,3	76,5
Jun	82,9	77,1
Jul	84,1	79,0
Ago	81,6	77,6
Set	87,5	83,5
Out	87,1	82,1
Nov	91,3	84,2
Dez	87,8	79,0
1992 Jan	86,2	76,4
Fev	83,5	72,8
Mar	87,8	75,7
Abr	88,5	75,9
Mai	90,5	77,4
Jun	90,8	77,7
Jul	93,6	79,5
Ago	92,2	78,3
Set	96,2	81,7
Out	93,9	79,2
Nov	101,2	84,8
Dez	93,8	77,4
1993 Jan	95,3	79,0
Fev	94,0	78,5
Mar	97,6	81,7
Abr	94,9	79,8
Mai	101,0	85,7
Jun	97,3	82,8
Jul	100,2	84,6
Ago	99,0	83,3
Set	98,7	83,1
Out	100,2	84,0

Fonte(s):IBGE/DPE/Departamento de Industria

1.3 - EMPREGO

No período Janeiro/Novembro de 1993, o nível de emprego formal da economia, medido pela Lei 4.923/65, apresentou crescimento de 1,7%, o que correspondeu à geração de 383.759 postos de trabalho. Segundo os dados desta fonte de informação, este desempenho positivo ocorreu após três anos consecutivos de quedas, que resultaram no decréscimo de mais de dois milhões de postos de trabalho.

A perfomance do emprego em 1993 está vinculada, em grande medida, ao aquecimento econômico ocorrido no primeiro semestre. No segundo semestre houve uma desaceleração do nível de atividade econômica, causada pela contração da demanda interna e fatores de ordem sazonal. A taxa média anual de desemprego aberto para o conjunto das seis áreas metropolitanas (ver Tabela 1.3.1), segundo informações do IBGE, demonstra uma pequena redução, passando de 5,75% em 1992 para 5,30% em 1993. Tal resultado se constitui numa reversão da trajetória de crescimento ininterrupto desta taxa verificado a partir de 1990.

1.3.1 - Programa de seguro-desemprego

O Programa de Manutenção do Seguro-Desemprego implicou, no ano de 1993, em gastos da ordem de 60,1% da dotação orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT/MTb. Os gastos com o Pagamento de Benefícios, dentro do Programa, obteve uma participação de 74,36% representando cerca de 44,70% da dotação total do FAT/MTb.

O programa Seguro-Desemprego atendeu a 3.669.553 trabalhadores durante o ano de 1993. Este número é 5% menor que o verificado no ano anterior, acompanhando o melhor desempenho do mercado de trabalho. Uma descrição mais detalhada do programa pode ser obtida através das tabelas 1.3.1.1. e 1.3.1.2.

No que se refere à evolução do número de beneficiários do Programa no período de 1989 a 1993, é importante ressaltar os seguintes pontos:

- A alteração da legislação, facilitou o acesso do trabalhador ao Programa e aumentou substancialmente o valor do benefício. O número de beneficiados aumentou 132% entre 1989 e 1990.

- A criação de legislação especial e temporária, que facilitou ainda mais o acesso ao benefício. O número de beneficiários sofreu um acréscimo de 25% entre 1991 e 1992.

- A taxa de habilitação cresceu progressivamente de 82,16% em 1989, quando os critérios para o requerente se habilitar eram mais rigorosos, para 97,57%, favorecida pelo abrandamento da legislação e pelo "seguro especial".

- Em 1993 houve uma queda persistente do número de segurados a cada trimestre, o que parece estar associado à recuperação do mercado de trabalho. Estes dados são consistentes com o crescimento do emprego de acordo com os dados da Lei 4923/65 (1,7% com relação ao ano anterior).

TABELA 1.3.1 - TAXA ANUAL DE DESEMPREGO
CONJUNTO DAS SEIS AREAS METROPOLITANAS

	1992	1993
VARIACAO PERCENTUAL DO NIVEL EMPREGO (1)		
T O T A L	-2,9	1,7
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	-5,2	2,0
COMERCIO	-3,3	2,7
SERVICOS	-1,7	1,9
CONSTRUCAO CIVIL	-4,5	0,1
POPULACAO ECONOMIC.ATIVA (Milhoes de Hab.) (2)	ND	ND
TAXA MEDIA DE DESEMPREGO ABERTO (%) (3)	5,76	5,40
RIO DE JANEIRO	4,09	4,11
SAO PAULO	6,68	5,76
BELO HORIZONTE	4,90	4,51
PORTO ALEGRE	5,69	3,35
SALVADOR	6,82	6,59
RECIFE	8,65	9,17

Fonte: Ministerio do Trabalho e IBGE
OBS.:
(1) POSICAO DO EMPREGO EM DEZ. DE CADA ANO, COM RELACAO A DEZ. DO ANO ANTERIOR. PAINEL RAIS (82/88) E LEI 4.923/65 (89/93)
(2) PESQUISA NACIONAL P/ AMOSTRA DOMICILIOS (PNAD)
(3) MEDIA ANUAL DO RESULTADO DA PESQUISA MENSAL DE EMPREGO PARA O CONJUNTO DAS SEIS AREAS METROPOLITANAS
- Os dados relativos a variacao percentual do nivel de emprego em 1993 referem-se ao periodo acumulado de JAN/NOV, em virtude da indisponibilidade de informacoes.
- Com relacao aos dados da taxa de desemprego para o ano de 1993, o periodo considerado foi JAN/NOV.
- ND - Nao disponivel

TABELA 1.3.1.1 - HISTORICO DO SEGURO DESEMPREGO - PERIODO 92/93

1992	[A] SALARIO MINIMO P.N.S. Cr$/CR$	[B] REQUERENTES DO BENEFICIO	[C] SEGURADOS DO BENEFICIO	[D] TAXA DE HABILITACAO (C:B)x100	[E] VALOR EMITIDO DO BENEFICIO Cr$/CR$	[F] QT CHEQUES EMITIDOS	[G] VALOR MEDIO DO BENEFICIO EM SM E : (F x A)
JAN	96.037,33	318.958	305.344	95,73%	105.401.698.793,96	885.875	1,24
FEV	96.037,33	324.171	309.224	95,39%	102.413.514.994,00	702.597	1,52
MAR	96.037,33	389.774	377.029	96,73%	217.630.090.514,68	1.210.822	1,87
ABR	96.037,33	349.013	339.459	97,26%	275.629.964.088,03	1.260.347	2,28
MAI	230.000,00	406.394	390.391	96,06%	295.687.395.336,00	1.086.830	1,18
JUN	230.000,00	316.959	307.116	96,89%	332.844.064.023,00	1.101.878	1,31
JUL	230.000,00	368.595	357.869	97,09%	734.277.436.758,22	1.891.598	1,69
AGO	230.000,00	315.072	308.360	97,87%	624.631.396.618,00	1.218.412	2,23
SET	522.186,94	316.368	309.564	97,85%	879.532.619.136,51	1.307.428	1,29
OUT	522.186,94	300.190	293.852	97,89%	920.752.768.523,90	1.207.629	1,46
NOV	522.186,94	300.675	293.258	97,53%	1.460.772.887.390,64	1.519.902	1,84
DEZ	522.186,94	273.669	267.649	97,80%	589.230.861.294,00	464.751	2,43
TOTAL	---	3.979.838	3.859.115	96,97%	6.538.804.697.470,94	13.858.069	1,69
1993							
JAN	1.250.700,00	335.025	327.776	97,84%	2.036.463.423.506,00	1.280.618	1,27
FEV	1.250.700,00	263.397	258.319	98,07%	2.209.193.184.905,00	1.193.256	1,48
MAR	1.709.400,00	420.399	413.066	98,26%	3.821.059.856.024,00	1.604.188	1,39
ABR	1.709.400,00	324.212	318.371	98,20%	3.095.439.080.265,00	1.036.022	1,75
MAI	3.303.300,00	337.995	331.053	97,95%	2.755.932.054.631,00	728.377	1,15
JUN	3.303.300,00	305.949	299.796	97,99%	9.770.849.764.544,00	2.072.127	1,43
JUL (10)	4.639.800,00	315.490	308.745	97,86%	7.465.703.506.868,40	1.137.622	1,41
AGO(10)(11)	5.534,00	317.086	310.091	97,79%	12.082.692.380,00	1.493.421	1,46
SET (10)	9.606,00	308.661	300.730	97,43%	12.389.176.761,00	1.045.475	1,23
OUT (10)	12.024,00	289.387	279.590	96,61%	21.340.806.113,00	1.342.240	1,32
NOV (10)	15.021,00	287.670	272.754	94,81%	22.122.588.586,00	1.036.197	1,42
DEZ (12)	18.760,00	255.663	249.262	97,50%	30.775.218.940,00	1.047.106	1,57
TOTAL	---	3.760.942	3.669.553	97,57%	129.865.123.650,74	15.016.649	1,41

FONTE: Divisao de Operacionalizacao do Programa Seguro-Desemprego/CSDAS/SPES/MTb

OBS.:

(10) Os dados das colunas "B", "C" e "D" sao dados cadastrais preliminares, sujeitos a variacoes para maior no decorrer do periodo.

(11) Em AGO/93 Plano de Estabilizacao Economica converte Cruzeiro(Cr$) em Cruzeiro Real (CR$) na paridade de conversao 1000 : 1 .

(12) Os dados das Colunas "B", "C" e "D" sao dados estatisticos projetados, em funcao da evolucao do mercado de trabalho.

TABELA 1.3.1.2 DEMONSTRATIVO DA EVOLUCAO DO SEGURO-DESEMPREGO

MES\ANO	DISPENSADO A	SEGURADOS B	TX.COBERTURA B/A *
JAN/92	485.991	305.344	62,83
FEV	544.296	309.224	56,81
MAR	522.426	377.029	72,17
ABR	471.856	339.459	71,94
MAI	354.932	390.391	109,99
JUN	402.242	307.116	76,35
JUL	437.260	357.869	81,84
AGO	417.898	308.360	73,79
SET	391.814	309.564	79,01
OUT	411.388	293.852	71,43
NOV	445.938	293.258	65,76
DEZ	528.088	267.649	50,68
JAN/93	356.482	327.776	91,95
FEV	498.677	258.319	51,80
MAR	493.210	413.066	83,75
ABR	500.645	318.371	63,59
MAI	434.989	331.053	76,11
JUN	468.774	299.796	63,95
JUL	471.249	308.745	65,52
AGO	508.341	310.091	61,00
SET	433.063	300.730	69,44
OUT	444.108	279.590	62,96
NOV	414.809	272.754	65,75
DEZ	ND	249.262	--

Fonte: Divisao de Operacionalizacao do Programa Seguro-Desemprego/CSDAS/SPES/MTb e Lei 4923/65.

OBS.: * - Pecentual de Segurados/Dispensados/CGED Lei 4.923/65

ND - Dado nao disponivel

2 - ASPECTOS MONETÁRIOS E FINANCEIROS

2.1 - MEIOS DE PAGAMENTOS E FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETÁRIA.

Como resultado das operações do Banco Central, a base monetária registrou, em 1993, expansão nominal de 1.953% na posição de ponta e de 2.109% na média dos saldos diários.

A evolução das variáveis monetárias, ao longo do ano, foi pressionada pelos ingressos de recursos externos resultantes basicamente, da aquisição líquida de divisas pelo Banco Central (ver a este respeito a tabela 2.1.1 e 2.1.2). O setor externo acumulou impacto expansionista nominal sobre a base monetária de Cr$1.526 bilhões no ano.

Outro fator de pressão monetária, ao longo de 1993, foram os saques realizados em contas de Depósitos especiais Remunerados (DER), instrumento criado para absorver parcela dos recursos provenientes da devolução dos cruzados novos e que tinha, inicialmente, como maior atrativo, remuneração de TR + 8% a.a., com previsão de redução de 0,5 ponto percentual a cada 6 meses, até igualar-se aos 6% da caderneta de poupança, a partir de 16.8.94. O impacto acumulado desse item foi de CR$ 61 bilhões, em termos nominais.

Embora tenha-se constituído no principal instrumento para neutralizar os efeitos expansionistas, as operações com títulos públicos federais contabilizaram resultado expansionista de CR$95 bilhões no ano, em termos nominais, resultado influenciado pelos resgates elevados de títulos no último mês do ano, quando existe sazonalmente maior demanda por liqüidez. Além disso, foi contabilizada uma operação de compra de títulos, em setembro, para simultâneo resgate de assistência financeira de liqüidez, caracterizando, assim, uma simples compensação de contas.

A base monetária sofreu uma contração real (deflacionada pelo IGP-DI centrado no final do mês) de 30,4% em 1993. A neutralização das pressões sobre a base monetária se fez através de uma agressiva política de juros reais a partir do mês de setembro, que voltou a elevar as taxas de juros mensais (over acumulado no mês) para perto de 2% em relação à variação cambial em outubro e novembro. Quando medidas em relação a inflação (usando-se o IGP-M centrado como deflator), as taxas se mostram um pouco mais moderadas, mais igualmente próximas a 2% ao mês em setembro e outubro. Em dezembro volta-se a observar um recuo das taxas frentes à inflação, e em menor magnitude também frente ao dólar.

Emissões de papel-moeda em 1993

Ao longo do ano foram autorizadas as seguintes emissões:

Voto	Data	Valor
CMN 001/93-A	06.01	Cr$ 10,9 trilhões
CMN 021/93	12.02	Cr$148,0 trilhões
CMN 082/93	28.07	Cr$350,0 trilhões
CMN 124/93	19.10	Cr$935,0 bilhões

Considerando a mudança do padrão monetário, o saldo máximo do PME (papel-moeda emitido) poderia atingir Cr$1.487,1 bilhões em 31.12.93, tendo, no entanto, alcançado Cr$1.062,5 bilhões ao final do ano, com valor máximo de Cr$1.206,0 bilhões no dia 20.12.

2.1.1 - Evolução dos agregados Monetários

A dívida mobiliária interna federal do Banco Central atingiu 4,5% do PIB (aproximadamente Cr$ 7.861 bilhões) em dezembro de 1993 apresentando um acréscimo de 0,2% do PIB em relação aos valores de dezembro de 1992 (ver a este respeito as tabelas 2.1.4 e 2.1.3). Em termos de sua composição, no entanto, ocorreram mudanças importantes, com um alongamento do perfil através de um expressivo aumento da participação das NTN no total, de 35,9% em dezembro de 1992 para 69,6% em dezembro último.

O valor do total de ativos financeiros (M4) na economia cresceu em termos reais apesar do decréscimo em termos de participação do PIB de 24,4% em dezembro de 1992 para 23,3% em dezembro de 1993. Em termos de seus principais componentes (ver tabela 2.1.2.1), nota-se uma perda relativa de importância dos ativos mais líquidos como M1 (cuja participação no total declina de 7,5 para 5,9%), dos FAF (queda na participação de 9,6 para 6,3% e DER (queda de 6 para 2,5%). Os títulos públicos federais, estaduais e municipais ganharam relativamente no total (de 17,8 para 19,3% e de 9,2 para 11,1%, respectivamente), e o M2(a soma de M1 mais FAF,DER e títulos públicos) teve sua participação no total reduzida de 50 para 45,1%. Os depósitos de poupança aumentaram ligeiramente em relação ao total (de 18,1 para 21,1%), o mesmo acontecendo com os títulos privados (de 32,1 para 33,8%).

O saldo dos empréstimos do sistema financeiro atingiu, conforme os dados apresentados na tabela 2.1.5, Cr$29.375 bilhões em outubro de 1993, com crescimento de 1.703% em termos nominais, no ano.

Em termos reais, registrou-se crescimento (a variação do IGP-DI no período foi de 1.405%), apesar da redução no crédito ao setor público, que vem perdendo espaço para o setor privado nos últimos anos. Esse fato deve-se a um maior controle sobre o financiamento ao setor público e a reclassificações contábeis decorrentes do processo de privatização de empresas estatais. Ressalte-se que em 1993 o setor privado beneficiou-se também do ingresso de capital externo com intermediação de instituições financeiras.

Tabela 2.1.1

FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETARIA
FLUXO NO PERIODO

CR$ milhoes

Periodo		Tesouro Nacional 1/	Operacoes C/Titulos Publicos Federais	Operacoes do Setor Externo 2/	Depositos dos DERRER	Assistencia Financeira de Liquidez 3/	Aplicacoes da Reserva Monetaria	Compulsorio S/Dep. Jud. e S/Fianças	Depositos de Instituiçoes Financeiras	Depositos dos F.A.F.	Outras Contas	Variacao da Base Monetaria
1993	Jan	(7.035)	(11.961)	11.018	1.108	(3.518)	(1)	13	(2.348)	5.650	1.301	(5.773)
	Fev	14.225	19.437	(12.071)	(10.098)	645	0	10	2.157	(1.700)	1.029	13.634
	Mar	(7.756)	24.429	12.612	(3.525)	1.807	(5)	(2)	(7.937)	(4.184)	1.139	16.578
	Abr	(8.763)	12.440	6.492	(442)	(563)	(17)	(11)	2.916	10.601	989	23.642
	Mai	(42.091)	4.782	62.197	(3.189)	(2.022)	(2)	(22)	(1.172)	8.690	2.898	30.069
	Jun	(2.567)	7.136	30.896	3.378	(503)	(47)	(8)	(9.649)	(2.331)	2.283	28.588
	Jul	22.421	(70.396)	106.627	6.471	(824)	(3)	23	(3.438)	(3.250)	8.560	66.191
	Ago	36.553	(68.018)	87.414	(7.472)	(687)	(4)	(74)	2.777	8.113	2.869	61.471
	Set	(50.941)	203.493	23.047	9.193	(153.045)	(23)	(69)	8.903	21.508	16.688	78.754
	Out	28.123	(247.624)	371.061	18.442	(905)	(12)	(31)	996	1.956	5.115	177.121
	Nov	(49.857)	(153.469)	439.071	17.572	(1.098)	(1.303)	(174)	(27.424)	(5.669)	11.485	229.134
	Dez	(17.326)	375.131	387.717	29.406	(3.348)	(286)	(76)	(76.420)	(77.909)	15.498	632.387
Acumulado no Ano		(85.014)	95.380	1.526.081	60.844	(164.061)	(1.703)	(421)	(110.639)	(38.525)	69.854	1.351.796

1/ Nao inclui operaçoes com titulos.
2/ Em jan/93 inclui o Voto CMN 52/93
3/ Inclui penas e custos sobre deficiencias de reservas bancarias.
Fote: Banco Central do Brasil

TABELA 2.1.2 - BASE MONETARIA E MEIOS DE PAGAMENTO

Saldos em CR$ milhoes

Final de Periodo	BASE MONETARIA						MEIOS DE PAGAMENTO					
	Fim de Periodo			Media Diaria			Fim de Periodo			Media Diaria		
	Papel-Moeda Emitido	Reservas Bancarias	Total	Papel-Moeda Emitido	Reservas Bancarias	Total	Papel-Moeda em poder do Publico	Depositos a Vista	Total	Papel-Moeda em Poder do Publico	Depositos a Vista	Total
1992 Dez	43.211	25.999	69.210	41.498	19.104	60.602	36.889	67.686	104.575	36.384	66.328	102.712
1993 Jan	40.335	23.102	63.437	40.995	24.237	65.232	35.346	69.649	104.995	35.870	68.448	104.318
Fev	54.497	22.574	77.071	52.818	24.604	77.422	47.907	96.542	144.449	46.029	86.217	132.246
Mar	58.676	34.973	93.649	60.630	30.020	90.650	50.269	111.920	162.189	53.023	98.685	151.708
Abr	86.243	31.049	117.291	80.774	32.863	113.637	74.620	140.110	214.730	69.887	131.549	201.436
Mai	98.432	48.928	147.360	95.059	45.225	140.284	80.369	190.035	270.404	82.329	155.070	237.399
Jun	125.300	50.647	175.948	130.280	56.779	187.059	107.844	235.548	343.392	113.957	207.540	321.497
Jul	176.461	65.678	242.139	160.669	79.035	239.704	152.233	300.010	452.243	140.147	250.968	391.115
Ago	207.917	95.693	303.610	207.864	92.842	300.706	176.629	388.718	565.347	180.202	335.011	515.213
Set	278.758	103.606	382.364	274.404	118.654	393.058	232.205	490.728	723.233	236.783	439.222	676.005
Out	376.495	182 990	559.485	369.233	162.894	532.127	327.642	634.532	962.174	321.044	580.313	901.357
Nov	603.034	185.584	788.618	518.735	207.307	726.042	499.989	995.864	1.495.853	440.686	806.054	1.246.740
Dez	1.062.528	358.478	1.421.006	990.984	347.940	1.338.924	966.760	1.422.405	2.389.165	849 291	1.339.614	2.188.905

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 2.1.2.1 - PRINCIPAIS HAVERES - PARTICIPACAO RELATIVA

Participaçao % S/M4

Final de Periodo		M1	F.A.F. 1/	Depositos Especiais Remuner.	Tit. Fed. em Poder do Publico 2/	Tit. Est./Mun. em Poder do Publico 2/	M2	Depositos de Poupança	M3	Titulos Privados 3/	M4
1992	Dez	7,5	9,5	6,0	17,7	9,2	49,9	18,1	68,0	32,0	100,0
1993	Jan	5,9	9,0	5,7	18,5	9,2	48,3	17,4	65,7	34,3	100,0
	Fev	6,4	9,9	5,6	17,8	9,6	49,3	19,2	68,6	31,4	100,0
	Mar*	5,7	9,3	5,3	18,7	10,0	48,8	18,7	67,5	32,5	100,0
	Abr*	5,9	8,2	5,1	18,7	10,2	48,0	18,3	66,3	33,7	100,0
	Mai*	5,8	8,2	3,9	18,7	10,3	46,9	19,4	66,3	33,7	100,0
	Jun*	5,6	7,9	3,6	18,9	10,5	46,5	19,7	66,2	33,8	100,0
	Jul*	5,5	7,7	3,4	19,6	10,6	46,7	19,2	66,0	34,0	100,0
	Ago*	5,1	6,9	3,1	21,2	10,4	46,6	19,0	65,7	34,3	100,0
	Set*	4,9	6,9	3,0	20,7	10,9	46,4	19,6	66,0	34,0	100,0
	Out*	4,7	6,7	2,8	21,7	11,0	46,9	19,6	66,5	33,5	100,0
	Nov*	5,2	6,7	2,7	21,3	11,2	47,0	20,1	67,1	32,9	100,0
	Dez*	5,9	6,3	2,5	19,3	11,1	45,1	21,1	66,2	33,8	100,0

* - Dados Provisorios

1/ - Exclui depositos a vista.

2/ - Exclui titulos pertincentes a carteira das Instituiçoes Financeiras e dos Fundos de Aplicaçao Financeira (F.A.F.).

3/ - Inclui Depositos a Prazo, Letras de Cambio e Letras Hipotecarias, exceto aqueles em poder dos Fundos de Aplicaçao Financeira (F.A.F.)

Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA 2.1.3 - PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS

Saldos em CR$ milhoes

Final de Período	M1	F.A.F. 1/	Depositos Especiais Remuner.	Tit.Federais em Poder do Público 2/	Tit.Est/Mun. em Poder do Público 2/	M2	Depositos de Poupanca	M3	Titulos Privados 3/	M4
1992-Dez	104.575	133.733	84.250	248.383	128.820	699.761	253.107	952.868	448.618	1.401.487
1993-Jan	104.995	161.633	102.084	329.637	163.886	862.234	310.658	1.172.892	613.332	1.786.224
Fev	144.449	222.280	125.188	399.391	215.654	1.106.962	431.985	1.538.947	706.000	2.244.947
Mar*	162.189	266.139	151.858	535.895	286.130	1.402.211	536.697	1.938.909	931.690	2.870.599
Abr*	220.093	301.184	186.354	684.217	372.542	1.764.390	669.065	2.433.455	1.233.076	3.666.531
Mai*	275.663	382.875	182.343	878.264	484.657	2.203.802	908.050	3.111.852	1.580.768	4.692.620
Jun*	345.955	484.457	223.202	1.163.743	649.676	2.867.033	1.213.055	4.080.088	2.083.210	6.163.298
Jul*	452.466	631.157	278.763	1.608.786	868.175	3.839.346	1.579.848	5.419.195	2.797.066	8.216.261
Ago*	565.347	768.090	347.214	2.361.612	1.154.882	5.197.144	2.120.335	7.317.479	3.825.261	11.142.740
Set*	723.233	1.021.595	447.814	3.045.501	1.607.746	6.845.889	2.887.843	9.733.732	5.013.726	14.747.457
Out*	962.174	1.390.656	577.658	4.469.837	2.265.028	9.665.353	4.034.191	13.699.544	6.915.959	20.615.503
Nov*	1.495.853	1.907.120	770.222	6.089.509	3.206.897	13.469.601	5.742.761	19.212.362	9.417.645	28.630.007
Dez*	2.389.165	2.561.687	1.011.101	7.861.302	4.520.898	18.344.153	8.563.421	26.907.574	13.754.699	40.662.273

* - Dados Provisorios.
1/ - Exclui depositos a vista.
2/ - Exclui titulos pertencentes a carteira das Instituicoes Financeiras e dos Fundos de Aplicacao Financeira (FAF).
3/ - Inclui Depositos a Prazo, Letras de Cambio e Letras Hipotecarias, exceto aqueles em poder dos Fundos de Aplicacao Financeira (FAF).

Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA 2.1.4 - PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS

EM RELACAO AO PIB - PERCENTUAL S/PIB

Final de Periodo	M1	F.A.F. 1/	Depositos Especiais Remuner.	Tit.Fed.em Poder do Publico 2/	Tit.Est/Mun. em Poder do Publico 2/	m2	Depositos de Poupança	M3	Titulos Privados 3/	M4
1992-Dez	1,8	2,3	1,5	4,3	2,2	12,2	4,4	16,6	7,8	24,4
1993-Jan	1,4	2,2	1,4	4,5	2,2	11,7	4,2	16,0	8,3	24,3
Fev	1,5	2,4	1,3	4,3	2,3	11,8	4,6	16,5	7,5	24,0
Mar*	1,3	2,2	1,3	4,4	2,4	11,6	4,5	16,1	7,7	23,8
Abr*	1,4	1,9	1,2	4,3	2,4	11,1	4,2	15,4	7,8	23,2
Mai*	1,3	1,8	0,9	4,2	2,3	10,5	4,3	14,9	7,6	22,4
Jun*	1,2	1,8	0,8	4,2	2,4	10,4	4,4	14,8	7,6	22,3
Jul*	1,2	1,7	0,8	4,4	2,4	10,5	4,3	14,8	7,6	22,4
Ago*	1,1	1,5	0,7	4,7	2,3	10,4	4,2	14,7	7,7	22,3
Set*	1,1	1,5	0,7	4,5	2,4	10,0	4,2	14,3	7,3	21,6
Out*	1,0	1,5	0,6	4,8	2,4	10,4	4,4	14,8	7,5	22,2
Nov*	1,2	1,5	0,6	4,8	2,5	10,7	4,5	15,2	7,5	22,7
Dez*	1,4	1,5	0,6	4,5	2,6	10,5	4,9	15,4	7,9	23,3

* - Dados Provisorios

1/- Exclui depositos a vista.

2/ - Exclui titulos pertencentes a carteira das Instituicoes Financeiras e dos Fundos de Aplicacao Financeira (FAF).

3/ - Inclui Depositos a Prazo, Letras de Cambio e Letras Hipotecarias, exceto aqueles em poder dos Fundos de Aplicacao Financeira (FAF).

Obs. PIB Valorizado em 12 meses.

Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA 2.1.5 - EMPRESTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO

DISTRIBUICAO SETORIAL

Saldo em CR$ milhoes

Atividade	Ao Setor Privado			Ao Setor Público			TOTAL		
	1991	1992	1993(*)	1991	1992	1993(*)	1991	1992	1993(*)
Industria	21.708	335.335	7.684.704	5.212	78.297	901.692	26.920	413.632	8.586.396
Comercio	5.884	92.916	2.265.407	698	6.864	83.312	6.582	99.780	2.348.719
Servicos	7.948	155.572	4.024.354	10.716	96.490	1.321.508	18.664	252.062	5.345.862
Atividades Rurais	9.608	139.519	2.351.391	0	0	0	9.608	139.519	2.351.391
Pessoas Fisicas	2.011	40.925	915.392	0	0	0	2.011	40.925	915.392
Habitacional	28.196	438.149	6.259.198	813	7.546	80.691	29.009	445.695	6.339.889
Outros	0	0	0	14.549	237.763	3.487.696	14.549	237.763	3.487.696
TOTAL	75.355	1.202.416	23.500.446	31.988	426.960	5.874.899	107.343	1.629.376	29.375.345

Fonte: Banco Central do Brasil

(*) Posicao do mes de outubro.

3 - OUTROS ASPECTOS FINANCEIROS

3.1 - MOEDAS UTILIZADAS PARA AQUISIÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS

Até o final de 1993, foram privatizadas 24 empresas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, no valor de US$ 6,3 bilhões, distribuídos da seguinte forma: em 1991 foram 4 empresas no valor de US$ 1,6 bilhões, 14 em 1992 no valor de US$ 2,4 bilhões e 6 em 1993 no valor de US$ 2,3 bilhões.

De 1991 a 1993, foram utilizadas 18 moedas de privatização, com a seguinte distribuição pela ordem de relevância:

TABELA 3.1.1

MOEDAS UTILIZADAS NO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Moeda	US$ Milhões	%
Créditos Securitizados da Siderbrás	1.894	30
Certificados de Privatização	1.255	20
Debêntures da Siderbrás com aval do Tesouro	1.191	19
Obrig. do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND	592	9
Títulos da Dívida Agrária - TDA	452	7
Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal	285	5
Cruzeiros	152	2
Sub-total	5.821	93
Outras Moedas	434	7
Total	6.255	100

Cerca de 49% das moedas utilizadas no PND são provenientes de títulos da SIDERBRÁS, sendo 30% de créditos securitizados criados após a extinção da SIDERBRÁS, decorrentes da reestruturação de seu passivo e de suas controladas, e 19% de Debêntures da empresa, que o Tesouro Nacional vem honrando os correspondentes pagamentos de juros e amortização em virtude de constar como avalista desses títulos na escritura de emissão.

Os Certificados de Privatização - CP e as OFND representam 29% das moedas utilizadas no PND. Os CP foram criados por ocasião do Plano Collor, visando direcionar recursos das Instituições Financeiras, Seguradoras e Entidades de Previdência Privada para o PND. As OFND, criadas em 1986, foram compulsoriamente subscritas pelas Entidades de Previdência Privada.

A tabela mostra ainda a participação de 7% do TDA, títulos emitidos para pagamento de desapropriação de terras dentro do programa de reforma agrária, conforme dispõe o Art. 184 da Constituição Federal. As Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal respondem por 5% do utilizado no PND, tendo sido emitidas para pagamento de dívidas da CEF relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais.

Os valores recebidos em moeda corrente representam 2% do arrecadado com o PND. Cerca de 97,5% dos US$ 152 milhões foram arrecadados em 1993, em decorrência de mudanças no PND que introduziram a obrigatoriedade do uso de moeda corrente nos leilões, em percentuais que variam de acordo com cada caso.

As demais moedas, representando 7% do total, são provenientes de dívidas assumidas pelo Tesouro Nacional em decorrência de extinções de estatais (PORTOBRÁS, NUCLEBRÁS, SUNAMAM, BNCC), e outras dívidas do governo provenientes de diversas origens como demandas judiciais, negociação de débitos federais e desapropriações. Cabe destacar a reduzida participação das moedas externas, que contribuiram com apenas US$ 67 milhões.

TABELA 3.1.2
RELAÇÃO DE MOEDAS UTILIZADAS NA AQUISIÇÃO DE EMPRESAS PRIVATIZADAS

MOEDA	NOME
AERO	Dívida do Ministério da Aeronáutica com empreiteiras
CEF	Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal
CP	Certificados de Privatização
Cr$	Cruzeiros
DCEX	Ressarcimento de créditos de IPI a favor de exportadores
DVR	Créditos Securitizados da SIDERBRÁS
INFA	Dívida decorrente da extinção do INFAZ
SIBR	Debêntures da SIDERBRÁS com aval do Tesouro Nacional
JUST	Dívidas da União reclamadas judicialmente
MYDFA	Multi Year Deposit Facility Agreement - Moeda Externa
NCz$	Cruzados Novos
NUCL	Dívida da extinta NUCLEBRÁS
OFND	Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento
PORT	Dívidas da extinta PORTOBRÁS junto à empreiteiras e BNDES
SOTV	Dívida da União oriunda da desapropriação de porto fluvial em Belém
SUMA	Dívida da extinta SUNAMAM com o sistema bancário
TDA	Títulos da Dívida Agrária
UNIA	Dívidas originárias do Programa de Política de Preço Nacional Equalizado do Açúcar e do Álcool

As moedas utilizadas nas empresas privatizadas compõem o Fundo Nacional de Desestatização - FND, gerido pelo BNDES, e encontram-se bloqueadas em custódia, em nome dos alienantes das ações. A SIDERBRÁS detém 53% do valor do FND, vindo a seguir a PETROQUISA, com 21% e o BNDES com 9%. A União não detinha participações diretas relevantes nas empresas privatizadas e por isso recebeu menos de 2% do utilizado no PND. Para que as moedas passem para a União, cumprindo-se o objetivo de reduzir a dívida pública, encontra-se em curso um plano visando a permuta das moedas em poder das estatais alienantes por um único título do Tesouro Nacional, o que facilitará o encontro de contas necessário para que os débitos das estatais com a União sejam liquidados com este título.

TABELA 3.1.3 - MOEDAS UTILIZADAS NAS EMPRESAS PRIVATIZADAS POR EMPRESA US$ MIL

EMPRESA	DATA DO LEILAO	CREDITOS SECURI-TIZADOS	CP	DEBEN-TURES SIDERBRAS	OFND	TDA	LETRAS HIPOTEC CEF	CR$	OUTRAS MOEDAS	NCZ$	MYDFA	TOTAL
USIMINAS	24/10/91	225.456	323.952	544.740	247.937	65.375	0	3.520	33.879	11.786	4.402	1.461.047
CELMA	01/11/91	7.568	8.501	54.378	4.218	16.426	0	10	0	9	0	91.110
MAFERSA	11/11/91	0	0	24.017	24.750	0	0	1	329	5	0	49.102
COSINOR	14/11/91	0	14.982	0	0	0	0	0	0	0	0	14.982
SNBP	14/01/92	0	0	12.015	0	0	0	0	0	0	0	12.015
INDAG	23/01/92	0	6.804	0	0	0	0	0	0	0	0	6.804
PIRATINI	14/02/92	9.791	66.241	23.612	0	7.032	0	48	0	11	0	106.735
PETROFLEX	10/04/92	9.374	153.775	2.177	64.013	3.816	0	168	84	129	0	233.536
COPESUL	15/05/92	308.985	262.652	76.500	60.441	76.858	4.003	2	0	1	7.674	797.116
ALCALIS	15/07/92	33.454	4.701	19	0	10.882	0	0	0	0	0	49.056
CST	16/07/92	172.180	72.712	5.226	7.215	12.165	77.917	25	0	0	0	347.440
NITRIFLEX	06/08/92	18.632	7.559	0	0	0	0	0	0	0	0	26.191
FOSFERTIL	12/08/92	144.588	29.165	0	0	6.331	313	6	0	0	0	180.403
POLISUL	11/09/92	5.514	24.682	2.169	0	13.075	0	0	0	0	11.360	56.800
GOIASFERTIL	08/10/92	396	182	0	0	12.475	0	0	0	0	0	13.053
ACESITA	22/10/92	75.801	74.005	26.517	151.972	111.638	23.321	19	0	0	2.121	465.394
PPH	29/09/92	417	41.707	33	0	21	0	0	0	0	14.152	56.330
CBE	03/12/92	10.858	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.858
POLIOLEFINAS	19/03/93	0	60.970	0	0	0	0	26.130	0	0	0	87.100
CSN	02/04/93	501.197	92.038	131.609	31.432	90.055	168.868	40.154	0	0	1.249	1.056.602
ULTRAFERTIL	24/06/93	155.634	8	0	0	0	0	38.910	0	0	0	194.552
COSIPA	20/08/93	112.499	4.474	198.452		2.363		12.729				330.517
ACOMINAS	10/09/93	397.758	6.145	89.231	140	22.966	10.252	27.713	0			554.205
OXITENO	15/09/93	25.421	13			187		2.697			25.621	53.939
TOTAL 24 EMPRESAS		2.215.523	1.255.268	1.190.695	592.118	451.665	284.674	152.132	34.292	11.941	66.579	6.254.887

FONTE: BNDES (GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO)

NOTAS:

1) AS CONVERSOES EM US$ FORAM EFETUADAS PELO DOLAR COMERCIAL DE VENDA NA DATA DE LIQUIDACAO DOS LEILOES;

2) OS VALORES UTILIZADOS NO PND INCLUEM OS LEILOES, OFERTAS PUBLICAS/FUNCIONARIOS E COMPRA DE SOBRAS.

TABELA 3.1.4 - MOEDAS RECEBIDAS PELOS ALIENANTES DAS AÇÕES DO PND

ALIENANTE	VALOR EM US$ MIL
BANCO DO BRASIL	465.394
BNDES	586.007
BNDESPAR	302.441
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	3.367
PETROFÉRTIL	162.862
PETROQUISA	1.322.522
SIDERBRÁS	3.312.537
UNIÃO	99.758
TOTAL	6.254.888

3.2 - MERCADO ACIONÁRIO

O mercado primário de ações (Tabela 3.2.1) comportou-se de forma surpreendente em 1993, tendo negociado o equivalente a US$ 3.685,56 milhões, o que representou uma variação positiva de 128,94% em relação ao ano de 1992. O crescimento do número total de emissões - 137,14%, em relação ao ano anterior - pode ser explicado pelo aumento da emissão de debêntures - 246,15% contra uma redução na emissão de ações da ordem de 14,28%.

O mercado secundário de ações movimentou US$39.590,75 milhões, o que representa um aumento de 66,66% em relação ao ano anterior.Cabe informar que houve um aumento na negociação de ações a vista, no período analisado.

As cotações dos principais índices de ações do país (3.2.3) apresentaram crescimento nominal, superou em muito a inflação do período. O IBV alcançou uma rentabilidade de 5.438,40% e o IBOVESPA de 5.437,20%, ambos bem acima, portanto, do IGP-M de 2.567,50, o que significa ter sido a aplicação em ações um excelente negócio. A rentabilidade do mercado de ações brasileiro mostrou-se competitiva, até mesmo, em relação à de outros mercados mercados emergentes, onde já se obteve êxito em programas de estabilização econômica.

A manutenção da competitividade do mercado de ações durante todo o ano é explicada pela expansão da economia brasileira, criando perspectivas de crescimento para as empresas e as cotações de suas ações. O desenvolvimento econômico deveu-se ao desempenho do setor privado, o qual retomou o crescimento mesmo diante da estagnação no nível de investimento estatal.

Por fim, a queda no nível da taxa de juros, de 30% a.a. em setembro de 1992 para até 15% no primeiro semestre de 1993, e a consequente perda de atratividade dos ativos financeiros, contribuiram significativamente para explicar o comportamento competitivo das ações.

Tabela 3.2.1. INDICADORES DE MERCADO DE CAPITAIS - MERCADO PRIMARIO
[VALORES NOMINAIS]

	Acoes				Debentures				Total Emitido			
	No de Emissoes Registradas		Volume emitido		No de Emissoes Registradas		Volume emitido		No de Emissoes Registradas		Volume emitido	
Periodo	1992	1993	1992	1993	1992	1993	1992	1993	1992	1993	1992	1993
Janeiro	2	1	182013	196000	7	6	25037	90674	9	7	Cr$ 207.050,00	Cr$ 286.674,00
Fevereiro	4	0	144081	0	3	2	25500	117000	7	2	Cr$ 169.581,00	Cr$ 117.000,00
Março	3	3	78228	1195832	6	0	38198	0	9	3	Cr$ 116.426,00	Cr$ 1.195.832,00
Abril	2	1	247780	2077590	1	3	4500	2015377	3	4	Cr$ 252.280,00	Cr$ 4.092.967,00
Maio	8	1	1197791	117000	1	1	10000	81000	9	2	Cr$ 1.207.791,00	Cr$ 198.000,00
Junho	3	2	176642	18600259	1	4	420000	661496	4	6	Cr$ 596.642,00	Cr$ 19.261.755,00
Julho	1	1	56009	3220000	2	1	48000	24000	3	2	Cr$ 104.009,00	Cr$ 3.244.000,00
Agosto	1	1	118750	303975	4	18	166083	13467692	5	19	Cr$ 284.833,00	Cr$ 13.771.667,00
Setembro	3	2	626748	21872	2	63	110230	71953500	5	65	Cr$ 736.978,00	Cr$ 71.975.372,00
Outubro	0	3	0	4771419	4	9	549860	91875650	4	12	Cr$ 549.860,00	Cr$ 96.647.069,00
Novembro	0	2	0	14993769	2	15	148900	42115289	2	17	Cr$ 148.900,00	Cr$ 57.109.058,00
Dezembro	1	7	25500	88381542	6	13	435680	128571078	7	20	Cr$ 461.180,00	Cr$ 216.952.620,00
TOTAL	28	24	2853542	133879258	39	135	1981988	350972756	67	159	Cr$ 4.835.530,00	Cr$ 484.852.014,00

TAB. 3.2.2. - Mercado secundario

Mapa 4 - Mercado Bursatil

4.1 Volume Negociado em Bolsas

Periodo	BOVESPA				SENN*				Total			
	(Cr$ Milhoes)		(US$ Milhoes)(1)		(Cr$ Milhoes)		(US$ Milhoes)		(Cr$ Milhoes)		US$ Milhoes)	
	1992	1993	1992	1993	1992	1993	1992	1993	1992	1993	1992	1993
Jan	2.593.541	19.816.460	2.003	1.159	1.007.050	4.973.162	778	291	3.600.591	24.789.622	2.780	1.450
Fev	2.595.578	26.834.024	1.659	1.274	1.305.172	5.370.481	834	255	3.900.750	32.204.505	2.492	1.529
Mar	3.186.094	52.380.487	1.601	1.854	1.100.900	13.936.099	553	493	4.286.991	66.316.586	2.154	2.347
Abr	5.107.248	58.489.598	1.995	1.634	2.258.223	42.953.926	882	1.200	7.365.471	101.443.524	2.877	2.834
Mai	4.648.262	74.984.341	1.570	1.642	3.911.445	15.260.376	1.321	333	8.559.707	90.244.717	2.892	1.976
Jun	4.728.793	191.046.589	1.278	3.298	1.822.718	60.189.018	493	1.039	6.551.511	251.235.607	1.771	4.337
Jul	5.456.164	131.799.182	1.186	1.716	3.584.718	27.335.954	779	356	9.040.882	159.135.136	1.965	2.071
Ago	5.260.249	321.451.317	931	3.090	2.639.000	78.331.481	467	753	7.899.249	399.782.798	1.398	3.843
Set	7.522.261	531.553.469	1.039	4.021	2.902.151	132.987.007	401	1.006	10.424.412	664.540.476	1.440	5.027
Out	8.339.005	703.548.640	986	3.964	6.677.275	99.363.473	789	560	15.016.280	802.912.113	1.775	4.523
Nov	7.707.876	724.862.664	704	3.033	2.680.761	119.779.304	245	501	10.388.637	844.641.968	949	3.534
Dez	12.891.822	1.771.018.847	928	5.431	4.620.657	224.146.760	333	687	17.512.479	[illegible]	[illegible]	6.118
TOTAL	70.036.890	4.607.785.618	15.879	32.115	34.510.070	824.627.041	7.875	7.475	[illegible]	[illegible]	23.754	39.591

Fonte: BOVESPA/BVRJ

(1) - Dolar Flutuante - Cotaçao de Venda de Fechamento Mensal - BACEN

* Obs: O Sistema Eletronico de Negociaçao Nacional - SENN e composto pelas seguintes Bolsas de Valores:

- Bolsa de Valores da Bahia - Sergipe e Alagoas
- Bolsa de Valores do Extremo Sul (Porto Alegre)
- Bolsa de Valores de Minas Gerais - Espirito Santo e Brasilia
- Bolsa de Valores do Parana
- Bolsa de Valores de Pernambuco e Paraiba
- Bolsa de Valores Regional (Ceara, Piaui e Maranhao)
- Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
- Bolsa de Valores de Santos

Tabela 3.2.3 - MERCADO DE ACOES 1991- 1992 - 1993
PRINCIPAIS INDICADORES
VARIACOES NOMINAIS

Meses	BOVESPA			IBV		
	1991	1992	1993	1991	1992	1993
Jan	88,74	84,40	36,94	104,29	75,13	28,44
Fev	52,90	29,37	51,25	31,73	22,90	51,69
Mar	(11,51)	21,09	36,54	(9,19)	26,03	34,56
Abr	3,91	28,60	25,59	9,14	25,09	25,31
Mai	67,30	14,78	47,01	64,25	16,32	48,27
Jun	21,16	(22,55)	51,80	12,92	(18,51)	51,14
Jul	33,13	33,54	22,01	26,15	32,98	25,50
Ago	15,85	21,91	47,04	8,89	23,45	50,00
Set	17,27	36,19	52,04	14,19	31,65	49,84
Out	31,13	3,77	25,75	28,15	5,65	27,06
Nov	0,67	(0,93)	48,65	0,37	2,23	50,94
Dez	88,11	48,23	37,01	105,46	43,35	39,07
Acumulado No ano	2.315,75	1.015,65	5.437,20	1.950,59	976,25	5.438,40

3.3 - MERCADO DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E CAPITALIZAÇÃO

O sistema Nacional de Seguro Privado é constituído pelo Conselho Nacional de Seguros Privados-CNSP, pelo Instituto de Resseguros do Brasil-IRB e pelas sociedades seguradoras e corretores habilitados.

A Superintendência de Seguros Privados-SUSEP é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e tem por finalidade a execução da política traçada pelo CNSP, mediante a fiscalização e a normatização dos mercados segurador, de capitalização e de previdência privada aberta.

Das operações de Seguro de Crédito à Exportação realizadas desde a vigência da lei 4678 de 16.6.65, existem hoje 582 sinistros pendentes de regulação e liquidação, totalizando uma responsabilidade máxima provável de US$681 milhões; e 64 expectativas de sinistros com crédito pendente de US$21 milhões.

Os dados disponíveis sobre o mercado, no período de janeiro a dezembro de 1993, indicam a existência 582 sinistros pendentes de regulação e liquidação, totalizando uma responsabilidade máxima provável de US$ 114 milhões, entre depósito em US$ no Banco do Brasil, aplicações em títulos do Banco Central e títulos diversos representativos de ressarcimentos obtidos.

Das operações seguradas a partir de 1987 até a suspensão em 1991, em montante de US$4.452 milhões em Riscos Políticos e Extraordinários e US$1.183 milhões em Riscos comerciais, as quais geraram receita de prêmios de aproximadamente US$26 milhões, restavam ainda, ao final de 1993, US$376 milhões em RPE e US$35 milhões em RC, de créditos vincendos

4 - DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

O ano de 1993 caracterizou-se por um reduzido nível de crescimento econômico e até por aspectos recessivos em muitos países europeus e no Japão. Isto apesar das estratégias orientadas para estimular a atividade econômica, alicerçados freqüentemente na redução das taxas de juros. Os Estados Unidos avançaram gradualmente no sentido da recuperação da economia sem, todavia, terem a força suficiente para alavancar um processo de crescimento econômico a nível mundial.

Tabela 4.1

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL (%)

PAÍSES	1992	1993 (*)
TOTAL OCDE	1,7	1,1
SETE PRINCIPAIS PAÍSES	1,8	1,2
ALEMANHA	2,1	-1,5
CANADÁ	0,7	2,5
EUA	2,6	2,8
FRANÇA	1,4	-0,9
ITÁLIA	0,9	-0,1
JAPÃO	1,3	-0,5
REINO UNIDO	-0,6	2,0

(*) Estimativa OCDE (Economic Outlook nº 54, dez/93).
Fonte: Banco Central e OCDE

As taxas de crescimento estimadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para o ano de 1993, sinalizam, para os vinte e quatro países membros, taxa média de crescimento do PIB de 1,1%, inferior à de 1,7% registrada em 1992. Em conseqüência, as taxas de desemprego elevaram-se acentuadamente, alcançando, em média, 11,3% na Comunidade Econômica Européia, criando ambiente propício ao surgimento de questões de caráter protecionista.

Esta diminuição no rítmo de crescimento nas economias desenvolvidas refletiu-se sobre o comércio internacional. De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o comércio mundial em 1993 registrou expansão de 3% em volume, taxa inferior é de 4,6% em 1992.

Os obstáculos ao crescimento do comércio externo guardam estreita relação com as condições de fraca demanda nos países industrializados, responsáveis por mais de 70% das transações do comércio mundial. Em 1993, esses países aumentaram o volume de suas importações em apenas 1,2%. Para os países em desenvolvimento, tornou-se imprescindível encontrar mercados alternativos, objetivo alcançado, levando-se em conta que o volume de exportações desses países aumentou 9,4% em 1993, porém em condições de preços nem sempre favoráveis, refletidas na redução de 1,1% no valor unitário exportado e na perda de 1,0% nas relações de troca.

Tabela 4.2
INDICADORES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL
(Variação Anual %)

DISCRIMINAÇÃO	1991	1992	1993 (*)
Volume de Comércio			
Total Mundial	2,4	4,6	3,0
Exportações			
Países Industrializados	2,9	3,5	-
Países em Desenvolvimento	8,1	9,5	9,4
Exportadores de Petróleo	4,5	8,6	5,0
Não-Exportadores de Petróleo	9,4	9,8	10,8
Importações			
Países Industrializados	2,5	3,7	1,2
Países em Desenvolvimento	9,7	10,5	9,3
Exportadores de Petróleo	11,1	7,9	2,4
Não-Exportadores de Petróleo	9,4	11,2	11,1
Termos de Troca			
Países Industrializados	1,6	1,5	0,6
Países em Desenvolvimento	-3,7	-1,2	-1,0
Exportadores de Petróleo	-12,0	-5,8	-1,9
Não-Exportadores de Petróleo	-0,4	0,3	-0,7

(*) Estimativa FMI (World Economic Outlook - out/93).
Fonte: Banco Central e FMI.

Tudo isto se refletiu sobre o comércio exterior brasileiro em 1993, que, alternativamente, encontrou condições mais favoráveis entre as nações em desenvolvimento, notadamente no âmbito regional, situação com características similares e observadas em 1992. Assim, enquanto as exportações para os países industrializados cresceram 2,4%, as vendas direcionadas aos países que compõem a ALADI aumentaram 20%. O grande incremento do comércio a nível regional já reflete os esforços para maior integração. Nesse sentido, cresceram de importância para o Brasil os avanços para a consolidação do Mercosul, evidenciada no aumento do intercâmbio comercial, que passou de US$ 4,6 bilhões, em 1991, para US$ 6,3 bilhões, em 1992, estimando-se US$ 8,5 bilhões para 1993.

As tarifas de importação entre os países do Mercosul têm sido reduzidas gradualmente, o que está contribuindo para o aumento do intercâmbio. A relevância desses mercados pode ser constatada também na comparação dos fluxos de comércio relativos ao período janeiro-outubro de 1993. Assim, enquanto as exportações totais do Brasil aumentaram 11%, as direcionadas ao Mercosul cresceram 35%. Por outro lado, para um incremento de 25% nas importações globais, as compras provenientes da Argentina, Paraguai e Uruguai registraram acréscimo de 58%.

4.1 - BALANÇO DE PAGAMENTOS

O balanço de pagamentos apresentou, nos nove primeiros meses de 1993, superávit de US$ 2,9 bilhões, financiado pelo aumento de US$ 128 milhões nas obrigações e de US$ 3 bilhões nos haveres. O aumento nas obrigações resultou da acumulação de US$ 818 milhões de pagamentos em atraso, devidos pelo setor público não-financeiro, descontadas a amortização de US$ 389 milhões ao FMI e a liquidação de US$ 301 milhões de outras obrigações, a cargo do Banco Central.

O superávit das transações correntes foi reduzido para US$ 360 milhões, após atingir US$ 4,2 bilhões, no período janeiro-setembro de 1992, como resultado da diminuição de 10% no saldo comercial e 35% no ingresso líquido das transferências unilaterais e, ainda, aumento de 23% no déficit com serviços. O aumento de US$ 2,9 bilhões nas exportações, que atingiram US$ 28,9 bilhões, foi insuficiente para compensar o incremento de US$ 4,1 bilhões de importações, que totalizaram US$ 18,7 bilhões. As receitas de US$ 1,2 bilhão com transferências unilaterais retraíram-se 32%, refletindo, basicamente, a redução nas operações de compras de divisas sem a identificação dos clientes.

Relativamente ao item serviços, foi apurado déficit de US$ 11 bilhões, dos quais US$ 254 milhões referiram-se ao resultado das operações realizadas em moeda nacional. Exceções de juros, cujas despesas líquidas registraram pequeno declínio, situando-se em US$ 6,1 bilhões, todos os componentes apresentaram deterioração no saldo, comparativamente aos resultados observados no período janeiro-setembro de 1992, destacando-se a rubrica viagens internacionais, com déficit de US$ 607 milhões, superior em 478%, e o item lucros e dividendos, que apresentou saída líquida de US$ 1,1 bilhão, significando aumento de 121%.

Em 1993 efetivou-se a redução da alíquota do imposto de renda, sobre as remessas ao exterior de lucros e dividendos, constituindo-se em fator adicional a influenciar a decisão das empresas de enviar ao exterior esses rendimentos. Nos nove primeiros meses de 1993, a despesa com lucros e dividendos atingiu US$ 1,3 bilhão, após registrar US$ 659 milhões durante o ano de 1992.

O contínuo processo de abertura e desregulamentação do mercado de câmbio de taxas flutuantes, as facilidades oferecidas por pacotes turísticos internacionais e a recuperação no nível de renda dos residentes nacionais têm contribuído para o aumento dos gastos com viagens internacionais. Essas despesas atingiram US$ 1, 3 bilhão nos nove primeiros meses de 1993, superando em US$ 437 milhões as efetivadas em igual período de 1992.

A movimentação líquida de capitais, no período janeiro-setembro de 1993, foi superávit em US$ 3,5 bilhões.

Em igual período de 1992, o ingresso líquido efetivo de capitais totalizou US$ 6,8 bilhões, já deduzido o montante de US$ 9,6 bilhões de recursos refinanciados dentro do acordo com o Clube de Paris, anteriormente contabilizado como atrasados. Observou-se, portanto, redução de US$ 3,3 bilhões, em função, basicamente, do movimento de capitais a curto prazo

Em 1993 incorporou-se no balanço de pagamentos, as transações em moeda nacional efetuadas com não-residentes, inflando assim, os valores apurados para investimentos brasileiros, que registraram saídas de US$ 1,2 bilhão, das quais, 84% referiram-se a operações em cruzeiro real, enquanto para os US$ 326 milhões retornados ao País, as operações em moeda nacional responderam por 47%. Em função da saída líquida de US$ 828 milhões de investimentos brasileiros, o fluxo líquido total dos investimentos situou-se em US$ 2,4 bilhões, com decréscimo de 5,9%.

A entrada líquida de investimentos estrangeiros alcançou US$ 3,2 bilhões, com acréscimo de 22%, observando-se grande volatilidade dos recursos aplicados no mercado de capitais. Os ingressos em moeda aumentaram 125%, totalizando US$ 9,2 bilhões, enquanto as repatriações apresentaram crescimento de 298%, situando-se em US$ 6,0 bilhões.

Os ingressos na forma de empréstimos a médio e a longo prazos totalizaram US$ 6,7 bilhões até setembro de 1993, superando em US$ 575 milhões os desembolsos efetivados em igual período do ano anterior. A boa receptividade dos títulos colocados por empresas brasileiras, a manutenção do diferencial entre as taxas de juros praticadas nos mercados externo e interno, dentre outros fatores, têm facilitado a captação desses empréstimos, apesar das medidas tomadas, visando alongar o perfil do endividamento.

As amortizações devidas no período totalizaram US$ 7,0 bilhões, dos quais US$ 6,3 bilhões foram efetivamente pagos e US$ 710 milhões refinanciados junto ao Clube de Paris. Aos organismos internacionais foram destinados US$ 1,3 bilhão, às agências governamentais, US$ 1,0 bilhão, a suppliers e buyers credits, US$ 720 milhões, a matrizes, US$ 345 milhões, enquanto US$ 2,8 bilhões foram remetidos aos bancos internacionais, US$ 199 milhões constituiram-se em liquidações de bônus e aos demais credores foram efetuados pagamentos de US$ 2 milhões.

Tabela 4.2.1 - BRASIL - BALANCO DE PAGAMENTOS

Especificacao	1992 1/		1993 1/
			US$ milhoes
	Jan/Set	Ano	Jan/Set
Balanca Comercial - FOB	11426	15525	10265
Exportacoes	26032	36103	28921
Importacoes	14606	20578	18656
Servicos (liquido)	-8909	-11131	-11021
Juros	-6202	-7323	-6117
Outros Servicos	-2707	-3808	-4904
Transferencias Unilaterais	1710	2056	1116
Transacoes Correntes	4227	6450	360
Capital	16438	24702	3522
Invest. Direto (liquido)	2561	2836	2410
Financiamentos	12513	13296	2251
Estrangeiros	12452	13177	2237
Novos Ingressos	1180	1594	1047
Refinanciamento	11272	11583	1190
Brasileiros	61	119	14
Amortizacoes	-6823	-8572	-7049
Pagas	-5649	-7147	-6339
Refinanciadas (Clube de Paris)	-1174	-1425	-710
Emprestimos em Moeda	8190	17138	6027
Curto Prazo	2065	2163	-673
Longo Prazo	6125	14975	6700
Bancos Brasileiros	255	274	-
Novos Ingressos	255	274	-
Refinanciamento	-	-	-
Bancos Comerciais Estrangeiros	144	7723	550
Novos Ingressos	144	623	550
Refinanciamento	-	7100	-
Intercompanhias	591	871	610
Demais 2/	5135	6107	5540
Outros Capitais	-3	4	-117
Erros e Omissoes	-981	-1124	-973
Superavit (+) ou Deficit (-)	19684	30028	2909
Financiamento	-19684	-30028	-2909
Haveres (- = aumento)	-12740	-14670	-3037
Obrigacoes - FMI	-229	-406	-389
Obrigacoes de Curto Prazo	-6715	-14952	517
Atrasados	-6549	-14253	818
Outras	-166	-699	-301

1/Preliminar

2/ Inclui bonus, "commercial paper" e "fixed/floating rate notes".

4.2 - ENDIVIDAMENTO EXTERNO

4.2.1 - Acordos Internacionais

Em prosseguimento à renegociação da dívida de médio e longo prazo junto aos bancos credores, o Senado Federal aprovou, em fins de outubro 1993, o perfil de distribuição das opções dos bancos, dentre os instrumentos apresentados pelo Brasil, com a seguinte estrutura para os bancos estrangeiros:

- Bônus ao Par.. 33,16%
- Bônus de Desconto.................................. 35,00%
- Bônus de Redução Temporária de Juros................... 5,51%
- Bônus de Redução Temporária de Juros com Capitalização. 20,56%
- Bônus de Conversão de Dívida.......................... 5,77%

Os bancos brasileiros optaram por:

- Bônus de Redução Temporária de Juros com Capitalização. 4,21%
- Bônus de Conversão de Dívida.......................... 95,79%

O não-fechamento do acordo com o FMI resultou na prorrogação do prazo para a conclusão do acordo com os bancos credores, de novembro de 1993 para fevereiro de 1994 e, posteriormente, adiado para 15 de abril deste ano. Os referidos acordos começaram a ser assinados pelos credores a partir de 29 de novembro de 1993.

Em 15 de dezembro, havia sido superada a massa crítica prevista no acordo, com a assinatura por parte das instituições que detêm 96% da dívida. Em conseqüência, a Circular nº 2.390, de 22.12.93, autorizou a remessa dos 10% restantes dos juros devidos entre 1 de janeiro e 8 de julho de 1992, completando-se a quitação dos 50% dos juros, uma vez que 30% foram pagos no prazo normal e 10% em março de 1993.

A dívida junto ao Clube de Paris renegociada multilateralmente em 1992 (Fase 4), abrangia o período de 01.04.90 a 31.08.93. Durante o ano de 1993 foram negociados e assinados diversos acordos bilaterais com as agências dos países membros totalizando 16 agências de 12 países, com os quais o Brasil vem mantendo em dia todos os pagamentos de principal e juros da dívida reescalonada. Ainda estão pendentes de negociação acordos bilaterais com 7 agências de 5 países.

4.2.2 - Dívida Externa

Em 1993, foram renegociados, junto ao Clube de Paris, expressivos valores em atraso, bem como foram emitidos os bônus referentes aos juros bancários atrasados em 1989/90. Verificou-se, ainda, significativo ingresso de recursos externos através da colocação de títulos no mercado financeiro internacional. Em decorrência, a dívida externa registrada estimada para dezembro alcança US$ 109 bilhões, valor 17% superior à posição de dezembro de 1991. Segundo essa estimativa, a dívida com bancos estrangeiros teria crescido 19% e com instituições não-bancárias, 18%. A dívida não-registrada, todavia, apresenta declínio de 19% para o mesmo período considerado, em virtude da redução do saldo de atrasados. Desta forma, a dívida externa total situa-se em US$ 134 bilhões, superior em 8% à posição de dezembro de 1991.

A partir de 01.09.93 todos os vencimentos de dívidas do setor público com agências governamentais estrangeiras ou por elas garantidas voltaram a ser livremente remissíveis ao exterior pela primeira vez desde 1982. Esta situação deve perdurar até que se inicie nova rodada de negociações no âmbito do Clube de Paris (fase 5).

Tabela 4.2.2 - BRASIL - DIVIDA EXTERNA REGISTRADA POR CREDOR

US$ milhoes

Discriminacao	1991		1992	
	Jun	Dez	Jun	Dez
TOTAL	89893	92996	102378	109181
1. Bancos Comerciais Estrangeiros	47967	48297	50261	57409
2. Bancos Brasileiros	7301	7630	7581	8057
3. Instituicoes Não-Bancarias	34625	37069	44536	43715

Tabela 4.2.3 - DESEMBOLSOS LIQUIDOS DA DIVIDA EXTERNA

US$ milhoes

Especificacao	1992 1/	1993 1/ Jan/Set
1. Desembolsos (medio e longo prazos)	28160	8940
Refinanciamentos	18683	1190
Bancos Comerciais	7100	-
Bancos Brasileiros	-	-
Bancos Estrangeiros	7100	-
Credores Oficiais	11583	1190
Outros Desembolsos	9477	7750
Organismos Internacionais	1029	692
Agencias Governamentais	71	29
Creditos de Fornecedores/Compradores	494	326
Bancos	897	550
Intercompanhias e outros	6986	6153
2. Amortizacoes (médio e longo prazos) 2/	8513	7049
Organismos Internacionais	1665	1271
Agencias Governamentais	2596	1372
Creditos de Fornecedores	1122	824
Bancos	2536	3034
Outros 3/	594	548
3. Capital a Curto Prazo (liq.) 4/	372	133
4. Desembolso Liquido da Dívida Externa (1-2+3)	20613	2572
Memorando:		
Pagamento Informal	59	-
Conversao em Investimentos	87	120

1/ Preliminar.
2/ Exclui amortizacao referente a operacoes de reducao da divida e desembolsos acumulados de emprestimos acordados com os bancos comerciais credores (inclusive conversao de divida para investimento).
3/ Intercompanhias, bonus e outros emprestimos.
4/ Divida a curto prazo do setor publico nao-financeiro.

4.3 - POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

4.3.1 - Política Comercial

Os objetivos principais da política de comércio exterior têm sido a inserção competitiva da economia brasileira no mercado internacional e o desenvolvimento do intercâmbio comercial com nossos parceiros.

Assim, visando reverter a tendência de diminuição da participação brasileira no comércio internacional ocorrido nos últimos anos, deu-se maior ênfase ao crescimento do comércio com o exterior, com a continuidade ao processo de abertura comercial, adoção de medidas adicionais para simplificação dos trâmites operacionais do comércio, eliminação de fatores inibidores e aperfeiçoamento da política industrial e do comércio exterior.

No tocante ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex), novas regras foram definidas em junho e julho de 1993.

Entre as principais medidas, destaca-se a que instituiu o Comitê de Crédito às Exportações, com a atribuição de decidir sobre a aplicação de recursos orçamentários da União para o referido Programa.

As inovações estão basicamente relacionadas às próprias operações de financiamento, para as quais passam a ser exigidas do exportador garantias firmes, como aval ou fiança bancária, para a venda de serviços, sempre que o tomador final for empresa pública estrangeira.

Além disso, com vistas à racionalização e desburocratização de procedimentos do comércio exterior, o Banco Central, em conjunto com a Secretaria de Comércio Exterior e a Secretaria da Receita Federal, com o apoio do SERPRO e do Banco do Brasil, implantou em 4 de janeiro de 1993 o módulo de exportação o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). O módulo de importação, conforme as previsões, deverá ser implantado em julho de 1994.

Aos exportadores e importadores foram flexibilizados os prazos para a contratação de câmbio, objetivando adiar o ingresso de divisas de exportações e antecipar a compra de divisas pelos importadores, o que permitiria melhor distribuição do impacto monetário decorrente de recursos externos. Assim, foi ampliado de 45 para 180 dias o prazo máximo para a contratação de câmbio de exportação, após o embarque das mercadorias, e na antecipação da contratação de câmbio para importação, antes do vencimento da obrigação no exterior. No caso de pagamento antecipado de exportações, o prazo máximo entre o ingresso dos recursos e o embarque das mercadorias foi reduzido de 360 para 180 dias.

Em decorrência da política de redução tarifária e da recuperação parcial da atividade econômica, as importações cresceram em ritmo mais intenso que as exportações. Dados para o ano de 1993, indicam valores nominais recordes nas exportações de US$ 38.783 milhões, com crescimento de 8,1% e nas importações de

US$ 25.711 milhões e incremento de 25%. Em conseqüência, o saldo da balança comercial, de US$ 13.072 milhões, foi 15% inferior ao obtido em 1992. No entanto, a corrente de comércio expandiu-se 14%, alcançando US$ 64.494 milhões, o maior valor, em dólares correntes, registrado pelo comércio exterior brasileiro.

O ano de 1993 foi marcado pela ocorrência de uma série de fatos relevantes em termos de negociações internacionais. Houve retomada da Rodada Uruguai no GATT, um avanço no processo de discussões entre os países membros do MERCOSUL com vistas a sua implantação, além das negociações no âmbito da ALADI e da UNCTAD.

4.3.2 - Política Aduaneira e Reforma Tarifária

Em decorrência do processo iniciado em fevereiro de 1991, e cumprindo a última etapa do cronograma de redução tarifária, em julho de 1993 o Brasil passou a operar com tarifa média de 14,2%, significando expressiva redução em relação à média de 31,2% em 1990. As próximas etapas da reforma tarifária serão implementadas no âmbito do Mercosul. A partir de janeiro de 1994, os países do Mercosul passaram a intercambiar produtos com um desconto de 82% nas tarifas de importação, que deve passar para 89% em julho. Em janeiro de 1995 deverá ocorrer a efetivação da tarifa externa comum, aplicável, em princípio, a treze mil produtos, formando-se, assim, uma zona de livre comércio. Entretanto, para os produtos com proteção tarifária na faixa de 20% a 35% não deve haver lista comum e sim uma lista nacional por país, com tarifas diferenciadas.

O processo de abertura comercial exigiu o aprimoramento dos instrumentos de defesa comercial com vistas a garantir a efetiva proteção da produção doméstica, preservando o emprego nacional.

Tabela 4.3.1 - EXPORTACOES - FOB 1/

US$ milhoes

Especificacao	1991	1992 Ano	1992 Jan/Nov	1993 Jan/Nov
Total	31620,5	36.103,0	32.378,0	35379,0
Produtos Primarios (valor)	11137,7	12.017,8	10.852,5	11621,3
Cafe (incl. cafe soluvel)				
Volume (mil toneladas)	1126,9	1.069,2	978,6	916,9
US$ milhoes	1479,4	1.112,5	1.020,2	1114,1
US$/t	1312,8	1.040,5	1.042,5	1215,1
Soja 2/				
Volume (milhoes de toneladas)	10,0	13,0	12,0	13,4
US$ milhoes	2030,7	2.695,7	2.480,0	2865,9
US$/t	203,1	207,4	206,7	213,9
Cacau (graos, manteiga, licor e torta)				
Volume (mil toneladas)	194,6	187,4	161,5	176,7
US$ milhoes	266,1	248,0	216,1	226,4
US$/t	1367,4	1.323,4	1.338,1	1281,3
Açucar (cristal, demerara e refinado)				
Volume (milhoes de toneladas)	1,5	2,2	1,8	2,7
US$ milhoes	398,1	541,3	449,5	688,3
US$/t	265,4	246,0	268,0	258,0
Suco de Laranja				
Volume (mil toneladas)	913,5	973,4	893,4	1061,1
US$ milhoes	900,0	1.052,9	995,2	743,4
US$/t	985,2	1.081,7	1.113,9	700,6
Carne 3/				
Volume (mil toneladas)	508,8	683,5	637,8	771,1
US$ milhoes	891,7	1.224,0	1.135,1	1218,1
US$/t	1752,6	1.790,8	1.779,7	1579,7
Minerio de Ferro, Manganes e Outros Minerios Metalurgicos				
Volume (milhoes de toneladas)	120,4	113,5	95,0	112,4
US$ milhoes	2870,3	2.533,9	2.146,0	2267,6
US$/t	23,8	22,3	22,6	20,2
Fumo em Folhas				
Volume (mil toneladas)	190,4	243,7	211,8	225,5
US$ milhoes	680,6	803,6	709,9	651,9
US$/t	3574,6	3.297,5	3.351,7	2890,9
Outros (US$ milhoes)	1620,8	1.805,9	1.700,5	1845,6
Produtos Industrializados (US$ milhoes)	20482,8	24.085,2	21.525,5	23757,7
Material de Transporte e Componentes (partes, peças e equip. p/transportes)	3027,8	4.198,3	3.669,2	3774,0
Maquinas e Instrumentos Mecanicos	1786,2	2.085,1	1.883,3	2239,7
Equipamentos Eletricos e Eletronicos	1014,8	1.158,3	1.040,0	1198,7
Produtos Metalurgicos	5880,4	6.038,1	5.537,9	5627,8
Produtos Quimicos	2072,9	2.355,6	2.066,0	2349,8
Madeiras e Manufaturas	442,1	566,8	493,3	743,0
Calcados e Produtos de Couro	1283,9	1.525,6	1.374,9	1838,9
Derivados de Petroleo 4/	722,4	758,4	687,7	723,7
Produtos Texteis	1187,9	1.420,0	1.285,9	1255,8
Outros	3064,4	3.979,0	3.487,3	4006,3

1/ Preliminar.
2/ Inclui grao, farelo, oleo bruto e refinado.
3/ Inclui carnes, miudos comestiveis e conservas.
4/ Inclui consumo de bordo.

Tabela 4.3.2 - IMPORTACOES - FOB 1/

US$ milhoes

Especificacao	1991	1992		1993
		Ano	Jan/Nov	Jan/Nov
Total	21.041,5	20.578,0	18.331,0	22.770,0
Petroleo Bruto e Derivados	4.072,6	4.185,0	3.810,8	3.856,1
Petroleo Bruto				
Volume (mil b/d)	507,0	495,0	502,1	400,0
US$ milhoes	3.370,6	3.112,6	2.904,2	1.942,3
US$/b	17,6	17,2	17,3	14,5
Derivados	702,0	1.072,4	906,6	1.913,8
Outros Produtos	16.968,9	16.393,0	14.520,2	18.913,9
Bens de Capital	5.965,7	6.334,6	5.440,8	7.619,9
Trigo	454,6	537,7	472,0	683,8
Materias-primas	7.486,7	7.086,4	6.453,2	8.039,7
Aco, Metais Nao-Ferrosos e Outros Minerios	774,6	763,7	691,3	732,3
Produtos Quimicos	3.590,3	3.531,8	3.277,4	4.061,1
Carvao	698,1	698,4	639,3	573,6
Outros	2.423,7	2.092,5	1.845,2	2.672,7
Demais	3.061,9	2.434,3	2.154,2	2.570,5

1/ Preliminar.

TABELA 4.3.3 - INTERCAMBIO COMERCIAL - FOB 1/

US$ milhoes

Especificacao	1991 Ano Exportacoes	1991 Ano Importacoes	1991 Ano Saldo	1992 Ano Exportacoes	1992 Ano Importacoes	1992 Ano Saldo	1992 Janeiro-Novembro Exportacoes	1992 Janeiro-Novembro Importacoes	1992 Janeiro-Novembro Saldo	1993 Janeiro-Novembro Exportacoes	1993 Janeiro-Novembro Importacoes	1993 Janeiro-Novembro Saldo
Total	31.620	21.041	10.579	36.103	20.578	15.525	32.378	18.331	14.047	35.379	22.770	12.609
Total excl. OPEP	29.667	17.529	12.138	34.217	17.183	17.034	30.661	15.215	15.446	33.700	19.965	13.735
AELC	532	966	(434)	432	891	(459)	395	797	(402)	449	953	(504)
Aladi 2/	4.378	3.160	1.218	7.184	3.279	3.905	6.358	2.940	3.418	7.908	3.891	4.017
Argentina	1.476	1.615	(139)	3.070	1.687	1.383	2.729	1.497	1.232	3.282	2.363	919
Chile	677	494	183	930	475	455	823	421	402	1.021	421	600
Mexico	758	204	554	1.111	341	770	1.027	319	708	901	269	632
Paraguai	496	220	276	541	185	356	494	176	318	881	259	622
Uruguai	337	434	(97)	517	343	174	397	301	96	708	389	319
Outros	634	193	441	1.015	248	767	888	226	662	1.115	190	925
Canada	464	511	(47)	402	471	(69)	368	426	(58)	418	575	(157)
CEE	9.850	4.679	5.171	10.730	4.562	6.168	9.604	4.174	5.430	9.132	5.271	3.861
Alemanha	2.158	1.902	256	2.078	1.893	185	1.851	1.748	103	1.643	2.083	(440)
França	864	606	258	849	583	266	765	536	229	705	597	108
Italia	1.353	792	561	1.626	823	803	1.355	735	620	1.173	920	253
Paises Baixos	2.147	349	1.798	2.347	356	1.991	2.183	329	1.854	2.288	384	1.904
Reino Unido	1.057	456	601	1.294	404	890	1.160	372	788	1.043	475	568
Outros	2.271	574	1.697	2.536	503	2.033	2.290	454	1.836	2.280	812	1.468
Europa Central e do Leste 3/	368	352	16	375	344	31	329	319	10	478	391	87
EUA 4/	6.361	4.974	1.387	7.120	4.949	2.171	6.481	4.246	2.235	7.294	5.183	2.111
Japao	2.557	1.213	1.344	2.324	1.140	1.184	2.035	1.036	999	2.171	1.371	800
OPEP	1.953	3.512	(1.559)	1.886	3.395	(1.509)	1.717	3.116	(1.399)	1.679	2.805	(1.126)
Outros	5.157	1.674	3.483	5.650	1.547	4.103	5.091	1.277	3.814	5.850	2.330	3.520

1/ Preliminar.
2/ A partir de 1992 apenas a Venezuela esta incluida na OPEP.
3/ Albania, Bulgaria, Hungria, Polonia, Romenia, Republica Theca, Republica Eslovaca e paises da ex- Uniao Sovietica.
4/ Inclui Porto Rico.

4.4 - POLÍTICA CAMBIAL

Desde o último trimestre de 1991, a política cambial não sofreu desvio em sua orientação básica de assegurar estabilidade real a taxa de câmbio. A viabilização desse objetivo, todavia, tem sido obstaculizada, especialmente no âmbito interno, em razão das dificuldades em conter o processo inflacionário.

Assim, a necessidade de manutenção de elevadas taxas de juros reais para controle das pressões inflacionárias tem sustentado a atratividade de capitais externos ao País, no confronto com a remuneração prevalecente nos mercados financeiros internacionais.

A sustentação da taxa de câmbio real justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas ao setor exportador. A contratação de câmbio de exportações foi, também, estimulada pela possibilidade de ganhos financeiros em função do elevado prêmio cambial. Com efeito, o mercado gerou expressivos superávits cambiais nas operações de comércio, que foram reforçados pelos freqüentes resultados positivos nas transações de natureza financeira, especialmente em razão dos fluxos de empréstimos e de aportes de recursos ao mercado de capitais.

Definida uma trajetória da taxa de câmbio compatível com a evolução dos preços internos, os resultados do movimento de câmbio no segmento de taxas livres teria originado desequilíbrio entre oferta e demanda de divisas, caso não houvesse a participação do Banco Central no mercado, eliminando o excedente de moeda estrangeira.

Mesmo assim, não tem faltado oportunidades do mercado necessitar de um nível maior de liqüidez, situação em que o Banco Central tem atuado no sentido de ampliar a oferta e evitar um movimento indesejado na taxa de câmbio. Importante assinalar que o processo de maior abertura da economia ao capital estrangeiro tem como premissa um alto grau de mobilidade de ingresso e saída de poupanças financeiras externas. Desta forma, o País tornou-se mais suscetível a desequilíbrios no mercado de câmbio, exigindo do Banco Central presença mais freqüente no mercado.

Basicamente, a política cambial implementada pelo Banco Central nos últimos dois anos centrou-se na ação de evitar a valorização real do cruzeiro, através da compra do excesso de divisas junto ao mercado. A magnitude do desequilíbrio entre oferta e demanda de divisas está evidenciada na mudança de posição das reservas cambiais do País, que atingiram valores recordes.

A existência de outro mercado de câmbio institucional, o de taxas flutuantes, tem exigido acompanhamento sistemático do Banco Central, tendo em vista os canais de interligação com o segmento não-institucional. Com efeito, sempre que o mercado de taxas flutuantes está a exigir maior liqüidez, o Banco Central, através de leilões tem efetuado o suprimento de divisas.

A importância do mercado de taxas flutuantes deve-se, principalmente, ao fato de estar permitindo maior liberalização

cambial, através da incorporação de operações que não cursavam o mercado institucional e de outras que eram cursadas no segmento livre, mas com determinadas limitações. Adicionalmente, através desse segmento, o Banco Central pode controlar a evolução das cotações no mercado não-institucional. Desta forma, evita-se que os diferenciais de taxas de câmbio, entre os segmentos do mercado, atinjam patamares elevados, o que estimularia a prática de operações como subfaturamento de exportações, superfaturamento de importações e o próprio contrabando.

Em dezembro de 1993, a cotação média de venda do cruzeiro real em relação ao dólar norte-americano no segmento de taxas livres situou-se em CR$ 279,385, significando desvalorização nominal de 2.405% no ano. No segmento de taxas flutuantes, a desvalorização do cruzeiro real alcançou 2.144% em 1993.

4.4.1 - Movimento de Câmbio

O mercado de câmbio de taxas livres gerou, em 1993, superávit de US$ 17,9 bilhões, inferior em 13,1% ao registrado no ano precedente. Contrariamente ao verificado no ano anterior, houve retração nos resultados das operações comerciais ao mesmo tempo que melhorou consideravelmente o fluxo das operações financeiras.

A queda no superávit das operações comerciais deveu-se, em parte, ao fato que as exportações não mantiveram o mesmo ritmo do ano anterior, período em que se observou grande antecipação nas contratações de câmbio, face ao elevado prêmio cambial prevalecente no mercado. A recuperação parcial da demanda interna em 1993 pode ter diminuído o potencial exportável, ao mesmo tempo em que provocou aumento nas contratações de importação. Mesmo assim, as operações comerciais proporcionaram superávit de US$ 16,6 bilhões que, embora inferior em US$ 4,2 bilhões ao de 1992, superou em US$ 1,8 bilhão ao registrado em 1991.

As operações financeiras registraram superávit de US$ 1,3 bilhões, depois de ter apresentado déficit de US$ 0,2 bilhões em 1992.

Historicamente, essas transações são deficitárias, tendo em vista que abrangem grande parte da conta serviços do balanço de pagamentos e, ainda, as amortizações da dívida externa efetuadas pelo mercado. A reversão desse comportamento em 1993 deveu-se ao grande volume de ingressos financeiros, na forma de empréstimos e de investimentos em portfólio.

Tabela 4.4.1 MOVIMENTO DE CAMBIO - SEGMENTO LIVRE

US$ milhoes

Periodo	Comercial			Financeiro			Saldo Global
	Export.	Import.	Saldo(A)	Compras	Vendas	Saldo(B)	(A+B)
1992							
Jan	3935	1650	2285	1456	1308	148	2433
Fev	3544	1262	2282	1377	1182	195	2477
Mar	3557	1230	2327	1898	1301	597	2924
Abr	3213	1476	1737	1873	1199	674	2411
Mai	3335	1406	1929	1442	1175	267	2196
Jun	3140	1474	1666	1741	1564	177	1843
Jul	3636	1807	1829	1187	1550	-363	1466
Ago	3113	1587	1526	985	1417	-432	1094
Set	2609	1747	862	856	1406	-550	312
Out	3569	1592	1977	1273	1365	-92	1885
Nov	3175	1570	1605	1096	1315	-219	1386
Dez	2731	2018	713	1167	1724	-557	156
Acumulado no Ano	39557	18819	20738	16351	16506	-155	20583
1993							
Jan	2867	1737	1130	991	1515	-524	606
Fev	2514	1282	1232	946	1483	-537	695
Mar	2868	1949	919	2028	1950	78	997
Abr	3048	1611	1437	1821	2180	-359	1078
Mai	3186	1628	1558	1699	1454	245	1803
Jun	2953	1982	971	2582	2623	-41	930
Jul	3071	1619	1452	2569	2165	404	1856
Ago	3434	2104	1330	2824	2214	610	1940
Set	3217	1955	1262	2789	3706	-917	345
Out	3436	1741	1695	3470	2712	758	2453
Nov	3405	1611	1794	3288	2547	741	2535
Dez	3787	2003	1784	4748	3879	869	2653
Acumulado no Ano	37786	21222	16564	29755	28428	1327	17891

4.4.2 - Fluxo de Capitais

A desaceleração da atividade econômica nos países industrializados foi acompanhada por uma tendência declinante da inflação e das taxas de juros, tanto nominais como reais. No Brasil, todavia, para evitar forte aceleração inflacionária o Banco Central teve de manter uma política de taxas de juros reais elevadas.

Essas taxas, em comparação às praticadas no exterior, estimularam as empresas a captarem recursos no exterior, mesmo pagando elevados spreads, a título do chamado risco Brasil, encontrando grande aceitação pelos poupadores externos face ao nível de remuneração. Por outro lado, a política de abertura da economia ao capital estrangeiro procurou facilitar o acesso dos investidores aos mercados do País.

Com efeito, grandes aportes de recursos externos foram efetivados em 1992 e 1993, contribuindo para o aumento da liqüidez no mercado de divisas. No primeiro semestre de 1993, os desembolsos de empréstimos em moeda totalizaram US$ 4 bilhões, enquanto em portfólios havia ingressado liquidamente US$ 1,5 bilhão. Essas foram as duas principais formas de entrada de poupança financeira externa.

Com vistas a aliviar as pressões monetárias originadas do setor externo, o Banco Central buscou alternativas para reduzir a necessidade de absorção de excedentes de divisas no mercado.

Foi baixado um elenco de medidas com o intuito de colocar obstáculos ao capital ingressado visando exclusivamente a rentabilidade vinculada às taxas de juros. Foi preservada, todavia, a estrutura favorável ao ingresso de recursos para o mercado de ações, que poder melhorar as condições para a capitalização das empresas.

O dinamismo do mercado de capitais está evidenciado no volume de ingressos em 1993 que, de acordo com estatísticas preliminares, totalizou US$ 14,9 bilhões, para um fluxo de repatriações de US$ 8,4 bilhões, superando amplamente os valores registrados em 1992, de US$ 3,9 bilhões e US$ 2,2 bilhões, respectivamente. Em relação aos investimentos diretos, ingressaram US$ 0,9 bilhão, fluxo inferior ao de US$ 1,3 bilhão em 1992, enquanto as saídas alcançaram US$ 0,5 bilhão, contra US$ 0,2 bilhão efetivadas no ano precedente.

Os desembolsos de empréstimos em moeda, também de acordo com estatísticas preliminares, situaram-se em US$ 10,1 bilhões em 1993, comparativamente a US$ 7,9 bilhões em 1992. A maior parte desses ingressos (65%) correspondeu a recursos vinculados à colocação de notes no exterior por empresas no País, a taxas fixas.

Os demais desembolsos foram distribuídos em outras modalidades, como comercial paper (8,3%), intercompanhias (8,2%), empréstimos securitizados por exportações (6,9%) e captações efetuadas por bancos (6,8%).

4.4.3 - Reservas Internacionais

O considerável aporte de capitais externos que ingressou no País desde o final de 1991, conjugado à melhoria nos fluxos comerciais, desempenhou papel relevante na recomposição do nível das reservas internacionais. Todavia, esses recursos, em excesso, dada uma evolução desejável da taxa de câmbio, causaram grande impacto monetário, pela necessidade de compra de divisas pelo Banco Central e a conseqüente neutralização via colocação de títulos públicos.

Obtido um patamar de reservas cambiais compatível com as necessidades de atendimento de compromissos externos e de propiciar liberdade ao ingresso e saída de capitais e, ainda, de permitir ações do Banco Central visando neutralizar movimentos especulativos no mercado de câmbio, não se justificaria uma expansão indefinida das reservas do País. A interrupção desse processo tornou-se difícil, principalmente em função das taxas de juros, fonte de constante estímulo à entrada de poupanças financeiras externas.

As medidas tomadas ao longo de 1993 visaram administrar os fluxos de ingressos e, assim, aliviar o impacto monetário decorrente do setor externo. Medidas proibitivas ao ingresso de capitais externos não seriam compatíveis com o processo de abertura da economia e sua inserção no contexto da economia mundial.

O movimento na posição das reservas internacionais, em 1993, refletiu a absorção líquida, pelo Banco Central, dos excedentes de divisas no mercado de câmbio, considerados os dois segmentos e, ainda, os pagamentos ao exterior relacionados à dívida de responsabilidade da Autoridade Monetária. Nos primeiros meses do ano, as reservas apresentaram tendência de queda, tendo em vista os menores superávits cambiais gerados pelo mercado, reduzindo, conseqüentemente, o nível de compras líquidas pelo Banco Central.

No segundo semestre, entretanto, com a melhoria no resultado das operações comerciais e os superávits proporcionados pelo segmento financeiro voltaram a crescer os excedentes de divisas no mercado, determinando novo movimento de alta nas reservas cambiais. Ao final de novembro de 1993, as reservas internacionais, no conceito caixa, situaram-se em US$ 24,3 bilhões, significando aumento de US$ 5,3 bilhões comparativamente à posição de dezembro de 1992. Em termos de liqüidez internacional as reservas totalizaram US$ 31 bilhões, com incremento de US$ 7,2 bilhões no período.

Tabela 4.4.2 - RESERVAS INTERNACIONAIS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

US$ milhoes

Fim do Periodo	Caixa	Liquidez Internacional
1983	(1.555)	4.563
1984	7.522	11.995
1985	7.690	10.482
1986	4.585	6.760
1987	4.433	7.458
1988	5.359	9.140
1989	7.268	9.679
1990	8.751	9.973
1991	8.552	9.406
1992-Jan	9.682	11.866
Fev	11.081	14.378
Mar	13.741	17.062
Abr	15.162	18.518
Mai	16.919	20.512
Jun	18.109	21.703
Jul	18.941	22.705
Ago	18.932	23.109
Set	17.682	21.964
Out	19.366	24.124
Nov	19.883	24.481
Dez	19.008	23.754
1993-Jan	18.779	23.313
Fev	18.493	22.890
Mar	17.960	22.309
Abr	17.816	22.737
Mai	18.661	23.981
Jun	18.814	24.476
Jul	19.619	25.937
Ago	20.277	27.086
Set	20.116	26.948
Out	22.229	29.019
Nov	24.290	31.011

Fonte: Banco Central do Brasil

5. FINANÇAS PÚBLICAS

5.1 - ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

I. Sobre os Instrumentos de Programação e Execução Orçamentária e Financeira

As atividades que envolvem a programação e execução financeira, durante o exercício de 1993, estiveram caracterizadas por uma preocupação permanente no sentido da geração de um ambiente propício ao ordenamento dos gastos públicos, evitando, assim, descompassos profundos entre receita e despesa da União que viessem a comprometer o equilíbrio das contas do governo federal.

Para tanto, vários foram os instrumentos legais utilizados de forma a compatibilizar a Lei nº 8.652, de 29.04.93, e seus créditos adicionais, através da qual foram estimadas as receitas e fixadas as despesas da União para 1993, aos novos horizontes da economia nacional e às diretrizes de política fiscal voltadas para a estabilização econômica.

Considerando o atraso na aprovação da Lei Orçamentária para 1993, cuja publicação se deu apenas no mês de abril, o governo vetou, já em janeiro, através do Decreto nº 718, de 07.01. 93, o empenho de despesas lastreadas com dotações consignadas no Orçamento Geral da União, à excessão daquelas relativas às transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios, previstas na Constituição, bem como aquelas destinadas aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Salientou, também através do mesmo instrumento, que os limites de saque de recursos do Tesouro Nacional seriam estabelecidos de acordo com os cronogramas aprovados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Através do Decreto nº 825, de 28.05.93, foram definidas as normas de programação e execução orçamentária e financeira, ficando ressaltado que estariam sujeitas ao processo de programação todas as fontes de dotação orçamentária que transitassem pelo Órgão Central de Programação Financeira. Relativamente ao processo de liberação de recursos foram estabelecidas prioridades para os pagamentos de despesas na seguinte ordem:

I. Pessoal e encargos sociais;
II. Aposentadorias e pensões da previdência social;
III. Serviço da dívida pública federal; e
IV. Contrapartida de empréstimos externos.

Objetivando a evitar que os órgãos públicos viessem, com base nas dotações consignadas na Lei Orçamentária, assumir compromissos que ultrapassem as expectativas de arrecadação de tributos federais, foram aprovadas, na forma de anexo, cotas trimestrais de despesas, exceto pessoal, encargos e amortização de dívidas, que cada unidade orçamentária estaria autorizada a utilizar nos primeiro e segundo trimestres de 1993. Ficou determinada, naquela ocasião, a proibição de que fosse emitido

qualquer empenho valendo-se de recursos provenientes da remuneração de disponibilidades do Tesouro Nacional.

Complementando o Decreto nº 825, foram estabelecidos, através da Instrução Normativa nº 4, de 08.07.93, da Secretaria do Tesouro Nacional, os procedimentos operacionais para a programação e a execução orçamentária e financeira, pelos quais os Órgãos Setoriais do Sistema de Programação Financeira estariam obrigados a registrar suas propostas de programação para o mês seguinte até o dia 28 de cada mês, observando as seguintes categorias de gastos:

" A " - Pessoal e encargos sociais;
" B " - Serviço da dívida externa;
" C " - Outras despesas correntes e de capital;
" D " - Serviço da dívida interna;
" E " - Restos a pagar.

Desta forma, considerando as disponibilidades do caixa da União, as despesas efetivamente realizadas, a estimativa de ingressos de recursos e, finalmente, os limites orçamentários vigentes, a Secretaria do Tesouro Nacional ajustaria os valores propostos, registrando a programação financeira aprovada até o terceiro dia útil da cada mês.

Para o segundo semestre, o Governo Federal, diante de crescentes dificuldades, porém determinado a seguir buscando reduzir ao máximo possível o déficit do setor público, definiu, de acordo com o Decreto de 12.08.93, a programação financeira de liberação de cotas pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base em distribuição percentual para cada um dos três bimestres e para os "restos a pagar", estabelecendo, respectivamente, os percentuais de 15%, 38%, 42% e 5%, do saldo orçamentário existente em 30 de junho de 1993. De se ressaltar que esta regra completou os créditos orçamentários destinados apenas aos investimentos, inversões financeiras e outras despesas correntes e de capital. Posteriormente, objetivando a compensar fortes pressões observadas em determinadas rubricas de despesas, particularmente de pessoal e encargos sociais e de encargos da dívida mobiliária federal, ficou determinada, através do Decreto nº 965, de 26.10.93, uma redução do percentual relativo ao último bimestre para 25%, ficando para restos a pagar o saldo das dotações não liberadas, observada a disponibilidade financeira das respectivas fontes de recursos.

Enfim, ainda que não se tenha alcançado um superávit fiscal no exercício financeiro de 1993, em razão, sobretudo, de pressões exercidas por despesas de caráter tipicamente financeiro, fica evidente, considerando o conjunto de instrumentos de programação e execução financeira postos em prática, o objetivo do Governo em manter sob controle as contas federais e reduzir, assim, os reflexos negativos decorrentes de uma crescente necessidade de financiamento do setor público.

II. Sobre a Execução Financeira.

A execução financeira do Tesouro Nacional foi encerrada em 1993 evidenciando um déficit fiscal da ordem de CR$ 4.570,6 bilhões e de desembolsos no montante de CR$ 5.444,2 bilhões. Para efeito do cálculo deste resultado não foi levado em consideração as emissões e resgates com títulos da dívida mobiliária federal nem as receitas provenientes da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional depositadas no Banco Central, que alcançou CR$ 2,350,6 bilhões.

O recolhimento de tributos federais apresentou comportamento favorável, indicando um crescimento real em torno de 16,2% se comparado com o exercício financeiro de 1992. De se observar, contudo, em seu comportamento ao longo do exercício de 1993, relativamente a 1992, uma tendência declinante da variação real acumulada mês a mês: em janeiro de 1993 o recolhimento bruto alcançou um nível 45,7% superior, em termos reais, ao verificado em janeiro de 1992; considerando todo o primeiro semestre este percentual cai para 20,3%; termina, enfim, o exercício de 1993 indicando uma variação de 16,2%.

No caso das receitas próprias provenientes das Operações Oficiais de Créditos, o volume de ingresso no caixa da União atingiu a cifra de CR$ 194,6 bilhões, refletindo uma queda real da ordem de 17,2% em relação a 1993. Convém ressaltar, por outro lado, que as despesas decorrentes destas operações apresentou, também, redução real de 33,8%, proporcionando, assim, em seu conjunto, um resultado positivo de CR$ 44,8 bilhões.

Do ponto de vista das despesas, as liberações vinculadas contribuíram com desembolso total de CR$ 1.623,8 bilhões, cerca de 10,2% superior, em termos reais, ao nível apresentado em 1992. Destaca-se neste conjunto, as liberações destinadas aos Fundos de Participação para estados e municípios, às decorrentes da distribuição do IPI-exportação bem como aquelas destinadas aos Fundos regionais, com um total desembolsado de CR$ 1.068,2 bilhões, representando um crescimento real, relativamente a 1992, de 21,4%. Note-se que o crescimento real verificado nesta rubrica foi superior à variação do recolhimento total de tributos federais em 5,2 pontos percentuais, refletindo, por um lado, o aumento de 0,5 pontos nos percentuais de distribuição dos referidos fundos, e por outro, que os impostos constitutivos da base de cálculo para as transferências, ou seja, IPI e IR, tiveram crescimento real acima da média dos demais impostos. Ademais, de se observar também que, em 1993, os incentivos fiscais, redutores da base de cálculo da distribuição, apresentaram queda real em torno de 24,4%.

No conjunto das liberações ordinárias as despesas com pessoal e encargos sociais se situaram num patamar 26,9% superior, em termos reais, que no ano anterior, tendo sido liberados, na ótica de caixa, um total de CR$ 1.618,2 bilhões. Este crescimento pode ser explicado, basicamente, em função de que, durante todo o exercício de 1993, vigorou uma política salarial para os servidores públicos, civis e militares, que previa a concessão de reajustes quadrimestrais conjuminado com antecipações bimestrais.

Importante se faz destacar que o maior percentual de crescimento real diz respeito aos desembolsos para cobertura dos encargos da dívida mobiliária federal, refletindo uma variação de 263,8% em relação a 1992. Em razão do resgate antecipado e substituição de títulos mantidos na carteira do Banco Central, o Tesouro Nacional realizou pagamentos de encargos ao BACEN, no mês de agosto de 1993, no montante de CR$ 563,0 bilhões. Deste montante, cerca de CR$ 520,0 bilhões referiram-se aos pagamentos decorrentes da política de redução e substituição de títulos da carteira do BACEN, que constou das seguintes operações:

- resgate antecipado de CR$ 783,3 bilhões, utilizando do resultado operacional do BACEN no primeiro semestre de 1993 (CR$ 758,6 bilhões) e da remuneração de disponibilidades do Tesouro Nacional (CR$ 24,7 bilhões);

- substituição de CR$ 3.529,3 bilhões de títulos com taxa média real de juros de 17% ao ano por outros com taxa de 5,0% real ao ano;

- substituição de CR$ 1.649,2 bilhões de títulos remanescentes na carteira do BACEN por outros mais adequados a execução da política monetária.

Cabe salientar que os pagamentos de encargos feitos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central no bojo destas operações, não apresentaram qualquer impacto do ponto de vista macroeconômico.

Finalmente, para cobertura das despesas com a rubrica " outras despesas - custeio e investimento ", foram desembolsados recursos no valor de CR$ 1.030,7 bilhões, evidenciando um crescimento real da ordem de 74,0%, quando comparado com o ano anterior. EXplica este fato, a maior alocação, no orçamento geral da união, dos recursos provenientes da Contribuição para a Seguridade Social - COFINS, destinada a esta rubrica, associada a evidente recuperação real desta receita no caixa do Tesouro Nacional durante o exercício financeiro de 1993.

TABELA 5.1.1 - EXECUCAO DO FLUXO DE CAIXA DO TESOURO NACIONAL - 1992

Precos correntes — CR$ MILHOES

DISCRIMINACAO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
I. FLUXO FISCAL													
A. RECEITAS	2.984	3.705	5.887	6.715	9.923	11.413	12.715	15.991	21.092	25.036	30.719	46.094	192.273
A.1. Recolhimento Bruto	2 774	3.433	5.336	6.180	9.769	11.008	12.104	15.150	19.600	23.595	29.343	43.309	181.601
A.2. Incentivos Fiscais	(1)	(0)	(0)	(0)	(224)	(275)	(313)	(42)	(343)	(48)	(301)	(379)	(1.927)
A.3. Receitas das Operacoes Oficiais de Credito	171	225	494	448	325	564	826	781	1.713	1.350	1.446	2.864	11.207
A.4. Remuneracao de Disponibilidades - Banco do Brasil	40	47	57	87	53	116	98	102	122	139	231	300	1.392
B. DESPESAS	(2.911)	(4.003)	(5.869)	(6.660)	(9.714)	(10.196)	(12.526)	(14.903)	(18.930)	(24.965)	(40.451)	(45.411)	(196.539)
B.1.LIBERACOES VINCULADAS	(1.213)	(1.376)	(2.682)	(2.907)	(3.713)	(3.979)	(4.878)	(5.803)	(6.274)	(10.497)	(12.755)	(13.799)	(69.876)
B.1.1. Transferencias Constit. - FPM/FPE/IPI-exp/FC	(664)	(807)	(1.157)	(1.342)	(2.385)	(2.647)	(3.127)	(3.832)	(4.592)	(6.200)	(7.580)	(9.989)	(44.322)
B.1.2. Demais Transf. a Estados e Municipios	(33)	(28)	(34)	(173)	(97)	(56)	(359)	(92)	(175)	(612)	(279)	(841)	(2.779)
B.1.3. Outras Vinculacoes	(516)	(541)	(1.491)	(1.392)	(1.231)	(1.276)	(1.392)	(1.879)	(1.507)	(3.685)	(4.896)	(2.969)	(22.775)
B.2.LIBERACOES ORDINARIAS	(1.386)	(2.027)	(2.528)	(3.056)	(5.359)	(5.781)	(6.820)	(8.314)	(11.239)	(13.167)	(26.272)	(29.872)	(115.821)
B.2.1. Pessoal e Encargos Sociais	(1.142)	(1.623)	(1.896)	(2.000)	(2.539)	(3.032)	(3.851)	(4.053)	(5.579)	(8.600)	(10.336)	(18.757)	(63.408)
B.2.2. Encargos da Divida Interna e Externa	(46)	(36)	(187)	(247)	(280)	(405)	(268)	(342)	(1.108)	(951)	(2.791)	(5.354)	(12.015)
B.2.3. Encargos da Divida Mobilia]ria Federal	(0)	(59)	(110)	(76)	(600)	(339)	(634)	(1.318)	(2.085)	(2.022)	(10.933)	(2.611)	(20.787)
B.2.3.1. Pagos no mercado	(0)	(11)	(61)	(11)	(1)	(30)	(19)	(75)	(576)	(677)	(1.090)	(1.151)	(3.702)
B.2.3.2. Pagos ao BACEN	0	(48)	(49)	(65)	(599)	(309)	(615)	(1.243)	(1.509)	(1.345)	(9.843)	(1.460)	(17.085)
B.2.4. Outras Despesas (Custeio e Investimento)	(198)	(309)	(335)	(733)	(1.940)	(2.005)	(2.067)	(2.601)	(2.467)	(1.594)	(2.212)	(3.150)	(19.611)
B.3.LIBERACOES DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	(146)	(495)	(493)	(446)	(466)	(407)	(821)	(781)	(1.412)	(1.301)	(1.398)	(1.526)	(9.692)
B.4.RESTOS A PAGAR	(166)	(105)	(166)	(251)	(176)	(29)	(7)	(5)	(5)	(0)	(26)	(214)	(1.150)
C. RESULTADO (1) (A+B)	73	(298)	18	55	209	1.217	189	1.088	2.162	71	(9.732)	683	(4.266)
D. RESULTADO (2) (*)	54	20	257	289	1.177	1.688	988	2.646	4.932	2.856	3.713	7.010	25.629
II. FINANCIAMENTO													
E.RECEITAS	7.248	8.598	12.640	13.866	21.772	23.237	31.955	37.540	13.145	23.535	77.126	26.983	297.645
E.1. Emissoes de Titulos Publicos Federais	6.553	8.060	12.046	13.180	17.421	20.717	20.935	31.987	6.622	13.473	63.576	13.874	228.444
E.2 Remuneracao de Disponibilidades - BACEN	695	538	594	686	4.351	2.520	3.638	5.553	6.523	10.062	13.550	13.109	61.819
E.3. Resultado do BACEN	0	0	0	0	0	0	7.382	0	0	0	0	0	7.382
F.DESPESAS	(6.866)	(8.969)	(11.602)	(13.897)	(17.049)	(20.827)	(25.249)	(31.665)	(5.016)	(8.558)	(56.319)	(24.596)	(230.613)
F.1. Resgates da Divida Mobiliaria Federal	(6.739)	(8.663)	(11.296)	(13.778)	(16.814)	(20.428)	(24.915)	(31.108)	(4.503)	(8.273)	(55.240)	(23.301)	(225.058)
F.2. Amortizacao da Divida Interna e Externa	(127)	(306)	(306)	(119)	(235)	(399)	(334)	(557)	(513)	(285)	(1.079)	(1.295)	(5.555)
G. RESULTADO (3) (E)+(F)	382	(371)	1.038	(31)	4.723	2.410	6.706	5.875	8.129	14.977	20.807	2.387	67.032
H. FLUXO DE CAIXA (C)+(G)	455	(669)	1.056	24	4.932	3.627	6.895	6.963	10.291	15.048	11.075	3.070	62.766
. RELACAO PESSOAL/RECEITA DISPONIVEL (%)	0,732	0,789	0,714	0,611	0,435	0,449	0,557	0,436	0,430	0,659	0,635	0,644	0,577
. EMISSOES LIQUIDAS DE TITULOS PUBLICOS	(186)	(603)	750	(598)	607	289	(3.980)	879	2.119	5.200	8.336	(9.427)	3.386

Observacao: RESULTADO (2) (*) Exclui do Resultado (1) a receita proveniente da remuneracao de disponibilidades - BB, todas as despesas com encargos de divida e as receitas e despesas com as Operacoes Oficiais de Credito.

TABELA 5.1.2 - EXECUCAO DO FLUXO DE CAIXA DO TESOURO NA PRECOS CORRENTES

CR$ MILHOES

DISCRIMINACAO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
I. FLUXO FISCAL													
A. RECEITAS	52950	57890	84169	105321	139677	242240	242234	312919	445593	568989	877633	1440990	4570605
A.1. Recolhimento Bruto	51619	55024	82107	100243	135772	235247	229209	298727	415675	517287	822629	1404298	4347837
A.2. Incentivos Fiscais	-410	-489	-659	-817	-1409	-5069	-633	-388	-362	-617	-1864	-5716	-18433
A.3. Receitas das Operacoes Oficiais de Credito	1450	2643	2373	5098	4245	10349	11609	12164	25510	44086	44229	30816	194572
A.4. Remuneracao de Disponibilidades - Banco do Brasil	291	712	348	797	1069	1713	2049	2416	4770	8233	12639	11592	46629
B. DESPESAS	-50400	-72379	-81002	-107531	-149909	-232936	-336759	-894497	-397277	-663777	-824695	-1633066	-5444228
B.1.LIBERACOES VINCULADAS	-20383	-22779	-25795	-33339	-56520	-86675	-107696	-117606	-140289	-208829	-300589	-495340	-1623840
B.1.1. Transferências Constit. - FPM/FPE/IPI-exp/FC	-13399	-16901	-20085	-25287	-34188	-58273	-59806	-73286	-89623	-128655	-227060	-321654	-1068217
B.1.2. Demais Transf. a Estados e Municipios	-674	-1212	-544	-2695	-847	-1056	-5827	-1761	-5649	-14765	-6313	-1538	-42881
B.1.3. Outras Vinculacoes	-6310	-4666	-5166	-5357	-21485	-27346	-42063	-42559	-53017	-65409	-67216	-172148	-512742
B.2.LIBERACOES ORDINARIAS	-24722	-46393	-52050	-71072	-88703	-138614	-218423	-764708	-227556	-411381	-486512	-1132482	-3662616
B.2.1. Pessoal e Encargos Sociais	-17055	-28680	-31949	-38722	-41555	-83087	-89048	-105777	-112994	-206003	-291362	-571978	-1618210
B.2.2. Encargos da Divida Interna e Externa	-2037	-4201	-4090	-2869	-2532	-5020	-27643	-9879	-10750	-15876	-10180	-37780	-132857
B.2.3. Encargos da Divida Mobiliária Federal	-3832	-9662	-8609	-21727	-34419	-21102	-26714	-544461	-10136	-21442	-85142	-93598	-880844
B.2.3.1. Pagos no mercado	-975	-6194	-2040	-3359	-2836	-8402	-6750	-8431	-8351	-16493	-77321	-80075	-221227
B.2.3.2. Pagos ao BACEN	-2857	-3468	-6569	-18368	-31583	-12700	-19964	-536030	-1785	-4949	-7821	-13523	-659617
B.2.4. Outras Despesas (Custeio e Investimento)	-1798	-3850	-7402	-7754	-10197	-29405	-75018	-104591	-93676	-168060	-99828	-429126	-1030705
B.3.LIBERACOES DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDI	-443	-2307	-7402	-3050	-3850	-7133	-10640	-12183	-21432	-43567	-37594	-5208	-149778
B.4.RESTOS A PAGAR	-4852	-900	-786	-70	-836	-514	0	0	0	0	0	-36	-7994
C. RESULTADO (1) (A+B)	2550	-14489	3167	-2210	-10232	9304	-94525	-581578	48316	-94788	52938	-192076	-873623
D. RESULTADO (2) (*)	7121	-1674	15516	19541	25255	30497	-43186	-29635	60354	-66222	128986	-97898	48655
II. FINANCIAMENTO													
E.RECEITAS	127144	94104	73896	120418	205085	150093	754796	4786841	511229	-96556	634604	1832341	9193995
E.1. Emissoes de Titulos Publicos Federais	12106	53625	35104	67859	135584	69407	107866	4538337	128850	136072	443246	1556712	7284768
E.2. Remuneracao de Disponibilidades - BACEN	16909	40479	38792	52559	69501	80686	131170	248504	382379	-232628	191358	275629	1295338
E.3. Resultado do BACEN	98129	0	0	0	0	0	515760	0	0	0	0	0	613889
F.DESPESAS	-22495	-61814	-47900	-75844	-143219	-78297	-783332	-3987990	-101761	-113672	-463576	-963447	-6843347
F.1. Resgates da Diida Mobiliária Federal	-16654	-57506	-41361	-72736	-139669	-64985	-775983	-3967303	-95241	-87967	-432905	-934054	-6686364
F.2. Amortizacao da Divida Interna e Externa	-5841	-4308	-6539	-3108	-3550	-13312	-7349	-20687	-6520	-25705	-30671	-29393	-156983
G. RESULTADO (3) (E)+(F)	104649	32290	25996	44574	61866	71796	-28536	798851	409468	-210228	171028	868894	2350648
H. FLUXO DE CAIXA (C)+(G)	107199	17801	29163	42364	51634	81100	-123061	217273	457784	-305016	223966	676818	1477025
RELACAO PESSOAL/RECEITA DISPONIVEL (%)	0,55327	0,90314	0,57408	0,58592	0,53383	0,578991	0,73666	0,585267	0,42316	0,66919	0,56012	0,63325	0,5981045
EMISSOES LIQUIDAS DE TITULOS PUBLICOS	-4548	-3881	-6257	-4877	-4085	4422	-668117	571034	33609	48105	10341	622658	598404
INPC considerado	0,2877	0,2479	0,2758	0,2837	0,2678	0,3037	0,3101	0,3334	0,3563	0,3412	0,36	0,38	

Observacoes:

(*) RESULTADO (2) Exclui do Resultado (1) a receita proveniente da remuneracao de disponibilidades - BB , todas as despesas com encargos de divida e as receitas e despesas com as Operacoes Oficiais de Credito

TABELA 5.1.3 - EXECUCAO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

DISCRIMINACAO	JAN a DEZ (*) 1993	1992	Variacao real
I. FLUXO FISCAL			
A. RECEITAS	13647919,40	11904642,65	0,15
A.1. Recolhimento Bruto	13033935,67	11220847,32	0,16
A.2. Incentivos Fiscais	-88296,63	-116871,59	-0,24
A.3. Receitas das Operacoes Oficiais de Crédito	580067,48	700981,31	-0,17
A.4. Remuneracao de Disponibilidades - Banco do Brasil	122212,88	99685,61	0,23
B. DESPESAS	-16427360,51	-11904199,17	0,38
B.1.LIBERACOES VINCULADAS	-4956913,90	-4499933,69	0,10
B.1.1. Transferências Constit. - FPM/FPE/IPI-exp/FC	-3284057,41	-2705347,75	0,21
B.1.2. Demais Transf. a Estados e Municípios	-164195,96	-158077,10	0,04
B.1.3. Outras Vinculacoes	-1508660,53	-1636508,84	-0,08
B.2.LIBERACOES ORDINARIAS	-10876389,56	-6548863,53	0,66
B.2.1. Pessoal e Encargos Sociais	-4822795,75	-3801008,99	0,27
B.2.2. Encargos da Dívida Interna e Externa	-506767,78	-521042,16	-0,03
B.2.3. Encargos da Dívida Mobiliária Federal	-3207018,95	-882156,19	2,64
B.2.3.1. Pagos no mercado	-548985,63	-144774,06	2,79
B.2.3.2. Pagos ao BACEN	-2658033,31	-737382,13	2,60
B.2.4. Outras Despesas (Custeio e Investimento)	-2339807,09	-1344656,19	0,74
B.3.LIBERACOES DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	-461542,25	-697353,94	-0,34
B.4.RESTOS A PAGAR	-132514,80	-158048,02	-0,16
C. RESULTADO (1) (A+B)	-2779441,11	443,48	...
D. RESULTADO (2) (**)	693607,50	1300328,84	-0,47
II. FINANCIAMENTO			
E.RECEITAS	32284595,03	21988013,74	0,47
E.1. Emissoes de Titulos Publicos Federais	22423999,41	18068382,46	0,24
E.2. Remuneracao de Disponibilidades - BACEN	5535821,87	3354321,98	0,65
E.3. Resultado do BACEN	4324773,76	565309,30	6,65
F.DESPESAS	-23639073,28	-18404594,17	0,28
F.1. Resgates da Divida Mobiliaria Federal	-22991024,68	-18009573,27	0,28
F.2. Amortizacao da Divida Interna e Externa	-648048,60	-395020,90	0,64
G. RESULTADO (3) (E)+(F)	8645521,76	3583419,57	1,41
H. FLUXO DE CAIXA (C)+(G)	5866080,65	3583863,04	0,64

Obs: (*) Dados preliminares; valores em CR$ milhoes a preços de dezembro de 1993.
(**) RESULTADO (2) Exclui do Resultado (1) a receita proveniente da remuneracao de disponibilidades - BB, todas as despesas com encargos de divida e as receitas e despesas com as Operacoes Oficiais de credito

. RELACAO PESSOAL/RECEITA DISPONIVEL (%)	0,60	0,58	0,05
. EMISSOES LIQUIDAS DE TITULOS PUBLICOS	-567025,27	58809,19	-10,64

5.2 - POLÍTICA DE ENDIVIDAMENTO E ANÁLISE DAS OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL.

A política de endividamento seguida pelo atual Governo visou alongar o prazo médio de vencimento dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal - DPMF, assim como diminuir o custo de sua rolagem. Essa estratégia está associada ao controle dos gastos públicos, ou seja, está atrelada ao objetivo de diminuir a necessidade de financiamento do dispêndio governamental.

A administração da DPMF no início do governo Itamar Franco enfrentou dois grandes problemas: as elevadas taxas de juros exigidas pelo mercado para adquirir títulos federais e a reduzida demanda por esses papéis, dada a expectativa criada com a crise política que resultou no "impeachment" do presidente Fernando Collor.

A posse do novo governo teve efeitos imediatos sobre o mercado financeiro,particularmente no que concerne aos prêmios e aos prazos verificados na colocação de títulos do Tesouro. O retorno a um cenário marcado pela estabilidade política retirou das taxas de juros um dos componentes que levaram à sua elevação durante o período da crise e possibilitou ao Tesouro a emissão de títulos com prazo de 15 meses (NTN-C) e taxas inferiores àquelas observadas até setembro de 1992, quando o prêmio exigido pelo mercado na aquisição de obrigações do Tesouro Nacional encontrava-se em torno de 30% a.a., tanto para os títulos de 15 meses (NTN-C) quanto para aqueles de 3 meses (NTN-H).

O novo governo, ao desencorajar expectativas de planos heterodoxos de combate a inflação, conseguiu gradativamente avançar em sua política de redução do custo médio e alongamento do prazo da DPMF. Dessa maneira, as taxas de juros persistiram em queda durante todo o primeiro semestre de 1993. Para a NTN-C, título de 15 meses, corrigido pelo IGP-M, as taxas cairam de um patamar de 30% a.a. (31/08/92) para 15% a.a. (31/08/93). No caso da NTN-H, título de prazo mais curto entre os que o Tesouro vinha emitindo (3 meses), atualizado pela TR, ocorreu não somente uma redução do prêmio exigido pelo mercado, que passou de 30% a.a. (31/08/92) para 16,5% a.a.(30/09/93), mas também um alongamento de seu prazo de colocação para quatro, seis e até nove meses.

No mês de julho, em operação conjunta com o BACEN,iniciou-se a gradativa substituição dos Bônus do Banco Central - BBC por papéis de responsabilidade do Tesouro Nacional. Essa operação teve por objetivo possibilitar que a condução da política monetária passasse a ser realizada com títulos do Tesouro, medida esta que seria sucedida por diversas outras, no âmbito da Operação de separação das contas do BACEN e do Tesouro Nacional, descrita adiante. Como resultado o estoque de BBC, em julho de 1993, reduziu-se de US$ 20 bilhões para US$ 12 bilhões.

5.2.1 - Separação das Contas do Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional

Desde 1986, diversas medidas foram adotadas visando eliminar a confusão institucional entre as políticas monetária, cambial e fiscal, aumentando desse modo a transparência do relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil - BACEN e permitindo a criação de instrumentos confiáveis de acompanhamento e avaliação da execução financeira do governo. Dentre essas medidas, destacam-se : a criação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a extinção do orçamento monetário e da Conta de Movimento, a transferência para a STN dos programas e operações de fomento até então realizados pelo BACEN, e a proibição constitucional do Banco Central financiar, direta ou indiretamente, o Tesouro Nacional.

O relacionamento entre o BACEN e o Tesouro continuava, porém, com elementos que prejudicavam uma maior separação entre as políticas monetária e cambial, a cargo do BACEN, e a política fiscal, de responsabilidade do Tesouro, reduzindo a eficácia desses instrumentos da política macroeconômica do governo.

Com vistas a sanar esse problema, foram realizadas, no mês de agosto, operações internas entre o Tesouro Nacional e o BACEN, visando fortalecer a autonomia de ambas as instituições e permitir a cada uma exercer suas atribuições precípuas.

Tais medidas tornaram-se popularmente conhecidas como "Operação Caixa-Preta", tendo-se concentrado basicamente em dois aspectos: a transferência para o Tesouro da responsabilidade pelo pagamento da dívida externa do setor público e a redução da expressiva magnitude da carteira de títulos de emissão do Tesouro Nacional mantida pelo Banco Central.

A assunção da dívida externa pelo Tesouro Nacional teve início em novembro de 1992, quando foram emitidos os bônus relativos ao "Bond Exchange Agreement" - BEA, no montante de US$ 7,2 bilhões. A conclusão desse processo deverá ocorrer no início do próximo ano, com a assinatura do Acordo de Reestruturação da Dívida Externa de Médio e Longo Prazos com os bancos comerciais estrangeiros e com o Clube de Paris.

Ao assumir essa dívida, o Tesouro Nacional tornar-se-á titular dos recursos em cruzeiros depositados no BACEN pelos devedores originais e, para evitar duplo endividamento, utilizará esses recursos para resgatar antecipadamente títulos da DPMF de sua emissão existentes na carteira da Autoridade Monetária.

Note-se que a parcela das aplicações do BACEN representada por títulos do Tesouro Nacional - remunerada por juros internos - vinha apresentando uma rentabilidade média de cerca de 17% a.a., bastante superior aos custos dos depósitos já citados - remunerados por juros externos - hoje na faixa de 5% a.a..

Esse descompasso entre as taxas ativas e passivas onerava, sobremaneira, o serviço da dívida interna. Por outro lado, gerava resultados operacionais de grande monta para a

Autoridade Monetária, abrindo a possibilidade, quando de sua transferência semestral ao Tesouro, de vazamentos monetários nem sempre compatíveis com o combate à inflação.

Diante do fato de que os cruzeiros depositados no BACEN tornar-se-ão disponíveis somente após a assinatura do Acordo de Reestruturação da Dívida de Médio e Longo Prazo e considerando-se a necessidade de prover solução breve ao problema, optou-se por substituir os títulos que lastreavam as obrigações externas atualmente no passivo da Autoridade Monetária por outros com rentabilidade compatível com os custos das mencionadas obrigações.

Para efetivar essa troca foi criada a Nota do Tesouro Nacional, Série L, NTN-L, com prazo de dois anos, para consolidação de débitos e créditos entre o BACEN e o Tesouro Nacional. A NTN-L paga juros reais de 5% a.a., sendo seu valor nominal corrigido pela variação cambial. Tal operação implicou a emissão de US$ 42,8 bilhões de NTN-L e gerou uma economia para o Tesouro Nacional de aproximadamente US$ 5,8 bilhões em despesas com pagamentos futuros de encargos. Esse título deverá ser resgatado antecipadamente, tão logo seja concluído o Acordo da Dívida e sua transferência para o Tesouro.

O segundo problema no relacionamento entre o Tesouro Nacional e o BACEN era a magnitude da carteira de títulos do Tesouro mantida pela Autoridade Monetária. Para se ter uma idéia, a Dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional em 31.08.93 equivalia a US$ 100,9 bilhões, dos quais US$ 74,2 bilhões na carteira daquela Autarquia.

Parcela significativa dessa carteira decorreu de operações de fomento realizadas no passado por aquele Banco em nome do Tesouro e do financiamento direto e indireto de deficits públicos em anos anteriores. Essas dívidas, apuradas em encontro de contas realizado em 1987, foram saldadas com a emissão de títulos com prazo de vinte anos, inegociáveis e sem juros.

A carteira de títulos do Tesouro no Banco Central tinha a seguinte composição, por ocasião da "Operação Caixa-Preta":

- Letras Financeiras do Tesouro - LFT : US$ 6,3 bilhões, títulos atualizados pela taxa média de juros das operações de mercado aberto e prazo máximo de até 273 dias;

- Notas do Tesouro Nacional, Série B, NTN-B : US$ 22,1 bilhões, título atualizado pelo IGP-M, acrescido de juros de seis por cento ao ano, pagos no vencimento, e prazo mínimo de dois anos;

- Notas do Tesouro Nacional, Série C, NTN-C : US$ 2,5 bilhões, título atualizado pelo IGP-M, acrescido de juros de seis por cento ao ano, pagos semestralmente, e prazo mínimo de doze meses;

- Notas do Tesouro Nacional, Série D, NTN-D : US$ 25,4 bilhões, títulos atualizados/ pela taxa comercial

média de venda do dólar norte-americano, acrescida de juros de seis por cento ao ano, pagos semestralmente, e prazo mínimo de três meses; e

- Letras do Tesouro Nacional, Série Especial, LTN-E : US$ 17,9 bilhões, títulos atualizados pela Taxa Referencial (TR), sem juros e prazo de até vinte anos.

A magnitude da carteira do BACEN, bastante superior ao necessário à gerência da política monetária, gerava distorções tanto no Orçamento Geral da União-OGU quanto no resultado daquele Banco. Constituia-se em mais um elemento a propiciar o financiamento indireto do Tesouro pelo Banco Central, representando mecanismo pouco transparente de financiamento dos custos das políticas monetária e cambial. Assim, buscou-se sua redução, por meio de diversas medidas.

Em novembro de 1992, quando da emissão dos bônus relativos ao "Bond Exchange Agreement" - BEA, o Tesouro utilizou-se de depósitos em cruzeiros equivalentes a US$ 5,3 bilhões, realizados no BACEN pelos devedores originais, para resgatar títulos na carteira do Banco. Nos meses de maio, junho e julho do corrente ano o Tesouro fez colocações líquidas de títulos no mercado, utilizando-se dos recursos obtidos para resgatar antecipadamente o equivalente a US$ 4,0 bilhões de seus títulos na carteira daquela Autarquia. Os títulos resgatados pagavam juros médios de 30% a.a., enquanto os novos títulos vendidos ao mercado foram emitidos a uma taxa média de 16% a.a., resultando essa operação em substancial economia para o Tesouro.

Desde o mês de julho último, o Banco Central vem realizando vendas diretamente ao público de títulos do Tesouro mantidos em sua carteira, com retirada simultânea de circulação de títulos de emissão do próprio Banco, os Bônus do Banco Central - BBC, tendo trocado dessa forma, até 30.09.93, aproximadamente US$ 10 bilhões.

A paulatina retirada do mercado de títulos de responsabilidade do BACEN, além de reduzir o tamanho daquela carteira, propiciou o alongamento voluntário da dívida em mercado, pois os títulos do Tesouro que foram vendidos tinham prazo entre três e cinco meses e os BBC substituídos prazo de 28 dias.

Dando prosseguimento a esse processo foram utilizados recursos equivalentes a US$ 9,5 bilhões, provenientes do resultado do Banco Central do primeiro semestre e da remuneração de disponibilidades de caixa do Tesouro, para reduzir em igual montante a carteira de títulos do Tesouro mantida pelo BACEN. Esta operação resultou em uma economia para o Tesouro de US$ 2,8 bilhões em pagamentos futuros de encargos à Autoridade Monetária.

TABELA 5.2.1 - EMISSOES (+) E RESGATES (-) DE TITULOS DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EM 1993

CR$ MILHOES

MES	OTN	LFT	LTN	NTN-B	NTN-C	NTN-D	NTN-H	NTN-L	NTN-P	TOTAL
JAN	(15)	0	0	0	3.507.675	0	(8.055.635)	0	0	(4.547.975)
FEV	(244)	(2.075.129)	0	30.548.159	(56.185)	0	(32.298.424)	0	0	(3.881.823)
MAR	0	0	0	13.467.966	9.654.243	0	(29.379.180)	0	0	(6.256.971)
ABR	0	0	0	57.779.011	(52.239.953)	0	(10.416.658)	0	0	(4.877.600)
MAI	(2.002)	0	0	0	(2.560.175)	0	(1.522.739)	0	0	(4.084.916)
JUN	(26)	0	0	0	4.374.881	0	46.985	0	0	4.421.840
JUL	0	0	0	0	(24.053)	0	51.343	0	4.592	31.882
AGO	0	(281.744)	(572.719)	(1.118.697)	751.446	(1.278.804)	26.553	3.045.000	0	571.035
SET	0	0	0	0	26.975	0	6.634	0	0	33.609
OUT	(2)	0	(700.000)	0	(38.160)	0	86.267	0	0	(651.895)
NOV	0	(79.876)	173.857	0	93.463	(259.668)	95.915	0	0	23.691
DEZ	0	0	246.509	183.972	47.259	12.797	110.700	0	21.421	622.658
TOTA	(2.289)	(2.436.749)	(852.353)	100.860.411	(36.462.584)	(1.525.675)	(81.248.239)	3.045.000	26.013	(18.596.465)

FONTE: MF/STN/CODIP

5.2.2 - Nova Composição da Carteira de Títulos do Tesouro no BACEN

Complementando as operações descritas anteriormente procedeu-se a uma reestruturação da carteira do Banco Central com o objetivo de viabilizar a utilização de títulos do Tesouro nas operações de política monetária. A troca de papéis alongou o prazo da dívida e reduziu seu custo médio. A carteira do BACEN, logo após essa troca, apresentava a seguinte composição:

NTN-B : US$ 6,4 bilhões;
NTN-C : US$ 12,7 bilhões;
NTN-D : US$ 7,3 bilhões; e
NTN-L : US$ 42,8 bilhões.

Quando da assinatura do Acordo da Dívida e sua assunção pelo Tesouro Nacional, as NTN-L da carteira do BACEN serão resgatadas antecipadamente, reduzindo em igual montante a DPMF.

A política de administração da DPMF para o segundo semestre do ano manteve o objetivo perseguido desde o início do governo Itamar de redução do custo médio e alongamento do prazo.

A elevação da taxa de juros ocorrida a partir do mês de setembro refletiu diretamente sobre o prêmio exigido pelo mercado para adquirir títulos do Tesouro. A rolagem da DPMF, que até então vinha sendo realizada com NTN-C, de 15 meses, e NTN-H, de até 9 meses, cujas taxas reduziram-se a 15% a.m. e 16,50% a.m., respectivamente, teve de ser diversificada com a emissão de LTN e o título cambial, NTN-D.

A LTN é um título pré-fixado, com um prazo mínimo de 28 dias, semelhante ao BBC. Sua emissão permite ao Tesouro suportar os juros elevados, que se espera decresçam no curto prazo, sem repercussão prolongada sobre o custo médio da dívida. Caso o Tesouro continuasse a rolagem da DPMF somente com títulos de médio e longo prazo, como vinha ocorrendo, teria que arcar com custos mais elevados durante um período maior de tempo.

Quanto ao papel cambial, a NTN-D, o BACEN já negociava para o mercado os títulos de sua carteira desde que se iniciou, em julho, a substituição dos BBC. Sua colocação primária pelo Tesouro em mercado só ocorreu a partir do mês de outubro, ocupando principalmente o espaço antes preenchido pelo papel indexado ao IGP-M, a NTN-C.

Ainda no mês de dezembro as taxas de juros continuavam altas, razão pela qual manteve-se a política de rolagem da DPMF iniciada em setembro. Tão logo esse cenário se modifique, espera-se no curto prazo, o governo deverá retomar a meta perseguida na administração da DPMF desde o início do governo Itamar. Deve-se ressaltar, entretanto, que para o ano de 1994 fatores políticos poderão influenciar indiretamente a colocação de títulos federais. Por ser o último ano do atual presidente, expectativas quanto ao novo governo refletirão sobre o prêmio exigido para compra de papéis cujo vencimento ocorra após a posse do presidente. Essas expectativas serão positivas ou negativas, o que dependerá do quadro político desenvolvido durante a campanha eleitoral.

O estoque total da DPMF atingiu, em dezembro, US$ 96,7 bilhões, praticamente o mesmo montante verificado em janeiro, de US$ 96,5 bilhões. Sua distribuição entre público e BACEN sofreu, porém, alterações: em janeiro essas participações atingiram, respectivamente, 10% e 90%, contra 26% e 74% em dezembro. A dívida junto ao mercado em janeiro alcançava US$ 10 bilhões, passando em dezembro ao montante de US$ 25 bilhões. Os títulos do Tesouro na carteira do BACEN que em janeiro representavam US$ 86,5 bilhões, reduziram-se em dezembro para US$ 71,7 bilhões. Essa modificação mostra que o governo busca diminuir a dívida contraída com o Banco Central no passado, afastando a hipótese daquela instituição estar financiando os gastos do Tesouro.

TABELA 5.2.2 - ESTOQUE DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL VALORIZADO PARA FINAL DE PERIODO

CR$ MILHOES

DIVIDA MOBILIARIA	DEZ/92	JAN/93	FEV/93	MAR/93	ABR/93	MAI/93	JUN/93	JUL/93	AGO/93	SET/93	OUT/93	NOV/93	DEZ/93	VARIACAO REAL (*) NO ANO
1. INTERNA	962.767	1.225.318	1.566.843	1.994.498	2.569.678	5.128.726	4.394.614	5.846.521	4.494.086	6.318.393	8.695.648	11.891.907	17.489.541	-32%
OTN	2	3	3	4	4	3	3	4	5	5	5	5	3	-94%
BTN CAMBIAL	587	727	903	1.109	1.408	1.803.513	2.335	3.043	4.035	5.294	7.282	9.876	13.655	-13%
LTN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	240.000	670.000	-
LFT	94.238	120.826	153.055	196.447	256.369	335.650	443.198	588.418	195.547	267.961	370.964	367.859	516.663	-79%
BTN ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
NTN - B	232.376	299.226	431.203	574.329	828.305	1.096.065	1.468.243	1.965.726	603.486	959.257	1.318.003	1.837.827	3.075.177	-50%
NTN - C	152.322	198.450	256.834	340.755	357.465	438.589	571.433	705.973	1.911.106	2.633.158	3.509.766	4.917.805	6.878.077	69%
NTN - D	406.596	518.399	656.945	834.215	1.077.274	1.397.277	1.829.663	2.407.214	1.511.054	2.063.580	2.830.240	3.486.286	4.740.167	-56%
NTN - H	76.646	87.687	67.900	47.639	48.853	57.629	79.739	171.143	262.111	380.193	646.898	1.015.190	1.544.712	-24%
NTN - P	0	0	0	0	0	0	0	5.000	6.742	8.945	12.491	17.059	51.087	-
2. INTERNA ESPECIAL	291.320	368.505	465.251	587.110	750.463	966.735	1.256.880	1.272.700	4.966.890	5.513.688	7.513.456	10.154.359	14.048.945	81%
NTN - L	0	0	0	0	0	0	0	572.700	4.054.300	5.513.688	7.513.456	10.154.359	14.048.945	-
LTN ESPECIAL	291.320	368.505	465.251	587.110	750.463	966.735	1.256.880	700.000	912.590	0	0	0	0	-
TOTAL	1.254.087	1.593.823	2.032.094	2.581.608	3.320.141	6.095.461	5.651.494	7.119.221	9.460.976	11.832.081	16.209.104	22.046.266	31.538.486	-6%

(*) Valores deflacionados pelo IGP-M .

TABELA 5.2.3 - COMPOSICAO DO ESTOQUE DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL

TITULO	DEZ/92 1992	JAN 1993	FEV 1993	MAR 1993	ABR 1993	MAI 1993	JUN 1993	JUL 1993	AGO 1993	SET 1993	OUT 1993	NOV 1993	DEZ 1993
OTN	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
BTN CAMBIAL	0%	0%	0%	0%	0%	30%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
LTN	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	2%
LFT	8%	8%	8%	8%	8%	6%	8%	8%	2%	2%	2%	2%	2%
BTN ESPECIAL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
NTN - B	19%	19%	21%	22%	25%	18%	26%	28%	6%	8%	8%	8%	10%
NTN - C	12%	12%	13%	13%	11%	7%	10%	10%	20%	22%	22%	22%	22%
NTN - D	32%	33%	32%	32%	32%	23%	32%	34%	16%	17%	17%	16%	15%
NTN - H	6%	6%	3%	2%	1%	1%	1%	2%	3%	3%	4%	5%	5%
NTN - P	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
NTN - L	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	8%	43%	47%	46%	46%	45%
LTN ESPECIAL	23%	23%	23%	23%	23%	16%	22%	10%	10%	0%	0%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

5.3 - ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO DO TESOURO NACIONAL

5.3.1 - Refinanciamento de Dívidas Externas com Aval do Tesouro Nacional

Lei Nº 7.976/89 - Os contratos de refinanciamento dos compromissos externos liquidados pela União sob a sistemática do Aviso MF-030 apresentavam, em 31.12.93, saldo de US$ 12.046,9 milhões e propiciaram, no exercício, retorno equivalente a US$ 256,5 milhões (tabela 5.3.1). Os contratos prevêm carência até 31.12.94 para pagamento do principal.

Aviso MF-087, de 15.02.85 - O programa apresentava, em 31/12/93, saldo da ordem de US$ 3.812,3 milhões - não inscritos na Dívida Ativa da União - dos quais US$ 323,0 milhões foram renegociados mediante contratos de parcelamentos. A expressiva evolução do saldo decorre, principalmente, dos pagamentos, pela União, de dívidas das entidades liquidadas ou em processo de liquidação (Lei 8.029/90). Em 1993 foram recuperados créditos no valor de US$ 168 milhões (tabela 5.3.2).

5.3.2 - Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Acordo denominado "Bond Exchange Agreement-BEA" - Resolução nº 20, de 20.06.91, do Senado Federal - A União emitiu bônus no valor de US$ 1.790 milhões, relativos a juros devidos a bancos privados estrangeiros em 1989/1990 por entidades da administração federal indireta, por órgãos e entidades dos estados e municípios e por empresas privadas. Não foi publicado, ainda, o decreto federal que estabelece as condições dos contratos de financiamento a serem firmados com os devedores originais. Em 1993 foi recuperada, mediante cobrança direta aos devedores, a quantia de US$ 94,8 milhões, correspondente a parte dos juros pagos pela União aos detentores dos bônus.

5.3.3 - Saneamento Financeiro de Estados e Municípios - Dívida Interna

Lei nº 7.976/89 - As dívidas de Estados e Municípios amparadas nos Votos CMN 340/87 e 548/87 também foram refinanciadas sob a égide da Lei 7.976/89. Os contratos apresentavam saldo de US$ 2.781,2 milhões em 31.12.93 e propiciaram retorno de capitais no montante equivalente a US$ 290,7 milhões (tabela 5.3.3).

Lei nº 8.727/93 - O Ministério da Fazenda realizou, ainda em 1993, a renegociação da dívida interna dos estados de Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Piauí e da Prefeitura de Fortaleza, no montante equivalente a US$ 3.744,3 milhões. Os retornos dessas operações ocorrerão a partir do exercício de 1994.

5.3.4 - Haveres Financeiros da União relativos à empresas estatais extintas

Lei nº 8.029, de 12.03.90 - Até 31.12.93 haviam sido recebidos no Ministério da Fazenda os haveres financeiros das seguintes empresas, extintas ou privatizadas da forma da Lei nº 8.029/90:

ENTIDADE	Nº PROCESSOS	ESTOQUES DA DÍVIDA-US$
EBTU	178	95.257.798,36
EMBRAFILME	83	1.579.935,44
IAA	185	602.035.932,01
PORTOBRAS	09	35.772,52
TOTAIS	455	698.909.438,33

Do montante transferido, foram recuperados no exercício de 1993, US$ 19.179.086,59 da EBTU e US$ 14.589.045,16 do IAA. Visando o recebimento do restante dos haveres, os processos pendentes foram encaminhados à PGFN para as providências cabíveis.

TABELA 5.3.1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOURO-DÍVIDAS EXTERNAS COM AVAL DA UNIÃO
REFINANCIAMENTOS AO AMPARO DA LEI Nº 7.976, de 28/12/89

RECEITAS NO ANO 1993 — US$ Milhões

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
11,0	24,7	29,1	25,3	14,6	18,2	21,2	24,9	26,6	18,2	22,8	20,1	256,7

FONTE: STN/COPEC/DIEFI

TABELA 5.3.2

LIQUIDAÇÃO DE COMPROMISSOS EXTERNOS AVALIZADOS PELA UNIÃO
AVISO MF-87/85

RECEITAS NO ANO 1993 — US$ Milhões

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
33,2	16,9	17,0	14,0	14,0	19,0	14,0	11,5	6,4	8,0	7,0	7,0	168,0

FONTE: BANCO DO BRASIL S.A.

TABELA 5.3.3

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOURO JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS
LEI Nº 7.976/89 - VOTOS CMN 340 E 548

RECEITAS NO ANO 1993 — US$ Milhões

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
33,5	58,0	(17,9)	34,7	28,6	15,0	8,3	3,7	50,3	31,5	22,9	22,1	290,7

FONTE: STN/COPEC/DIEFI

5.3.5 - Financiamento de Programas de Investimento Agropecuário

Os programas de financiamento de investimento agropecuário têm por finalidade a modernização e o desenvolvimento dos setores agrícola e pecuário, por meio do financiamento de investimentos destinados à intensificação dos sistemas de produção, atendendo aos produtores rurais, suas associações e cooperativas.

Vários desses programas, originalmente administrados pelo Banco Central do Brasil - BACEN, passaram a integrar as Operações Oficiais de Crédito - O2C - a partir de 1º de janeiro de 1988, consoante o Decreto nº 94.444, de 12 de junho de 1987.

Com seus regulamentos operacionais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional- CMN , esses programas foram, em boa parte, instituídos em função de acordos de empréstimos assinados com organismos financeiros internacionais, tais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Overseas Economic Cooperation Fund - OECF, Japan International Cooperation Agency - JICA, Japan Brazil Agricultural Development Corporation - JADECO, entre outros.

Em anos anteriores, os pagamentos externos, decorrentes dos empréstimos acima referidos, compunham a Programação a cargo das Operações Oficiais de Crédito. Em 1993, entretanto, esses encargos foram transferidos para a unidade orçamentária Encargos Financeiros da União - EFU.

Cumpre observar, porém, que parte dos recursos necessários ao pagamento desses compromissos - CR$ 4.237 milhões - foram provenientes dos retornos das O2C - Fonte "160".

No que se refere aos desembolsos para financiamento, somente as subatividades Financiamento de Capitalização de Cooperativas Agrícolas - Mini e Pequenos Produtores e Aquisição de Corretivos de Solo por Produtores Rurais apresentaram liberações: CR$ 2.300 milhões e CR$ 4.500 milhões, respectivamente.

TABELA 5.3.5.1 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO DO TESOURO NACIONAL (*) - JANEIRO/92

CR$ MILHOE

DISCRIMINAÇAO	JAN(**)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
A. RECEITAS	38 908	101.456	122 202	93 603	89 180	117 586	124 311	92 879	110 077	136.215	129 815	123 532	1.279 764
A.1 - GRUPO I	19.575	85.872	49.789	49.829	47.115	81.970	77.176	60.350	78 940	78 722	78 145	42 166	749 649
A.1.1 CUST. AGROPEC.	0	13.760	5 930	17.050	24.400	25.980	34 881	35.176	61.000	17.903	46 340	14 300	296.620
A.1.2 EGF	0	9.710	19.840	10.400	1.744	41 379	14 880	11.000	12.600	38.000	15 445	13 500	188 498
A.1.3 AGF	3.286	33.104	7.200	2.860	0	2.370	6.522	0	100	14.593	16.183	5.173	91 391
A.1.4 CAFÉ	0	0	0	750	0	0	0	0	0	0	0	0	750
A.1.5 TRIGO	14.780	29.297	16.751	18.769	17.799	11.900	20.884	14.144	5.240	8.227	16	7.833	165 640
A.1.6 ESTOQUES REGULADORES	1.509	0	0	0	0	0	0	19	0	99	134	1 052	2.813
A.1.7 AÇUCAR	0	1	68	0	3.172	341	9	11	0	0	27	308	3.937
A.2 - GRUPO II	4.618	1.006	1.339	19.745	11.130	5.428	14.303	5.547	5.469	7.055	7.954	9.252	92 846
A.2.1 PAPP	10	0	0	0	43	13	26	13	1	7	10	1	124
A.2.2 PNDA	705	66	138	9.256	880	2 057	2.611	393	853	886	1 247	1.126	20 218
A.2.3 PNDR	344	38	167	3.509	4.785	270	2 634	2 413	1.268	1.766	2.349	88	20.231
A.2.4 PRODECER	54	0	0	1.021	1.044	344	592	457	599	848	1 217	3.715	9 891
A.2.5 PROFIR-OECF	810	171	43	5.004	503	216	386	87	25	61	30	351	7.687
A.2.6 PROVARZEAS													0
A.2.7 UNIF. INDUSTRIAIS	1.747	401	991	607	658	877	5.624	1.073	1.682	1.770	1.052	2 281	18 763
A.2.8 UNIF. RURAIS	348	330	0	348	3.217	1.651	2.430	1 111	1.041	1.717	2 049	1.690	15 932
A.3 - GRUPO III	14.715	14.578	71 074	24.029	30 935	30 188	32 832	26 982	25 668	50 438	43 716	72.114	437.269
A.3.1 PROEX (ex-FINEX)	6.925	3.503	46.087	5 258	12 950	8 955	16 194	7.276	10.533	12.687	9 589	40.513	180 470
A.3.2 LEI 7976/89(MF-09)	6.230	9.530	17.284	14 752	13 341	11.387	12 366	13 933	12.904	22.021	22 026	24 840	180 614
A.3.3 SAN. FINANC EST MUNIC.	1.560	1.545	7.703	4 019	4 644	9 846	4 272	5 773	2.231	15.730	12 101	6 761	76 185
B. DESPESAS	46 728	82 758	73 043	84 084	72 140	104 491	122 686	70 685	112.286	151.383	154 908	134 865	1.210 007
B.1 - GRUPO I	24.574	79 326	47 771	59.829	48 327	88 745	109 332	55 433	82.287	91.923	100 103	87 572	875 222
B.1.1 CUST. AGROPEC.	0	28.329	10 450	20 363	22 400	29 769	73.000	30 396	49.700	37.244	36.500	18 000	356 151
B.1.2 EGF	0	8.625	16 000	20.000	10 900	5.354	12.000	6 224	22.000	35 000	43 200	48.177	227 480
B.1.3 AGF	9.794	13.279	7.800	760	1.820	5 236	10.145	2 907	1.300	5.500	5.586	5.715	69 842
B.1.4 CAFÉ	0	0	398	0	0	643	356	201	48	0	0	0	1.646
B.1.5 TRIGO	14.780	28.744	13 123	18.706	9 292	47.673	12.811	14.301	6.819	8.879	10 675	7.973	193 776
B.1.6 ESTOQUES REGULADORES	0	0	0	0	1.928	18	990	1.400	2.420	5.300	4.140	7.707	23 903
B.1.7 AÇUCAR	0	349	0	0	1.987	52	30	4	0	0	2	0	2 424
B.2 - GRUPO II	18 154	632	19.274	16.255	12.170	15 746	6.854	3.252	20.549	2.959	23 010	7 293	146 148
B.2.1 PAPP	3.777	0	844	12	0	0	0	0	1 498	854	1.493	3.651	12.129
B.2.2 PNDA	1.571	34	1.707	9.044	864	2 087	744	146	695	287	754	1.855	19 788
B.2.3 PNDR	0	0	2.174	3.465	4.730	355	0	267	925	0	0	0	11.916
B.2.4 PRODECER	146	0	1.577	1.727	553	135	4 269	1.347	769	1.318	3.303	1.642	16 786
B.2.5 PROFIR-OECF	6.021	579	0	40	0	2	24	0	0	0	46	0	6.712
B.2.6 PROVARZEAS	0												0
B.2.7 UNIF. INDUSTRIAIS	6.102	0	967	0	6.023	7.763	1.536	0	0	0	17.414	0	39.805
B.2.8 UNIF. RURAIS	537	19	12.005	1.967	0	5 404	281	1 492	16.662	500	0	145	39 012
B.3 - GRUPO III	4.000	2.800	5.998	8.000	11 643	0	6.500	12 000	9.400	56.501	31.795	40.000	188.637
B.3.1 PROEX (ex-FINEX)	4.000	2.800	5 998	8 000	11 643	0	6 500	12 000	9 400	56.501	31.795	40.000	188.637
RESULTADO	(7.820)	18 698	49 159	9 519	17 040	13 095	1 625	22.194	(2 159)	(15.168)	(25 093)	(11 333)	69 757

** - A execucao financeira da despesa no exercicio inclui restos a pagar no valor de Cr$ 65,6 bilhoes

TABELA 5.3.5.2 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO DO TESOURO NACIONAL - 1993

Cr$ milhoes

DISCRIMINACAO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARCO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
A. RECEITAS	38.908	101.456	122.202	93.603	89.180	117.586	124.311	92.879	110.077	136.215	129.815	123.532	1.279.764
A.1 - GRUPO I	19.575	85.872	49.789	49.829	47.115	81.970	77.176	60.350	78.940	78.722	78.145	42.166	749.649
A.1.1 CUST. AGROPEC.	0	13.760	5.930	17.050	24.400	25.980	34.881	35.176	61.000	17.803	46.340	14.300	296.620
A.1.2 EGF	0	9.710	19.840	10.400	1.744	41.379	14.880	11.000	12.600	38.000	15.445	13.500	188.498
A.1.3 AGF	3.286	33.104	7.200	2.860	0	2.370	6.522	0	100	14.593	16.183	5.173	91.391
A.1.4 CAFÉ	0	0	0	750	0	0	0	0	0	0	0	0	750
A.1.5 TRIGO	14.780	29.297	16.751	18.769	17.799	11.900	20.884	14.144	5.240	8.227	16	7.833	165.640
A.1.6 ESTOQUES REG.	1.509	0	0	0	0	0	0	19	0	99	134	1.052	2.813
A.1.7 AÇUCAR	0	1	68	0	3.172	341	9	11	0	0	27	308	3.937
A.2 - GRUPO II	4.618	1.006	1.339	19.745	11.130	5.428	14.303	5.547	5.469	7.055	7.954	9.252	92.846
A.2.1 PAPP	10	0	0	0	43	13	26	13	1	7	10	1	124
A.2.2 PNDA	705	66	138	9.256	880	2.057	2.611	393	853	886	1.247	1.126	20.218
A.2.3 PNDR	944	38	167	3.509	4.785	270	2.634	2.413	1.268	1.766	2.349	88	20.231
A.2.4 PRODECER	54	0	0	1.021	1.044	344	592	457	599	848	1.217	3.715	9.891
A.2.5 PROFIR-OECF	810	171	43	5.004	503	216	386	87	25	61	30	351	7.687
A.2.7 UNIF. INDUSTR.	1.747	401	991	607	658	877	5.624	1.073	1.682	1.770	1.052	2.281	18.763
A.2.8 UNIF. RURAIS	348	330	0	348	3.217	1.651	2.430	1.111	1.041	1.717	2.049	1.690	15.932
A.3 - GRUPO III	14.715	14.578	71.074	24.029	30.935	30.188	32.832	26.982	25.668	50.438	43.716	72.114	437.269
A.3.1 PROEX (ex-FINEX)	6.925	3.503	46.087	5.258	12.950	8.955	16.194	7.276	10.533	12.687	9.589	40.513	180.470
A.3.2 LEI 7976/89(MF-09)	6.230	9.530	17.284	14.752	13.341	11.387	12.366	13.933	12.904	22.021	22.026	24.840	180.614
A.3.3 SAN.FIN.EST.MUN.	1.560	1.545	7.703	4.019	4.644	9.846	4.272	5.773	2.231	15.730	12.101	6.761	76.185
B. DESPESAS	46.728	82.758	73.043	84 084	72.140	104.491	122.686	70.685	112.236	151.383	154.908	134.865	1.210.007
B.1 - GRUPO I	24.574	79.326	47.771	59.829	48.327	88.745	109.332	55.433	82.287	91.923	100.103	87.572	875.222
B.1.1 CUST. AGROPEC.	0	28.329	10.450	20.363	22.400	29.769	73.000	30.396	49.700	37.244	36.500	18.000	356.151
B.1.2 EGF	0	8.625	16.000	20.000	10.900	5.354	12.000	6.224	22.000	35.000	43 200	48 177	227.480
B.1.3 AGF	9.794	13.279	7.800	760	1.820	5.236	10.145	2.907	1.300	5.500	5.586	5.715	69.842
B.1.4 CAFE	0	0	398	0	0	643	356	201	48	0	0	0	1.646
B.1.5 TRIGO	14.780	28.744	13.123	18.706	9.292	47.673	12.811	14.301	6.819	8.879	10.675	7.973	193.776
B.1.6 ESTOQUES REG.	0	0	0	0	1.928	18	990	1.400	2.420	5.300	4.140	7.707	23.903
B.1.7 ACUCAR	0	349	0	0	1.987	52	30	4	0	0	2	0	2.424
B.2 - GRUPO II	18.154	632	19.274	16.253	12.170	15.746	6.854	3.252	20.549	2 959	23.010	7.293	146.148
B.2.1 PAPP	3.777	0	844	12	0	0	0	0	1.498	854	1.493	3.651	12.129
B.2.2 PNDA	1.571	34	1.707	9.044	864	2.087	744	146	695	287	754	1.855	19.788
B.2.3 PNDR	0	0	2.174	3.465	4.730	355	0	267	925	0	0	0	11.916
B.2.4 PRODECER	146	0	1.577	1.727	553	135	4.269	1.347	769	1.318	3.303	1.642	16.786
B.2.5 PROFIR-OECF	6.021	579	0	40	0	2	24	0	0	0	46	0	6.712
B.2.6 PROVARZEAS	0												0
B.2.7 UNIF. INDUSTR.	6.102	0	367	0	6.023	7.763	1.536	0	0	0	17.414	0	39.805
B.2.8 UNIF. RURAIS	537	19	12.005	1.967	0	5.404	281	1.492	16.662	500	0	145	39.012
B.3 - GRUPO III	4.000	2.800	5.998	8.000	11.643	0	6.500	12 000	9.400	56.501	31.795	40.000	188.637
B.3.1 PROEX (ex-FINEX)	4.000	2.800	5.998	8.000	11.643	0	6.500	12.000	9 400	56 501	31.795	40 000	188 637
RESULTADO	(7.820)	18.698	49.159	9.519	17.040	13.095	1.625	22.194	(2.159)	(15.168)	(25.093)	(11.333)	69.757

** - A execucao financeira da despesa no exercicio inclui restos a pagar no valor de Cr$ 65,6 bilhoes

5.3.6 - Financiamento de Programas de Investimento Agroindustrial

Os programas de financiamento de investimento agroindustrial, também originalmente administrados pelo BACEN, resultaram, em grande parte, de acordo de empréstimos com organismos financeiros internacionais e têm por objetivo elevar os níveis de produção das empresas, de forma a aumentar a escala de industrialização de produtos de origem vegetal e animal.

A exemplo do Financiamento de Programas de Investimento Agropecuário, os compromissos externos relativos a essa atividade passaram para o EFU, havendo, igualmente, repasse de recursos originários das O2C para parte de seu pagamento - CR$ 2.222 milhões.

Em 1993, duas subatividades compuseram essa atividade: o Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial - PNDA e Investimentos Agroindustriais em Trigo na Região Sudeste para Pequenos e Mini Produtores e suas Cooperativas.

Cumpre observar, entretanto, no que diz respeito ao PNDA, que o valor consignado no orçamento não foi utilizado, uma vez que as negociações com o BIRD para a dilação do prazo de desembolsos, expirado em dezembro/92, não chegaram a bom termo.

Não foi possível, também, realizar liberação de recursos em Investimentos Agroindustriais em Trigo na Região Sudeste para Pequenos e Mini Produtores e suas Cooperativas, tendo em vista a indisponibilidade de recursos financeiros.

5.3.7 - Financiamento de Custeio Agropecuário

O Custeio Agropecuário destina-se, prioritariamente, ao financiamento do custeio de mini e pequenos produtores rurais e à equalização de taxas de juros prevista na Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

As Operações Oficiais de Crédito participam, apenas, subsidiariamente do financiamento do custeio agropecuário, atendendo aos mini e pequenos produtores rurais, uma vez que o volume principal de recursos aplicados nesta atividade está a cargo das instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, tendo como fontes, entre outras, a Poupança Rural, as Exigibilidades, os Depósitos Especiais Remunerados.

A equalização de taxas tem por objetivo cobrir o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituiçoes financeiras oficiais, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural.

Para o financiamento foi liberada toda a dotação orçamentária existente - CR$ 35.350 milhões. Na equalização de taxas, restou um saldo de CR$ 2.819 milhões, o qual foi inscrito em Restos a Pagar, tendo sido desembolsado, no exercício, CR$ 15.018 milhões.

5.3.8 - Financiamento da Política de Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos

5.3.8.1 - Empréstimos do Governo Federal - EGF

Os Empréstimos do Governo Federal - EGF têm por finalidade proporcionar ao agricultor a possibilidade de vender a sua produção em momento mais oportuno, diferindo no tempo a sua oferta. O empréstimo permite , após a colheita, armazenar os produtos e aguardar melhores preços.

Os EGF's compreendem dois tipos de financiamentos:

a) EGF sem opção de venda(SOV) - as obrigações devem ser liquidadas no prazo determinado no contrato de empréstimo;

b) EGF com opção de venda(COV) - o agricultor pode pagar o financiamento por meio da venda ao Governo de sua produção.

Em 1993, as liberações para financiamento atingiram o montante de CR$ 24.203 milhões, sendo ainda inscrito em Restos a Pagar CR$ 4.139 milhões, em equalização de preços.

A sobredita equalização de preços refere-se ao chamado "Prêmio de Liquidação" do EGF, instituído pela Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para cobrir a diferença a maior entre o valor de remição do empréstimo e o preço do mercado do produto financiado nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos. Tal equalização permitirá ao Governo ser dispensado de adquirir produtos.

5.3.8.2 - Aquisições do Governo Federal e Estoques Estratégicos

Esta subatividade destina-se à garantia de preços ao produtor rural, bem como a possibilitar ao Governo Federal a formação de estoques visando a regularidade no abastecimento de produtos alimentícios.

A execução financeira atingiu cem por cento da dotação inicialmente consignada para este fim: CR$ 42.329 milhões para financiamento e CR$ 5.943 milhões para subvenção econômica. Além disso, foram inscritos em Restos a Pagar , na natureza de despesa subvenção econômica, CR$ 19.185 milhões, tendo por amparo a abertura de crédito adicional no final do exercício - Decreto de 30 de dezembro de 1993, publicado no Diário Oficial de 31 de dezembro de 1993.

5.3.9 - Programa de Financiamento às Exportações - PROEX

O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX tem por objetivo estimular o setor exportador, criando condições de competitividade para os bens e serviços brasileiros no mercado internacional, mediante a concessão de financiamentos oficiais e de equalização de encargos financeiros de financiamentos privados.

Em 1993, foram liberados para financiamento CR$ 11.832 milhões e para equalização de taxas CR$ 3.657 milhões, sendo ainda inscritos em Restos a Pagar CR$ 14.959 milhões para financiamento e CR$ 1.955 milhões para equalização.

As equalizações devidas aos agentes financiadores foram pagas com retornos das operações de crédito (fonte 160). Quanto à equalização de taxas de juros amparada pela emissão de Títulos Públicos Federais, para qual foi prevista dotação orçamentária de CR$ 40.324 milhões, não foi possível a sua operacionalização em 1993, devido a atrasos na regulamentação.

6. POLÍTICA INDUSTRIAL E O PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

6.1 - POLÍTICA INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO EXTERIOR

O objetivo da política industrial é modernizar o Estado e criar um meio ambiente econômico favorável ao incremento da eficiência e competitividade da indústria brasileira integrando-a aos fluxos de comércio e capital da economia mundial. O governo está comprometido de forma inequívoca com este objetivo tendo aprofundado em 1993 as reformas modernizantes.

O cronograma de redução tarifária, previamente estipulado, foi rigorosamente cumprido. A tarifa média de importação passou de 32,2% em 1990 para 14,2% em julho de 1993. A tarifa máxima de 85% no início de 1990 foi fixada em 35% em 1994. O processo liberalizante prossegue, ademais, com a implementação do projeto de integração regional no âmbito do Mercosul.

O desafio da maior exposição à concorrência tem sido vencido mediante ação criteriosa do setor público, em parceria com o setor privado, no sentido de assegurar :

- que as reformas estruturais se traduzam, de fato, em benefícios para o conjunto da sociedade e contribuam para combater a miséria e a pobreza, propiciando oportunidades de acesso de toda a população aos bens materiais e culturais da sociedade moderna;

- que os incentivos à atualização tecnológica sejam compatíveis com uma geração sustentável e satisfatória de novos empregos e a adoção de processos produtivos intensivos em trabalho qualificado;

- que haja maior acesso à educação e treinamento para permitir aumento da produtividade, maior adaptação da força de trabalho às novas técnicas de produção e uma distribuição de renda mais eqüitativa; e

- que a indústria nacional disponha de meios adequados para enfrentar mercados crescentemente competitivos e globalizados.

Para atingir tais objetivos o governo está empenhado em acelerar um conjunto de ações que, aliadas à continuidade do programa de abertura da economia, constituem uma nova fase da política industrial e de comércio exterior:

I) Câmaras Setoriais

Foram criadas durante o Governo Sarney e tinham na época o objetivo de implementar os Programas Setoriais Integrados da Política Industrial lançada em 1988. No Governo Collor foram direcionadas para gerenciar a liberação de preços após o congelamento. No Governo Itamar, estão sendo utilizadas para a promoção de Acordos Setoriais, buscando alternativas negociadas entre empresários, trabalhadores e governo visando a reestruturação dos complexos industriais e a modernização das relações de trabalho. Atualmente 25 Câmaras Setoriais estão em

atividade com 78 grupos de trabalhos temáticos instalados. Foram pactuados quatro Acordos Setoriais correntemente em implementação: Automotivo, Indústria Naval, Brinquedos e Cosméticos. Diversos Acordos Setoriais estão em negociação, destacando-se: Complexo Eletrônico, Bens de Capital, Têxtil e Confecções, Tratores e Máquinas Agrícolas, e Construção Civil.

II) Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP

Após dois anos de criação e diversas realizações importantes o PBQP foi ampliado. Foi criado o subprograma para Educação, Formação e Capacitação de Recursos Humanos, e o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade deverá iniciar as suas atividades no primeiro semestre de 1994.

III) Estudo de Competitividade da Industria Brasileira

Constitui-se em um esforço abrangente de diagnóstico e formulação de diretrizes de política e ação industrial. É supervisionado por uma Comissão composta por representantes dos meios empresarial, governamental, acadêmico e dos trabalhadores. Sua metodologia compreende estudos e proposições sobre os fatores sistêmicos (situação microeconômica, sistema tributário e outros), sobre panorama setorial (envolvendo 34 setores de diversos complexos industriais) e sobre o desempenho empresarial em seus vários aspectos (tais como gestão e eficiência). A partir de agosto de 1992 foram preparadas, pelo Consórcio que executa o estudo, 72 notas técnicas, analisadas em Workshops e realizada uma pesquisa de campo envolvendo 1500 empresas.

IV) Befiex

No período contado de outubro/92 a agosto/93 foram realizadas exportações de US$ 8,3 bilhões e gerado um saldo global acumulado de divisas de US$ 6,2 bilhões com benefícios do Programa BEFIEX. Cabe observar que com a edição da lei nº 8.032 de 12 de abril de 1990 foram revogados os incentivos fiscais de caráter geral ou especial, que beneficiavam bens de procedência estrangeira, com isso não mais se aprovou programas BEFIEX. Atualmente, estão sendo administrados somente os programas de exportação já firmados.

V) Regulamentação da Lei da Informática

O governo editou o Decreto nº 792/93 que regulamenta parcialmente a Lei de Informática (Lei nº 8248/91). O decreto prevê, tanto para as indústrias nacionais quanto para as estrangeiras, isenção até 1999 do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os bens de informática e automação fabricados no País e dedução até 1997 de 50% do Imposto sobre a Renda (IR). O decreto também estabelece que para as empresas usufruirem os benefícios fiscais previsto na Lei 8.248/91, elas deverão investir pelo menos 5% de seu faturamento anual em atividades de P&D.

Seria ilusório, por fim, imaginar que a política industrial possa ser conduzida num ambiente de instabilidade macroeconômica e inflação crônica. De fato, a implementação das reformas estruturais antes mencionadas exige estabilidade de preços, que constitui precisamente a prioridade máxima da atual gestão.

A nova fase da política industrial do governo repousa sobre binômio competição-cooperação. Ao objetivo de maior competição, indispensável para obter ganhos de eficiência, acrescenta-se a necessidade de garantir formas de cooperação do setor produtivo, sem as quais o país estará devidamente preparado para enfrentar os desafios do século XXI. De um lado, as políticas de competição procuram evitar que a cooperação entre as empresas, e entre as empresas e o Estado, se transforme em corporativismo, cartelização, abuso do poder econômico e corrupção. De outro lado, as políticas de cooperação buscam evitar que a indústria instalada no país se enfraqueça pela fragmentação, dumping e outros meios desleais de competição, além de viabilizar ganhos de competitividade por meio de educação e treinamento da mão-de-obra.

6.2 - PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

6.2.1 - Empresas e Participações Incluídas no PND

A partir de 1990 foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND 34 empresas controladas direta ou indiretamente pela União e 32 participações acionárias minoritárias da Petrobrás Química S.A. - PETROQUISA e da Petrobrás Fertilizantes S.A. - PETROFERTIL. Em 1993, duas empresas foram excluídas do Programa.

As tabelas 6.2.1 e 6.2.2, respectivamente, as empresas e as participações minoritárias incluídas no PND, os decretos de inclusão no Programa e respectivas datas, os setores, as localizações, o estágio do processo de desestatização e o percentual de participação estatal.

6.2.2. - Atividades do PND até 1993

No âmbito do PND, um total de 24 empresas já passou ao setor privado, incluídas as 4 leiloadas em 1991 e as 14 leiloadas em 1992. Esse número elevou-se a 29 considerando-se: a) a Usiminas Mêcanica S.A., (Usimec) incorporada à Usiminas como ajuste prévio em 1991; b) as quatro subsidiárias de empresas que foram objeto de leilão - Alcanorte (da Cia. Nacional de Álcalis-CNA), Forjas Acesita e Acesita Energética (da Cia. de Aços Especiais Itabira-Acesita) e Fábrica de Estruturas Metálicas-FEM (Subsidiária da Cia. Siderúrgica Nacional-CSN).

O valor total obtido pelo PND até o final de 1993 elevou-se a US$6,647.7 milhões, assim distribuídos pelas principais empresas: Usiminas (33%), CEN (10%), Copesul (12%), Açominas (9%), Acesita (7%) e CST (5%).

Agregando-se o endividamento, originalmente do setor público, que foi transferido para o setor privado, no valor de US$2,918.5 milhões, a redução da dívida pública com o PND atinge US$9.566,2 milhões.

PRIVATIZAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS EM 1993

As datas dos leilões de desestatização previstos e realizados no exercício de 1993 são apresentadas a seguir:

EMPRESA	DATAS DOS LEILÕES	
	Prevista	Realizada
Poliolefinas S.A.	18.12.92	19.03.93
Companhia Siderúrgica Nacional-CSN	22.12.92	02.04.93
Ultrafértil S.A. - Ind. e Com. de Fertil	18.11.92	24.06.93
Companhia Siderúrgica Paulista-Cosipa	04.08.93	20.08.93
Aço Minas Gerais S.A. - Açominas	25.08.93	10.09.93
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	15.09.93	15.09.93
Petroquímica União S.A. - PQU	19.11.93	25.01.94
Petrocoque S.A. - Ind. e Com.	08.06.93	-

ATIVIDADES DO PND EM 1993

O PND, em 1993, foi marcado pelos seguintes fatos:

a) alienação de ações de seis empresas, sendo três do setor siderúrgico, duas do setor petroquímico e uma do setor de fertilizantes;

b) alterações na legislação que regulamenta o Programa, com o advento do Decreto nº 724, de 19.01.93, que incorporou, entre outras matérias, a obrigação do pagamento de uma parcela do preço de venda em moeda corrente e novos procedimentos que conferem maior transparência ao processo; e

c) encerramento da privatização de todas as empresas do setor siderúrgico, com a transferência, para o setor privado, da CSN, Cosipa e Açominas. Permanece estatal apenas a Companhia Siderúrgica da Amazônia (Siderama), pequena empresa que opera precariamente e que não foi incluída no Programa Nacional de Desestatização. Ao todo, considerando os anos de 1991, 1992 e 1993, foram privatizadas oito empresas siderúrgicas, sendo que a Siderbrás detinha o controle acionário de seis delas (Usiminas, CST, Piratini, CSN, Cosipa e Açominas); a Acesita era controlada pelo Banco do Brasil S.A. e o BNDES era o controlador da Cosinor. O valor de venda total apurado foi de US$4,7 bilhões.

Na tabela 6.2.4 apresenta as moedas utilizadas na aquisição de ações das empresas transferidas para o setor privado em 1993, com a seguinte composição: Dívidas Securitizadas da União (49,1%), Debêntures da Siderbrás (22,0%), Letras Hipotecárias da CEF (7,3%), Títulos da Dívida Agrária (6,8%), Certificados de Privatização (6,4%), Cruzeiros Reais (6,1%), Obrigações do Fundo Nacional do Desenvolvimento (1,3%) e Títulos da Dívida Externa(1,0%).

Em virtude da obrigação instituída pela Decreto nº 724, de 19.01.93, a parcela do pagamento do preço de venda em moeda corrente elevou-se de 0,4% em 1991/92 para 0,1% em 1993.

As Dívidas Securitizadas da União utilizadas em 1993 constituiram-se, preponderantemente, de Dívida Vencidas e Renegociadas da Siderbrás (92%).

Um montante de US$155,7 milhões (6,0% do exercício), corresponde à subscrição, por 51.067 funcionários, de ações de 4 empresas em 1993. Em 1991/92 46.472 funcionários das empresas desestatizadas subscreveram um valor de US$107,4 milhões (2,7%), no período.

O capital estrangeiro aplicou US$65,0 milhões (2,5% do exercício), na aquisição de ações de 4 das 6 empresas em 1993. Em 1991/92 essa participação elevou-se a US$239,0 milhões (5,9%), em 9 empresas das 18 alienadas no período.

O PND é, sistematicamente, acompanhado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República e pelo Ministério da Fazenda, o que viabiliza uma maior integração dos objetivos do Programa com aqueles da Política Industrial e com as prioridades de gestão da Economia Brasileira.

A divulgação pública dos fatos relevantes de cada operação de privatização é realizada através da mídia e pela remessa sistemática e periódica de informações ao Tribunal de Contas da União e à Subcomissão Permanente para Acompanhamento do PND (Órgão da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados), entre outros.

A participação, nas reuniões, da Comissão Diretora do PND, de representantes de empregados e dos administradores das empresas, da Comissão de Valores Mobiliários e de órgãos do Ministério da Justiça responsáveis pela aplicação das leis anti-truste e pela defesa contra práticas abusivas de poder Econômico (Secretaria de Direito Econômico-SDE e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE), também traduz a preocupação constante com a transparência das informações do Programa.

Embora em 1993 não tenha havido inclusão de empresas ou participações governamentais no PND, ressalta-se o extenso estudo realizado visando a inclusão de empresas do setor de infra-estrutura, notadamente concessionárias de serviço público do setor elétrico.

Em 1993, duas empresas do setor de fertilizantes, a Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste S.A. - Nitrofértil e a Petrobrás Fertilizantes S.A. - Petrofértil, foram retiradas do Programa através do Decreto nº 844, de 24.06.93.

No final do ano, estavam em andamento estudo relativos aos processos de desestatização envolvendo trinta e quatro empresas e participações acionárias.

EMPRESAS DESESTATIZADAS EM 1993

No ano de 1993, passaram para o setor privado as seguintes empresas e participações acionárias do governo:

- Poliolefinas S.A.

Empresa sediada em São Paulo (SP), com filiais em Santo André (SP), Triunfo (RS), Camacari (BA) e escritório de vendas em Recife (PE). Produz polietileno de baixa densidade (PEBD), polietileno de alta densidade (PEAD), polietileno linear de baixa densidade (PLBD), polímero de etileno e acetato de vinila (EVA).

A Poliolefinas foi constituída em 21 de outubro de 1968 como sociedade limitada. A Petroquisa ingressou na Poliolefinas em 1969 com uma participação minoritária.

Cada um dos três sócios principais - Petroquisa, Odebrecht Química e Unipar-União de Industrias Petroquímicas S.A. detinha 31,47% do capital votante e total, antes do leilão.

As ações da Petroquisa foram leiloadas em 19 de março de 1993 e adquiridas pela Odebrecht Química S.A., que passou a deter 62,94% do capital votante e total da Poliolefinas.

- Companhia Siderúrgica Nacional - CSN

A CSN é uma das maiores Usinas Siderúrgicas Nacionais integradas fabricante de produtos planos de aço comum. Sua fundação, em 1941, constituiu-se em marco histórico no processo industrial brasileiro e entrou em operação em 1946.

Sua usina, após sucessivas expansões, possui capacidade para produção de 4,6 milhões de toneladas de aço por ano, localizando-se em Volta Redonda (RJ).

A subsidiária da CSN, FEM - Fábrica de Estruturas Metálicas, também está situada em Volta Redonda e possui capacidade de produção anual de 40 mil toneladas/ano de estruturas metálicas e 30 mil toneladas/ano de perfis soldados.

O leilão das ações da CSN foi realizado em 2 de abril de 1993, sendo ofertados 90,8% do capital ordinário e total, que representava a totalidade das ações detidas pela Siderbrás.

Após o leilão, o capital da CSN ficou assim distribuído: Empregados (11,8%), CBS, Caixa Beneficiente dos Empregados da CSN (9,8%), Docenave (9,4), Grupo Vicunha (9,2%), Bamerindus (9,1%), Bradesco (7,7%), Privatinvest (6,3), outras Instituições Financeiras (12,5%), outras Entidades de Previdência Privada (2,7%), outros Fundos de Privatização (1,4%), outros (9,5%), permanecendo a Siderbrás com 8,8% que serão posteriormente alienados.

- Ultrafértil S.A. - Indústria e Comércio de Fertilizantes

A Ultrafértil S.A. foi constituída em 1965 com capital multinacional. Em 1974, seu controle acionário passou à Petrobrás Química S.A. - Petroquisa, passando, em 1975, a ser controlada pela Petrobrás Fertilizantes - Petrofértil.

A empresa tem sede em Piaçaquera, Município de Cubatão (SP) e unidades industriais localizadas em Cubatão (SP), Piaçaguera (SP) e Araucária (PR). É responsável pelo abastecimento da região centro-sul do país com fertilizantes nitrogenados e fosfatados.

O leilão de ações da Ultrafértil foi realizado em 24 de junho de 1993. Da participação da Petrofértil de 99,99% do capital social da Ultrafértil, integralmente composto de ações ordinárias, a Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfértil adquiriu 89,99%, subscrevendo os empregados 10%.

- COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista

A COSIPA foi constituída em 1953 com capital de particulares. A grandeza do empreendimento exigiu, logo no início da implantação, a participação dos Governos do Estado de São Paulo e Federal. A necessidade de vultosos recursos levou a uma crescente participação do Governo Federal.

É uma das maiores siderúrgicas nacionais integradas, fabricante de produtos planos de aço comum. Sua usina, com capacidade de 3,9 milhões de toneladas de aço por ano, está localizada no município de Cubatão (SP). A COSIPA dispõe de um porto, em terreno anexo à usina, com capacidade de carga de 12 milhões de toneladas por ano, utilizado para o recebimento de matéria prima e exportação de seus produtos.

O leilão foi realizado em 20 de agosto de 1993. Do capital social, composto de 50% de ações ordinárias e 50% de ações preferenciais, foram ofertadas a totalidade das ações ordinárias e 20% das ações preferenciais. A União manteve 80% das ações preferenciais para venda futura.
Os 100% do capital votante ofertados foram adquiridos pela Anquilla Participações (34,4%), Brastubo (23,0%), Empregados e FEMCO (20%), Lotten (5%), Alamo Participações (2,6%) e outros (15%).

- AÇOMINAS - Aço Minas Gerais - S.A.

A Açominas foi constituída como empresa privada em 1966, assumindo o Governo de Minas Gerais o controle acionário em 1975. Em 1976, a Siderbrás passou a controlar a empresa e iniciou-se a implantação da Usina.

O projeto inicial previa a implantação de uma usina integrada, a coque, com capacidade de 2 milhões de toneladas de aço por ano, com implantação de laminações de perfis médios, pesados e trilhos.

Após sucessivos atrasos, apenas em 1985 entrou em

operação a coqueira e a laminação de blocos e tarugos. Um ano depois entraram em operação o alto-forno e a aciaria.

A Usina produz semi-acabados de aço comum, tais como: placas, blocos e tarugos, uma vez que o projeto original não foi completado. Está localizada em Ouro Branco (MG).

Do capital social da Açominas, Composto de 99,95 de ações ordinárias e 0,1% de ações preferenciais, foi ofertada a totalidade das ações detidas pelo Governo Federal, representada por 99,888% das ações votantes e 77,731% das ações preferenciais.

O leilão foi realizado em 10 de setembro de 1993. Após o leilão, o capital votante ficou assim distribuído: Cia. Mineira de Participações Industriais (26,8%), Empregados (20%), Banco SRL (13,4%), Banco de Crédito Nacional - BCN (9,9%), Mendes Júnior (7, 6%), Aços Villares (6,8%) e outros (15,5%).

- OXITENO S.A. Industria e Comércio

A Oxiteno é uma empresa petroquímica de segunda geração, possuindo no total oito plantas industriais, localizadas em Cubatão (SP), Mauá (SP), Tremembé (SP), Camaçari (BA), Santa Cruz (RJ) e Triunfo (RS).

É a principal produtora de óxido de eteno e seus derivados na América Latina, além de produzir uma vasta gama de especialidades químicas. Sua principal matéria prima é o eteno, fornecido pela Petroquímica União (PQU) e Copene. Seus principais clientes são: as indústrias de poliester, tintas, vernizes e detergentes.

Antes do leilão, o capital votante representava 70% do capital total e era distribuído entre a Ultraquímica Participações S.A. (60,6%), Monteiro Aranha (11,3%), Petroquisa (18,5%) e outros (9,6%).

O leilão foi realizado em 15 de setembro de 1993. Após o leilão, o capital votante ficou assim distribuído: Ultraquímica (69,3%), Monteiro Aranha (11,3%), Dredsner Bank (8,9%), Petroquisa (0,6%), GBOEX (0,2%) e outros (9,7%).

PROCESSOS DE DESESTATIZAÇÃO NÃO ENCERRADOS

Alguns processos de privatização, embora já implementados, ainda não foram definitivamente encerrados:

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS) e Usiminas Mecânica S.A. (USIMEC)

As sobras de 15,6% do capital total, ocorridas no Leilão de Ações Preferenciais e na Oferta ao Público, permanecem depositadas no FND, para posterior alienação.

. Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP)

A sociedade de participação em condomínio dos empregados da SNBP, em vista do pequeno número de participantes, vem encontrando dificuldades junto às instituições financeiras para obtenção dos recursos necessários à liquidação da oferta aos empregados, referente a 10% do capital.

. Companhia Petroquímica do Sul (Copesul)

O modelo de desestatização aprovado para a Copesul constituiu-se de 3 fases: leilão de ações ordinárias, oferta de ações aos empregados e oferta ao público de 10% de ações ordinárias.

A realização da última fase, correspondente à oferta ao público, encontra-se suspensa face à liminar concedida pelo Juiz da Comarca de Triunfo, que determinou o bloqueio das ações da Copesul, objeto da oferta.

. Companhia Nacional de Álcalis (CNA)

Em vista da aprovação, às vésperas do leilão, do Plano Diretor e das Normas de Uso e Ocupação do Solo, pela Prefeitura de Arraial do Cabo (RJ), ficou inviabilizado o uso econômico de parte significativa da área da CNA.

A Comissão Diretora do PND decidiu que a liquidação financeira do leilão fosse efetuada em duas parcelas, sendo a primeira em julho de 1992 e a segunda até 2004 ou quando os impedimentos legais fossem modificados ou suprimidos, o que ocorrer primeiro.

. Companhia de Navegação do São Francisco (Franave) e Empresa de Navegação da Amazônia (Enasa)

A Franave e a Enasa tiveram seus leilões de alienação de ações marcados para março e junho de 1992, não havendo, em ambos, comparecimento de interessados.

No primeiro semestre de 1992, a Comissão Diretora aprovou a liquidação dessas empresas mas até o final de 1993, os processos não foram implementados.

Considerando os impactos regionais da liquidação das duas empresas, há indicações de que suas atividades poderão vir a ser preservadas, o que está sendo estudado conjuntamente com o Ministério dos Transportes.

. Petrocoque S.A. Indústria e Comércio (Petrocoque)

O leilão de alienação das ações, marcado para junho de 1993, foi suspenso devido à ausência de interessados. As ações ofertadas permanecem depositadas no FND e deverão ser posteriormente alienadas.

. Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC)

Os trabalhos de avaliação dos consultores contratados pelo BNDES para o processo de privatização da ICC concluiram pela inviabilidade operacional do empreendimento. Por recomendação da Comissão Diretora, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República determinou que se procedesse à liquidação da empresa.

PERSPECTIVAS PARA 1994

No início de 1994 pretende-se aprimorar a regulamentação do PND, objetivando:

- simplificar o processo de privatização das empresas;
- adotar procedimentos mais sumários para a alienação de participações minoritárias:
- permitir o uso de moedas sociais, com a finalidade de aumentar a oferta e, simultaneamente, popularizar o processo de desestatização.

Para o exercício, estão programadas desestatizações de 33 empresas, entre as quais se destacam a Light - Serviços de Eletricidade S.A., a Escelsa - Espírito Santo Centrais Elétricas, as primeiras malhas da Rede Ferroviária Federal - RFFSA e a Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica.

Prevê-se também a alienação das ações remanescentes das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas e da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN.

Além disso, as participações minoritárias em empresas privadas detidas por praticamente todas as empresas estatais deverão ser incluídas no PND e terão seu processo de alienação iniciado em 1994.

TABELA 6.2.1 - EMPRESAS INCLUIDAS NO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZACAO

DECRETO/ DATA	EMPRESAS	SIGLA	SETOR DE ATIVIDADE	OBJETO DE VENDA	SITUACAO/COMENTARIOS EM 30.12.93	DIR.IND. UNIAO
99.464/ 16.08.90	Companhia Siderurgica do Nordeste - PE	COSINOR	Siderurgia	CONTROLE	VENDIDA EM 14.11.91	99,98
	Aços Finos Piratini S/A - RS	PIRATINI	Siderurgia Acos Espec.	CONTROLE	VENDIDA EM 14.02.92	96,89
	Companhia Siderurgica de Tubarao - RS	CST	Siderurgia Integrada	CONTROLE	VENDIDA EM 16.07.92 E 23.07.92	89,5
	Usinas Siderurgicas de Minas Gerais - MG	USIMINAS	Siderurgia Integrada	CONTROLE	VENDIDA EM 24.10.91	94,80
	USIDOC Usinas Mecanica S/A - MG	USIMEC	Des de Capital	CONTROLE	VENDIDA EM 24.10.91	
	Mafesa S/A - SP	MAFESA	Mat. de Transp.Ferrov.	CONTROLE	VENDIDA EM 11.11.91	100,00
	Companhia Petroquimica do Sul - RS	COFESUL	Petroquimica Basica	CONTROLE	VENDIDA EM 15.05.92. PROCESSO SUSPENSO 31.07.92. FALTA VENDA 20% CAPITAL	97,90
					REFORMADA OFERTA AOS EMPREGADOS,COM LIQUIDACAO FINANC.SENDO PROCESSADA	
	Industria Carboquimica Catarinense - SC	ICC	Fertiliz. Fosfatados	CONTROLE	PROPOSTA DE RETIRADA DO PROGRAMA	100,00
	Goias Fertilizantes S/A - GO	GOIASFERTIL	Fertiliz. Fosfatados	CONTROLE	VENDIDA EM 08.10.92	100,00
	Mineracao Caraiba Ltda - BA	CARAIBA	Mineracao de Cobre	CONTROLE	LEILAO PREVISTO PARA 17/03/94	100,00
99.523/ 11.09.90	Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste - SE	NITROFERTIL	Fertiliz. Nitrogenados	CONTROLE	EXCLUIDA DO PND, CONFORME DECRETO Nº 844, DE 24.06.93	99,05
	Fertilizantes Fosfatados S/A - MG	FOSFERTIL	Fertiliz. Fosfatados	CONTROLE	VENDIDA EM 12.08.92	99,30
	Ultrafertil S/A Ind. e Com. de Fertilizantes - SP	ULTRAFERTIL	Fertiliz. Nitrogenarios	CONTROLE	VENDIDA EM 24.06.93	99,99
	Petrobras Fertilizantes S/A - SP	PETROFERTIL	Holding Setorial	-	EXCLUIDA DO PND, CONFORME DECRETO Nº 844, DE 24.06.93	100,00
99.666/ 01.11.90	Empresas de Navegacao da Amazonia S/A - PA	ENASA	Navegacao Fluvial	CONTROLE	EM LIQUIDACAO	100,00
	Servico de Navegacao da Bacia do Prata - MS	SNPB	Navegacao Fluvial	CONTROLE	VENDIDA EM 14.01.92	100,00
	Companhia de Navegaçao do Sao Francisco - MG	FRANAVE	Navegacao Fluvial	CONTROLE	EM LIQUIDACAO	100,00
	Companhia Eletromecanica CELMA - RJ	CELMA	Material Aeronautico	CONTROLE	VENDIDA EM 01.11.91	87,20
	Petroflex Industria e Comercio S/A - RJ	PETROFLEX	Elastoneros	CONTROLE	VENDIDA EM 10.04.92	100,00
	Companhia Regional de Alcalis (c) - RJ	CNA	Quimica (Na 2003)	CONTROLE	VENDIDA EM 15.07.92	100,00
S/Nº/05.03.91	Companhia de Acos Especiais Itabira - MG	ACESITA	Siderurgia Integrada	CONTROLE	VENDIDA EM 23.10.92	82,00
	Petroquimica Uniao - SP	PCU	Petroquimica Basica	CONTROLE	VENDIDA EM 25.01.94	67,80
423/14.01.92	Empresa Brasileira de Aeronautica - SP	EMBRAER	Aeronaves	CONTROLE	LEILAO PREVISTO PARA 24.03.94	33,10
426/16.01.92	Companhia Siderurgica Nacional - RJ	CSN	Siderurgia Integrada	CONTROLE	VENDIDA EM 02.04.93	90,70
	Companhia Siderurgica Paulista - SP	COSIPA	Siderurgia Integrada	CONTROLE	VENDIDA EM 20.08.93	100,00
	Aços de Minas Gerais - MG	AÇOMINAS	Siderurgia Integrada	CONTROLE	VENDIDA EM 10.09.93	100,00
427/14.01.92	Companhia de Navegacao Lolyd Brasileiro - RJ	LLOYDBRAS	Navegacao	CONTROLE	LEILAO PREVISTO PARA 10.03.94	99,70
465/27.02.92	Computadores e Sistemas Brasileiros S/A - RJ	COBRA	Computadores	CONTROLE	LEILAO ADIADO PARA 08.04.94	98,40
473/10.03.92	Rede Ferroviaria Federal S/A - RJ	RFFSA	Transp. Ferroviario	CONTROLE	EST. PREVIO PRONTO. EM ELABORACAO EDITAL DE LICITACAO PARA O SERVICO	99,00
	Armazens Gerais Ferroviarios S/A - RJ	AGEF	Armazens Ferroviarios	CONTROLE	EST. PREVIO PRONTO. EM ELABORACAO EDITAL DE LICITACAO PARA O SERVICO	100,00
	VALEC-Engenharia Construcoes e Ferrovias S/A - RJ	VALEC	Proj. de Engenharia	CONTROLE	EM ELABORACAO EDITAL DE LICITACAO PARA CONTRATACAO DAS CONSULTORIAS	100,00
572/22.06.92	LIGET - Servicos de Eletricidade S/A - ES	LIGET	Serviços de Eletricidade	CONTROLE	EM PROCESSO DE AVALIACAO PELAS CONSULTORIAS	81,60
	ESCELSA Centrais Eletr. do Espirito Santo S/A- RJ	ESCELSA	Servicos de Eletricidade	CONTROLE	EM PROCESSO DE AVALIACAO PELAS CONSULTORIAS	72,90
654/17.09.92	Banco Meridional S/A - RS	MERIDIONAL	Instit. Financeira	CONTROLE	EM ELABORACAO EDITAL DE LICITACAO PARA CONTRATACAO DAS CONSULTORIAS	82,40

TABELA 6.2.2 - EMPRESAS INCLUIDAS NO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇAO
(PARTICIPAÇOES ACIONARIAS DA PETROQUISA E DA PETROFERTIL)

DECRETO/ ATA	EMPRESAS	SIGLA	UF	SETOR DE ATIVIDADE	OBJETO DE VENDA	SITUAÇAO/COMENTARIOS EM 30.12.93	% Dir. Ind. Uniao
99.44/ 16.04.90 (A) . (B)*	Petroquimica Triunfo S/A	TRIUNFO	RS	Petroquimica	PART. MINOR.	PROCESSO SUSPENSO DESDE 18.09.91	56,80
	Polisul Petroquimica S/A	POLISUL	RS	Petroquimica	PART. MINOR.	VENDIDA EM 11.09.92	31,00
	Companhia Industrial de Polipropileno S/A	PPH	RS	Petroquimica	PART. MINOR.	VENDIDA EM 29.09.92 E 12.11.92	19,00
	Petroquimica do Nordeste S/A	COPENE	BA	Petroquimica Basica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	36,10
	Acrilomitrila do Nordeste s/a	ACRINOR	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	17,70
	Companhia Brasileira de Polimetanos	CBP	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM ELABORAÇAO EDITAL DE LICITAÇAO PARA CONTRATAÇAO DAS CONSULTORIAS	24,00
	Ciquine Companhia Petroquimica	CIQUINE	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	31,40
	Companhia Petroquimica de Camaçari	CPC	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	28,30
	Companhia Quimica do Reconcavo	CQR	BA	Produçao Soda/cloro	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	36,90
	Deten Quimica S/A	DETEN	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM ELABORAÇAO EDITAL DE LICITAÇAO PARA CONTRATAÇAO DAS CONSULTORIAS	33,70
	Estireno do Nordeste S/A	ETN	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	27,20
	Metanol do Nordeste S/A	METANOR	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM ELABORAÇAO EDITAL DE LICITAÇAO PARA CONTRATAÇAO DAS CONSUTORIAS	29,70
	Nitrocarbono S/A	NITROCARBONO	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	19,90
	Nitrocolor Produtos Quimicos	NITROCOLOR	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	21,70
	Polialden Petroquimica S/A	POLIALDEN	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	13,60
	Polipropileno S/A	POLIPROPILENO	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM ELABORAÇAO EDITAL DE LICITAÇAO PARA CONTRATAÇAO DAS CONSULTORIAS	34,00
	Politeno Industria e Comercio S/A	POLITENO	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	25,00
	Pronor Petroquimica S/A	PRONOR	BA	Petroquimica	PART. MINOR.	EM ELABORAÇAO EDITAL DE LICITAÇAO PARA CONTRATAÇAO DAS CONSULTORIAS	35,30
99.56/ 01.11.90 (D)*	Arafertil S/A	ARAFERTIL	MG	Fertilizantes	PART. MINOR.	LEILAO PREVISTO PARA 15.04.94	33,30
	Indag S/A	INDAG	SP	Fertilizantes	PART. MINOR.	VENDIDA EM 04.02.92	35,00
	Salgema Industrias Quimicas S/A	SALGENA	AL	Produçao Soda/cloro	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	45,20
	Alclor Quimica de Alagoas S/A	ALCLOR	AL	Alcoolquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	24,40
	Companhia Alagoas Industrial	CINAL	AL	Petroquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	15,80
	Companhia Pernambucana de Borracha Sintetica	COPERBO	PE	Elastometos	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	22,80
	Nitriflex S/A Industria e Comercio	NITRIFLEX	RJ	Petroquimica	PART. MINOR.	VENDIDA EM 06.08.92	40,00
	Fabrica Carioca de Catalisadores S/A	FCC	RJ	Catalisadores	PART. MINOR.	EM ELABORAÇAO EDITAL DE LICITAÇAO PARA CONTRATAÇAO DAS CONSULTORIAS	40,00
S/Nº 05.03.91 (A)*	Companhia Brasileira de Estireno S/A	CBE	SP	Petroquimica	PART. MINOR.	VENDIDA EM 03.12.92	23,00
	Oxiteno S/A Industria e Comercio	OXITENO	SP	Petroquimica	PART. MINOR.	VENDIDA EM 15.09.93	24,50
	Polibrasil S/A Industria e Comercio	POLIBRASIL	SP	Petroquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	25,70
	Poliderivados S/A Tecnologia de Polimeros	POLIDERIVADOS	SP	Petroquimica	PART. MINOR.	EM PROCESSO DE AVALIAÇAO PELAS CONSULTORIAS	47,90
	Poliolefinas S/A	POLIOLEFINAS	SP	Petroquimica	PART. MINOR.	VENDIDA EM 19.03.93	31,40
480/3.03.92	Petrocoque S/A Industria e Comercio	PETROCOQUE	SP	Coque de Petroleo	PART. MINOR.	LEILAO ADIADO	35,00

Observaçoes: a) O Decreto s/nº de 25.03.92 especificou as participaçoes da PETROQUISA nos Polos Petroquimicos de Triunfo, RS (3); de Camaçari, BA (12) e do Polo de Cubatao, SP (4);
b) O Decreto 522, de 18.05.92, especificou mais duas participaçoes da PETROQUISA no Polo de Camaçari, BA;
c) O Decreto 426, de 16.01.92, incluiu outras participaçoes estatais na CNA, alem da PETROQUISA;
d) O Decreto 480, de 25.03.92, excluiu do PND a participaçao acionaria PETROQUISA na Cia. Alcoolquimica Nacional, que havia sido incluida pelo Decreto 99.666, de 01.11.90.

TABELA 6.2.3 - RESULTADO GERAL DE VENDA DE ACOES

EMPRESA		DATA DA OFERTA	% CAPITAL TOTAL OFERTADO	% CAPITAL TOTAL VENDIDO	VALOR DA VENDA CR$ Milhoes	VALOR DA VENDA(2) US$ Milhoes	DIVIDA TRANSFERIDA US$ Milhoes
POLIOLEFINAS	Leilao ordinarias	19.03.93	31,5%	31,5%	2086,0	87,1	0,0
CSN/FEM	Leilao ordinarias	02.04.93	65,0%	60,3%	28694,0	1056,6	
	Oferta/empregados	20.04.93	10,0%	10,0%	1584,7	53,8	
	Oferta/empregados	17.05.93	10,0%	1,8%	816,5	22,2	
	Oferta/publico	02.07.93	13,9%	10,0%	8230,1	139,1	
	TOTAL		90,7%(3)	82,1%	39325,3	1271,7	532,9
ULTRAFERTIL	Leilao ordinarias	24.06.93	90,0%	90,0%	10571,2	204,4	
	Oferta/empregados	17.12.93	10,0%	10,0%	1732,2	6,1	
	TOTAL		100,0%		12303,4	210,5	20,2
COSIPA	Leilao ordinarias	20.08.93	40,0%	40,0%	30023,1	330,5	
	Oferta/empregados	20.09.93	15,0%	14,8%	1823,4	17,9	
	Oferta FENCO	23.09.93	5,2%	5,2%	1148,6	11,4	
	TOTAL		60,0%(3)	60,0%	32995,1	359,8	884,2
	Leilao ordin./pref.	10.09.93	79,9%	79,9%	60377,8	554,2	
	Oferta/empregados	04.10.93	20,0%	20,0%	5851	44,3	
	TOTAL		99,9%	99,9%	66228,8	598,5	121,9
OXITENO	Leilao ordin./pref.	15.09.93	15,8%	0,158	6314,7	53,9	2,0
Total 93					159253,2	2581,5	1561,2
Total Geral					176073,2	6647,6	2918,5

Obs.: 1 - Data do Leilao ou do encerramento de periodos de ofertas
2 - Pelo dolar na data de liquidacao financeira da operacao
3 - O total ofertado nao corresponde a soma das parcelas, pois as sobras de uma oferta foram incorporadas a oferta seguinte

TABELA 6.2.4 - MOEDAS UTILIZADAS NAS OFERTAS DE PRIVATIZACAO - EMPRESAS DESESTATIZADAS EM 1993
VALORES EM US$ MILHOES (CONVERTIDOS NA DATA DA LIQUIDACAO FINANCEIRA) (1)

EMPRESA	TIPO DE OFERTA	DEBENT. SIDERBRA SIBR	CERTIF. PRIVATIZ. CP	OBRIG. FND OFND	DIV. SEC UNIAO DISEC	TIT. DIV. AGRARI TDA	TIT. DIV. EXTERN DIVEX	LETRAS HIPOTEC. CEF	CRUZAD NOVOS NCZ$	CRUZEI Cr$	TOTAL EM: Em US$ M	s/93	s/91-92	s/91 a 93
POLIOLEFINAS	Leil. ord. (1ª liquid.)		30,5							13,1	43,5			
	Leil. ord. (2ª liquid.)		30,5							13,1	43,6			
	TOTAL		61,0							26,1	87,1	3,4%	2,2%	1,3%
CSN/FEM	Leilao ordinarias	131,6	92,0	31,4	501,2	90,1	1,2	168,9		40,2	1056,6			
	1ª oferta/funcionarios	0,0		0,0	40,1	10,4		1,5		1,8	53,8			
	2ª oferta/funcionarios				20,7	0,4				1,1	00,0			
	oferta publico	79,4	2,6	1,4	5,2	43,2		7,3			139,1			
	TOTAL	211,0	94,6	32,8	567,2	144,1	1,2	177,7	0,0	43,0	1271,7	49,3%	31,5%	19,2%
ULTRAFERTIL	Leilao ordinarias		0,0		163,5					40,9	204,4			
	oferta/funcionarios					4,9				1,2	6,1			
	TOTAL		0,0		163,5	4,9				42,1	210,5	8,2%	5,2%	3,2%
COSIPA(2)	Leilao ordinarias	198,5	4,5		112,5	2,4				12,7	330,5			
	1ª oferta/funcionarios	14,0								0,6	14,6			
	2ª oferta/funcionarios	2,1								0,1	2,2			
	3ª oferta/FEMCD	10,8								0,4	11,2			
	4ª oferta/funcionarios	1,0								0,0	1,1			
	Sobras/FEMCD	0,2								0,0	0,2			
	TOTAL	226,6	4,5	0,0	112,5	2,4				13,9	359,8	13,9%	8,9%	5,4%
AÇOMINAS	Leilao ordinarias	89,2	6,1	0,1	397,8	23,0		10,3		27,7	554,2			
	oferta/funcionarios	42,1								2,2	44,3			
	TOTAL	131,1	6,1	0,1	397,8	23,0		10,3		29,9	598,5	23,2%	14,8%	9,0%
OXITENC	Leilao ord. pref.		0,0		25,4	0,2	25,6			2,7	53,9			
	TOTAL		0,0		25,4	0,2	25,6			2,7	53,9	2,1%	1,3%	0,8%
	TOTAL EM 93	568,9	166,2	32,9	1266,4	174,5	26,9	187,9	0,0	157,7	2581,5			
		22,0%	6,4%	1,3%	49,1%	6,8%	1,0%	7,3%	0,0%	6,1%	100,0%	100,0%	64,0%	39,0%
	SUBTOTAL 91	630,6	352,1	280,7	270,4	82,7	4,5	0,0	11,1	3,2	1635,3	63,3%	40,5%	24,7%
	SUBTOTAL 92	153,4	761,0	283,6	801,7	255,2	36,4	105,6	0,1	0,4	2398,4	92,9%	59,5%	36,3%
	SUBTOTAL 93	568,9	166,2	32,9	1266,4	174,5	26,9	187,9	0,0	157,7	2581,5	100,0%	64,0%	39,0%
	TOTAL GERAL	1352,9	1279,3	597,3	2338,4	512,5	67,8	293,6	11,2	161,4	6615,2			
		20,5%	19,3%	9,0%	35,3%	7,7%	1,0%	4,4%	0,2%	2,4%	100,0%			

1) pelo dolar comercial de venda na data da liquidaçao financeira da operaçao.
2) os 0,2% adquiridos tambem pela FEMCO decorrem de sobras da oferta dos empregados.
Obs: Devido ao arredondamento utilizado, os somatorios de parcelas podem diferir dos totais em um algarismo significativo.

7 - FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS

7.1 - Fundo de Participação PIS-PASEP (92/93)

7.1.1 - Informações Básicas

A Lei Complementar nº 26, de 11.09.75, com vigência a partir de 01.07.76, regulamentada pelo Decreto nº 78.276, de 17.08.76, unificou os fundos constituídos com os recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituídos pelas Leis Complementares nºs 7 e 8, de 07.09.70 e 03.12.70, respectivamente, dando origem ao Fundo de Participação PIS-PASEP.

O Fundo de Participação PIS-PASEP é um fundo contábil, de natureza financeira, constituído com os recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

Desde o exercício financeiro de 88/89, o Fundo não conta mais com os recursos provenientes de arrecadação de contribuições, porquanto o art. 239 da Constituição Federal lhes deu outra destinação: passaram a custear o Programa do Seguro-desemprego e o Abono aos trabalhadores de baixa renda.

O Fundo é gerido por um Conselho Diretor, composto de representantes do Ministério da Fazenda - MF, da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Orçamento da Presidência da República - SEPLAN, do Banco do Brasil S.A. - BB, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da Caixa Econômica Federal - CEF, além de representantes dos participantes do PIS e do PASEP e dos contribuintes do PIS.

O Decreto nº 78.276/76, no seu art. 9º, parágrafo 8º, investiu o Conselho Diretor da representação ativa e passiva do Fundo de Participação PIS-PASEP e, no art. 10, definiu as atribuições do órgão.

Constituem recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP:

- juros, correção monetária e multas devidas pelos contribuintes dos Programas, em decorrência da inobservância das obrigações a que estão sujeitos;
- o retorno, por via de amortização, dos recursos aplicados através de operações de empréstimos e financiamentos, incluído o total das receitas obtidas em tais operações;
- o resultado de toda e qualquer operação financeira realizada, compreendendo, quando for o caso, multa contratual e honorários; e
- os resultados das aplicações do Fundo de Participação Social-FPS.

Para que o PIS-PASEP alcance plenamente seus objetivos, seus recursos são aplicados nos setores produtivos da economia, segundo as prioridades definidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. O BNDES efetua quase todas as aplicações e pode destinar, anualmente, até 5% das novas operações realizadas com os recursos do PIS-PASEP ao Fundo de Participação Social-FPS (subconta do PIS-PASEP), com vistas à realização de investimento em ações ou debêntures conversíveis, para capitalização e fortalecimento da empresa privada nacional.

Ao final de cada exercício financeiro, as contas individuais dos participantes do Fundo são creditadas pelas quantias correspondentes a:

- correção monetária dos respectivos saldos credores verificados ao término do exercício financeiro anterior;

- juros de 3% incidentes sobre os respectivos saldos credores corrigidos; e

- resultado líquido adicional das operações financeiras realizadas após a constituição das reservas e provisões necessárias.

Os saldos das contas podem ser sacados na ocorrência de aposentadoria, invalidez, transferência para a reserva remunerada ou reforma (quando se tratar de militares), desde que a inscrição do participante do PIS ou PASEP seja anterior ao evento. No caso de morte, o saldo da conta será pago aos dependentes ou, na falta desses, aos sucessores do titular.

7.1.2 - Aplicação dos Recursos do PIS-PASEP

De acordo com a legislação vigente, as operações realizadas contemplaram os setores produtivos mais prioritários para a economia.

As aplicações do Fundo de Participação PIS-PASEP (Tabela 7.1.2.1), em 30.06.93, somavam CR$534.685 milhões. Desse total, 7,16% (CR$38.302 milhões), correspondem àquelas realizadas pelo Banco do Brasil e pela CEF (Tabela 7.1.2.2), referentes à aplicação de disponibilidades e aos saldos residuais de operações anteriores a 1º.07.74, data a partir da qual, por determinação da Lei Complementar nº 19, de 25.06.74, os recursos passaram a ser aplicados de forma unificada pelo BNDES.

TABELA 7.1.2.1

SALDO DE APLICAÇÕES POR PROGRAMAS DE INVESTIMENTO

Valores Correntes CR$ milhões

PROGRAMAS	EXERCÍCIO FINANCEIRO 88/89	89/90	90/91	91/92	92/93 Valor	%
Insumos Básicos	3	161	598	7.932	74.991	14,03
Equip. Básicos 4	180	405	3.228	81.823		15,30
Outros Programas	6	271	926	6.994	170.773	31,94
Capital de Giro	1	10	109	795	14.637	2,74
Capital Fixo	0	-0-	2	7	48	0,01
Mercado Financeiro	2	43	507	4.290	21.196	3,97
Mercado de Ações	1	26	192	3.465	49.143	9,19
Aplic. DL 1.452/76	1	33	139	1.307	25.627	4,79
Aplic. DL 1.679/79	0	3	12	112	2.109	0,39
Imposto de Renda a Recuperar	0	0	3	8	119	0,02
Títulos do Tesouro Nacional	-0-	-0-	180	1.583	41.873	7,83
Encargos Financeiros a Apropriar	4	69	248	5.534	52.346	9,79
Valores a Ordem do BACEN	-0-	14	-0-	-0-	-0-	-0-
TOTAL	22	810	3.321	35.255	534.685	100,00

Fonte: Conselho Diretor do PIS-PASEP

Observações: (-0-) dado inexistente

(0) valor inferior a unidade considerada

TABELA 7.1.2.2

APLICAÇÕES (saldo em 30.06.93)

CR$ milhões

AGENTES	PIS	PASEP	PIS-PASEP Valor	%
BB	-0-	26.753	26.753	5,00
BNDES	361.372	135.011	496.383	92,84
CEF	11.549	-o-	11.549	2,16
TOTAL	372.921	161.764	534.685	100,00

Fonte: Conselho Diretor do PIS-PASEP

Os recursos aplicados pelo BNDES, inclusive no mercado de ações por meio do Fundo de Participação Social - FPS, somavam, em 30.06.93, CR$496.383 milhões, correspondendo a um acréscimo de 1.416,09% em relação ao exercício anterior.

Cabe ressaltar que, do total de recursos alocados, 29, 33% (CR$156.814 Milhões), destinaram-se a financiamentos de insumos e equipamentos básicos, em apoio a atividades prioritárias da economia brasileira.

As receitas do período, decorrentes das aplicações, atingiram a importância de CR$505.518 milhões (Tabela 7.1.2.3), com destaque para o PIS, com 69,63% do total, e para o BNDES entre os agentes, responsável por 84,07% da geração de receitas para o Fundo.

TABELA 7.1.2.3

RECEITAS POR PROGRAMA (*)

CR$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	BB	BNDES	CEF	TOTAIS Valores	TOTAIS %
PIS	-0-	309.620	42.383	352.003	69,63
PASEP	38.130	115.385	-0-	153.515	30,37
TOTAL	38.130	425.005	42.383	505.518	100,00
Participação %	7,54	84,07	8,39	100,00	

Fonte: Conselho Diretor do PIS-PASEP
(*) inclusive receitas do Fundo de Participação Social (FPS)

As rubricas que mais contribuíram para a formação da receita foram "Rendas de Correção Monetária", "Rendas de Títulos do Tesouro Nacional" e "Remuneração de Valores Disponíveis", que representam 88,54% do total (Tabela 7.1.2.4).

TABELA 7.1.2.4
RECEITAS POR ESPÉCIE

CR$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO FINANCEIRO 88/89	89/90	90/91	91/92	92/93 Valor	%
Rendas de Correção Monetária	15	707	1.913	22.330	345.844	68,41
Rendas de Juros	1	21	117	1.216	10.862	2,15
Remuneração de Valores Disponíveis	2	40	260	3.962	47.477	9,39
Rendas de Títulos do Tesouro Nacional	-0-	-0-	108	1.589	54.265	10,74
Recuperação de Créditos	0	0	0	0	0	0,00
Receitas de Multas e Penalidades	0	0	0	1	15	0,00
Ajustes de Prog. de Estab. Econômica	-0-	4	8	-0-	-0-	-0-
Reversão de Prov. p/Risco de Crédito	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Resultado Operacional do FPS	0	7	166	3.215	46.956	9,29
Outras Rendas	0	0	0	12	99	0,02
TOTAL	18	779	2.572	32.325	505.518	100,00

Fonte: Conselho Diretor do PIS-PASEP
Observações: (0) - Valor inferior a unidade considerada
(-) - Inexistência de dados
(0,0) - Porcentagem inferior a unidade consolidada

A rubrica Remuneração de Valores Disponíveis, no montante de Cr$47.477 milhões, representa a remuneração dos recursos eventualmente disponíveis, enquanto não utilizados em suas finalidades específicas (empréstimos, pagamento de saques e de despesas).

Os resultados viabilizaram a distribuição aos participantes de CR$467.132 milhões (Tabela 7.1.2.5), respondendo o PIS por 70,13% desse montante. A parcela mais significativa é a correção monetária das contas, que representa 93,82% do valor total.

TABELA 7.1.2.5
RESULTADOS CREDITADOS AOS PARTICIPANTES

CR$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PIS	PASEP	PIS-PASEP	COMPOSIÇÃO %
Correção Monetária	307.341	130.932	438.273	93,82
Juros de 3% a.a.	9.843	4.193	14.036	3,01
Resultado Líquido Adicional	10.394	4.428	14.823	3,17
TOTAL	327.578	139.553	467.132	100,00
Participação %	70,13	29,87	100,00	

Fonte: Conselho Diretor do PIS-PASEP

É relevante destacar que, neste exercício, o Fundo não contou com a arrecadação de contribuições, tendo em vista a nova destinação dada a esses recursos pelo art. 239 da Constituição Federal. Assim, o total dos créditos efetuados nas contas dos trabalhadores originou-se tão somente do resultado das aplicações dos recursos do Fundo.

A valorização das contas dos participantes, demonstrada a seguir (Tabela 7.1.2.6), compõe-se dos créditos de correção monetária, juros e resultado líquido adicional.

TABELA 7.1.2.6
VALORIZAÇÃO ANUAL DOS SALDOS DAS CONTAS DOS PARTICIPANTES

EXERCÍCIOS	PERCENTUAIS			
	CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS	RESULTADO LÍQUIDO ADICIONAL	TOTAL
88/89	555.485	3,00	3,168	595,915
89/90	3.293,690	3,00	3,168	3.503,013
90/91	296,825	3,00	2,852	320,047
91/92	893,426	3,00	3,168	954,701
92/93	1.480,132	3,00	3,168	1.577,594

Fonte: Conselho Diretor do PIS-PASEP

No período, foram pagos saques no montante de CR$1.782 milhões, 46,46% relativos a rendimentos e 53,54% a saque de principal. A tabela a seguir (7.1.2.7), mostra a evolução dos saques, segundo sua natureza.

Tabela 7.1.2.7
COMPOSIÇÃO DOS SAQUES

CR$ milhões

EXERCÍCIO	ABONO	RENDIMENTO	QUOTAS	TOTAL DOS SAQUES	CRESCIMENTO ANUAL %
88/89	0	0	0	0	-0-
89/90	-0-	0	0	1	-0-
90/91	-0-	21	18	39	3.800
91/92	-0-	84	90	175	349
92/93	-0-	828	954	1.782	918

Fonte: Conselho Diretor do PIS-PASEP

Em termos de programas, o PIS pagou 54,26% dos saques, o PASEP 45,74% (Tabela 7.1.2.8), com os rendimentos respondendo por cerca de 46,66% das retiradas ocorridas no PIS e 46,29% no PASEP.

Tabela 7.1.2.8
SAQUES PAGOS

CR$ milhões

ESPÉCIE	PIS	PASEP	PIS-PASEP Valor	%
Rendimentos	451	377	828	46,46
Quotas	516	438	954	53,54
TOTAL	967	815	1.782	100,00
PERCENTUAIS	54,26	45,74	100,00	

Fonte: Conselho Diretor do PIS-PASEP

O total de saques correspondeu tão somente a 0,4% dos créditos realizados nas contas dos participantes. Em conseqüência, 99,6% do ingresso de recursos destinaram-se à capitalização do Fundo.

O patrimônio líquido do Fundo atingiu, em 30/06/93, o montante de CR$530.714 milhões (Tabela 7.1.2.9), registrando crescimento de 1.418% em relação ao exercício anterior. A participação do PIS nesse montante correspondeu a cerca de 69,76%.

Tabela 7.1.2.9
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CR$ milhões

EXERCÍCIO	PIS	PASEP	PIS-PASEP	CRESCIMENTO
88/89	14	7	21	-0-
89/90	542	266	808	3.748
90/91	2.236	1.059	3.295	308
91/92	24.170	10.796	34.966	961
92/93	370.220	160.494	530.714	1.418

Fonte: Conselho Diretor do PIS-PASEP

As reservas e provisões têm contribuído para a concretização do objetivo institucional de formar crescente patrimônio individual para os participantes. Ao final do exercício, esses itens somaram CR$36.679 milhões.

7.1.3 - Análise do Exercício Financeiro

Os resultados obtidos nesse exercício permitem considerar como bom o desempenho do Fundo. As contas dos participantes obtiveram uma rentabilidade de 6,168% a.a. acima da Taxa Referencial - TR acumulada.

É oportuno realçar, ainda, a crescente capitalização do Fundo como mostrado a tabela 7.1.2.9, tendo o patrimônio líquido variado de CR$34.966 milhões, em 30/06/92, para CR$530.714 milhões, em 30/06/93, com evolução nominal de 1.418% neste último exercício.

O índice de capitalização das cotas dos participantes no exercício 92/93 foi de 99,6% o segundo maior índice de capitalização a partir do exercício de 88/89 conforme indica a tabela a seguir:

Tabela 7.1.3.1

CAPITALIZAÇÃO DAS COTAS DOS PARTICIPANTES

CR$ milhões

EXERCÍCIO	VLR CREDITADO PARTICIPANTE	SAQUES	SAQUES(%)	CAPITAL(%)
88/89	18	0	2,0	98,0
89/90	689	1	0,2	99,8
90/91	2.472	39	1,6	98,4
91/92	28.414	175	0,6	99,4
92/93	467.132	1.782	0,4	99,6

Fonte: Conselho Diretor do PIS-PASEP

Esses indicadores mostram que o Fundo de Participação PIS-PASEP, vêm sendo administrado de acordo com seu objetivo maior que é a formação de patrimônio individual para o trabalhador e o servidor público.

A magnitude das aplicações realizadas, dos resultados obtidos e dos benefícios concedidos aos trabalhadores, especialmente àqueles de baixa renda, conferem ao Fundo de Participação PIS-PASEP, importante papel no processo de desenvolvimento uma vez que, como poupança forçada se constituem uma fonte de recursos de longo prazo para o financiamento de projetos e programas de desenvolvimento.

7.2 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - FND

7.2.1 - Natureza do Fundo e Ato de Constituição

O Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, criado em 23.07.86 pelo Decreto-Lei nº 2.288, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.383, de 17.12.87, e regulamentado pelos Decretos nºs 193, de 21. 08..91 e 764, de 03.03.93, possui natureza autárquica, personalidade jurídica de direto público, patrimônio e receitas próprios.

7.2.2 - Objetivos - Gerência do Fundo

O FND tem por finalidade prover recursos para a realização, pela União, de investimentos de capital necessário à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

A administração do Fundo é formada por um conselho de orientação e por uma Secretaria-Executiva, cujo titular é o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Os Decretos nºs 193/91 e 764/93 possibilitam a delegação dessa função a um Diretor do Banco, bem como estabelecem a composição e as atribuições do Conselho do FND.

7.2.3 - Origem dos Recursos

O patrimônio inicial do Fundo foi constituído pela conferência de ações de empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, de propriedade de entidades da Administração Federal. Foram excluídas as ações necessárias à manutenção do controle acionário, bem como as de propriedade das companhias de capital aberto e de suas controladas. Também não estiveram sujeitas a depósitos no FND as ações da NUCLEBRÁS , da BNDESPAR e de outras empresas que viessem a ser apontadas pelo então Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE.

Subseqüentemente, e de forma a viabilizar as aplicações do Fundo em operações de empréstimo ou repasse e de capitalização, foram levantados recursos junto à União e às entidades fechadas de previdência privada, mediante a subscrição de quotas e Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND.

Em 1993, por não ter havido ingresso de novos recursos no FND, as aplicações do Fundo foram todas suportadas por recursos oriundos de suas operações.

Observe-se que o Decreto-Lei nº 2.288/86, que criou o empréstimo compulsório incidente sobre a compra de veículos e o consumo de combustíveis, determinou que a sua restituição se faria na forma de quotas do FND. Para tal, era aguardada, em 1992, uma vultosa operação de subscrição de quotas pela União. Contudo, por ter sido julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, a referida forma de restituição não ocorreu. Assim, a restituição do empréstimo dar-se-á em moeda corrente, sem a intermediação do FND.

7.2.4 - **Aplicação dos Recursos - Repercusões Econômicas por Setor Beneficiado**

Relativamente ao atingimento da sua finalidade, o FND realiza aplicações sob as seguintes modalidades: aquisição de participação acionária ou diretos a ela relativos e concessão de empréstimos, mediante repasses a agentes financeiros federais.

Em 1993, a operação de capitalização realizada pelo FND na ELETROBRÁS beneficiou o setor elétrico com um total de CR$317,3 milhões.

No que tange aos empréstimos, foram repassados ao BNDES e à FINEP CR$5.680,4 milhões para aplicação no setor de bens de capital, no Programa de Pequenas e Médias Empresas e em Desenvolvimento tecnológico, conforme discriminado a seguir:

Beneficiário	Programa/Setor	Valor CR$ milhões
FINEP	Desenv. Tecnológico.	1.871,3
BNDES	Insumos Basicos	1.187,2
BNDES	Bens de Capital	815,2
BNDES	Bens de Consumo	181,5
BNDES	Energia Hidrelétrica	640,0
BNDES	Peq. e Media Empresas	815,5
BB	Peq. e Media Empresas	60,5
BNDES/FINAME	Bens de Capital	109,2
		5.680,4

O apoio a empreendimentos de pequenas e médias empresas objetivou a realização de novos investimentos com vistas à melhoria de qualidade e aumento da produtividade. Quanto aos recursos aportados junto ao BNDES/FINAME, serviram para financiamento a Cia. de Transportes Coletivos - CTC/RJ, visando a aquisição de ônibus a gás no âmbito do Projeto de Transportes Integrados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

7.2.5 - **Metas Previstas e Resultados Alcançados**

O detalhamento das metas e dos resultados relativos ao ano de 1993 encontra-se evidenciado nos quadros de execução orçamentária.

Ressalte-se, na sua analise, a não ocorrência de ingresso de recursos da União no FND objetivando a aquisição de cotas. Este fato deveu-se, conforme citado no item 3, à decisão do Governo Federal de não mais efetivar a devolução do empréstimo compulsório na forma de quotas do FND.

7.2.6 - Análise Orçamentária-Financeira

A carteira de ações do FND encontra-se avaliada em CR$320,46 bilhões. Essa carteira de propriedade do Fundo permitiu, em 1993, o recolhimento de dividendos no valor total de CR$910,8 milhões, conforme a seguir especificado:

	CR$ milhões
Banco do Brasil	505,1
ELETROBRÁS	171,5
Vale do Rio Doce	102,7
PETROBRÁS	70,6
Outros	60,9
TOTAL	910,8

O Patrimônio Líquido do Fundo equivale a CR$301.227 milhões, formado por quotas integralizadas no valor de CR$380.077 milhões e Prejuízos Acumulados de CR$254.052 milhões. O Demonstrativo de Resultado do FND, referente ao exercício de 1993, acusou um resultado positivo de CR$175.202 milhões, decorrente basicamente do comportamento das variações monetárias e da carteira de títulos.

O orçamento aprovado para o FND, em 1993, foi de CR$61.405 milhões.

O alto grau de realização das receitas, conforme detalhadc nos quadros da Execução Orçamentária anexos, deveu-se, basicamente, ao fato da previsão para a rubrica "Juros de Títulos de Renda" ter incluído apenas a remuneração do fundo de liquidez das OFND, desconsiderando, portanto, a remuneração para possíveis disponibilidades não aplicadas, a qual foi elevada em decorrência do alto índice inflacionário.

Em relação às despesas do Fundo, a execução orçamentária apresentou o seguinte resultado:

DESPESAS CORRENTES - Do total orçado CR$3.591 milhões, houve a realização de CR$727 milhões, concentrados no pagamento de juros sobre OFND's.

DESPESAS DE CAPITAL - Do total de CR$57,813 milhões, houve uma realização de CR$5.658 milhões, constituída basicamente por operações de financiamento beneficiando o setor de bens de capital e os Programas de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Tecnológico.

Do Orçamento de 1993, foram contabilizados em conta de compensação para liquidação em 1994, os comprometimentos com a FINEP e Banco do Brasil, a saber:

FINEP	CR$ 8.119,3 milhões
BB	CR$ 665,8 milhões
TOTAL	CR$ 8.784,8 milhões.

TABELA 7.2.1 - FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO
ORÇAMENTO DE 1993

CR$ MIL REAL

CODIGO	E S P E C I F I C A C A O	ORÇAMENTO APROVADO	REALIZADO JAN/DEZ	GRAU DE REALIZAÇAO
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	28.040.500	76.004.933	271
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	26.601.418	74.082.914	278
1320.00.00	REC. DE VALORES MOBILIARIOS	26.601.418	74.082.914	278
1321.00.00	JUROS DE TITULOS DE RENDA	24.737.760	73.172.145	296
1322.00.00	DIVIDENDOS	1.863.658	910.768	49
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.439.082	1.922.019	134
1600.02.00	SERVIÇOS FINANCEIROS	1.439.082	1.922.019	134
1600.02.01	JUROS DE EMPRESTIMOS	1.439.082	1.922.019	134
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	33.364.159	7.820.200	23
2200.00.00	ALIENAÇAO DE BENS	29.115.545	2.494.846	9
2210.00.00	ALIENAÇAO DE BENS MOVEIS	29.115.545	2.494.846	9
2211.00.00	ALIENAÇAO DE TITULOS MOBIL	2.970.000	2.494.846	84
2219.00.00	ALIENAÇAO DE OUTROS BENS MOVEIS	26.145.545	0	-
	TRANSF. P/COMPRA DE COTAS	26.145.545	0	-
2300.00.00	AMORTIZAÇAO DE EMPRESTIMOS	4.248.614	5.325.354	125
	TOTAL DAS RECEITAS	61.404.659	83.825.133	137

TABELA 7.2.2 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ORÇAMENTO - 1993

CR$ MIL REAL

CODIGO	E S P E C I F I C A Ç A O	ORÇAMENTO APROVADO	REALIZADO JAN/DEZ	GRAU DE REALIZACAO
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	3.591.189	727.496	20
3.2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA INT.	2.724.739	715.189	26
3.2.90.00	APLICAÇOES DIRETAS	2.724.739	715.189	26
3.2.90.21	JUROS S/A DIV. POR CONTRAT.	2.724.739	715.189	26
3.4.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	866.450	12.308	1
3.4.90.00	APLICAÇOES DIRETAS	866.450	12.308	1
3.4.90.39	OUTROS SERV DE TERC. - PE	866.450	12.308	1
	DESPESAS C/PROCESSO DE PR	7.425	296	4
	SERVIÇO DE EMISSAO E DEVO.	792.000	0	-
	OUTROS ENCARGOS C/ADMINIS.	67.025	12.012	18
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	57.813.471	5.658.355	10
4.6.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	57.813.471	5.658.355	10
			-109189,71	
4.6.90.00	APLICAÇOES DIRETAS	57.813.471	5.658.355	10
4.6.90.63	AQUISIÇAO DE TITULOS DE CR	26.145.545	0	-
4.6.90.65	CONSTITUIÇAO OU AUMENTO CA	8.909.807	0	-
	ELETRONORTE/HIDRELÉTRICA	742.500	0	-
	CEMAT/S.JOSE DOS 4 MARCO	618.750	0	-
	ELETRONORTE/HIDRELETRICA	495.000	0	-
	FURNAS/HIDRELETRICA DE C	1.485.000	0	-
	ELETRONORTE/REDENÇAO/SAN	729.932	0	-
	CHESF/ITAPARICA LOTE CAR	891.000	0	-
	CEMIG/MIRANDA-UBERLANDIA	1.472.625	0	-
	SERV. PORTUARIO CODESP-SP.	742.500	0	-
	TRANSP. FERROVIARIO RFFSA	495.000	0	-
	CACHOEIRA DOURADA-GO	990.000	0	-
	OUTROS	247.500	0	-
4.6.90.65	CONSTITUIÇAO OU AUMENTO CAP.	769.233	769.233	100
	PARTICIP. SOCIETARIAS	0	0	-
	EMPRESAS DE ENERGIA	0	0	-
	EMPRESAS DE TRANSPORTE	0	0	-
	EXERCICIO DE DIREITOS D	769.233	769.233	100
4.6.90.66	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS	21.988.886	4.889.122	22
	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	9.898.450	1.779.104	18
	FINANC. PROJ. PESQUISA	9.898.450	1.779.104	18
	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	11.254.929	2.470.036	22
	FINANC. INSUMOS BASICOS	989.269	989.269	100
	FINANC. BENS DE CAPITAL	815.220	815.220	100
	FINANC. BENS DE CONSUMO	0	0	-
	PEQUENAS E MEDIAS EMPR.	9.450.440	665.547	7
	TRANSPORTE E INFRA-ESTRUT	835.507	639.982	77
	ENERGIA HEDRELETRICA	639.982	639.982	100
	ES CENTRAIS ELETRICAS	195.525	0	-
	TRANSPORTE FERROVIARIO	0	0	-
4.7.00.00	AMORTIZAÇAO DA DIVIDA INTERNA	0	0	-
4.7.90.00	APLICAÇOES DIRETAS	0	0	-
4.7.90.71	PRINCIPAL DA DIV. POR CONT	0	0	-
	TOTAL DAS DESPESAS	61.404.659	6.385.852	10

TABELA 7.2.3 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
RESTOS A PAGAR - 1992 CR$ MIL REAL

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO APROVADO	REALIZADO JAN/DEZ	GRAU DE REALIZAÇÃO
4.6.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	1.467.215	1.108.637	76
4.6.90.65	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO CAP.	317.305	317.305	100
	ELETRONORTE/MANSO	5.330	5.330	100
	ELETRONORTE/SANTANA	8.883	8.883	100
	ELETRONORTE/RIO BRANCO	7.630	7.630	100
	ELETRONORTE/PORTO SEGURO	8.812	8.812	100
	FURNAS/ANGRA II	90.909	90.909	100
	FURNAS/IGUAÇU-IVAIPORA	15.681	15.681	100
	CEPISA/COVA-DONGA	9.224	9.224	100
	CELG/CACHOEIRA DOURADA	23.060	23.060	100
	CEMIG/NOVA PONTE	23.060	23.060	100
	CEMIG/MIRANDA	90.588	90.588	100
	CEMIG/IGARAPARA	20.293	20.293	100
	CERON/PCH-CACAULANDIA-MA	13.836	13.836	100
4.6.90.66	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS	1.149.910	791.332	69
	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	92.280	92.280	100
	FINANC. PROJ. PESQUISA	92.280	92.280	100
	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	835.266	699.052	84
	FINANC. INSUMOS BASICO	197.901	197.901	100
	FINANC. BENS DE CAPITAL	154.686	109.190	71
	FINANC. BENS DE CONSUMO	181.482	181.482	100
	PEQUENAS E MEDIAS EMP.	301.196	210.479	70
	BANCO DO BRASIL S.A.	151.196	60.479	40
	BNDES	150.000	150.000	100
	TRANSPORTE E INFRA-ESTRUT.	222.364	0	-
	ENERGIA HIDRELETRICA	222.364	0	-
	ELETRONORTE/MANSO	58.075	0	-
	ELETRONORTE/USINAS T	17.373	0	-
	FURNAS/ANGRA II	122.292	0	-
	FURNAS/CORUMBA	24.623	0	-
	TOTAL DAS DESPESAS	1.467.215	1.108.637	76
	TOTAL GERAL (EXERCICIO + RESTOS A PAGAR)	62.871.874	7.494.488	12
	DISPONIVEL INICIAL		2.850.401	
	DISPONIVEL FINAL		79.181.045	(*)

(*) Inclui Fundo de Liquidez e OFND's em carteira.

7.3 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da assistência financeira continuada aos setores produtivos da Região, propiciando o incremento da produção e da produtividade das atividades econômicas, além de contribuir para a redução do déficit de empregos no Nordeste.

Sua criação, juntamente com os Fundos de Financiamento do Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO), decorreu do art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, posteriormente regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.89.

A legislação que instituiu o Fundo destinou-lhe, ainda, a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semi-árido, às quais seria destinada pelo menos metade dos recursos ingressados.

A administração do FNE é exercida pelo Conselho Deliberativo da SUDENE e pelo Banco do Nordeste, competindo ao primeiro aprovar os programas de financiamento propostos pelo Banco, indicar providências para compatibilização das aplicações com as ações das demais instituições de desenvolvimento regional e avaliar os resultados obtidos.

Ao BNB cabe a gestão do Fundo, sendo-lhe atribuídas as funções de gerir os recursos; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar propostas nas faixas de encargos, fixar juros e deferir créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras Instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo; prestar contas sobre os resultados alcançados; e exercer outras atividades inerentes à função de órgão administrador.

De acordo com o Art. 6º da Lei 7.827, constituem fontes de recursos do FNE:

- 1,8% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados;

- os retornos e resultados das aplicações dos recursos;

- o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial;

- contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e

- dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

Da previsão orçamentária de CR$129.269 milhões para o exercício de 1993, elaborado com base nas previsões de arrecadação dos impostos sobre produtos industrializados e sobre a renda e proventos de qualquer natureza, foram estabelecidas como metas de planejamento gerencial para aplicações em empreendimentos rurais/agroindustriais e industriais os valores de CR$90.488 milhões e CR$38.781 milhões, respectivamente.

De acordo com a Tabela 7.3.1, foram beneficiados, no exercício, 73.819 produtores, no montante de CR$241.373 milhões, sendo CR$172.653 milhões no setor rural e CR$68.720 milhões na indústria.

Sobre estes números, convém ressaltar a elevada quantidade de beneficiários de financiamentos na zona semi-árida, 47.233 - equivalentes a 64,0% do total de 1993. Em termos de valores, as contratações nesse setor representaram 53,3% do total contratado no exercício.

As repercussões dessas aplicações sobre a economia nordestina são avaliadas a partir da "Matriz de Insumo-Produto da Economia do Nordeste", apresentada na Tabela 7.3.2, a qual prevê um acréscimo no Valor Bruto da Produção Regional da ordem de CR$372.809 milhões, além da geração de CR$109.103 empregos diretos e indiretos.

Quanto à distribuição das aplicações por categoria de produtor, mais uma vez ficou evidenciada a eficácia das ações do Banco no sentido de priorizar os pequenos produtores. De um total de 73.819 beneficiários de financiamentos do FNE no exercício de 1993, 72.594 pertenciam à categoria de mini/pequenos e 857 eram enquadrados como de médio porte, perfazendo um número correspondente a 99,5% daquele total. As contratações de operações de crédito efetuadas com aqueles dois grupos de beneficiários atingiram o montante de CR$158.480 milhões, correspondentes a 66% do total (Tabela 7.3.3).

Em termos espaciais, a distribuição dos recursos do FNE obedece a demanda de cada Estado, beneficiando aqueles que apresentam maior número de projetos e mais significativos indicadores de tamanho geográfico e populacional.

As contratações realizadas na zona semi-árida atingiram a soma de CR$128.615 milhões, correspondentes a 53,3% do total aplicado no período. Tal percentual traduz o resultado dos esforços desenvolvidos pelo BNB no sentido de ampliar a atuação do FNE no semi-árido, dando cumprimento ao dispositivo institucional (Tabela 7.3.4).

7.3.1 - Exercício Financeiro de 1993

No que diz respeito à movimentação de recursos do FNE, as transferências feitas pelo Tesouro Nacional para o Fundo,desde a sua constituição, atingiram a monta de CR$39.412,8 milhões, incluindo-se o montante referente ao saldo do ano anterior (Tabela 7.3.5). Tal montante, somado às rendas incidentes sobre valores disponíveis e não aplicados pelo BNB, acrescido, ainda, da

remuneração de operações de crédito contratadas, perfaz a cifra de CR$343.784 milhões. Isso determinou uma receita total de CR$330.453 milhões, após deduzidas as despesas operacionais do Fundo. A maior parte destes recursos - CR$328.030 milhões - acha-se aplicada e efetivamente desembolsada.

TABELA 7.3.1
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
DOTAÇOES ORÇAMENTARIAS/CONTRATAÇOES
EXERCICIO DE 1993

EM CR$ MILHOES

PROGRAMAS	DOTAÇAO ORÇAMENTARIA	CONTRATAÇOES	
		QT	VALOR
CREDITO RURAL	90.488	71.374	172.653
CREDITO INDUSTRIAL	38.781	2.445	68.720
TOTAL	129.269	73.819	241.373

FONTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A

TABELA 7.3.2 - REPERCUSSOES ECONOMICAS DAS APLICACOES DO FNE NA REGIAO NORDESTE
EXERCICIO DE 1993

EM CR$ MILHOES DE DEZEMBRO/93

VARIAVEIS	INDUSTRIA	AGRICULTURA	AGROINDUSTRIA	TOTAL
VALOR APLICADO	68.720	147.350	25.303	241.373
VALOR BRUTO DA PRODUÇAO	118.920	217.519	36.370	372.809
VALOR AGREGADO	52.700	123.024	21.640	197.364
SALARIOS	10.886	22.384	4.181	37.451
EMPREGOS (DIRETOS + INDIRETOS)(*)	21.218	74.136	13.749	109.103
EFEITOS PARA TRAS (COMPRA DE INSUMOS)	50.993	70.169	11.098	132.260
EFEITOS PARA FRENTE (VENDA DE INSUMOS)	52.692	111.733	15.847	180.312
IMPORTAÇOES				
- RESTO DO BRASIL	11.741	3.948	3.059	18.748
- RESTO DO MUNDO	1.959	3.479	877	6.315

FONTE: BNB-ETENE-DESIN E MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO DO NORDESTE DE 1985.
(*) EM NUMERO DE PESSOAS EMPREGADAS.

A TABELA APRESENTA UMA AVALIAÇAO DOS IMPACTOS SOCIAIS E ECONOMICOS DAS APLICAÇOES DO FNE, OBTIDOS COM A UTILIZAÇAO DA MATRIZ DE INSUMO - PRODUTO PARA A ECONOMIA NORDESTINA, A QUAL PREVE UM ACRESCIMO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇAO REGIONAL DA ORDEM DE CR$ 372.809 MILHOES, ALEM DA GERAÇAO DE 103.976 NOVOS EMPREGOS (DIRETOS E INDIRETOS), O QUE DEMONSTRA,COM CLAREZA, A DIMENSAO DAS REPERCUSSOES DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS COM O FUNDO SOBRE A ECONOMIA DA REGIAO.

TABELA 7.3.3 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
VALORES CONTRATADOS POR CATEGORIA DE PRODUTOR/EMPRESARIO
1992-1993

EM CR$ MILHOES

CATEGORIA DO PRODUTOR	AREA DE CREDITO RURAL				AREA DE CREDITO INDUSTRIAL				T O T A L			
	1992		1993		1992		1993		1992		1993	
	QT	VALOR	QT	VALOR	QT	VALOR	QT	VALOR	QT	VALOR	QT	VALOR
MINI/PEQUENO	36.418	382	70.311	114.131	382	41	2.283	15.034	36.800	423	72.594	129.165
MEDIO	7.783	98	784	12.284	68	289	73	17.031	7.851	387	857	29.315
GRANDE	318	632	279	46.238	104	1.183	89	36.655	422	1.815	368	82.893
TOTAL	44.519	1.112	71.374	172.653	554	1.513	2.445	68.720	45.073	2.625	73.819	241.373

FONTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A

TABELA 7.3.4 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
VALORES CONTRATADOS POR ESTADO - TOTAL DA REGIAO E NO SEMI-ARIDO
EXERCICIO DE 1993

EM CR$ MILHOES

ESTADO	REGIAO NORDESTE			ZONA DO SEMI-ARIDO		
	Crédito Rural	Crédito Industrial	TOTAL	Crédito Rural	Crédito Industrial	TOTAL
Alagoas	10.287	5.520	15.807	5.653	3.552	9.205
Bahia	36.778	9.658	46.436	22.697	5.552	28.249
Ceara	32.803	22.136	54.939	22.776	15.121	37.897
Maranhao	8.893	12.852	21.745	0	0	0
Minas Gerais	23.187	795	23.982	5.622	235	5.857
Paraiba	9.097	4.013	13.110	7.394	1.043	8.437
Pernambuco	18.446	3.500	21.946	13.916	2.220	16.136
Piaui	11.705	4.823	16.528	4.313	177	4.490
R.G.do Norte	16.956	1.895	18.851	14.926	1.154	16.080
Sergipe	4.500	3.529	8.029	2.264	0	2.264
TOTAL	172.652	68.721	241.373	99.561	29.054	128.615

FONTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A

TABELA 7.3.5

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

MOVIMENTACAO DE RECURSOS - EXERCICIO FINANCEIRO DE 1993

POSICAO: 31.12.93

(Em CR$ milhoes)

MESES	TRANSFERENCI TESOURO NACIONAL (A)	RENDAS SOB VALORES DISPONIVEIS (B) (1)	RENDAS DE ATUALIZ. MONT. E JUROS (C) (2)	OUTRAS RECEITAS (D) (3)	REMUNERACAO DO BAN TX.SUP.CRE (E) (4)	REMUNERACAO DO BAN TX. ADM (F)	OUTRAS DESPESA (G) (5)	RECURSOS ADIANT PELO BNB (H) (6)	TOTAL DE RECURSOS (I=A+B+C+D-E-F-G+	FINANCIAMENT (J)	RECURSOS DISPONIVEIS (K=I-J)
SALDO ANTERIO	1.800	1.219	8.244	0	182	233	6	0	10.843	10.597	246
JANEIRO	280	53	2.695	0	52	23	3	0	2.949	2.886	63
FEVEREIRO	677	151	3.454	0	66	37	4	0	4.176	3.459	717
MARCO	831	323	4.343	0	83	57	1	0	5.356	4.270	1.086
ABRIL	896	709	5.478	0	105	85	5	0	6.888	5.357	1.531
MAIO	1.176	1.024	7.353	0	138	128	1	0	9.286	8.241	1.045
JUNHO	2.109	278	10.583	0	204	190	22	241	12.795	17.483	(4.688)
JULHO	2.122	0	15.857	1	275	296	4	602	18.008	18.008	0
AGOSTO	2.572	0	22.475	1	371	450	349	(200)	23.679	23.679	0
SETEMBRO	3.144	0	30.724	1	510	644	230	1.361	33.846	33.847	(0)
OUTUBRO	2.705	65	45.681	5	703	994	389	217	46.588	46.588	0
NOVEMBRO	9.773	86	54.926	1	944	1.416	399	(2.221)	59.805	57.202	2.603
DEZEMBRO	11.326	982	87.668	0	1.354	2.289	100	0	96.233	96.414	(181)
EXERC. ATUAL	39.413	4.890	299.481	9	4.985	6.842	1.512	0	330.453	328.030	2.423

FONTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A (DEPAF Direc)

NOTAS: (1) DECRETO 98.339, DE 27.10.89.

(2) RENDAS DE JUROS E CORRECAO MOENTARIA DE OPERACOES DE CREDITO.

(3) RECEITAS RESULTANTES DE SANCOES/ATUALIZACOES DE REPASSES REEMBOLSADOS COM ATRASO ETC.

(4) TAXA DE SUPERVISAO DE CREDITO E TAXA DE ADMINISTRACAO (LEI 7.827, DE 27.09.89, ART. 171)

(5) DESPESAS DE AUDITORIA (LEI 7.827 DE 27.09.89, ART. 20, PARAGR. 30), TAXA DE SUPERVISAO DE CREDITO PAGA AOS BANCOS ESTADUAIS; AJUSTES PATRIMONIAIS RESULTANTES DE RECALCULO DE ENCARGOS CONTABILIZADOS EM EXERCICIOS ANTERIORES CONTABILIZADOS EM EXERCICIOS ANTERIORES. REMUNERACAO (PELA TR) SOBRE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS PELO BNB NO MONTANTE DE CR$ 1.255 MILHOES]

(6) ADIANTAMENTOS FEITOS PELO BNB, PARA FAZER FACE A LIBERACAO DE RECURSOS EM MONTANTES SUPERIORES AS DISPONIBILIDADES DO FUNDO.

7.4 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, originou-se do Artigo 159, Inciso I, Alínea c", da Constituição Federal e institucionalizado através da Lei No. 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Conforme estabelece a Lei, o FNO tem como objetivo básico contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, mediante a execução de programas de financiamento as setores produtivos privados, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Regional.

Dessa forma, o FNO, se configura como um instrumento de política econômica, atrelado ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDA, que reafirma a ação de fomento às atividades produtivas da Região Norte.

A aplicação dos recursos do Fundo se dá através dos Programas de Financiamento, elaborados anualmente com base nos princípios da Lei, no PDA, observando-se os aspectos econômico, social, sócio-cultural, ambiental, científico e tecnológico, integração externa, espacial, política e institucional, e, nas prioridades de políticas e programas na órbita das Unidades Federadas da Região Norte, sendo o crédito orientado a gerar efeitos multiplicadores, buscando:

a) criar empregos;
b) promover investimentos nos setores considerados prioritários;
c) financiar empreendimentos ecologicamente sustentáveis; e
d) potencializar o agregado regional.

Dessa forma, a estratégia de ação do FNO em 1993 proporcionou a aplicação de recursos na Região , perseguindo os seguintes objetivos:

- promover o aumento da produção de grãos e de outros produtos agrícolas e pecuários, essenciais, tais como: hortigranjeiros, pesca artesanal, criação de pequenos animais, fruticultura etc., com vistas à geração de excedente capaz de garantir retorno econômico ao produtor/empresário, suprindo a carência regional;

- promover a expansão da agroindústria de pequeno e médio porte que se dedique ao beneficiamento dos produtos agropecuários da Região, incentivando a verticalização da produção e agregando maior renda;

- garantir a infra-estrutura econômica básica, necessária ao desenvolvimento das atividades produtivas, principalmente do pequeno produtor;

- aumentar a oferta de emprego, pela dinamização das atividades dos pequenos e médios empreendimentos rurais e industriais;

- contribuir para o incremento da balança comercial regional e nacional;

- garantir retorno econômico capaz de gerar elevação da renda real do mini, pequeno e médio produtor/empresário, visando à redução das disparidades regionais;

- assegurar maior longevidade ao potencial de uso do solo, mediante métodos corretivos, racionalizando a utilização de adubos químicos e defensivos e incentivando o uso de áreas alteradas, inclusive com reabilitação daquelas consideradas degradadas; e

- orientar as atividades produtivas a incorporarem processos tecnológicos que possibilitem a racionalização do uso dos recursos naturais com sustentabilidade econômica e ecológica.

Os recursos financeiros do Fundo representam seis décimos por cento (0,6%) do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados efetuados pela União (artigo 6 da Lei 7.827/89), cujo repasse ao Banco da Amazônia S/A-BASA se dá por intermédio do Tesouro Nacional, sendo o ingresso de recursos no exercício de 1993, da ordem de Cr$ 12.537.606.544,86, equivalente a US$ 133,213 mil.

De acordo com a programação aprovada para o exercício de 1993, a aplicação dos recursos do Fundo ocorreu por meio do Programa de Desenvolvimento Rural e Agroindustrial, do Programa de Desenvolvimento Industrial, ambos compreendendo vários subprogramas de financiamento e de Programas Especiais tais como: Apoio ao Programa da Terra, Apoio ao Cooperativismo, Apoio aos Miniprodutores e Microempresas Organizadas em Associação e Cooperativa (FNO-Especial), Apoio a Capacitação Tecnológica, Apoio a Infra-estrutura Econômica Básica e Desenvolvimento do Turismo Ecológico.

No exercício de 1993, de acordo com os demonstrativos de resultados na tabela 7.4.1, foram aplicados recursos financeiros do Fundo correspondente à contratação de 11.691 operações de crédito

Entre os Programas Especiais, o Programa da Terra foi o que registrou o maior número de financiados. Destas 11.691 operações contratadas sob o amparo do Programa de Aplicação 7.243 atenderam o Programa da Terra (Tabela 7.4.4), no valor de CR$ 4.565 milhões, por força da Portaria Internacional nº 218, de 27.08.92, que determinou e regulamentou a aplicação de 10% dos recursos dos Fundos Constitucionais para Financiamento de Investimentos e Custeio das Atividades Rurais desenvolvidas por Mini/Micro e Pequenos Produtores em projetos de assentamento ou de colonização elaborados ou aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Do Total das operações de crédito contratadas em 1993, 98,85% foram efetuadas com produtores/empresas de porte mini/micro e pequeno que absorveram exatos 73,02% dos recursos aplicados. Já

o número de operações firmadas com os segmentos de médio e grande porte foi apenas 1,15% do total de aplicações que representaram 26,98% dos recursos (Tabela 7.4.2).

Em termos de distribuição especial dos recursos (Tabela 7.4.1), os demonstrativos revelam que 45,34% foram absorvidos pelo Estado do Pará, 19,82% por Tocantins, 17,77% por Rondônia e 1,72% pelo Estado do Amapá, sendo a alocação desses recursos efetuadas em função da demanda de cada estado.

No que se refere ao desempenho por programa e subprograma de financiamento (Tabela 7.4.3), o Programa de Desenvolvimento Rural/Agroindustrial contratou 11.643 operações no valor de CR$ 21.092 milhões, das 7.243 no valor de CR$ 4.565 milhões foram alocadas no subprograma especial Programa da Terra, e 3.149 operações no valor de CR$ 3.882 milhões, no subprograma especial Apoio aos Miniprodutores e Microempresas Organizadas em Associação/Cooperativa (FNO-Especial). O Programa de Desenvolvimento Industrial atendeu 46 operações no valor de CR$ 3. 114 milhões.

Dentre os subprogramas de financiamento do Programa de Desenvolvimento Rural/Agroindustrial, os de pecuária de corte ou mista, pecuária de leite, recria e engorda, culturas permanentes, criação de pequenos e médios animais, exposição/feira, fruticultura tropical e apoio às culturas temporárias, foram os que apresentaram maior demanda de recursos.

No Programa de Desenvolvimento Industrial, destacaram-se os subprogramas Artefatos de Madeira, Alimentos, Bebidas e Insumos, Materiais Elétricos e de Comunicações, Minerais não-metálicos e Apoio da Indústria da Borracha.

O resultado global das aplicações dos recursos do FNO na Região Norte, no exercício de 1993, atingiu a preços de dez/93, atualizados pela Unidade de Referência Rural e Agroindustrial - UREF, CR$ 24.488 milhões, representando um incremento financeiro real de 2.305,50% em relação a dez/92 que aplicou Cr$ 1.018.000 milhões (padrão monetário anterior) = CR$ 1.018 milhões. Relativo ao número de operações contratadas, o incremento foi de 800%, resultante do aumento deste estoque de 1.299 em dez/92 para 11.691 operações de crédito em dez/93.

7.4.1 - Exercício Financeiro de 1993

O Orçamento do FNO para 1993 previa o ingresso de recursos da ordem de US$ 120,0 milhões, através da Secretaria do Tesouro Nacional. Foram injetados no Fundo, durante o exercício, US$ 129,6 milhões.

Conforme a Tabela 7.4.5 verifica-se que, no início do exercício, os recurso do FNO somavam CR$ 4.280 milhões, sendo CR$ 801 milhões correspondentes às transferências do Tesouro Nacional, CR$ 1.745 milhões a rendas sobre disponibilidades e CR$ 1.934 milhões referentes à renda de atualização monetária. Em 31.12.93, o total de recursos alcançou a cifra de CR$ 143.788 milhões assim distribuída: CR$ 12.538 milhões referentes ao ingresso de recurso

em 1993, os quais, somados ao saldo do ano anterior no valor de CR$ 601 milhões perfazem em CR$ 13.139 milhões o total das transferências do Tesouro Nacional, CR$ 73.230 milhões correspondentes a rendas sobre disponibilidades e CR$ 57.419 milhões referentes à renda de atualização monetária.

As despesas com remuneração do BASA, no mesmo exercício atingiram o montante de CR$ 906 milhões. Após deduzidas todas as despesas, os recursos do FNO somaram CR$ 142.881 milhões dos quais CR$ 67.400 milhões encontram-se aplicados em financiamentos e CR$ 68 milhões serão liberados para atender a operações contratadas.

TABELA 7.4.1

FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE - FNO

CONTRATACOES POR SETOR ECONOMICO E UNIDADES FEDERADAS
JANEIRO A DEZEMBRO/93

EM CR$ MILHOES

UNIDADE FEDERADA	RURAL/AGROINDUSTRIAL		INDUSTRIAL		TOTAL		
	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	%
ACRE	2.125	1.730	1	6	2.126	1.736	7,09
AMAPA	181	371	1	50	182	420	1,72
AMAZONAS	829	667	2	145	831	813	3,32
PARA	3.807	8.309	31	2.794	3.838	11.103	45,34
RONDONIA	3.130	4.280	7	72	3.137	4.352	17,77
RORAIMA	629	1.189	1	21	630	1.210	4,94
TOCANTINS	942	4.545	5	308	947	4.853	19,82
TOTAL	11.643	21.092	48	3.396	11.691	24.488	100,00
%	99,59	86,13	0,41	13,87	100,00	100,00	

FONTE: BANCO DA AMAZONIA S.A.

TABELA 7.4.2 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE - FNO
CONTRATACOES POR TAMANHO DE BENEFICIARIOS E UNIDADES FEDERADAS
(EXCLUSIVE RECURSOS PROPRIOS)
JANEIRO A DEZEMBRO/93

EM CR$ MILHOES

UNIDADE FEDERADA	MINI/MICRO		PEQUENO		MEDIO		GRANDE		T O T A L		
	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	%
ACRE	2.119	1.668	6	34	0	0	1	34	2.126	1.736	7,09
AMAPA	164	120	18	301	0	0	0	0	182	420	1,72
AMAZONAS	826	439	4	169	0	0	1	205	831	813	3,32
PARA	3.605	4.311	162	2.730	42	1.438	29	2.625	3.838	11.103	45,34
RONDONIA	3.051	3.186	81	966	3	101	2	100	3.137	4.352	17,77
RORAIMA	593	169	17	361	13	382	7	298	630	1.210	4,94
TOCANTINS	735	1.353	175	2.076	31	817	6	607	947	4.853	19,82
T O T A L	11.093	11.246	463	6.636	89	2.738	46	3.868	11.691	24.488	100,00
%	94,88	45,92	3,96	27,10	0,76	11,18	0,39	15,80	100,00	100,00	

FONTE: BANCO DA AMAZONIA S.A.

TABELA 7.4.3

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

APLICACOES POR ATIVIDADES PRODUTIVAS

Em CR$ milhoes

SUBPROGRAMAS POR SETORES PRODUTIVOS	EMPRESTIMOS (A)		RECURSOS PROPRIOS (B		INVESTIMENTO TOTAL (A+ B)		
	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	%
RURAL/AGROINDUSTRIAL	11.643	21.092	527	1.821	12.170	22.913	83,90
- FNO - Programa da Terra (*)	7.243	4.565	0	0	7.243	4.565	16,72
- FNO Especial (*)	3.149	3.882	0	0	3.149	3.882	14,21
- Agroindustria	1	19	1	0	2	20	0,07
- Apoio a Difusao Tecnologica	0	0	0	0	0	0	0,00
- Apoio as Culturas Temporarias	49	539	36	56	85	596	2,18
- Aquicultura	7	73	5	7	12	80	0,29
- Criacao de Pequenos e Medios Animais	12	666	11	243	23	909	3,33
- Criacao Racional de Animais Silvestres	0	0	0	0	0	0	0,00
- Cultivos de Plantas Medicinais	0	0	0	0	0	0	0,00
- Culturas Permanentes	17	667	13	101	30	768	2,81
- Exposicao Feira	358	603	56	18	414	621	2,27
- Fomento a Producao de Hortalicas	2	16	1	2	3	17	0,06
- Fruticultura Tropical	45	582	22	52	67	634	2,32
- Pecuaria de Corte ou Mista	503	7.379	284	848	787	8.227	30,12
- Pecuaria Leiteira	162	801	23	32	185	833	3,05
- Pesca Artesanal	0	0	0	0	0	0	0,00
- Producao de Graos, Hortali.e Tuberculos (2)	0	0	0	0	0	0	0,00
- Producao de Sementes e Mudas	1	1	1	0	2	2	0,01
- Recria e Engorda	91	1.155	72	443	163	1.598	5,85
- Recuperacao de Areas Degradadas	3	142	2	19	5	161	0,59
- Reordenacao de Seringal e Castanhal Nativos	0	0	0	0	0	0	0,00
INDUSTRIAL	46	3.114	34	1.002	80	4.116	15,07
- Alimentos, Bebidas e Insumos	13	633	9	80	22	713	2,61
- Apoio a Industria da Borracha	3	184	3	36	6	220	0,81
- Apoio a Industria do Mobiliario	2	9	1	1	3	9	0,03
- Apoio ao Artesanato	0	0	0	0	0	0	0,00
- Apoio ao Transporte	0	0	0	0	0	0	0,00
- Apoio Industria Quimica(Perf.Cosm.Deterg.)	2	154	0	0	2	154	0,56
- Artefatos de Madeira	12	992	10	352	22	1.344	4,92
- Bio-industria (Prod.Farm.Veterinarios)	0	0	0	0	0	0	0,00
- Couros e Peles	0	0	0	0	0	0	0,00
- Editorial e Grafico	1	173	0	0	1	173	0,63
- Materiais Eletricos e de Comunicacoes	2	489	1	340	3	830	3,04
- Materiais Plasticos e Papeloes	2	38	2	9	4	47	0,17
- Micro/Pequena Empresa (1)	0	0	0	0	0	0	0,00
- Minerais nao Metalicos	2	202	2	125	4	327	1,20
- Minero-Metal-Mecanico	2	70	2	26	4	96	0,35
- Processamento de Residuos	0	0	0	0	0	0	0,00
- Producao de Bens Intermediarios (1)	0	0	0	0	0	0	0,00
- Producao de Gelo e Frig. de Alimentos	2	110	1	21	3	131	0,48
- Vestuario, Calcados e Artefatos de Tecidos	3	61	3	12	6	73	0,27
ESPECIAIS	2	282	0	0	2	282	1,03
- Apoio a Capacitacao Tecnologica	0	0	0	0	0	0	0,00
- Apoio a Infra-estrutura Economica Basica	0	0	0	0	0	0	0,00
- Apoio ao Cooperativismo	1	151	0	0	1	151	0,55
- Desenvolvimento do Turismo Ecologico	1	131	0	0	1	131	0,48
TOTAL	11.691	24.488	561	2.823	12.252	27.311	100,00

FONTE: BANCO DA AMAZONIA S.A. (*) Subprogramas Especiais desenvolvidos para o Setor Rural

(1) Extintos em 1991, por absorcao em novos programas

(2) Extintos em 1993, por absorcao em novos programas

TABELA 7.4.4 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE - FNO * PROGRAMA DA TERRA
CONTRATACOES POR TAMANHO DE BENEFICIARIOS E UNIDADES FEDERADAS
JANEIRO A DEZEMBRO 93

EM CR$ MILHOES

UNIDADE FEDERAD	MINI/MICRO		PEQUENO		MEDIO		GRANDE		TOTAL		
	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	No.OP.	VALOR	%
CREDITO RURAL	7.241	4.541	2	24	0	0	0	0	7.243	4.565	
ACRE	1.499	1.031	0	0	0	0	0	0	1.499	1.031	22,60
AMAPA	161	57	0	0	0	0	0	0	161	57	1,25
AMAZONAS	809	422	2	24	0	0	0	0	811	446	9,76
PARA	1.397	864	0	0	0	0	0	0	1.397	864	18,93
RONDONIA	2.501	1.775	0	0	0	0	0	0	2.501	1.775	38,89
RORAIMA	493	96	0	0	0	0	0	0	493	96	2,09
TOCANTINS	381	296	0	0	0	0	0	0	381	296	6,49
TOTAL	7.241	4.541	2	24	0	0	0	0	7.243	4.565	100,00
%	99,97	99,48	0,03	0,52	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	

FONTE: BANCO DA AMAZONIA S.A.

TABELA 7.4.5 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - F N O
MOVIMENTACAO FINANCEIRA DO EXERCICIO DE 1993

(EM CR$ MILHOES)

M E S E S	TRANSFERENCIAS DO TN (A)	RENDAS VALORES DISPONIVEIS (B)	RENDAS DE ATUALIZACAO MONETARIA (C)	REMUNERACAO DO BANCO (D)	OUTRAS DESPESAS (E)	TOTAL DE RECURSOS (F=SDO.ANT.+A+B+C-D-E)	FINANCIAMENTOS (G)	SALDO RECURSOS COMPROMETIDOS (H)	TOTAL (*) (I=G+H)
SALDO ANTERIOR	601	1.745	1.934	34	0	4.246	2.139	582	2.721
JANEIRO	93	582	549	9	0	5.460	2.729	11	2.740
FEVEREIRO	226	759	687	11	0	7.121	3.479	37	3.516
MARCO	277	1.009	872	16	0	9.263	4.431	22	4.453
ABRIL	299	1.391	1.196	20	0	12.129	5.700	(135)	5.565
MAIO	392	1.940	1.654	28	0	16.087	7.459	217	7.676
JUNHO	703	2.771	2.142	36	0	21.667	9.783	269	10.052
JULHO	707	3.763	2.843	50	0	28.930	13.016	141	13.157
AGOSTO	858	5.438	3.948	67	0	39.107	17.485	868	18.353
SETEMBRO	1.048	7.627	5.863	89	0	53.556	24.039	578	24.617
OUTUBRO	902	10.858	8.613	127	0	73.802	33.898	1.063	34.961
NOVEMBRO	3.258	15.051	11.485	173	0	103.423	47.416	795	48.211
DEZEMBRO	3.775	20.296	15.633	246	0	142.881	67.400	68	67.468
Exercicio Atual	13.139	73.230	57.419	906	0	517.672	238.974	4.516	243.490

Fonte: BASA
(B) Encargos Totais + Retornos
(C) Encargos Totais - Retornos
(D) Taxa de Administracao - Lei nr. 7327/89
(E) Despesa de Auditoria - Lei nr. 7327/89
(G) Saldos de Aplicacao
(*) Neste total nao esta incluido o consideravel montante de recursos comprometidos com operacoes deferidas a contratar, propostas em carteira autorizacao de elaboracao de propostas de financiamento, cartas-consultas recebidas e com recursos conveniados com Bancos Estaduais.

7.5 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO)

7.5.1 - Natureza e Ato de Constituição

Natureza: Fundo contábil, financeiro e rotativo.

Ato de Constituição: Art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal e Lei nº 7.827, de 27.09.89.

7.5.2 - Objetivos e Gerência do Fundo

Objetivos

Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento.

Gerência:

a) Ministério da Integração Regional - MIR, em substituição ao Conselho Deliberativo da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO; e

b) Banco do Brasil S.A..

7.5.3 - Fonte dos Recursos

Conforme o art. 6º da Lei de criação, constituem fontes de recursos do FCO:

a) 0,6% (seis decimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, entregues pela União, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal;

b) retornos e resultados de suas aplicações;

c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados;

d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e

e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em Lei.

7.5.4 - Aplicação dos Recursos e Desempenho por Setor Beneficiado

Ao final do exercício, a distribuição por UF dos recursos, das aplicações e das disponibilidades estava assim representada:

(em CR$ mil)

	UNIDADES FEDERATIVAS					
RECURSOS	A ALOCAR	DF	GO	MT	MS	TOTAL
	101.965	19.114.724	29.567.640	30.308.152	23.991.988	103.084.469
FINANCIAMENTOS	-	11.765.212	25.635.996	29.046.046	24.703.270	91.150.524
- Rurais	-	5.586.525	17.196.976	23.645.823	15.497.980	61.927.304
- Agroindustriais	-	645.958	4.192.135	1.417.077	2.891.595	9.146.765
- Industriais	-	5.295.069	3.945.451	1.735.572	5.411.109	16.387.201
- Infra-Estrutura Básica	-	237.660	-	2.247.574	50.720	2.535.954
- Infra-Estrutura Econômica	-	-	301.434	-	262.857	564.291
- Desenv. do Turismo	-	-	-	-	589.009	589.009
DISPONIBILIDADES	101.965	7.349.512	3.931.644	1.262.106	(711.282)	11.933.945
- Parcelas a liberar	-	154.544	887.342	420.269	7.197.000	8.659.155
- Recursos a aplicar	101.965	7.194.968	3.044.302	841.837	(7.908.282)	3.274.790
T O T A L		19.114.724	29.567.640	30.308.151	23.991.987	103.084.469

A quantidade de operações contratadas, correspondente ao total de 8.750 projetos aprovados e liberados no exercício, demonstra o bom nível de atendimento oferecido à Região, conforme abaixo:

(quantidade de operações)

SETOR	UNIDADES FEDERATIVAS				
BENEFICIADO	DF	GO	MT	MS	TOTAL
Rural	453	1.108	3.984	3.074	8.619
Industrial	15	19	34	51	119
Infra-Estrutura	-	-	2	6	8
Desenv. Turismo	-	-	-	4	4
TOTAL	468	1.127	4.020	3.135	8.750

Tais contratações absorveram recursos no montante de CR$41.693.058 mil, em valores de dezembro/93, atualizados pela TR, conforme discriminado a seguir:

(em CR$ mil)

SETOR	UNIDADES FEDERATIVAS				
BENEFICIADO	DF	GO	MT	MS	TOTAL
Rural	2.625.448	10.488.090	13.113.759	8.477.228	34.704.525
Industrial	1.261.399	1.725.729	1.036.862	2.755.727	6.779.717
Infra-Estrutura	-	-	1.204	137.771	138.975
Desenv. Turismo	-	-	-	69.841	69.841
TOTAL	3.886.847	12.213.819	14.151.825	11.440.567	41.693.058

7.5.5 - Análise do Exercício Financeiro de 1993

Movimentação de Recursos:

No início do exercício, os recursos do FCO somavam CR$3.294.747 mil, sendo CR$2.462.348 mil aplicados em financiamentos e CR$832.399 mil em disponibilidades financeiras. Em 31.12.93, o total de recursos alcançou a cifra de CR$103.084.469 mil, assim distribuída: CR$91.150.524 mil aplicados em financiamentos e CR$11.933.945 mil em disponibilidades financeiras destinadas a atender propostas em carteira, aprovadas até aquela data. Dessa maneira, as operações contratadas e em fase de contratação, com prazo final para a efetiva formalização fixado para 31.03.94, deverão absorver a totalidade dos recursos ingressados no exercício. O anexo nº 2 demonstra a evolução dos recursos, mês a mês, no decorrer do exercício financeiro de 1993.

Recursos repassados pelo Tesouro Nacional:

As transferências do Tesouro Nacional são decendiais. No exercício, o FCO recebeu recurso num total de CR$12.537.606 mil, conforme demonstrado na coluna "A" do anexo nº 2.

Remuneração das disponibilidades:

Na forma do Decreto nº 98.339, de 27.10.89, as disponibilidades financeiras do Fundo são remuneradas pela variação da TR, quinzenalmente. Estas receitas somaram CR$15.157.865 mil.

TABELA 7.5.1 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

MOVIMENTAÇAO DE RECURSOS - EXERCICIO FINANCEIRO DE 1993

(POSIÇAO EM 31.12.93)

(Em CR$ mil)

MESES	TRANSFERENCIAS DO TN (A)	RENDAS S/VALORES DISPONIVEIS (B)	RENDAS DE ATUALIZ. MONETARIA-ESTORNOS (C)	REMUNERAÇAO DO BANCO DO BRASIL (D)	DESPESAS COM REBATES (E)	OUTRAS DESPESAS (F)	TOTAL DE RECURSOS (G=SALDO ANTERIOR+ (A+B+C-D-E-F)	FINANCIAMENTOS (H)	RECURSOS DISPONIVEIS (I=G-H)
EXERCICIOS ANTERIORES	599.988	715.479	2.035.107	55.816		11	3.294.747	2.462.348	832.399
JANEIRO	93.431	213.916	603.675	19.478			4.186.291	3.137.248	1.049.043
FEVEREIRO	225.826	339.532	760.948	7.406		3	5.505.188	3.997.151	1.508.038
MARÇO	277.014	349.589	917.306	12.216			7.036.882	4.982.676	2.054.206
ABRIL	298.684	551.869	1.241.001	18.050			9.110.386	6.290.672	2.819.714
MAIO	391.944	805.369	1.767.184	27.918			12.046.965	8.639.693	3.407.271
JUNHO	703.114	1.011.129	2.388.194	38.260			16.111.142	12.255.155	3.855.987
JULHO	707.475	1.208.341	3.320.235	62.703			21.284.490	16.610.397	4.674.093
AGOSTO	857.438	1.524.543	4.910.239	88.716	222		28.487.772	23.722.718	4.765.054
SETEMBRO	1.048.065	1.718.425	7.577.241	135.779	191		38.695.533	33.073.044	5.622.489
OUTUBRO	901.693	2.045.285	11.442.104	202.038	32		52.882.545	46.882.845	5.999.700
NOVEMBRO	3.257.641	2.244.226	13.274.592	315.056	63.458		71.280.490	62.162.867	9.117.623
DEZEMBRO	3.775.281	3.145.641	25.410.364	426.016	101.286	5	103.084.469	91.150.524	11.933.945
EX. ATUAL	12.537.606	15.157.865	73.613.083	1.353.636	165.189	8			

7.6 - FUNDO DE INVESTIMENTO DA AMAZÔNIA - FINAM

O FINAM foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.74. É supervisionado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e operado pelo Banco da Amazônia S.A.- BASA.

Em decorrência de algumas distorções apresentadas na sistemática do referido Fundo, o Governo Federal resolveu mudar a política de incentivos fiscais, com a criação da Lei nº 8.167, de 16.01.91, por meio da qual a aplicação passou a ser feita via Fundos de Investimentos, administrados à semelhança de Fundos Mútuos.

O objetivo básico do FINAM é o de acelerar o processo desenvolvimentista da Região Amazônica, respeitando o meio ambiente, no intuito de diminuir as disparidades dos níveis de renda entre as diversas regiões.

Objetiva, ainda, a valorização da mão-de-obra local, a fixação do homem na região, a criação de infra-estrutura básica capaz de atrair novos empreendimentos, a integração econômico-social e a segurança nacional, mediante a ocupação territorial da Amazônia.

O FINAM tem como principal fonte de recursos a dedução de parte do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas. O percentual máximo de dedução é de 40%, dos quais 24% destinam-se à aplicação, através do FINAM e FINOR, e 16% correspondem ao PIN e ao PROTERRA.

Constituem, ainda, fonte de recursos os resultados das aplicações financeiras, as eventuais aplicações do Governo Federal, a transferência de recursos de outros Fundos e a subscrição voluntária de quotas.

7.6.1 - Aplicações dos Recursos do FINAM

Os recursos do FINAM são aplicados pelo BASA, atendendo determinação da SUDAM, por meio de subscrição de ações e debêntures emitidas pelas empresas beneficiárias, com projetos previamente aprovados pelo respectivo Conselho Deliberativo daquela autarquia.

As aplicações do FINAM abrangem todas as unidades federativas que compõem a Amazônia Legal, isto é, os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Elas atingiram, em 1993, o montante de CR$18. 243 milhões, distribuídos pelos diversos setores econômicos (Tabela 7.6.1).

Em 1993, os programas de investimentos deram prioridades aos setores industrial e agropecuário, destinando-lhes, respectivamente, 48,71% e 34,06% do total dos recursos do FINAM. A maior parte das aplicações do Fundo foi destinada aos Estados do Mato Grosso (40,53%), Pará (25,95%) e Amazonas (16,38%). conforme a tabela 7.6.2.

TABELA 7.6.1

FINAM - APLICAÇÕES DOS RECURSOS POR SETOR ECONÔMICO - 1993

Em CR$ milhões

SETOR	VALOR	%
AGROINDUSTRIAL	1.536	8,42
AGROPECUÁRIO	6.214	34,06
INDUSTRIAL	8.887	48,71
SERVIÇOS BÁSICOS	1.395	7,65
SETORIAL	211	1,16
TOTAIS	18.243	100,00

Fonte: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA

TABELA 7.6.2

APLICAÇÕES DOS RECURSOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1993

(Em CR$ milhões)

UNIDADE FEDERATIVA	VALOR	%
ACRE	298	1,63
AMAPÁ	2.988	16,38
AMAZONAS	715	3,92
MARANHÃO	549	3,01
MATO GROSSO	7.394	40,53
PARÁ	4.734	25,95
RONDÔNIA	353	1,94
RORAIMA	148	0,81
TOCANTINS	1.064	5,83
TOTAIS	18.243	100,00

Fonte: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA

Foram alocados, no exercício de 1993, CR$28,276 milhões, provenientes de repasses de incentivos fiscais (CR$9.066 milhões), da atualização monetária (CR$19.041 milhões) e de outras fontes (CR$169 milhões). Desses recursos, apenas CR$18.243 milhões foram efetivamente aplicados em 1993 (Tabelas 7.6.1 e 7.6.2).

7.7 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE - FINOR

Criado pelo Decreto nº 1.376/74, o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR tem como fontes de recursos, definidas naquele dispositivo legal, as parcelas dedutíveis do Imposto sobre a Renda devido pelas pessoas jurídicas, relativas a incentivos fiscais; subscrições realizadas pela União Federal; subscrições voluntárias efetuadas por pessoas físicas e jurídicas; retornos e resultados de aplicações e outros recursos previstos em lei.

Seus recursos são aplicados em empresas que tenham sido consideradas aptas para receber incentivos fiscais pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, sob a forma de subscrição de debêntures, conversíveis ou não em ações, consoante modificação introduzida na Sistemática dos Fundos pela Lei nº 8.167, de 16.01.91.

O FINOR é operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A e administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Um dos grandes objetivos que o Governo Federal pretendeu atingir com a criação dos Fundos de Investimento, através do Decreto-Lei nº 1.376/74, foi promover o fomento do mercado de títulos e valores mobiliários nas áreas de atuação dos mesmos.

As mudanças introduzidas pelo sistema permitiram às empresas beneficiárias modernizar-se quanto aos aspectos societários, quebrando as barreiras ainda existentes com relação a uma possível abertura do capital social. E, de outro modo, os investidores contribuintes optantes passaram a deter inteira proteção legal relativamente à aplicação dos seus incentivos fiscais. Em 31.12.93, o FINOR possuia uma carteira constituída por ações e debêntures de 1.411 empresas localizadas no chamado Polígono das Secas, que é a região de atuação do Fundo. A preços de mercado, o valor das ações mantidas pelo FINOR, naquela data, correspondia a CR$11.285 milhões, enquanto o valor das debêntures atingia a cifra de CR$150.611 milhões. A partir dos dados constantes na Tabela 7.7.1, verifica-se o fluxo dos recursos destinados ao FINOR, nos anos de 1992 e 1993. Observa-se haver sido alocado ao FUNDO, em 1993, o montante de CR$72.074,8 milhões, a preços de dezembro/93, ao passo que, durante o ano de 1992, esses recursos atingiram a cifra de CR$92.539,3 milhões, havendo um decréscimo real da ordem de 22,11%.

Quanto às aplicações efetuadas pelo FINOR no decorrer de 1993, foi registrado o montante de CR$49.865,8 milhões, contra CR$90.105,2 milhões em 1992, representando, em termos reais, decréscimo de 44,66%.

A distribuição espacial dos recursos aplicados pelo FINOR, mostrada na Tabela 7.7.2, revela que os Estados de Pernambuco e Ceará absorveram juntos 36,4% do total de disponibilidade para investimento. Também assumem papel de destaque os Estados da Paraíba e Maranhão, com 14,8% e 14,7%, respectivamente.

No final de 1993, o Patrimônio Líquido do FINOR atingiu a cifra de CR$196.366,0 milhões, valor que corresponde a CR$120.659,6 milhões de quotas. Com relação ao exercício anterior, houve crescimento patrimonial de 3.001,76%, em termos nominais, que reflete acréscimo real de 28,6% (tabelas 7.7.3 e 7.7.4).

TABELA 7.7.1 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE - FINOR

FONTES DE RECURSOS

Valores Constantes em 31.12.93 - Atualizaç?o pelo IGP-M (CR$ MILHOES)

Fontes	1992			1993		
	Valores Correntes	Valores Constantes	% s/ Total	Valores Correntes	Valores Constantes	% s/ Total
Incentivos Fiscais	1.129,4	64.639,3	69,9	9.127,2	45.112,8	62,6
Dividendos da Carteira	1,0	81,1	0,1	150,7	498,8	0,7
Juros/Amorti-zaçoes de Debêntures	28,2	1.190,6	1,3	1.706,5	3.420,1	4,7
Atualizaçao Monetária	362,6	26.483,5	28,6	7.896,0	23.041,5	32,0
Resgate de Açoes	2,6	115,5	0,1	0,3	1,6	0,0
Transferência de DEP. ESP. REMUNERADO - Contas FINOR	0,6	29,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	1.524,4	92.539,3	100,0	18.880,7	72.074,8	100,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S/A - DEMEC

TABELA 7.7.2 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE - FINOR
APLICAÇAO DE RECURSOS POR ESTADO
Valores Constantes de 31.12.93 - Atualizaç?o pelo IGP-M

(CR$ MILHOES)

Estados	1 9 9 2			1 9 9 3		
	Valores Correntes	Valores Constantes	% s/ Total	Valores Correntes	Valores Constantes	% s/ Total
Pernambuco	375,2	22.384,1	24,8	2.632,1	10.326,1	20,7
Paraíba	150,8	8.167,5	9,1	2.359,4	7.401,5	14,8
Ceará	223,4	12.237,4	13,6	2.343,0	7.825,8	15,7
Maranhao	223,8	13.237,2	14,7	2.239,4	7.319,4	14,7
Bahia	231,9	15.031,1	16,7	2.003,4	6.968,9	14,0
Piauí	147,0	8.951,6	9,9	1.067,7	3.943,4	7,9
Alagoas	51,1	3.292,5	3,7	931,1	1.736,4	3,5
R.G. do Norte	80,8	4.405,9	4,9	719,7	2.347,1	4,7
Minas Gerais	38,4	2.018,0	2,2	528,1	1.549,5	3,1
Sergipe	5,9	379,9	0,4	117,9	447,7	0,9
Total	1.528,3	90.105,2	100,0	14.941,8	49.865,8	100,0

Fonte: Departamento de Mercado de Capitais - DEMEC

TABELA 7.7.3 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE - FINOR
EVOLUÇAO DO VALOR PATRIMONIAL DA QUOTA

DATA	VALOR EM CR$ MILHOES	QUANTIDADE DE QUOTAS	VALOR PATRIMONIAL UNITARIO DA QUOTA
31.12.92	6.330,8	87.608.379.523	CR$ 0,0722627
31.12.93	196.366,0	120.659.607.194	CR$ 1,6274

Fonte: Departamento de Mercado de Capitais - DEMEC

TABELA 7.7.4 - FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE - FINOR
EVOLUÇAO DO PATRIMONIO LIQUIDO - Saldos em Fim de Ano

(CR$ MILHOES)

DISCRIMINAÇAO	1992	1993
Patrimônio Líquido Anterior	328,9	6.330,8
MAIS	6.074,1	191.931,5
Incentivos Fiscais	1.129,4	9.127,2
Resultados de Aplicaçoes	3.739,8	164.459,8
Variaçao da Carteira de Açoes	841,3	10.448,2
Atualizaçao Monetária	362,6	7.896,0
Estorno Reserva Opçoes (Art.18-DL 1376/ Art. 9o.-Lei 8.167)	1,0	0,3
MENOS	72,2	1.896,3
Reserva Opçoes (Art.18-DL 1376/ Art. 9o.-Lei 8.167)	0,0	181,2
Baixa de Leilao	4,7	0,0
Taxa de Adm. da Carteira	67,5	1.715,1
Patrimônio Líquido (Posiçao Final)	6.330,8	196.366,0

Fonte: Departamento de Mercado de Capitais - DEMEC

V - ATIVIDADES DO PODER EXECUTIVO

1 - ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

O Estado-Maior das Forças Armadas coordena projetos de interesse das três Forças Singulares - Marinha, Exército e Aeronáutica, os quais serão detalhados nos próximos itens.

1.1 - SISTEMA MILITAR DE COMANDO E CONTROLE - CISMC2

a) Principais Realizações

Os objetivos previstos para 1993 foram parcialmente alcançados uma vez que os recursos alocados foram aquém das necessidades previstas.

PROJETOS / ATIVIDADES	PROGRAMADO	EXECUTADO
Interligação dos Centros de Operações do Comando Supremo e das Forças Singulares, por meio computacional	100%	30%
Melhoria do Centro de Operações do Comando Supremo	100%	5%

b) Comentários

Apesar do recursos utilizados terem sido reduzidos, a comissão buscou aplicá-los na compra de equipamentos que mobilizarão as células dos Centros de Operações, julgados itens prioritários e base para a expansão do Sistema.

A falta de recursos possibilitou um aprofundamento dos conhecimentos sobre o Sistema Militar de Comando e Controle, o que certamente contribuirá para uma melhor aplicação dos recursos futuros.

c) Forma de Atuação

Os recursos foram aplicados diretamente na aquisição de equipamentos de informática para os centros de operações.

1.2 - DESENVOLVIMENTO DE SATÉLITES MECB/INPE

1.2.1 - Construção de Satélites para Informações do Meio Ambiente e Sensoriamento Remoto

a) Objetivos

Desenvolvimento e construção de 04 satélites, sendo 02 para aplicação em coleta de dados ambientais e 02 em sensoriamento remoto.

b) Principais Realizações

PROJETOS / ATIVIDADES	PROGRAMADO	EXECUTADO
Lançamento do 1.o Satélite de Coleta de Dados SCD 1 (unidade)	1	1
Conclusão do Modelo de vôo do 2.o satélite de Coleta de Dados - SCD2 (unidade)	1	reprogramado p/ 1994
Conclusão do Modelo de identificação e qualificação do 1.o Satélite de Sensoriamento Remoto - SSR 1 (protótipo)	1	reprogramado para 1995

c) Comentários

Primeiro Satélite de Coleta de Dados (SCD-1)

Lançado em 09 de fevereiro de 1993 por um foguete PEGASUS, de fabricação norte-americana, a partir do Centro Espacial Kennedy, sendo injetado em uma órbita de 760 km de altitude e 25 graus de inclinação.

Uma fase de testes com duração de cerca de um mês, demonstrou o excelente desempenho de todos os subsistemas do satélite, iniciando-se em março/93 a operação, com retransmissão dos dados enviados de terra pelas Plataformas de Coletas de Dados (PCD) para a estação terrena de Cuiabá.

Estima-se para SCD-1 uma vida útil de dois anos em órbita, quando deverá ser substituido pelo SCD-2.

Segundo Satélite de Coleta de Dados (SCD-2)

Foram fabricados os Modelos de Identificação e Qualificação (MIQ) dos equipamentos e estruturas, tendo sido iniciada em julho/93 a integração e testes do MIQ, devendo estar concluído em junho/94.

A conclusão do Modelo Vôo, prevista para 1993, foi reprogramada para 1994 em face de restrições de ordem orçamentária, administrativa e de recursos humanos.

Diversos equipamentos estão sendo produzidos pela indústria nacional.

Satélites de Sensoriamento Remoto (SSR-1 e SSR-2)

O protótipo do SSR-1 foi reprogramado para 1995, pelas mesmas razões apontadas para o SCD-2.

O desenvolvimento dos satélites de sensoriamento remoto está sendo realizado com acentuada participação da indústria nacional (estrutura, câmara de sensoriamento remoto, telemetria, telecomando e outros).

No Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE foram desenvolvidos propulsores, válvulas e filtros para os Modelos de Qualificação dos equipamentos.

O INPE está montando também o protótipo do computador de bordo.

d) Forma de Atuação

Aplicação direta.

1.2.2 - Implantação do Segmento do Solo

a) Objetivos

Implantação de infra-estrutura em solo para o rastreio e controle dos satélites em órbita e o processamento dos dados de carga útil.

b) Principais Realizações

PROJETOS / ATIVIDADES	PROGRAMADO	EXECUTADO
Início da operação de controle do Segmento do de Solo	100%	100%
Aceitação do Segmento de Solo para a missão de coleta de dados	100%	100%
Adaptação do Segmento de Solo para a missão de sensoriamento remoto	40%	10%

c) Comentários

É constituído por estações terrenas (Cuiabá e Alcântara), redes de comunicações de dados, centro de controle de satélites (São José dos Campos) e centro de missão (Cachoeira Paulista), todos em plena operação desde o lançamento do SCD-1, de acordo com as especificações previstas.

Uma rede piloto de PCD foi instalada pelo INPE, com experimentos nas áreas de meteorologia, oceanografia, química da atmosfera e florestas tropicais.

Cabe ressaltar ainda o desenvolvimento, a instalação e a operação dos modens PSK das estações de Cuiabá e Alcântara. Tais equipamentos não puderam ser importados devido a restrições impostas pelos EUA (a licença de exportação não foi concedida), tendo sido então desenvolvidos no próprio INPE, em prazo curto e a custo bastante reduzido. o "Know-how" para a fabricação destes equipamentos poderá ser transferido para a indústria nacional

O retorno gerado pelo desenvolvimento do projeto foi bastante positivo, visto que foi colocado, em 1993, o 1.o satélite brasileiro, cujo desempenho em operação tem sido perfeito, constituindo-se em um marco fundamental para a ciência e tecnologia nacionais.

d) Forma de Atuação

Aplicação direta.

1.3 - DESENVOLVIMENTO DE VEÍCULOS LANÇADORES DE SATÉLITES

a) Objetivos

Capacitar organizações brasileiras a projetar, desenvolver e construir veículos lançadores de satélites capazes de colocar em órbita satélites de aplicação e/ou científicos desenvolvidos no País.

b) Principais Realizações

PROJETOS / ATIVIDADES	PROGRAMADO	EXECUTADO
Qualificação do propulsor S43 com tubeira móvel para o 2.o estágio	100%	20%
Qualificação do propulsor S44 para o 4.o estágio (ensaio de queima)	4	3
Qualificação estrutural e funcional das Sepações do Veículo Lançador de Satélites - VLS (ensaio de separação)	4	1
Ensaio Aerodinâmicos Trisônicos fase b-extensão (VLS com empenas)	100%	50%
Estudos de Engenharia do VLS	100%	45%
Desenvolvimento do veículo VS-40 (ensaio)	1	1
Meios mecânicos de solo VLS	100%	15%
Sistemas de controle de rolamento, basculhamento e rotação	100%	35%
Coifa principal (ejetável)	100%	65%
Desenvolvimento das redes pirotécnicas do VLS	100%	50%
Desenvolvimento das redes elétricas do VSL	100%	50%
Desenvolvimento dos divergentes do VLS (quantidade de divergentes)	12	4
Fabricação e implantação do forno AICHELILN	100%	75%
Desenvolvimento do banco de controle do VLS	100%	30%
Ensaios em vôo (vôo)	3	3

c) Comentários

Os cortes orçamentários somados aos parcelamentos e contingenciamentos dos recursos têm causado atrasos no cronograma de desenvolvimento. Estes atrasos poderão ser minimizados, principalmente, com a liberação dos recursos de privatização.

O problema na área de recursos humanos ainda persiste, mesmo com a realização de concurso público, com preenchimento de 13 vagas das 22 abertas. No momento, aguarda-se a autorização da Secretaria de Administração Federal - SAF para posse dos aprovados.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo projeto, tanto relativas aos recursos financeiros quanto aos recursos humanos, o programa de desenvolvimento do segmento Veículo Lançador de Satélites (VLS) prossegue apresentando resultados satisfatórios. Neste exercício, grandes realizações foram executadas, tais como: 03 ensaios de queima do propulsor S44 (4.o estágio), 01 vôo do VS-40, 01 vôo do SII, 03 ensaios de separação da coifa ejetável e vôo do SIII.

d) Forma de Atuação

Aplicação direta.

1.4 - CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA

a) Objetivos

Dotar o País de um centro de lançamento que atenda ao Programa Espacial Brasileiro e que possa vir a ser utilizado comercialmente por outros países.

b) Principais Realizações

PROJETOS / ATIVIDADES	PROGRAMADO	EXECUTADO
MARUDA: lançamento de foguete SONDA II SBAT-70 (campanha)	1	1
SANTA MARIA: lançamento do foguete VS-40 (campanha)	1	1
RIO GRANDE: lançamento de foguetes SBAT-70 para treinamento (campanha)	1	1
PACURUI: lançamento de foguete SONDA II experimento IONEX (campanha)	1	1
Reestruturação da torre meteorológica	100%	100%
Rastreio de satélites SPOT	7	7
Lançamento de balões meteorológico p/ coleta de dados (unidade)	431	431

PROJETOS / ATIVIDADES	PROGRAMADO	EXECUTADO
Aquisição de tradutor de tempo TU/TD(unidade)	40	20
Aquisição de painel de disparo sincronizado (unidade)	2	2
Aquisição de sistema TOP DECOLAGEM (unidade)	2	2
Contratação da manutenção preventiva dos computadores do CTDL do CLA	25%	25%
Aquisição da 2.a fase do sistema de Telefone Especializado (TE) e sobressalentes do Interfone Operacional (IO) com total de 03 unidades de posto principal e 15 de posto secundário , bem como cartões e componentes de re-	100%	100%
Instalação do campo de Antenas do SCC	100%	100%
Recuperação Twr-Anemômetro	100%	100%
Recuperação de duas Twr-transmissão	100%	100%
Instalação do novo sistema de sensores anomométricos	100%	100%
Execução da portaria do Setor de Comando e Controle	100%	100%

Dentre as principais realizações, ainda, podem ser citadas as reformas de telhados, refeitórios, colocação de grades de segurança e adaptação de alojamentos em escola na área de apoio do Campo de Lançamento de Alcântara - CLA.

c) Comentários

O atraso na aprovação do Orçamento da União, aliado à alta inflação mensal, forçou a revisão do programa de trabalho de 1993.

A liberação de apenas 40% do crédito total no mês de dezembro também contribuiu para a redução do valor efetivo dos créditos alocados.

Nessas condições foram realizadas 04 campanhas, sendo as mais relevantes para a meta VLS: o lançamento do VS-40, a recuperação das instalações e a aquisição complementar de sistemas de tempo e interfones.

d) Forma de Atuação

Aplicação direta.

1.5 - APOIO A PROJETOS DE COMUNICAÇÕES - CISCOMIS

a) Objetivos

Dotar as Forças Armadas de meios de comunicação capazes de dar efetivo suporte ao Comando Supremo (CS).

b) Principais Realizações

PROJETOS / ATIVIDADES	PROGRAMADO	EXECUTADO
Contratar montagem das antenas ANSAT -10 das estações ETNB, ETBC e ETNR	100%	20%
Contratar projeto e implantação das redes de terra das estações ETNB, ETNC e ETNR	100%	100%
Contratar bastidor de emendas ópticas para as estações ASD, CIND II, CMAR, CML, ETNC e QG5RM	100%	100%
Contratar blocos de terminais para as estações AGAL, CIND II, CMAR, CM. COMENCH, ETNC, ETNR, QG5RM e 1.a DE	100%	100%
Contratar material de instalação para o segmento espacial das estações na 1.a fase (ETNB, ETNC e ETNR)	100%	100%
Contratar redes de dutos internas para as estações ASD, CMAR e CML	100%	100%
Reformar base da antena ANSAT 10 da estação ETNR, no sentido de reorientar o trilho de suporte da antena	100%	100%
Contratar reformas dos DG das estações AFS, CMAR, CML, COMEMCH e EMFA	100%	80%

c) Comentários

As restrições impostas ao Orçamento Geral da União - OGU 93 postergaram, mais uma vez, a ativação plena da 1.a fase (banda C) do SISCOMIS, bem como, impediram completamente o início de atividades que pudessem com recurso próprio do subprograma, dar partida à ativação das 2.a e 3.a fases do sistema. Desta maneira, a 1.a geração do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélites (SBTS) da EMBRATEL chega ao seu final sem que as Forças Armadas do Brasil possam utilizá-la.

d) Forma de atuação

Aplicação direta.

2 - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A - RADIOBRÁS

A RADIOBRÁS, criada pela Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, opera o Sistema de Comunicação Social do Governo Federal.

Tem por objetivos, conforme definido em seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 96.400, de 22 de julho de 1988:

- divulgar as realizações do Governo Federal nas áreas econômica, política e social e difundir para o Exterior conhecimento adequado da realidade brasileira, bem como implantar e operar emissoras e explorar serviços de radiodifusão do Governo Federal;

- implantar e operar suas redes de repetição e retransmissão de radiodifusão, explorando seus serviços, prestando serviços especializados, promovendo e estimulando a formação e o treinamento de pessoal especializado necessário às suas atividades;

- recolher, elaborar, produzir, transmitir e distribuir diretamente, ou em colaboração com os meios de Comunicação Social, noticiários, fotografias, boletins e programas, referentes a atos e fatos da Administração Pública Federal e outros de interesse público de natureza política, econômico-financeira, cívica, social, desportiva, cultural e artística, mediante processos gráficos, cinematográficos, eletrônicos ou quaisquer outros;

- distribuir a publicidade legal dos órgãos e das entidades da Administração Federal (Lei nº 6.650, de 23 de maio de 1979, Art. 6º); e

- exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministro que a supervisione.

2.1 - PROJETO RADIOSAT - EXPANSÃO

a) Objetivos

- transmissão do programa "VOZ DO BRASIL" e Redes Obrigatórias para todo o País;

- difusão de programas de rádio de natureza oficial ou comercial e pronunciamentos;

- distribuição de notícias oficiais;

- atendimento a emissoras em todo território nacional, independente de sua localização; e

- redução de custos de transmissão e melhoria na qualidade do sinal.

b) Principais Realizações

O Projeto RADIOSAT teve, para o ano de 1993, as seguintes metas atingidas:

Ampliação da Rede de emissoras 89
Otimização do Sistema de Distribuição 05

c) Comentários

A ampliação da Rede de emissoras afiliadas que transmitem a programação da Empresa foi da ordem de 100%, perfazendo um total de 178 (cento e setenta e oito) emissoras, contra 89 (oitenta e nove) em 1992, e acréscimo de 05 (cinco) centros de distribuição de sinais, totalizando em 20 centros, resultando na diminuição de 5% no custo mensal com a EMBRATEL, que gira em torno de US$ 28,852.73 (média mensal).

Essa ampliação do sistema de distribuição de sinais proporcionará uma considerável redução no custo mensal de Serviços com a EMBRATEL, significando a amortização do mesmo com a economia de tarifas a curto prazo.

Não houve investimento por parte da RADIOBRÁS, como previsto inicialmente, para ampliação da Rede, sendo este investimento de iniciativa das emissoras privadas, em função do interesse das mesmas de passarem a ter oportunidade de retransmitir não apenas o programa VOZ DO BRASIL e Redes Obrigatórias, mas todos os programas de rádio da RADIOBRÁS que, com uma programação voltada aos interesses do País, cumpre com sua missão prioritária, que é a de levar a informação real e isenta do Brasil e de seu Governo para todos os brasileiros.

2.2 - PROJETO TREINAMENTO DE RADIALISTAS - UNICEF/ABERT/RADIOBRÁS

a) Objetivos

O Projeto de Treinamento de Radialistas faz parte de um programa de iniciativa do UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, com a finalidade de, através da sociedade brasileira, representada por entidades governamentais e não-governamentais, empreender uma série de ações concretas pela redução da mortalidade materno-infantil, desenvolvimento da educação e proteção dos direitos da criança e adolescente no País.

Por ter se destacado na divulgação de mensagens e promoção de programas de apoio à criança e ao adolescente no Brasil, a RADIOBRÁS, através do acordo RDB/COJUR nº 00099/93, integra-se a esse movimento, juntamente com a ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e o UNICEF.

b) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Sensibilização de profissionais	Nr.	40	35
Treinamento de radialistas	Nr.	10	15

c) Comentários

A RADIOBRÁS colocou sua estrutura técnica e de pessoal à disposição dessa ação, conforme cronograma de trabalho, assegurando a cobertura de eventos e produção de materiais de interesse do Pacto da Infância, cabendo ao UNICEF a viabilidade financeira e a organização dos cursos de treinamento.

2.3 - PROJETOS ESPECIAIS

2.3.1 - III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

A III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada nos dias 15 e 16 de julho de 1993, na cidade de Salvador, teve a RADIOBRÁS como membro da Comissão Organizadora, que era responsável pelo planejamento, coordenação e execução das medidas de preparação temática, e providências administrativas, logísticas, protocolares e secretariais necessárias à mesma.

a) Principais Realizações

A RADIOBRÁS teve como papel específico na Conferência, o da cobertura jornalística oficial do evento, com a participação de 61 (sessenta e um) profissionais, sendo 56 (cinqüenta e seis) da Empresa e cinco contratados.

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Profissionais envolvidos	Profis.	150	61
Atendimento a Países Participantes	Países	17	11
Atendimento a Emissoras de TV	Emissoras	26	26
Utilização de Equipamentos	Equip.	17	11

b) Comentários

A diminuição substancial, tanto nos níveis de pessoal e equipamento, como de toda a infra-estrutura, deveu-se aos seguintes fatos:

- redução da expectativa de atendimento prevista pelo Itamaraty aos Países participantes; bem como fornecimento de todo material necessário à estrutura básica do evento;

- apoio das emissoras privadas de Salvador-BA, sem ônus para a RADIOBRÁS, colocando equipamentos e pessoal à disposição da Empresa, para realizar as coberturas dos eventos externos ao Centro de Convenções;

- colaboração da TVE-BA, nos trabalhos internos no Centro de Convenções; e

- empréstimo de equipamentos da Fundação Pioneira Social e da Sony do Brasil, cabendo à RADIOBRÁS o pagamento de fretes e seguros.

2.3.2 - Convênio de Cooperação Entre o Ministério da Educação e do Desporto-MEC e RADIOBRÁS

Este Convênio, assinado em 01/10/93, apesar de não ter características de projeto, é aqui apresentado por ser de grande importância para o Governo Federal, pois o mesmo passa a ter, através do programa de radiojornalismo "VOZ DO BRASIL", da RADIOBRÁS, um importante instrumento de divulgaçãc de liberação de recursos públicos, à conta do Salário Educação, para construção, ampliação, reforma de unidades escolares, treinamento de recursos humanos, aquisição de equipamentos e de materiais didático-pedagógico às prefeituras municipais de todo País.

O Protocolo de Intenção contempla ações conjuntas que visam:

- à atuação das partes em iniciativas e programas vinculados às suas missões institucionais e de interesse público;
- à publicidade e a divulgação ampla e transparente dos atos administrativos praticados pelo MEC/FNDE; e
- ao controle e a fiscalização dos recursos repassados pelo MEC/FNDE às prefeituras municipais, pela comunidade beneficiada.

2.3.3 - Transmissão de Depoimentos Prestados a C.P.I. - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Orçamento

A RADIOBRÁS, através da TV Nacional, transmitiu para todo País a abertura, os depoimentos, a leitura do Relatório Final e o encerramento dos trabalhos, realizando 35 (trinta e cinco) transmissões ao vivo, totalizando 177 (cento e setenta e sete) horas de cobertura.

3 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), órgão de assistência direta e imediata ao Presidente da República, tem por finalidade coordenar o planejamento estratégico nacional, promover estudos, elaborar, coordenar e controlar planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República, inclusive no tocante a informações e ao macrozoneamento geopolítico e econômico, executar as atividades permanentes necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional, e coordenar a formulação e acompanhar a execução da política nuclear.

3.1 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

a) Objetivos

Identificação, análise dos espaços regionais e consideração do potencial e das limitações ao uso dos recursos naturais; ocupação do solo no contexto da estrutura e da dinâmica sócio-econômica.

b) Forma de atuação

Aplicação direta e convênio.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Diagnóstico da Amazônia Legal	Km2	5.500.000	5.500.000
Diagnóstico do Nordeste	Km2	1.556.000	556.000
Zoneamento Ecológico-Econômico dos Estados da Amazônia Legal	Km2	850.000	320.000
Zoneamento Ecológico-Econômico dos Estados do Nordeste	Km2	320.000	100.000

d) Comentários

A liberação tardia dos recursos do Orçamento Federal de 1993 prejudicou o andamento do Programa, pelo atraso no fornecimento dos recursos da SAE/PR para os estados responsáveis pela execução dos respectivos projetos de zoneamento Ecológico-Econômico, comprometendo o cronograma do Programa, cuja conclusão está estimada em cinco anos, a contar de 1992.

3.2 - SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

a) Objetivos

Assegurar a proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas, garantir a preservação dos recursos minerais e a coibição do narcotráfico e proporcionar proteção à navegação aérea , valendo-se das informações básicas geradas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia.

b) Forma de atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Subestação implantada	unidade	03	01
Estação implantada	unidade	02	01
Pequena Central Hidrelétrica	unidade	01	01-projeto
Central Telefônica adquirida	unidade	04	04
Assistência Técnica	----	100%	70%

d) Comentários

Dentre os fatores que limitaram o atingimento da meta orçamentária destacam-se:

- atraso na aprovação do Orçamento 93;
- fluxo irregular de recursos;
- dificuldade de implementar a infra-estrutura na Região Amazônica, ante a necessidade de se conciliar a oportunidade de liberar recursos disponíveis, com o transporte de materiais e o regime dos rios (na vazante o fluxo de distribuição é reduzido); e
- apesar de terem sido realizadas despesas para aquisição dos 03 radares, (contrapartida) não foi possível adquirí-los, uma vez que o financiamento externo não se concretizou em virtude do recuo do Governo Italiano.

3.3 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA NO CAMPO NUCLEAR

a) Objetivo

Promover o desenvolvimento nacional de Tecnologia Nuclear.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Desenvolver pesquisas sobre combustível nuclear e materiais estratégicos, tecnologia de reatores e de suporte	projeto	05	05

d) Comentários

O Programa vem recebendo recursos abaixo do mínimo necessário. Em consequência, os prazos foram revistos, os projetos passaram por reformulações e alguns subprojetos foram cancelados. O Programa tem sido mantido em um nível mínimo de atividades, de modo a manter a unidade das equipes técnicas e assegurar o patamar tecnológico já alcançado. Apenas os projetos apoiados por recursos orçamentários do Ministério da Marinha, têm conseguido manter um ritmo razoável de desenvolvimento.

3.4 - VIGILÂNCIA AÉREA DA FRONTEIRA NORTE

a) Objetivos

Proporcionar apoio logístico às comunidades locais, inclusive às Unidades Militares, bem como implantar aeródromos na Fronteira Norte.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Transporte aéreo realizado	unidade	400	400
Aeródromo concluído	unidade	01	01
Aeródromo pavimentado	unidade	02	01
Destacamento de Telecomunicações	unidade	03	01

3.5 - VIGILÂNCIA NAVAL DA FRONTEIRA NORTE

a) Objetivos

Intensificar atividades relativas à segurança da navegação, controle de embarcações e seu policiamento, bem como os serviços de patrulhamento fluvial.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Embarcação construída	unidade	03	02
Embarcação adquirida	unidade	04	02

d) Comentários

A insuficiência de recursos não permite o conveniente andamento dos projetos de investimento, notadamente os de construção de meios flutuantes e os destinados à implantação de estruturas de apoio logístico.

3.6 - VIGILÂNCIA TERRESTRE DA FRONTEIRA NORTE

a) Objetivos

Implantar Unidades de Fronteira visando o patrulhamento terrestre da linha de fronteira norte. Apoiar logisticamente os órgãos federais e estaduais na execução das ações de governo.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Organização militar atendida	unidade	01	01
Pelotão especial de fronteira	pel.esp.	01	01

3.7 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA NA FAIXA DE FRONTEIRA NORTE

a) Objetivos

Estabelecer e manter ligação permanente entre localidades onde a navegação fluvial é interrompida.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Prosseguimento da construção da ligação BR 307 Maturaca	km	10	02
Conservação e reparação de pontes na BR 307	Un	04	04

3.8 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB

a) Objetivo

O principal objetivo a ser atingido com a implementação desta atividade é o de promover a fabricação de combustíveis nuclear, para atendimento da demanda de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., com vistas a entrega de elementos combustíveis para as recargas das usinas nucleares.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Fabricação de elementos combustíveis	unidade	40	40

d) Comentários

As atividades da INB, centradas nas unidades da Fábrica de Elemento Combustíveis - FEC, localizada em Resende-RJ, teve como linha mestra no ano de 1993 a produção de combustível nuclear com vistas ao atendimento do contrato com FURNAS para fornecimento de 40 (quarenta) elementos combustíveis para a recarga de Angra 1.

3.9 - NUCLEBRÁS ENRIQUECIMENTO ISOTÓPICO S.A. - NUCLEI

a) Objetivo

O principal objetivo a ser atingido com a implementação deste projeto é o de efetuar o enriquecimento do urânio pelo processo do jato centrífugo, através da realização da primeira fase do empreendimento, denominada de "Primeira Cascata", que possibilitaria a avaliação operacional e o desempenho do processo adotado.

b) Forma de Atuação

A cobertura das despesas da NUCLEI realizada através do repasse de recursos próprios da INB, sob a forma de financiamento à sua subsidiária (Fonte 250), como também de financiamentos externos (Fonte 249) e de recursos do Tesouro (Fonte 300).

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	PROGRAMADO	EXECUTADO
Manutenção e conservação de equipamentos	12	12

d) Comentários

A construção da "Primeira Cascata" alcançou 93,5% de realização do empreendimento e manteve, durante o ano de 1993, somente atividades referentes à manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos, sem qualquer processo físico mensurável.

Pelo Acordo de Dissolução da sociedade com os parceiros alemães da NUCLEI, assinado em 30.08.93, a empresa não pode utilizar o processo de enriquecimento de urânio pelo jato centrífugo.

3.10 - NUCLEMON MÍNERO-QUÍMICA LTDA

a) Forma de Atuação

A cobertura das despesas da NUCLEMON é realizada através do repasse de recursos próprios da INB, sob a forma de financiamento a sua controlada (Fonte 250), e de receitas próprias (Fonte 250).

b) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Realização de obras civis	evento	1	1
Elaboração de projeto	projeto	1	1

c) Comentários

Diante da paralização das atividades industriais da NUCLEMON, a partir de junho de 1992, de forma imediata e irreversível, a empresa começou a encontrar dificuldades na obtenção de recursos para a realização das suas previsões, o que se agravou ainda mais em 1993. A empresa se viu obrigada a suspender temporariamente a realização de alguns dos projetos/atividades previstos para 1993 e, dessa forma, concentrar esforços basicamente no projeto de transferência da unidade industrial, que possibilitaria a retomada de parte da produção, já no novo local.

No entanto, por ocasião da aprovação do Orçamento de Investimentos, através da Lei nº 8.652, de 29.04.93, verificou-se que este projeto havia sido suprimido, apesar de terem ocorridos dispêndios a ele relacionados.

Com relação aos recursos dispêndios, estes resultaram na conclusão das obras de construção da nova Usina de demonstração, inaugurada em 10.11.93, dando início a pré-operação para produção de óxidos de terras raras de elevado grau de pureza, com tecnologia nacional, o que tornar o Brasil o sexto país no mundo a dominar esse processo.

3.11 - URÂNIO DO BRASIL S.A.

A urânio é a única empresa capacitada a produzir o concentrado de urânio, U3O8, matéria-prima do ciclo do combustível nuclear e está autorizada a associar-se a outras entidades públicas e/ou privadas, com vistas a consecução de seus objetivos.

O principal objetivo a ser atingido com a implementação desta atividade é o de promover a extração e o beneficiamento de urânio visando a produção de combustível nuclear necessário à operação de usinas nucleares.

a) Forma de Atuação

Aplicações diretas.

b) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Manutenção de escritórios em Lagoa Real e Itatiaia	unidade	2	2
Manutenção do CIPC	unidade	1	1

c) Comentários:

A seguir, apresentamos o nível de realização operacional do CIPC (Complexo Mínero-Industrial do Planalto de Poços de Caldas):

- Lavra de minérios (jul/dez) / 114.968 toneladas;
- Lavra de estéril (jul/dez) - 391.361 toneladas;
- Sondagem (set/dez) - 1.300 metros;
- Tratamento de minérios (ago/dez) - 54.379 toneladas;
- produção de U3O8 (set/dez) - 28 toneladas;
- Tratamento de efluentes naturais (jan/dez) -1.860.330 m3;
- produção ácido sulfúrico (jun/dez) - 35.250 toneladas; e
- Análises químicas e físicas (jan/dez)-30.192 unidades.

3.12 - COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN

Na relação de suas múltiplas competências, a CNEN colabora na formulação da Política Nacional de Energia Nuclear e baixa diretrizes específicas para radioproteção e segurança nuclear, através de normas e regulamentos; conduz os processos de licenciamento e exerce a fiscalização sobre a indústria nuclear voltada para a geração de energia elétrica; fiscaliza as atividades da indústria mineral relativas aos minérios nucleares; controla, fiscaliza e autoriza o comércio de materiais nucleares; autoriza e fiscaliza a construção e a operação de instalações radioativas no que se refere à instalações de comércio de radiosótopos.

No plano científico e tecnológico, a CNEN executa atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de reatores, do ciclo do combustíveis nuclear, de instrumentação e controle, de aplicação e instalações de técnicas nucleares, de produção de radiosótopos, de rejeitos radioativos e de materiais de interesse nuclear e irradiados.

No plano social e com suporte de seus Institutos, a atuação da CNEN, em conjunto com outras entidades governamentais, proporciona as condições de instalações de proteção radiológica e segurança nuclear para a população e meio-ambiente. Cabe destacàr que a autarquia é o único produtor nacional de radiosótopos para uso médico, o que lhe permite atender cerca de 500.000 pacientes/ano em radio diagnósticos e radioterapia, dos quais 80% são através da rede hospitalar pública.

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Laboratório mantido	unidade	7	7
Atendimento Médico-odontológico	paciente	14.000	12.994
Empresa controlada	empresa	1	1
Contribuição de anuidade	unidade	1	1
Equipamentos de processamento dados instalados	unidade	1	1
Software desenvolvido	unidade	5	5
Formação e capacitação de recursos humanos	projeto	2	2
Aquisição de software	unidade	5	3
Radiosótopos e radiofármacos aplicados	paciente	400.000	500.000
Desenvolvimento de materiais nucleares	unidade	5	1
Prestar radioproteção ocupacional	unidade	500	500
Desenvolvimento instrumentação nuclear	instrumento	60	43
Desenv. de Tecnologias	instrumento unidade	40 35	13 12
Prestação de serviços	hora	6.000	6.000
Manter em operação rotineira os reatores	unidade	3	3
Produção de materiais nucleares	tonelada	120	120
Fabricação combustíveis nuclear	unidade	15	3
Obtenção de materiais especiais	unidade	20	7
Aquisição equipamentos	equipamento	2	2

DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Curso de treinamento	evento	10	9
Estudo e pesquisa	unidade	20	12
Licenciamento e fiscalização	unidade	6	6
Inspeção realizada	unidade	2000	700
Controle/fiscalização	unidade	1000	957

3.13 - NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP

a) Objetivos

Produzir sob encomenda, artefatos e equipamentos específicos para usinas nucleares, visando o desenvolvimento nacional neste campo, bem como o de equipamentos pesados para outros fins.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Prosseguimento de obras para o desenvolvimento do Projeto ARAMAR.
- Participação na montagem dos submarinos classe TUPY no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.
- Realização de projetos complementares para os submarinos classe TUPY.
- Montagem dos equipamentos da Usina de ANGRA II.
- Obras convencionais de porte para atender aos mercados nacional e internacional.

4 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Secretaria da Administração Federal, tem a finalidade de formular e executar as políticas de desenvolvimento administrativo e gerencial, no âmbito do Poder Executivo, e coordenar, controlar e supervisionar as atividade referentes às ações dos sistemas de pessoal civil, de modernização e organização administrativa, de recursos da informação e da informática, e de serviços gerais na administração direta, autárquica e fundacional.

4.1 - ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL CIVIL

a) Objetivos

Planejar, supervisionar, orientar e avaliar a execução das atividades de gestão de recursos humanos na Administração Pública Federal.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Instituída comissão para dar continuidade ao processo de isonomia, estabelecendo diretrizes, regulamentando os artigos 37 e 39 da Constituição Federal e enxugamento do quantitativo de tabelas de crescimentos, reduzindo o intervalo entre o maior e o menor vencimento.

- Elaboração e implementação da Seguridade Social para o Servidor Público Federal.

4.2 - ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL

a) Objetivos

Planejar, supervisionar, orientar e avaliar a execução das atividades de gestão de recursos humanos na Administração Pública Federal.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Elaboração da Sistemática de Implantação do Programa Nacional de Treinamento do Servidor Público.

- Regulamentação do Fundo Especial de Formação, Qualificação, Treinamento e Desenvolvimento do Servidor Público.

- Treinamento de 3.000 servidores e 1.000 em fase de conclusão.

4.3 - MODERNIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

a) Objetivos

Coordenar e promover o desenvolvimento organizacional relacionado às áreas de sistemas e métodos e de estudos institucionais, visando a proporcionar maior racionalidade operacional da Administração Pública Federal.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Atualização do catálogo da Administração Pública Federal.

- Atualização das Estruturas Organizacionais do Poder Executivo, com vistas a sua publicação pela Imprensa Nacional.

- Redimensionamento da Base de Dados Cadastro da Administração Pública Federal - CAFE, no sentido de atualizar o sistema de tratamento da informação, possibilitando sua interação com os demais sistemas, SIAPE, SIAFI, SIDOR e SIASG, e efetivar a transferência da gestão dos dados relativos ao Distrito Federal para o GDF.

- Desenvolvimento de estudos para a ampliação da abrangência da Base de Dados Cadastro da Administração Pública Federal - CAFE, possibilitando a inclusão dos Poderes Legislativo e Judiciário e a descentralização de sua administração.

- Levantamento e atualização de estudos sobre as ações de desburocratização e desregulamentação promovidas pela Administração Pública Federal.

4.4 - PLANEJAMENTO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

a) Objetivos

Coordenar e promover o desenvolvimento organizacional relacionado às áreas de sistemas e métodos e de estudos institucionais, visando a proporcionar maior racionalidade operacional da Administração Pública Federal

b) Formas de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Aprovação dos perfis OSI, pela comissão de estudos interministerial - POSIG.

- Sistema de Comunicações Administrativas para o Governo Federal.

- Integração de Sistemas de informação na Administração Pública Federal.

- Implantação da Rede Metropolitana de Alta Velocidade-REMAN.

4.5 - PLANEJAMENTO, NORMATIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS E AUXILIARES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

a) Objetivos

Coordenar e Planejar o desenvolvimento organizacional relacionado às áreas de Sistemas e Métodos e de Estudos Institucionais, visando proporcionar maior racionalidade operacional da administração Pública Federal

b) Formas de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Catálogo básico de materiais e serviços.

- Cadastro unificado de fornecedores.

- Sistema integrado de registro de preços.

- Projeto lógico da bolsa de materiais disponíveis.

- Regulamentação do reajuste de preços nos contratos.

- Programa interno para reciclagem de papéis.

- Atualização do Banco de Dados da Comissões de Conservação de Energia - CICE's.

4.6 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE HABITAÇÕES URBANAS

a) Objetivos

Promover a complementação dos recursos financeiros visando à manutenção e conservação de habitações urbanas no Distrito Federal, pertencentes à União

b) Formas de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Administração dos imóveis funcionais pertencentes à União, quanto a manutenção e conservação e quanto a permissão de uso dos que ficaram para atender o Governo Federal.

- Alienação de 350 imóveis

4.7 - EXTINÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE ÓRGÃO

a) Diretrizes

Coordenar e supervisionar os processos de extinção e liquidação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal

b) Principais Realizações

- Concluídos processos de extinção dos seguintes órgãos:
  - Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas;
  - Fundação das Pioneiras Sociais; E
  - Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República.
- 16 entidades encontram-se em fase de liquidação.

4.8 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NO SETOR PÚBLICO

a) Objetivos

Promover estudos e pesquisas, instrumentalizar, acompanhar e avaliar as ações que visem ao aprimoramento e a melhoria da qualidade e da produtividade, tanto na produção e comercialização de bens quanto na prestação de serviços pelos setores público e privado

b) Forma de Atuação

Aplicação direta e através de convênio

c) Principais Realizações

- Articulação e orientação do desenvolvimento de projetos, programas e iniciativas de implantação da gestão da qualidade nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
- Cumprimento das diretrizes gerais do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade, particularmente aquelas oriundas do Comitê Nacional da Coordenação Executiva e da Coordenação do Subcomitê.
- Reativação e reestruturação do Subcomitê Setorial da Administração Pública do PBQP.
- Identificação e acompanhamento de experiências de inserção de conceitos da qualidade e produtividade na avaliação da gestão pública no nível federal e, através de interfaces com o Subprograma Setorial, nos níveis estadual e municipal, atuar no sentido da definição de indicadores da qualidade e produtividade com este propósito.

- Apresentação de diagnóstico sobre o grau de implantação da Gestão da Qualidade Total na Administração Pública.

4.9 - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP

4.9.1 - Capacitação em Recursos Humanos

a) Objetivo

Promover de forma integrada a qualificação de pessoal de todos os níveis de graduação e serviços, de modo que se obtenham melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade.

b) Formas de Atuação

Execução direta e descentralizada, em parceria com outras instituições ou órgãos/clientes.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Formação e Desenvolvimento de pessoal	cursos alunos	22 2.785	30 1.030
Treinamento (PNTS)	cursos reuniões técnicas alunos	64 2 1.910	67 2 2.241
Debate de questões relativas ao Estado e administração pública	seminários e encontros técnicos participantes	16 2.000	32 3.263

4.9.2 - Coordenação e Desenvolvimento de Projetos e Pesquisas

a) Objetivos

Subsidiar a reforma administrativa federal e o desenvolvimento de recursos humanos, tendo em vista o aperfeiçoamento do Setor Público.

b) Formas de Atuação

Execução direta e indireta, com recursos próprios e de convênios; apoio a pesquisas no campo de administração pública.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Constituição de subsídios e proposições relativas ao Estado e à gestão pública	estudos e pesquisas	10	9
Registro e disseminação de informações técnicas	publicações projetos de serviços	16 6	10 6

d) Comentários

A qualidade e importância dos subsídios gerados neste programa têm sido amplamente reconhecidas, principalmente com relação aos projetos : Administração Pública e Revisão Constitucional, Estrutura e Organização do Poder Executivo frente à Opção pelo Sistema de Governo (ENAP/CEDEC) e Sistema de Carreiras dos Servidores Civis da União (neste último, com uma efetiva participação da ENAP no grupo de trabalho instituído pela SAF).

Além da execução e coordenação de projetos nessa área, a ENAP vem desenvolvendo um programa de apoio à pesquisa em Administração Pública (ENAP/CAPES/ANPAD, com o qual pretende estimular a produção de estudos e pesquisas de interesse para o serviço público, através da concessão de bolsas de mestrado e doutorado (auxílio financeiro para execução dos projetos de pesquisa), no período julho 93 a dezembro 95. O programa já está beneficiando a 12 projetos, mediante criteriosa seleção, prevendo-se , a partir de 94, uma média de 15 dissertações de mestrado anuais e 5 de doutorado a cada 2 anos.

Nas atividades de documentação e informação, a serviço do pessoal e das organizações públicas, além da linha de publicação do conhecimento produzido pela ENAP e outros de interesse do setor público, a Escola ampliou e diversificou os serviços prestados, registrando-se um atendimento a 8.500 usuários da Biblioteca, implantação dos serviços de videoteca, hemeroteca e escritório de informações, com interligação a redes nacionais e internacionais de informação.

5 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

5.1 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Em 1993, o IBGE deu continuidade ao seu programa de trabalho nas áreas demográfica, social, econômica, estatística e geocientífica, com o objetivo de proporcionar um melhor conhecimento da realidade física e sócio-econômica do País.

5.1.1 - Pesquisas e Análises Estatísticas

Este projeto/atividade estruturou-se na proposta de modernização do processo de produção das pesquisas, visando agilização na divulgação e redução de custos, sem prejuízo na obtenção das informações.

Foram realizadas as pesquisas mensais: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), Sistema Nacional de Índices e Custos da Construção Civil (SINAPI), Pesquisa Mensal de Emprego (PME), Pesquisa Industrial Mensal/Produção Física (PIMPF) e Pesquisa Industrial Mensal/Dados Gerais (PIMDG).

As estatísticas conjunturais da área agropecuária - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), Pesquisa Mensal do Leite e Pesquisa Mensal de Abate, foram realizadas bimestralmente.

Foram lançadas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de abrangência nacional, envolvendo cerca de cem mil domicílios, e pesquisas anuais da área econômica - Pesquisa Anual do Comércio (PAC) , Pesquisa Anual de Transporte Rodoviário (PATR), Pesquisa Industrial Anual (PIA) e Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), que embora reduzidas e simplificadas, constituem-se em levantamentos de campo de grande porte.

O IBGE se incorporou à Campanha de Combate à Fome e à Miséria produzindo dois números do Boletim "A Informação contra a Fome", o primeiro dos quais cobrindo um elenco de indicadores, em nível estadual, relativos às condições de vida da população e, o segundo tratando especificamente de distribuição de terra, produção agrícola e níveis de desnutrição.

Atualmente, o IBGE está encarregado de produzir o mapa do desemprego no Brasil, congregando esforços com o Ministério e Secretarias Estaduais de Trabalho.

Além dessas realizações, vale ressaltar as pesquisas anuais da área social - Pesquisa de Assistência Médico Sanitária (AMS) e Pesquisa Sindical (PS) e a Pesquisa de Previsão de Safras (PREVS), realizada nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e no Distrito Federal.

5.1.2 - Recenseamentos

Prosseguiram, com grande prioridade, os trabalhos de apuração do Censo Demográfico de 1991, tendo sido desenvolvidas as etapas de crítica e análise de consistência das informações levantadas no Questionário Básico e que se referem às características gerais dos domicílios e à estrutura por sexo, idade e condição de alfabetização da população, além do nível de instrução e do rendimento dos chefes dos domicílios.

Também teve início a apuração do Questionário da Amostra, onde foram levantadas informações adicionais sobre os domicílios e sobre as características gerais, educacionais e econômicas da população, além de dados básicos que permitem mensurar as variáveis demográficas: mortalidade, fecundidade, nupcialidade e migração.

O trabalho de comparabilidade das estatísticas dos países do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, teve continuidade este ano, através de reuniões que trataram do inventário das instituições que produzem estatísticas oficiais em cada um dos estados partes do MERCOSUL, e de um seminário para discutir formas de disseminação das informações existentes. Foi também impressa pelo IBGE o volume 1 da Sinopse do MERCOSUL.

5.1.3 - Pesquisas Geográficas, Geodésicas, Recursos Naturais e Meio Ambiente e Dinamização da Cartografia

A produção centrou-se em Diagnósticos Ambientais, Estudos Geográficos, Cartográficos e Geodésicos, e buscou analisar tópicos demandados por órgãos externos, além de examinar itens das estruturas territoriais brasileiras.

Vale registrar o lançamento dos seguintes produtos: Revista Brasileira de Geografia, Ano 53, nº 4; Cadernos de Geociências nº 9; Cadernos de Geociências Especial; Diagnóstico Geoambiental e Sócio-Econômico da Bacia do Rio Paraguaçu (Bahia); Série Estudos e Pesquisas em Geociências nº 1; Manual de Carta Internacional do Mundo do Milionésimo (CIM); Série Manuais Técnicos em Geociências, Vol. 2; Zoneamento Ecológico-Econômico do Nordeste, 1ª fase - Potencial Geoambiental Versão Preliminar; Lista de Plantas Vasculares; Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal - Nota Técnica; Metodologia para Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Amazônica (Português, Inglês e Espanhol); Mapa Unidades de Relevo 1:5000.000; Mapa de Vegetação 1:5.000.000; Mapa Estadual - Tocantins 1:1.000.000; Impressão e Reimpressão de 33 folhas Topográficas nas escalas de 1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000.

O desenvolvimento dos trabalhos Regiões de Influência de Cidades (REGIC), que fornece um novo quadro classificatório de todo o sistema urbano do País, mapeando suas áreas de atuação e de importância, e a dinamização do Projeto Abelha.

5.2 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Em 1993 foram executados no IPEA vários projetos de pesquisa destinados a ampliar a base de conhecimentos do Governo no tocante a um largo espectro de políticas públicas e se prosseguiu na gestão de programas e projetos interinstitucionais associados a empréstimos do Banco Mundial (BIRD), e de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Além destas atividades, o Instituto realizou um conjunto de ações de desenvolvimento institucional, voltadas para a redefinição do modelo de gerenciamento do planejamento, e de difusão de informações técnica e metodológicas na área de políticas públicas. Cabe salientar, nesse contexto, as ações de treinamento especializado, a publicação de trabalhos técnico - científicos e a promoção de fóruns que abordam temas relevantes para a formulação, acompanhamento e avaliação daquelas políticas.

5.2.1 - Pesquisa

a) Objetivos

A Diretoria de Pesquisa - DIPES tem como objetivos realizar, promover e difundir pesquisas aplicadas às áreas econômica e social. Tais pesquisas visam ampliar e aperfeiçoar o conjunto de informações e metodologias úteis ao processo de tomada de decisões de política econômica e análise da economia brasileira, no que diz respeito à sua estrutura e evolução.

b) Principais Realizações

- Elaboração do Boletim Conjuntural e da Carta de Conjuntura.
- Manutenção do Banco de Dados Conjunturais e atualização de indicadores macroeconômicos.
- Publicação de Indicadores IPEA, destinados a autoridades de governo.
- Elaboração do Panorama da Economia Mundial.
- Atualização e manutenção de banco de dados sobre a economia mundial.
- Operacionalização do modelo econométrico GEM e elaboração de cenários prospectivos.
- Atualização e aperfeiçoamento do Modelo de Projeções para o Setor Externo da Economia Brasileira (MOPSE).
- Aperfeiçoamento e extensão do Modelo Multissetorial de Consistência (MMC) e do Modelo Macroeconômico Trimestral (MMT).
- Projetos de pesquisa nas áreas de Finanças Públicas, de Análise e Modelagem Macroeconômica, de Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda, de Seguridade Social, de Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior e do Meio Ambiente.
- Os resultados das pesquisas realizadas são divulgados sob a forma de livros ou multicopiadas.
- O Programa Nacional de Pesquisa Econômica - PNPE: um importante programa de apoio à área acadêmica de economia.

5.2.2 - Políticas Públicas

a) Objetivos

A Diretoria de Políticas Públicas tem como objetivo realizar, promover e difundir estudos e pesquisas com o intuito de auxiliar a SEPLAN nas áreas de formulação e avaliação de políticas públicas.

5.2.2.1 - Política Social

ÁREA DE ASSESSORIA AO CONSEA E DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE COMBATE À FOME E À MISÉRIA

Assessoramento técnico-político ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA; acompanhamento dos programas prioritários (reforma agrária, merenda escolar, assistência ao desnutrido, programa de alimentação do trabalhador, PRODEA e acompanhamento e análise da conjuntura econômica); análise de projetos e propostas encaminhadas por órgãos do Governo Federal ou através do CONSEA; articulação com órgãos governamentais visando garantir o encaminhamento das resoluções aprovadas no CONSEA; preparação técnica das reuniões do CONSEA; elaboração de propostas para a ação governamental e para a constituição de parcerias Governo/sociedade; sugestões para a descentralização de ações do Governo na área de segurança alimentar; coordenação do Projeto FAO/ALADI de Segurança Alimentar; participação em eventos referentes ao Plano e à Campanha Contra a Fome, conduzida pela Ação da Cidadania; divulgação das ações do Governo Federal no âmbito do Plano.

ÁREA DE MERCADO DE TRABALHO E POBREZA

Acompanhamento das condições de vida da população e do mercado de trabalho: como ocupação e rendimento, em suas condicionantes demográfico-educacionais e econômicas, e seus efeitos sobre a distribuição de renda e a pobreza; produção e atualização de dados e informações e elaboração de indicadores sócio-econômicos; desenvolvimento de metodologia para a mensuração da indigência e pobreza; quantificação dos domicílios indigentes e pobres por regiões e áreas metropolitanas, urbanas não metropolitanas e rurais; Mapa da Fome I, II e III; Mapa da criança I e II; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Social; relatório quantitativo e qualitativo sobre os fatos e circunstâncias que afetam o mercado de trabalho; estudo sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima, Pesquisa sobre Relações de Trabalho na Indústria Brasileira: impactos da estratégia de qualidade e produtividade; Pesquisas sobre Trabalhadores Pobres e Cidadania e sobre A Crise do Sindicalismo: reflexões e perspectiva.

ÁREA DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS

Acompanhamento conjuntural do setor de transporte coletivo urbano nas capitais brasileiras: atualização do banco de dados e informações sobre tarifas, custos, subsídios, desempenho e opinião dos usuários para os sistemas de ônibus, metrôs e ferrovias urbanas; relatórios conjunturais; estudo da evolução das tarifas públicas de transporte coletivo urbano e valores dos insumos.

ÁREA DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Seminário sobre municipalização das Políticas Públicas (publicação dos Anais); Manual de Orientação aos Prefeitos sobre os Procedimentos para a Captação de Recursos a Nível Federal.

ÁREA DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Estudos e propostas para a revisão constitucional: Os Desafios do Sistema de Saúde; A Saúde na Revisão Constitucional; Propostas de Revisão Constitucional na área de Saúde ; Distribuição de Competência no Sistema único de Saúde: o papel das três esferas de governo

- Estudos sobre a descentralização e financiamento dos serviços de saúde: Reavaliando o Gasto Público em Saúde; Distribuição Equitativa dos Recursos no Setor Saúde (PGSEP); Sistema de Repasses Financeiros a Unidades de Assistência à Saúde (PGSEP); O Financiamento da Saúde nos Estados e Municípios: alternativas de custeio do processo de descentralização (PGSEP).

- Estudos sobre política social e financiamento dos gastos sociais públicos: Novos Parâmetros para a Reorganização da Política Social Brasileira (PGSEP); Gasto Federal em áreas Sociais: resultados de 1992; Consolidação do Gasto Público: a experiência do Brasil.

- Outras Atividades: Promoção e participação em seminários, oficinas de trabalho etc. sobre economia, financiamento e qualidade em saúde pública; Análise comparativa das propostas de reforma para a área de previdência social; Manutenção de banco de dados sobre gasto público em áreas sociais.

ÁREA DE EDUCAÇÃO

Tendências da Gestão Escolar: subsídios e melhoria da qualidade de ensino; Aplicação da Metodologia da Qualidade Total em Escolas Municipais: o caso de Cuiabá; Situação da Parceria Estado/Município no Ensino Fundamental; O Financiamento da Educação no Paraná; O Financiamento da Educação no Espírito Santo; Diagnóstico do Sistema Nacional de Educação; Levantamento dos Gastos Estaduais Com Educação; Levantamento das Greves de Professores na Rede Nacional de Educação; Sugestões para a Reforma da Constituição; Análise da Lei de Diretrizes Básicas - LDB e sugestões para modificações; A Universidade Pública e a Revisão Constitucional; O Ensino Superior no Brasil (1980/1991); A Crise do Sistema Nacional de Ensino Superior; A Reforma da Constituição e o Novo Pacto Federativo: sugestões para a reforma constitucional.

5.2.2.2 - Projetos Especiais

COMISSÃO TEMÁTICA PARA INDICADORES DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

Em 1993 a Comissão elaborou um documento orientador para a geração de indicadores pelos subprogramas do PBQP (indústria e administração pública), e para outras ações relativas ao tema a serem desenvolvidas pelas entidades que participam do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP.

REVISTA INDICADORES DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO IPEA

O IPEA tem sob sua responsabilidade a publicação da Revista Indicadores da Qualidade e Produtividade, semestralmente, e que tem por finalidade promover a realização e difusão de trabalhos sobre a temática dos indicadores. Em 1993 foram lançados os dois primeiros números.

PROJETO "MODELO DE SISTEMAS DE INDICADORES DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO"

Cumprindo a atribuição que tem no contexto do PBQP de apoiar a geração de Indicadores da Qualidade e Produtividade no âmbito do Serviço Público Federal, em articulação com a Secretaria da Administração Federal - SAF, o IPEA vem desenvolvendo o projeto "Modelo de Sistemas de Indicadores da Qualidade e Produtividade no Serviço Público" e tem por finalidade desenvolver e testar para validação um modelo de geração sistemática de Indicadores da Qualidade e Produtividade para a Administração Pública Federal.

O projeto está sendo desenvolvido com o apoio de consultores, conta com a participação do Ministério da Saúde e da Previdência Social e do INMETRO. Em 1993 foram desenvolvidos e estruturados três casos pilotos nestas áreas. Foram realizados 3 (três) "workshops" sobre o projeto com a participação dos consultores, dos representantes dos ministérios e órgãos públicos envolvidos ou interessados. Um seminário específico para o componente saúde/hospitais foi realizado em São Paulo, com a participação de representantes dos 29 hospitais que compõem a amostra com a qual trabalha o projeto, procedentes de diversos estados.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO

Foi realizada a coleta de dados, o controle e cadastramento do acervo técnico-científico do Programa Nacional de Saneamento Rural - PNSR.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO JEQUITINHONHA - SODECOM

Foram realizadas a elaboração e implantação do projeto, a coordenação da equipe técnica composta de 6 (seis) ministérios setoriais: Saúde, Educação e Desportos, Bem-Estar Social, Agricultura e Reforma Agrária, Secretaria do Desenvolvimento Regional da PR, Governo do Estado de Minas Gerais.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DOS VALES POBRES- PROMOVALE

Foi realizada a coordenação da equipe técnica do MIR, a articulação com os ministérios setoriais e outros órgãos envolvidos com o PROMOVALE, inclusive o Congresso Nacional.

Foram concluídos os trabalhos: Projeto SODECOM, projeto PROMOVALE, cadastro técnico-científico do PNSR, e os documentos tecnicos: "Desenvolvimento Rural Integrado - Programa Intersetorial e Interdisciplinar", "Metodologias e Instrumentos para a Coleta de Informações em Saneamento", "Planejamento Estratégico Situacional".

5.2.2.3 - Política Macroeconômica

a) Principais Realizações

- Elaboração e distribuição mensal da Conjuntura: Análise de Curto Prazo.
- Previsão mensal do comportamento da Balança Comercial.
- Previsão mensal do comportamento da Produção Industrial.
- Atualização do Banco de Dados do Sistema BASEP.
- Aquisição de workstation SUN e do software SCA, para desenvolvimento de trabalhos utilizando técnicas avançadas de estatística

5.2.2.4 - Política Setorial

A Coordenação de Política Setorial tem seu programa de trabalho voltado para a avaliação dos principais instrumentos de política setorial (Agricultura, Indústria e Infra-Estrutura), com o objetivo de gerar subsídios para a discussão e formulação das políticas setoriais.

Cabe destacar a realização em 1993 das seguintes pesquisas:

- equacionamento das Principais Fontes de Financiamento para Subsetores de Transportes;
- prioridades para Investimentos no Setor de Transportes - mecanismos para tomadas de decisões na década de 90;
- avaliação da Política Governamental para o Setor Sucro-alcooleiro; e
- avaliação dos Incentivos Fiscais Indústria da Zona Franca de Manaus (ZFM).

6 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

A Aeronáutica, como parte integrante das Forças Armadas, é uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, destinada à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Compete à Aeronáutica:

- cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil;
- orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil;
- prover a segurança da navegação aérea;
- contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional;
- estabelecer, equipar e operar, diretamente, ou mediante concessão a Infra-Estrutura aeroespacial; e
- operar o Correio Aéreo Nacional.

Ao Ministério da Aeronáutica - MAer compete a administração dos negócios da Aeronáutica, tendo como atribuição principal a preparação da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional.

6.1 - DEFESA AÉREA

a) Órgãos Responsáveis

Estado Maior da Aeronáutica, Comando Geral de Apoio, Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, Diretoria de Material da Aeronáutica e Diretoria de Material Bélico.

b) Diretrizes

Consolidação do poder aeroespacial, mediante o fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea e da racionalização e promoção da eficácia administrativa.

6.1.2 - Reaparelhamento da Força Aérea Brasileira

a) Objetivos

Dar continuidade à execução do projeto através das ações de aquisição e modernização de aeronaves e seus equipamentos.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta dos recursos alocados na aquisição e/ou modernização de aeronaves e seus equipamentos, através de contrato de fornecimentos ou de prestação de serviços.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Equip. BE-515 p/frota (transm./localiz.emerg.)	equipamentos	223	00
Aquisição de GPS p/frota (GARMIN PRONAV 100)	equipamentos	80	12
Equip. DF 301E P/UH-1H	equipamentos	30	00
Armamento para UH-1H	aeronaves	08	08
Tanques subalar do T-27	pares	05	00

Além das realizações acima citadas, foram desenvolvidas as seguintes metas:

- DSV Míssil AR-AR MAA-X1;
- radar F-103 (contrato 07/DIRMA/88);
- equipamento VHF para frota (espaçamento de freqüência);
- contrato 04/CISCEA/TECNASA; e
- assistência técnica ao simulador de F-5 de Santa Cruz (contrato 03/DIRMA/92).

d) Comentários

A prática continuada de revitalização de parte da frota vem sendo perseguida, nos últimos anos, na tentativa de manter o mínimo de operacionalidade da Força Aérea, com substituição ou modernização dos equipamentos obsoletos. O irreversível processo de obsolescência, aliado a impossibilidade de renovação gradativa da frota, poderão trazer conseqüências imprevisíveis ao cumprimento da missão constitucional do Ministério da Aeronáutica.

O reaparelhamento da Força Aérea, em especial das unidades de combate, faz-se necessário, mesmo que a níveis modestos, considerando-se as dificuldades econômico-financeiras por que passa o país.

6.1.2.1 - Combustíveis e Lubrificantes

a) Objetivos

Atender às necessidades de aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação, para apoiar o esforço aéreo aprovado.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta dos recursos alocados.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Suprir a Força Aérea Brasileira (FAB) de combustíveis e lubrificantes	horas voadas	174.000	105.000

d) Comentários

Os recursos alocados não foram suficientes para o cumprimento das metas estabelecidas.

6.1.2.2 - Manutenção, Suprimento e Equipamento de Material Bélico Aéreo

a) Objetivos

Possibilitar a manutenção e o suprimento de material bélico aéreo, visando manter os estoques de suprimentos operacionais, em níveis compatíveis com as necessidades da Força Aérea Brasileira (FAB).

b) Formas de Atuação

Aplicação direta dos recursos, na aquisição de material bélico, equipamentos e contratação de serviços, nas empresas homologadas, para fabricação, manutenção ou desenvolvimento de itens para aplicação bélica aérea.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Fornecimento de material bélico aéreo para atendimento das necessidades da FAB	item	1.163.200	485.800

6.1.2.3 - Manutenção, Suprimento e Equipamento de Material Bélico Terrestre

a) Objetivos

Possibilitar a manutenção e o suprimento de material bélico terrestre, visando manter os estoques de suprimentos operacionais, em níveis compatíveis com as necessidades de adestramento e emprego dos efetivos componentes dos Órgãos do Sistema de Material Bélico (SISMAB).

b) Formas de Atuação

Aplicação direta dos recursos, na aquisição de material bélico, equipamento e contratação de serviços, nas empresas homologadas, para fabricação, manutenção ou desenvolvimento de itens.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Fornecimento material bélico terrestre para atender à instrução anual do efetivo dos órgãos componentes do SISMAB	item	8.846.250	1.625.200

d) Comentários

Em decorrência da insuficiência de recursos, não foi possível atingir as metas programadas.

6.1.2.4 - Manutenção, suprimento e equipamento de aeronaves

a) Objetivos

Atender às necessidades de manutenção, suprimento e aquisição de equipamentos, no que diz respeito à operacionalidade dos meios aéreos.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta dos recursos alocados, na aquisição de itens de manutenção, suprimentos e equipamentos de aeronaves, assim como na contratação de terceiros, para execução de serviços especializados.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Horas voadas com os recursos do tesouro alocadas para suprimento	horas de vôo	174.000	52.000
Revisão de componentes	item	76.740	46.740
Revisão de motores	item	753	253

6.2 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

a) Órgãos Responsáveis

Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate e Centro Técnico Aeroespacial.

b) Diretrizes

Apoio ao desenvolvimento de indústrias e participação em programas internacionais de cooperação industrial, visando à evolução tecnológica e a penetração em novos mercados, bem como propiciar treinamento de recursos humanos para atendimento às novas exigências tecnológicas.

6.2.1 - Desenvolvimento do AM-X

a) Objetivos

Dotar a FAB de uma frota de 79 (setenta e nove) modernas aeronaves de ataque, assim como promover a capacitação tecnológica da indústria aeronáutica nacional.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta dos recursos alocados ao projeto, através da contratação de empresas ligadas ao programa.

c) Principais Realizações

A - Ações Programadas

As seguintes metas foram planejadas para serem alcançadas no exercício de 1993:

- contratação da Empresa Brasileira da Aeronáutica S/A - EMBRAER para a construção de um RIG de integração aviônica (AIR), a partir do FBUR (flight back-up rig) já existente, com o fim de permitir o desenvolvimento do Radar SCP-01 e sua integração ao AM-X, bem como para possibilitar a intervenção nos "softwares" operacionais da referida aeronave;

- contratação da EMBRAER para a produção (mão-de-obra e material) do 3º lote de aeronaves (15 monopostos e 7 bipostos);

- produção pela EMBRAER de até 10 aeronaves do 2º lote, alcançando 32 aeronaves a serem produzidas até Dez 93;

- aquisição, no exterior, de equipamentos GFE (Government Furnished Equipment) ainda faltantes para as aeronaves do 2º lote e outras para o 3º lote, destacando-se: fuselagens, SMS (Store Management System), e 23 Kits do motor licenciados pela Rolls-Royce e fabricados pela FIAT, na Itália;

- contratação da Companhia Eletromecânica - CELMA, sediada em Petrópolis-RJ, para montagem de 14 motores Spey, para atendimento de parte do 3º lote de aeronaves;

- montagem pela CELMA de 05 motores Spey neste exercício, totalizando 42 motores a serem produzidos até 31 Dez 93; e

- introdução de modificações mandatórias em 22 motores Spey do acervo do MAer, totalizando 31 motores a serem modificados até Dez 93.

B - Desempenho Físico (metas alcançadas)

Foram entregues à FAB, durante o ano de 1993, 06 aeronaves, perfazendo um total de 28 no acervo do MAer. A CELMA, no mesmo período, montou e entregou 07 motores à linha-de-montagem da EMBRAER, atingindo um total de 42 motores entregues à FAB.

Entrou em vigor, em 16 Ago 93, o contrato parcial das atividades da EMBRAER para a produção do 3º lote de aeronaves. Esse contrato deverá ser complementado por outros ainda não colocados, para permitir a montagem final das aeronaves. Completado o 3º lote, será alcançado o total de 56 aviões FAB.

As aquisições dos GFE no exterior não ocorreram devido à falta de recursos no orçamento do MAer.

Foram inevitáveis os atrasos na entrega das aeronaves do 2º lote (recebidas 28 do total previsto de 32 até o final de 1993), tendo como causas principais: as demoras na aquisição e entrega de equipamentos GFE (responsabilidade do MAer) e CFE (Contractor Furnished Equipment - responsabilidades das empresas), devido à falta de recursos financeiros das partes, para as oportunas contratações.

O percentual alcançado no Programa AM-X, ao término do ano de 1993, foi de 54,43% do programa global.

d) Comentários

A Aeronave de Combate AM-X está sendo desenvolvida em conjunto pelo Brasil e Itália, desde 1981, conforme entendimentos governamentais formalizados entre os dois países.

De acordo com os mesmos se, no decorrer da fase de produção, um país reduzir o número de seus aviões, abaixo do número acordado, a quota de trabalho que cada País tem direito será revista. Os custos necessários para a transferência do trabalho serão a cargo do País que reduz o próprio número de aviões.

Assim, mesmo com os crescentes cortes nos últimos exercícios sofridos pelo orçamento do AM-X, o MAer tem redobrado esforços na continuidade do programa binacional, já que o rompimento unilateral, pelo Brasil, não diminuirá despesas pelo menos nos dois a três exercícios seguintes.

Nesse quadro, o Ministério da Aeronáutica, executor do Programa no país em nome do Governo brasileiro, acabou não recebendo, em 1993, os recursos do Tesouro necessários para, ao menos, honrar os compromissos dos contratos em vigor e, em conseqüência, também não pode colocar os novos contratos nas oportunidades exigidas pelo cronograma das interdependentes linhas-de-produção dos dois países.

Objetivando o cumprimento das metas estabelecidas para a parte brasileira, em 1993, a suplementação orçamentária era imprescindível, tendo atingido, no entanto, somente uma pequena parcela. Boa parte dos recursos teriam sido aplicados na EMBRAER, a fim de minimizar a situação difícil pela qual essa Empresa vem passando, bem como permitiria a continuidade das interdependentes linhas-de-produção, no tocante a parte brasileira.

Cabe salientar que este Projeto é de suma importância para o Ministério da Aeronáutica, na medida em que, além da evolução tecnológica e industrial que adquire o País, permite o reaparelhamento da FAB, com aeronaves modernas de ótimo desempenho.

6.2.2 - Pesquisa e Desenvolvimento Aeroespacial

a) Objetivos

Capacitar recursos humanos, incorporar tecnologias avançadas e fomentar o parque industrial, por meio de pesquisa pura e aplicada e da industrialização, no país, de materiais de interesse do Poder Aeroespacial.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta dos recursos alocados ao Projeto, de forma a possibilitar o cumprimento das metas estabelecidas.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	PROGRAMADO (%)	EXECUTADO(%)
Acelerador Linear de elétrons	100	77
Separação Isotópica e Urânio	100	20
Reator Rápido	100	9
Ciências Atmosféricas	100	55
Rádio-Ciência	100	96
Fotônica	100	4
Materiais Carbonosos estruturais	100	38
Cerâmicas Especiais	100	22

DESCRIÇÃO DA META	PROGRAMADO (%)	EXECUTADO(%)
Computação Científica	100	25
Trajetografia	100	20
Casulo Foto	100	65
Padrões de Ensaio em Vôo	100	29
Radar Imageador	100	52
A-1/Avião Hack	100	100
Sistema de Autodefesa Antiaérea	100	60
Desenvolvimento de sistema de armas convencionais/ munições p/ uso FAB	100	58
Foguetes de Sondagem	100	21
Central Inercial de Navegação	100	6
Casulo Meteorológico	100	35
Descontaminação Radiológica	100	25
Combate Eletrônico	100	15
Motor Brasileiro	100	62
Imageador Infravermelho Termal (SISIMI)	100	56
Implantação, no CTA, de um Laboratório de Trem de Pouso	100	87

d) Comentários

O Centro técnico Aeroespacial (CTA) atendeu a inúmeras necessidades de diferentes Organizações do MAER, através de análise técnica de equipamentos, materiais e processos e de homologação em geral, na área militar e civil pertinente.

Ainda que enfrentando sérias restrições orçamentárias, além das atividades técnico-científicas e de apoio especializado às Organizações Militares, o CTA deu continuidade ao desenvolvimento de 40 (quarenta) metas, dentro deste Projeto, além de outras de sua responsabilidade.

Dedicou-se, ainda, o CTA à capacitação de recursos humanos, incorporação de tecnologias avançadas e fomento ao parque industrial, por meio de pesquisa pura e aplicada e de industrialização, no País, de materiais de interesse do Poder Aeroespacial.

6.3 - TRANSPORTE AÉREO

a) Órgãos Responsáveis

Comando Geral de Apoio, Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo, Diretoria de Engenharia e Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo.

b) Diretrizes

Fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea, mediante revitalização e modernização dos equipamentos existentes e adequação da infra-estrutura aeroespacial às necessidades do país.

6.3.1 - Construção e melhoramento de aeroportos

a) Objetivos

Destinar recursos para atender às despesas relacionadas com a infra-estrutura, conservação e recuperação de aeroportos.

b) Formas de Atuação

O desenvolvimento do Projeto foi executado por aplicação direta dos recursos.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META MATERIAIS APLICADOS	PROGRAMADO (%)	EXECUTADO(%)
Luminárias	100	30
Transformadores de isolamento	100	35
Transformadores corrente constante	100	25
Conectores	100	30
Globos coloridos	100	30
Materiais de topografia	100	25
Cabos elétricos	100	30

6.3.2 - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

a) Objetivos

Revitalizar, ampliar e implantar o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, englobando a modernização e ampliação dos equipamentos de comunicação, além de auxílio à navegação, com vistas à integração nacional.

SUBPROJETO - REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO (DACTA) I

O objetivo deste Subprojeto é a revitalização e a substituição dos equipamentos eletro-eletrônicos instalados nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, assim como a ampliação da área de controle radar nas referidas regiões, visando prover os meios de apoio necessários às operações aéreas, bem como propiciar maior segurança, regularidade e fluidez ao tráfego aéreo de modo geral, através da criação de novos órgãos operacionais e do incremento de novos equipamentos de detecção, tratamento de dados, visualização, comunicações, meteorologia e de auxílios à navegação e ao pouso.

SUBPROJETO - IMPLANTAÇÃO DO DACTA II

O objetivo deste Subprojeto é a implantação de controle radar na Região Sul e Centro-Oeste (não atendido pelo DACTA I), visando prover os meios de apoio necessários às operações aéreas, bem como propiciar maior segurança, regularidade e fluidez ao tráfego aéreo de modo geral, através da criação de novos órgãos operacionais e da implantação de equipamentos de detecção, tratamento de dados, visualização, comunicações, meteorologia e de auxílios à navegação e ao pouso.

SUBPROJETO - IMPLANTAÇÃO DO DACTA III

O objetivo deste Subprojeto é a implantação de controle radar na Região Nordeste, visando prover maior segurança, regularidade e fluidez para o tráfego aéreo de modo geral, através da criação de novos órgãos operacionais e da implantação de equipamentos de detecção, tratamento de dados, visualização, comunicações, meteorologia e de auxílios à navegação e ao pouso.

b) Forma de Atuação

O Projeto Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro e, conseqüentemente, os seus SUBPROJETOS, são executados com recursos orçamentários do Ministério da Aeronáutica, através de contratações de materiais e serviços realizados pela Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (CISCEA), bem como pela aplicação direta da força de trabalho existente na CISCEA, na execução de tarefas variadas, incluindo as ações de instalações em campo de alguns tipos de equipamentos.

c) Principais Realizações

FORTALEZA - Instalação de Estação de Rádio-Comunicação, em Very High Frequency (VHF), com antenas provisórias e instalação de console para visualização da imagem do Radar LP-23M/RS-870 (console não operacional);

NATAL - Instalação de Estação de Rádio-Comunicação, em VHF, com antenas provisórias;

BARRA DO GARÇAS - Instalações de Estações de Rádio-Comunicação, em VHF e Ultra High Frequency (UHF);

SANTA TERESA - Instalações de Estação VHF;

RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO - Início da instalação de novos equipamentos de visualização e tratamento de dados e plano de vôo;

SANTA CRUZ - Prosseguimentos dos trabalhos visando a melhoria dos equipamentos da área de telecomunicações;

SEDE DO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO (CINDACTA) I - Prosseguimento dos trabalhos visando a uma maior operacionalização dos meios já instalados, bem como a implantação de equipamentos na área de telecomunicações;

SEDE DO CINDACTA III - Prosseguimento dos trabalhos visando à implantação dos equipamentos de tratamento de dados (Hardware e Software), visualização radar e variados tipos de equipamentos da área de telecomunicações;

CUIABÁ - Implantação de novo complexo de proteção ao vôo na localidade, com ativação de novo prédio para o Destacamento de Proteção ao Vôo (DPV) e Torre de Controle, bem como instalação de sistema radar e de variados tipos de equipamentos da área de telecomunicações;

SÍTIOS VARIADOS - Elaboração de projetos eletrônicos e de engenharia civil, destinados às novas implantações previstas para o ano de 1994 e relativos, principalmente, aos sítios de Fernando de Noronha, Porto Seguro, Bom Jesus da Lapa, Petrolina, Anápolis, Galeão, Natal, Foz do Iguaçu (Vila Residencial) e Santa Tereza (Vila Residencial).

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
EDIFICAÇÕES			
Barra Do Garças (Vila)	m2	1750	1750
Cuiabá (TMA)	m2	4080	4080
Anápolis (SCOAM)	m2	200	200
Fortaleza (DPV-DT)	m2	512	512
Natal (DPV)	m2	235	235
Recife (CINDACTA III)	m2	705	705
Santa Cruz (TMA)	m2	70	70
EQUIPAMENTOS INSTALADOS			
Estação VHF (instalação)	quant.	5	4
Estação UHF (instalação)	quant.	2	1
Radar TA-10M/RS-876(instalação)	quant.	1	1
Radar LP-23M/RS-870(instalação)	quant.	1	1
Integração radar CINDACTA III	quant.	4	3

c) Comentários

Destaca-se a implementação de melhorias na estrutura de meios do CINDACTA I e CINDACTA III, relativas aos sistemas de detecção, tratamento de dados, visualização, telecomunicações, energia elétrica e climatização.

Ressalte-se que o retorno gerado pelas melhorias implementadas pela CISCEA, ao longo de 1993, traduz-se essencialmente no sentido de uma maior segurança às operações aéreas.

Cabe mencionar, também, o desenvolvimento de ações voltadas ao incremento de melhorias da infra-estrutura de proteção ao vôo nas Áreas Terminais de Cuiabá, Natal, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, como, também, no aeródromo de Santa Cruz.

6.4 - CONCLUSÃO

O exercício de 93 foi um ano difícil, em meio a cortes de verbas, redução de horas de vôo e outros obstáculos, não foi possível atingir todas as metas programadas. Entretanto, além dos principais programas, projetos e atividades, acima relacionados, podem ser citadas outras realizações de relevante importância:

- a política de flexibilização da aviação civil trouxe resultados positivos, estando a indústria de transporte aéreo funcionando sem necessidade de aporte financeiro do governo;

- recursos do Programa Federal de Privatização estão sendo canalizados para a área de Pesquisa e Desenvolvimento, permitindo acelerar o Programa Veículo Lançador de Satélites, o Túnel Transônico e a construção do Centro de Lançamento de Alcântara;

- a implantação do Programa de Modernização da Administração do Pessoal traz seus primeiros frutos, possibilitando a ascensão funcional do contingente militar;

- a Academia de Força Aérea tem, agora, um efetivo adequado de cadetes, devendo formar, anualmente, cerca de cem oficiais;

- a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, com nova destinação, já adaptou à vida militar e formou cento e noventa e quatro oficiais, padronizando a instrução e reduzindo custos;

- foram incorporadas à Força Aérea seis novas aeronaves A-1, resultado da consolidação do Projeto AM-X;

- a EMBRAER está inserida no Processo de Privatização, o que possibilitará a manutenção da tecnologia aeronáutica, tão duramente conseguida;

- o Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia;

- a reestruturação do Fundo de Saúde; e o trabalho incessante para a obtenção de recursos orçamentários.

7 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA

7.1 - PESQUISA APLICADA

a) Órgão Responsável

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

b) Objetivos

O atual arranjo institucional da EMBRAPA está estruturado de forma a atender sua nova missão (oferecer respostas às demandas de outros segmentos da sociedade, além do produtor rural) contemplando, ainda, temas ou áreas consideradas prioridades nacionais ou regionais. Visa, também, estimular e apoiar a participação do setor privado no processo de geração e difusão tecnológica de interesse do complexo agropecuário, agroindustrial e florestal, por meio de contratos de parceria.

Iniciou, com o apoio do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, o Programa Nacional de Mobilização Tecnológica para Aumento da Safra, cujo objetivo é aumentar o padrão tecnológico agrícola do País e, com isso, elevar a produtividade agrícola, reduzir custos e evitar o desperdício na agricultura.

Entre as prioridades de pesquisa estabelecidas para 1993, destacam-se a preocupação da Empresa com a qualidade ambiental, a racionalização da produção agropecuária para a pequena propriedade de baixa renda, a produção de alimentos básicos e a modernização tecnológica do complexo agroindustrial. O número de projetos de pesquisa em execução, durante o ano, foi de 2.500, não incluídas as atividades de apoio a programas/projetos e administração geral. Desse total de projetos em execução, 2.128 são executados diretamente pelas Unidades de pesquisa e 372 nas Instituições estaduais de pesquisa, com a cobertura de recursos repassados pela EMBRAPA.

c) Principais Realizações

Em 1993, a EMBRAPA implantou o Sistema EMBRAPA de Planejamento (SEP) que lhe permitirá desenvolver pesquisas mais abrangentes, interdisciplinares e que tragam soluções para os problemas importantes da agropecuária nacional. Os Programas Nacionais de Pesquisa - PNP, então vigentes, foram substituídos pelos Programas do novo sistema. Foram criados grandes temas nacionais, de interesse para o cumprimento da missão da EMBRAPA. São eles:

. Recursos Naturais: Avaliação, Manejo e Recuperação.

. Recursos Genéticos: Conservação e Multiplicação de Material Básico.

. Desenvolvimento de Pesquisa Básica em Biotecnologia.

. Sistema de Produção de Grãos.

- Sistemas de Produção de Frutas e Hortaliças.
- Sistema de Produção Animal.
- Sistemas de Produção de Matérias-Primas.
- Sistema de Produção Florestal e Agroflorestal.
- Racionalização da Agricultura de Subsistência ou de Baixa Renda.
- Colheita/extração, Pós-Colheita, Transformação e Preservação de Produtos Agrícolas.
- Produção e Avaliação da Qualidade Ambiental.
- Automação Agropecuária.
- Gerência e Administração Institucional.
- Intercâmbio e Produção de Informação em Apoio às Ações de Pesquisa e Desenvolvimento.
- Aperfeiçoamento, Cooperação Técnico-Financeira e Modernização Institucional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa.
- Suporte a Programas de Desenvolvimento Rural e Regional.

7.2 - DESENVOLVIMENTO RURAL

a) Órgão Responsável

Secretaria de Desenvolvimento Rural.

b) Objetivos

O desempenho da unidade fundamenta-se nas decisões de priorizar e assegurar o Desenvolvimento Rural do Sistema Nacional de produção Agrícola pelo seu envolvimento e participação direta no planejamento, ordenação, normatização, coordenação e execução de serviços, políticas e diretrizes globais de desenvolvimento objetivando, precipuamente:

- a produção e fomento agropecuários;
- a classificação e a padronização de produtos de origem vegetal;
- a proteção, conservação e manejo do solo e da água no processo produtivo rural;
- o cooperativismo e associativismo rural;
- o melhoramento genético animal e vegetal;
- a seguridade e garantia da atividade rural; e
- a mecanização e a aviação agrícolas.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
INSPEÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS			
Campo de sementes inspecionado	ha	50.000	50.250
Registro de cultivar	Registro	150	0
Treinamento de pessoal	Curso	10	9
PADRONIZAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL			
Padroniz.produtos vegetal	Unidade	12	10
Produto classificado	Produto	61	66
Fiscaliz.produtos vegetal	Visita	18.000	9.852
COOPERATIVISMO/ASSOCIATIVISMO RURAL			
Estudos e pesquisas	Projeto	100	68
Treinamento gerencial	Pessoa	4.500	4.442
Evento realizado	Evento	250	126
Projeto apoiado	Projeto	50	85
MANEJO RURAL INTEGRADO MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS			
Treinamento cons.solo	Pessoa	10	154
Unid.demonst.implantada	Unidade	15	18
Publicação e edição	Unidade	100	12
ELETRIFICAÇÃO RURAL			
Popul.beneficiada	Pessoa	3.888	1.473
Prop.rural atendida	Unidade	648	245
Potência instalada	KVA	6.480	1.024
ATIVIDADES EXECUTADAS EXTRA-PROGRAMAÇÃO			
Registro genealógico			96.000
Provas zootécnicas			68.000
Certificação Zootécnica			348.000
Reprodutores controlados			1.240
Estabelecimentos registrados			1.246
Produtos registrados			6.366
Fiscaliz.estabelecimentos			1.391
Amostras coletadas			903
Cursos aviação e mec.agrícola			6
Sup.fisc.empresas aviação agríc.			6

7.3 - DEFESA AGROPECUÁRIA

a) Órgão Responsável

Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

b) Objetivos

- Controle de Pragas e Doenças dos Vegetais.
- Implantação e Manutenção de Estações Fitossanitárias Quarentenária e de Avisos Fitossanitários.
- Inspeção e Fiscalização Aeroportuários.
- Divulgação e Educação Fitossanitária.
- Inspeção e Fiscalização de Insumos e Serviços Agrícolas e de Produtos de Origem Vegetal.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNID.MEDIDA	EXECUTADO
Vacinação pop. bovina/ febre aftosa	Animais	87.879.915
Vacinação herbívoros/ Raiva	Animais	838.856
Vacinação brucelose	Animais	371.789
Diagnóstico Doenças animais	Amostras	7.562
Produç.imunígenos e reagentes	Doses	5.420.000
Controle produtos origem animal	Amostras	14.441
Controle alimento para animais	Partidas	772
Controle mater.multiplicação animal	Partidas	28
Construção laboratorial	M2	6.000
Capacitação recursos humanos	Cursos	18
Fiscalização industrial/sanitária	Estabel.	3.513
Acomp.missões téc.estrangeiras	Missões	26
Superv.estabel.exportadores	Estabel.	272
Controle leite grandes estabel.	Estabel.	426
Controle trânsito portos/aeroportos	Localidade	33

7.4 - ABASTECIMENTO

a) Órgão Responsável

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

b) Principais Realizações

PROJETO/ATIVIDADE	PREVISTO	EXECUTADO	PERCENTUAL
Comercialização prod.alim.básica	798,6	396,5	49,65
Execução política de abastecimento	2.947,0	1.383,6	46,95
Amortiz.encargos da dívida interna	12	11	91,67
Amortiz.dív.exec.polít.estoq.púb.	2.270,0	1.546,1	68,11
Amortiz.encargos da dívida externa	2	1	58,00

OBS. Amortização em número de parcelas
Valores em mil toneladas

7.5 - REFORMA AGRÁRIA

a) Órgão Responsável

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

b) Principais Realizações

- ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

Principal projeto da Reforma Agrária, definidor e configurador de todo o processo, contempla as ações relacionadas à obtenção de terras e à sua distribuição, através da implantação dos projetos de assentamento de famílias de trabalhadores rurais, complementados pelas atividades de promoção social e de apoio à produção nas suas respectivas áreas geográficas. No ano de 1993, as metas referentes a esse segmento de Reforma Agrária compreendiam o atendimento a 1.414 unidades, entre Projetos de Colonização e Projetos de Assentamento já existente e a serem criados, de responsabilidade do INCRA e dos Governos Estaduais. Referidos Projetos compreendiam uma capacidade de assentamento de 325.187 famílias em uma área de mais de 25 milhões de hectares.

Na sua implementação, destacaram-se as ações de exclusiva responsabilidade do INCRA, especialmente as de obtenção de terras, e aquelas de atribuição específica dos órgãos de nível federal, estadual e municipal, envolvidos com a implantação e desenvolvimento dos projetos de assentamento. No exercício de 1993, foi dada ênfase especial na co-participação com Estados e Municípios, através de convênios, para a construção de infraestrutura, principalmente visando o fortalecimento da estrutura produtiva dos assentamentos, enfatizando-se a descentralização das ações de Reforma Agrária.

A característica principal do Assentamento de Trabalhadores Rurais foi a criação de novas pequenas propriedades agrícolas em terras que, na maioria das vezes, encontravam-se ociosas ou com baixa utilização para a produção agrícola. O assentamento, portanto, significou a incorporação de novas terras ao processo produtivo do País, com a conseqüente criação de empregos, distribuição de renda, diminuição do êxodo rural, erradicação de focos de tensão social e aumento da oferta de alimentos e matérias-primas.

OBTENÇÃO DE TERRAS

As ações de obtenção de terras, via desapropriação por interesse social, são de competência exclusiva do INCRA, razão porque o instrumento da desapropriação por interesse social foi, no ano de 1993, o principal instrumento para obtenção de recursos fundiários visando o assentamento de trabalhadores rurais, nos termos estabelecidos na Constituição Federal, na nova Lei Agrária (Lei n. 8.629/93) e na Lei complementar n. 76/93.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO

O assentamento das famílias de trabalhadores rurais, realizadas através da implantação dos projetos, caracterizaram-se pela participação dos beneficiários na definição das metas e demais providências de seu interesse e, ainda, pela co-participação dos demais órgãos envolvidos, através da prestação de serviços sociais (saúde, educação, etc.) e de apoio à produção (assistência técnica, armazenagem etc.), de atribuição específica dessas instituições.

Nos projetos de assentamento foram desenvolvidas várias atividades, dentre as quais pode-se mencionar a organização especial da área (demarcação do perímetro, das parcelas e áreas comuns), a implantação da infra-estrutura física (estradas, obras comunitárias, escolas, postos de saúde etc.), e a distribuição de terras entre os beneficiários, que, por sua vez, passaram a desenvolver suas atividades agrícolas, seja individualmente, apenas com a força de trabalho familiar, seja de forma comunitária.

Ao mesmo tempo, como mencionado, foram desenvolvidas as ações de prestação de serviços pelos órgãos federais, estaduais e municipais, cuja implementação se inicia na fase do assentamento e continua por todo o período de consolidação do projeto, desenvolvendo-se, com ênfase, a política de descentralização das ações de Reforma Agrária, a custos mais reduzidos.

Durante o exercício foram criados 37 novos Projetos de Reforma Agrária, com área total de 165.091 ha, beneficiando 4.268 famílias assentadas, cujas terras foram obtidas pela aplicação do Decreto 433/92 e da nova Lei Agrária. Ao total de 4.268 famílias assentadas em novos projetos criados, somam-se as novas 2.700 famílias assentadas em projetos já criados anteriormente, bem como as 645 famílias em áreas com emissão de posse recente, totalizando 7.613 famílias beneficiadas com acesso à terra nos Projetos de Assentamento em 1993 .

Situação dos Projetos de Assentamento em 1993

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	REALIZADO
PROJETOS CRIADOS (EM IMPLANTAÇÃO)		
- Área	ha	165.091
- N. de Projetos	Projeto	37
- N. de Famílias	Família	4.268
NOVAS FAMÍLIAS-PROJETOS JÁ CRIADOS		
- Área	ha	135.000
- N. de Projetos	Projeto	2
- N. de Famílias	Família	2.700
Áreas com Emissão de Posse		
- Área	ha	20.332
- N. de Projetos	Projeto	5
- N. de Famílias	Família	645
TOTAIS DOS PROJETOS		
- Área	ha	305.263
- N. de Projetos	Projeto	40
- N. de Famílias	Família	7.613

Ademais, já existiam, no início do Governo Itamar Franco, 731 Projetos de Reforma Agrária, criados em exercícios anteriores, com área total de 7.189.400 ha e 123.260 famílias assentadas, localizados nas várias Unidades da Federação, os quais foram objeto de destinação de recursos para a complementação da infra-estrutura e dos serviços de apoio social e à produção, com vistas à sua consolidação e desenvolvimento.

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

A Colonização é um processo direcionado para situação específica de ampliação do espaço econômico, através da incorporação de novas áreas das regiões de fronteira, notadamente na Amazônia Legal, através da utilização de terras públicas. Ressalte-se que, para se viabilizar como empreendimento, necessita de amplas glebas de terras e infra-estrutura que demanda pesados investimentos, bem como estrutura administrativa de maior porte.

Devido a essas dificuldades, desde 1985 não são criados projetos de colonização oficial. As atividades atuais, relacionadas com a colonização, refere-se aos projetos mais antigos, criados até 1984, que hoje são em número de 49 projetos, com área total de 14.109.100 ha e 84.181 famílias assentadas. Esses Projetos necessitam de especial atenção, de maneira a completar suas metas de infra-estrutura e de serviços, proporcionando assim as condições mínimas para sua sustentação e, ao mesmo tempo, suprindo as famílias assentadas dos meios para o seu desenvolvimento e consolidação.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO DOS ESTADOS

Além dos projetos de responsabilidade do Governo Federal,no início de 1993 existiam 634 projetos implantados pelos governos estaduais, totalizando 116.746 famílias assentadas em 4.669.500 ha, tendo sido alguns desses projetos contemplados com recursos do PROCERA em 1993.

Em 1993, foram criados pelos governos estaduais, mais 37 projetos, onde foram assentadas mais 1.549 famílias em 41.736 ha, totalizando 118.295 famílias assentadas em 4.711.236 ha.

- CRÉDITO PARA REFORMA AGRÁRIA

Considerado de fundamental importância para o desenvolvimento dos assentamentos, o Crédito para Reforma Agrária foi concedido para aplicação na estrutura da capacidade produtiva dos agricultores assentados, com vistas à consolidação e estabilização das unidades produtivas. Acrescente-se, ainda, que os planos de aplicação dos recursos foram vinculados e articulados a cada projeto, formulados caso a caso, com a indispensável e necessária participação dos próprios beneficiários.

O crédito para Reforma Agrária foi concedido sob duas modalidades básicas, o de produção e o de implantação, sendo este último subdividido em crédito de alimentação, de fomento e de habitação.

Em 1993, o crédito de produção para os assentamentos, proporcionados pelo programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, contou com recursos do Orçamento do INCRA e dos Fundos Constitucionais (FNE, FNO e FCO). No ano, foram beneficiadas 76.134 famílias, sendo 6.833 famílias com recursos do INCRA e 69.301 famílias com recursos dos Fundos Constitucionais.

Em comparação com a meta de 100.000 famílias a serem beneficiadas em 1993, verifica-se que o PROCERA atendeu a mais de 76% da meta programada. Durante o mês de dezembro foi aprovado Crédito Especial para o PROCERA o que possibilitará o atendimento de novas famílias para o ano agrícola 93/94, permitindo atingir a meta programada.

Quanto ao crédito para implantação, foram atendidas outras 12.155 famílias durante o ano de 1993, totalizando 88.378 famílias atendidas pelo crédito para Reforma Agrária.

Crédito para Reforma agrária em 1993.

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	PREVISÃO	REALIZADO
Crédito para Produção	Família	100.000	76.134
- Procera/INCRA	Família	-	6.833
- Fundos constitucionais	Família	-	69.301
Crédito para Implantação	Família	20.000	12.155
- Alimentação	Família	-	5.324
- Fomento	Família	-	4.040
- Habitação	Família	-	2.791

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Este instrumento foi utilizado para identificar as áreas legalmente tituladas, as áreas ocupadas e as áreas devolutas, como complemento das ações fundiárias em 1993. As terras devolutas identificadas e arrecadadas foram incorporadas ao patrimônio da União ou dos Estados, conforme o caso. Assim, as terras devolutas da União foram destinadas para assentamento de famílias de agricultores ou à legitimação de posse, entre outras. As terras devolutas estaduais podem ter tido as mesmas destinações, mas ficam a critério dos respectivos governos da Unidades da Federação.

Durante o ano de 1993, a Regularização Fundiária significou a discriminação de 106.121 ha e a arrecadação de terras de 105.106 ha, bem como a titulação com a emissão de 12.456 títulos, contemplando igual número de famílias.

CADASTRO RURAL

Considerado de fundamental importância no processo de Reforma Agrária, o Cadastro Rural vem sendo totalmente reformulado, com vistas a apoiar as ações de obtenção de terras, identificando áreas, com a utilização de técnicas de sensoriamento remoto, para a interpretação do uso da terra dos imóveis rurais, visando suas classificação enquanto propriedades produtivas ou improdutivas.

Além disso, em 1993, se desenvolveu a criação e manutenção de base de dados do Cadastro, com as informações coletadas no recadastramento de 1992, bem como foram procedidas as atualizações posteriores. Neste sentido foi realizada a transcrição de processamento dos dados coletados no 73 recadastramento de 1992, abrangendo 3.200.000 imóveis rurais, além da atualização cadastral de 140.000 imóveis, bem como a implantação do sistema de consulta "on-line" dos cadastros a nível estadual.

Além do desenvolvimento do cadastro literal "online", algumas atividades foram desenvolvidas para implantação do cadastro gráfico.

Neste sentido, está se procedendo o desenvolvimento de técnicas de Banco de Dados, sensoriamento remoto e processamento gráfico, com vistas à montagem da malha fundiária do País, constituindo-se um importante instrumento para o desenvolvimento rural e para o processo de Reforma Agrária.

Como primeira etapa, procedeu-se a implantação das unidades-piloto para tratamento das informações gráficas (base cartográfica, plantas de imóveis e aquisição de imagens de satélite).

Na área de análise estatísticas, procedeu-se a publicação das Estatísticas Cadastrais Anuais - 1992, bem como estudos para revisão dos índices de rendimento fixados pelo INCRA, para fins de classificação de imóveis rurais.

8 - MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL

O Ministério do Bem-Estar Social resultou da reestruturação das atribuições anteriormente cometidas ao Ministério da Ação Social, promovida pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992. Conforme dispõe a referida Lei, suas competências abrangem: assistência social: assistência à criança, ao adolescente e ao idoso; formulação e execução de políticas de habitação e saneamento; radicação de populações, ocupação do território e migrações internas; promoção humana; habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de' sua integração à vida comunitária.

8.1 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO

Os subprogramas desta secretaria têm como forma de atuação a utilização de convênios.

8.1.1 - Sistema Nacional de Desenvolvimento Tecnológico Aplicado à Habitação

Objetiva estabelecer centros de avaliação de habitações dotados de equipamentos e de pessoal técnico qualificado, visando montar um sistema de referência de tecnologia em nível nacional necessário para construir habitações populares de baixo custo.

8.1.2 - Apoio e Incentivo à Habitação Popular

Objetiva desenvolver ações integradas de apoio e incentivo à habitação popular nos centros urbanos e rurais, mediante projetos destinados ao atendimento da população de baixa renda, em esforço conjugado com outros níveis de governo.

Dentro deste Sub-Programa se encontra o "HABITAR BRASIL", cujos principais objetivos são a construção de habitações e a recuperação de áreas urbanas degradadas, através de ações de urbanização de favelas, melhoria das condições de moradia da população de baixa renda, principalmente dos grandes centros urbanos e das cidades onde o processo de favelização se torna crescente. No exercício de 1993, previa-se recursos orçamentários da ordem de US$ 257,4 milhões, que, acrescidos da contrapartida municipal ou estadual, no valor de US$ 110,3 milhões, possibilitaria o atendimento a 180 mil famílias ou 900 mil pessoas. Previa-se também a aplicação de 20% de recursos provenientes da arrecadação do IPMF, o que permitiria o atendimento de cerca de 75.000 famílias, com aplicação de recursos da ordem de US$ 2156 milhões. No entanto, só foi possível o atendimento de 13.368 famílias, devido a cortes orçamentários e à não aplicação, em 93 do IPMF (Imposto Provisório de Movimentação Financeira).

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- Sistema Nacional de Desenvolvimento Tecnológico Aplicado à Habitação . Técnicas alternativas	Pesquisa	06	02
- Apoio e Incentivo à Habitação Popular . Habitar Brasil . Outros	Família atendida	29.817 9.697	13.368 6.303

8.2 - SECRETARIA DE SANEAMENTO

Todos os subprogramas desta secretaria têm como forma de atuação a utilização de convênios.

8.2.1 - Obras de Drenagem

Objetiva recuperar áreas dotadas de possibilidades efetiva e potencial, tornando-as economicamente viáveis.

8.2.2 - Infra-Estrutura Urbana

Objetiva promover a recuperação e expansão da infra-estrutura básica de centros urbanos.

8.2.3 - Desenvolvimento de Ações de Infra-Estrutura e Saneamento Básico

Objetiva o desenvolvimento de ações de infra-estrutura e de saneamento básico de centros urbanos e rurais voltadas basicamente ao abastecimento d'água, obras de drenagem, sistema de coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos, mediante projetos destinados à população de baixa renda, em esforço conjugado com outros níveis de governo.

8.2.4 - Sistema de Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos

Objetiva a ampliação e melhoria de sistemas de coleta, transferência, tratamento e disposição de resíduos sólidos.

8.2.5 - Abastecimento d'água em Núcleos Urbanos

Objetiva a implantação de sistemas integrados de abastecimento de água potável em núcleos urbanos.

8.2.6 - Desenvolvimento de ações de infra-estrutura hídrica

Objetiva desenvolver ações integradas de infra-estrutura hídrica, voltadas basicamente para a construção de sistemas simplificados de abastecimento de água e de despoluição de bacias, mediante projetos destinados ao atendimento da população de baixa renda, em esforço conjugado com outros níveis de governo.

8.2.7 - Infra-Estrutura de Saneamento Básico

Objetiva proporcionar água potável às populações de baixa renda das pequenas localidades, bem como destinação adequada dos dejetos.

8.2.8 - Programa Nacional de Saneamento Rural

Objetiva a ampliação dos níveis de cobertura dos serviços de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e melhorias sanitárias a comunidades rurais com população concentrada em localidades de até 5.000 habitantes, visando melhoria das condições de saúde e bem-estar.

8.2.9 - Programa Social de Emergência e Geração de Emprego

Objetiva a redução dos custos sociais de ajustes econômicos em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e grandes municípios, através da absorção de mão-de-obra desempregada em construção de redes coletoras de esgoto e sistemas de micro-drenagem.

Este Programa é objeto de contrato de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem como contrapartida dos agentes promotores municipais ou estaduais. A meta global é beneficiar 1,55 milhões de pessoas e gerar 67 mil empregos. Até o momento, o programa já beneficiou mais de 2,37 milhões de pessoas, superando, assim a meta inicial.

8.2.10 - Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica em Áreas Urbanas

Objetiva deste programa é a implantação de obras integradas de saneamento, abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem, limpeza pública, ação de proteção de mananciais e de educação sanitária, visando o controle de poluição hídrica em regiões metropolitanas.

Este projeto é financiado parte pelo Banco Mundial e parte pelos 3 estados participantes (Minas Gerais, São Paulo e Paraná). O Ministério do Bem-Estar Social participa do acompanhamento do projeto e é responsável pela execução do componente de fortalecimento institucional.

8.2.11 - Abastecimento d'Água em Áreas de Fronteiras

Objetiva executar obras e serviços de expansão e melhoria de sistema de abastecimento d'água em comunidades urbanas e rurais próximas às fronteiras nacionais, visando minimizar riscos de doenças de veiculação hídrica.

8.2.12 - Modernização do Setor de Saneamento

Objetiva executar obras e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e ações de desenvolvimento institucional, visando a reestruturação financeira do setor de saneamento com padrões mais eficientes e eficazes de atuação.

Este projeto é objeto de financiamento pelo Banco Mundial e pelas companhias estaduais de saneamento de Santa Catarina, Bahia e Mato Grosso do Sul.

8.2.13 - Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos

Objetiva a implantação de sistemas de captação e tratamento de dejetos sanitários.

8.2.14 - Controle de Enchentes e Recuperação de Vales e Cidades

Objetiva proteger vales, cidades e centros industriais contra enchentes, bem como promover a recuperação de áreas afetadas por inundações, visando a incorporação de terras ao sistema produtivo, a proteção do patrimônio econômico e a melhoria da qualidade de vida das populações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
SECRETARIA DE SANEAMENTO

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Água	Famílias		123.014
Esgoto	Famílias		38.895
Resíduos Sólidos	Famílias		5.335
Drenagem	Famílias		70.414
Diversos	Famílias		77.716

8.3 - SECRETARIA DE PROMOÇÃO HUMANA

8.3.1 - Desenvolvimento de Ações Sociais e Comunitárias

Objetiva desenvolver ações de promoção humana, de caráter social e comunitário, que melhor responda às necessidades emergenciais, dos segmentos carentes da população, em esforço conjugado com outros níveis governo. Este subprograma tem como forma de atuação a utilização de convênios.

8.3.2 - Coordenação e Manutenção da Ação Social

Objetiva promover o aperfeiçoamento do sistema de assistência comunitária, através de ações de coordenação, supervisão e controle, visando reduzir os principais problemas sociais verificados nas comunidades. Este subprograma tem como forma de atuação a utilização de convênios.

8.3.3 - Assistência a entidades comunitárias

Objetiva apoiar financeiramente entidades comunitárias e instituições obrigatoriamente registradas no Conselho Nacional do Serviço Social - CNSS, visando o amparo à população carente com assistência social, alimentar e recreativa, assistência médico-hospitalar, farmacêutica e odontológica, bolsas de estudos e material escolar, construção e reconstrução. Este subprograma tem como forma de atuação o repasse às entidades beneficiadas.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
SECRETARIA DE PROMOÇÕES HUMANAS

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- Assistência Social Geral			
. Prog.Artesanato Bras.	Projeto	32	2
. Estudos e Pesquisas	Unidade	14	1
. Capac.Ag.Sociais	Unidade	27	2
. Apoio às Pop.nas ações de Assistência Social	Entidade	548	79
. Apoio à Mobilização e Organização Comunitária	Entidade	221	6

8.4 - COORDENAÇÃO NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Os subprogramas desta coordenação têm como forma de atuação a utilização de convênios.

8.4.1 - Coordenação das Ações de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência à Sociedade

Objetiva promover o atendimento populacional através de medidas primárias e secundárias de prevenção, efetivando a redução de cerca de 0,5% das deficiências, como também atender 10% dos nascidos com deficiência ou que venham a contraí-las, além de apoiar ações inovadoras que favoreçam o desenvolvimento de potencialidades das pessoas portadoras de deficiência e sua integração ao meio familiar, educacional, laboral e social.

8.4.2 - Capacitação Profissional

Objetiva promover a capacitação de recursos humanos, objetivando a melhoria e/ou aprimoramento prestado à pessoa portadora de deficiência, preparando-a para o mercado produtivo, bem como propiciando a sua inserção à sociedade.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
COORDENAÇÃO NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO
DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- Coordenação das Ações de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência à Sociedade			
. Município beneficiado	Município	300	150
. Port.Def.Apoiado	Pessoa	300.000	200.000
. Entidade Apoiada	Unidade	350	418
. Pessoas treinadas	Pessoas	9.500	3.800

8.5 - CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

8.5.1 - Assistência Financeira a Entidades Registradas no Conselho Nacional do Serviço Social

Objetiva assegurar recursos financeiros a entidades comunitárias ou filantrópicas atuantes nas áreas de educação, cultura, saúde e alimentação e tem como forma de atuação o repasse às entidades beneficiadas.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL - CNSS

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- Assistência Financeira a Entidades Reegistradas no CNSS			
. Entidade Beneficiada	Unidade	1.300	35

8.6 - FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - FLBA

A FLBA foi criada em 1942. O seu estatuto em vigência foi aprovado pelo Decreto nº. 12 de 18/01/91, e estabelece como finalidade, participar da formulação da Política Nacional de Assistência Social, bem como estudar e planejar as medidas necessárias à sua execução, em proveito da população destinatária de seus serviços e especialmente:

. participar do Sistema Nacional de Promoção e Assistência Social;

. garantir o acesso à população de baixa renda à programas de assistência social, de modo a englobar, prioritariamente, a assistência pré-natal, o reforço alimentar, o apoio e assistência à criança e à família, o amparo à velhice, o desenvolvimento comunitário e a assistência judiciária;

- observar as peculiaridades de cada região do País, no atendimento das suas necessidades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, atuando como fator de dinamização dessas comunidades; e

- na consecução de seus objetivos, cabe à LBA supervisionar, coordenar e orientar a programação inerente à Política Nacional de Assistência Social nas atividades que lhe são atribuídas, inclusive nas exercidas com a participação de outras entidades públicas ou privadas.

A FLBA encontra-se, no momento, numa fase de reordenamento, juntamente com outros órgãos de assistência social, conforme estabelece o art. 32 da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, aprovada pela Lei nº 8742 de 07/12/93, publicada no D.O.U. em 08/12/93.

8.6.1 - Assistência ao Menor

Objetiva atender à crianças na faixa etária de 0 a 6 anos procedentes de famílias de baixa renda, mediante prestação de assistência em creches e outras alternativas de atendimento.

8.6.1.1 - Creche Manutenção

O programa de creches desenvolvido pela LBA consubstancia-se em unidades de prestação de serviço à criança e tem como funções, complementares e interdependentes, cuidar e educar complementando os cuidados da família, visando favorecer o seu desenvolvimento global.

A prestação de assistência social à criança pela LBA tem caráter de complementaridade às ações de saúde, educação e proteção desenvolvidas por órgãos governamentais e não governamentais. Esta complementaridade efetua-se mediante repasse de recursos em forma de "per capita" quando trata-se de atendimento em creche ou similares e pelo financiamento de projetos alternativos quando se configura ações não continuada.

As ações foram desenvolvidas em parcerias com governos estaduais, municipais e organizações não governamentais, através de convênios.

8.6.1.2 - Creche Expansão

A Ação Creche Expansão possibilita apoiar a ampliação e melhoria da infra-estrutura da rede física de creches e construção de novas unidades, propiciando a expansão no atendimento de crianças carentes.

8.6.2 - Assistência a Velhice

Assegurar o atendimento às necessidades básicas do idoso, bem como criar condições favoreçam o exercício pleno de sua cidadania.

8.6.2.1 - Apoio à Pessoa Idosa

A assistência prestada pela LBA ao idoso realiza-se nas modalidades asilar e não asilar. A modalidade asilar consiste no atendimento prestado em tempo integral ao idoso que se encontra impossibilitado de ser atendido no seu domicílio. O atendimento não asilar busca elevar o nível de participação e de convivência, propiciando o fortalecimento de práticas associativas e produtivas no contexto da família e da comunidade.

As ações são desenvolvidas em parceria com entidades governamentais e não governamentais mediante a realização de convênios de cooperação técnica e financeira.

A LBA apoiou, também, a realização de vários eventos, integrando-se como membro na comissão de formulário da Política Nacional do idoso designada pelo MBES.

8.6.3 - Assistência Social Geral

8.6.3.1 - Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência

A assistência a este segmento se efetiva de forma global e continuada, compreendendo o apoio técnico e financeiro às medidas de prevenção, tratamento precoce, habilitação e reabilitação.

A ação preventiva é essencialmente educativa e compreende orientação sobre as causas da deficiência e como preveni-las, a detecção e o acompanhamento da gestante e do bebê de risco, a identificação precoce de alterações no desenvolvimento, e as possibilidades de encaminhamento da criança para atividades de estimulação.

No atendimento precoce à criança na faixa etária de 0 a 3 anos, busca-se intervir logo que forem percebidos os primeiros sinais de atraso ou de distúrbios neuropsicomotores, que constituam ameaça ao seu desenvolvimento normal. O tratamento é prestado através de técnicas específicas, utilizando-se os recursos médicos e psicopedagógicos.

Na habilitação e reabilitação, são desenvolvidas ações de natureza biopsicosocial, que visam a atenuar os efeitos da deficiência, estimular as potencialidades do indivíduo e favorecer sua participação na vida comunitária.

A prestação da assistência social à pessoa portadora de deficiência pela LBA tem caráter de complementaridade às ações de saúde, educação e proteção desenvolvidas por órgãos governamentais e não governamentais. Esta complementaridade efetua-se mediante repasse de recursos sob forma de "per capita" quando trata-se de prevenção, tratamento precoce, habilitação/reabilitação e financiamento de projetos alternativos quando o atendimento ocorre em unidades simplificadas utilizando recursos da própria comunidade.

8.6.3.2 - Auxílio Econômico Financeiro

Consiste no apoio ao núcleo familiar mediante atendimento eventual a necessidades emergenciais, calamidades públicas e a outras ações programáticas como Assistência à Criança, ao Idoso e ao Portador de Deficiência.

8.6.3.3 - Registro Civil

O registro civil constitui-se em condições básicas para o exercício da cidadania. Apesar de a Constituição Federal definir a gratuidade da concessão de registro civil e de atestado de óbito aos reconhecidamente pobres, este preceito ainda não foi devidamente assimilado pelo Estado. Por este motivo, a LBA manteve no exercício, ainda que de forma residual, atendimento aos usuários que buscaram estes serviços.

8.6.4 - Assistência Comunitária

O Programa Desenvolvimento Comunitário e Incentivo à Geração de Renda visa favorecer a participação de pessoas, grupos e famílias de baixa renda, em projetos de ocupação produtiva e de geração de renda, estimulando a sua inserção no mercado de trabalho e fortalecer a organização familiar e comunitária.

Este Programa é executado em três linhas de ações:

Apoio a Projetos Comunitários - APC

Fundamenta-se no fortalecimento das comunidades e das organizações comunitárias, através do atendimento das necessidades coletivas. Através desta ação foram desenvolvidos projetos voltados à melhoria de Condições Sanitárias, com instalação de fossas sépticas, filtros e campanhas da saúde, projetos na área de produção de Alimentos e Construção de Poços Artesianos.

Formação e Reciclagem Profissional - FRP

Esta ação objetiva a realização de atividades relacionadas ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e aquisição de conhecimentos necessários à prática de tarefas essenciais ao desempenho de uma ocupação bem como a complementação da capacitação de pessoas, resultando no aumento de oportunidades de participação no mercado de trabalho.

Dentre as diversas modalidades de eventos produzidos nesse período, evidenciam-se o Curso de Corte e Costura, Artesanato, Horticultura, Hortigranjeiro, Confecção de Roupas e os de produção de Alimentos, dentre outros.

Microunidades Produtivas - MUP

Nesta ação, o objetivo é incentivar a implantação e implementação de pequenas empresas fundadas no modelo do associativismo, assegurando ao público alvo a oportunidade de auferir renda que lhe proporcione o acesso a bens e serviços indispensáveis à sua sobrevivência ao mesmo tempo que lhe dá a co-responsabilidade pela ação desenvolvida.

Foram implantadas, no decorrer desse exercício, Microunidades produtivas para Apoio à Produção de Alimentos, Criação de Animais de Pequeno Porte, Artesanato, Pesca Artesanal e Psicultura.

8.6.4.1 - Programa Empresas Comunitárias

O "Programa Empresas Comunitárias - PEC", que está implantado no Vale do Jequitinhonha - MG é desenvolvido articuladamente pela LBA, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Social Industrial - SESI, Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais - FIEMG, Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE e Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa - SEBRAE.

Os 56 municípios que compõem o Vale foram hierarquizados para fins de estratégia operacional. O programa elegeu inicialmente, 6 pólos operacionais denominados "Efeito Demonstração". O sucesso do programa nestes municípios permitirá a expansão para outras localidades.

8.6.4.2 - Convênio Pastoral da Criança

A LBA celebrou Convênio com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil CNBB/Pastoral da criança com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar o atendimento de criança até 6 anos de idade e suas famílias nas comunidades de baixa renda, criando condições para o desenvolvimento global da criança, mediante atividades de educação essencial, alternativas alimentares e geração de renda. O Convênio é de abrangência nacional com prioridade para o Nordeste e Norte de Minas Gerais.

Para a consecução dos objetivos acordados, foram realizados treinamentos de efeito multiplicador nas diversas áreas em etapas distintas, dirigidas inicialmente às equipes da LBA, APAEs e Pastoral da criança e repassadas para as lideranças comunitárias, família, monitores de creches conveniadas com a LBA.

O convênio permitiu o atendimento de 1.907.451 crianças e gestantes.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - FLBA

ATIVIDADES	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Creche/manutenção	Criança/mês	1.700.000	1.608.249
Creche/expansão	Creches	3.600	1.330
Apoio ao idoso	Pessoa/mês	226.500	249.108
Apoio ao deficiente	Pessoa/Mês	700.000	112.307
Auxílio econômico	Pessoa/ano	100.000	230.055
Auxílio financeiro	Família/ano		53.007

ATIVIDADES	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Registro civil	Documento	1.738.000	207.125
Pastoral da criança	Criança Gestante Família	1.800.000 90.000 1.200.000	1.815.752 91.699 1.251.920
Empresas comunitárias	Projetos	7	3
Projetos comunitários	Projeto Família		280 83.478
Reciclagem profissional	Evento Pessoa		363 21.218
Microunidades produtivas	MUP Família	6.000	544 11.837

8.7 - FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

8.7.1 - Coordenação e Manutenção da Política de Proteção à Criança e ao Adolescente

Objetiva promover a articulação, coordenação e integração das políticas relacionadas à garantia e defesa dos direitos da criança e do adolescente, cooperar técnica e financeiramente com os programas desenvolvidos pelos municípios, estados, órgãos governamentais e não governamentais. Tem como forma de atuação a utilização de convênios.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO PARA
A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA - CBIA

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- Coordenação e Manutenção da Política de Proteção a Criança e ao adolescente			
. Criança atendida	Criança	1.500.000	620.000
. Estudos e Pesquisas	Unidade	120	70
. Evento Realizado	Unidade	75	57
. Pessoa Treinada	Pessoa	350.000	34.000
. Cons.Nac.Implant.	Unidade	1	1
. Cons.Est.Implant.	Unidade	27	24
. Cons.Mun.Implant.	Unidade	4.507	1.834
. Cons.Tut. Implant.	Unidade	5.530	763

9 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

9.1- PESQUISA FUNDAMENTAL

9.1.1 - Desenvolvimento de Pesquisas Especiais

a) Órgão Responsável

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

b) Objetivos

Realizar atividades de pesquisas, abrangendo a investigação física e química de fenômenos espaciais.

c) Principais Realizações

- Início da implementação de um posto de observações do INPE no campus da Universidade do Estado do Maranhão (UEMA), envolvendo edificações e instalação de um radar de espalhamento coerente e de uma ionossonda.

- Construção de carga útil para o experimento MULTIFOT, lançada em foguete Sonda III.

- Experimento Máscar Codificada (MASCO) que visa o imageamento do centro de nossa galáxia em raios X e gama.

- Experimento TIMAX, campanha experimental utilizando um telescópio imageador de raios X, o qual contou com patrocínio parcial da FINEP.

- Equipamento magnetotelúrico para medidas de campos elétricos induzidos no subsolo por correntes ionosféricas e magnetosféricas. O conhecimento gerado por estes estudos aplica-se a técnicas de prospecção de recursos naturais do subsolo.

- Projeto IONEX envolvendo medidas de densidade eletrônica, campos elétricos e luminescência na região ionosférica a partir de carga útil lançada de Alcântara por um foguete Sonda III.

- Participação brasileira no projeto DIP EQUATOR da NASA (Goddard Space Flight Center), o qual coordena pesquisas multidisciplinares sobre a ionosfera.

- Instalação de magnetômetros para o estudo do eletrojato equatorial. Dentro da campanha de estudos internacionais promovidos no âmbito do International Equatorial Eletrojet Year, foi instalada uma dezena de magnetômetros na região do eletrojato. Outros magnetômetros instalados em latitudes subequatoriais permitirão discriminar entre as variações do campo eletromagnético provocadas pelo eletrojato e aquelas induzidas pelas correntes de anel que ocorrem na magnetosfera terrestre.

9.1.2 - Concessão de Bolsa Para Pesquisa

a) Órgão Responsável

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq.

b) Objetivos

Estimular a atividade científica, mediante funcionamento para o desenvolvimento de pesquisa, visando qualificar os recursos humanos para os diversos setores da Ciência e Tecnologia.

c) Situação ao final de 1993

- Iniciação científica: 15.333 bolsistas.

- Aperfeiçoamento: 2.364.

- Apoio Técnico: 600 bolsas.

- Pesquisa: 6.804 bolsistas de pesquisa normal e 2.217 de pesquisa especial.

9.2 - PESQUISA APLICADA

9.2.1 - Desenvolvimento e Aplicação de Tecnologias Espaciais

a) Órgão Responsável

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE.

b) Objetivos

Promover o conhecimento dos recursos naturais do País e permitir o monitoramento das modificações no meio ambiente utilizando dados obtidos por satélites e aeronaves, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento em aplicações espaciais, plasma, semicondutores, sensores, combustão e propulsão e engenharia de computação.

c) Principais Realizações

- 117 artigos destinados a periódicos internacionais.

- Formação de pessoal através de orientação de teses de doutorado, mestrado e trabalhos de iniciação científica; de disciplinas ministradas em cursos de mestrado do INPE e do ITA; e de disciplinas ministradas em programas de treinamento organizados pelo INPE. Em 1993 contabilizaram- se:

  . a orientação de 13 teses de doutoramento, tendo 02 sido concluídas;
  . a orientação de 27 teses de mestrado, tendo 03 sido concluídas;
  . a orientação de 04 trabalhos de iniciação científica;

. o ensino de 19 disciplinas em cursos de pós-graduação; e
. o ensino de 04 disciplinas em cursos de treinamento.

- Aquisição de materiais e equipamentos básicos para a execução do projeto do tokamak esférico do Laboratório Associado de Plasmas.

- Início da implantação de um laboratório de fabricação e caracterização de heteroestruturas semicondutoras de compostos IV-VI (detectores de infravermelho), através da aquisição de um equipamento MBE (Molecular Beam Epitaxy) para o Laboratório Associado de Sensores e Materiais.

- Estabelecimento de uma infra-estrutura computacional compatível com as necessidades das atividades de pesquisa desenvolvidas no Laboratório Associado de Computação Científica e Matemática Aplicada.

- Atualização parcial dos equipamentos e instalações do Laboratório Associado de Combustão e Propulsão.

9.2.2 - Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico da Amazônia Legal

a) Órgão Responsável

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA.

b) Objetivos

Promover e executar estudos, pesquisas cientificas e desenvolvimento tecnológico relacionados com o meio-ambiente natural e com os sistemas sócio-econômico-culturais da região amazônica, bem como desenvolver atividades de extensão com vistas a aplicação do conhecimento científico na região.

c) Principais Realizações

- Implantação de 13 secadores solar de madeira na região amazônica, em cooperação com o SEBRAE/AM. Requisição da Patente do Secador (Patente nº P/93.03302).

- Deposição de 3 coleções de fungos apodrecedores de madeira no Herbário do INPA, representados por 166 espécies que ocorrem na região de Manaus, 64 espécies que ocorrem na ilha de Maracá-RR e 25 espécies que atacam Pinus spp. Identificação e citação pela primeira vez, de 28 espécies de fungos apodrecedores de madeiras duras da Amazônia.

- Submetidos à publicação em revistas nacionais e estrangeiras um total de 33 trabalhos científicos.

- Recuperação da infra-estrutura física dos laboratórios de química dos equipamentos de grande porte.

- Desenvolvimento dos projetos: a) "Dimensionamento da técnica de acoplamento do FIA (sistema de fluxo contínuo) ao espectômetro de absorção atômica para análise de Hg (mercúrio) em amostras de peixes"; b) "Química e distribuição geográfica das espécies de Burseraceae na Amazônia Brasileira"; c) "Biomassa da floresta tropical BIONTE"; e d) Manejo florestal em regime de rendimento sustentado.

- Desenvolvimento de 10 projetos de pesquisas em Ecologia vegetal, 8 projetos em Ecologia de solo, 6 projetos de Ecologia animal, 5 projetos de Ecologia de ecossistemas aquáticos, 3 projetos de Agroecossistemas, 3 projetos de Paleoecologia, 39 projetos de Biologia dos organismos aquáticos, 8 projetos de Entomologia (Sistemática, Agrícola, Médica e Bioecologia), e 6 projetos de Hidrologia e Meteorologia.

- Consolidação da cooperação científica com Instituto Max Planck, ODA, ORSTOM, Smithsonian Institute, Univ. de Washington, Petrobrás, Eletronorte e USP.

- Recuperação da infra-estrutura de uso comum das diversas coordenações-barcos, flutuante catalão e sistema telefônico.

- Desenvolvimento de 3 projetos de aqüicultura (nutrição de peixes, propagação e cultivo de peixes e aqüicultura regional), 15 projetos de tecnologia do pescado e frutos, 3 projetos de estudos básicos de agronomia e 2 projetos de pesquisas sociais na agricultura.

- Organização e execução de participação do INPA na 1ª mostra de Ciência e Tecnologia no Congresso Nacional, sob coordenação geral do Ministério da Ciência e Tecnologia.

- Divulgação por meio de folder do cultivo de "CAMU-CAMU" e aproveitamento para produção de suco.

- Assessoria em Saúde e Controle de malária para a PETROBRÁS (Urucu), SUDAM, DNER, ELETRONORTE, ODAS, FNS e CEA.

- Coordenação dos seguintes eventos científicos:
  . III Encontro de geneticistas da Amazônia;
  . IV Encontro Nacional de Pesquisadores de Malária;
  . I Encontro de Entomologia em Malária.

- Estabelecimento de Convênios de apoio com PETROBRÁS, Eletronorte, Fundo Nacional do Meio Ambiente e FAE/MEC.

- Implantação da Casa da Ciência no Campus Aleixo I, inaugurada pelo Ministro da Ciência e Tecnologia Dr. Israel Vargas.

- Continuidade do processo de consolidação do Jardim Botânico do INPA no Campus Aleixo.

- Alunos regulares do Programa - 92 mestrandos e 38 doutorandos.

- Alunos titulados em 93 - 20 mestres e 4 doutores.

- Disciplinas oferecidas - 28.

- Vagas oferecidas para o ano de 94 - 90 vagas.

- Professores participantes do Programa - 157 residentes e 47 não residentes.

- Cursos "Stricto Sensu" oferecidos:
  . Botânica - Mestrado e Doutorado;
  . Ecologia - Mestrado e Doutorado;
  . Entomologia - Mestrado e Doutorado;
  . Biologia de água doce e água interior - mestrado e doutorado;
  . Manejo florestal - doutorado;
  . Tecnologia de Alimentos - mestrado; e
  . Química de Produtos Naturais - mestrado.

9.2.3 - Apoio a Centros de Aplicação Tecnológica

a) Órgão Responsável

Instituto Nacional de Tecnologia.

b) Objetivos

Fomentar ações integradas de empresas e instituições de ensino e pesquisa, através da implementação tecnológica, assim como a estruturação e consolidação de Parques de Tecnologia.

c) Principais Realizações

Descrição da Meta	U. Medida	Programado	Executado
Projetos em andamento	Projetos	10	7
Contratos Firmados	Contratos	5	6

9.2.4 - Desenvolvimento Tecnológico Industrial

a) Órgão Responsável

Instituto Nacional de Tecnologia.

b) Objetivos

Desenvolver projetos de assistência tecnológica, prestar serviços de análises e ensaios a indústria e órgãos governamentais e promover a difusão de novas tecnologias.

c) Principais Realizações

Descrição da Meta	U. Medida	Programado	Executado
Solicitações atendidas	Processos	700	690
Serviços realizados	Laudo/parecer	3.150	6.366

9.3 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL

9.3.1 - Desenvolvimento e Aplicação de Tecnologias Industriais

a) Órgão Responsável

Instituto Nacional de Tecnologia.

b) Objetivos

Gerar e melhorar os produtos destinados a área de saúde no controle e prevenção de danos ao Meio Ambiente, formando e adaptando o conhecimento tecnológico em Ergonomia, Desenho Industrial, Corrosão, Controle da Poluição e Estudos de Novos Materiais.

c) Principais Realizações

Descrição da Meta	U. Medida	Programado	Executado
Projetos em andamento	Projetos	20	18
Contratos Firmados	Contratos	54	42
Credenc. de Laboratórios	Laboratórios	3	2

9.3.2 -Desenvolvimento de Circuitos Integrados na Área de Microeletrônica

a) Órgão Responsável

Fundação Centro Tecnológico para Informática-CTI.

b) Objetivos

Desenvolver ciclo completo de fabricação de circuitos integrados que garantam competitividade dos produtos finais da indústria eletrônica na década.

c) Principais Realizações

- Término das instalações para o serviço de prototipagem rápida.

- 30 Projetos Multiusuário.

- Término das instalações para linha de máscaras microlitográficas.

- **Montagem e encapsulamento de 170.000 circuitos em** cerâmica.

- Término das instalações de processamento de mostradores de cristal líquido e início de atendimento a empresas.

- Ensaios de confiabilidade, verificação de conformidade e análise de falhas de circuitos integrados e outras micro-estruturas eletrônicas:
  . 119 ensaios; e
  . 18 empresas.

9.3.3 - Capacitação Tecnológica para Produção Industrial de Programas de Computador

a) Órgão Responsável

Fundação Centro Tecnológico para Informática-CTI.

b) Objetivos

Gerar capacidade tecnológica, metodologias e ambientes para produção de software destinados a industria nacional, bem como fornecer recursos para o desenvolvimento da indústria de informática, não disponíveis no país, porém essenciais para disputar o mercado internacional.

c) Principais Realizações

Descrição da Meta	U. Medida	Programado	Executado
Conclusão de um ambiente básico de suporte à produção de software.	Ferramenta Instalada	20	4
Especificação de um ambiente voltado à produção de software adaptável à evolução de plataformas.	% Homem/Mês	100 50	60 30

Em termos de realizações ressalte-se, ainda, a execução de serviços nas áreas de consultoria em qualidade de software verificação de conformidade e desenvolvimento.

9.3.4- Processadores de Alto Desempenho

a) Órgão Responsável

Fundação Centro Tecnológico para Informática-CTI.

b) Objetivo

Projetar e desenvolver, no Brasil, computadores com arquiteturas avançadas, tolerantes a falhas não convencionais.

c) Principais Realizações

Descrição da Meta	U. Medida	Programado	Executado
Conclusão da especificação de requisitos de um mini-supercomputador.	%	100	40
Manutenção e evolução da infra-estrutura.	%	100	30

Em termos de realizações ressalte-se, ainda, a execução de serviços nas áreas de consultoria em sistemas de alto-desempenho, verificação de conformidade, desenvolvimento de protótipos e suporte ao desenvolvimento de sistemas de projeto automatizado.

9.3.5 - Manufatura Integrada por Computador

a) Órgão Responsável

Fundação Centro Tecnológico para a Informática-CTI.

b) Objetivo

Desenvolver tecnologia de integração por computador, através de experimentação e validação de soluções técnicas de um sistema de manufaturas.

c) Principais Realizações

Descrição da Meta	U. Medida	Programado	Executado
Desenvolvimento e Implantação de um Sistema Experimental de Apoio à Programação da REPLAN / PETROBRÁS (Projeto SIAPPO)	%	40	35
Conclusão da especificação de um sistema de informação e controle integrado para a REPLAN (Projeto SICI)	%	30	30

Descrição da Meta	U. Medida	Programado	Executado
Desenvolvimento de um sistema para controle de vôo de helicóptero de rastreamento para GYRON Tecnologia em Servo-Sistemas Ltda. (Projeto HÉLIX)	%	60	50
Desenvolvimento de um sistema para Controle da Produção (Projeto PRODCON)	%	80	50
Desenvolvimento de um ambiente de modelagem e resolução de problemas de planejamento da produção. (Projeto MAC)	%	25	25
Programa de Disseminação de Técnicas de Qualidade	Eventos		
Capacitação de Rec.Humanos			
- Teses de Doutorado	Teses	05	05
- Teses de Mestrado	Teses	01	01
- Treinamento em Congressos Cursos e Seminários	Treinamentos	-	98

9.3.6- Desenvolvimento e Manutenção de Pesquisas

a) Órgão Responsável

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq.

b) Objetivos

Realizar pesquisas científicas e tecnológicas, bem como proporcionar a formação de recursos humanos, através dos vários institutos de pesquisas, em suas áreas específicas de atuação.

c) Principais Realizações

- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF:

  . Convênio CNPq/CBPF/CLAF para 20 Bolsas de Doutorado e Pós- Doutorado;
  . Convênio com o CNPq para concessão de 50 bolsas de Iniciação Científica;
  . Convênio com a Academia do Terceiro Mundo para concessão de até 10 Bolsas de Pós-Doutorado no programa "Twas - Centros de Excelência no Sul";
  . Convênio com o ICTP/Trieste para a doação de 1.500 livros e proceedings;
  . Aquisição de 45 microcomputadores e software para reequipar laboratórios do CBPF;

- Instalação de rede local de microcomputadores e estações de trabalho;
- Criação de biblioteca de software gerenciada pela Coordenação de Atividades Técnicas-CAT;
- Aprovação pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para Projeto de Multicamadas Magnéticas (MBE) com recursos provenientes do Programa Federal de Privatizações; e
- Aprovação pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para Projeto de Modernização dos Aceleradores de Elétrons do CBPF e para implantação do Laboratório de Nanoscopia, também com recursos provenientes do Programa Federal de Privatizações.

- Centro de Tecnologia Mineral - CETEM:

  - Workshop Internacional sobre "Advanced Materials and Sustainable Development: Strategies for Brazil"; Projeto IDRC (Canadá) / CETEM;
  - Inauguração da Usina Piloto-Protótipo sobre Obtenção de Terras Raras, dentro do Projeto colaborativo Terras Raras para Aplicações de Alta Tecnologia;
  - Encerramento dos trabalhos de campo do Projeto Desenvolvimento de Tecnologia Ambiental, referentes ao Mercúrio na Amazônia: Áreas Tecnológicas e da Saúde;
  - Entrega do relatório final do Programa Mercúrio no Rio do Rato, Itaituba, Pará, no âmbito do Acordo Bilateral Brasil-Alemanha; e
  - Entrega do Relatório "Situação Tecnológica do Carvão Nacional", para o Sindicato dos Produtores de Carvão e FINEP.

- Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA.

O Instituto de Matemática Pura e Aplicada realiza pesquisas básicas, puras e aplicadas, forma pessoal qualificado para as universidades e produz publicações de pesquisa de alto nível e obras para orientação de professores secundários.

O programa de pós-graduação do IMPA já emitiu 477 diplomas, sendo 350 graus de mestre e 127 de doutor. Trata-se de um serviço inestimável prestado à educação e ao desenvolvimento da Nação.

No último ano foram desenvolvidas pesquisas nas áreas de Álgebra e Geometria Algébrica, Análise Numérica e Equações de Derivadas Parciais, Geometria Diferencial, Economia Matemática, Otimização, Probabilidade, Computação Gráfica e Sistemas Dinâmicos. Cerca de 45 trabalhos de pesquisa foram concluídos, sendo que outros 40 foram publicados em revistas do melhor padrão internacional. A produtividade dos pesquisadores do IMPA é de cerca de 2 trabalhos por pesquisador/ano, de alta qualidade, constatada pelo padrão das revistas onde são publicados.

9.4 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

a) Principais Realizações

Descrição da Meta	U. Medida	Programado	Executado
DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS/TECNOLÓGICAS			
Respostas técnicas	Atendimento	16.043	12.531
Publicações Editadas	Publicação	45	40
DIFUSÃO DE MÉTODOS DE GESTÃO TECNOLÓGICA			
Sistemas desenvolvidos	Sistema	4	5
Projetos executados	Nota Técnica	7	6

9.5 - ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Situação ao final de 1993

Mecanismo de Incentivo	Nº de Beneficiários
Bolsas de Mestrado	8.002
Bolsas de Doutorado	3.595
Bolsas de Pós-Doutorado	40

10 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

O Setor "Comunicações", hoje representado pelo Ministério das Comunicações - MC, suas Delegacias Regionais a ele subordinadas, assim como suas Entidades vinculadas, a exemplo dos demais setores da Administração Pública Federal, enfrentou consideráveis dificuldades no exercício de 1993, em conseqüência das restrições de recursos orçamentários e da insuficiência de pessoal em quantidade e qualidade para a realização das metas originariamente previstas para o exercício.

Simultaneamente aos esforços do Setor para amenizar as deficiências de recursos materiais e humanos, atuou como parte das iniciativas do Governo Federal voltadas para o contexto econômico, financeiro e social, nos seguimentos de apoio ao Programa de Desestatização, na implementação de qualidade e produtividade, no incentivo aos Programas de Desburocratização de Desregulamentação, no direcionamento e normatização das descobertas tecnológicas e dos investimentos públicos visando à diminuição das desigualdades regionais e sociais, na política de recuperação tarifária, com vistas à auto-suficiência das estatais, preservação ambiental e seleção dos investimentos em projetos prioritários ao bem comum.

10.1 - TELECOMUNICAÇÕES

a) Principais Realizações

EMPRESAS	METAS FÍSICAS	
	PREVISTO	REALIZADO
TELERON		
GARNT	5668	4284
TC	5000	7000
TELEA CRE		
GARNT	2832	4207
TC	3204	6608
TELEAMAZON		
GARNT	7872	0
TC	12400	9000
TELAIMA		
GARNT	1500	1276
TC	2300	2000
TELEPARA		
GARNT	1456	11009
TC	10312	20652

LEGENDA : GARNT = Ganho de Acessos a Rede Nacional de Telecomunicações
TC = Terminais Contratados

EMPRESAS	METAS FÍSICAS	
	PREVISTO	REALIZADO
TELEAMAPA		
GARNT	1000	2392
TC	2800	7420
TELMA		
GARNT	13166	6014
TC	18000	34444
TELEPISA		
GARNT	7000	9148
TC	8000	23500
TELECEARA		
GARNT	28500	28848
TC	21744	25796
TELERN		
GARNT	11068	8947
TC	10148	18824
TELPA		
GARNT	9000	8619
TC	7240	14172
TELPE		
GARNT	38772	12502
TC	22000	36304
TELASA		
GARNT	10000	4646
TC	12480	19922
TELERGIPE		
GARNT	6800	5146
TC	9560	12960
TELEBAHIA		
GARNT	21376	57173
TC	24000	69129
TELEMIG		
GARNT	98037	123230
TC	5000	140530
TELEST		
GARNT	21450	28838
TC	15000	7960
TELERJ		
GARNT	124404	124415
TC	95000	240464

LEGENDA : GARNT = Ganho de Acessos a Rede Nacional de Telecomunicações
TC = Terminais Contratados

EMPRESAS	METAS FÍSICAS	
	PREVISTO	REALIZADO
TELESP		
GARNT	315705	324649
TC	370000	468380
CTBC		
GARNT	29498	19849
TC	35000	7000
TELEGOIAS		
GARNT	30990	38765
TC	28000	49608
TELEMAT		
GARNT	11000	9556
TC	13000	29500
TELEMS		
GARNT	20384	7297
TC	13000	14916
TELEBRASILIA		
GARNT	34500	67016
TC	31500	56729
TELEPAR		
GARNT	83874	37313
TC	73000	94545
TELESC		
GARNT	50300	53689
TC	30000	32102
CTMR		
GARNT	3346	5023
TC	3200	7434
EMBRATEL		
GANHO JUNIORES	27000	77820
JUNIOR CONTRATADO	159250	0
GANHO TRANSCEPTOR	896	1155
TRNSCEPTOR CONTRATADO	608	1111
G.PORTAS RENPAC	17300	14557
P.RENPAC CONT	0	0
G. TERMINAL TRANSDATA	12300	9947
TERMINAL TRANSDATA CONT	2000	0
TERMINAL TELEX INSTAL.	0	-50211
TERMINAL TELEX CONTRAD.	0	0
SISTEMA TELEBRAS		

LEGENDA : GARNT = Ganho de Acessos a Rede Nacional de Telecomunicações
TC = Terminais Contratados

10.2 - POSTAL

As principais realizações da ECT, no ano de 1993, individualizados por projetos, foram as seguintes:

- reequipamento e reforma de instalações;
- expansão dos serviços de processamento de dados; e
- expansão dos serviços postais.

10.3 - SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS/ADMINISTRAÇÃO DE FREQÜÊNCIAS

DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO		CRESCIMENTO
	92	93	%
No. de Entidades	149.002	155.729	4,50
No. de Estações	428.361	458.595	6,70

SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	QUANTIDADES CERTIFICADOS
SERVIÇOS PÚBLICOS	231 (*)
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO	85
SERVIÇO MÓVEL MARÍTIMO	21
SERVIÇO FIXO E MÓVEL TERRESTRE	106
SERVIÇOS ESPECIAIS (EXCETO RADIODIFUSÃO)	06
OUTROS SERVIÇOS	---
TOTAL..	451

(*) Destes, 127 certificados são de Telefonia Celular Móvel.

10.4 - INSPEÇÃO EM FÁBRICA E OUTRAS ATIVIDADES EXTERNAS

- Inspeção em uma fábrica em Santa Rita do Sapucaí.
- Participação em seminários sobre compatibilidade eletromagnética - São Paulo.
- Participação em reuniões da Comissão de Qualidade Industrial do SGT III do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL em Montevidéu, São Paulo e Rio de Janeiro.
- Participação em reunião na União Certificadora da Indústria Eletrônica em São Paulo.

10.5 - OUTRAS ATIVIDADES

- Estudos relativos ao controle e fiscalização e utilização de produtos para telecomunicações.

- Elaboração de Minuta de Norma Técnica para equipamentos e Sistemas de Telecomunicações Via Satélite - Serviço Fixo por Satélite.

- Minuta de portaria estabelecendo procedimentos e condições para utilização de produto com certificação vencida ou que tenha sido notificado, adaptado ou ajustado a características não previstas no certificado.

- Divulgação e orientação aos usuários de produtos de telecomunicações sobre a necessária e obrigatória certificação dos mesmos pelo Ministério das Comunicações, inclusive extensivas a fabricantes, representantes e revendedores.

- Atualização e divulgação de relação de produtos certificados.

- Participação em Curso de Qualidade Total - TELEBRÁS.

11 - MINISTÉRIO DA CULTURA

O Ministério da Cultura, criado pela Lei nº 8.490, de 19.11.92, tem a finalidade de formular e operacionalizar a política cultural, em âmbito nacional, através da criação de instrumentos e mecanismos que assegurem os direitos culturais do cidadão, o apoio a criação artístico-cultural, o acesso aos bens culturais e à distribuição desses, bem como a proteção, a preservação e a difusão do patrimônio cultural.

11.1 - DIFUSÃO CULTURAL

11.1.1 - Promoção da Biblioteca, do Livro e da Literatura

a) Objetivo

Incentivar a criação e o desenvolvimento de bibliotecas, a produção, a difusão e a veiculação do livro de interesse cultural, bem como a criação literária nacional.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Incentivo à produção do livro e da literatura brasileira.

- Programa "Biblioteca ano 2000".

- Implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

d) Comentários

A execução das ações previstas nesta atividade permitirá a ligação das bibliotecas universitárias, através de sistema "on line", com as 3.000 bibliotecas integrantes do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. O programa "Biblioteca ano 2.000" e o Incentivo da Produção Literária Nacional, permitiu a reunião de educadores, pesquisadores e estudantes com o intuito de modificar o panorama da leitura no país.

11.1.2 - Promoção e Incentivo às Atividades Artísticas e Culturais

a) Objetivo

Apoiar a produção, a documentação e a difusão de atividades culturais, objetivando a valorização das diversas formas de expressão e de manifestações artísticas.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Exposições realizadas.
- Estudos e pesquisas.
- Produção das artes cênicas.
- Revista "Piracema".
- X Bienal de Música.
- Projeto "Pixinguinha".

d) Comentários

As realizações efetivamente concretizadas nesta atividade permitiram o apoio à criação, produção e difusão das artes cênicas, plásticas e gráficas, da fotografia, da música e do folclore, com apoio inclusive da iniciativa privada e das demais esferas de governo.

11.1.3 - Difusão e Intercâmbio de Bens e Serviços Culturais

a) Objetivo

Apoiar e estimular as atividades e eventos que favoreçam o intercâmbio cultural.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Difusão e Intercâmbio de acervos bibliográficos.
- Participação em feiras internacionais.
- Encontro de Ministros da Cultura.
- Participação de artistas em eventos internacionais .

d) Comentários

As realizações nesta atividade permitiram a promoção do intercâmbio de bens e serviços culturais, no âmbito nacional e internacional, visando ao fortalecimento da presença cultural brasileira, à democratização do acesso à produção cultural, bem como permitiu a participação de técnicos e de artistas em eventos significativos para a cultura brasileira.

11.1.4 - Incentivo às Atividades Audiovisuais

a) Objetivo

Contribuir para a promoção e o desenvolvimento das atividades audiovisuais, bem como apoiar a preservação da memória cinematográfica.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Finalização de 16 Filmes de Longa-metragem.
- 38 Filmes de Curta-metragem.
- Criação do prêmio "Resgate do Cinema Brasileiro - Ministério da Cultura/Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP".
- Memória do Cinema.
- Dinamização do Centro Técnico Audiovisual.
- 4 Festivais de Cinema.

d) Comentários

As realizações alcançadas na execução das ações previstas nesta atividade, permitiram dar início à revitalização do cinema brasileiro, que se encontrava em inegável estado de quase extinção.

11.1.5 - Fomento à Produção Cultural e Artística

a) Objetivo

Apoiar a produção, a documentação e a difusão cultural, objetivando valorizar as diversas formas de expressão e manifestação cultural e artística, abrangendo o livro, a literatura e as ciências humanas.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Criação dos prêmios de arte fotografia, mambembe e do folclore.

d) Comentários

Através da criação dos prêmios nas áreas das artes, fotografia, teatro e folclore, esta atividade permitiu a valorização de novos talentos na área cultural, bem como estimulou a pesquisa e a documentação nessas áreas.

11.1.6 - Proteção do Direito do Autor e dos Direitos que lhe são Conexos

a) Objetivo

Assistir os direitos do autor e oferecer proteção à produção cultural.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Registro de 5.715 obras intelectuais inéditas.

- Registro de 1.465 obras intelectuais já publicadas.

- Registro de 470 contratos de produção, distribuição e exibição de obras audiovisuais.

- Participação em 02 encontros internacionais.

d) Comentários

Através desta atividade, o Ministério da Cultura desenvolveu as ações necessárias para assegurar aos produtores, na área da produção intelectual e na área audiovisual, o direito de exploração econômica de suas obras. É importante ressaltar também, a participação de técnicos do Ministério nas reuniões preparatórias da rodada do Uruguai sobre preços e tarifas do GATT na área de serviços e bens culturais.

11.1.7 - Programa de Incentivo à Leitura "Pró-ler"

a) Objetivo

Desenvolver ações sistematizadas para criação de uma rede de programas capaz de estabelecer em caráter permanente, práticas de leitura através do binômio biblioteca/leitura, objetivando a formação de uma sociedade de leitores para o exercício pleno da cidadania.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Criação de 24 Salas de Leitura.

d) Comentários

Através deste Programa se incentivou a formação, a ampliação e circulação de acervos bibliográficos objetivando à dinamização do hábito da leitura no país.

11.1.8 - Programa Nacional de Informações Culturais

a) Objetivo

Desenvolver sistemas de informação que atendam simultaneamente os produtores, agentes e consumidores culturais, objetivando assegurar o acesso às informações, nos diferentes segmentos que constituem o setor cultural.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Implantação do Sistema de Informação em Artes e Atividades Culturais - IARA.

- Implantação do Banco de Dados sobre a Cultura Afro-Brasileira.

- Automação da Biblioteca Nacional.

- Automação do Acervo do Museu da República.

d) Comentários

Através desta atividade se deu início ao desenvolvimento de sistemas de informação e comunicações com o objetivo de permitir o acesso e a disseminação dos dados sobre os bens e serviços culturais.

11.1.9 - Interação entre Educação, Ciência e Tecnologia e os Diferentes Contextos Culturais

a) Objetivo

Apoiar ações que viabilizem a apreensão, a análise e a disseminação do saber e fazer das comunidades, bem como dos processos de produção cultural.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- A Cultura Afro-Brasileira na Educação.

- Programa Memória Cultural/Educação.

d) Comentários

Através desta atividade foram desenvolvidas ações com o propósito de adequar o processo educacional à realidade apresentada pelos diferentes contextos sócio-étnico-culturais existentes no país.

11.1.10 - Reconhecimento e Valorização das Especificidades Culturais Étnicas

a) Objetivo

Identificar e difundir as manifestações culturais oriundas das diversas etnias formadoras da sociedade nacional e estimular o seu conhecimento, o reconhecimento do seu valor e sua divulgação.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Inventário do acervo documental sobre a Cultura Afro-Brasileira.

- Divulgação da Memória Afro-Brasileira.

- Apoio do I Fórum sobre Discriminação Racial.

- Publicação da Cartilha "Do Quilombo à Fundação Cultural Palmares".

- Criação do prêmio "Consciência Negra".

- Divulgação da Semana Nacional da Consciência Negra.

d) Comentários

As realizações alcançadas através desta atividade permitiram dar início ao trabalho de proteção e divulgação das manifestações culturais das diferentes etnias participantes do processo civilizatório nacional.

11.1.11 - Promoção do Acesso aos Bens e Serviços Culturais

a) Objetivo

Contribuir para facilitar a todos, os meios para o livre acesso as fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais, propiciar o intercâmbio e a difusão cultural, inclusive a participação de produtores, artistas, técnicos e grupos culturais em cursos e eventos, no país e no exterior, apoiar e promover eventos de significado histórico e cultural.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Apoio a 81 projetos culturais através do Fundo Nacional de Cultura.

d) Comentários

Através desta atividade foram apoiadas ações voltadas para a democratização do acesso aos bens e serviços culturais, pelos diferentes segmentos da sociedade brasileira, especialmente daqueles situados à margem do processo de desenvolvimento sócio-econômico.

11.1.12 - Apoio à Produção, Preservação e Dinamização da Cultura.

a) Objetivo

Propiciar meios para o desenvolvimento de projetos culturais segundo os mecanismos criados pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e exercer atividades de apoio, promoção e divulgação do Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC, de modo a facilitar a todos os cidadãos o acesso a seus benefícios.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

Apoio a 201 projetos na área da produção artística e de preservação do patrimônio cultural através do Fundo Nacional de Cultura.

d) Comentários

Através do Fundo Nacional de Cultura, foram apoiados projetos de iniciativa de órgãos públicos, instituições culturais filantrópicas e de pessoas físicas voltadas para a produção e difusão da cultura brasileira.

11.2 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

11.2.1 - Preservação e Difusão de Acervos Artísticos, Museológicos e Científicos

a) Objetivo

Identificar, conservar e difundir os acervos dos museus e casas históricas, garantindo a sociedade o acesso a esses bens.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Manutenção e revitalização dos Museus Nacionais.

- Programa Museu/Escola/Comunidade.

- Preservação e conservação de acervos museológicos.

d) Comentários

Através desta atividade foram apoiadas ações voltadas para o tratamento, a ampliação, a conservação, a preservação a revitalização e a difusão dos acervos dos museus e casas históricas pertencentes ao patrimônio histórico e artístico nacional.

11.2.2 - Preservação e Difusão de Acervos Bibliográficos, Documentais e Arquivísticos

a) Objetivo

Preservar a memória bibliográfica e documental depositada na Biblioteca Nacional, bem como promover a difusão e o intercâmbio cultural desse acervo.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Conservação e restauração do acervo bibliográfico e documental da FBN.

d) Comentários

Através desta atividade foram executadas ações voltadas para a formação, a circulação, a ampliação, a conservação e o tratamento de acervos bibliográficos, documentais e arquivísticos que constituem o acervo da Fundação Biblioteca Nacional, o qual é constituido por 700 mil manuscritos, 42 mil obras raras, 50 mil partituras originais, 4,0 milhões de jornais e revistas, 1,2 milhões de monografias e 300,0 milhões de discos.

11.2.3 - Inventário Nacional do Patrimônio Cultural

a) Objetivo

Promover inventários através e levantamentos, estudos, registros e cadastros de bens de interesse cultural, de modo a identificar, documentar e classificar o patrimônio cultural brasileiro.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Levantamento sobre folclore e cultura popular.

- Inventário referenciado da Cultura Afro-Brasileira.

- Inventário e divulgação de bens culturais tombados pelo Patrimônio Nacional.

d) Comentários

Através desta atividade foram executados projetos com o propósito de levantar e divulgar os bens móveis e imóveis do patrimônio cultural brasileiro.

11.2.4 - Preservação do Patrimônio Cultural

a) Objetivo

Proteger, conservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro em suas diferentes formas de expressão, mantendo sua integridade para conhecimento de todas as gerações.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

c) Principais Realizações

- Obras de restauração e preservação de bens imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

- Preservação de cidades e centros históricos.

- Preservação de sítios naturais arqueológicos.

- Estudos para tombamento.

- Fiscalização nacional do Patrimônio Cultural.

d) Comentários

Através desta atividade foram executadas ações voltadas para a proteção legal, a conservação, a restauração e a revitalização dos bens de natureza material e imaterial representativos da formação histórica e da dinâmica sócio-cultural dos grupos formadores de sociedade brasileira.

11.3 - **PESQUISA APLICADA**

Compreende as atividades voltadas para o melhor entendimento, e a definição de conhecimentos relativos à história do Brasil, ao Direito Público Brasileiro, à Língua Portuguesa, à literatura brasileira, e à literatura popular em verso.

a) Órgão Responsável pela Execução.

- Fundação Casa de Rui Barbosa.

b) Diretrizes

- apoio à realização de estudos e pesquisas que objetivem o desenvolvimento e aprimoramento do setor cultural; e

- promoção de estudos e pesquisas que permitam uma melhor compreensão da realidade sócio-econômica e cultural brasileira.

c) Principal Atividade

Desenvolvimento e difusão da investigação nas áreas de filologia e ciências humanas.

d) Objetivo

Proporcionar à comunidade o resultado de estudos e pesquisas nas áreas de filologia, jurisprudência e história do direito brasileiro e sobre a vida e obra de Rui Barbosa.

e) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

f) Principais Realizações

- Publicação do 4. volume do vocabulário histórico-cronológico do português medieval.

- Rui e o Imaginário Popular.

- História das revistas e jornais literários.

g) Comentários

Através desta atividade foram providos estudos, pesquisas e publicações, objetivando uma melhor compreensão da filologia e da obra de Rui Barbosa.

11.4 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Compreende as atividades voltadas para o desenvolvimento dos recursos humanos que atuam na área cultural, através da participação dos mesmos em cursos, seminários e encontros destinados ao aperfeiçoamento dos servidores e de agentes culturais.

a) Órgãos Responsáveis pela Execução

- Fundação Casa Rui Barbosa - FCRB;

- Fundação Biblioteca Nacional - FBN; e

- Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC.

b) Diretrizes

- formação de quadros gerenciais e operacionais;

- aprimoramento tecnológico do setor cultural; e

- melhoria da qualidade e produtividade na execução de serviços culturais.

c) Principal Atividade

Capacitação de recursos humanos.

d) Objetivo

Promover a qualificação do pessoal em todos os níveis, de modo a obter melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade na área cultural.

e) Formas de Atuação

Aplicação direta e convênios.

f) Principais Realizações

- Treinamento de pessoal na área de cinema.
- Treinamento na área do circo.
- Mergulho Teatral - Formação de profissionais na área do teatro.
- Cursos de canto lírico e dramaturgia.
- Capacitação de recursos humanos na área de biblioteca.
- Formação de recursos humanos para bibliotecas públicas.
- 9º curso de especialização em conservação e restauração de monumentos e conjuntos históricos.
- 10º curso de especialização em conservação de bens culturais móveis.
- Projeto Bandas - cursos voltados para a recuperação e manutenção de instrumentos musicais.

g) Comentários

Através desta atividade foram desenvolvidos cursos voltados para a profissionalização e desenvolvimento dos recursos humanos nos diferentes segmentos representativos da cultura brasileira.

12 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO-MEC

Nos termos da Lei nº 8490, de 19 de novembro de 1992, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, em seu artigo 16, o Ministério da Educação e do Desporto tem em sua área de competência:

- a política nacional de educação e a política nacional do desporto;
- a educação pré-escolar, a educação em geral, compreendendo o ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e ensino supletivo, educação tecnológica e educação especial;
- a pesquisa educacional;
- a pesquisa e extensão universitária;
- o magistério;
- a coordenação de programas de atenção integral à criança e adolescente; e
- fomento e supervisão do desenvolvimento dos desportos no país.

A Constituição de 1988 preconiza, em seu art. 205, que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Implementando essa responsabilidade e retomando o compromisso assumido em 1990 na Conferência de Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia, quando consensualmente se elaborou a **Declaração Mundial de Educação para Todos**, o MEC elaborou o **Plano Decenal de Educação para Todos**.

Caracterizado como instrumento de ação governamental e da sociedade brasileira, este Plano transcende ações circunstanciais, consolidando uma idéia comum - eliminar barreiras para o sucesso da educação básica de todos. Define os papéis da organização político - institucional para obter reformas de profundidade no ensino fundamental brasileiro. Sintetiza objetivos e orientações resultantes de um movimento e processo de discussão desenvolvidos em todo o País e fixa metas a serem alcançadas nos próximos dez anos, no Brasil:

- incrementar, em cerca de 50%, os atuais níveis de aprendizagem;
- estender a atenção educacional, no mínimo, a 94% da população em idade escolar;
- superar os níveis e a dispersão dos investimentos no ensino, elevando-se a 80% os índices de conclusão do fluxo escolar;

- criar oportunidades de educação infantil a 3,2 milhões de crianças pobres;

- proporcionar atenção integral a 1,2 milhões de crianças e adolescentes; e

- ampliar o atendimento à juventude e aos adultos de 15 a 29 anos, oferecendo oportunidade de educação a 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de subescolarizados.

O MEC conta, em sua estrutura, com seis Secretarias que cuidam das ações finalísticas da educação e unidades que assumem as atividades complementares, a saber:

- Secretaria de Educação Fundamental, responsável pela educação pré-escolar, fundamental e supletiva;

- Secretaria de Educação Média e Tecnológica, que coordena a educação média e a educação técnica e agrotécnica;

- Secretaria de Educação Superior, a quem está afeta a educação superior, exceto no que diz respeito à pós-graduação;

- Secretaria de Educação Especial, responsável pela educação dos deficientes, dos superdotados e daqueles que apresentam desvios de comportamento e outras condutas típicas;

- Secretaria de Projetos Educacionais Especiais responsável pelo Programa Nacional de Atenção Integral às Crianças e Adolescentes-PRONAICA; e

- Secretaria de Desportos a quem está afeta a universalização da Prática Desportiva e a Qualificação do Desporto.

Além destes órgãos, respondem, ainda por projetos prioritários:

- a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - a quem está vinculada a política na área de pós-graduação;

- a Fundação de Assistência ao Estudante, nas ações ligadas a Saude, Transporte, Alimentação Escolar, Livro Didático e Material Escolar; e

- o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, como unidade responsável pelo gerenciamento do Salário Educação e financiamento de ações da educação fundamental.

Cabe destacar, ainda, o relevante papel desempenhado pela Fundação Joaquim Nabuco na área da pesquisa sócio-cultural, da Fundação Roquette Pinto na radiodifusão e teledifusão do Programa Nacional de Educação à Distância e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais nas ações de fomento à pesquisa.

O Ministério da Educação e do Desporto teve, no início do exercício de 1993, toda a sua programação revisada, em atendimento às novas diretrizes instituídas pelo Governo Itamar Franco e pela concepção de educação que um dirigente vinculado à área educacional trouxe.

Sua programação respaldou-se nos marcos referenciais de prioridades, estratégias e recursos definidos no Plano Plurianual do Governo, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - 1993 e no Orçamento Anual.

A visão democrática de educação e cidadania norteou todas as ações, culminando com a definição do Plano Decenal de Educação para Todos, dando início ao programa de reformas sociais, tão preconizadas no governo atual.

Assim, no que diz respeito à educação, incorporaram-se novos desafios e exigências que, somados à preexistente diretriz da universalização do ensino fundamental, aumentaram as responsabilidades e competências das diversas instâncias do sistema educacional.

O MEC, em função de suas competências, desenvolveu, prioritariamente, os seguintes programas:

12.1 - EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS

a) Órgão Responsável

.Secretaria de Educação Fundamental,
.Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

b) Diretrizes

- promoção da educação infantil de 0 a 6 anos, favorecendo a absorção de percentuais progressivamente maiores da população compreendida nesta faixa etária; e

- promoção da melhoria dos níveis de qualidade da educação infantil em creches e pré-escolas.

12.1.1 - Desenvolvimento da Educação Para Criança de 0 a 4 Anos

a) Objetivo

Ampliar e melhorar a qualidade do atendimento pedagógico na educação pré-escolar com crianças de 0 a 4 anos.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos aos Estados.

c) Comentários

Considerando que apenas 3% dos recursos desta atividade foram pagos, considerando o índice de inflação no ano de 1993 e ainda que os pagamentos só foram efetuados nos meses de novembro e dezembro, o alcance dos objetivos (apoio às instituições) previstos foi praticamente inviabilizado.

12.1.2 - Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar

a) Objetivo

Ampliar e melhorar a qualidade do atendimento pedagógico na educação pré-escolar com crianças de 4 a 6 anos.

b) Formas de Atuação

Convênios com os Estados, Municípios, Entidades não Governamentais e Instituições Públicas vinculadas à educação.

b) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Docentes treinados	Docente	87.300	68.597
Técnico administrativo treinado	Técnico	28.700	23.100
Escolas reformadas	Unidade	2.310	1.940
Material didático escolar distribuído	Módulo	2.829.800	2.309.832
Instituições públicas apoiadas	Instituição	1.170	310
Salas de aula equipadas	Unidade	8.820	8.583
Salas de aula ampliadas	Unidade	540	302
Salas de aula construídas	Unidade	242	130
Escolas ampliadas	Unidade	540	350
Escolas equipadas	Unidade	6.720	5.191

12.2 - ENSINO FUNDAMENTAL

a) Órgãos Responsáveis

. Secretaria de Educação Fundamental.
. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais.
. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
. Fundação de Assistência ao Estudante.

b) Diretrizes

- Ampliação da oferta de acesso à população de 7 a 14 anos ao ensino fundamental, assegurando ao aluno uma permanência de, no mínimo, quatro horas diárias, independente de estar no meio rural ou urbano.

- Promoção da melhoria do atendimento escolar, a partir da definição de políticas e critérios educacionais para o livro didático, material escolar e material bibliográfico complementar e transporte escolar.

- Construção e implantação de Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAICs.

12.2.1 - Erradicação do Analfabetismo e Universalização do Ensino Fundamental

a) Objetivo

Erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no prazo fixado pela Constituição.

b) Formas de Atuação

Convênios com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Entidades não Governamentais e Instituições Públicas vinculadas à educação.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Pessoa assistida	Pessoa	640.428	1.594.000

d) Comentários

A execução das ações deste projeto pelas universidades passou a contar com a participação das Secretarias de Ensino Técnico por intermédio das Escolas Agrotécnicas e da CAPES, contribuindo para a ampliação inclusive do universo de alunos atendidos.

12.2.2 - Desenvolvimento da Educação Básica Para o Nordeste

a) Objetivo

Melhorar a qualidade do Ensino Fundamental com ênfase nas quatro primeiras séries do primeiro grau.

b) Formas de Atuação

Convênios com as Secretarias Estaduais de Educação, envolvendo também aplicação direta nas ações do componente nacional do Acordo.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Docente treinado	Docente	45.000	3.735
Material escolar distribuído distribuído	Módulo	4.520.000	375.160
Sala de aula equipada	Sala	1.410	117

d) Comentários

Este projeto decorre de acordo internacional MEC/BIRD assinado em 25.08.93, cuja efetivação, com o ingresso de recursos externos, iniciou em outubro. A aplicação de 10,3% dos recursos refere-se à contrapartida nacional, fonte 113, cujo montante equivale a 26% do total do projeto e que estão destinados, nesta 1a. etapa, aos estados do Maranhão, Pernambuco, Ceará e Sergipe.

12.2.3 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

a) Objetivo

Ampliar o acesso e melhorar a qualidade do Ensino Fundamental.

b) Formas de Atuação

Convênios com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Entidades não Governamentais e Instituições Públicas vinculadas à educação.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Docente treinado	Docente	406.500	369.915
Téc. administrativo treinado	Pessoa	101.628	92.480
Sala de aula equipada	Unidade	26.220	23.860
Escola equipada	Unidade	18.360	16.707
Sala de aula ampliada	Unidade	3.540	3.221
Escola ampliada	Unidade	2.520	2.293
Escola reformada	Unidade	19.615	17.850
Instituição pública apoiada	Unidade	910	834
Sala de aula construída	Unidade	10.140	9.227
Escola construída	Unidade	6.090	5.542

d) Comentários

O alcance dos objetivos e metas desta atividade apresentou-se satisfatório face ao programado, estando em consonância com a efetivação da receita.

12.2.4. - Universalização do Ensino Fundamental

a) Objetivo

Desenvolver ações no sentido de aumentar a taxa de atendimento, garantindo o acesso e permanência no sistema de ensino.

b) Formas de Atuação

Convênios com os Estados.

c) Comentários

Considerando que os recursos destinados a este projeto não foram liberados, o alcance do seu objetivo foi inviabilizado.

12.2.5 - Projeto Minha Gente

a) Objetivo

Participar na construção e implantação do Centro Integrado de Assistência à Criança-CAIC.

b) Formas de Atuação

Execução Direta e Convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
CAIC implantado	Unidade	160	148

d) Comentários

O Projeto Minha Gente foi inicialmente concebido como um esforço de implantação da filosofia de atenção integral a crianças e adolescentes, através de conjugação de esforços e recursos de todos os ministérios da área social.

Fatores políticos, as dificuldades usuais para integração intersetorial no serviço público, e a própria complexidade do plano geraram naturais obstáculos para a implantação do programa, refletidos em afastamento dos objetivos originais, uma extensa seqüência de reformulações e instrumentos de formalização e sucessivas administrações, ao longo de apenas dois anos.

Desde sua criação, a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República - SEPESPE vem trabalhando para

reajustar o programa à concepção original, alicerçada em conceitos pedagógicos de atenção integral, bem como para sanar impropriedades administrativas anteriores. Até o momento foram conseguidos os seguintes resultados concretos neste sentido:

. transferência para o MEC, por determinação da Lei número 8.479, dos saldos orçamentários, unidade gestora, acervo patrimonial, competências, obrigações e direitos da extinta Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República, coordenadora dos extintos Projetos Minha Gente e Ministério da Criança;

. em colaboração com a inventariança da Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República, foram equacionadas as situações de 204 servidores da secretaria extinta, e regularizada e obtida a cessão definitiva para a SEPESPE/MEC de 96% dos móveis e equipamentos de outros órgãos que vinham sendo utilizados pelo Projeto Minha Gente, através de cessões provisórias ou informais;

. instituição do PROGRAMA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (PRONAICA), através da Lei número 8.642, de 31/03/92, que absorveu e ampliou as ações anteriormente desenvolvidas pelos agora extintos Projeto Minha Gente e Projeto Ministério da Criança;

. revisão da concepção geral do programa, agora denominado PRONAICA, tornando a atenção integral à criança e ao adolescente o eixo central do mesmo;

. implantação de Coordenações Estaduais do PRONAICA, em todas as unidades da federação, visando descentralização do Programa;

. substituição dos instrumentos de ajuste formal anteriormente utilizados por novos modelos, que melhor assegurem a adoção dos princípios da atenção integral e a participação ativa de Estados, Municípios e Comunidades;

. estabelecimento de formas alternativas para implantação da atenção integral à criança e ao adolescente, através de adequação e articulação de serviços sociais já existentes;

. convalidação dos atos orçamentários do Projeto Minha Gente, referentes aos exercícios de 1991 e 1992 pelo Congresso Nacional (artigo 5º da Lei número 8.642); e

. criação, através da Portaria GM/MEC/1.540-A de comissão especial, coordenada pelo Senhor Secretário-Executivo do MEC, para levantar e encaminhar soluções definitivas para todos os problemas administrativos remanescentes do Projeto Minha Gente.

Relativamente à construção de Unidades de Serviços, desde o início do Projeto Minha Gente, temos:

- autorizadas 342 implantações físicas de unidades, das quais 194 ocorreram no governo anterior e 148 no atual governo (seis das autorizações anteriores foram canceladas);

- concluídas 179 unidades, sendo 17 no governo anterior e 162 no governo atual;

- construídos 1.321.000 metros quadrados, dos quais 235.000 no governo anterior e 806.000 no governo atual;

- implantadas 73 creches em centros autorizados no governo anterior cujo projeto não previa este recurso, indispensável à atenção integral; e

- as 148 autorizações de 1993 representam 92,5% das 160 previstas, tendo em vista limitações orçamentárias.

Quanto aos equipamentos das Unidades de Serviços, temos:

- a aquisição de equipamentos para os CAIC, prevista para o segundo semestre de 1993, sofreu atraso em função da demora na aprovação do orçamento e da revogação do Decreto-Lei número 2.300 e promulgação da Lei 8.666, o que levou ao cancelamento da licitação, às vésperas da abertura das propostas de licitação, convocada em maio daquele ano; e

- o trabalho foi imediatamente retomado, estando em andamento a aquisição de equipamentos para 196 CAIC. Em 1993 foi licitada, contratada e em mais de 85% entregues mobiliário escolar e de escritório e equipamentos de escritório.

As especificações técnicas dos equipamentos sofreram completa revisão, gerando uma redução de custos de aproximadamente 165.000 dólares por unidade.

Além disso, um detalhado sistema de recepção, conferência, guarda e cadastramento patrimonial dos bens entregues em cada Unidade está sendo implantado.

Foram realizadas 5 etapas de treinamentos, visando a preparação de técnicos para a atenção integral às crianças e adolescentes, o que representa um total de 274 treinados, representando 66,5% das 412 capacitações programadas:

- representantes nas Comissões Estaduais do PRONAICA e tutores (42 pessoas);

- Diretores-Gerais de CAIC (212 pessoas); e

- Facilitadores (20 pessoas).

A divulgação dos conceitos da pedagogia da atenção integral é um aspecto fundamental do novo enfoque adotado, cujo objetivo maior é a disseminação desta nova abordagem no sistema educacional brasileiro.

Este objetivo vem sendo buscado em todas as reuniões, grupos de trabalho, comissões e eventos nos quais técnicos da SEPESPE tenham oportunidade de contato com autoridades e representantes de outras instituições, dos três Poderes Federais, dos Estados e dos Municípios.

Com o mesmo fim, foram aproveitadas todas as oportunidades de contatos com a imprensa, e produzidos e distribuídos folhetos, cartazes, livros e vídeos, bem como elaborados trabalhos técnicos.

12.2.6 - Aquisição de Vagas na Rede Particular de Ensino

a) Objetivo

Assegurar aos alunos da comunidade e aos empregados e filhos destes vagas na rede particular de ensino.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta de recursos.

c) Principal Realização

223.538 Vagas adquiridas.

d) Comentários

O alcance dos objetivos e metas desta atividade apresentou-se satisfatório face ao programado, estando em consonância com a efetivação da receita. Em termos financeiros, ocorreu a execução de 91,2% da dotação prevista, correspondente aos pagamentos efetivados das bolsas até o 4º trimestre do ano de 1993.

Esta atividade refere-se ao Sistema de Manutenção do Ensino Fundamental-SME, no qual os empregados e seus dependentes das empresas contribuintes do Salário-Educação e optantes do SME têm assegurado vagas na rede privada de ensino. Participam desse Sistema escolas credenciadas mediante Contratos de Prestação de Serviços.

12.2.7 - Distribuição de Livros Para Alunos e Bibliotecas

a) Objetivo

Beneficiar o aluno do ensino fundamental, através da distribuição do livro didático e do incentivo à constituição de salas de leitura.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE. O Programa Nacional do Livro Didático é executado diretamente pela FAE e o Programa Nacional de Salas de Leitura é operacionalizado através de Convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Aluno beneficiado	Aluno-PNDL Aluno-PNSL	28.000.000 24.538.000	23.607.179 1.588.727
Livro didático adquirido/distribuído	Exemplar	-	23.607.179
Acervo a ser distribuído	Unidade	1.780.000	1.780.000

PNDL = Programa Nacional do Livro didático
PNSL = Programa Nacional de Salas de Leitura

d) Comentários

Esta atividade foi executada pela FAE, a partir de recursos descentralizados pelo FNDE. Este, por sua vez, transferiu 100% dos recursos previstos, neste exercício, àquela Fundação.

Houve negociação para aquisição pelo PNLD, de aproximadamente 54 milhões de livros didáticos, para atender aos alunos de 1a. a 8a. séries do ensino de 1º grau, para o ano de 1994.

Foi instituído um Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar o conteúdo do Livro Didático - Portaria Ministerial nº 1130, de 05/09/93.

A FAE elaborou e reformulou o Manual para Indicação do Livro Didático 1994, priorizando a introdução de novos títulos específicos do núcleo comum do currículo.

Foi renovado o contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT- para distribuição dos livros didáticos adquiridos pela FAE, diretamente às Escolas.

A FAE preparou e publicou edital de Licitação Internacional para aquisição de livro didático, no âmbito do Projeto Nordeste, para atender aos alunos de 1a. a 4a. séries da região Nordeste, com livros didáticos relativos às matérias do núcleo comum.

Promoveu, também, licitação de 7(sete) obras do Programa de Editoração da FAE, para impressão de 65.000 exemplares de livros técnicos e de consulta.

A FAE adquiriu, visando ao Programa Nacional de Salas de Leitura-PNSL, 1.360.000 livros de literatura infanto-juvenil para atender a 25.500 escolas públicas de 1º grau, atendendo o total de 1.588.727 alunos.

Adquiriu e distribuiu três edições do Jornal da Alfabetizadora, totalizando 600.000 exemplares, bem como três edições da revista "Ciências Hoje das Crianças" e "Nova Escola" perfazendo um total de 720.000 exemplares.

Realizou, neste ano, o 1º atendimento a escolas da zona rural de 1º grau, atingindo o total de 1760 escolas.

Na área de salas de leitura, elaborou o Projeto Básico do Programa Nacional de Salas de Leitura, realizou um seminário para análise da organização e funcionamento do Programa, visando a sua reestruturação. Resultou, daí, um documento com o objetivo de nortear os projetos básico e executivo.

A FAE promoveu, também, a seleção de 100 títulos que comporão o acervo inicial da Biblioteca do Professor, a ser implantada em 1994, e inovou a metodologia de negociação dos novos livros com impacto significativo nos custos de aquisição.

Da programação desenvolvida pela FAE constou, ainda, o apoio técnico à SEPESPE na elaboração de projetos para financiamento do FNDE e na organização da demanda de livros para os 200 CAIC.

O Programa Nacional do Livro Didático é um programa universalizado e de tempo indeterminado, enquanto o Programa Nacional de Salas de Leitura é operacionalizado através de convênios firmados com os municípios, estando atualmente implantado na totalidade da demanda recebida.

12.2.8 - Aquisição, Produção e Distribuição de Material Escolar

a) Objetivo

Beneficiar o aluno carente do ensino fundamental com a distribuição gratuita de material escolar e ao aluno em geral, com a venda de material a preço de custo.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos do FNDE para a FAE e execução direta da FAE que adquiriu o material e procedeu à sua distribuição.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Aluno beneficiado	Aluno	28.000.000	18.897.531

d) Comentários

Esta atividade foi executada pela FAE, a partir de recursos descentralizados pelo FNDE. Este, por sua vez, transferiu 100% dos recursos previstos, neste exercício, àquela Fundação.

Adquiriu material escolar para revenda nos Postos da FAE, concluindo esta operação no final de dezembro.

Procedeu à aquisição de 1.500 toneladas de papel pergaminho para fabricação de 16 milhões de cadernos escolares.

No exercício de 93 implementou a ampliação de postos de revenda consignados e o estabelecimento de prioridades às Prefeituras, Entidades Culturais e Associações representativas da sociedade.

A FAE procedeu à criação e implantação de um cadastro dos municípios brasileiros que integram o Programa Nacional de Material Escolar, para registro do número de escolas e de alunos de 1º grau da 1a. a 4a e da 5a. a 8a. séries, bem como inovou o processo de distribuição dos materiais escolares adquiridos, que passou a ser feito pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, diretamente às escolas.

Esta atividade atingiu 67% dos alunos previstos.

O Programa Nacional de Material Escolar é um programa universalizado e teve como prioridade, na distribuição, a seguinte ordem: Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

12.2.9 - Aquisição de Veículos Escolares

a) Objetivo

Dotar os municípios, por meio de suas Prefeituras, de veículos adequados ao transporte escolar dos estudantes matriculados na rede pública de ensino.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos do FNDE para a FAE e convênio da FAE com os Municípios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Município atendido	Município	3.526	1.809

d) Comentários

Esta atividade foi executada pela FAE, a partir de recursos descentralizados pelo FNDE. Este, por sua vez, transferiu 100% dos recursos previstos, neste exercício, àquela Fundação.

A FAE assinou 1.809 convênios com Prefeituras Municipais das regiões norte, nordeste e centro-oeste para repasse de recursos diretos aos municípios conveniados para aquisição de transporte escolar.

Foram atendidas 51% das Prefeituras previstas.

O Programa Nacional de Transporte Escolar foi operacionalizado através da assinatura dos convênios com os municípios, priorizando, em 1993, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

12.3 - ENSINO MÉDIO

a) Órgão Responsável

Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

b) Diretrizes

- Consolidação do ensino médio como instância destinada ao aprofundamento do saber-humanístico, artístico, científico, tecnológico - como suporte para o prosseguimento de estudos ou para a inserção no mundo do trabalho.
- Promoção ao cumprimento do preceito constitucional de progressiva extensão de obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio.
- Melhoria da qualidade da formação de professores para a educação pré-escolar e o ensino fundamental (séries iniciais), abrangendo a alfabetização de crianças, jovens e adultos e educação dos portadores de necessidades educacionais especiais.
- Melhoria e expansão da educação tecnológica.
- Formação e desenvolvimento de recursos humanos.
- Cooperação técnico-pedagógica às instituições de educação tecnológica.
- Coordenação e manutenção das escolas agrotécnicas federais.

12.3.1 - Desenvolvimento Do Ensino Médio

a) Objetivo

Ampliar a oferta e melhorar a qualidade do Ensino Médio

b) Formas de Atuação

Convênios firmados com as Secretarias Estaduais de Educação.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Docente treinado	Docente	6.500	2.282
Programa desenvolvido	Programa	20	02
Escola reformada	Unidade	110	80
Escola ampliada	Unidade	200	02
Escola equipada	Unidade	520	01
Material didático escolar distribuído	Módulo	120.000	11.000
Instituição púb. apoiada	Instituição	4.600	01

d) Comentários

Os objetivos de assistência financeira para o desenvolvimento do ensino médio foram atingidos na medida em que recursos foram alocados às Secretarias de Educação das Unidades da Federação. Entretanto, as metas foram substancialmente reduzidas em virtude da demora na definição do orçamento/93, além dos cortes nele efetuados com objetivo de ajustes econômicos do Governo Federal. Salienta-se que o atendimento à demanda sócio-educacional no ensino médio é baixo, em virtude da escassez de recursos.

12.3.2 Coordenação e Manutenção do Ensino

a) Objetivo

Assegurar a manutenção e o desenvolvimento das ações do Ensino.

b) Formas de Atuação

Aplicação Direta por parte da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico visando atender as Escolas Agrotécnicas.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Acervo adquirido	Exemplar	44.400	44.400
Aluno matriculado	Aluno	11.840	13.897
Equipamento adquirido	Unidade	2.775	2.775
Profissional formado	Pessoa	5.920	5.920

d) Comentários

Apesar do atingimento das metas propostas, em função da prioridade dada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica-SEMTEC a este programa, os recursos orçamentários foram insuficientes para manutenção de um ensino agrotécnico nos níveis de qualidade almejados. Assim, na atividade de ensino, o atendimento foi considerado satisfatório, porém, nas atividades de extensão destas Instituições, a limitação dos recursos prejudicou muito.

Esta atividade deverá sofrer alterações, visto que as Escolas Agrotécnicas Federais foram transformadas em Autarquias pela Lei 8731, de 16 de novembro de 1993.

No que diz respeito à execução desta atividade no sub-programa 0197 - Formação para o Setor Secundário, as Escolas Tecnicas Federais atingiram as seguintes metas:

- aluno matriculado: 59.331(alunos)
- profissional formado: 3.749(pessoas)
- vale refeição fornecido: 57.926(vales)
- livros recuperados: 800(livros)
- equipamentos adquiridos: 253(equipamentos)
- acervo mantido: 48.470(exemplares)
- acervo reposto: 277(exemplares)
- prédio mantido: 01
- programa de ensino à distância produzido e acompanhado pela escola para 1500 alunos em convênio com 13 prefeituras;
- programa de reforço nas disciplinas basicas para diminuir o número de reprovação, dependência e desistências;
- programa de acompanhamento e avaliação do aproveitamento com alunos e pais;
- programa de revisão curricular dos oito cursos (conclusão para 1994);
- programa para diagnóstico da situação sobre regime de dependência;
- tratamento preventivo na proteção do acervo;
- área construída: 44,77(m2)
- curso oferecido: 08(cursos)
- Instituição beneficiada: 01

De maneira geral, nesta atividade encontram-se os grandes subtítulos (Programas de Trabalho) onde foi carregado o maior volume de recursos para atendimento da manutenção da atividade didática, administrativa, do acervo bibliográfico e das Unidades de Ensino Descentralizada - UNED.

As Escolas passaram por dificuldades na realização das despesas necessárias ao cumprimento dos objetivos destas ações, devido, sobretudo, à instabilidade econômica do país.

Tendo em vista alguns fatores, como a insuficiência de dotação orçamentária para a manutenção básica da atividade, o atraso dos repasses financeiros, que comprometeram o pagamento das despesas básicas, o atraso na publicação e disponibilidade do orçamento próprio para as Instituições, verifica-se que algumas metas foram atingidas em sua totalidade, outras parcialmente, algumas em percentuais bem pequenos.

12.3.3 - Expansão e Melhoria do Ensino Técnico

a) Objetivo

Ampliar a oferta e melhorar a qualidade do Ensino Técnico.

b) Formas de Atuação

Aplicação Direta pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica e Convênios com Estados e Municípios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Escola construída	m2	43.074	22.432
Equipamentos adquiridos	Unidade	9.180	1.855

d) Comentários

Desde o início do programa foram implantadas 49 (quarenta e nove) escolas e estiveram em execução, em 1993: 30(trinta).

Destas, 5(cinco), das quais 4(quatro) Escolas Agrotécnicas Federais e 1(uma) Unidade de Ensino Descentralizada - UNED, foram concluídas no exercício de 1993 e 15 (quinze) estão com mais de 80%(oitenta por cento) das obras executadas, com as conclusões previstas para o próximo semestre.

Para execução dessas obras o MEC repassou CR$3.621 milhões, salientando-se que cerca de 8%(oito por cento) desse valor foi destinado ao pagamento de dívidas relativas a serviços realizados no exercício de 1992 e pagas em abril de 1993.

Em dezembro de 1992, a média ponderada dos percentuais de execução dessas obras era de 49,5%. Em novembro/93 essa média subiu para 75,8%. Portanto, um incremento de 26,3% em onze meses, enquanto que, de 1988 a dezembro de 1992, a média foi de 49,5%.

Faz-se necessário a concentração de esforços no sentido de que as demais escolas em andamento, previstas para o exercício de 1994, sejam concluídas e o projeto de interiorização do ensino tecnológico possa apresentar resultados concretos, ou seja, ofertar mais 58.800 novas vagas para a educação tecnológica.

12.3.4 - Recuperação Das Instalações Físicas e Do Instrumental Tecnológico

a) Objetivo

Garantir a plena capacidade de utilização das instalações físicas e do instrumental tecnológico.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica e descentralização de recursos às Instituições de Educação Tecnológica.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Equipamento adquirido	Unidade	95	19
Equipamento recuperado	Unidade	06	01
Instalação física reformada	Unidade	11	07

d) Comentários

Houve atendimento à recuperação de instrumental e das instalações físicas a dez instituições de educação tecnológica, em face dos recursos disponíveis.

Este projeto deixou de atingir as metas previstas, em virtude da não liberação dos recursos orçamentários, acarretando, com isso, um grau de atendimento inferior a 20%.

O presente projeto, de fundamental importância para as instituições de educação tecnológica, necessita da liberação dos recursos bloqueados, a fim de que as demais instituições possam estar preparadas para acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

12.3.5 - Modernização Das Instituições De Ensino

a) Objetivo

Atender às necessidades das Instituições de Ensino Técnico e Agrotécnico.

b) Formas De Atuação

Aplicação direta, por parte da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, através de Convênios com Instituições de Educação Tecnológica.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Instituições atendidas	Unidade	60	60

12.3.6 - Capacitação De Recursos Humanos

a) Objetivo

Promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal, em todos os níveis de graduação e serviços, de modo que se obtenham melhores condições de trabalho e mais altos níveis de produtividade.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta por parte da Secretaria de Educação Média e Tecnológica e através de convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Curso realizado	Evento	26	26
Docente treinado	Docente	600	987
Evento realizado	Unidade	02	04
Técnico administrativo treinado	Pessoa	350	344

d) Comentários

A Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, por intermédio desta atividade, busca a implementação de processos de atualização, capacitação e formação de recursos humanos para o ensino tecnológico, visando ao seu aprimoramento face à evolução científica e tecnológica. Neste sentido, foram apoiados os seguintes cursos:

-mestrado: 6 docentes

-especialização: 228 docentes

-licenciatura: 157 docentes

-atualização: 546 docentes

-pessoal técnico-administrativo: 302

-gerência de qualidade: 22 instituições.

Esta atividade representa o grande suporte da SEMTEC no que diz respeito à preparação das equipes escolares, bem como a possibilidade de seus técnicos se atualizarem para poderem atuar junto às Instituições, prestando cooperação técnica em suas áreas de competência. Desta forma, ultrapassou as metas previstas, dada a prioridade a ela conferida.

Salienta-se, ainda, que as atividades de Gerenciamento da Qualidade Total são executados através desta atividade e têm permitido a revisão de processos técnicos e administrativos de 22 instituições de educação tecnológica.

12.4 - ENSINO SUPERIOR

a) Órgãos Responsáveis

Secretaria de Educação Superior e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

b) Diretrizes

- **Assistência financeira às entidades universitárias** não federais.
- Aquisição de instrumental para ensino.
- Construção e recuperação das instalações das Instituições Federais de Ensino.
- Apoio às atividades de assistência ao estudante universitário (crédito educativo).
- **Concessão de bolsas de estudo em nível de** pós-graduação.
- Apoio e fomento institucional aos cursos de pós-graduação.
- Apoio e fomento institucional aos demais níveis de ensino (graduação, 1º e 2º graus).

12.4.1 - Projeto Integrado de Desenvolvimento do Ensino Superior

a) Objetivo

Fomentar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições de Ensino Superior Federais.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Atender 53 IFES	Entidade beneficiada	53	53

d) Comentários

Este projeto canalizou recursos para a área fim, visando a propiciar as condições indispensáveis ao ensino, à pesquisa e à extensão, de melhor qualidade nas IFES.

12.4.2 - Construção e Recuperação das Instalações Das Instituições Federais de Ensino

a) Objetivo

Dotar as Instituições de instalações adequadas ao melhor desenvolvimento de suas atividades didático-científicas.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos às Instituições Federais de Ensino (IFES)

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Recuperação dos imóveis das IFES	m2	23.740	23.740
	Hospital Recuperado	42	42

d) Comentários

Este projeto buscou apoiar as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na recuperação do patrimônio imóvel, inclusive o patrimônio dos Hospitais Universitários.

12.4.3 - Instrumental Para Ensino e Pesquisa

a) Objetivo

Prover a Instituição de instrumental técnico e científico adequado ao desenvolvimento de suas atividades fins.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Renovação de assinaturas de revistas, periódicos, aquisição de livros e equipamentos	Livro adquirido	50.000	30.000
	Equipamento adquirido	5.000	3.000

d) Comentários

Este projeto visou a auxiliar as Instituições Federais de Ensino Superior-IFES na renovação de assinaturas de revistas e periódicos estrangeiros, na aquisição de bibliografia e na aquisição de equipamentos destinados aos laboratórios de ensino dos cursos de graduação.

12.4.4 - Modernização das Instituições de Ensino Superior

a) Objetivo

Melhorar a eficiência e a qualidade do ensino superior por intermédio da modernização dos seus processos de gestão universitária e adoção de modernas tecnologias da informação e do ensino.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos às Instituições de Ensino Superior.

c) Comentários

Este projeto foi criado para garantir contrapartida a um empréstimo com o Banco Mundial-BIRD e com isso obter recursos visando à renovação dos equipamentos existentes nos laboratórios de ensino dos cursos onde o avanço científico-tecnológico foi acentuado. O recurso não foi obtido no exercício de 93.

12.4.5 - Assistência Financeira à Entidades Universitárias Não Federais

a) Objetivo

Apoiar financeiramente as Instituições de Ensino Superior visando a melhoria de seus padrões de ensino.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos, por meio de convênios, com Instituições de Ensino Superior não Federais.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Atender a manutenção geral de Instituições não Federis de Ensino Superior	Entidade Beneficiada	60	70

d) Comentários

Esta atividade direcionou recursos para as instituições de ensino superior não federais, como auxílio à manutenção geral.

12.4.6 - Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Ensino

a) Objetivo

Assegurar o funcionamento das Instituições Federais de Ensino, mediante compatibilização dos seus programas de trabalho às reais necessidades de execução.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos às Instituições Federais de Ensino Superior-IFES.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Atender a manutenção geral das IFES	Entidade beneficiada	53	53
	Hospital Universitário beneficiado	42	42

d) Comentários

Esta atividade destinou recursos para apoiar os trabalhos de manutenção geral da área meio, com referência às despesas de contratos de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, inclusive dos Hospitais Universitários.

12.4.7 - Concessão de Bolsas de Estudo, a Nível de Pós Graduação

a) Objetivo

Promover o aperfeiçoamento de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Programa Institucional de Capacidade de Docentes - PICD	Bolsa	3.500	3.276
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT	Bolsa	64	49
Programa de Apoio a Pesquisa em Administração Pública- PAP	Bolsa	17	10
Demanda Social	Bolsa	11.717	11.717
Programa Especial de Treinamento - PET Convênio com Instituições	Bolsa	2.633	2.507
PET/ Bolsa de Pagamento Individual ao estudante - BPI	Bolsa	486	41
Lato Sensu LS/Convênios	Bolsa	1.161	787
LS/BPI	Bolsa	75	74

d) Comentários

O PICD teve um excelente desempenho no ano de 1993, beneficiando, com 3276 bolsas, 121 Instituições de Ensino Superior - IES, distribuído da seguinte forma:

- 48 IES Federais
- 32 IES Estaduais
- 38 IES Particulares
- 03 IES Municipais

A concessão de bolsa de formação no país deu-se da seguinte forma:

- Doutorado: 1.947,5
- Mestrado: 1.312,5
- Especialização: 16,0

TOTAL..............3.276,0

O Programa de Apoio à Pesquisa em Administração Pública teve a sua implantação a partir de outubro/93, abrangendo 10 bolsistas da área de Administração Pública, de 6 IES.

Do total de bolsas previstas para o Programa nesta fase, apenas 54% foram utilizados no Mestrado e 40% no doutorado, após criteriosa seleção dos candidatos.

O Programa de Demanda Social foi executado a contento, pois cumpriu as metas físicas estabelecidas através da concessão de bolsas aos cursos bem conceituados no sistema de pós-graduação, assim como aqueles cursos que necessitam de apoio para a sua consolidação e aos cursos novos recomendados pelo Grupo Técnico Consultivo - GTC. Desta forma foram atendidas 78 Instituições, abrangendo 1.321 cursos, de acordo com a seguinte esfera administrativa:

- IES Federais = 56,8%
- IES Estaduais = 32,6%
- IES Particulares = 10,6%

No Programa Especial de Treinamentos foram concedidos apoio a 237 grupos de bolsistas de 49 IES, resultando na realização de trabalhos de aprofundamento de estudos, conforme avaliação semestral efetuada pela CAPES.

No Programa de Apoio à Pós-Graduação " Latu Sensu ", relativamente ao LS/Convênios, verificou-se a concessão de apoio a 242 cursos de pós-graduação "latu sensu", beneficiando 78 IES, resultando na capacitação de um número significativo de Recursos Humanos.

Quanto ao LS/BPI observa-se a concessão de apoio a 18 cursos, beneficiando 16 IES, resultando na capacitação, também, de número significativo de recursos humanos.

A execução do PADCT II, durante o exercício de 1993 atingiu 95% do total orçado na Lei de meios, o que possibilitou aos projetos um avanço considerável na consolidação e manutenção dos cursos.

O PADCT, através de seus subprogramas, objetiva, especificamente, a fortalecer a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação e tendo alta competência adquirida visa a execução de pesquisas de elevada relevância, fortalecendo áreas prioritárias definidas no programa básico, complementando com as novas áreas recomendadas pelo I PND-NR, inclusive aperfeiçoando a infraestrutura de apoio e de serviços essenciais ao bom desempenho das atividades de ciência e tecnologia em todo o país, melhorando os mecanismos de interação entre os setores acadêmico e produtivo,

além de organizar as ações em suas áreas de atuação de modo a contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos de coordenação e planejamento pela SCT/PR, para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Em 1993 foram contratados 219 projetos e implementados 217. Os outros dois serão implementados em 1994. A disponibilidade orçamentária para manutenção dos cursos de boa qualidade foi transferida na sua totalidade. Os subprogramas destinados a atender às atividades de concessão de Bolsas no País e Exterior tiveram 85% do valor orçado totalmente executado.

12.4.8 - Apoio Institucional e Fomento aos Programas de Pós-Graduação

a) Objetivo

Manter a infra-estrutura dos cursos, consolidar, desenvolver e fomentar as atividades de ensino.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos à IES Federais, Estaduais e Municipais.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Curso apoiado	Curso	217	211
Apoio infra-estrutura IES Federais	IES Curso	31 463	31 463
Apoio infra-estrutura IES Estaduais	IES Curso	11 316	11 316
Apoio infra-estrutura IES particulares	IES Curso	17 71	17 71

d) Comentários

O Programa de Apoio à Manutenção e Consolidação da Infra-Estrutura na Pós-graduação foi desenvolvido a contento, uma vez que cumpriu as metas estabelecidas. O apoio institucional foi concedido fundamentalmente aos subprogramas das áreas de Química e Engenharia Química, Educação para Ciências, Informação Ciência e Tecnologia, Planejamento e Gestão em Ciência e Tecnologia e Ciências Ambientais.

12.4.9 - Concessão de Bolsas de Dedicação Acadêmica

a) Objetivo

Assegurar, através da concessão de bolsas de dedicação acadêmica, o nível da qualidade do ensino superior.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Dedicação Acadêmica	Bolsa	-	3.994

d) Comentários

Durante o ano de 1993 foram atendidas, em média, 30 Instituições de Ensino Superior, com um total de 332 bolsistas, com pequenas variações entre os diferentes meses, com o máximo de 33 IES, para os meses de janeiro e fevereiro e o mínimo de 25 IES, para os meses de outubro e novembro.

Referente aos bolsistas, as variações ficaram: o mínimo para o mês de outubro, com 322, e o máximo para o mês de janeiro, com 338, bolsistas beneficiados.

12.4.10 - Concessão de Bolsa para Professor Visitante Estrangeiro

a) Objetivo

Viabilizar a participação de professores estrangeiros de alta qualificação para melhorar a qualidade da formação de recursos humanos no país.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Professor visitante	Bolsa	-	86

d) Comentários

No ano de 1993, foram autorizadas a concessão de 86 bolsas para Professores Visitantes, sendo que a concessão às Instituições foi a seguinte:

- IES Federais - 58
- IES Estaduais - 28

12.4.11 - Crédito Educativo

a) Objetivo

Proporcionar condições para financiamento de anuidades dos estudantes carentes da rede privada de ensino superior.

b) Formas de Atuação

Descentralização de recursos à Caixa Econômica Federal.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Empréstimos a estudantes	Bolsa Concedida	75.000	75.000(aditamentos) 47.000 (novos contratos)

d) Comentários

Esta atividade objetivou democratizar o ensino superior, dando oportunidade de estudo, principalmente, aos alunos carentes.

OUTRAS REALIZAÇÕES DO MEC

Foram implementadas as medidas básicas de reorganização técnica e administrativa e de implementação dos projetos que inovariam o cumprimento das missões, recursos e esforços do INEP na consolidação das novas bases institucionais e técnico-científicas do Instituto, consistentes em:

- melhorias no sistema de pré-avaliação e seleção de projetos de estudos e pesquisas e de eventos de interação técnico-científica, contemplando áreas temáticas, linhas prioritárias a estudar, com relevância para as políticas públicas e para o avanço do conhecimento;

- aperfeiçoamento dos processos de acompanhamento e avaliação dos projetos apoiados, enfatizando os componentes de identificação das necessidades de cooperação técnico-científica horizontal e de melhoramento dos métodos e técnicas de gestão dos programas e projetos de pesquisa;

- ampliação dos mecanismos de comunicação e intercâmbio com centros de excelência em pesquisa social e educacional no exterior;

- consolidação e aprofundamento das experiências anteriores no desenvolvimento das estruturas do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico; e a realização de Pesquisa & Desenvolvimento em testes e

medidas, conceitos e métodos de avaliação, tecnologias de coleta, processamento e disseminação de dados avaliativos, organização de serviços de avaliação e recursos humanos para avaliação, visando ao desenvolvimento de estruturas do sistema;

- implementação do sistema de teleprocessamento e comunicação de dados; e integração da Rede Local INEP à Rede Nacional de Pesquisas (RNP/CNPq);

- desenvolvimento do Centro de Referências sobre Inovações e Experimentos Educacionais (CRIE);

- reorientação e agilização das políticas editoriais do INEP, em face das necessidades do sistema e do cenário editorial da área educacional;

- automação e modernização do Centro de Informações Bibliográficas em Educação (CIBEC) e do Sistema de Informações Bibliográficas em Educação (SIBE);

Através da gerência do Sistema Editorial INEP, foram publicados, neste exercício, os seguintes títulos:

- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - nº 172;

- Em Aberto: nºs 53 a 57;

- Boletim Informativo de Pesquisas - 1992;

- Memórias de Paschoal Lemme - volume nº 4; e

- Diversas Séries Documentais.

A COORDENADORIA DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS no exercício de suas funções - estimular a produção e divulgação de conhecimentos e informações técnico-científicas que contribuam para a formulação de políticas públicas em educação - participou da elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, e desenvolveu uma série de trabalhos científicos-metodológicos.

A Coordenadoria de Avaliação - COAV do INEP tem por objetivo coordenar todas as ações voltadas para o diagnóstico do desempenho dos sistemas de educação básica bem como fornecer subsídios para o monitoramento e formulação de políticas comprometidas com a melhoria da qualidade do ensino.

A principal atividade da COAV/INEP, em 1993, centrou-se na continuidade do desenvolvimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica-SAEB.

Através da Gerência de Informática, foram automatizados diversos sistemas que visam a agilização de diversas áreas do INEP e sua articulação com diversos órgãos como PRODASEN, MEC e outros.

Com uma reconhecida tradição na área da documentação e informações educacionais, o INEP, por intermédio do CIBEC, vem sendo fortalecido para se transformar efetivamente em suporte

físico e veículo da documentação e informação, modernizando seus serviços e facilitando o acesso às informações contidas em documentos de diversos tipos e natureza.

Para tanto, o Centro de Informações Bibliográficas em Educação está sendo reestruturado, modernizado e atualizado para tornar-se um centro dinamizador do Sistema de Informações Bibliográficas em Educação, de modo a desempenhar com eficácia a função informação junto aos tomadores de decisão, pesquisadores, professores, alunos e usuários.

Com o objetivo de oferecer melhores condições físicas de funcionamento do CIBEC, foi assinado um Protocolo de Cooperação Técnico-Administrativa-INEP/Universidade de Brasília- para elaboração do projeto arquitetônico e complementares de suas novas instalações no campus universitário. No momento, está sendo elaborado o Programa de Necessidades.

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

Visando dar seqüência ao seu objetivo de atualização prospectiva dos sistemas de comunicação de conhecimentos e informações sobre sistemas educativos e culturais e de intensificação dos canais de cooperação e intercâmbio técnico-científico com o exterior, foram desenvolvidas, em cada uma das áreas de trabalho do Instituto, várias atividades neste sentido.

Mediante avanços na concepção e operacionalização dos Projetos PNUD/BRAS 92/002 e 003, foram elaborados os respectivos "Project Documents," que estabelecem seus mecanismos de gestão, e cumpridas todas as metas previstas, que incluiram participação em seminários e reuniões técnicas internacionais e multilaterais, mobilização de consultores externos e respectivas atividades de contrapartida, intercâmbio de publicações e documentação técnica e, algumas tarefas de aquisição de tecnologias em telemática. Com isso, estes projetos estão permitindo viabilizar a implementação de linhas de ação em avaliação educacional, estímulos a inovações e desenvolvimento institucional, no contexto do Componente Nacional do Projeto Nordeste de Educação (MEC/Banco Mundial).

Por meio do Convênio MEC/UNESCO, foram desenvolvidas atividades de identificação de projetos de cooperação com a Divisão de Estatística da UNESCO (sede), com o Instituto Internacional de Planejamento Educacional (IIPE), com o Instituto de Educação da UNESCO (Hamburgo) e com o Escritório Regional da UNESCO para a América Latina e Caribe (OREALC), que já resultaram na promoção de dois eventos de âmbito regional (o Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores e o Seminário Latino-americano sobre Descentralização em Educação); o desenho, em articulação com a Secretaria de Educação Fundamental e a Escola Nacional de Administração Pública e a ENAP, de um programa de capacitação de recursos humanos para o planejamento e administração da educação básica; o estabelecimento de intercâmbio técnico em estatísticas e sistemas de indicadores educacionais e a elaboração do Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Planejamento Educacional - incluindo o Sistema de Indicadores Educacionais - que será implementado a partir do início de 1994.

Com a Organização de Estados Iberoamericanos (OEI), estabeleceu-se um contato preliminar de cooperação, através de uma Reunião Técnica sobre Educação e Trabalho e do intercâmbio de publicações e da identificação de oportunidades da participação brasileira no Projeto Sistemas Nacionais de Educação, visando à constituição de um banco de informações sobre estruturas, a dinâmica e o desempenho da educação nos países membros.

Ao mesmo tempo, foi estabelecida a participação do Instituto nas atividades de intercâmbio educacional compreendidas na área do MERCOSUL, especialmente em articulação com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em cumprimento às diretrizes traçadas pelo MEC, a Fundação Roquette Pinto priorizou as relativas à programação educativa voltada para o ensino de 1º grau (1a. a 4a. séries), destacando o aperfeiçoamento de professores, assim como o atendimento aos seus alunos, através da utilização de telepostos, cuja central foi instalada na TVE do Rio de Janeiro.

No ano de 1993, 100.000 (cem mil) professores foram atendidos em recepção organizada em 1.250 telesalas, em todas as Unidades Federadas. Isto foi possível em função da ênfase dada ao Programa " Um Salto Para o Futuro " destinado à atualização e melhoria da prática docente de professores do ensino fundamental.

A Fundação Joaquim Nabuco, através do desenvolvimento das atividades relativas a " Estudos Avançados de Ciência e Cultura da área Tropical ", desenvolveu 7 pesquisas e realizou 3 seminários voltados para a investigação dos aspectos sócio-culturais dos problemas ecológicos do mundo tropical.

Visando atender aos objetivos de regionalização, procurou-se, neste exercício, manter a oferta de serviços aos estados do Norte e Nordeste, nas áreas de pesquisa, consultoria, restauração e ainda nas áreas de museologia e microfilmagem.

Deu-se, também, continuidade às ações de preservação e produção de informação do bem cultural com a manutenção e ampliação de acervos, particularmente os bibliográficos, museológico e iconográfico, formação e divulgação de base de dados, publicação de 8 pesquisas documentais, de catálogos e arquivos, de exposições e de acervos, reciclagem de recursos humanos, além de promoção e difusão científico-cultural, através do apoio ao bem e ao produtor cultural.

Relativamente ao programa de trabalho de " Desenvolvimento e Divulgação de Investigações em Ciências Sociais e Humanas ", foram desenvolvidas 47 pesquisas e realizados 14 eventos técnico-científicos.

Quanto à capacitação de Recursos Humanos, a Fundação Joaquim Nabuco desenvolveu 22 projetos, visando ao desenvolvimento, aperfeiçoamento e especialização dos recursos humanos na área científica e cultural, através de cursos e seminários nas regiões Norte e Nordeste.

13 - MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Ao Ministério do Exército, como foi redenominado pelo Decreto-Lei 200/67 o antigo Ministério da Guerra, criado em 16 de março de 1808, por Decreto Imperial, incumbe a administração dos negócios do Exército e a preparação para o cumprimento de sua destinação constitucional (Art. 142-CF), cabendo-lhe:

- propor a organização e providenciar o aparelhamento e o adestramento da Força Terrestre;
- orientar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interesse do Exército; e
- propor medidas concernentes às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, constitucionalmente consideradas forças auxiliares, reservas do Exército (Art. 144, IV, parágrafo 6§-CF).

A Lei Nº 6.227, de 14 de julho de 1975, vinculou-lhe a Indústria de Material Bélico do Brasil-IMBEL, cujo objetivo é colaborar, promover e administrar, industrial e comercialmente, as atividades de material bélico, seja da conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional.

A função "DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA" concretiza, em termos de classificação funcional-programática, a missão constitucional do Ministério do Exército, que, para melhor definição e identificação dos objetivos governamentais, é detalhada com preponderância nos programas "ADMINISTRAÇÃO" e "DEFESA TERRESTRE".

13.1 - ADMINISTRAÇÃO

a) Órgãos Responsáveis

Órgãos setoriais (Gab Min Ex, DEC, DEP, DGP, DGS, DMB, SEF, SGEx e SCT).

b) Diretrizes

- Gestão dos recursos, destinados ao funcionamento das Organizações Militares (OM), pagamento de pessoal, inclusive inativos e pensionistas.
- Assistência social e médico-hospitalar e conservação, restauração e construção de imóveis residenciais, de forma, racional e eficaz, compatibilizando as ações administrativas com as necessidades operacionais e de preparo do Exército.

13.1.1 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos

a) Objetivos

Atender especificamente as necessidades da vida vegetativa das Organizações Militares (OM), no País (em número de 643) e no exterior (Comissão Brasileira do Exército em WASHINGTON CEBW) e realizar o pagamento do pessoal do Ministério do Exército.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Funcionamento das Organizações Militares no País	Milhões Cr$	1.741	3.795
Funcionamento da Organizações Militares no Exterior	Milhões Cr$	26	57
Pagamento de Pessoal (Ativa)	Pessoas	1.296.000	1.306.612
Pagamento de Efetivo Variável	Pessoas	852.000	855.214

d) Comentários

No cômputo geral a Diretoria de Administração Financeira-DAF, na gestão dos recursos para o Funcionamento das Organizações Militares-FOMEx, pode avaliar uma acentuada racionalização de gastos por parte das Organizações Militares do Exército, no tocante a Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos, de sorte a ajustar-se à realidade econômica do país. A liberação de créditos suplementares, no final do ano, não careceu de pertinência em sua aplicação, dado o planejamento das necessidades ter sido feito de forma antecipada.

O orçamento liberado em parcelas, a suplementação no final do exercício e a disponibilidade de numerário aquém do necessário, dificultaram o planejamento e a execução orçamentária, acarretando maiores despesas, principalmente com as concessionárias de serviços públicos devido à aplicação de correções monetárias e multas nos débitos atrasados.

13.1.2 - Encargos com Inativos e Pensionistas

a) Objetivo

Realizar o pagamento de aposentadoria e pensões do pessoal inativo e de pensionistas do Ministério do Exército (Civil e Militar).

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Inativos	Pessoas	624.000	625.033
Pensionistas	Pessoas	1.056.000	1.065.920

d) Comentários

Os encargos com inativos e pensionistas responderam por cerca de 56% (cinquenta e seis por cento) do total de recursos relativos ao pagamento de pessoal do Ministério do Exército em 1993.

13.1.3 - Edificações Públicas (Reparos e Conservação de Imóveis)

a) Objetivo

Conservar e restaurar as residências sob jurisdição do Ministério do Exército.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Residências Manutenidas	m2	211.083	63.325

13.1.4 - Habitações Urbanas (Construção de Unidades Habitacionais)

a) Objetivo

Construir Próprios Nacionais em regiões em que a oferta de imóveis residenciais seja insuficiente para atender à demanda da movimentação de militares.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Residências Construídas	m2	49.260	22.167

13.1.5 - Assistência Médica e Sanitária (Serviço Médico-Hospitalar)

a) Objetivo

Alocar recursos, oriundos de descontos de militares, para assistência médico-hospitalar complementar, constituindo o Fundo de Saúde do Exército.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Assistência Médica Prestada	Pessoas	1.009.265	1.009.265

13.1.6 - Assistência Social Geral (Coordenação de Assistência Social)

a) Objetivo

Assistir financeiramente os militares em situação aflitiva com problemas não amparados pela assistência já existente.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Atendimento	Paciente	10.146	5.300

13.2 - DEFESA TERRESTRE

a) Orgãos Responsáveis

- Estado-Maior do Exército-EME.
- Comando de Operações Terrestres-COTER.
- Comando Militar do Nordeste-CMNE.
- Departamento de Engenharia e Comunicações-DEC.
- Fundo do Exército-FEx.
- Indústria de Material Bélico do Brasil-IMBEL.

b) Diretrizes

Desenvolvimento de ações com vistas à defesa terrestre.

13.2.1 - Reaparelhamento do Exército

a) Objetivos

Manter a base existente em condições adequadas de preparo. Racionalizar e aprimorar a estrutura da Força Terrestre. Prosseguir com a implantação dos vetores de Modernização da Força Terrestre-Aviação do Exército, Sistema de Guerra Eletrônica e Sistema de Comando e Controle. Criar, instalar, implementar e operar órgãos do Sistema de Informática, atendendo prioritariamente aos órgãos de Comando e Direção Geral, à concepção estratégica e sistêmica do Exército.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Conclusão de Organização de OM	Unidade	10	09
Implantação de Sistema de Telefonia, Componente do Sistema de Comando e Controle	Unidade	01	01
Implantação de Organização de OM	Unidade	03	00
Transformação de OM	Unidade	09	00
Melhoramento de Estabelecimento de Ensino	Unidade	08	03
Melhoramento de OM	Unidade	04	00
Pesquisa e Desenvolvimento	Projeto	05	05
Transferência de OM	Unidade	12	02
Prosseguimento na Organização de OM do Comando de Aviação do Exército	Unidade	05	05
Prosseguimento na Organização do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica	Unidade	01	01
Prosseguimento na Organização da Companhia de Guerra Eletrônica	Unidade	01	01
Dotação de OM com Equipamento de Informática	Unidade	43	30
Organização de Centro de Informática	Unidade	01	01
Melhoramento de Centro de Informática	Unidade	08	08
Conclusão da Aquisição Equipamentos de Brigada	Unidade	01	01
Complementação de Equipamentos de Brigada	Unidade	03	01

d) Comentários

Os recursos alocados a este projeto vêm sofrendo redução, retardando assim o cumprimento dos seus objetivos e metas. Além dessa redução, fatores conjunturais também prejudicaram a implementação do projeto, tais como a liberação de grande parte dos créditos nos últimos meses do exercício financeiro, o atraso no desembolso do numerário e reajustes contratuais.

Apesar da escassez de recursos em 1993, ressalta-se como pontos positivos em modernidade e racionalização da Força Terrestre as transferências do 1º Batalhão de Comunicação Divisionária do RIO DE JANEIRO-RJ para SANTO ANGELO-RS e da 16ª Brigada de Infantaria de Selva de SANTO ÂNGELO-RS para TEFÉ-AM, bem como a continuidade na implementação dos Programas Aviação do Exército e Sistema de Guerra Eletrônica.

13.2.2 - Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos-PRODEA

a) Objetivo

Assegurar a distribuição por um período de 04 (quatro) meses sucessivos, de um total mensal de 2.050.000 (dois milhões e cinquenta mil) cestas de alimentos em 1.102 (um mil cento e dois) municípios, desde o Estado do MARANHÃO até o norte de MINAS GERAIS.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Distribuição de Cestas de Alimentos	TON/Mês	51.250	20.139

d) Comentários

O programa foi montado objetivando a distribuição de uma cesta mensal de 25kg, por um período de quatro meses seguidos, contendo 12kg de arroz em casca, 6kg de milho, 4kg de feijão e 3kg de farinha de mandioca. Os beneficiários são os trabalhadores inscritos no Programa de Frentes Produtivas de Trabalho-PFPT.

O Programa teve início, efetivamente, no dia 15 de dezembro de 1993 com a distribuição dos alimentos na cidade de ICARAÍ DE MINAS-MG, ligada ao Pólo Regional de Distribuição-PRD de MONTES CLAROS-MG.

Contrariando um dos pressupostos básicos iniciais, ou seja, distribuição de 04 (quatro) produtos por etapa, o Programa vem se desenvolvendo com a distribuição de apenas 03 (três) produtos, como forma de atenuar os atrasos da colocação de todos os gêneros nas Unidades Armazenadoras no prazo e nas quantidades

requeridas. Contudo, não obstante as dificuldades encontradas na execução do Programa, tem sido muito boa a aceitação da distribuição por grande parte dos alistados ao reduzir os efeitos da prolongada estiagem na área.

Em decorrência do atraso do início do Programa e do próprio impulso inflacionário, observa-se a necessidade de suplementação de recursos.

13.2.3 - Edificações Públicas

a) Objetivo

Empreender ações que envolvem edificação de prédios, redes de esgotos e de abastecimento de água, obras de pavimentação e outras.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Construção de Aquartelamento (PJT 1034.0001)	m2	1.324	265
Construção em Quartéis (PJT 1034.0002)	m2	2.000	400
Construção de Residências (PJT 1070.0003)	m2	11.000	2.200
Restauração do Forte Coimbra (ATV 2022.0138)	Unidade	1	1
Restauração de Quartéis (ATV 2022.0015)	m2	50.178	10.035
Restauração de Residências (ATV 2022.0014)	m2	3.000	600
Aquisição de Equipamenmentos (ATV 2022.0015)	Unidade	20	12

13.2.4 - Coordenação das Ações da Força Terrestre (Manutenção e desenvolvimento da Força Terrestre

a) Objetivos

Aparelhar, reaparelhar e manter as Organizações Militares do Exército, controlar e fiscalizar o manuseio do material bélico. Uniformizar e aperfeiçoar o Sistema de Alimentação do Exército. Aperfeiçoar e desenvolver novas tecnologias de ração operacional.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Aluno Beneficiado	Aluno	23.756	23.756
Organizações Militares Manutenidas	Unidade	536	536
Controle e Fiscalização de Mat. Bélico	Unidade	195.816	146.862
Equipamento e Materiais Diversos	Unidade	15.292	15.292

13.2.5 - Participação Societária

a) Objetivo

Integralizar recursos orçamentários no capital Social da Indústria de Material Bélico do Brasil-IMBEL.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Construção da Fábrica de de Pólvora de Base Dupla.
- Aquisição de Equipamentos Industriais.
- Fabricação de Emulsões Explosivas.
- Fabricação de Espoleta Elétrica.
- Modernização Operacional da Fábrica de Itajubá.
- Saneamento e Proteção Ambiental na Fábrica Presidente Vargas.
- Manutenção da Infra-Estrutura Operacional.
- Manutenção dos Serviços Administrativos .
- Segurança Industrial.
- Proteção Ambiental.

d) Comentários

O programa de investimento da IMBEL para o ano de 1993 visou:

- a modernização e a recuperação do parque fabril, principalmente com a aquisição de tornos de controle numérico para Fábrica de Itajubá e a entrada em processo operacional da usina de massa primária (insumo básico para a produção de pólvora), na Fábrica Presidente Vargas; e

- instalação do projeto de espoleta elétrica, estando os equipamentos industriais totalmente adquiridos e as construções civis em andamento.

No âmbito administrativo/industrial, entrou em aplicação o desenvolvimento do Plano Diretor de Informática da IMBEL, sendo adquiridos, através de licitação pública, um sistema integrado de SOFTWARE e os respectivos HARDWARE, iniciando-se os cursos de treinamento de pessoal.

14 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

14.1 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

14.1.1 - Arrecadação da Receita Administrada

A arrecadação de impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal atingiu, em 1993, os seguintes valores e respectivas variações reais comparadas com 1992:

Valores em milhões

UNIDADE	PERÍODO		%
	1993	1992	1993/1992
CR$	4.332.365	177.775	2.337,00
UFIR	89.577	69.320	29,22
US$	46.358	36.894	25,65

No mês de dezembro os valores e variações foram os seguintes:

PERÍODO	VALORES EM US$ 1.000.000,00	REAL %	
		(1)/(2)	(1)/(3)
Dezembro/93 (1)	4.541	5,28	28,56
Novembro/93 (2)	4.314	-	-
Dezembro/92 (3)	3.533	-	-

Em relação à arrecadação de multas, tem-se o seguinte perfil:

ARRECADAÇÃO DE MULTAS

MESES	EM (1.000 UFIR) 1993	1992	Nº DE ÍNDICE de 1993
Abr	44.692	34.585	100
Mai	53.270	55.219	119
Jun	56.995	51.448	127
Jul	64.098	51.351	143
Ago	60.713	51.058	135
Set	66.839	36.547	149
Out	53.325	39.365	119
Nov	62.573	45.133	140
Dez	62.573	36.924	141
TOTAL	524.964	401.630	30,7

Através dos dados acima, pode-se observar que a arrecadação de multas, em 1993, no período, foi superior em 30,7% à do mesmo período de 1992, enquanto que, em 1993, a arrecadação desse item em dezembro é superior em 41% à do mês de abril.

A seguir, apresentam-se os principais fatores que determinaram o desempenho de cada receita nesse ano:

. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

O crescimento de 13,81% na arrecadação acumulada do imposto reflete, basicamente, a regularização dos pagamentos relativos ao petróleo importado que teve, durante 1992, arrecadação zero em alguns meses, por ter sido totalmente compensado por operações de "Draw Back". A majoração de alíquota do II-Petróleo também contribuiu para este desempenho (19 para 38% a partir de 26 de janeiro de 1993).

. IPI - FUMO

Apresentou crescimento de 20,70% na arrecadação acumulada, mesmo com a ocorrência de queda nas vendas, de cerca de 10% no período, pelos seguintes fatores:

. IR - PESSOA JURÍDICA

A arrecadação deste tributo cresceu no acumulado (14,78%) em virtude, principalmente, do melhor desempenho apresentado pelas instituições financeiras (87,93%). Isso porque essas empresas compensaram em 1992, apoiadas em decisões judiciais, integralmente, a diferença da correção BTN X IPC, prevista para ser realizada em quatro anos, reduzindo assim a base de cálculo (Lei nº 8.200/91).

Conforme foi ressaltado no trabalho de qualificação da evasão fiscal, este é o tributo que mais apresentou problemas nesse exercício, especialmente no segundo semestre. A evasão elevou-se, traduzindo-se em menor arrecadação, ao contrário do que se esperava dada a recuperação da economia.

A Secretaria da Receita Federal vem realizando trabalho de análise dos contribuintes que apuram o imposto por estimativa e o calculam com base no lucro presumido ou em balanços mensais, para tentar reverter esse processo de evasão.

. IR - FONTE RENDIMENTOS DO TRABALHO

O crescimento da arrecadação no acumulado de 46,66%, reflete, basicamente, a reestruturação salarial dos servidores públicos federais a partir do final de 1992. Dado que, para a massa salarial do setor privado, a recuperação foi modesta da ordem de 4%, para São Paulo (dados preliminares do DIEESE).

. IR - FONTE RENDIMENTOS DO CAPITAL

Essa rubrica apresentou crescimento acumulado de 72,04% em função da tributação exclusiva na fonte, sobre operações de longo prazo, para as Pessoas Jurídicas. No entanto o desempenho do item ainda ficou abaixo da expectativa, e só não foi superior em virtude da prática de reciprocidade entre os bancos e os grandes aplicadores (chamado "CDB Careca").

. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

O crescimento acumulado verificado nessa receita, de 34,46, foi em razão do novo patamar em que se situa o imposto nesse ano em relação ao ano anterior, face à elevação de alíquota levada a efeito em meados do segundo semestre/92. Outro fator que influenciou o comportamento do tributo foi a elevação no volume das aplicações financeiras, numa conjuntura de altos níveis inflacionários.

No IR-Fonte houve recuperação em todas as rubricas, enquanto o IRPJ, que vinha apresentando resultados decepcionantes, recuperou-se em parte. Contudo ainda fechou dezembro com crescimento negativo em relação a igual mês do ano anterior.

O comportamento da arrecadação do IPI é explicado pela arrecadação adicional de novembro (ganho de cerca de 20 dias) resultado do encurtamento dos prazos de recolhimento (MP nº 368/93).

A arrecadação da COFINS já reflete a decisão do STF pela constitucionalidade da Contribuição. A variação real, tanto em dólar como em UFIR, não refletem o efetivo crescimento da arrecadação, dado que houve um fator conjugado de antecipação do recolhimento (perda de correção de cerca de 15 dias), o que elevaria a variação real em mais de 40%.

a) Principais Realizações

Valores em UFIR Milhões

RECEITAS	ARRECADAÇÃO 1993 (A)	ARRECADAÇÃO 1992 (B)	VARIAÇÃO % (A/B)	PARTICIPAÇÃO 1993 %	PARTICIPAÇÃO 1992 %
Imposto sobre Importação	3.453	3.034	13.81	3.85	4.38
I.P.I - TOTAL	19.472	16.036	21.43	21.74	23.13
I.P.I - Fumo	3.575	2.962	20.70	3.99	4.27
I.P.I - Bebidas	1.804	1.742	3.55	2.01	2.51
I.P.I - Automóveis	1.376	1.376	(0.25)	1.54	1.99
I.P.I - Outros	10.826	8.744	23.82	12.09	12.61
I.P.I - Vinculados	1.892	1.209	56.46	2.11	1.74
Imposto s/ Renda-total	32.950	25.950	25.66	36.40	37.44
I.Renda-Pessoa Física	1.711	1.375	24.41	1.91	1.98
I.Renda-Pessoa Jurídica	10.618	9.250	14.78	11.85	13.34
Entidades-Financeiras	1.838	978	87.93	2.05	1.43
Demais Empresas	8.780	8.272	6.13	9.80	11.93
I.Renda-Retido na Fonte	20.280	15.325	32.34	22.64	22.13
I.R.R.F-Rend.do Trab.	10.909	7.438	46.66	12.18	10.73
I.R.R.F-Rend.de Cap.	6.703	5.983	12.04	7.48	8.63
I.R.R.F-Rem.p/o Exte.	1.466	847	73.21	1.64	1.23
I.R.R.F-Outros Rend.	1.202	1.058	13.68	1.34	1.53
Imposto s/Operações Finan	6.028	4.438	34.46	6.73	6.47
IPMF	504	0	-	0.56	0.00
Contrib.p/Seg.Soc.Cofins	10.308	6.788	51.85	11.51	9.79
Contr.para o PIS/PASEP	9.187	7.756	18.45	10.26	11.19
Contr.Soc.s/Lucro Líq.	7.002	4.315	62.30	7.82	6.23
Contr.para o Fundaf	423	795	(46.72)	0.47	1.15
Outras Receit.Administr.	591	164	259.93	0.66	0.24
RECEITA ADMINISTRADA	89.577	69.320	29.22	100.00	100.00

14.2 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

14.2.1 - Área Comercial

Na área da Receita Federal, as atenções do SERPRO voltaram-se, principalmente para a automação bancária, que reduziu em 97% o volume de transcrição dos Documentos de Arrecadação Federal - DARF, agilizando e desburocratizando o processo, através da recepção dos DARF's em meios magnéticos e para a área de fiscalização com o desenvolvimento do SIGA - Sistema de Informações Geradoras de Ação Fiscal.

Também foram aprimorados os Sistemas de Cobrança, como o SIPADE - Sistema de Parcelamento de Débitos e o SINCOR - Sistema

Integrado de Contas-Correntes. Foi dado andamento também à Consultoria e implementação da organização dos serviços de informática, capacitação e desenvolvimento de aplicativos para nova plataforma tecnológica, operação e administração das redes locais e suporte técnico operacional. Ressaltamos ainda o apoio à Secretaria da Receita Federal na concretização da Ações PIAT - Programa de Incremento da Arrecadação Tributária.

Uma significativa parcela do trabalho realizado durante o período foi dedicada à definição do SISCOMEX - Sistema Integrado de Comércio Exterior. O desenvolvimento e a implantação do SISCOMEX, pelo SERPRO, veio tornar realidade uma antiga aspiração da Receita Federal, da Secretaria de Comércio Exterior e do Banco Central, no sentido de integrar sua ações na área do comércio internacional.

O Sistema atualmente conta com mais de 11.500 usuários e com um processamento médio diário de 8000 processos.

No atendimento a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, destacaram-se as atividades de manutenção do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), principal instrumento de administração orçamentária e financeira da União, tendo como usuários todos os órgãos dos poderes legislativos e judiciário, toda a administração Direta do Poder Executivo e a maioria das Autarquias, da Fundações e das Empresas Públicas integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social. Foi concluído Projeto definindo uma nova arquitetura de serviços para o SIAFI, baseada na concepção distribuída de dados e processos, que propiciará o crescimento modular do Sistema e a redução de custos para a sua evolução.

Para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, foi concluída a modernização do parque computacional nas 60 projeções estaduais e seccionais.

Para a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, foi iniciado o Projeto de Modernização que compreende todo trabalho de reestruturação da SPU.

O Sistema Integrado de Gestão Governamental para o Mercado Agrícola, foi implantado na Secretaria de Política Econômica - SPE.

O objetivo do SIGMA, é disponibilizar em um único Banco de Dados, informações estratégicas da área agrícola, para subsidiar os órgãos envolvidos na gestão da política agrícola.

No que se refere ao atendimento à Secretaria da Administração Federal SAF, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE constituiu-se na principal ferramenta para gestão do pessoal civil da União, envolvendo aproximadamente um milhão de servidores e 145 órgãos. Foi consolidado no período, a implantação da Folha de Pagamento para todos os órgãos envolvidos, inclusive a integração do INSS e do INAMPS ao Sistema, o desenvolvimento e implantação do Módulo de Pensionistas, que já permite aos órgãos o controle e o pagamento de todos os benefícios da pensão estatutária da União, dando continuidade ao processo de cadastramento de pensionistas para pagamento. Em junho/93, 66000

pensões forma pagas para um universo total estimado de 300.000. Foi desenvolvida também a Matrícula única dos Servidores, cuja implantação é prevista para agosto/93.

O Módulo relativo à Controle de Funções Comissionadas foi desenvolvido entregue a 1a. etapa (Controle Centrais), estando o seu restante sendo desenvolvido e a implantação prevista até novembro/93.

Foram também desenvolvidos e implantados Sistema de Consulta e Informações Gerenciais que propiciam um avanço na eficácia de gestão dessa área de Administração Pública.

No segmento de Informações Sociais, houve um substancial aprimoramento no relacionamento com as Empresas usuárias dos Sistemas RAIS e PIS, sendo que com relação a este último, disponibilizou-se para os seus usuários novas facilidades ON-LINE, como o cadastramento e a consulta aos participantes pelo nome.

Nos serviços referentes ao FGTS, foi conseguida supressão de todas as pendências de manutenção, bem como a atualização das bases do Sistema. Além disso, foi disponibilizada para CEF - Caixa Econômica Federal um novo sistema de Emissão de Controle dos Certificados de regularidade das empresas com o FGTS.

O atendimento ao Departamento Nacional de Trânsito está caracterizado para 02(dois) Projetos de abrangência nacional: RENAVAM - Registro Nacional de Veículos Auto Motores implantado em 11(onze) unidades da Federação, representando cerca de 77% da frota nacional; RENACH - Registro Nacional de Carteira de Habitação, encontra-se com o Projeto Lógico pronto e aprovado pelo DENATRAN e com o desenvolvimento físico dos módulos básicos em andamento.

O atendimento ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, deu-se através do Sistema de Multas.

O atendimento ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, procedeu-se com a manutenção do Cadastro de Marcas, do Sistema de Arrecadação e do Sistema de Controle de Contratos para a Diretoria de Transferência de Tecnologia.

14.2.2 - Área de Desenvolvimento

Está sendo concluído trabalho conjunto com a área de Operações para a definição de modelo e procedimentos para gerências de redes locais, a exemplo do que já existe para a Rede SERPRO. O objetivo, a médio prazo, é permitir a gerência integrada dos ambientes, racionalizado assim o uso de recursos técnicos e humanos.

Na área de grande porte deve ser destacada a instalação da nova máquina na FIRIO, EX-100/HITACHI, para a produção do SISCOMEX.

Este Sistema permitiu incremento significativo no uso de redes comutadas para acesso de usuários remotos, com benefícios

que acabaram estendidos a outros sistemas aplicativos, possibilitando maior capilaridade da Rede sem aumento significativo dos custos de comunicação de dados.

Ainda neste segmento, foi realizado trabalho conjunto com a área de Operações, com a contratação de circuitos de alta velocidade (64kbps) para o núcleo central da Rede e revisão dos circuitos já instalados entre as FILIAIS.

Ainda no ambiente de grande porte foi retomado o trabalho de implantação de procedimentos únicos de avaliação de desempenho e planejamento de capacidade, buscando uma melhor gestão e aproveitamento dos recursos disponíveis.

Este trabalho de gestão de recursos será estendido a microcomputadores e redes locais para hardware e software, visando um acompanhamento e evolução dos serviços já previstos.

As ações executadas pela área de desenvolvimento, objetivaram o incremento da produtividade e qualidade, sendo que, as principais realizações foram:

- levantamento geral e identificação do perfil das demandas existentes de desenvolvimento;
- promoção de Encontro, à nível Brasil, de todos os representantes do Desenvolvimento, para definição e elaboração do PDS - Plano de Desenvolvimento de Sistemas;
- elaboração da proposta para organização de Pólos de Desenvolvimento;
- elaboração de proposta para revisão dos Sistemas "SENHA';
- elaboração de proposta para organização de Centros de Engenharia;
- participação no estudo preliminar de Geoprocessamento;
- discriminação no uso do Extrator de Dados em ambiente ADABAS;
- desenvolvimento e implantação do software de apoio para acesso à base de dados ADABAS em grande parte através da linguagem SQL;
- elaboração, em conjunto com a Área de Tecnologia, do Projeto FRONTWARE;
- coordenação geral do Projeto de Capacitação em Desenvolvimento de Sistemas em plataforma de rede local com banco relacional INGRES para o SERPRO e SRF;
- realização do Projeto de Seleção de Ferramentas CASE para a SRF;

- avaliação na nova versão do ET-SADS, em relação às solicitações feitas anteriormente pelo SERPRO ao fornecedor e definição preliminar de integração com o CLIPER;

- participação do relacionamento entre INGRES CORP., para organização do relacionamento entre INGRES e SERPRO, e definição de acordo de níveis de serviço;

- desenvolvimento de utilitários para emissão/reemissão de "Spools" são os padrões vigentes; e

- início da transformação ao ambiente de hardware/software para disponibilização de acentuação na Língua Portuguesa.

Foram desenvolvidos produtos finais de diversos Sistemas, tanto Nacionais quanto Regionais. Merece destaque:

- Sistema Integrado de Comércio Exterior;

- Sistema de Informações de Gestão Governamental para o Mercado Agrícola;

- Sistema Nacional de Cadastros Rurais;

- Imposto Territorial Rural;

- Secretaria de Patrimônio da União;

- Multas PRF;

- SUNAB;

- Projeto Defesa da Fazenda Nacional;

- Sistema SERPRO de Auditoria;

- Centralização de Recolhimento de Tributos;

- Controle de Trânsito Aduaneiro;

- Sistema Integrado de Administração Pessoal;

- Projeto Especial Caixa Alta;

- Projeto Nova Iguaçu;

- Sistema Integrado de Pessoa Jurídica - Exercício 1992;

- Sistema Informação Geradora de Ação Fiscal;

- Sistema de Acompanhamento de Remessas;

- Sistema de Administração Patrimonial;

- Sistema de Controle da Devolução do Empréstimo Compulsório Sobre Aquisição de Veículos Automotores;

- Sistema de Informação da Arrecadação Federal;

- Cálculos de Correção Monetária e Depreciação;

- Cadastro das Pessoas Físicas;

- Sistema Contribuinte;

- Contas-Correntes;

- Sistema de Parcelas de Débito;

- Sistema de Controle de Processos Fiscais;

- Registro Anual de Informação Social;

- Sistema de Comunicação e Protocolo; e

- Dívida Ativa.

14.2.3 - Produção

a) Principais Realizações

- Foram processados documentos nos serviços de processamentos em lotes.

- Foram realizadas consultas ON-LINE, com tempo médio de resposta de 5,2 segundos.

- O parque de hardware e software passou por significativas adequações no sentido de atender às demandas dos dois principais tipos de serviços, que são os de banco de dados em grande porte e os de redes locais com microcomputadores.

15 - MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO

O Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, criado através da Lei nº 8.490, de 19/11/1992, tem como principais competências, conforme inciso X do artigo 16, as seguintes atividades:

- desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços;
- propriedade industrial, marcas e patentes e transferência de tecnologia;
- metrologia, normalização e qualidade industrial;
- comércio exterior;
- turismo;
- apoio a micro, pequena e média empresa; e
- registro de comércio;

15.1 - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO

15.1.1 - Desenvolvimento da Infra-Estrutura Tecnológica para a Qualidade e Produtividade

a) Diretriz

Ampliar a infra-estrutura de serviços tecnológicos para a qualidade e produtividade, composto de laboratórios e organismos de certificação.

b) Principais subprogramas, projetos e atividades

- Ampliação da infra-estrutura tecnológica, com o objetivo de aumentar, significativamente, o credenciamento de laboratórios e organismos de certificação;

- Ampliação das empresas brasileiras certificadas segundo a ISO 9000, no Sistema Brasileiro de Certificação, com o objetivo de aumentar, significativamente, o número de empresas certificadas segundo a ISO 9000;

- Repassar os padrões metrológicos primários ao parque industrial brasileiro com o objetivo de aumentar o número de rastreamentos e comparações interlaboratoriais no País e garantir a coerência das medições no Brasil; e

- Manutenção dos padrões metrológicos primários brasileiros com os padrões internacionais com a finalidade de garantir a confiabilidade internacional dos padrões metrológicos brasileiros.

c) Forma de Atuação

Aplicação direta.

d) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Realizar credenciamentos	credenciamentos	53	27
Certificar empresas com Iso 9000	empresas	100	114
Realizar rastreamentos de padrões metrológicos	rastreamento	20	26
Realizar comparações inter laboratoriais internacionais	comparações	09	12

e) Comentários

Encontram-se em processo de credenciamento mais 14 laboratórios. Tendo em vista o Novo Modelo de Credenciamento, fez-se necessário adequar uma nova sistemática operacional, o que dificultou o atingimento da meta credenciar 53 laboratórios, bem como a de realizar 10 comparações interlaboratoriais nacionais.

15.1.2 - Ampliação da Fiscalização Metrológica do País

a) Diretriz

Ampliar, descentralizadamente, a execução do controle metrológico, bem como expandir a abrangência da fiscalização dos instrumentos de medir.

b) Principais subprogramas, projetos e atividades

- Ampliação e consolidação da descentralização da execução do controle metrológico em direção aos Estados, com o objetivo de estimular a criação de novos Institutos de Pesos e Medidas - IPEM, bem como conveniar-se a governos estaduais interessados na execução do controle metrológico; e

- Ampliação da fiscalização metrológica para os instrumentos de medir das áreas de saúde e de defesa do consumidor com a finalidade de estender o controle metrológico a instrumentos ainda não verificados.

c) Forma de Atuação

Direta e indireta através de convênios com estados e municípios.

d) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Conveniar-se a governos de estados	convênios	05	03
Emissão de regulamentos técnicos nas áreas de saúde e defesa do consumidor	regulamentos técnicos emitidos	--	03

e) Comentários

Encontra-se em fase final de aprovação convênio com órgão metrológico do Espírito Santo. Os convênios firmados em 1993, foram com os órgãos metrológicos do Estado do Piauí, Amazonas e Rio Grande do Norte. Com base na sua nova regulamentação, já foi implementado o controle metrológico de termômetros clínicos, representando cerca de 200.000 novas verificações mensais.

15.1.3 - Reconhecimento Internacional do Sistema Brasileiro de Certificação da Qualidade.

a) Diretriz

Promover o reconhecimento internacional do Sistema Brasileiro de Certificação da Qualidade com prioridade para os parceiros comerciais mais relevantes.

15.1.3.1 - Articulação e Interação com Organismos Internacionais de Sistema de Certificação e Entidades Certificadoras.

a) Objetivos

Diminuir as barreiras técnicas junto aos principais centros de importação, e, conseqüentemente, facilitar a exportação de produtos brasileiros.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Realizar acordos internacionais reconhecimento mútuo	acordos	02	04

d) Comentários

Encontram-se em andamento mais 04 acordos internacionais de reconhecimento mútuo.

15.1.3.2 - Atuação Junto ao MERCOSUL

a) Diretriz

Atuar com prioridade para a implementação do MERCOSUL - Mercado Comum do Sul.

b) Principais subprogramas, projetos e atividades

- Harmonização de regulamentos técnicos e de normas técnicas nas áreas de: metrologia legal - Instrumentos e Pré-medidos; metrologia científica e industrial; alimentos; normalização; qualidade industrial; telecomunicações; produtos veterinários; brinquedos; produtos para a saúde; eletrônica de consumo e indústria automobilística.

- Implementação da Secretaria Executiva do Comitê MERCOSUL de Normalização no Brasil.

- Implementação de cooperação CE (Comunidade Econômica Européia) x MERCOSUL, em matérias de normas técnicas.

- Implementação do projeto de cooperação BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) X MERCOSUL para certificação, metrologia legal e metrologia científica e industrial.

Tais subprogramas visam coordenar o esforço brasileiro de harmonização da infra-estrutura de serviços tecnológicos para metrologia, normalização e qualidade no âmbito do MERCOSUL.

c) Forma de Atuação

Aplicação direta.

d) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Harmonização de regulamentos técnicos	regulamentos técnicos	200	40
Harmonização de normas técnicas	normas técnicas	206	106

e) Comentários

A harmonização de regulamentos e normas técnicas contribuiram para a expansão do intercâmbio comercial no MERCOSUL, além de fortalecer o sistema de metrologia, normalização e qualidade industrial.

15.2 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

15.2.1 - Ciência e Tecnologia

a) Diretriz

Executar no âmbito nacional as normas que regulam os direitos de Propriedade Industrial, bem como a execução das políticas de marcas e patentes no país.

15.2.1.1 - Informação Científica e Tecnológica

a) Objetivos

Coordenação, orientação das políticas Governamentais.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Assessoramento exterior atividades-fim	reuniões	14	--
Elaboração estudos/trabalhos	estudos	10	--

15.2.1.2 - Sistema de Informações Tecnológicas

a) Objetivos

Manter a indústria nacional e centros de pesquisas informados sobre o desenvolvimento tecnológico e suas tendências.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Ampliação do acervo	documentos	1.650.000	1.250.000
Divulgação do acervo	publicações	8	4
Prospecção tecnológica	estudos	5	3
Fornecimento automático de informação tecnológica	empresas	180	120
Acesso a bases de dados internacionais	bases	600	150

15.2.2 - Marcas e Patentes

a) Objetivos

Divulgar junto as empresas, centros de estudos, institutos de pesquisas, órgãos governamentais e ao público em geral as vantagens do sistema de Propriedade Industrial e seu papel no desenvolvimento econômico do país.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Divulgação da propriedade industrial	cartazes	16.800	9.000
Divulgação da propriedade industrial	revistas	2.200	3.000
Divulgação Interna	periódicos	7	10

15.2.3 - Cooperação Técnica Internacional

a) Objetivos

Coordenar, executar programas de cooperação técnica entre Brasil e outros países, e organismos internacionais.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Treinar técnicos estrangeiros	técnico	20	9
Participar de reuniões técnicas	reuniões	50	11

d) Comentários

Por fim, cabem alguns comentários sobre dois projetos que, mesmo não expressos em metas orçamentárias específicas, vêm sendo desenvolvidos pelo Instituto em caráter prioritário, dado o seu grande impacto sobre a proteção à propriedade industrial no Brasil.

15.2.3.1 - Internalização do CADMAR

a) Objetivo

Trazer para o INPI uma cópia da base de dados do Cadastro de Marcas - CADMAR e mantê-la atualizada, com o objetivo de facilitar e agilizar as consultas.

Esta medida permitirá:

- eliminar as dificuldades de acesso ao Sistema Aruanda do SERPRO;
- reduzir a burocracia das buscas;
- diminuir custo de acesso;
- utilizar os dados em outros sistemas; e
- desenvolver trabalhos de auditoria e modernização.

b) Diretrizes de Implementação

- O Cadastro no INPI será formado e atualizado pela extração de dados do CADMAR, que permanecerá gerenciado por empresa contratada, até que o INPI conclua as medidas para sua migração em definitivo.

- Os Serviços de digitação das informações necessárias à atualização do cadastro continuarão sendo executados por empresa contratada, que enviará, por meio de fita magnética, os dados atualizados ao INPI.

- Na internalização do Cadastro será atualizado o banco de dados "INFORMIX" já existente no Instituto e uma rede de "Workstations" no padrão "RISC".

c) Realizado

A partir dos projetos de adoção das Classificações Internacionais de Marcas, tanto para produtos e serviços como para figuras, observou-se a necessidade de o INPI contar internamente, com uma base de dados sobre os pedidos e registros de marcas. Especificamente, verificou-se a proposta de criação de um cadastro de marcas figurativas tomando referência um cadastro de marcas, cuja gerência encontrava-se fora de alcance do INPI, não seria a solução técnica e administrativa mais adequada.

O projeto de internalização iniciou-se no mês de setembro, com a etapa de levantamento das informações. Foram em seguida elaborados o Projeto Lógico e o Projeto Físico para a construção do Sistema. Paralelamente, foram desenvolvidas as atividades administrativas, para propiciar a infra-estrutura necessária em termos de definição de equipamentos, mobiliário e espaço físico.

Toda a preparação do sistema foi concluída a tempo, encontrando-se a inicialização das operações pendentes de algumas soluções administrativas, podendo-se prover a conclusão da primeira fase do projeto já para o mês de fevereiro de 1994.

15.2.3.2 - Parâmetros de Análise Técnica

a) Objetivo

Harmonizar os critérios de decisão sobre pedidos de patentes, marcas e transferência de tecnologia.

b) Realizado

O projeto iniciou-se em junho de 1993, com o objetivo de consolidar e explicitar para o público usuário os critérios de análise adotados para os pedidos de patentes, marcas e transferências de tecnologia.

Foram criados, inicialmente, grupos de trabalhos nas diretorias técnicas do Instituto, com a incumbência de levantar os critérios de analise e sanear as eventuais divergências encontradas. Concluída essa etapa, no mês de outubro, encontra-se o projeto, agora em sua segunda fase, com a padronização das informações recebidas das diretorias a cargo de um grupo da Coordenação.

15.3 - EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - EMBRATUR

15.3.1 - Administração e Turismo

a) Diretrizes

Disseminação das informações turísticas nacionais.

b) Objetivo

Disponibilizar um amplo número de informações turísticas, de forma rápida e precisa, no território nacional.

c) Forma de Atuação

Convênio com os órgãos estaduais de turismo.

d) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Desenvolvimento do sistema SINTUR	projeto/ programas	04	03
Treinamento de pessoal	curso/ pessoa	02	02

15.3.2 - Promoção do Turismo Interno

a) Diretrizes

Promover o turismo interno e o turismo brasileiro no exterior.

b) Objetivos

Difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades da Federação e beneficiar especialmente as regiões menos desenvolvidas.

c) Forma de Atuação

Mediante cooperação com empresas privadas e contratos para viabilizar a participação.

d) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Promoção do turismo interno	eventos	25	13

15.3.3 - Promoção Turística do Brasil no Exterior

a) Diretrizes

Promover o turismo interno e o turismo brasileiro no exterior.

b) Objetivo

Promover o aumento dos fluxos turísticos,da taxa de permanência e do gasto medio de turismo no país, mediante maior divulgação do produto turístico brasileiro em mercados com potencial emissivo em nível internacional.

c) Forma de Atuação

Mediante cooperação com empresas privadas e contratos para viabilizar o nível de participação.

d) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Programa de promoção turística do Brasil no Exterior-fases II/III	feiras	22	15

15.3.4 - Promoção do Turismo dos Municípios do Brasil

a) Objetivo

Promover o reaparelhamento da infra-estrutura turística nacional.

b) Forma de Atuação

Mediante ação conjunta das iniciativas públicas e privada, em âmbito nacional e internacional.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
Elaboração de roteiro de informação para identificação de municípios prioritários p/ desenv. do Turismo - RINTUR	roteiro	01	01
Edição instrumento normativo instituindo o RINTUR	normas	01	01
Encaminhamento do RINTUR aos órgãos estaduais de turismo	ofícios	27	27

15.4 - SECRETARIA DE POLÍTICA COMERCIAL

15.4.1 - Modernização Administrativa das Juntas Comerciais

a) Objetivo

Capacitação de recursos humanos, racionalização e informatização dos serviços de registro do comércio.

b) Forma de Atuação

Convênios com órgãos estaduais e direta.

c) Principais Realizações

- Serviços de terceiros.

- Transferências aos Estados e Municípios.

15.4.2 - Apoio às Juntas Comerciais

a) Objetivo

Melhoria da execução dos serviços de registro Comércio.

b) Forma de Atuação

Convênios com órgãos Estaduais e direta.

c) Principais Realizações

- Apoio para obras, instalações e equipamentos.
- Apoio para aquisição de material de consumo.

15.4.3 - Cadastro Nacional de Empresas

a) Objetivo

Cadastramento e a atualização de informações sobre: constituições, alterações e extinção de empresas, em processamento de dados, visando à formação do Cadastro Nacional de Empresas.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Serviços de terceiros.

d) Comentários

- Foram concedidos recursos para modernização administrativa das Juntas Comerciais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais, através de convênios.
- Foram utilizados recursos para manutenção e suporte dos programas de informática aplicados nas Juntas Comerciais dos Estados.
- Foram transferidos recursos através de convênios às Juntas Comerciais dos Estados do Rio Grande do Norte e Mato Grosso, (obras e melhorias de instalações), Pará e Paraíba, (aquisição de material de consumo).
- Foram utilizados recursos para contratos de manutenção, suporte dos programas de informática, tais como:

SIARCO

Sistema de Autorização de Registro do . Comércio implantado nas Juntas Comerciais dos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, DRNC e a Junta Comercial do Distrito Federal.

SISTEMA LEGIS E DATA

Implantação nas Juntas Comerciais dos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Amazonas, DNRC e Juntas Comerciais do Distrito Federal.

MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Assistência técnica aos equipamentos Edisa adquiridos pelo DNRC.

15.4.4 - Racionalização da Cafeicultura e Aquisição de Insumos Agrícolas

a) Objetivos

Tais programas de trabalho destinam-se ao financiamento, modernização, incentivo a produtividade da cafeicultura, da indústria do café e da exportação, ao desenvolvimento de pesquisas, da defesa dos pregos de mercado interno e externo.

b) Comentários

No exercício de 1993 foram concedidos empréstimos aos cafeicultores, realizadas retenções, através de compra de Café, e despesas rotineiras nas Sedes Administrativas dos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo.

15.5 - SECRETARIA EXECUTIVA. CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - CZPE

15.5.1 - Implantação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) no País

a) Forma de Atuação

Atualmente 14 (quatorze) estados detém autorização para implantá-las. A legislação em vigor só permite a instalação de empresas industriais nas ZPE, após o completo cercamento e alfandegamento da área destinada a abrigar a ZPE. Portanto, no atual estágio a tarefa fundamental é prestar apoio técnico aos estados detentores de autorização, de forma a viabilizar o Programa.

15.5.1.1 - Revisão da Legislação

A Secretaria Executiva trabalhou em conjunto com outros órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, além dos ministérios integrantes do CZPE, a fim de regulamentar a legislação de regência da matéria.

a) Objetivo

Tornar as ZPE brasileiras competitivas "vis-à-vis" as existentes no resto do mundo.

b) Formas de Atuação

A atuação é feita diretamente, através de reuniões com os órgãos diretamente envolvidos com o processo de implantação das ZPE no Brasil.

c) Principais Realizações

- Decreto de regulamentação do Decreto-Lei nº 2.452/88 modificado pela Lei nº 8.396/92.

- Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (S.R.F.).

- Adequação de todas as Resoluções do CZPE à nova legislação.

- Elaboração de normativo, tornando mais rígida a concessão de novas ZPE.

- Elaboração de normativo, que permite o ingresso e permanência de investidor estrangeiro em ZPE.

- Elaboração do Decreto fixando penalidades para empresas instaladas em ZPE que descumprirem as normas legais.

15.5.1.2 - Apoio aos Estados Responsáveis pela Implantação de ZPE

a) Objetivo

Tornar realidade o Programa ZPE no país.

b) Formas de Atuação

Contato permanente com os Secretários de Estado, prestando todos esclarecimentos necessários e auxiliando no que for preciso; inclusive na elaboração dos projetos a serem apresentados à S.R.F..

c) Principais Realizações

Palestras, seminários e reuniões nos diversos estados envolvidos.

15.5.1.3 - Estudo de Propostas de ZPE em Outros Estados

a) Objetivo

Analisar e emitir parecer conclusivo sobre as propostas submetidas ao Conselho.

b) Formas de Atuação

Através da análise de projetos apresentados e de visitas "in loco" para verificar as condições das áreas para as quais é solicitada a implantação de ZPE.

c) Principais Realizações

Análise, elaboração de parecer e encaminhamento ao CZPE dos pleitos dos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo.

d) Comentários

O único Programa e objetivo desta Secretaria é a efetiva implantação das Zonas de Processamento de Exportação no País. Esperamos concluir em breve a revisão da legislação atinente

às penalidades, bem como a redação de normas legais complementares que se fizerem necessárias para que o arcabouço jurídico das ZPE fique completo. Dessa forma, diversas ZPE iniciaram suas obras e, provavelmente, algumas delas poderão iniciar suas atividades antes do final de 1994.A partir daí, então, outras funções de competência desta Secretaria passarão a ser desenvolvidas.

15.6 - SECRETARIA DE POLÍTICA INDUSTRIAL - SPI

15.6.1 - Política Industrial

a) Diretrizes

Coordenar, orientar e executar as políticas governamentais que visem atingir os objetivos de Governo, em suas diferentes áreas de atuação.

b) Objetivo

Coordenação e orientação das políticas industriais.

c) Forma de Atuação

A atuação é direta, através da implementação e acompanhamento da política industrial do país, estabelecendo mecanismos de articulação com órgãos de governo e entidades representativas da sociedade civil, de modo a compatibilizar as ações destas com os objetivos da política industrial e de comércio exterior.

d) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	REALIZADO
BEFIEX	Análise de processos	30.500	30.500
Câmaras setoriais	Acordos setoriais	10	10
PBQP	Seminários	13	08
Ampliação do distrito industrial	Unidade	03	01

e) Comentários

Câmaras Setoriais

Foram coordenadas e acompanhadas 21 Câmaras setoriais e os grupos de trabalho delas derivados, sendo que cinco Acordos Setoriais foram pactuados e estão em implementação, quais sejam : Automotivo, indústria Naval, Brinquedos e Cosméticos, Tratores e Máquinas agrícolas.

Outros Acordos Setoriais estão em negociação, destacando-se os do Complexo Eletrônico, Bens de Capital (Têxtil e Confecções), Gemas, Jóias e Bijouterias e Construção Civil.

Coordenação do Subgrupo 07 do Mercosul

Foram realizadas diversas Reuniões do Subgrupo 07 com os demais Países do Mercado Comum, seguindo o cronograma de Las Lenas, onde estão sendo tratados e acordados os seguintes temas prioritários: Propriedade Intelectual; Harmonização de Regras de Promoção Industrial; Qualidade e Produtividade; Política para as Micro, Pequenas e Médias Empresas; Meio Ambiente; Tecnologia; Zonas Francas; Zonas de Livre Comércio; Zonas de Processamento de exportação; áreas Aduaneiras Especiais; Diagnóstico da Competitividade Industrial.

Programas Especiais de Exportação - BEFIEX

Continuam sendo administrados os Programas Especiais de exportação - BEFIEX firmados até 1989 ao amparo dos Decretos-Leis nº 1.219, de 15/05/72 e 2.433, de 19/05/88, com duração prevista até o ano 2001, cujos compromissos de exportação totalizam US$ 129,5 bilhões, com geração de saldo de divisas de US$ 83,30 bilhões.

Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade - PBQP

Foram preparados e realizados diversos seminários e reuniões da Coordenação Executiva e do Comitê Nacional do PBQP, e acompanhamentos dos trabalhos dos subprogramas.Destacam-se dentre eles:

- Comitê Nacional de Qualidade e Produtividade - 02/09 e 11/11/93;
- Seminário - Trabalhadores e o PBQP - 30/08 a 01/09/93;
- PBQP e a Educação - 15 a 17/09/93;
- entrega do Prêmio Nacional da Qualidade - 11/11/93; e
- Seminário de Qualidade e Produtividades na Administração Pública - 30/11 a 01/12/93.

Conselho Das Secretarias Estaduais da industria, do Comércio e do Turismo - CONSICT

Foi prestado apoio técnico e administrativo ao CONSICT como Secretaria Executiva, além da participação de grupos de trabalho criados no âmbito do Conselho.

Incentivo à Siderurgia - Lei 7554/86

Foram administrados 39 projetos de elevação da capacidade de produção de aço e modernização em usinas siderúrgicas. São projetos com incentivos de 95% do IPI, gerados com a venda de produtos siderúrgicos.

Acompanhamento de Desempenho Setorial na área Química

Realizou-se acompanhamento do desempenho das empresas da área Química em cerca de 700 empresas consolidando os dados de produção e venda anualmente.

16 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

O Ministério da Integração Regional - MIR foi criado através da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1.992, tendo como área de competência um amplo leque de atribuições, a saber:

. programas e projetos de integração regional;

. desenvolvimento urbano;

. relação com Estados e Municípios;

. irrigação;

. defesa civil; e

. macrossaneamento.

Internamente, para o cumprimento de suas atribuições fim, conta o MIR com os seguintes órgãos específicos:

. Secretaria de Relações com Estados, Distrito Federal e Municípios;

. Secretaria de Desenvolvimento Regional;

. Secretaria de Desenvolvimento Urbano;

. Secretaria de Defesa Civil;

. Secretaria de Irrigação; e

. Secretaria de Áreas Metropolitanas.

Estão diretamente vinculados à estrutura deste Ministério:

- a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

- a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;

- a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA;

- a Companhia de Desenvolvimento de Barbacena - CODEBAR;

- a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF; e

- o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

16.1 - IRRIGAÇÃO

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
PROG. NACIONAL DE IRRIGAÇÃO-PRONI			
- Implantação de suporte elétrico			
. Rede de transmissão	km	1.400	14
. Rede de distribuição rural	km	7.400	559
. Suporte elétrico	UF	15	8
- Obras hidráulicas			
. Obras hidráulicas	UF	15	8
. Dragagem	m3	3.800.000	330.862
- Apoio técnico operacional			
.Captação e adução coletiva apoio técnico operacional	m3	5.600.000	318.000
.Cadastro Nacional de Irrigantes	unidade	190.000	5.000
.Plano Diretor do Vale do Jequitinhonha e Pardo	unidade	1	1
- Irrigação e colonização entre Ribeiros	ha	9.411	1.790
- Sistema Buriti/Longa - PI	ha	600	600
- Operação/Manutenção de infra-estruturas e de bens públicos nos projetos	unidade	4	4
APOIO A PROJETOS COMPLEMENTARES DE IRRIGAÇÃO			
- Fiscalização	ha	4.600	600
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA			
- Aproveitamento hidroagrícola de Moxotó - AL	ha	12.000	800
- Projeto Solongô - MA	ha	10.000	2.000
- Complexo Hidroagrícola de Pirarucura:barragem/irrigação	m3	250.000.000	200.000.000
- Projeto Jaguaribe - Apodi	um	2	2
Conclusão de quadras - CE	ha	5.054	1.750
- Parnaíba - 1ª etapa - PI	ha	10.000	785
- Projeto Platô de Guadalupe - 1ª etapa - PI	ha	6.400	655
PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAIXO AÇU			
- Projeto de irrigação Baixo Açu	ha	3.000	1.100

Ressalte-se os principais projetos desenvolvidos pelo Programa de Irrigação do NE - PROINE:

- estudo de viabilidade sócio-técnico-econômico para aproveitamento hidroagrícola do semi-árido AL/SE;
- sistemas de ampliação do Projeto Jacarecica II - irrigação e Barragem - SE;
- irrigação em Poço Redondo; e
- instalação Suporte Elétrico PROINE a municípios e de obras Hidráulicas - PE - PROINE;

16.2 - PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA - PLANAFORO

Com este plano a Secretaria do Desenvolvimento Regional - SDR tem como objetivo a viabilização da ocupação econômica e auto-sustentada do Estado de Rondônia. Tem como beneficiários diretos 52.000 famílias de produtores rurais, 2.400 famílias de seringueiros, 900 famílias de pescadores artesanais e 5.000 índios.

a) Formas de Atuação

Contrato de Empréstimo nº 3444 - BR de 19/set/92 entre o Governo brasileiro e o BIRD. Convênio 400/92 de 07/dez/92 entre o MIR e o Estado de Rondônia.

b) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Ampliação escola agrotécnica	escola	01	01
Implantação Unid. Observação	Unidade	30	70
Assistência técnica para produtores rurais	produtor	43.000	13.500
Realização experimentos	unidade	diversos	35
Estudos socioeconômicos fundiários p/res. extrativistas	reservas	diversos	12
Construção/recup. de escolas	escolas	21	09
Sistema de abastecimento de água centros serviços rurais	sistema	07	03
Recuperação de rodovias	Km	1.330	1.100
Reconstrução pontes/pontilhões	m	840	384
Elaboração e publicação dos Termos Referência p/realização da 2ª Aproximação Zoneamento	unidade	01	01

16.3 - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO AGROAMBIENTAL DE MATO GROSSO - PRODEAGRO

O PRODEAGRO, cujo órgão responsável é a Secretaria do Desenvolvimento Regional - SDR, objetiva o equilíbrio entre a ocupação produtiva da terra e a preservação ambiental do Estado de Mato Grosso. Tem como beneficiários diretos 32.100 famílias de pequenos produtores rurais e 16.000 índios.

a) Formas de Atuação

Contrato de Empréstimo nº 3492 - BR de 16/set/92 entre o Governo brasileiro e o BIRD. Convênio 399/92 de 07/dez/92 entre o MIR e o Estado de Mato Grosso.

b) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Assistência técnica produtores	produtor	17.520	8.840
Cadastramento de terras	ha	8.273.259	2.552.000
Demarcação unidades conservação	Km		101
Demarcação de áreas indígenas	Km	1.482	287
Digitalização áreas indígenas	Km	301	101
Ampliação, reforma e aquisição de equipamentos p/ escritórios locais da EMPAER	unidade	30	10
Apoio creditício aos pequenos produtores, através do FUNDAGRO	unidade	2.576	1.022
Construção/reforma/ampliação de escolas	unidade	81	15
Construção/ampliação/reforma de unidades de saúde	unidade	19	10
Perfuração de poços artesianos	poço	30	15
Restauração/manutenção de rodovias estaduais/municipais na área rural	Km	4.022	3.965
Realização de experimentos	experim.	204	204
Implantação unidades observação	unidade	120	26
Lançamento do Edital de Pré-qualificação da Concorrência Internacional para a elaboração 2ª Aproximação do Zoneamento Sócio-econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso	unidade	01	01

16.4 - CORREDOR NORTE DE EXPORTAÇÃO

O programa Corredor Norte de Exportação, cujo órgão responsável é a Secretaria do Desenvolvimento Regional - SDR, é constituído por um conjunto integrado de projetos e ações que visam o desenvolvimento do cerrado setentrional brasileiro, abrangendo o sul do Maranhão, o sudoeste do Piauí e o norte de Tocantins, onde é prevista a ocupação produtiva de uma área de cerca de 3 milhões de hectares, com potencial para produzir até cinco milhões de toneladas de grãos por ano.

O esforço de investimento nessa área está orientado para a implantação, a complementação, a recuperação de

infra-estrutura econômica de apoio à produção e à circulação de bens (transporte, energia, equipamentos urbanos, atualização tecnológica na agricultura) gerados em função desse novo avanço da fronteira agrícola.

a) Principais Projetos

ÁREA SETORIAL DE INVESTIMENTO	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Transportes			
. Construção de Estradas Vicinais	Km	45	Em Execução
. Construção de Balsa	Ton	45	Em Execução
. Recuperação e Melhoria de Rodovia Federal (BR-324)	Km	115	Em Execução
. Construção de Pontes		15	Em Execução
. Implantação Rodovia Estadual			Em Execução
Energia			
. Construção de Linhas de Transmissão - 138Kv	Km	60	Em Execução
Desenvolvimento Urbano- Construção/Melhoria Equip. Urbanos			Em Execução
- Agricultura - Apoio à Produção			Em Execuçao

16.5 - CORREDOR CARAJÁS

O Programa Corredor Carajás, sob responsabilidade da SDR e que beneficia partes dos Estados do Pará e do Maranhão, objetiva, através da exploração de oportunidades de desenvolvimento abertas pelo eixo de transportes da Ferrovia Carajás, articulador dos sistemas econômicos desses Estados com o mercado externo, a ocupação com sentido econômico de uma área de 12,5 milhões de hectares, apoiada na produção minero-metalúrgica, madeireira, de celulose e de alimentos.

a) Principais Projetos em execução

- Apoio ao Desenvolvimento da Área do Corredor da Ferrovia Carajás.

- Energia:
  . eletrificação Urbana;
  . ampliação/Reforço de Sistema elétrico;
  . implantação de Energia; e
  . eletrificação Rural.

- Transportes:
  . construção,Recuperação e Melhoria de Estradas Vicinais _ 15 km; e
  . construção de Pontes.

- Infra-Estrutura Básica.

16.6 - EXECUÇÃO DO PROTOCOLO DE AÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Embora a Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR tenha conferido prioridade ao desenvolvimento integrado, o cenário de carência de recursos, aliado ao volume da demanda, implicou na necessidade da busca de mecanismos que assegurassem uma gestão da escassez, apta a multiplicar os resultados dos recursos públicos através da racionalidade de sua utilização.

Foi nesse contexto que se deu a operacionalização do Protocolo de Ação Interinstitucional entre o Governo Federal, representado pelos Ministérios da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, da Educação e Cultura, da Indústria, do Comércio e do Turismo, da Ciência e Tecnologia, do Bem-Estar Social, do Trabalho e o Estado Maior das Forças Armadas, sob a Coordenação do Ministério da Integração Regional, e o setor privado, representado pela CNI - Confederação Nacional da Indústria, CRUB - Conselho dos Reitores de Universidades Brasileiras, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas, Instituto Herbert Levy e a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. A Secretaria-Executiva da Comissão Interinstitucional ficou a cargo do Instituto Euvaldo Lodi, Órgão da CNI.

Em apenas cinco meses de atividades, de agosto a dezembro,Nesse curto período, a coordenação da Comissão, a cargo da SDR, conseguiu mobilizar a parceria entre os dez Ministérios e 92 Universidades, envolvendo outras instituições públicas e privadas, com o objetivo de obter resultados a curto prazo. Com esse intuito, foram criados GT's - Grupos de Trabalho: Saúde, Criança e Educação, este último especificamente nos Pólos Agroindustriais do Nordeste, no âmbito da ação da SDR, onde já se deu início a um programa de Educação para a Qualidade.

Dessa forma, o trabalho da SDR, em sua função intersetorial de articulação e fomento do desenvolvimento, incorpora o setor privado à discussão e equacionamento dos problemas nacionais, numa perspectiva de transferir à sociedade não só a participação na resolução dos problemas, mas, até mesmo, a liderança na condução do processo. Essa é uma ação pioneira, engajada no contexto maior de privatização do gerenciamento do desenvolvimento.

O programa educacional nos Pólos Agroindustriais do Nordeste envolve duas ações específicas, coordenadas pela SDR/MIR. Os projetos "O Empresário e a Cidadania" e "Educação para a Cidadania", ambos voltados para a preparação do empresariado e da mão-de-obra dos Pólos, com vistas a nova realidade da economia de mercado, inserida num contexto internacional, onde qualidade e competitividade são fatores indispensáveis para o sucesso do desenvolvimento dos projetos. Tais fatores deverão ser considerados como formadores de um nível educacional adequado à plena consecução dos objetivos colimados.

16.7 - PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DOS PÓLOS AGROINDUSTRIAIS DO NORDESTE - PAN

O PAN, cujo órgão responsável é a Secretaria do Desenvolvimento Regional-SDR, atua em 83% da área irrigada do Nordeste, através de 14 Pólos Agroindustriais, sendo 10 em fase de estruturação e 4 em consolidação. Os quatro últimos contam com infra-estrutura básica e apresentam produção expressiva. O principal objetivo do Programa é contribuir para solucionar definitivamente a questão do desenvolvimento do semi-árido do Nordeste, promovendo a integração desses 14 Pólos aos mercados doméstico e internacional.

Experiência pioneira na privatização do desenvolvimento regional segundo as regras da economia de mercado, o PAN marca o início do processo de transição da gestão governamental centralizada para a gestão privada, abandonando-se gradualmente a política assistencialista tradicionalmente adotada para o Nordeste e passando o Governo a assumir o novo papel de promotor do desenvolvimento.

Por não existirem recursos - governamentais e privados - nacionais disponíveis para atender à demanda de investimentos nos Pólos Agroindustriais, a opção encontrada pelo PAN foi a de buscar recursos no exterior, não mediante empréstimos, mas por meio da formação de joit-ventures e acordos de cooperação comercial, tecnológica e, inclusive, financeira.

Foram formuladas as bases para o desenvolvimento dos Pólos Agroindustriais do Nordeste, onde se destacam as seguintes ações realizadas no decorrer do ano de 1993:

- início do processo de Gestão da Qualidade no sentido de preparar e conscientizar a mão-de-obra dos Pólos em relação à importância da qualidade para a competitividade dos produtos e serviço, especialmente aqueles destinados aos mercados externos. O primeiro curso sobre Gestão da Qualidade Total na Agricultura já foi ministrado no Pólo Norte de Minas;

- conclusão do Projeto de Educação para a Cidadania, envolvendo dois segmentos: "O empresário e a Cidadania" e "Educação para a Cidadania", em cujo texto se acha inserido o preparo do empresariado e a qualificação da mão-de-obra dos Pólos Agroindustriais do Nordeste para a nova realidade de uma economia de mercado voltada para o comércio externo, o que exige um adequado preparo educacional;

- estruturação do Programa de Promoção e Marketing, para divulgar as oportunidades de investimentos no exterior com a realização de seminário em Washington-DC, em novembro, e o agendamento de outro, no Chile, para abril próximo, além de encontros nos Estados Unidos e Japão, visando à obtenção de recursos para investimentos nos

Pólos, tudo com o intuito de promover os produtos e formalizar acordos de cooperação econômica e técnica;

- formalização do Projeto de Certificado de Origem e Qualidade, visando assegurar a colocação dos produtos agrícolas e agroindustializados dos Pólos Agroindustriais do Nordeste nos exigentes mercados internacionais; e

- estabelecimento das bases de um Sistema de Informações para subsidiar o processo gerencial de uma gestão eficiente, orientada para os mercados consumidores e estribada em conceitos de qualidade que assegurem a competitividade dos Pólos Agroindustriais do Nordeste.

Destaca-se que as diversas reuniões realizadas permitiram a articulação dos governos estaduais, municipais e lideranças locais para o engajamento no processo de desenvolvimento dos Pólos Agroindustriais do Nordeste.

16.8 - PROJETO FAO-MIR nº 274

O Ministério da Integração Regional, por sua Secretaria de Desenvolvimento Regional, solicitou à Organização da Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO - o apoio para a realização de um Projeto que objetivasse a institucionalização de um Sistema de Planejamento para o Desenvolvimento Regional do Brasil, e que cobrisse também as necessidades de desenvolvimento de programas em áreas específicas, e ainda cooperasse na obtenção de recursos externos para esse fim.

Partindo dessa premissa, e após a assinatura de Convênio entre a FAO e o MIR, com a anuência do Ministério das Relações Exteriores, ocorrida em 16 de setembro, foram realizadas as seguintes atividades nesses 120 dias da vigência do Convênio:

- publicação no Diário Oficial do Extrato do Convênio (17 de setembro);

- primeira reunião com os Representantes da FAO no Brasil, para discussão do desenvolvimento da temática do Convênio e principais "guides lines";

- designação de consultores a prazo determinado (em torno de 4 meses) para apoio às atividades do Convênio no âmbito da SDR;

- início dos trabalhos de formulação da Proposta Básica, a ser apresentada à FAO em ROMA; e

- desenvolvimento dos trabalhos de formulação da Proposta Básica, através de pesquisa e levantamento de dados em várias partes do País.

Tomadas estas providências iniciais, um grupo de consultoria ficou trabalhando diretamente com a representação

da FAO no Brasil, para discussão de estratégias e decisões sobre a proposta, enquadrando-a na ESTRATÉGIA DO GOVERNO em termos de desenvolvimento regional, e quantificando custos e metas para compatibilizar dispêndios com os resultados esperados.

16.9 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - PROGER

Através deste programa, a Secretaria do Desenvolvimento Regional, a Coordenação-Geral de Integração e Desenvolvimento e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO visa: gerar emprego e renda, mediante implementação da metodologia de capacitação massiva, que significa alternativa já consolidada de combate à fome e à miséria, preparando as comunidades pobres para as mais variadas tarefas e organizando essa força de trabalho, em Empresas Cooperativas/Associativas, capazes de elaborarem seus próprios projetos e negociar seus respectivos financiamentos.

a) Forma de Atuação

A atuação se dá com o apoio da FAO, mediante Acordo de Cooperação Técnica firmado com o MIR.

b) Principais Realizações dos Subprogramas Regionais de Geração de Emprego e Renda (Norte e Nordeste)

DESCRIÇÃO DA METAS	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Articular Estados Região Norte	Estado	4	5
Articular Estados Região NE	Estado	6	7
Articular Municípios de Capital da Região Norte	Município	4	5
Articular Municípios de Capital da Região Nordeste	Município	6	8

c) Principais Realizações do Projeto-Piloto de Geração de Emprego e Renda do Estado da Paraíba - PROGER/PB (UTF/BRA/034/BRA)

DESCRIÇÃO DA METAS	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Empresa de Serviço-Laboratório Organizacional de Curso - LOC	Empresa	1	1
Projeto da Empresa-LOC	Projeto	2	3
Laboratório Organizacional de Terreno-LOT	Laboratório	4	4
Auxiliares de Projetos de Investimentos - API	Auxiliar	350	420
Pessoas Treinadas nos LOT	Pessoa	3.200	3.276
Empresas dos LOT, Produção e/ ou Prest. de Serviços	Empresa	4	4
Projeto da Empresa-LOT	Projeto	16	17
Técnico de Desenvolvimento Econômico-TDE-treinado	Técnico	40	32

d) Principais Realizações do Projeto-Piloto de Geração de Emprego e Renda do Município de São Paulo - PROGER/MSP (UTF/BRA/035/BRA)

DESCRIÇÃO DA METAS	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Laboratório Organizacional de Curso-LOC	Laboratório	3	3
Técnico de Desenvolvimento Econômico-TDE-treinado	Técnico	150	130
Empresa de Serviço-LOC	Empresa	3	3
Projeto da Empresa-LOC	Projeto	10	7
Laboratório Organizacional de Terreno-LOT	Laboratório	4	4
Auxiliares de Projetos de Investimento-API	Auxiliar	700	2.000
Pessoas Treinadas nos LOT	Pessoa	2.500	2.197
Empresas dos LOT, de Produção e/ou Prest. de Serviços	Empresa	12	15
Projeto da Empresa-LOT	Projeto	40	500

16.10 - PLANEJAMENTO DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO

O Departamento de Assuntos Sucro-Alcooleiro/SDR, criou o Sistema Plurianual de Planejamento do Setor, que, inicialmente, abrange o período correspondente a duas safras. À medida que os instrumentos desse Sistema revelarem maior consistência de dados, com eficácia satisfatória nas projeções, esse período poderá abranger maior número de safras.

Este Departamento tem como finalidade:

- aprimorar as ações direcionadas ao pleno abastecimento do mercado interno e à adequada presença do País no mercado externo;

- propiciar orientação aos agentes produtivos do setor, seja para a formação de seus quantitativos de matéria-prima, seja para realização de investimentos industriais;

- promover a elevação do grau de cumprimento da legislação canavieira;

- apurar as infrações aos preceitos dessa legislação, mediante processo administrativo-fiscal, tendo por base o auto de infração; e

- desestimular a prática de clandestinidades na produção, na comercialização e na exportação.

a) Formas de Atuação

O Departamento de Assuntos Sucro-Alcooleiro/SDR atua diretamente no acompanhamento da execução do plano de safra, por meio da sua fiscalização (constituída por fiscais de tributos de açúcar e de álcool) e mediante reuniões de monitoramento/controle e avaliação com o setor e outros órgãos governamentais envolvidos, como o Departamento Nacional de Combustíveis do MME, no caso do álcool combustível.

b) Principais Realizações

AÇÃO FISCAL NO EXERCÍCIO - ACUMULADO DE 1993

Unidades industriais fiscalizadas	880
Visitas a estabelecimentos comerciais	676
Autos de infração lavrados	073
Termos diversos	629
Notificações emitidas	041
Litros de álcool apreendidos	90.370
Sacos de açúcar apreendidos	593.537
Sacos de açúcar bloqueados	140.386
Litros de álcool bloqueados	3.621.700

c) Comentários

No âmbito do setor Sucro-Alcooleiro, ressalte-se o PROÁLCOOL, criado pelo Decreto nº 76.593, de 14.11.75, o PROÁLCOOL tem como objetivo básico o incremento da produção nacional de álcool para fins carburantes, visa dotar o País de alternativa

viável para a produção de fonte de energia renovável. A utilização do bagaço da cana na geração de energia elétrica tem trazido grande perspectiva para o setor e aumentando sua participação na Matriz Energética Nacional e benefícios ao meio-ambiente e à saúde pública.

Até 1975, o País dispunha de uma capacidade de produção de 320 milhões de litros de álcool por safra. Atualmente, a capacidade instalada atinge a 16 bilhões de litros/safra.

Com o PROÁLCOOL, 2/3 da cana-de- açúcar esmagada no País é destinada para a fabricação de álcool.

16.11 - MACROSSANEAMENTO

a) A Secretaria do Desenvolvimento Regional, neste programa, tem como finalidade:

- viabilizar a ocupação produtiva de áreas atingidas por inundações ou recuperadas por obras destinadas à drenagem de excesso de água;
- controlar a disponibilidade de água para consumo humano e irrigação, através de barragens destinadas à contenção de línguas salinas em regiões costeiras;
- gerenciar os recursos hídricos (controle e proteção de mananciais, limpeza de canais, estabilização de leitos de rios); e
- proteger as cidades ou nucleações ribeirinhas para construção de cais de proteção.

b) Formas de Atuação

- Financiamento de obras de impacto local e sub-regional a partir de dotações orçamentárias globais e/ou nominalmente identificadas.
- Manutenção de barragens e canais por administração direta ou por consorciamento com Estados, Municípios e comunidades de beneficiários.
- Destinação de equipamentos sob Acordos de Cooperação Técnica.
- Estudos e pesquisas sobre disponibilidade de recursos hídricos e forma de gerenciamento.
- Elaboração, por Unidades Regionais, de projetos de assistência técnica especializada às Administrações Municipais.

c) Principais realizações

DESCRIÇÃO DA METAS	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Controle de enchentes/recuperação de vales e cidades	Município	340	212
Recuperação e ampliação do parque de máquinas	Equipamento	300	149
Construção de barragens	Barragem	2	Executando
Manutenção/conservação Barragens	Barragem	8	Executando
Assistência técnica a municípios	Município	30	Executando

16.12 - ÁREAS METROPOLITANAS

A Secretaria de Áreas Metropolitanas - SEAM desenvolveu estudos no sentido de reconhecer as áreas metropolitanas do País e, definir a sua área de atuação e superposição de ações dentro do MIR. Assim, resultou no reconhecimento de 51 áreas metropolitanas legalmente definidas e aglomerados urbanos com tendência à metropolização, abrangendo 479 municípios brasileiros e uma população (1991) de 69,5 milhões de habitantes.

16.12.1 - Desenvolvimento de Ações Regionais

Possibilita a articulação, em todos os níveis de Governo, de ações voltadas para o desenvolvimento regional, viabilizando a execução de estudos, pesquisas e projetos.

a) Principais Realizações

- Terraplenagem.
- Rede de águas pluviais e rede coletora de esgotos.
- Canalização e pavimentação.
- Ligações domiciliares.
- ETE (Estação de Tratamento de Esgotos).
- Escavação e compactação de pista.
- Aquisição de ônibus rodoviário, viaturas policiais, veículo utilitário, micro computador e impressora.
- Pólo de produção de hortaliças.
- Unidade de prensagem de material reciclável.
- Micro-empresa de confecção.
- Construção parcial do Centro de Desenvolvimento Industrial e Comercial.

16.12.2 - Apoio às ações ambientais

Proporciona a melhoria de qualidade de vida das populações urbanas e rurais, resguardando o equilíbrio ecológico.

a) Principais Realizações

- Retificação e canalização.
- Rede de águas pluviais , coletora e interceptora de esgotos.
- Tanques sépticos.
- Rede de distribuição de água.
- Caixas coletoras de lixo.
- Pavimentação.

16.12.3 - Apoio ao Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável

Coordena e promove projetos que viabilizem o desenvolvimento regional integrado, de forma sustentável, através de ações de infra-estrutura econômica e social.

a) Principais Realizações

- Terraplenagem.
- Rede de águas pluviais.
- Galeria celular.
- Canalização.
- Rede coletora e interceptora de esgotos.
- Estação elevatória.
- Lagoa de estabilização.
- Rede de distribuição de água.
- Ligações domiciliares.
- Adutora.
- Pavimentação.
- Recomposição de pavimentação.
- Recapeamento asfáltico.
- Meio-fio.
- Revestimento vegetal.
- Sinalização horizontal de pistas.
- Muro de arrimo.
- Ligação rodoviária.
- Aquisição de pá carregadeira e caminhão basculante.
- Continuação da construção de ponte sobre o Rio Poty

16.12.4 - Projetos Diversos

Além dos projetos enumerados nos subitens anteriores ressaltaram-se:

- fortalecimento de cidades de porte médio;
- apoio ao desenvolvimento municipal;
- desenvolvimento urbano de áreas metropolitanas;
- apoio ao desenvolvimento da indústria regional;
- apoio ao desenvolvimento do turismo regional;
- controle de enchentes e recuperação de vales : cidades; e
- preservação ambiental.

16.13 - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, (SUDENE) foi instituída pela Lei N. 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Partindo da premissa de que o Nordeste constituia um problema de desenvolvimento, havia a necessidade de um órgão de maior amplitude que desenvolvesse uma ação integrada em todo o sistema econômico regional, assim como, promovesse a unidade na formulação e execução da política de desenvolvimento.

A SUDENE visa planejar e promover a execução das políticas e programas de desenvolvimento da Região Nordeste, coordenando e controlando a ação federal nessa Região e promovendo a sua articulação com a dos governos estaduais e municipais, assim como da iniciativa privada.

16.13.1 - Plano de Ação Governamental no Nordeste - PAG/NORDESTE

O Plano de Ação Governamental no Nordeste - PAG/NORDESTE foi elaborado sob a coordenação da SUDENE, em atendimento a determinação da Presidência da República. Essa decisão partiu do reconhecimento da necessidade de se ter um plano com previsão de ações permanentes, ao se constatarem os efeitos devastadores que a seca no Nordeste vem provocando. Dessa forma, o PAG/NE, através de uma estratégia clara e objetiva, pretende criar progressivamente condições para uma convivência produtiva com o fenômeno da estiagem.

Estão previstos dois Programas básicos: o de Transformação do Semi-árido e o de Combate à Pobreza. O primeiro objetiva conduzir o Semi-árido a um desenvolvimento sustentável, utilizando as condições peculiares do meio natural como o principal recurso para a geração de renda e de postos de trabalho. O Programa de Combate à Pobreza pretende resgatar a condição humana e de cidadania de milhões de nordestinos que, hoje, constituem mais da metade dos indigentes do País. Embora medidas compensatórias tenham sido incluídas no Programa, a ênfase se dará em ações de natureza estrutural, que venham a contribuir efetivamente para a redistribuição de renda.

Algumas características inovadoras do processo de elaboração do PAG/NE são identificadas a seguir:

- iniciativa e determinação da Presidência da República, quanto à promoção de instrumentos e ações de caráter permanente para a solução de problemas advindos da seca;

- ampla participação da sociedade na definição de estratégias e metas do Plano;

- proposição de novos instrumentos, a exemplo do Bônus Social, que venham a concorrer para o combate à pobreza; e

- a retomada do planejamento como processo sistemático de transformação intencional da sociedade.

16.13.2 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE

No período, foram formalizados 66.447 contratações atendendo os mais diversos produtores/empresas, sendo comprometidos 67,9% dos recursos para os setores Rural e Agroindustrial e 32,1% para o setor Industrial.

No âmbito das estratégias operacionais, foram implementadas medidas capazes de proporcionar melhor alocação de recursos aos mini, micro e pequenos produtores/empresas, de modo a reverter a tendência de concentração das aplicações nas grandes empresas, observados as categorias dos empreendimentos situados e prevalecentes no Nordeste.

Em face do prolongado período de estiagem, que ora se registra no Nordeste, a programação do FNE para o presente exercício foi objeto de ajuste, direcionando a concessão de crédito em bases e condições diferenciadas, à promoção de investimentos com vistas a minorar os efeitos da seca, principalmente no Semi-árido, o que propiciou excessiva demanda de crédito.

CONTRATAÇÕES POR CATEGORIA DE BENEFICIÁRIOS

EM PERCENTAGEM

CATEGORIAS	CONTRATAÇÕES		
	1991	1992	1993 (*)
Mini/Micro/Pequeno Produtor/Empresa	20,7	22,9	50,0
Médio Produtor/Empresa	11,0	12,7	13,1
Grande Produtor/Empresa	68,3	64,4	36,9
T O T A L	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: BNB/DERVR/DESIN
(*) 30.11.1993.

16.13.3 - Programa Frentes Produtivas de Trabalho

Esse Programa foi criado com o objetivo de minimizar os efeitos da seca no Nordeste e prestar assistência emergencial às populações mais atingidas. Foi calculado para dar ocupação a 1.200.000 chefes de família, desde o Estado do Maranhão até a área norte-mineira, através do pagamento de meio salário mínimo/ contra uma jornada de trabalho de 3 dias por semana, na realização de obras e serviços que possibilitem efeitos duradouros, com prioridade para as ações contidas no Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste e no Programa de Saneamento do Nordeste, elaborados pela SUDENE em articulação com os Governos Estaduais.

A principal inovação do Programa Frentes Produtivas em relação às ações costumeiramente adotadas por ocasião de secas anteriores, foi a criação de Comissões nos níveis nacional, estadual e municipal, compostas de representantes de segmentos diversos da sociedade, inclusive dos trabalhadores.

a) Principais Realizações

METAS	EXECUTADO
Construção de adutoras - km	370,26
Ampliação de Adutoras - km	17
Construção de Açudes/Barragens/Barreiros/Aguadas - unidade	4.484
Recuperação de Açudes/Barragens/Barreiros - unidade	17.965
Perfuração de Poços Profundos (artesianos) - unidade	653
Recuperação de Poços Profundos - unidade	79
Construção de Cacimbas, e Poços Amazonas - unidade	12.666
Recuperação/Limpeza de Cacimbas P.Amazonas- - unidade	8.227
Construção/Ampliação Rede de Distribuição de Agua - Km	300,39
Construção de Cisternas/Tanques/Chafarizes - unidade	3.206
Melhorias Sanitárias (fossas e privadas) - unidade	14.012
Construção de Estradas Vicinais - Km	3.156
Manutenção/Recuperação Estradas Vicinais - Km	65.353
Fabricação de Tijolos/Telhas - mil	127.069
Construção de Casas Populares - unidade	70
Construção de Casa de Farinha - unidade	45
Produção de Brita - m3	39.736
Produção de Paralelepípedo - mil	3.446
Pavimentação de Ruas - m2	244.998
Instalação de Sistemas Simplificados de Abast. D'água unidade	282

16.13.4 - PIN/PROTERRA

A SUDENE, visando assegurar a articulação intra e interregional, aumentar a oferta adequada de serviços sociais básicos e a interiorização do desenvolvimento com base nas nucleações urbanas de médio e pequeno porte, vem aplicando recursos em programas e projetos de infra-estrutura econômica e social através dos Governos Estaduais e Municipais.

Esses programas, que são financiados basicamente com recursos oriundos do Programa de Integração Nacional-PIN e do

Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA, estão sendo direcionados prioritariamente para os seguintes segmentos:

Infra-Estrutura econômica

- transporte: recuperação da malha viária e melhoria de rodovias vicinais;
- indústria: infra-estrutura de distritos agro-industriais, inclusive construção de galpões para pequenas indústrias;
- energia: implantação e ampliação de redes de energia elétrica rural;
- recursos hídricos: construção de barragens, açudes, poços, adutoras e cisternas comunitárias; e
- turismo: infra-estrutura.

Infra-Estrutura Social

- saneamento: implantação, ampliação e recuperação de sistemas de abastecimento d'água e esgotos sanitários.

16.13.5 - Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR

No exercício de 1993, foram aprovados 54 projetos, sendo concluídos 42. Os setores mais beneficiados com esses projetos foram a indústria, com 22 projetos e a Agricultura, incluindo irrigação, com 18 projetos, sendo que o estado mais beneficiado foi o da Paraíba (15 projetos).

16.13.6 - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP

No início do Governo Itamar Franco, o PAPP estava em processo de reformulação. Esse processo tinha por fim conduzir o Programa ao atingimento dos seus objetivos e metas relacionadas à redução da pobreza rural da Região Nordeste, através do aumento da produtividade e produção agropecuária e de uma maior oferta de empregos, mediante a formulação de subprojetos produtivos, submetidos à análise e avaliação da SUDENE e do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), agente financiador do Programa.

Entre 8 e 12 de março de 1993, estiveram reunidos na SUDENE os representantes do BIRD, Governo Federal e Governos dos Estados da Região Nordeste e de Minas Gerais, objetivando estabelecer novas diretrizes de reformulação do PAPP, quais sejam:

- focalizar o Programa mais diretamente no combate à pobreza rural;
- descentralizar o gerenciamento e o financiamento do Programa para os Estados e Municípios; e

- fazer das comunidades rurais beneficiadas o centro do Programa, assegurando sua co-participação no financiamento e implementação.

Com a nova estratégia aprovada, o PAPP apresenta a seguinte configuração:

. apoio às Pequenas Comunidades Rurais (Projetos Comunitários);
. subprojetos produtivos;
. Programa de Apoio Comunitário (PAC);
. Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC).
. administração do projeto e aperfeiçoamento institucional;
. administração do projeto;
. treinamento de pessoal; e
. assistência técnica e treinamento para pessoas e entidades envolvidas com a implantação do PAC e FUMAC.

As atividades do PAC e FUMAC destinam-se a estimular, através de financiamentos não reembolsáveis, investimentos identificados, planejados, executados e fiscalizados pelas comunidades rurais.

O PAC trata-se de um programa de financiamentos de projetos comunitários produtivos, de infraestrutura e serviços sociais, identificados e selecionados pelas comunidades cabendo à Coordenação Estadual do Programa a responsabilidade pela aprovação, liberação dos recursos, monitoramento e avaliação dos projetos.

O FUMAC compreende um programa piloto em sua primeira fase (5 a 15 municípios por Estado), que difere do PAC quanto ao sistema de eleição de prioridades, ou seja, de aprovação dos projetos comunitários a serem financiados, que será feita mediante a apreciação dos Conselhos Municipais, que contarão com a participação de representantes da sociedade civil organizada, comunidades beneficiárias, Coordenação do Programa, dos poderes públicos municipais e dos trabalhadores rurais organizados.

As atividades a serem desenvolvidas são fundamentalmente de apoio às pequenas comunidades rurais e urbanas. Os projetos a serem financiados destinam-se a investimentos em infra-estrutura, tais como pavimentação de ruas, perfuração e instalação de poços, construção de passagens molhadas, pequenas pontes, construção de escolas e postos de saúde, eletrificação rural, etc., e pequenos investimentos produtivos.

Com a reformulação, o PAPP tornou-se um Programa essencialmente estadual do ponto de vista de coordenação, planejamento, administração e controle de sua execução. À SUDENE compete acompanhar, supervisionar e avaliar o seu desempenho, a nível regional, podendo prestar, adicionalmente, mediante solicitação dos Estados, assessoramento técnico. Sob o aspecto orçamentário e financeiro, o PAPP não integra mais o Orçamento da SUDENE e, consequentemente, os recursos são transferidos

diretamente do Ministério da Integração Regional para os Estados, com exceção dos recursos destinados à SUDENE para o desempenho de suas novas atribuições frente ao Programa.

a) Principais Realizações - Coordenação Regional do PAPP

DESCRIÇÃO DAS METAS	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Análise subprojetos produtivos	**projeto**	**18**	**18**
Supervisão/avaliação	projeto	500	30
Assistência técnica da SUDENE **aos Estados**	estado	10	4
Assistência técnica à SUDENE	convênio	3	1
Estudos	estudo	15	--
Apoio a comercialização(FINACOM)			
. Produção adquirida	tonelada	108.000	4.471
. Produtores beneficiados	produtor	32.000	1.949
Convênio com municípios	**convênio**	**5**	**1**

b) Indicadores Consolidados do PAPP reformulado - Nordeste

DESCRIÇÃO DAS METAS	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Subprojetos produtivos	projeto	55	48
Projetos PAC/FUMAC	projeto	8.679	2.324
Famílias assistidas	família	378.684	239.758

16.13.7 - Desenvolvimento de Ações Regionais

16.13.7.1 - Recursos Naturais

a) Principais Realizações

- Monitoramento Climático e de Recursos Hídricos da Região.
- Operação e Manutenção da Rede Hidrométrica Básica do Nordeste.
- Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste.
- Ecologia de Atuns e Espécies Afins - ECOTUNA.

Estão sendo desenvolvidos diversos estudos nas áreas da pequena mineração (Estados do RN e PB); gemas (Estado da PB); Hidrologia Aplicada e Ambiental de Açudes e Bacias Hidrográficas

(Açudes Boqueirão-PB, Bodocongó-PB e micro bacias de Sumi e Angelim-PE); Temperaturas de Solos (UFPB); Capacitação técnica-profissional (Difusão do Manual de Pequenos Açudes e Mina Escola em convênios com a UFPB e UFRPE); Desertificação no estado do Piauí (Governo Estadual e UFPI); Desenvolvimento econômico-florestal (convênio com Governos do CE, PI, PE, RN e PB); Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (dessalização de águas através de convênio com a Fundação Parque Tecnológico da PB); Levantamento Cartográfico Básico, com o Min Ex/3ª DL, objetivando a reedição e confecção de cartas topográficas na escala 1:100.000.

16.13.7.2 - Planejamento Sócio-Econômico

- Desenvolvimento de um Modelo Econométrico de Consistência Setorial da Economia do Nordeste, com a participação do BNB e a CHESF, e de estudos sobre Cenarização da Economia Regional - Análise de Longo Prazo.

- Apoio ao Sistema Regional de Planejamento.

- Monitoramento, a nível técnico, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE - operado pelo BNB, envolvendo análise dos Relatórios semestrais, da programação anual e elaboração das respectivas proposições encaminhadas ao Conselho Deliberativo.

16.13.7.3 - Agricultura e Abastecimento

- Analise de Projetos Agropecuários

No decorrer de 1993 foram analisados 37 projetos de pesquisa e fomento à agropecuária nordestina, sendo aprovados e firmados 14 convênios com Universidades, Empresas Estaduais de Pesquisa e Secretaria de Agricultura, no Semi-árido do Nordeste.

- Outras Atividades

. Definição de parâmetros para enquadramento dos projetos constantes do Protocolo SUDENE/BNB/EMBRAPA/CNPQ.

. Apreciação das diretrizes para aplicação dos recursos do FNE.

16.13.7.4 - Turismo e Artesanato

- Participação na criação do Comitê de Apoio ao Programa de ação para o Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR.

- Viabilização do convênio operacional EMBRATUR/SUDENE, relativo a aplicação de recursos do FINOR.

- Levantamento da estrutura de capacitação de recursos humanos nas áreas metropolitanas do NE.

- Projeto piloto sobre recursos humanos para o turismo - SUDENE/EMBRATUR/SEBRAE.

- Promoção da Jornada Técnica do Artesanato Brasileiro e Exposição Representativa do Artesanato do NE, em João Pessoa/PB.

- Promoção de encontro das Coordenações estaduais de artesanato do Nordeste, em Recife/PE.

- Convênios Firmados.

16.14 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM

Diante de sua natureza e finalidade, a SUDAM exerce a sua atuação em segmentos voltados às ações do setor público e do setor privado, essas através da administração da política de incentivos fiscais e financeiros, visando a atrair investimentos para a sua área de atuação , que compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão.

As ações da Autarquia tomam por diretriz o Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDA, o atual elaborado para o período 92/95, que foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDAM, em fevereiro de 1993.

16.14.1 - Programas Integrados

16.14.1.1 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Regional

a) Objetivo

Concentrar esforços para investir nas áreas mais densamente povoadas da Amazônia, visando à aplicação de recursos em benefícios sociais mais amplos, devido a concentração demográfica que ocorre nas áreas selecionadas, com aproveitamento de tecnologia e mão-de-obra local.

b) Formas de atuação

Convênios e aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Projeto Implantado	Unidade	45	05
Projeto Acompanhado e Fiscalizado	Projeto	600	266
Planos Diretores	Planos	27	04

16.14.1.2 - **Desenvolvimento da Amazônia**

a) Objetivo

Promover o desenvolvimento integrado da Região Amazônica observando as características ecológicas da área, de modo a que obtenha o maior equilíbrio possível entre suas potencialidades e a sua exploração econômica.

b) Formas de atuação

Através de convênios e administração direta do órgão.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Apoio a Projetos Específicos	Unidade	16	18
Estudos e Pesquisas Desenvolvidos	Projeto	09	14
Proj. Cooperação Técnica Prestada	Projeto	02	02
Manutenção de Centro de Pesquisa	Unidade	01	01
Assistência Técnica Prestada	Unidade	20	08

16.14.2 - Organização Agrária

16.14.2.1 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

a) Objetivo

Definir o processo de transformação das relações da propriedade, contribuindo para diminuir o êxodo rural possibilitando o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas e criação de novos empregos no campo.

b) Forma de atuação

Através de convênios.

c) Principais Realizações

Foram implantados 83 projetos.

16.14.2.2 - Projeto de Colonização

a) Objetivo

Implementar a organização social de projetos de colonização oficiais e particulares já implantados apoiando a exploração agrícola e promovendo a complementação da infraestrutura física.

b) Forma de atuação

Através de convênio.

c) Principais Realizações

Foram implantados 07 projetos.

16.14.3 - Turismo

16.14.3.1 - Desenvolvimento do Turismo na Amazônia

a) Objetivo

Implementação do Plano de Turismo na Amazônia, visando ao desenvolvimento do setor, priorizando o turismo ecológico, através da formação da melhoria de infraestrutura turística, da qualidade dos serviços e do sistema de informação do setor.

b) Forma de atuação

Através de convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Planos Diretores Elaborados	Plano	04	03

16.15 - SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

Cerca de 600 empresas industriais e comerciais que dependem dos incentivos da Zona Franca de Manaus chegaram, a empregar, de forma direta, um contingente de 150 mil pessoas, com empregos indiretos na proporção de quase 1:1 e mantendo dependentes estimados em 2,5 per capita. A abertura da economia, fez com que esse quadro se modificasse. Hoje, a nacionalização média reduziu-se para 60%, o nível de ocupação da mão-de-obra diminuiu e algumas empresas já chegaram a realizar o processo de reconversão, porém, os produtos "made in ZFM" ganharam competitividade. Ressalte-se a completa dependência econômica do Estado do Amazonas em relação à Zona Franca de Manaus, uma vez que mais de 97% da arrecadação tributaria do Estado tem origem na capital.

A Zona Franca de Manaus, atualmente tem duas frentes: a Reforma Tributária e a constituição do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. Ambas têm importância capital, a primeira pelo fato do principal incentivo, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI estar listado entre aqueles que serão sensivelmente afetados, passando a se constituir em outro tributo que irá se juntar ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (também de significativa importância no elenco dos incentivos), com sua cobrança no destino, caracterizando de forma melhor o princípio do consumo nas regras da tributação.

Para a segunda frente, o MERCOSUL, a ZFM tem de fazer valer a sua condição de se constituir em projeto de ocupação e integração de Região ao território nacional e de ter passado a ser uma real Zona de Processamento Industrial no seu segmento industrial, para que os seus produtos especializados possam ser considerados como originários, assegurando assim a sua circulação no mercado comum.

a) Importações do Exterior

ESPECIFICAÇÕES	CRESCIMENTO
Autorizadas	123,7%
Efetivadas	96,2%

b) Principais Produtos Industrializados

ESPECIFICAÇÕES	1.000 UNIDADES
Tv em cor	3.100
vídeo Cassete	700
Aparelho de Som 3 em 1	1.600
Calculadora de mesa	650
Forno Micro-Ondas	450
Bicicletas	500
Motocicletas	105
Barbeador	550
Lâmina e Cartucho	650
Lente	1.000

16.15.1 - Desenvolvimento Agropecuário

Apoio a projetos visando a geração de empregos e aumento da produção no meio rural, através de ampliação e de maior participação da agricultura na economia regional, criando condições adequadas para as populações rurais crescerem econômica e socialmente, reduzindo desta maneira as migrações para os grandes centros urbanos. Os resultados passíveis de mensuração traduziram-se em:

- assistência técnica a 1.359 produtores rurais;
- apoio a 18 projetos; e
- apoio a 13 unidades de estudos e pesquisas.

16.15.2 - Desenvolvimento Industrial

Foram destinados recursos para dar continuidade às obras de infra-estrutura da expansão do Distrito Industrial de Manaus, com vista à implantação dos projetos aprovados pela SUFRAMA, bem como a manutenção dos serviços já implantados. Neste sentido verificou-se a recuperação parcial do sistema viário.

16.15.3 - Implantação de Habitações Populares

A SUFRAMA destinou uma gleba de 750.000 m2 em área específica para habitação, contígua ao Distrito Industrial de Manaus e ao Campus da Universidade Federal do Amazonas, onde serão implantadas 13 super quadras, que possibilitarão a construção de até 100 blocos residenciais objetivando proporcionar 6.000 habitações a operários da Zona Franca de Manaus.

Foram empreendidas medidas e destinados recursos para consolidar o parque industrial da Zona Franca através de programas que visam o desenvolvimento tecnológico e econômico da Região, favorecendo a divulgação e a promoção de investimentos.

16.15.4 - Programa Especial de Exportações - PROEX

O PROEX , foi instituído pelo Decreto No. 81.189, de 05 de janeiro de 1978, e constituiu-se na pratica, em um regime especial de incentivos às exportações das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus e em áreas de jurisdição da SUFRAMA.

As empresas que operacionalizam o PROEX, têm os seguintes benefícios na Importação:

- isenção do Imposto de Importação - I.I., do Imposto sobre Produtos Industrializados - I.P.I. e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;

- isenção do pagamento de taxas, preços públicos e emolumentos às importações de partes, peças, componentes, matérias-primas, produtos intermediários e outros insumos; e

- isenção do pagamento do emolumento na emissão de Guia de Importação, Licença de Importação ou documento equivalente.

Quando da aprovação do PROEX, a SUFRAMA concederá suspensão do pagamento do preço público pela prestação dos serviços de anuência nas Guias de Importação, bem como nos serviços de Internação das Mercadorias.

Além dos benefícios acima discriminados, o PROEX ainda proporciona prêmio equivalente ao saldo líquido positivo do ingresso de divisas, determinado pela comparação entre os valores FOB das exportações e importações, que será agregado ao limite anual de importação, podendo também utilizar esse crédito para importar bens de capital.

16.15.5 - Desenvolvimento Regional

A SUFRAMA elaborou e submeteu às instituições que atuam no desenvolvimento do interior do Estado do Amazonas o "Programa de Interiorização de Indústrias Estratégicas" o qual objetiva, preponderantemente, criar emprego e renda no interior do Estado do Amazonas; incentivar a implantação de Indústrias no interior; estabelecer vinculações destas indústrias com o fornecimento de insumos regionais; integrar o parque das Indústrias interioranas com o Distrito Industrial de Manaus; diminuir a dependência dos Municípios interioranos no abastecimento de produtos "in natura", semi-elaborados, elaborados e industrializados; e ampliar a infra-estrutura de apoio à produção e industrialização dos Municípios selecionados.

A Agroindústria será o carro-chefe do programa no intuito de valorizar a integração produção-industrialização e, consequentemente , rural-urbana. Entretanto várias outras atividades industriais e de beneficiamento serão incentivadas: indústrias baseadas em minerais não metálicos; beneficiamento e industrialização de derivados de madeira; indústria da panificação baseada em misturas de farinhas de origem regional e importadas; beneficiamento e industrialização do pescado, frigorificação e gelo; indústrias de cosméticos e fármacos; turismo em geral e artesanato.

16.15.6 - Áreas de Livre Comércio

O projeto de criação de áreas de livre Comércio se insere num programa do Governo Federal voltado ao desenvolvimento de regiões fronteiriças e visa a interiorização dos efeitos alcançados pelo núcleo central (ZFM). Assim, o modelo de criação dessas áreas guarda as mesmas características, em termos de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, no que se refere ao segmento comercial. Em 1993, foram adotadas as seguintes ações nas áreas de Livre Comércio sob a administração da SUFRAMA:

- ALCT/AM - Área de Livre Comércio de Tabatinga (implantada);
- ALCP/ ALCB - RR - Áreas de Livre Comércio de Pacaraima e Bonfim (em implantação);
- ALCGM - RO - Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim (implantada); e
- ALCMS - AP - Área de Livre Comércio de Macapá/ Santana (implantada).

16.15.7 - Política Industrial e Outras Ações

Por tratar-se de uma área excepcional, dotada de benefícios fiscais, a Zona Franca de Manaus - ZFM e outras áreas incentivadas assemelhadas no Brasil e nos demais países partícipes, constituiram-se em tema específico nas negociações para constituição do MERCOSUL. A SUFRAMA como administradora da ZFM integra a Comissão de Promoção Industrial do Sub-Grupo 7 - Política Industrial e Tecnológica do Grupo Mercado Comum.

As negociações em nível de sub-grupo registram consenso para a parte comercial, em que produtos estrangeiros para serem internados no Mercado Comum são considerados provenientes de terceiros países. No que respeita ao setor industrial, ocorre divergência, Brasil e Argentina alinhados em considerar apenas as áreas especiais de Manaus e Terra do Fogo e todas as demais impedidas de comercializarem para o MERCOSUL à semelhança das Zonas de Processamento de Exportação - ZPE's no Brasil. Uruguai e Paraguai com posição contraria, advogando a comercialização dos produtos industrializados em suas zonas francas, condicionando ao pagamento da Tarifa Externa Comum - TEC sobre os investimentos estrangeiros. Vale ressaltar, que Manaus e Terra do Fogo detêm um nível de industrialização que obedece processo produtivo agregativo de valor, caracterizado por um conjunto de operações mínimas desenvolvidas em suas respectivas plantas fabris.

A SUFRAMA vem acompanhando e formulando simulações relativas a Reforma Fiscal e Incentivos Regionais. O impacto das alterações pré anunciadas na estrutura tributária do País sobre os modelos baseados em incentivos fiscais levou a Autarquia a buscar alternativas de adequação à essa nova ordem fiscal. Dentre estas podemos mencionar a especialização industrial para produtos ou famílias de produtos, os quais receberiam tratamento fiscal e tributário vantajoso, com o propósito de assegurar a sobrevivência do modelo Zona Franca de Manaus dentro dos propósitos para que foi criado.

16.16 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA - CODEBAR

a) Diretrizes

Promover a execução, em caráter transitório, de obras e serviços de urbanização em área destinada ao assentamento humano para dar apoio ao funcionamento do Complexo Industrial Metalúrgico no Município de Barcarena, Estado do Pará.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta dos recursos, através de contratação de empresas de engenharia para execução de obras, em processo licitatório, com fiscalização e acompanhamento da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Rede energia elétrica ampliada	km	20	0,8
Rede água ampliada	km	20	0,7
Sistema de Esgoto construído	km	1	0,3
Manutenção da infra-estrutura	meses	12	4,0

16.17 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF

A CODEVASF tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo do Vale do São Francisco, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar ou executar diretamente ou mediante contratação, obras de infra-estrutura, particularmente de captação de águas para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor, em articulação com os órgãos federais competentes.

Nesse sentido, tendo sido exaustivamente debatida, visando à modernização empresarial e o atendimento às novas exigências da sua clientela, a missão da CODEVASF caracteriza-se em planejar, executar, promover e articular ações para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio São Francisco, com ênfase no aproveitamento dos recursos de água e solo. A sua área de atuação abrange, principalmente, áreas semi-áridas integrantes das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, totalizando 640 mil km2, onde residem atualmente cerca de 14 milhões de pessoas.

a) Principais Realizações

METAS	Execução %
Custeio	99,48
Irrigação	90,75
Regularização de Cursos d'Água	100,00
Apoio à Projetos Complementares	48,48
Estudos Hidrológicos	99,34
Cooperação Internacional	100,00
Piscicultura	99,40
Produção Animal	99,99

A CODEVASF estudou e avaliou um potencial de cerca de 2,5 milhões de hectares irrigáveis, tendo a área irrigada até 1993 alcançado a soma de 70.318 ha.

A expansão da agricultura irrigada e a crescente integração entre as atividades agrícolas e agroindustriais faz parte da estratégia posta em prática pela CODEVASF no Vale do São Francisco. A agroindústria constitui-se em suporte de comercialização e melhor aproveitamento da matéria prima existente. É isto o que está ocorrendo em pólos como os de Petrolina/Juazeiro, Barreiras e Norte de Minas Gerais, onde estão localizados mais de 50% das áreas irrigadas do Vale do São Francisco.

O aproveitamento dos recursos naturais do semi-árido depende em grande medida do que se fizer em matéria de agroindústria em condições de sequeiro ou de irrigação. Já foram definidos para a região Nordeste, 14 pólos de desenvolvimento agroindustriais, dentre os quais sete (7) estão

localizadas na Bacia do Rio São Francisco. A articulação das atividades agrícolas e agroindustriais baseadas na irrigação é dada como um dos principais elementos da estratégia desse programa. Com sua implantação será possível multiplicar os resultados que vêm sendo obtidos em pólos efetivos de desenvolvimento.

Por outro lado, a identificação de novas áreas propiciará a incorporação de terras produtivas, viabilizando o aumento da produção e da produtividade agrícolas, a ampliação da oferta de empregos diretos e indiretos e a geração de renda de forma estável, assegurando o desenvolvimento sustentável nas regiões semi-áridas dos sertões do São Francisco.

A agricultura irrigada praticada no Nordeste e no Vale do Rio São Francisco enfrenta algumas dificuldades, cabendo destacar as seguintes: problemas fitossanitários, salinidade dos solos, baixa fertilidade dos solos, resíduos tóxicos na água e alimentos, má qualidade dos frutos de exportação, deficiência nos processos de pós-colheita, ausência de estudos de mercado e comercialização, falta de tecnologia agroindustrial e falta de pessoal treinado.

O aproveitamento dos recursos hídricos existentes na bacia do Rio São Francisco através de açudes, é de importância fundamental e se constitui numa das linhas básicas de atuação da CODEVASF. Ressalte-se que as obras de açudes são indispensáveis à viabilização técnica e econômica da irrigação e da aqüicultura no vale do Rio São Francisco, principalmente, em face do incremento da demanda d'água decorrente do crescimento da irrigação privada nos vales irrigáveis da região.

Em relação às ações de defesa contra as secas estão contempladas ações que visam minorar os efeitos das estiagens sobre a população são-franciscana, através de atividades de características voltadas especificamente à manutenção do homem no seu "habitat".

A CODEVASF, já implantou e mantém em operação 19 (dezenove) projetos públicos de irrigação com área total irrigada de 70.318 ha. Esses projetos já garantiram o assentamento de 7.737 colonos e 365 empresários, gerando 106.323 empregos, sendo 35.441 diretos e 70.882 indiretos, beneficiando uma população global de 202.646 habitantes no Vale do São Francisco.

Aliados aos projetos de irrigação, a CODEVASF mantém programas de melhoramento genético de bovinos e caprinos, nos estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, que objetivam elevar o padrão genético da região e, de piscicultura, que surgiu com o advento das grandes obras hidroelétricas implantadas no rio São Francisco e que visa, em linhas gerais, aumentar os níveis de renda dos produtores rurais assentados, bem como melhorar os padrões nutricionais das populações ao longo do Vale. Este programa conta hoje com 5 (cinco) estações de piscicultura, localizadas nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas com produção de 5,4 milhões de alevinos/ano, que se destinam aos criadores da região e ao peixamento do rio São Francisco e seus afluentes.

O Programa de Fruticultura, desenvolvido pelos produtores da região de Petrolina/Juazeiro, após a implantação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, tem alcançado resultados satisfatórios na exportação de frutas, tendo, em 1993, exportado 33.000 toneladas.

16.18 - DEPARTAMENTO NACIONAL E OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS.

O DNOCS tem por finalidade, na sua área de atuação, executar a política do Ministério da Integração Regional no que se refere a:

- beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e inundações;

- irrigação;

- radicação de populações em comunidades de irrigantes ou em áreas especiais, abrangidas por seus projetos; e

- subsidiariamente, outros assuntos que lhe sejam acometidos pelo MIR, nos campos do saneamento básico, assistência às populações atingidas por calamidades públicas e cooperação com os Municípios.

a) Principais Realizações

- Construção e recuperação de obras de captação, acumulação e regularização de águas superficiais.

- Perfuração e instalação de poços e captação de águas subterrâneas.

- Implantação e Recuperação de obras de infra-estrutura de irrigação e drenagem.

- Operação e Manutenção de Perímetros de Irrigação.

- Controle de derivação e usos de água nas áreas de sua atuação, decorrentes de projetos públicos e privados para aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas.

- Piscicultura intensiva e extensiva, e desenvolvimento de agricultura e aqüicultura.

- Ampliação e operação da rede hidrológica da região Semi-Árida.

- Operação de sistema de informação de recursos hídricos e implementação de banco de dados da hidrologia do semi-árido, em articulação com DNAEE, INEMET e outros organismos especializados.

- Pesquisa e desenvolvimento tecnológicos e de recursos humanos.

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
FORTALECIMENTO DO SETOR PESQUEIRO - Estudos e pesquisas realizadas	unidade	12	12
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO PARNAÍBA - Área irrigada em produção	ha	2.419	1.113
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO ACARAÚ - Implantação de área irrigada - Área irrigada em produção	ha ha	4.450 1.899	994 1.899
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO JAGUARIBE - Implantação de área irrigada - Área irrigada em produção	ha ha	2.880 5.087	Nordeste I 5.807
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO AÇU - Estudos e Projetos - Área irrigada em produção	ha ha	8.000 505	8.000 505
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO APODI - Área irrigada em produção	ha	280	280
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO PIRANHAS - Área irrigada em produção	ha	2.881	2.881
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO PARAÍBA - Área irrigada em produção	ha	200	200
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO ITAPICURU - Área irrigada em produção	ha	129	129
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO FIDALGO - Área irrigada em produção	ha	214	214
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - Implantação de área irrigada - Área irrigada em produção	ha ha	770 3.880	770 3.880
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO VAZA BARRIS - Área irrigada em produção	ha	521	521
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA BACIA DO CURU - Área irrigada em produção	ha	3.886	3.886

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AÇUDES PÚBLICOS			
- Desapropriação de área	ha	2.700	7.972
- Recuperação de açude	unidade	1	6
- Estudos e projetos	ha	80	5.000
- Construção de barragem (maciço)	m2	65.600	24.400
- Obra de infraestrutura	m2	120	120
ENGENHARIA RURAL			
- Perfuração de poço	unidade	210	236
- Instalação de poço	unidade	30	80
- Implantação de adutora	km	1	andamento

16.19 - RELAÇÕES COM ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

16.19.1 - Informatização Municipal

a) Objetivos

Proporcionar a modernização das prefeituras mediante a prestação de assistência técnica e o fornecimento de programas de computação.

b) Principais Realizações

- Atendimento de 67 municípios e 04 Secretarias Estaduais.

16.19.2 - Metodologia de Elaboração Cadastral

a) Objetivos

Dotar os municípios de moderno instrumento de administração tributária e de planejamento urbano, o qual consiste em um manual contendo orientações técnicas detalhadas sobre como elaborar e manter a Cartografia e o Cadastro Imobiliário de forma modular.

b) Principais Realizações

- Para atender clientela de aproximadamente 4.500 municípios, em fase de revisão final.

16.19.3 - Integração Fazendária Estadual

a) Objetivos

Montagem de um banco de informações, estruturado em base de dados dos Cadastros Estaduais de Contribuintes do ICMS, de arquitetura e administrações condominais, de forma a permitir uma fluência plena e integrada das informações econômico-fiscais desses cadastros, com vistas à imediata identificação de notas fiscais inidônias e outros ilícitos fiscais no comércio interestadual, permitindo o incremento da receita estadual (ICMS) e federal (IR e IPI).

b) Principais Realizações

- Realização de estudos e pesquisas para o atendimento das Secretarias de Fazenda de todos os Estados.

16.19.4 - Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão Municipal

a) Objetivos

Capacitar tecnicamente os municípios de pequeno e médio porte na elaboração de seus planos diretores, nas quais os segmentos institucionais estarão contidos.

b) Principais Realizações

- Está previsto atendimento 4.500 municípios.

16.19.5 - Trabalhos Executados Extra-Programados

a) Objetivos

Participação em Grupo Técnico de Trabalho integrado por entidades governamentais e não governamentais, com o objetivo de analisar e reformular o Projeto de Lei no. 5.788/90, do Senado Federal, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

- Participação em Grupo de Trabalho integrado pelos diversos Ministérios, com o objetivo de formular o Plano Decenal "Educação para Todos", Já em processo de implementação pelo Ministério da Educação.

- Realização de estudos sobre o Projeto de Delimitação Territorial entre os Estados do Pará e do Maranhão, por solicitação do Ministério da Justiça.

- Parecer em projeto para definição de ações para o desenvolvimento regional, apresentado pelo Instituto Euvaldo Lodi, envolvendo proposta de pesquisa na área geo-econômica de Brasília e entorno do Distrito Federal.

- Participação em Grupo de Trabalho composto por técnico de vários Ministérios, sob coordenação da Secretaria de Assuntos Estratégicos/PR, com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde, objetivando definir estratégias nas áreas de saúde, saneamento e meio-ambiente, visando a elaboração de um Plano Nacional.

- Participação juntamente com outros Ministérios, na concepção e organização da Çonferência sobre Estratégia em Saneamento, Meio Ambiente e Saúde", realizada em Brasília no período de 26 a 28 de maio de 1993.

17 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

17.1 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS

17.1.1 - Reestruturação do Sistema Penitenciário

a) Objetivos

Construir, reformar e ampliar estabelecimentos prisionais em todo o País, aumentando o número de vagas oferecidas pelo sistema.

b) Forma de Atuação

Transferências Intergovernamentais, através de Convênios, Acordos, Ajustes e outros Instrumentos.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	EXECUTADO (%)
CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS	
Construção do Centro de Internamento e Reeducação de Nisia Floresta-RN	1,77
Construção da Casa de Detenção de Porto Velho-RO	1,57
Construção da Penitenciária de Dourados-MT	0,95
Construção da Penitenciária de Rondonópolis-MT	3,14
Construção da Penitenciária de Cariri-CE	2,0
Construção da Penitenciária Bangu II - RJ	1,60
Construção do Setor "C" do Centro de Internaç. e Reeducação do DF	1,16
Construção da Penitenciária Federal do Pará-PA	1,77
Construção Penitenciária Masculina de Alagoas-AL	1,08
Construção da Penitenciária de Guajará-Mirim	0,22
Construção Posto Policial em Areal-Taguatinga-DF	12,23
Implantação Central de Controle Ativo da SSP-GDF	4,0
Construção Complexo Penitenciário Florianópolis-SC	0,04
Construção da Penitenciária de Aracaju-SE	1,80
Construção da Colônia Agrícola de Marabá - PA	5,88
Construção da Colônia Agrícola de Santarem - PA	4,27
REFORMA E AMPLIAÇAO	
Ampliação e Reforma da Penitenciária de Macapá-AP	0,02
Ampliação da Penitenciária Lemos de Brito - BA	29,50
Reforma e Ampliação da Colônia Agrícola de Magé-RJ	90,97
Reforma do Instituto de Psiquiatria Forense - PB	52,2

17.2 - CONSELHO FEDERAL DE ENTORPECENTES - CONFEN

17.2.1 - Prevenção, fiscalização e combate ao tráfico e uso de entorpecentes

17.2.1.1 - Prevenção das Drogas de Abuso

a) Objetivos

Promover campanhas localizadas de esclarecimento público sobre a natureza e efeitos das substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

b) Principais Realizações

VÍDEO-CLIP EDUCATIVO DE PREVENÇÃO ANTI-DROGAS EM PORTO VELHO/RO, A CARGO DO INSTITUTO EVA CÂNDIDO.

Produção de Vídeo matriz, gravado e editado em BETACAM com cópias em VHS em Umatic para distribuição em escolas e instituições interessadas.

MATERIAL DE PROPAGANDA E PREVENÇÃO ANTI-DROGAS, EM GUARAPUAVA/PR

Projeto em andamento.

17.2.1.2 - Recuperação do Usuário das Drogas de Abuso

a) Objetivos

Liberação de recursos, na forma de subvenções sociais, para custeio e manutenção de entidades privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvem trabalhos de recuperação e tratamento de usuários das drogas de abuso.

b) Principais Realizações

- Centro de Recuperação Vida Nova (CERVIN), Rolância/PR.
- Esquadrão da Vida de Bauru/Sp.
- Casa de Recuperação Nova Vida, Curitiba/PR.
- Associação Fazenda Renascer, Belo Horizonte/MG.
- Associação Beneficente Nova Vida, Ribeirão Preto/SP.

17.3 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

17.3.1 - Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM

a) Objetivos

- Efetuar o combate ao roubo/furto de veículos e a recuperação e devolução aos seus legítimos proprietários.

- Criar mecanismos inibidores da corrupção.

- Modernizar os procedimentos administrativos dos órgãos de trânsito.

- Formular estatísticas de frotas hoje inexistentes e necessárias para o planejamento dos setores ligados ao trânsito, transporte e urbanismo.

- Disciplinar e aumentar a segurança de trânsito através dos meios que propiciarão a efetiva cobrança de multas e punição dos infratores das regras de trânsito.

- Controlar a entrada e saída de veículos no território nacional, entre outros.

b) Forma de Atuação

Os serviços para a manutenção, a operacionalização a interligação dos cadastros estaduais à Central RENAVAM, foram executados através de Contrato com a Empresa Federal de Processamento de Dados - SERPRO.

c) Principais realizações

- Controle de veículos.

- Cadastramento de veículos.

17.3.2 - Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH

a) Objetivos

- Impedir que um mesmo motorista tenha mais de uma Carteira Nacional de Habilitação - CNH, dando efetividade na aplicação de penalidade de apreensão e cassação.

- Informar os impedimentos legais para a condução de veículos automotores.

- Facilitar a vida do usuário, modernizando os órgãos de trânsito simplificando e agilizando os serviços de transferências de registros entre Estados.

- Tornar eficaz as operações de fiscalização de trânsito.

- Apoiar os órgãos de segurança pública nas ações contra falsificadores e fraudadores de documentos de habilitação.

- Dificultar o fornecimento de CNH à pessoas não submetidas aos exames necessários e aprovados.

- Promover a integridade e a consistência dos processos de habilitação, evitando a duplicidade de registros ou a duplicidade de condutores com um mesmo registro.

- Fornecer subsídios para a formulação, execução e controle da política nacional de habilitação de condutores.

b) Principais Realizações

A demora na liberação dos recursos orçamentários, prejudicaram a operacionalização do Sistema RENACH e conseqüentemente o atingimento das metas previstas, ou seja: seis milhões de cadastros e controles de condutores.

17.4 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

17.4.1 - Defesa Nacional, Segurança Pública

a) Objetivos

- Cumprimento do Código Nacional de Trânsito e Legislação complementar.

- Fiscalização do trânsito, transporte de pessoas, bens materiais de toda ordem.

- Participação direta na prevenção e repressão às ações contra a vida, patrimônio, a ecologia e o meio ambiente e outras infrações previstas em Lei.

- Participação direta em operações de segurança pública em articulação com outros órgãos integrantes do sistema.

- Serviço de atendimento aos usuários das rodovias federais quanto as condições de tráfego, na malha rodoviária federal.

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Aquisição de viatura	viatura	200	73
Construção de postos	edificação	11	03

17.5 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

17.5.1 - Estudos e Pesquisas

Foram estabelecidos contatos com Universidades brasileiras e outros setores governamentais, no sentido incentivar a elaboração de proposta de projetos voltados à pesquisa em áreas indígenas, mediante convênios, termos e compromissos.

17.5.2 - Projetos Especiais

17.5.2.1 - Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal

Prevê a demarcação de 133 áreas indígenas na Amazônia Legal, a implantação de um sistema de vigilância dessas áreas por um período de três anos, o treinamento no campo do indigenísmo de 390 funcionários da FUNAI e a aquisição e instalação de um laboratório de geoprocessamento e cartografia computadorizada na FUNAI.

Encontra-se em fase de negociação com os bancos, havendo perspectiva de desembolso para julho de 1994 e faz parte do Programa Piloto de Conservação das Florestas Tropicais do Brasil que vem sendo negociado junto ao Grupo dos Sete (G-7) formado pelos sete países mais ricos do planeta.

17.5.2.2 - PRODEAGRO e PLANAFLORO

Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso e Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia respectivamente. Prevê ações de demarcação, vigilância, índios isolados e saúde para todos os grupos indígenas desses estados.

O primeiro ano do Projeto foi 1993, e sofreu um atraso de mais meses em razão da demora na aprovação do orçamento da União. Nesse primeiro ano foram comprados os equipamentos necessários ao projeto.

17.5.2.3 - Programa de Meio-ambiente e Comunidades Indígenas do Acre e Sudoeste do Amazonas - PMACI

Programa desenvolvido pelo Ministério do Meio-ambiente para prevenção do impacto da possível extensão da BR-364 até Rio Branco. Prevê ações de assistência e desenvolvimento de projetos de auto-sustentação econômico além de proteção a índios isolados.

Atualmente a FUNAI desenvolve com recursos do PMACI ações de proteção e localização de índios isolados na calha do rio Purus, no Amazonas.

17.5.3 - Defesa dos Direitos Indígenas

A Coordenação Geral de Defesa dos Direitos Indígenas-CGDDI, em fase de estruturação, levantou um quadro preliminar de violência contra índios e comunidades indígenas do país.

A Coordenação Geral de Defesa dos Direitos Indígenas - CGDDI tem sido o canal direto para que os índios possam contactar outros Órgãos, como: Procuradoria Geral da republica (PGR), o Departamento de Polícia Federal (DPF) o que têm facilitado o acompanhamento direto de assuntos de interesse de suas comunidades. Tem atendido também diretamente as mais variadas organizações nacionais e internacionais que tratam da defesa dos

direitos das pessoas humanas, bem como a Governos, que têm nos procurado através de suas embaixadas ou representações.

Ultimamente a CGDDI está desenvolvendo também um tipo de ação voltada para o fortalecimento e organização de Associações Indígenas que começam a ser estruturadas nas próprias aldeias. Esta Coordenação tem desenvolvido ações que procuram assegurar os direitos indígenas escritos na Constituição Federal, ou no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001) e nos acordos, tratados e convenções internacionais referentes à questão indígena, ratificados pelo Governo Brasileiro. Para tanto, atuamos, como já dissemos, junto a todas autoridades constituídas que de alguma forma possam nos auxiliar no cumprimento ao que dispõe as Leis supra citadas.

17.5.4 - Principais Realizações

DISCRIMINAÇÃO		EXECUTADO
OBRAS REALIZADAS		
Barra do Corda	- Reforma PIN-Posto Indígena Porquinhos	01
Barra do Garças	- Construção escola PIN Namunkurá	01
Bauru	- Construção enfermarias	02
Imperatriz	- Construção açudes	03
Barra do Garças	- Construção galpão	01
Itaituba	- Construção enfermarias	03
Macapá	- Reforma sede ADR	01
Rio de Janeiro	- Reforma anexo do Museu do Índio	02
Porto Velho	- Construção muro ADR Macapá	01
Bauru	- Reforma PIN Vanuire	03
Campo Grande	- Reforma ADR	01
São Luiz	- Construção de açudes	04
Itaituba	- Recuperação PIN Munduruku	01
Itaituba	- Recuperação prédio ADR	01
Xavantina	- Construção ponte área indígena	01
SUBSISTÊNCIA		
. Agricultura em áreas indígenas - hectare		17.792
. Horticultura - hectare		32,9
. Extrativismo - hectare		118
. Produção de borracha - toneladas		7,2
. Castanha do Pará e Jaborandi - toneladas		122
PECUÁRIA		
. Aquisição de Bovinos e Equinos - cabeças		13.592
. Produção de Leite - litros		23.600
. Formação de pastagens - hectare		3.783
. Criação de pequenos animais - cabeças		20.672
. Criação de aves - bicos		32.025
. Psicultura - alevinos		36.250
INFRA-ESTRUTURA		
. Construção de casas		212
. Construção de pomar - hectare		884
Doação de Feijão para grupos indígenas - quilos		164.960

DISCRIMINAÇÃO	EXECUTADO
Áreas indígenas identificadas/delimitadas e reestudo	41
Áreas indígenas demarcadas e/ou aviventadas	13
Áreas indígenas homologadas	16
Áreas indígenas declaradas	15
Áreas indígenas registradas	14
Áreas indígenas registradas - livre de invasão	05
ÁREA DE SAÚDE	
Consulta FUNAI	10.187
Consultas na rede pública	11.372
Consultas na rede particular	1.046
Total cirurgias	750
Pequenas cirurgias	679
Cirurgias de porte médio	20
Internações FUNAI	7.186
Internações na rede pública	2.923
Internaçoes na rede particular	92
Exames laboratoriais FUNAI	369
Exames laboratoriais rede pública	16.903
Exames laboratoriais rede particular	210
Procedimentos de enfermagem	398.765
Consultas enfermagem	149.864
Curativos realizados	18.773
Medicação parenteral	17.494
Medicação oral	73.113
Visitas domiciliares	3.391
Exames odontológicos	296
Aplicações de flúor	10.654
Exodontias	4.754
Restaurações	1.040
Próteses	2
Outros odontológicos	3.102
Palestras educativas	3.001
Visitas hospitalares	25
Pré-natal	2.379
Partos atendidos	1.165
Puérperas atendidas	1.214
Puericultura	427
Vacinas (dose)	23.390

17.6 - SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO - SDE

17.6.1 - Proteção e Defesa do Consumidor

- Implementação do Projeto de Conscientização e Educação do Consumidor, através de ações de mídia para a divulgação do Código de Defesa do Consumidor, por intermédio do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

- Elaboração do Projeto de Municipalização da Defesa do Consumidor, de modo a facilitar para os Estados e Municípios a criação e implantação da Proteção ao Consumidor - PROCONS, propiciando assim o seu uso em todos os níveis operacionais, independentemente de sua extensão e envergadura.

- Desenvolvimento do Projeto de Informatização do Cadastro de Reclamações Fundamentadas contra Fornecedores de Produtos e Serviços (bancos de dados), em atendimento ao disposto no art. 44 da Lei nº 8.078/90, com integração dos PROCONS, em conjunto com o setor de Modernização e Informática do Ministério da Justiça.

- Participação de técnicos nos trabalhos de operacionalização do MERCOSUL nas questões concernentes à política agrícola, às normas técnicas brasileiras e internacionais e o Código de Defesa do Consumidor.

- Participação nos trabalhos do Comitê do CODEX Alimentação do Brasil.

- Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade de participação na Comissão Temática de Consumidores tendo como objetivo principal introduzir a visão dos consumidores no programa.

- Realização do WORKSHOP "O Consumidor e a Qualidade de Bens e Serviços" com o objetivo do efetivo engajamento das entidades públicas e privadas de proteção e defesa do consumidor, no esforço nacional de melhoria da qualidade de bens e serviços.

- Elaboração do Projeto de Decreto da Organização da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, prevista no § 3º do art. 55, da Lei nº 8078/90.

- Projeto de Cadastro Nacional de Órgãos de Defesa do Consumidor, envolvendo PROCONS estaduais e municipais,Curadorias (M.P.) e Delegacias especializadas.

- Edição das Súmulas, com a finalidade de uniformizar entendimentos para o Sistema Nacional de defesa do Consumidor.

- Elaboração de Anteprojeto de Lei Complementar para a criação do Fundo de Defesa do Consumidor - FUNDEC, com finalidade de receber recursos privados de participação da União nas multas aplicadas pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC.

- Elaboração de manual de orientação técnica-jurídica aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, visando a uniformização dos processos e procedimentos administrativos do SNDC no País.

- Edição de exemplares do "Manual do Consumidor", objetivando o incentivo à criação e organização de entidades privadas de Defesa do Consumidor.

17.6.2 - Proteção e Defesa Econômica

- Apuração e Análise de denúncias sobre práticas irregulares de mercado como venda abaixo do custo, cartelizado, concorrência desleal, venda casada, aumento arbitrário de lucros e outras.

- Realização, com participação do Secretário de Direito Econômico, Diretor e Técnicos do Departamento de Proteção e Defesa Econômica - DPDE, de palestras para a divulgação e esclarecimentos sobre a legislação de Defesa Econômica.

- Conscientização do setor empresarial para a política de Defesa Economica conforme orientação governamental.

- Aplicação das normas de combate ao Abuso do Poder Econômico e de Defesa da Concorrência.

- Análise e Instrução de 272 (duzentos e setenta e duas) representações sobre o abuso do poder econômico.

- Instauração de 79 (setenta e nove) processos administrativos, dos quais 14 (quatorze) foram encaminhados, para julgamento, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

- Com relação a Atos de Concentração Econômica, foram submetidas à aprovação, 11 (onze) Consultas sobre Fusão e Incorporação de Empresas.

- Conforme estabelecido em Lei (nº 8.158/91), face aos indícios de lesão à livre concorrência a SDE baixou 9 (nove) medidas preventivas relativamente aos segmentos, cimenteiro, escolar, indústrias cirúrgicas, farmacêuticas, químicas e de defensivos agrícolas.

- Conforme Decreto nº 724, de 19.01.93, a SDE passou a ter participação efetiva no processo de privatização, cabendo-lhe a avaliação dos efeitos de desestatização de empresas estatais no mercado.

- Participação da SDE no Sub-Grupo nº 10, de harmonização da legislação de Defesa da concorrência no âmbito do MERCOSUL, no Uruguai.

- Treinamento de técnicos nos Estados Unidos, através da Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional - USAID, no Federal Trade Comission, e Universidades que tratam de Livre Concorrência.

- Participação em Seminário de Política Antitruste em Washington.

17.6.3 - **Qualificação Profissional**

- Realização do 13º Encontro Nacional de Defesa do Consumidor e 1º Encontro dos Países Latinos Americanos na área da Defesa do Consumidor.

- Curso para Técnicos visando aprimorar conhecimento na área do Direito Econômico, envolvendo matérias de direito, economia e contabilidade.

- Curso em linguagens de informática para técnicos de nível médio e superior.

17.7 - SECRETARIA DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - SEL

A Secretaria de Estudos Legislativos, órgão jurídico de atividades específicas, integrantes da estrutura do Ministério da Justiça, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, conforme o disposto no art. 19, letra p, da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, que "Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios", em 1993, intensificou as suas atividades regimentais, em especial às referentes a análise e a elaboração de projetos de lei, mediante pronunciamento técnico e jurídico e a supervisão e apoio às comissões e aos grupos especialmente constituídos pelo Ministro, com o objetivo de alterar códigos e atualizar legislações a fim de adequar o ordenamento jurídico à nova ordem constitucional, em 1993 foram realizadas 18 das 20 reuniões programadas.

17.8 - SECRETARIA DE POLÍCIA FEDERAL - SPF

Dentre as principais realizações pode-se citar a Conferência Ibero-Americana, realizada na cidade de Salvador/BA, no mês de julho/93.

DESCRIÇÃO DA META	EXECUTADO
Na área de Fazendária	
Inquéritos Policiais - FLAGRANTES	540
Inquéritos Policiais - PORTARIA	6.171
Na área de Entorpecentes	
Inquéritos Policiais - FLAGRANTES	1.473
Inquéritos Policiais - PORTARIA	593
Na área da Marítima - estrangeiros	
Inquéritos - FLAGRANTES	62
Inquéritos - PORTARIA	59
REPAROS E MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	
COLETES A PROVA DE BALAS	19
VIATURAS P/TRANSP. DE PRESOS	48

18 - MINISTÉRIO DA MARINHA

18.1 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

a) Órgão Responsável

Diretoria de Administração da Marinha.

b) Diretrizes

Garantia do cumprimento das cláusulas contratuais de pagamento de amortização, juros, comissões e outras despesas decorrentes de empréstimos internos e/ou externos.

18.1.1 - Dívida Interna e Externa/Amortização Encargos Financeiros

a) Objetivos

Pagamento de dívida sob responsabilidade da Marinha.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

Prosseguimento do pagamento da dívida interna e externa.

18.2 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

a) Órgão Responsável

Secretaria de Comissão Internacional para os Recursos do Mar - SECIRM.

b) Diretrizes

Desenvolvimento de Atividades de pesquisas antárticas, visando o conhecimento do Cenário, em consonância com os objetivos e diretrizes gerais estabelecidos na Política Nacional para Assuntos Antárticos.

18.2.1 - Pesquisa e Desenvolvimento

a) Objetivos

Orientar as atividades de pesquisa para desenvolvimento de novos sistemas de armas, aperfeiçoamento dos meios de controle de navegação, comunicações e eletrônica (geofísica e oceanografia).

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Prosseguimento dos Trabalhos do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) ligados aos Sistema de Previsão Ambiental e Sistema de Diagnóstico Ambiental.

- Prosseguimento do Desenvolvimento do Sistema de Controle Tático (SICONTA).

- Prosseguimento das pesquisas de elementos componentes do sonar de casco para submarinos.

- Prosseguimento do projeto de desenvolvimento de minas de fundeio de contato e de influência acústica e magnética.

18.2.2 - Missão Antártica

a) Objetivo

Promover a realização de pesquisas científicas na Região Antártica com a finalidade de compreender os fenômenos lá ocorrentes, sua influência sobre o Brasil e possibilitar a participação do País no aproveitamento dos recursos naturais da área.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

Na área de Educação e Treinamento foi preparado o pessoal para a realização da Operação Antártica XII.

Foram realizados com êxito as operações de abastecimento, manutenção e reparos e apoio às atividades de pesquisas realizadas nas Estações Antártica Comandante Ferraz.

18.3 - DEFESA NAVAL

a) Órgão Responsável

UO - 31101 - SECRETARIA-GERAL DA MARINHA - SGM.

b) Diretrizes

- Capacitação adequada para Tarefas específicas, orientadas para a defesa dos elementos do Poder Marítimo e com precedência para aqueles localizados nas águas nacionais e nas hidrovias das Bacias Amazônica e do Rio Paraguai.

- Garantia de um apoio logístico seletivo, com prioridade para os novos meios, permitindo a manutenção da prontidão operativa das Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais.

- Nacionalização progressiva do material, com atendimento dos requisitos operativos indispensáveis e manutenção da continuidade da construção de meio navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais.

18.3.1 - Desenvolvimento de Meios Flutuantes
Renovação e Ampliação de Meios Flutuantes
Reaparelhamento da Marinha
Patrulha Costeira

a) Objetivos

- Criar suporte para o desenvolvimento de meios operativos, no País e no Exterior, tanto na fase de concepção de novos projetos, quanto na fase de construção.

- Dotar a Marinha de meio operativos e embarcações de apoio através da aquisição e da construção de novas unidades, além de modernização das existentes.

- Prover a Marinha de uma Força Naval moderna e eficiente, através da ativação do parque industrial nacional e da absorção de novas tecnologias no campo de construção naval.

- Exercer a Política Naval, visando ao controle, no que interessar à Segurança Nacional, do uso do mar territorial e zona contígua, das águas interiores, da plataforma continental, bem como dos terrenos de Marinha e marginais dos portos, rios, lagos e canais.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Iniciadas gestões junto à Marinha dos EUA, de modo a adquirir até seis Fragatas da classe KNOX e um Navio de Desembarque de Carros de Combate classe NEWPORT, a fim de substituir, a curto prazo, navios de idade avançada, compensando o atraso da construção naval nacional.

- Iniciado o Processo de Obtenção de um Navio Polar para apoio ao Programa Antártico Brasileiro, através de concorrência internacional, a fim de substituir, a curto prazo, o NApOc "Barão de Teffé".

- Construídas quatro unidades de Navio-Patrulha classe "GRAJAÚ", em estaleiros nacionais.

- Contratada a construção de duas unidades de Navio-Patrulha classe "GRAJAÚ", em estaleiro alemão

- Iniciado o processo de obtenção de mais duas unidades de Navio-Patrulha classe "GRAJAÚ".

- Em andamento a construção de três submarinos da classe IKL-1.400 com lançamento realizado da 1ª unidade em 18 de novembro de 1993.

- Elaborados os seguintes projetos:

  . construção de um Navio-Transporte Fluvial - NTrFlu;

  . conversão do Navio-Tanque "Potengi" em Navio de Apoio Logístico para a área do 6ºDN;

  . conversão do Monitor "Parnaíba" em Navio-Patrulha Fluvial para a área do 6ºDN;

  . construção de três navios balizadores; e

  . atualização dos planos das Corvetas classe "INHAÚMA", com a finalidade da construção de oito novas unidades modernizadas, que constituirão uma nova classe de navio.

- Modernização dos sistemas de armas e máquinas do NAeL "Minas Gerais", com o propósito de estender sua vida útil até o ano 2.000.

- Iniciada a contratação da modernização dos sistemas de armas e máquinas das seis Fragatas classe "NITEROI".

- Iniciado o processo de:

  . obtenção de um simulador de imersão e construção da infra-estrutura de apoio à operação;

  . obtenção de dez lanchas-patrulha e de polícia naval para a rede de Capitanias - LPPN-21;

  . obtenção de dez lanchas-patrulha e de polícia naval para o projeto Calha-Norte - LPPN-7;

  . obtenção de cinco embarcações de desembarque de viaturas e material - EDVM-25;

  . obtenção de vinte e cinco embarcações de desembarque de viaturas e pessoal - EDVP-11; e

  . obtenção de oito agências - escolas flutuantes para emprego na região amazônica.

- Iniciadas gestões junto à Marinha dos EUA, de modo a adquirir oito helicópteros SH-3, Sea King.

- Feitos entendimentos finais para assinatura de contrato com a WESTLAND, ROLLS ROYCE e RACAL, para aquisição de nove helicópteros Super LYNX e modernização de cinco helicópteros LYNX, destinados a equipar as Fragatas classe "NITEROI" e Corvetas classe "INHAÚMA".

- Em andamento a aquisição de dois helicópteros UH-12 ESQUILO MONO TURBINA, construído na HELIBÁS e dois UH-14 COUGAR, construídos na França.

- Recebidas e entregues ao setor operativo trinta viaturas REO 2 1/2 ton.

- Recebidas e entregues ao setor operativo dois equipamentos veiculares lançadores/recolhedores de esteiras metálicas de praia e 1 trator escavo-carregador 3/4 ton, com implemento de empilhadeiras.

- Em andamento a obtenção de cinco viaturas de 2 1/2 ton Mercedez-Benz e sete viaturas 1/2 ton toyota para complementação e renovação da dotação dos Grupamentos de Fuzileiros Navais.

- Iniciado o processo de obtenção de mísseis anti-carro de médio alcance para os Batalhões de Infantaria de Fuzileiros Navais.

- Iniciado o processo de obtenção de mísseis anti-aéreos com lançadores portáteis para a Divisão Anfíbia da Força de Fuzileiros da Esquadra.

- Em andamento a obtenção de novos carros de lagarta anfíbios.

- Prosseguimento da construção do Reator Nacional de Água Pressurizada de 11 Mw (Reator Protótipo em terra) para aplicação tanto na propulsão nuclear de submarinos, como na geração de energia elétrica em localidades remotas.

- Ações de patrulha costeira e fluvial pelas unidades dos Distritos Navais. Ações de polícia naval pela unidade das Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências.

18.3.2 - Coordenação das Ações da Força Naval
Operação e Adestramento das Forças Navais
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos e Apoio às Forças Navais
Desenvolvimento de Projetos Especiais

a) Objetivos

- Atender às necessidades decorrentes de situações imprevistas, inadiáveis e outras emergênciais relacionadas com a operação e pronto emprego das Forças Navais.

- Desenvolver, manter e operar as Organizações Militares e os sistemas administrativos respectivos, para garantir o grau desejado de segurança nas linhas de tráfego marítimo e na defesa do mar territorial.

- Desenvolver e aplicar novas técnicas, imprescindíveis para tornar o País cada vez menos dependente do exterior em projetos especiais relacionados com a Segurança Nacional.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Prosseguimento da construção do Reator Nacional de Água Pressurizada, bem como do Laboratório de Desenvolvimento de Equipamentos de Propulsão, do Motor Elétrico para Propulsão, e de Laboratórios, Materiais, Equipamentos e Sistemas necessários a construção do Submarino Nacional de Propusão Nuclear.

- Manutenção e reparo dos meios flutuantes, aéreos e do material específico dos Fuzileiros Navais, de acordo com a programação constante dos diversos Programas de Adestramento e do Programa Geral de Manutenção (PROGEM), deste Ministério.

- Avaliação, controle e divulgação das informações sobre o meio ambiente em geral e obtida capacitação em recebimento de imagens satélites geradas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para utilização em proveito das Operações Navais, das Organizações Navais e da segurança e navegação.

- Construção, manutenção e operação do material utilizado na segurança do Tráfego Marítimo e fluvial (faróis, balisas e etc.).

- Emprego de unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais em operações e exercício de vulto interno à Marinha e, ainda, com unidades e forças navais de nações amigas. Quanto às operações de vulto interno, destacam-se as operações DRAGÃO XXIX, TROPICALEZ, TEMPEREX; no plano externo, participou-se das operações UNITAS XXXIV, FRATERNO e ARAEX.

- Exercícios de menor vulto e viagens ao exterior em apoio à política externa brasileira, compreendendo a presença de navios da Marinha em países da América do Sul, Caribe, África Ocidental, e Europa, portos amazônicos da Colômbia e Peru e portos fluviais do Paraguai e Argentina.

- Visita do Navio-Escola "BRASIL" a quatro portos nacionais e vinte estrangeiros. Participaram do cruzeiro de instrução Guardas-Marinha de nações amigas, um Aspirante do Exército Brasileiro, um oficial da Força Aérea Brasileira, um Praticante da Marinha Mercante e diplomata do Ministério das Relações Exteriores.

- Dando prosseguimento ao Programa Antártico Brasileiro, foi realizada a Operação ANTÁRTICA XI e dado início a Operação ANTÁRTICA XII, contando com a participação do NApOc "BARÃO DE TEFFÉ" e o apoio de aeronaves C-130 da FAB.

18.4 - ENSINO MÉDIO/ENSINO SUPERIOR

a)Órgão Responsável

Diretoria de Ensino da Marinha - DEnsM.

b)Diretriz

Atualização contínua da capacidade do pessoal para absorção adequada da constante evolução tecnológica dos Sistemas Navais.

18.4.1 - Ensino Preparatório/Manutenção Ensino Profissional

a) Objetivo

Proporcionar o custeio da vida vegetativa dos Órgãos de Direção-Geral do Ensino de formação profissional de nível superior e de pós-gradução.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

- Manutenção e reaparelhamento das Organizações Militares de ensino, que ministram cursos para formação, graduação, especialização e aperfeiçoamento de Oficiais e Praças.

- Realização de cursos e estágios extra-Marinha para Oficiais, Praças e Pessoal Civil, no País e/ou Exterior, constantes do Plano Geral de Instrução (PGI) deste Ministério.

- Apoio aos Instrutores e alunos do Ensino Profissional Marítimo.

- Investimentos em Formação de Pessoal para a Marinha Mercante.

- Obtido um simulador de manobra de navios para atender a formação de pessoal para a Marinha Mercante.

18.5 - SAÚDE

a) Órgão Responsável

Diretoria de Saúde da Marinha.

b) Diretrizes

Desenvolvimento das atividades na área de saúde, visando o atendimento do pessoal da ativa, inativos e dependentes, bem como a co-participação na ação de assistência prestada pelo governo.

18.5.1 - Operacionalização do Sistema Único de Saúde(SUS)

a) Objetivo

Medicina Assistencial.

b) Forma de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

Realizadas, na Amazônia, missões pelos Navios de Assistência Hospitalar (NASH) "Osvaldo Cruz" e "Carlos Chagas", conforme convênio entre o Ministério da Marinha e o Ministério da Saúde, que trazem bons resultados em termos de medicina assistencial, atendimento odontológico e farmacêutico às populações ribeirinhas daquela região.

19 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL

O Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal tem como finalidade planejar, coordenar e controlar as atividades relativas à política nacional do meio ambiente, a preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais renováveis, articular e coordenar as ações da política integrada para a Amazônia Legal, visando à melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas.

Foi criado pela Lei nº 8.746, de 09 de dezembro de 1993, encontrando-se em exame a proposta de sua organização e funcionamento pelos escalões competentes do Poder Executivo.

a) Principais Realizações

Coordenação e Manutenção do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SNMA

Deu-se prioridade aos seguintes projetos e atividades nas diversas esferas de governo:

- apoiar o projeto de proteção aos índios isolados do Rio Purus (AM);

- participação na exposição Amazônia Urgente (PA);

- produção de material educativo (AC);

- monitoramento da Fronteira Brasil-Uruguai na região de Candiota (RS);

- criação de um banco de dados ambientais e informações geográficas (Rio Branco/AC);

- restauração do horto municipal de Rio Branco - AC;

- implantação do polo municipal de produção agroflorestal do município de Rio Branco/AC;

- implantar a política municipal do meio ambiente e instalação do Conselho Municipal do Recife/PE;

- pesquisa sobre o aproveitamento dos produtos cultivados e o aproveitamento da polpa de cupuaçu e palmito da pupunha no Acre;

- proporcionar a manutenção das áreas de reflorestamento com frutíferas no Acre;

- implantação de mini-usina de beneficiamento de borracha natural no Acre;

- integrar a população local nos processos de conservação na região de Guaraqueçaba/PR;

- material didático para as escolas das reservas extrativistas na Amazônia;

- "Workshop" para discutir e estabelecer metas técnicas visando à organização de rede de informação sobre a biodiversidade;

- projetos demonstrativos para a capacitação de professores objetivando a consciência ambiental;

- capacitação de monitores de saúde no Acre;

- suporte às ações de assessoramento aos trabalhadores rurais e seringueiros do Acre; e

- projetos para a capacitação de recursos e a elaboração de mapas da Mata Atlântica.

Coordenação da Política de Cooperação Internacional

Este programa de trabalho foi totalmente cumprido e houve a participação deste Ministério nas seguintes atividades internacionais:

- Mercado Comum do Sul - MERCOSUL;

- Tratado de Cooperação Amazônica - TCA;

- cooperação técnica e científica bilateral com a Alemanha, o Japão, os Estados Unidos da América, a França, a Inglaterra e os países fronteiriços;

- reuniões multilaterais das Agências Especializadas do Sistema das Nações Unidas, participação nas negociações do Acordo Internacional de Madeira Tropical, Convenção de Basiléia e Protocolo de Montreal;

- houve apoio ao projeto de cooperação firmado com o PNUD (Projeto BRA/92/010) e iniciou-se a implantação do Sistema da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED); e

- o Ministério promoveu a articulação junto ao Ministério das Relações Exteriores e às Agências Especializadas do Sistema das Nações Unidas, destacando-se o acompanhamento das reuniões referentes à Convenção de Diversidade Biológica e as negociações referentes à Convenção de Desertificação.

Acompanhamento e Avaliação de Projetos Setoriais

Houve as seguintes realizações:

- estabeleceu-se estratégias e linhas de ação na condução de projetos setoriais com financiamento externo visando ao cumprimento da política nacional do meio ambiente; e

- analisou-se junto com a Fundação Nacional do Índio as ações implementadas na área de abrangência do PMACI em relação aos índios isolados.

A recente aprovação da estrutura do Ministério no mês de dezembro de 1993, bem como o atraso na aprovação do orçamento no último exercício financeiro limitou as atividades deste programa, porém, alguns aspectos setoriais ligados à integração regional, mineração e transporte e com interface com a área ambiental foram acompanhados e avaliados.

Sistema de Estruturação ao Programa de Proteção às Florestas Tropicais

Houve as seguintes realizações:

- programa de Cooperação Internacional para a Promoção do Desenvolvimento dos Recursos Naturais;

- realização de 4 (quatro) reuniões da Comissão Interministerial de Coordenação do PPG-7 visando à implantação e à estruturação de sua Secretaria Executiva;

- a implantação das Secretarias Técnicas no Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, no Ministério da Ciência e Tecnologia, na Secretaria de Assuntos Estratégicos - PR, no IBAMA e na FUNAI; e

- iniciou-se a implantação das atividades referentes às Secretarias Técnicas.

Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro

Este programa apresentou as seguintes realizações:

- levantamento, análise e sistematização de dados relativos ao diagnóstico ambiental, político-institucional e jurídico da Zona Costeira brasileira, com o objetivo de fundamentar a estratégia de implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, aprovado pela Resolução nº 01 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, 22/11/90;

- delimitação e compartimentação da Zona Costeira em 12 segmentos ambientais, como subsídio ao macrozoneamento do litoral; e

- elaboração do trabalho "A Zona Costeira Brasileira: Subsídios para uma Avaliação Ambiental" e confecção de 5 (cinco) cartogramas na escala 1:5.000.000 dos seguintes temas: divisão territorial; principais vetores de ocupação; uso dos recursos naturais; unidades de conservação, áreas indígenas e fauna ameaçada de extermínio; delimitação e compartimentação da Zona Costeira bem como a

impressão de 1.000 (mil) exemplares deste documento, com mais de 200 páginas ilustradas, destinado aos órgãos setoriais do Governo Federal, aos governos estaduais e municipais responsáveis pela gestão ambiental e demais instituições públicas, técnico-científicas, empresariais e não governamentais interessadas na questão costeira.

Desenvolvimento da Pesca e Aqüicultura

Apoiou-se projeto de desenvolvimento sócio-econômico de regiões ribeirinhas e a recuperação de matas ciliares das bacias dos rios Santana, Jacaré e trechos do São Francisco em Minas Gerais.

19.1 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

19.1.1 - Proteção ao Meio Ambiente

19.1.1.1 - Educação Ambiental

a) Objetivo

Permitir aos indivíduos e grupos sociais intervirem através da abordagem das questões relativas à construção da cidadania e, conseqüentemente, no processo de organização da sociedade e do Estado, segundo os processos formais e não formais da educação.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênio.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL E NÃO FORMAL			
Centro Implantado	U	01	01
Estudo e Pesquisa Desenvolv.	Projeto	20	20
Material Institucional Prod.	U	20	20
Curso Apoiado	Curso	08	08
Atividades Educ. Desenv.	U	56	56
- DIVULGAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA			
Publicações Técnicas	Public.	08	40
Prod. de Mat. Audio-Visual	U	80	80
- INFORMAÇÃO AMBIENTAL			
Centro Implantado	U	01	01
Infra-estrutura de Inf. Implant.	U	06	12
Sistema de Informação Implant.	Sistema	02	02

19.1.1.2 - Meio Ambiente - PNMA

a) Objetivo

Implantação de uma eficaz Política Nacional sobre o Meio Ambiente, através da aplicação de métodos analíticos multi e interdisciplinares, na Proteção aos Ecossistemas do Pantanal e Floresta Atlântica.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL			
Material Instrucional Prod.	U	15	07
Projeto Apoiado	Projeto	05	04
Trein. de Pes. (Curso) - 20	Curso	12	10
Fortalecimento Institucional	Projeto	05	04
Fortalecimento dos OEMAS	U	08	08
- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO			
Unidade de Cons. Implantada	U	45	45
Implantação de Unid. Modelo	U	05	05
- PROTEÇÃO DE ECOSSISTEMAS			
Ecossistemas Protegidos	Projeto	13	11

19.1.1.3 - Controle de Qualidade Ambiental

a) Objetivo

Planejar, coordenar, auxiliar e executar as atividades de controle da qualidade ambiental da flora e fauna.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- PREVENÇÃO/COMBATE ÀS QUEIMADAS PREVFOGO Prev. e Combate Incêndio Florestal e Queimadas	U	25	06

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- CONTROLE AMBIENTAL			
Perícia Identificação	U	01	01
Licenciamento Implantado	Estudo	270	59
Evento Semin. e Reun. Téc.	U	01	01
Participação em Evento	Evento	01	01
Treinamento de Pessoal	Curso	02	02
Recuperação de Áreas Degrad.	Projeto	02	02
- QUALIDADE AMBIENTAL			
Substância Estudada	U	136	200
Estudo e Diagnóstico	U	01	01
Evento Semin. e Reun. Téc.	U	03	02
Projeto Apoiado	Projeto	02	01
Sistema Implantado	U	02	01
Monitor de Qual. Ambiental	Projeto	03	01
Macrozoneamento da Zona Costeira	Projeto	01	01
- CADASTRO E REGISTRO			
Cadastramento Técnico Realiz.	U	1.000.000	25.000
- CONTROLE POLUIÇÃO INDUSTRIAL			
Projeto de Cooperação Intern.	Projeto	01	01

19.1.2 - Ciência e Tecnologia

19.1.2.1 - Incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento do Conhecimento Científico

a) Objetivo

Colaborar para o conhecimento dos ecossistemas visando ao aperfeiçoamento e desenvolvimento de tecnologias ambientais.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA-ZEE			
Embarcação Construída	U	02	02
Estudo e Pesq. Desenvolvida	U	04	04
- BIODIVERSIDADE			
Apoio ao Desenv. da Pesq.	Pesquisa	06	06
Seminário Realizado	Evento	01	01

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS			
Pesquisa de Espécie Florestal e Resíduo	Pesquisa	25	17
Pesquisa no Cerrado e Terras Baixas	Pesquisa	02	01
Estudo e Pesq. Desenvolvida	Unidade	40	57
Pesquisa em Aqüicultura	Projeto	12	20
Pesquisa Pesqueira	Projeto	12	12
- MONITORAMENTO AMBIENTAL			
Manut. de Centro de Pesq.	Unidade	04	04
Rede de Monit. Ambiental	Rede	01	01
Monit. da Cobert. Vegetal	KM2	800.000	800.000
Zoneamento de Unid. Cons.	Projeto	01	03
Estatística Ambiental	Levantam.	27	10
- FORMAÇÃO DE SERINGAIS DE CULTIVO PROBOR III			
Seringais Assistidos	Ha	18.407	18.407

19.1.3 - Produção Animal

19.1.3.1 - Desenvolvimento da Pesca e Aqüicultura

a) Objetivo

Promover o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades pesqueiras artesanais e manter as unidades produtoras e distribuidoras de larvas e alevinos.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- ORDENAMENTO PESQUEIRO			
Comunidade Assistida	Comunid.	45	45
Reunião Técnica	Unidade	11	07
- FOMENTO PESQUEIRO E OPERAC. DA INFRAEST. DA PESCA			
Produção de Larva	Milhões	35	12
Produção de Alevinos	Milhões	12	10
Instituição Apoiada	Instit.	05	05
POLÍTICA DE PESCA E MONIT. DE ESTOQUES PANT. MAT.			
Ordenamento da Pesca	Unidade	02	02

19.1.4 - Preservação dos Recursos Naturais Renováveis

19.1.4.1 - Proteção e Conservação de Ecossistemas

a) Objetivo

Salvaguardar as espécies em extinção, em todo Território Nacional.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA			
Manutenção de Unidade de Conservação da Natureza	Unidade	94	79
Unidade de Conservação Implantada	Unidade	07	14
- PROTEÇÃO E MANEJO DA FLORA E FAUNA			
Projeto Apoiado	Projeto	07	07
Manutenção de Centro	Unidade	15	08
Vist. de Zool. Cria. e Orq.	Unidade	350	290
Área de Proj. Amb. Implem.	Unidade	68	19
- CENTROS DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DA FAUNA			
Manutenção de Centro	Unidade	15	04

19.1.4.2 - Manutenção do Complexo de Ecossistemas

a) Objetivo

Articular o sistema de meio ambiente visando a sua preservação e controle.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- IMPLEMENTAÇÃO E MANEJO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO			
Treinamento de Pessoal	Curso	08	01
Unidade de Conservação Impl.	Unidade	45	45
Planos de Manejo Implantação de Unidades Mod.	Unidade	05	05

19.1.4.3 - Fiscalização dos Recursos Ambientais

a) Objetivo

Planejar, coordenar, auxiliar e executar as atividades de fiscalização dos recursos ambientais.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- FISCALIZAÇÃO DA FAUNA/ FLORA			
Acompanhamento da Programação	Projeto	01	01
Realização de Oper. Especial	Unidade	03	03
Evento, Seminário e Reunião Tecnica	Unidade	06	04
Participação em Feiras e Congressos	Unidade	14	02
Treinamento de Pessoal	Curso	28	10
Posto Mantido	Posto	51	51
Promover Integração Oper.	Perc.	24	24
Operações de Fiscal	Oper.	1050	1050
- FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PESQUISADOS			
Acompanhamento da Programação	Projeto	01	01
Realização de Oper. Especial	Unidade	02	02
Evento, Seminário e Reunião Técnica	Unidade	03	03
Participação em Feiras e Congressos	Unidade	04	02
Treinamento de Pessoal	Curso	07	05
Posto Mantido	Posto	24	24
Promover Integração Oper.	Perc.	06	06
Operações de Fiscal	Oper.	345	345
- FISCALIZAÇÃO DA POLUIÇÃO/DEGRADAÇÃO AMBIENTAL			
Realização de Oper. Especial	Unidade	150	10
Treinamento de Pessoal	Curso	04	05
Posto Mantido	Posto	03	03
Promover Integração Operac.	Perc.	02	02

19.1.4.4 - Desenvolvimento Sustentado das Unidades de Conservação de Uso Direto

a) Objetivo

Implantar, consolidar, gerenciar e desenvolver as reservas extrativistas.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS			
Unidade Beneficiada	Unidade	20	09
Estudo, Pesquisa e Levantamentos Realizados	Unidade	10	14
Elaborar Plano	Unidade	03	02

19.1.4.5 - Manejo dos Recursos Naturais Renováveis

a) Objetivo

Coordenar as atividades de manejo e utilização racional dos recursos naturais renováveis através da produção de mudas e regeneração de áreas degradadas.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- REPOSIÇÃO FLORESTAL			
Apoio a Projetos Específicos	Unidade	27	27
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO FLORESTAL			
Assistência Técnica Prestada	Unidade	2.300	2.300
- FLORESTAS NACIONAIS			
Seminário Realizado	Evento	01	01
Elaborar Plano	Unidade	28	10
Implantar Florestas	Unidade	39	20

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- ORDENAMENTO/MANEJO FLORESTAL			
Projeto Acompanhado e Fiscalizado	Projeto	3.000	200
Avaliação Realizada	Avaliaç.	1.200	200
Vistoria de Projetos Florestais	Projeto	1.200	400
- FOMENTO FLORESTAL			
Produção de Mudas	Mil Unid.	6.000.000	6.000.000
Treinamento de Mão-de-Obra	Pessoal	1.050	1.050
- SEMEAR - ARBORIZAÇÃO URBANA E RURAL			
Plantar Mudas Diversas	Unidade	33.000	33.000

19.1.5 - Comércio

19.1.5.1 - Coordenação das Atividades Industriais dos Produtos Florestais

a) Objetivo

Manter os atuais níveis de produção e comercialização dos produtos florestais, atender a pequena e média empresa, financiar a safra da borracha natural e manter o estoque regulador.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA DA BORRACHA			
Custeio e Comercialização da Safra	T	8.000	8.000
- ACOMPANHAMENTO DE MERCADO E DESENV. TECNOLÓGICO			
Inspeção Realizada	Unidade	05	05
Levantamento das Indústrias do Setor Florestal	Estudos	01	01
Controle da Exportação de Madeira	M2	80.000	80.000

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- SERINGAL NATIVO/VALORIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA			
Diagnóstico Elaborado	Unidade	01	01
Usina Mantida	Unidade	01	01
- MANUTENÇÃO DA REDE FÍSICA ARMAZENADA			
Rede Mantida	Rede	01	01

19.1.5.2 - Coordenação de Assuntos Internacionais

a) Objetivo

Coordenar, acompanhar e analisar os projetos de cooperação e assistência técnica.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CIENTÍFICA INTERNACIONAL			
Projeto de Cooperação Internacional	Projeto	01	01
- COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL BRASIL-ALEMANHA			
Estudo e Pesquisa Desenvolvido	Unidade	03	03

19.1.5.3 - Participação em Organismos Internacionais

a) Objetivo

Promover a presença do Governo Brasileiro nos Organismos Internacionais de seu interesse, por razões de ordem política, social, econômica, comercial, cultural, científica e tecnológica.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e através de ação delegada - convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- INTERNATIONAL RUBBER RESEARCH AND DEV. BOARD Organismo Internacional Pago	Anuidade	01	01
- INTERNATIONAL TROPICAL TIMBER ORGANIZ Organismo Internacional Pago	Anuidade	01	01
- INTERNATIONAL UNION OF CONSERV. OF NATURE AND NATURAL RESOURCES Organismo Internacional Pago	Anuidade	01	01
- CITES - CONVENTION ON INT. TRADE IV ENDENG. SPECIES OF URIED FAUNA AND FLORA Organismo Internacional Pago	Anuidade	01	01
- MECORED/PNUMA - REDE LATINO AMERICANO PARA FORMAÇÃO Organismo Internacional Pago	Anuidade	01	01

19.2 - FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - FNMA

O Fundo Nacional do Meio Ambiente é um fundo de natureza contábil, criado pela Lei nº 7.797/89, regulamentado pelos Decretos nºs 98.161/89 e 99.249/90, e tem como finalidade essencial promover o desenvolvimento de projetos que visem ao uso racional e sustentável dos recursos naturais incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira com prioridade para a Amazônia Legal, sem prejuízo para as demais áreas. Os projetos apoiados financeiramente pelo FNMA devem ter caráter inovador e efeito multiplicador.

Os recursos do FNMA devem ser aplicados mediante convênios, acordos ou ajustes, celebrados com órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem assim com Entidades Privadas cujos objetivos estejam associados aos do FNMA, desde que essas não possuam fins lucrativos.

A gestão do FNMA, obedecidas as prescrições da legislação própria, é de responsabilidade do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, competindo-lhe praticar atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relacionados com o Fundo, em especial quanto ao ordenamento, empenho, liquidação e pagamento de despesas, bem como suas anulações.

O FNMA é administrado por um comitê, presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e composto por representantes do MMA, IBAMA, SEPLAN/PR e Organizações não Governamentais - ONGS.

O Comitê possui Regimento Interno aprovado à época, pelo Secretário do Meio Ambiente, através da Portaria no 71 de 30 de agosto de 1991. De acordo com o referido Regimento, o Comitê possui uma Coordenação de Assuntos Especiais diretamente subordinada ao seu Presidente, para atender às atividades de apoio técnico e administrativo.

O FNMA alcançou 73 % da principal meta física prevista para 1993, ao celebrar 113 (Cento e treze) convênios e 39 (trinta e nove) Termos Aditivos alocando recursos para 1993, no total de Cr$ 454 milhões, correspondente a 61,4 % do seu orçamento anual.

a) Principais Realizações

MANUTENÇÃO DO COMPLEXO DE ECOSSISTEMAS

- Viveiros de mudas...03 proj.
- Preservação de Parques Nacionais...........................05 proj.
- Seminários e Encontros de Entidades Ambientalistas.....04 proj.
- Educação Ambiental..24 proj.
- Preservação de Espécies (flora e fauna)...............10 proj.
- Recuperação de Solos degradados........................11 proj.
- Agricultura Ecológica......................................14 proj.
- Recomposição de Matas Ciliares.........................05 proj.
- Produção de Vídeos Ecológicos...........................05 proj.
- Inventários Floristicos.....................................03 proj.
- Agroecologia em áreas indígenas.........................05 proj.
- Pesquisa Ambiental...19 proj.
- Zoneamento de Geo-sistemas...............................08 proj.
- Assistência Técnica ao Setor Florestal.................02 proj.

DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSSISTEMAS DA AMAZÔNIA LEGAL

- Pesquisa sobre o Garimpo de Ouro na Amazônia..........01 proj.
- Recuperação de solos degradados através de reflorest...01 proj.
- Inventário Florestal.......................................02 proj.
- Pesquisas de espécies floristicas da Amazônia.........03 proj.

DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSSISTEMAS DA MATA ATLÂNTICA

- Capacitação técnica em Agroecologia em Tijupá(MA)......01 proj.
- Avaliação de doenças transmitidas pelo lixo hospit.(RJ)01 proj.
- Produção de Vídeos Ecológicos...........................03 proj.

DEFESA DO COMPLEXO DE ECOSSISTEMA CERRADO

- Levantamento de espécies predadoras da soja............01 proj.
- Agricultura Ecológica......................................01 proj.

DEFESA DO COMPLEXO DO ECOSSISTEMA DO PANTANAL

Foram apoiados 02 (dois) projetos em favor da região do Pantanal, através da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (Orquidário da FESMAT, Educação Ambiental).

DEFESA DO COMPLEXO DO ECOSSISTEMA DA ZONA URBANA

Foram apoiados 10 (dez) projetos na área de Educação Ambiental.

DEFESA DO COMPLEXO DO ECOSSISTEMA DA CAATINGA

Foi apoiado apenas 01 (hum) projeto, à conta desta atividade, para fortalecimento institucional de uma ONG (CAATINGA).

DEFESA DO COMPLEXO DO ECOSSISTEMA DA ZONA COSTEIRA FLUVIAL

- Implantação de viveiros de mudas para reflorestamento..01 proj.
- Técnicas alternativas através de hortas...............01 proj.
- Preservação de reservas biológicas.....................01 proj.
- Educação ambiental em Colombo/PR.......................01 proj.
- Metodologia para produção de pacu......................01 proj.
- Agricultura biológica..................................01 proj.
- Vídeos Ecológicos......................................01 proj.

20 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

A realidade do setores energético e mínero-metalúrgico sob a supervisão do Ministério de Minas e Energia, durante 1993, foi caracterizada por um quadro onde estavam presentes os seguintes problemas estruturais: elevado grau de desperdício na utilização de energéticos; restrições macroeconômicas que dificultaram a elevação dos investimentos setoriais; instabilidade da política tarifária; forte desequilíbrio econômico-financeiro no segmento de serviços de energia elétrica; restrições legais para a participação da empresa privada nesses setores e baixo aproveitamento do potencial mineral disponível no país.

As ações do governo foram orientadas para corrigir tais distorções. Entre as medidas adotadas destacam-se a reformulação do modelo econômico-financeiro do setor de energia elétrica, introduzindo a desequalização tarifária e outros mecanismos que permitiram o equacionamento das dívidas do setor e a restauração da capacidade de investimento das empresas, através da Lei n. 8.631, de 04/03/93, que dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida, alterada pela Lei n. 8.724, de 28/10/93, estabelecendo novos procedimentos nas compensações com a Conta de Resultados a Compensar - CRC.

Igualmente foram privilegiadas as ações objetivando a competitividade das empresas de energia elétrica e a criação de condições permitindo maior participação da iniciativa privada na expansão da produção, através dos Decretos N. 915, de 06/09/93, autorizando a formação de consórcios para a geração de energia elétrica, e 1.009, de 22/12/93, criando o Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica - SINTREL. Por outro lado, encontra-se em fase final de aprovação no Senado Federal, do Projeto de Lei 202-F/91, dispondo sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e regula a concessão de obra pública.

20.1 - SISTEMA ELETROBRÁS

20.1.1 - Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS

a) Diretrizes

Estudos de inventário de diversos aproveitamentos hidrelétricos na Região Norte e estudos de transmissão da Amazônia e complementação da implantação do Centro de Controle de Carga e Operação do Sistema Interligado.

b) Principais Realizações

METAS	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA Desenvolvimento estudos e pesquisas	horas	47.000	1.244
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Desenvolvimento estudos e pesquisas	horas	37.400	13.290

20.1.5 - Espírito Santo Centrais elétricas S/A - ESCELSA

a) Diretrizes

Expansão dos sistemas de transmissão e distribuição de energia na região do Espírito Santo, mediante a conclusão das obras em andamento.

b) Principais Realizações

METAS	EXECUTADO
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	
Ampliação do Sistema de Transmissão de de Energia Elétrica no ES	
.Construção subestação	50%
.Elaboração do Projeto de subestação	44%
.Aquisição material para LTS	58%
.Elaboração de Projeto de Lt	75%
.Construção Linha de Transmissão	50%
.Ampliação subestações	100%
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	
Ampliação e Melhoria da Rede de Distribuição Urbana	
.Instalação transf.de distribuição	27%
.Instalação de postes	24%
.Ligação consumidores à rede	134%
.Instalação cond.primários e secundários	15%
Ampliação e Melhoria da Rede de Distribuição Rural	
.Instalação transf.de distribuição	47%
.Instalação de postes	18%
.Ligação consumidores à rede	104%
.Instalação cond.primários e secundários	15%

20.1.6 - Furnas Centrais Elétricas S/A - FURNAS

a) Diretrizes

Expansão do parque gerador de energia, bem como dos sistemas de transmissão nas regiões sudeste e centro-oeste mediante a conclusão das obras em andamento.

b) Objetivos

- Aproveitar o potencial hidrelétrico do Rio Tocantins, gerando 1.200 MW às regiões sul/sudeste/centro-oeste. Suprir a demanda de energia hidráulica, seguindo as diretrizes do plano nacional de geração de energia elétrica.
- Atender à demanda de carga, devida às ampliações do parque industrial e adequação das carências de transmissão nas subestações e linha na área de concessão.

c) Principais Realizações

METAS	EXECUTADO
GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	
Usina Hidrelétrica Serra da Mesa	
.Obras Civis	45%
Usina Hidrelétrica Corumbá I	
.Obras Civis	50%
.Projeto Geral	16%
.Projeto Mecânico	13%
.Custo Total Aquisição Equipamentos	1,38%
GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR	
Usina Nuclear de Angra II	
.Projeto Físico	2,2%
Usina Nuclear de Angra I	
.Parada P6	Obras Manutenção
.5a. recarga	Iniciada
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	
St da área do Rio de Janeiro	
.Construção da subestação	100%
.Ampliação subestação	57%
.Construção linha de transmissão	83%
St da área GO/DF	
.Construção subestação	100%
.Ampliação subestações	94%
.Construção linha de transmissão	33%
St da área SP/MG	
.Ampliação subestações	42%
.Construção linha de transmissão	100%
St de Itaipu	
.Ampliação subestações	58%
.Construção linha de transmissão	20%
St de São Felix	
.Construção subestação	75%
.Ampliação subestações	67%
.Construção linha de transmissão	75%

20.1.7 - Serviços de Eletricidade S/A - LIGHT

a) Diretrizes

Expansão dos sistemas de transmissão e distribuição de energia na região do Rio de Janeiro, mediante a conclusão das obras em andamento, condicionando o início de outras novas às reais necessidades do mercado e à garantia de recursos para financiamento.

20.2.1.2 - Produção Industrial

a) Objetivo

Ampliação e otimização do parque de refino de petróleo

b) Principais Realizações

- **Ampliação da Refinaria Landulpho Alves Mataripe:** retomados os trabalhos de forma a propiciar a entrada em operação da Unidade de Destilação Atmosférica e Vácuo.

- Unidade de Coque da Refinaria Gabriel Passos: concluída a construção e montagem da Unidade de Coque em dezembro de 1993 e programada a pré-operação em fevereiro de 1994.

- Ampliação da Refinaria Alberto Pascoaline: concluída a Unidade de Destilação Atmosférica (U-50) em outubro de 1993 entrando em operação em novembro de 1993.

- Unidade de Hidro-tratamento da Refinaria de Paulinea-SP: em andamento o projeto básico da Unidade, com término previsto para junho de 1994.

- Unidade de Coque da Refinaria de Paulinea-SP: em conclusão o projeto basico da Unidade de Coque, estando em licitação a contratação dos serviços do projeto básico.

20.2.1.3 - Serviços de Transportes Marítimos

a) Objetivo

Ampliação da frota de navios petroleiros.

b) Principais Realizações

METAS	PROGRAMADO	EXECUTADO
Ampliação da frota em 12 navios com a incorporação de 153.425 TPB de capacidade.	153.425	189.425

Foram entregues em 1993 quatro navios (Lobato, Itajubá e Lambari). Destes, três foram entregues antecipadamente e um no prazo previsto. O andamento das obras deste projeto foi prejudicada pela irregularidade nas liberações dos aportes do Fundo de Marinha Mercante, como também pelas limitações do Orçamento da União.

20.2.2 - Braspetro Oil Services Company - BRASOIL

a) Diretrizes

Produção de óleo e gás natural e incorporação de reservas de petróleo; prospecção e avaliação de jazidas.

b) Objetivo

Exploração de petróleo no exterior.

c) Principais Realizações

METAS	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Perfuração poços desen.	metros	107	118
Produção de petróleo	barris	1.330.000	1.415.000
Produção gás natural	m3/dia	44.860	74.099
Levant.linhas sísmicas	Km	1.075	1.970
Perfuração poços explor.	metros	1.000	1.706
Ampliação de reservas	barris	5.750.000	3.600.000

20.2.3 - Petrobrás Distribuidora S/A - BR

a) Diretrizes

Ampliação e melhoria em bases e depósitos de distribuição de combustíveis; atendimento à crescente demanda do mercado consumidor de óleos lubrificantes e isolantes, parafinas e graxas; consolidação da rede de distribuição de derivados de petróleo e álcool hidratado, bem como a distribuição de gás natural para uso em veículos.

b) Principais Realizações

METAS	PROGRAMADO	EXECUTADO
Construção de bases de armazenamento	4	-
Aquisição de veículos de transporte	5	1
Ampliação de depósitos	20	11
Ampliação de bases	50	33
Construção de depósitos	5	7
Aquisição equip.ofic e lab.de segur.	40	20
Aquisição equipamentos industriais	100	300
Aquisição veículos de transporte	5	-
Construção/reforma postos de serviço	137	39
Aquisição e Instalação de equipamentos	5.000	3.137
Aquisição de terrenos e postos	25	140
Perfuração poços desenv. para oficinas	7.100	3.665
Perfuração de petróleo/barris	3.770.000	5.113.000
Levantamento linhas sísmicas/Kms	1.650	12.870
Perfuração poços exploratórios/metros	13.045	8.987
Ampliação reserva de petróleo/barris	8.000.000	28.364.000

20.3 - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD

a) Diretrizes

Aumentar o patrimônio mineral da Companhia através da identificação, prospecção e avaliação técnico-econômica de jazidas minerais; orientar o cliente e o mercado na busca da Qualidade Total e garantir a competitividade dos seus produtos; manter a liderança no mercado transoceânico de minério de ferro.

20.3.1 - Prospecção e Avaliação de Jazidas

a) Objetivos

Pesquisas geológicas na busca seletiva de novos minerais e mensurar e reavaliação das reservas minerais existentes.

b) Principais Realizações

Indenização a Metais de Goiás S/A - METAGO pelas pesquisas realizadas em Almas(TO) que possibilitaram a CVRD o direito de lavra naquela mina.

20.3.2 - Extração e Beneficiamento

a) Objetivos

Buscar atender os mercados interno e externo de minério de ferro através do aumento da capacidade produtiva; aprimorar as atividades da empresa mediante a realização de reformas e melhorias das instalações, bem como da utilização de processos operacionais mais eficientes.

b) Principais Realizações

- Recuperação das instalações e equipamentos da Mina de Cloreto de Potássio, em Taquari-Vassouras (SE visando atingir o nível de produção de 400.000 e 500.000 t/ano em 1994 e 1995.

- Renovação da frota de equipamentos de mineração de ferro, objetivando maior produtividade a custos unitários de produção menores.

- Aquisição de equipamentos visando a modernização da exploração de ouro em Fazenda Brasileiro (BA)

20.3.3 - Pesquisa Aplicada

a) Objetivos

Apoiar às áreas operacionais da empresa de modo a subsidiar as decisões de expansão e instalação de novos empreendimentos mínero-industriais

b) Principais Realizações

Destacam-se os seguintes trabalhos de pesquisas e desenvolvimento tecnológicos:

. Ferro - melhoria da qualidade do produto e das condições operacionais;

. Manganês - desenvolvimento de novas metodologias de ensaios visando atender as solicitações dos clientes;

. Potássio - investigação de processos de purificação de rejeitos com a possibilidade de seus aproveitamentos;

. Ouro - apoio ao desenvolvimento de processos para remoção de poluentes dos efluentes industriais das plantas;

. Cobre - realização de testes de filtragem, separação magnética, branqueamento e centrifugação para dimensionamento de equipamentos para Usina Industrial e apoio a elaboração do projeto de engenharia básica da planta industrial; e

. Madeira - elaboração de um plano estratégico de tecnologia visando estruturar a área de madeira.

20.3.4 - Serviços de Transporte Ferroviário

a) Objetivos

- Atender ao crescimento e à diversificação da demanda de transporte de passageiros.

- Efetuar reformas, melhorias e modernização das instalações dos processos operacionais e do sistema de telecomunicação/teleinformática e substituir máquinas e equipamentos obsoletos, acidentados ou com vida útil vencida.

b) Principais Realizações

- Possibilitou-se o desenvolvimento das regiões Centro-Oeste e Sudeste em termos de mercado para produtos e permitindo-se o escoamento de maneira econômica dos grãos dos cerrados, dando-lhe mais competitividade no mercado mundial.

- Recuperação do material rodante visando melhoria radical nas condições de trafegabilidade e aumento da vida útil dos equipamentos.

- Centralização administrativa da Estrada de Ferro Vitoria a Minas - EFVM no Complexo Portuário de Tubarão.

- Melhoria das condições do leito da Via Permanente da Estrada de Ferro Carajás - EFC com o conseqüente aumento da segurança operacional.

- Melhoria das condições de atendimento aos usuários da EFC, aumentando a segurança no embarque/desembarque de passageiros.

20.3.5 - Portos e Terminais Marítimos

a) Objetivos

- Executar obras, serviços ou instalações que representem aprimoramento das áreas portuárias, objetivando melhoria da operacionalidade de carga/descarga dos navios, caminhões e trens, transportes internos e armazenamento de produtos.

- Dotar o porto de adequadas condições administrativas e operacionais para expandir e aprimorar os serviços prestados através da implementação de reformas, melhorias e modernização de instalações e de substituições de máquinas e equipamentos obsoletos ou imprestáveis.

b) Principais Realizações

- Os investimentos nesta área visaram dar maior flexibilidade operacional ao Porto de Ponta da Madeira (MA) possibilitando o embarque simultâneo de minério, gusa ou soja no PIER II.

- Melhoria das áreas de operação portuária visando o aumento da confiabilidade operacional, a diminuição de intervenções de manutenção, prevenção de acidentes de trabalho e manuseio de novas cargas.

20.3.6 - Controle da Poluição

a) Objetivos

Implantar sistemas e obras que permitam reduzir a níveis aceitáveis os danos causados ao meio-ambiente por dejetos/rejeitos industriais, bem como contribuir para a preservação e melhoria das condições ambientais.

b) Principais Realizações

- Melhoria da qualidade do ar em Vitória (ES).
- Despoluição de Camburi/Vitória (ES).
- Recuperação da áreas degradadas pela mineração.

20.4 - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A - ALBRÁS

a) Diretrizes

Aparelhamento e adequação da infra-estrutura da empresa em virtude da implantação da fase II de expansão.

20.4.1 - Produção Industrial

a) Objetivo

Aumentar a capacidade de produção de 160 mil para 320 mil toneladas/ano.

b) Principais Realizações

Após a conclusão da fase II, a empresa passou a investir no melhoramento operacional das seguintes áreas: meio-ambiente e infra-estrutura.

Em 1993 a realização ficou bem abaixo do programado, em virtude do adiamento de projetos na área de infra-estrutura (tratamento de esgoto) e meio-ambiente e de atrasos na aquisição de equipamentos de informática.

20.5 - FLORESTAS RIO DOCE S/A

a) Diretrizes

Promoção de desenvolvimento florestal e manutenção das atividades operacionais, visando o aumento de eficiência e desempenho.

20.5.1 - Reflorestamento

a) Objetivo

Promover o abastecimento de madeira para fabricação de celulose e suprir de matéria prima os projetos de base florestal a serem implantados.

b) Principais Realizações

METAS	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Desenvolvimento florestal, reforma regeneração e manutenção de florestas homogêneas	Ha	82.341	74.511

20.6 - VALE DO RIO DOCE NAVEGAÇÃO S/A - DOCENAVE NAVEGAÇÃO RIO DOCE S/A E SEAMAR SHIPPING CORPORATION

a) Diretrizes

Ampliação da frota de embarcações voltada basicamente para o transporte marítimo internacional - expansão da participação da empresa, sobretudo mercado do extremo oriente.

Aquisição de novas embarcações, visando a substituição de navios no final de sua vida útil e redução no número de afretamentos.

20.6.1 - Serviços de Transporte Marítimo

a) Objetivos

- Adquirir navios específicos e economicamente apropriados para atender transporte marítimo de longo curso de minério de ferro e óleo, segundo estratégia comercial de substituição de navio estrangeiro afretado.

- Adquirir rebocadores para apoiar navios nas manobras de atracar e desatracar nos portos de Ponta da Madeira, no Maranhão, e Tubarão, no Espírito Santo, segundo estratégia comercial de substituição de rebocadores afretados em casco nu.

- Incrementar a frota de transporte com navios específicos, econômicos e tecnicamente avanados.

- Dotar a área administrativa de meios capazes de manter os serviços de apoio à área operacional em condições satisfatórias de funcionamento.

b) Principais Realizações

Projetos adiados em virtude da não conclusão de estudo de viabilidade econômico-financeiro, obtenção de financiamento e processo licitatório.

20.7 - VALE DO RIO DOCE ALUMÍNIO - ALUVALE

a) Diretrizes

Modernização da infra-estrutura administrativa da "holding" visando dotá-la dos recursos necessários à sua função de gerir os interesses das empresas que atuam no setor de alumínio.

20.7.1 - Comercialização

a) Objetivo

Melhorar a sistemática interna da empresa, com aplicação de técnicas de organização e métodos.

b) Principais Realizações

METAS	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Modernização da infra-estrutura administrativa	unidade	82	71

20.8 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

a) Diretrizes

Prioridade aos programas de levantamentos geológicos e hidrológicos do Brasil, gerando informações básicas para o controle dos recursos minerais e hídricos e para o planejamento de outros setores como a agricultura, energia, transportes, meio-ambiente e áreas urbanas, visando a melhor gestão territorial e executando serviços que resultam em benefícios à sociedade.

Apoio à implantação e implementação de políticas mineral e hídrica, em consonância com o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE e os órgãos de planejamento e de meio-ambiente.

b) Principais Realizações

- Continuidade aos programas de prospecção mineral regional, visando descobertas de áreas potenciais para exploração de minerais estratégicos para o país.

- Estímulo à pesquisa científica e tecnológica nas áreas de atuação da Empresa.

- Implantação de novos padrões de qualidade e produtividade nas atividades e serviços da empresa.

20.8.1 - Levantamentos Geológicos

a) Objetivos

- Promover o levantamento geológico e hidrológico sistemático do Brasil, assim como a avaliação de recursos minerais e de água subterrânea.

- Levantar e disseminar informações geológicas e hidrológicas com vistas à gestão territorial e dos recursos naturais.

- Estimular o desenvolvimento tecnológico das atividades geológicas.

b) Principais Realizações

METAS	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Projeto elaborado	unidade	30	24
Medição hidrometeorológica	unidade	10.000	8.031
Mapa temático	unidade	150	79

20.9 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DNAEE

a) Diretrizes

Cumprir e fazer cumprir o Código de Águas e a legislação específica relacionada à água e à energia elétrica no âmbito de suas atribuições.

20.9.1 - Operação e Manutenção da rede hidrométrica e hidrologia geral

b) Objetivos

- Elaborar mensalmente os cálculos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica; elaborar mapas de disponibilidade hídrica; desenvolvimento do Projeto de Barco Hidrométrico para operar na Região Amazônica; operação e manutenção de 4.162 estações de qualidade de água, plúvio, flúvio e sedimentométrica.

- Promover o gerenciamento adequado dos recursos hídricos do País, com vistas a oferecer subsídios ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos, de modo a oferecer à sociedade brasileira a maximização dos benefícios econômico e social.

c) Principais Realizações

METAS	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Manutenção rede hidrométrica	estações	4.624	4.162
Manutenção estações de controle de enchentes do pantanal	estações	163	143
Fiscalização dos aproveitamentos hídricos e energéticos	empresas	66	62
Manutenção sistema nacional de gerenciamento recursos hídricos	municípios	1.200	1.050

20.10 - **DEPARTAMENTO NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS - DNC**

a) Diretrizes

Garantir o abastecimento de combustíveis, atuar na defesa dos consumidores, elaborar e publicar Decreto sobre Penalidades.

20.10.1 - Fiscalização e Controle dos Combustíveis

a) Objetivo

Defender o consumidor e manter a regularidade no abastecimento dos combustíveis.

b) Principais Realizações

METAS	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Fiscalização e Controle de Combustíveis			
.Equipamentos de informática	unidade	105	19

20.11 - **DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM**

a) Diretrizes

Acompanhar, fiscalizar e avaliar os trabalhos de pesquisa mineral nas áreas tituladas com direitos minerários através das Unidades Regionais.

b) Objetivos

- Mostrar em maior grau de profundidade o perfil da empresa de mineração brasileira; quantificar os investimentos planejados e/ou realizados na implantação dos empreendimentos dos projetos míneros-metalúrgicos, ou na expansão dos já existentes.

- Promover estudos tecnológicos direcionados ao desenvolvimento de processos e metodologias voltados para as peculiaridades dos depósitos minerais, minimizando perdas no processo de produção, especializando o bem mineral para o consumo dentro dos padrões tecnológicos-mercado lógicos, incentivando o treinamento e a especialização da mão-de-obra para a mineração de pequeno e médio portes.

- Elevar o nível de qualificação e capacitação técnica do pessoal do DNPM, em cada área específica, através de estágios, cursos básicos e especiais de reciclagem e complementações de conhecimentos.

- Fiscalizar e controlar a produção mineral, buscando o ordenamento do processo produtivo e a legalização da atividade garimpeira.

- Promover novas descobertas de jazidas e aumento da produção mineral; promover a elaboração de cartas temáticas de síntese e estudos de correlação e integração geológica a nível nacional e internacional; promover a realização de trabalhos de pesquisa de detalhe objetivando o entendimento dos controles geológicos das mineralizações; avaliação de potencialidades e definição de modelos genéricos.

- Implantar planejamento anual de lavra para cada substância; levantamento dos projetos em andamento e já implantados; cadastramento das minas brasileiras de argilas especiais; elaboração de um banco de dados; implantação de fiscalização para cada substância mineral; eliminação dos conflitos entre o setor produtivo em apreço na urbanização.

METAS	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
ESTUDOS ECONÔMICO-MINERAIS			
Estudo e Diagnóstico	estudo	22	22
Estudos e pesquisas desenvolvidos	estudo	5	5
PESQUISA APLICADA			
Desenvolvimento de Estudos em Tecnologia Mineral			
.Pesquisa Desenvolvida	pesquisa	6	3
.Cadastro de Garimpo realizado	garimpo	100.000	85.000
Capacitação de Recursos Humanos			
.Técnicos treinados	pessoal	575	340
PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS			
Avaliação de Depósitos Minerais			
.Estudos de Distritos Mineiros	projeto	13	12
.Cartas de Síntese	projeto	13	13
.Estudos de Projetos Específicos	projeto	29	29
EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO			
Fiscalização e Controle de Minas			
.Estudos e Diagnósticos	estudo	3	1
.Concessão de Pesquisa Fiscalizada	.	3.700	980
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL			
Cooperação técnica prestada	entidade	2	1
CONTROLE DA POLUIÇÃO			
Preservação e Controle da Qualidade Ambiental			
.Pesquisa Desenvolvida	projeto	8	7
.Área recuperada	ha.	30	6

21 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

21.1 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O INSS atua, simultaneamente, na arrecadação das contribuições sobre a folha de salário e a contribuição rural, para cobertura de 14 milhões de beneficiários (excluindo os Benefícios de Prestação Única), oferecendo cerça de 70 tipos de benefícios.

Dispõe de uma rede física própria de 1.836 unidades (inclusive gerência), e conta com uma rede de terceiros que realizam o papel de agentes arrecadadores e pagadores, perfazendo um total de aproximadamente 20.997 pontos distribuídos em todo o território nacional, cabendo-lhe a supervisão/coordenação direta dos serviços prestados por estas Entidades.

Para cumprir sua missão, o INSS, no decorrer de 1993, desenvolveu além dos projetos técnicos específicos:

- ações a nível de estruturação básica;

- estudos e pesquisas a nível de indicadores de avaliação, que servirão de referência para o acompanhamento e correção de distorções, bem como medidas de desregulamentação com grande predomínio na elaboração de manuais de procedimentos e/ou normas;

- organização de arquivos e sistema de informação; e

- simplificação e racionalização de normas e rotinas.

21.1.1 - Previdência e Assistência

21.1.1.1 - Seguro Social

No decorrer deste exercício, o INSS atingiu 14,2 milhões de benefícios, sendo 8,8 milhões urbanos e 5,3 milhões rurais, apresentando um crescimento da ordem de 6,6%em relação a 1992. Na área urbana o índice foi de 0,76% e na área rural 17,8%.

Dentre os principais grupos de benefício destaca-se a Aposentadoria por Velhice com 29,8%, as Pensões 27,5%, a Aposentadoria por Invalidez 14,4%, a Aposentadoria por Tempo de Serviço 10,3%, a Renda Mensal Vitalícia 8,9% e outros benefícios 9,1%.

O nº de benefícios concedidos superou 1992 em cerca de 41,5% - o número acumulado do ano é de 2.852.460, contra um total de 2.015.831 concedidos em 1992. A média de concessões, em 1993, atingiu cerca de 237 mil novos benefícios por mês, superando em 25,8% a média de 1992, que registrou aproximadamente 168 mil.

No sentido de interferir nas filas dos Postos de Benefícios, estendeu-se o uso do cartão magnético a todas as agências bancárias, alcançando-se 84% dos benefícios mantidos; bem como, implementou-se os convênios com empresas.

A fim de possibilitar maior aproximação do segurado com o INSS, ampliou-se a rede de atendimento através do convênio firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT que concedeu 793.848 benefícios, o que representou 27,8% do total concedido no ano.

Foram revisados através do Projeto Revisão Rural 4.365.157 benefícios rurais, dos quais 398.000 foram suspensos e criou-se um cadastro de 353.415 endereços.

Visando a atualização da renda mensal dos benefícios concedidos a partir de 05/01/88, conforme determina a Lei 8.213/91, foram revistos, a partir de agosto de 1992, 1.156.132 benefícios.

O Projeto Cidadão foi criado para atuar nos 734.939 benefícios represados em todos os Postos do Seguro Social, reduzindo este quantitativo para 53.370 em novembro/93. A dificuldade para zerar este número foi o crescimento do número de requerimentos de benefícios em função das mudanças ocorridas com a Lei 8.213/91 e a falta de estrutura nos postos para atender esta demanda.

O reajuste de 147% referente ao pagamento da diferença relativa ao período de setembro/91 a julho/92, foi pago em parcelas, devidamente corrigidas no período de novembro/92 a outubro/93.

Visando agilizar o sistema operacional de benefício, foi implantado em abril/93 o Sistema Único de Benefícios - SUB nos estados de MG, RS e PE, o que representou uma melhoria significativa com relação a manutenção dos benefícios. Outro sistema em andamento é o PRISMA-SUB que visa maior controle e segurança no trabalho.

Dos 1.002 Postos do Seguro Social, 331 forma informatizados em 1993, superando 83% da meta prevista, perfazendo um total de 418 Postos informatizados.

Com o objetivo de dotar a Linha de Seguro Social de um instrumento gerencial capaz de acompanhar e avaliar o desempenho das atividades de suas unidades, desenvolveu-se, em conjunto com a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV, a versão 1.0 do Sistema BMD- Balancete Mensal de Desempenho do Seguro Social. O treinamento e implantação iniciou-se em novembro/93 no Distrito Federal. Foram criados critérios e fluxos de rotinas específicas, visando dotar a linha de procedimentos padronizados, capazes de melhor fundamentar toda a dinâmica de criação, instalação e desativação dos Postos do Seguro Social.

Visando aperfeiçoar os procedimentos administrativos operacionais do Seguro Social foram implantados e/ou iniciados os seguintes sistemas/projetos:

. Sistema de Controle de Óbitos-SISOB, objetivando maior controle dos óbitos ocorrido em cada Estado;

. Sistema de Controle de Procuradores-SCP, que elimina o Cartão de Autorização de Pagamento a Procuradores

- Projeto PRISMA-EMPRESA, para agilizar c ressarcimento às Empresas convenentes;
- Projeto Reorganização dos Arquivos do Seguro Social;
- Sistema de Cadastro de Atos e Normas do Seguro Social - CANSS, que tem por objetivo controlar o acervo do Seguro Social; e
- Manual da CANSB - Consolidação dos Atos Normativos Sobre Benefícios, em 6 Volumes, que está em fase de conclusão.

A Reabilitação Profissional objetiva proporcionar aos beneficiários incapacitados, parcial ou totalmente, para o trabalho e às pessoas portadoras de deficiência, meios para a (re)educação ou (re)adaptação profissional e social. A previsão para o exercício foi de 13.196 beneficiários reabilitados, tendo atingido 12.483. Destes 44,9% retornaram à mesma atividade e 55.1% à atividade adversa. Foram concedidos 859.297 recursos materiais.

Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los, estabelecendo conjuntamente o processo de solução dos problemas que emergiram da sua relação com a Previdência Social. Foram inscritas neste Programa 469.246 beneficiários, destes 20.797 receberam recursos materiais.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
SEGURO SOCIAL

PROGRAMA DE TRABALHO	U.MEDIDA	EXECUTADO
Manutenção reabilitação profis-sional	pessoa beneficiada beneficiada	12.483
Manutenção do Serviço Social	pessoa beneficiada	20.797
Administração de benefícios		
- Automação e modernização dos postos de ben. - PRISMA (PBQP)	unidade	331
- modernização dos proc.conc.de bens previdenciários		
. Benefícios da Previdência Social- apos. por invalidez	benefícios	2.049.045
. Benefícios da Previdência Social- apos. por velhice	benefícios	4.226.447
. Benefícios da Previdência Social- apos. por tempo serv.	benefícios	1.461.310
. Benefícios da Previdência Social- outras aposentadorias	benefícios	385
. Benefícios da Previdência Social- pensões	benefícios	3.903.148
. Benefícios da Previdência Social- auxílios	benefícios	821.749

PROGRAMA DE TRABALHO	U.MEDIDA	EXECUTADO
. Benefícios da Previdência Social- abonos	benefícios	53.311
. Benefícios da Previdência Social- outros	benefícios	14.661
. Benefícios da Previdência Social- apos. especial	benefícios	397.613
. Benefícios da Previdência Social- renda mensal vitalícia	benefícios	1.257.701

Fonte: Diretoria de Seguro Social
PBQP = Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

21.1.2 - Administração Financeira

21.1.2.1 - Arrecadação, Fiscalização e Cobrança

A Arrecadação e Fiscalização da Receita Previdenciária, através da ação fiscal (Recolhimentos inclusive CDF - Confissão de Dívida Fiscal e NFLD - Noticação de Fiscalização e Lançamento de Débito) representaram 30,94% da Arrecadação Bancária.

A previsão anual da ação fiscal fixou em 1,4 milhões o número de empresas a serem visitadas/fiscalizadas. Foram fiscalizadas 134.937 empresas o equivalente a 96,4% da meta prevista, apresentando um aumento de 20% em relação a 1992. A meta das empresas visitadas atingiu 41% do previsto, apresentando um decréscimo de 50% em relação a 1992, em consequência da priorização dada a fiscalização. Esta medida associada ao processo de informatização elevou o número de AI (Autos de Infração) lavrados em 119% a mais que 1992. O número de parcelamentos apresentou substancial aumento - 183% a mais que em 1992, e as NFLD reduziram-se em 22% relativamente ao exercício anterior.

Para o projeto Assistência Técnica à Empresa foi previsto atingir 4 milhões de contribuintes, sendo alcançado nessa meta 79,8% do previsto, ou seja 3.194.655 contribuintes foram atendidos. O atraso na liberação dos recursos orçamentários, interferiu no desempenho desta meta.

Foram adotadas várias iniciativas com o objetivo de promover o aumento da arrecadação.

A estratégia utilizada pela Fiscalização foi a visita e controle das grandes empresas, que apresentaram falhas/oscilações na conta corrente e o Plano de Ação Emergencial, em decorrência da Lei 8620/93 de 05/01/93 que anistiou 50% da multa para os contribuintes em débito com a Previdência. Ficou demonstrado, com essa iniciativa, um aumento do número de parcelamentos e menor número de notificações.

Outra importante iniciativa foi a de solicitar aos bancos oficiais a exigência de Certidão Negativa de Débito para a concessão de financiamentos, bem como o bloqueio das parcelas de financiamento já concedidos àquelas empresas em situação irregular para com o INSS.

Foi implementado o convênio entre o INSS e o Departamento Nacional de Registro do Comércio-DNRC, com vistas a ter informações cadastrais das empresas criadas e posteriores alterações e encerramento.

Em 1993, esse segmento contou com um reduzido contingente fiscal, o que impediu de se manter um acompanhamento efetivo com a presença da fiscalização nas empresas.

Como forma de sanar essa situação, buscou-se a utilização do processo de informática, o qual possibilita um controle mais efetivo do cadastro de contribuintes,facilitando detectar indícios de sonegação e inadimplências.

Das 105 Gerências Regionais de Arrecadação e Fiscalização, 74 foram informatizadas em 1993, tendo alcançado o total de 96.

Foi concebido o Sistema "Fita a Fita", o qual permite o lançamento automático dos recolhimentos de Pessoa Jurídica, com o objetivo de reduzir o prazo de conhecimento dos valores pagos pelo contribuinte, aumentando o grau de segurança e confiabilidade da informação. Essa meta ficou prejudicada em virtude de alteração no padrão monetário,instituição do IPMF (Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira) e da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do Orçamento da União, dificultando os bancos na implantação, teste e aplicação do sistema.

A freqüente alteração na legislação previdenciária, planos econômicos, alteração do padrão monetário, dificultaram as ações, tendo em vista a necessidade de orientar os contribuintes, adequar os sistemas de apuração, rever os planos para a modernização e informatização dos postos.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA

PROGRAMA DE TRABALHO	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- Arrecadação e fiscalização da receita previdenciária			
. empresas visitadas	unidade	1.260.000	513.499
. empresas fiscalizadas	unidade	140.000	134.937
. NFLD Lavradas	unidade		39.161
. CDF Emitidas	unidade		80.564
. AI Lavradas	unidade		5.179
- Assistência Técnica a Empresas (contribuintes atendidos)	unidade	4.000.000	3.194.655
- Modernização da Arrecadação/Fiscalização Previdenciária (PBQP)			
. Projeto fita x fita (bancos) - (módulo implantado)	unidade	56	23

Fonte: Diretoria de Arrecadação, Fiscalização e Cobrança

21.1.2.2 - Procuradoria

O "Projeto Balcão", instituído pela lei nº 8.620/93, garantiu aumento na arrecadação das Procuradorias, através do incremento no parcelamento dos débitos, por parte dos devedores da Previdência.

Foi realizada a cobrança de 380 mil Execuções Fiscais em andamento, bem como no parcelamento de débitos inscritos e não ajuizados, o que significa uma excelente atuação no tocante à cobrança da dívida.

Foi criada a Comissão de Informática da Procuradoria-Geral que visa priorizar e acompanhar as ações de informatização, especialmente o Projeto de Informatização das Procuradorias Estaduais e Regionais - Projeto AUPES.

Realizou-se o Seminário Modelo de Atendimento DATAPREV/Procuradoria com a finalidade de apresentar as atividades próprias e definir o modelo padrão de atendimento que deverá ser observado pelos técnicos da DATAPREV.

Definiu-se o modelo de dados para o Sistema de Procuradoria, que será integrado aos Sistema Único de Benefícios - SUB e a Base Integrada de Arrecadação - BIA.

Instituiu-se o Programa LEGISNORMA, que visa criar uma base de dados informatizada contendo toda a legislação previdenciária.

No decorrer do exercício foram agilizados procedimentos e elaboração de normas para garantir maior produtividade aos trabalhos da Procuradoria.

21.1.3 - Administração Geral

21.1.3.1 - Recursos Humanos

No âmbito da Administração de Recursos Humanos, a política adotada no exercício em questão, esteve voltada para a capacitação profissional, o que resultou em melhoria dos serviços prestados.

Foi dado prioridade à área Técnico-Operacional,tendo em vista a informatização dos Postos de Benefícios no decorrer do ano. Nesse nível foram treinados 33.151 servidores, permitindo a capacitação e aperfeiçoamento dos mesmos.

Quanto ao corpo gerencial, em face do desenvolvimento de atividades de maior relevância e emergenciais, teve prejudicado o processo de capacitação. O Programa de Desenvolvimento Gerencial a Nível Operacional atingiu 3.658 servidores.

Relativamente ao Programa de Melhoria de Atendimento participaram 3.206 servidores. Esse programa não foi implementado satisfatoriamente, face a priorização do Treinamento Técnico-Operacional.

Quanto ao Programa de Aperfeiçoamento Funcional- PAF em virtude do questionamento do Tribunal de Contas da União - TCU em agosto/93, o convênio com a UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro foi suspenso. Participaram desse programa 418 servidores.

Objetivando o reforço de pessoal nas unidades executivas, sobretudo, o Seguro Social, houve remanejamento de servidores das áreas-meio, notadamente, nas superintendências do RJ, SP, MG, MS, AM e BA.Com esse procedimento, foram corrigidas às distorções detectadas quando do levantamento vinculado à Lotação Ideal.

Apesar das dificuldades encontradas, restringindo o desempenho da programação, houve resultados positivos. Sendo que os principais fatores que interferiram nas metas previstas foram: redução drástica do número de servidores da RH, recebimento de dotação orçamentária a partir de 03/93, prejudicando parcialmente o início dos treinamentos, dificuldade em licitar os projetos que dependiam de instrutoria externa, em face da Lei 8.666 de 21/06/93, indisponibilidade de tempo dos instrutores internos e participantes, justificada pelo grande volume de serviços, principalmente da Linha de Seguro Social, deficiência na manutenção de equipamentos, pressão institucional sofrida pelo Seguro Social com a relação à produtividade dos Postos dificultou a liberação das chefias e servidores.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
RECURSOS HUMANOS

PROGRAMA DE TRABALHO	U.MEDIDA	EXECUTADO
- Assistência Médico-hospitalar a servidores e dependentes		83.258
- Administração de pessoal		51.596
. pessoal administrativo	servidor	14.707
. pessoal requisitado	servidor	108
. pessoal arrec.fisc.cobrança	servidor	9.638
. pessoal do seguro social	servidor	27.069
. estagiários	estagiário	74
- Qualificação Profissional(PBQP)		40.433
. Treinamento Técnico, Gerencial e Operacional	servidor treinado	36.809
. Programa de Aperfeiçoamento Profissional (PAF)	servidor treinado	3.624
- Auxílio ao Servidor Público	servidor abrangido	5.313
- Auxílio-creche	servidor abrangido	7.355
- Concessão de vale transporte	servidor abrangido	29.117
- Auxílio-refeição	servidor abrangido	50.118
- Encargos c/inativos/pensionist.	beneficiciários	41.833

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos

21.1.3.2 - Administração Patrimonial

Na meta Construção de Imóveis foi executado apenas 30% da previsão anual, tendo como principal razão o que estabelece a Portaria nº 20 de 19/01/93 que proibe o início de qualquer nova obra no âmbito da Previdência Social, mesmo que já licitada, só devendo dar continuidade àquela cuja execução física já esteja iniciada.

As reformas e melhorias obtiveram 67% do previsto,tendo como fator de limitação do desempenho o contingenciamento dos recursos até o mês de março/93, acrescido das alterações decorrentes do Decreto Lei nº 8.666 de 21/06/93.

Quanto a Desmobilização de Imóveis alcançou apenas 36% do programado, em função da Lei nº 8.692 de 28/07/93, que forneceu novos elementos às licitações e aos planos de reajuste dos saldos devedores nos contratos habitacionais do Sistema Financeiro da Habitação - SFH prejudicando a atuação das ações do Plano Nacional de Desmobilização.

Relativamente à regularização documental dos imóveis esta atingiu 39%. A falta de servidores nas unidades estaduais impossibilitou o cumprimento da meta estabelecida.

Sobre a melhoria do sistema de telecomunicações destaca-se os 268 ramais "191" ativados, cuja finalidade é prestar informações aos segurados e evitar o congestionamento de pessoas que se dirigem aos postos apenas para saber informações sobre seus direitos.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

PROGRAMA DE TRABALHO	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
- Coordenação e Manutenção de serviços administrativos			
. Locação de imóveis terceiros	imóvel		3
. Locação de bens moveis	equipam.	1.250	1.331
. Serv.Limp.Conserv.Prédio	contrato	2.800.000	2.585.279
. Serv.de Vigilância	contrato	2.500.000	2.481.292
. Adm.Transporte(veículo mant.)	veículo	580	527
. Manut./aquis. de equip./mob. (bens mantidos e adquiridos)	bens	30.000	18.930
- Administração Patrimônio INSS			
. Desimobilização de Imóvel	imóvel	2.000	726
. Regularização Documental dos Imóveis (Imóvel Regularizado)	imóvel	1.500	590
. Fiscalização de Obras/Projetos (Obras Fiscalizadas)	obr/proj	414	254
- Construções	imóvel	69	21
- Reformas e Melhorias	imóvel	345	233

Fonte: Diretoria de Administração Patrimonial

21.1.3.3 - Presidência

A programação para a atividade Campanhas Comunitárias Educativas foi elaborada com a participação das Unidades de Comunicação do Ministério da Previdência Social - MPS, INSS e DATAPREV.

O Plano da Comunicação Social, para 1993 esteve centrado no Tema: A Previdência Social é Sua, e nas metas de informação aos 148 milhões de brasileiros, sobre o modelo, a gestão e as ações da Previdência Social, incluindo orientação, valorização e conquista da opinião pública. Para tanto foram desenvolvidos os Programas: Atendimento ao Público, Editorial, Valorização Interna e Institucional.

Tiveram especial destaque o Projeto TOLL FREE (800-191) e as publicações de Folders Institucionais do MPS tais como os Projetos AUPES, DATAPREV, PRISMA, ATARE, GIRAFA e os informativos. O Projeto Editorial manteve sempre em dia as notícias ao alcance de todos nos periódicos locais e nacionais.

O Projeto Jornalismo-Publicidade e Propaganda mostrou-se eficiente com os comunicados, colunas especializadas, clipping diários e FAX-Prev. Esse projeto foi absorvido pelo Projeto Campanhas Comunitárias Educativas.

O Projeto/Atividade Modernização e Reorganização Administrativa atuou na codificação dos postos, das unidades de administração local, das Procuradorias Regionais e dos novos municípios implantados em janeiro de 1993; estabeleceu a redefinição das áreas de abrangência/influência do INSS, através do Projeto Zona de Influência-ZIN; recodificou os Postos de Seguro Social e Agências ECT, vinculando-os as suas respectivas Gerências Regionais. Efetuou também o levantamento e a depuração do cadastro dos órgãos locais, possibilitando o conhecimento efetivo de toda rede de atendimento e melhor controle dos serviços prestados.

A Divisão de Modernização Administrativa, responsável por esse programa, encontrou dificuldades de natureza estrutural, face a Assessoria de Assuntos Estratégicos, à qual é subordinada, não ter sido implantada, tendo mesmo assim dado cumprimento às suas competências regimentais, usando como estratégia de ação abrangência dos diversos setores de atuação do INSS.

O Projeto Aperfeiçoamento do Processo de Gestão foi, inicialmente, embasado no Sistema Integrado de Gestão - SIG, que visa a uniformidade de procedimento no âmbito das Superintendências Regionais e suas relações com a Direção Geral, prevendo a adoção de métodos e processos gerenciais adequados, para que a Previdência estivesse preparada em todos os níveis de ação. Face à reformulação orçamentária, foi absorvido pelo Projeto ZIN e por outros específico da linha de atividade.

21.1.4 - Fundo de Previdência e Assistência Social - FPAS

Fundo de Previdência e Assistência Social - FPAS de natureza contábil e financeira, foi criado pela lei 6.429 de 01/09/77 a mesma que instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS. Suas receitas se originavam nas entidades do Sistema, cujos dirigentes formavam um colegiado que administrava este Fundo. A Arrecadação e a execução das despesas de todo o Sistema era de responsabilidade do IAPAS.

A Lei que extinguiu o SINPAS em 1990, não fez o mesmo com FPAS e cita o INSS como sucessor das responsabilidades do antigo IAPAS, questiona-se hoje a oportunidade ou não, de que aconteça o mesmo com o FPAS. Existem dúvidas quanto a esta possibilidade, pois discute-se que a extinção do Fundo poderia enviabilizar as inversões financeiras do INSS.

As Coordenadorias de Contabilidade e a Financeira defendem a extinção do FPAS, afirmando que o mesmo é um entrave contábil e financeiro, mas não dispõem da Legislação que respalde o pleno exercício de administração financeira do INSS sem a figura jurídica do FPAS.

A análise da legislação pertinente, nos indica a leitura do Decreto Lei n. 1.290 de 1973, que dispõe sobre a aplicação financeira de disponibilidades pelas entidades da Administração Federal Indireta, bem como pelas Fundações supervisionadas pela União.

As conclusões do D.L. 1.290 são as seguintes:

- veda-se a aplicação financeira de recursos orçamentários;

- permite-se a aquisição de Títulos do Tesouro com receitas próprias através do Banco Central do Brasil ou na forma que este estabelecer, inclusive quanto a negociação; e

- em caso excepcionais o Conselho Monetário Nacional poderá revogar as proibições.

Seguindo a legislação temos a Lei 6.429 de 1977, que criou o SINPAS e o FPAS. No artigo 17 que dispõe sobre receitas cita, como uma delas a financeira sem qualquer especificação quanto a origem desta.

No regulamento sobre, a gestão administrativa, patrimonial e financeira do SINPAS, anexo ao Decreto nº 83.266 de 12/03/79, no seu capítulo III seção III que versa sobre gestão, afirma-se o seguinte:

- a gestão financeira do FPAS é realizada pelo IAPAS, observadas as normas e diretrizes estabelecidas pela CAF - Conselho de Administração Financeira, que é o colegiado formado pelos membros das entidades envolvidas, previsto na Lei 6.429; e

- os planos e programas de aplicação financeira e patrimonial e o cronograma de desembolso do FPAS devem ser apresentados ao CAF pelo IAPAS.

No capítulo referente a aplicação Patrimonial e Financeira tem-se no artigo 49 o seguinte texto " a aplicação dos recursos patrimoniais e financeiros do SINPAS deve ter em vista o interesse social, a manutenção do valor real do patrimônio das suas entidades e a obtenção de renda satisfatória ou de meios adicionais para o cumprimento das respectivas finalidade".

No artigo 50, observada a aprovação do CAF, o IAPAS poderá realizar as seguintes operações:

- promover a Arrecadação, fiscalização, cobrança das contribuições e demais recursos destinados a previdência e assistência social; e

- aplicação em títulos e outros valores mobiliários.

Observa-se assim, que nesta regulamentação, cita-se a possibilidade de aplicação em títulos de forma genérica, o que no Decreto Lei 1.290 está limitado a aplicações de recursos próprios em Títulos do Tesouro através do Banco Central do Brasil.

Após a fusão, do IAPAS com INPS, originando o INSS, entre as competências citadas, destaca-se no artigo 12 do Decreto n. 99.350 o seguinte:

IV- Gerir o FPAS e acompanhar o registro da receita e despesa e das alterações patrimoniais e a guarda, movimentação e alocação de seus recursos financeiros.

Após a leitura dos decretos e leis citados neste texto, conclui-se que:

- a figura jurídica do Fundo não é fundamental, para se fazer aplicações financeira;

- ao INSS seria permitido fazer aplicação financeira de recursos orçamentários, somente com a autorização do CMN, autorização esta que não consta nos arquivos da Diretoria Financeira, torna-se portanto,fundamental o aparecimento desta; e

- a extinção do FPAS, não ocorreu até agora, como manda a Constituição, no que se refere aos Fundos pelo interesse político e financeiro de nosso Ministério na gestão desses recursos, pois sua extinção provavelmente varia com a distribuição dos recursos de forma mais concreta.

21.1.5 - Auditoria do INSS

As ações da Auditoria Geral e Estaduais culminaram na suspensão de benefícios em manutenção, obtida através do sistema Operação Exclusão de Conta Corrente - OPECON e em diversas missões de Auditorias realizadas, especialmente os Planos de Auditorias

Extraordinárias nos Estados do Maranhão e do Piauí e Missões Seletivas, implementadas em vários Estados da Federação, assim como Missões Extraordinárias realizadas nas localidades de Codó/MA e Inajá/PE.

O Plano de Auditoria Extraordinária levado a efeito nos processos concessórios de benefícios rurais no Estado do Maranhão, ultimado em 11/07/93, resultou em 14.641 benefícios suspensos, da seguinte maneira:

Fraudes comprovadas 5.101
Irregularidades comprovadas 2.281
Beneficiários que não compareceram e que não cumpriram exigências 7.259
Total...............................14.641

Dos 7.259 processos de benefícios, cujos benefícia não cumpriram exigências e não compareceram, em continuidade à auditagem daqueles processos, a Auditoria Estadual no Maranhão, no período de 12.07 a 30.11.93, apurou um total de 182 fraudes e 8 irregularidades.

Atendendo determinação legal (Art. 75 da Lei n. 8.21 de 24.07.91) a Auditoria Geral e todas as Auditorias Estaduai auditaram no exercício de 1993 os benefícios cujos valores excede um teto estabelecido em Lei.

O volume de Tomada de Contas Especial - TCE, somo 277, processualizadas por todo o Sistema de Auditoria co posterior encaminhamento à Secretaria de Controle Interno (CISET do Ministério da Previdência Social.

21.2 - EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DATAPREV

21.2.1 - Diretoria de Administração e Finanças

a) Principais Realizações

- Revisão de contratos e procedimento operacionais e administrativos, promovend redução continuada de despesas da ordem de 1ε ao mês (exceto pessoal), cujos efeitos serã verificados em 1994.

- Negociação com fornecedores credores c DATAPREV, resultando em redução dc débitos/passivos, tendo como principal o acorc com a UNISYS.

- Efetivação de dois contratos de prestação d serviços com o INSS; a apresentação de propost para novo aditivo, a partir de janeiro/94 co 58 itens faturáveis, com especificaçã detalhada de produtos por Sistemas Sub-Sistemas, baseada em Orçamento Técni (custos) em grande parte dos itens faturáveis.

- Realização do 1º Inventário Físico da DATAPREV desde 1985, e implantação de sistema de controle patrimonial integrado com a Contabilidade.

21.2.2 - Diretoria de Informação e Sistemas

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	EXECUTADO
Concessão de benefícios de prestação continuada (aposentadorias, pensões e outras)	2.770.535
Concessão de Pecúlios	59.648
Pagamentos mensais de benefícios prestação continuada	14.387.810
Revisão do Buraco Negro (benefícios concedidos entre out./88 e abr./91)	1.398.438
Pagamento dos 147% - pagas diferença do reajuste	2.907.345
Pagamento de 13º salário	12.981.634
Informatização de Postos (PRISMA)	372
Lei 8.620/93 - Parcelamentos Administrativos - Parcelamentos de Procuradorias	 80.200 6.066
Informatização de Regiões Fiscais	93%
Informatização de Procuradorias Estaduais	24
Estabelecimentos Cadastrados - CGC - Cadastro Geral de Contribuintes (67,87%) - CEI - Cadastro Específico do INSS (32,13%)	 4.008.243 1.897.587
Débitos Administrativos/Procuradorias	1.054.464

21.2.3 - Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Tecnológicos

a) Principais Realizações

- Descentralização do Sistema Gerenciador de Recursos Humanos, através da descentralização da entrada de dados relativos a Folha de Pagamento para as Superintendências Regionais. Foram treinadas as 23 Superintendências e o CTRJ.O (Centro de Tratamento da Informação do Rio de Janeiro), o que possibilitou a eliminação do fluxo de papel relacionado à rotina entre as Regionais da DATAPREV e Administração Central, compreendendo comandos para pagamento de 3.635 funcionários.

- Ajuste do Quadro de Pessoal da Empresa, através c extinção de 1.565 vagas não ocupadas, reduzindo- de 6.765 para 5.200 vagas.

- Elaboração das propostas de renovação dos Convênio com as entidades SADEF e FENEIS para o exercíc. 94 e extensão ao nível das Regionais. renovação dos convênios assegura o emprego d 140 deficientes físicos no Rio de Janeiro. No 1 semestre de 94 será estendido para a Superintendências do Ceará e Paraíba.

- Conclusão da proposta do novo Plano de Cargos Salários, em discussão como as diversas áreas c Empresa.

- Definição e operacionalização do Programa c Incentivo à Transferência de Pessoal objetivando desconcentrar a Administraçã Central da Empresa, suprindo necessidades (recursos humanos das Superintendência Regionais. Inscreveram-se 233 funcionários, dc quais 70% deverão ser remanejados.

- Conclusão do processo de recrutamento, seleção capacitação de 577 Operadores de Recursos Técnicc para alocação ao INSS.

- Definição e implantação de um programa de palestra técnicas com o objetivo de promover a atualizaçã tecnológica do corpo técnico.

- Instalação do COMITEC - Comitê de Tecnologia, qu tem por finalidade deliberar sobre ações projetos de aquisição ou desenvolvimento (tecnologia na DATAPREV.

- Capacitação técnica das Superintendências Regiona em sistemas abertos.

22 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

O Ministério Público da União é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe à defesa da Ordem Jurídica, do Regime Democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Compreende o Ministério Público Federal; Ministério público do Trabalho; Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

22.1 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

O Ministério Público Federal tem como finalidade exercer o controle externo da atividade policial.

a) Principais Realizações

- Aperfeiçoamento e racionalização de procedimentos que aumentaram a produtividade e eficácia de seus resultados.

- Complementou em 90%, o projeto de informatização de dados, com aquisição de equipamentos de informática, de softwares, bem como de treinamentos para suas várias especialidades.

- Concretizou-se a reforma, adaptação e instalação do Edifício-Sede da PRR/1ª Região e PR/DF.

- Efetivou-se a doação e/ou cessão de vários terrenos, prédios e pavimentos para instalação de Procuradorias em vários Estados da Federação.

- Iniciaram-se várias reformas e adaptações, bem como logrou-se êxito na aquisição e locação de outros prédios.

- Instalação das Regionais dos Estados do Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

- Instalação das Procuradorias da República nos Municípios de Passo Fundo, Rio Grande, Santa Maria, Uruguaiana, São José do Rio Preto, Foz do Iguaçu e Maringá.

- Início das obras nas Regionais dos Estados de Pernambuco e de São Paulo.

- Aquisição de imóveis em Curitiba (um andar), Joinville (duas salas) e Campinas (uma casa).

- Incorporou, no exercício de 1993, ao patrimônio, os equipamentos provenientes do término do convênio firmado com o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência - CBIA, dando prosseguimento aos objetivos conveniados.

22.2 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

O Ministério Público Militar, órgão do Ministério Público da União, a que se refere o artigo 3º, item XXII, do Decreto nº 76.387, de 02 de outubro de 1975, tem por finalidade zelar pela observância da Constituição Federal e da legislação específica na área da Justiça Militar Federal.

a) Principais Realizações

- Defesa do interesse público no processo judiciário.

- Treinamento de Recursos Humanos.

- Sistema de Informática - Implantação de Sistemas Computacionais capazes de apoiarem eficazmente o trabalho de análise, processamento, acompanhamento e avaliação das ações.

- Prestação de Benefícios ao Servidor Público - auxílio-creche, vale-transporte, auxílio refeição e assistência médica-odontológica.

- Construção do Edifício-Sede - contemplado no orçamento para o exercício de 1993, com dotação específica e suficiente, à tão esperada obra desde 1984, foi finalmente iniciada em 05 de outubro de 1993, com a assinatura de contrato com a Construtora Eldorado Ltda, após concluído o procedimento licitatório de concorrência pública.

22.3 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO

O Ministério Público do DF e Territórios, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses indisponíveis. Tais funções são determinadas pela Constituição e normas legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Código de Defesa do Consumidor, Lei da Ação Civil Pública, e outros.

a) Principais Realizações

Atos Praticados	Metas Atingidas 1993
- Audiências	8.935
- Atos	201
- Apelações Cíveis	303
- Ações Propostas	59
- Acusações no Tribunal do Júri	61
- Contestações Apresentadas	487
- Contra-razões de recursos apresentados	804
- Ciente de sentença	17.095
- Cotas Diversas	380
- Denúncias feitas	4.889

Atos Praticados	Metas Atingidas 1993
- Despachos proferidos	250
- Depoimentos	20
- Execução e multa	468
- Guia de Recolhimento	585
- Habilitação de casamento	4.264
- Isenção de custas	923
- Livramento condicional	366
- Memoriais apresentados	1.366
- Manifestações em processos	5.128
- Mudança de Regime	495
- Notificações expedidas	430
- Ofícios expedidos	1.779
- Oitivas	778
- Pareceres apresentados	18.953
- Partes atendidas	3.239
- Pedidos de arquivamento de inquéritos	2.950
- Pedidos de baixa de inquéritos	13.016
- Promoções em processo	36.486
- Portarias baixadas	35
- Prisão domiciliar	181
- Recurso Interposto	844
- Remissões	368
- Representações	496
- Saída temporária	571
- Diversos outros atos	8.148

22.4 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

O aparato político-estrutural do Ministério Público do Trabalho, em 1993, marcou significativa diferença, na comparação com o exercício de 1992, pela necessidade de se adaptar a organização aos ditames da nova Lei Orgânica do Ministério Público, a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, mas os postulados substantivos da Instituição restaram intactos, mesmo nos reflexos administrativos, pela racionalidade das normas de previsão que comandaram a passagem de uma situação para outra.

a) Principais Realizações

NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL

A ação programática do Ministério Público, a cargo da Procuradoria-Geral, exercitou-se, em 1993, segundo objetivos racionais, na estrutura, e orgânicos, no conteúdo, com o estabelecimento decorrente de atmosfera propícia a contribuições positivas, que se expressaram na conjugação interna de esforços, a níveis político e técnico, em prol da ascendente presença do órgão na defesa da sociedade, no que lhe pertine.

Provam a assertiva, entre outros procedimentos, o razoável número de inquéritos civis e de ações civis públicas instaurados no exercício, a superarem, de modo absoluto, tudo o que na espécie ocorrera em períodos anteriores.

Do mesmo modo, não faltou celeridade processual no trato das questões submetidas à Procuradoria-Geral, conforme demonstra o quadro a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSO ENTRE A PG/MPT E O TST				
PG/MPT	TST		PG/MPT	
Saldo em 31.12.93	Recebidos do	Devolvidos do	Saldo em 31.12.93	No.de Sessões e Audiências
13.222	21.314	26.236	8.306	445

NO ÂMBITO DAS PROCURADORIAS REGIONAIS

Promoção de inquéritos civis e de ações civis públicas, na proteção dos patrimônios público e social, do meio ambiente e de interesses difusos e coletivos, envolvendo temas, dentre outros, como esses:

- LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA - intermediação de mão-de-obra sem amparo nas Leis nºs 6019/74 e 7102/83, e em confronto com o Enunciado 256 de Precedente Normativo 52, do C. Tribunal Superior do Trabalho;

- DESCONTO ASSISTENCIAL ILEGAL - em afronta ao princípio da intangibilidade salarial (CLT, art. 462) e de forma contrária ao Precedente Normativo 74/TST;

- TRABALHO FORÇADO - inclusive de menores, mulheres e índios, matéria que tem ocasionado lesões à imagem do Brasil no foro internacional, especialmente na Organização Internacional do Trabalho - OIT;

- MEIO AMBIENTE DE TRABALHO - condições de segurança e higiene precárias, bem como ambientes constantemente insalubres;

- COAÇÃO EMPRESARIAL PARA DESISTÊNCIA DE DIREITOS POSTULADOS EM AÇÕES TRABALHISTAS - em afronta ao Código Penal tipificando o crime de coação no curso do processo;

- AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO F.G.T.S. E INCLUSÃO EM LISTAS NEGRAS DE SERVIDORES QUE DEMANDAM CONTRA O EMPREGADOR.

- PROCEDIMENTOS DISCRIMINATÓRIOS - exigência de atestado de esterilização para contratação de mulheres; discriminação contra empregados que ajuizam ações trabalhistas; discriminação em processo de seleção etc;

- RESPONSABILIZAÇÃO POR GREVE ABUSIVA, VISANDO REPARAR OS DANOS CAUSADOS À SOCIEDADE;

- IRREGULARIDADE NAS RESCISÕES CONTRATUAIS - rescisões fictícias, com a permanência do vínculo empregatício, lesando o seguro desemprego e o F.G.T.S.; e também não pagamento das verbas rescisórias; e

- IRREGULARIDADE NA UTILIZAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS - desvio de função, em desrespeito à Lei 6494/77.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS

Regiões	SALDO 12/93	Recebidos	Devolvidos	Saldo 12/93	Audiências
01a. RJ	33.169	37.949	49.910	21.208	360
02ª SP	38.225	54.658	52.696	40.188	618
03ª MG	14.158	23.965	32.101	6.022	416
04ª RS	6.523	19.625	24.438	1.710	340
05ª BA	8.104	17.060	17.149	8.080	371
06ª PE	2.301	12.209	13.276	1.234	328
07ª CE	822	5.451	5.763	513	123
08ª PA	752	8.419	8.075	1.106	255
09ª PR	4.555	19.879	17.824	6.610	223
10ª DF	5.366	6.955	7.637	4.684	197
11ª AM	6.557	4.554	11.068	43	149
12ª SC	5.697	10.100	13.156	2.640	235
13ª PB	83	4.888	4.321	650	147
14ª RO	946	3.820	4.444	322	142
15ª SP	13.930	25.818	30.866	8.882	489
16ª MA	196	1.517	1.150	563	77
17ª ES	142	2.953	2.350	741	202
18ª GO	1.131	4.517	5.318	330	65
19ª AL	1.414	2.957	3.135	1.236	150
20ª SE	-	2.481	1.822	659	44
21ª RN	910	2.863	3.131	642	134
22ª PI	3	3.144	2.716	431	91
23ª MT	-	2.397	2.213	18	49
24ª MS	-	4.601	3.414	1.187	15
TOTAIS	144.984	282.790	317.972	109.865	5.207

23 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

23.1 - RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

23.1.1 - Patrimônio Artístico e Imobiliário

Realizaram-se obras de melhoramento e manutenção de 42 próprios nacionais e deu-se início à construção das novas Chancelarias em Argel e em Assunção.

23.1.2 - Execução da Política Exterior

A subatividade "Manutenção das Atividades de Política Exterior" cobriu as despesas com:

- remuneração e vantagens fixas do pessoal do quadro lotado na Secretaria de Estado e nas repartições no exterior;

- manutenção do Programa Complementar de Assistência Médica;

- movimentação institucional do pessoal do Serviço Exterior, decorrente de remoções entre os postos no exterior e a Secretaria de Estado; e

- apoio a visitas do Senhor Presidente da República ao exterior e às viagens do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e do pessoal designado para missões no território nacional e no exterior.

23.1.3 - Manutenção do Cerimonial

Em 1993, o Cerimonial participou da preparação de todas as viagens do Presidente da República ao exterior, em número de seis, e de uma viagem a São Paulo, por ocasião da inauguração do Parlatino. Organizou, ainda, a visita do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados à Bolívia.

Além disso, o Cerimonial preparou a visita ao Brasil de seis Presidentes (ou autoridades de nível correspondente) e de nove Ministros das Relações Exteriores, ademais de atos de representação do Estado.

Vale observar que a previsão ou quantificação do volume das atividades protocolares e de cerimonial é sumamente difícil, na medida em que a programação, tanto de visitas ao exterior e de vindas de autoridades estrangeiras, quanto de eventos como reuniões internacionais, coquetéis, cafés de trabalho, almoços, jantares e recepções decorre de decisões políticas alheias à essência do trabalho do Cerimonial. A este, cabe apenas executar as decisões, desde que disponha dos meios necessários.

23.1.4 - Demarcação de Fronteiras

23.1.4.1 - Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - Belém

Atividades programadas e executadas

- Fronteira Brasil-Colômbia:

  . 10ª Conferência da Comissão Mista, Bogotá, 27/04 a 03/05/93; e
  . Inspeções unilaterais a seis marcos.

- Fronteira Brasil-Venezuela:

  . 58ª Conferência da Comissão Mista, Brasília, 22 a 26/11/93; e
  . Inspeção unilateral ao Marco B1.

Atividades executadas extra-programação

- Fronteira Brasil-Colômbia:

  . Inspeção bilateral a dois marcos.

- Fronteira Brasil-Venezuela:

  . Inspeção unilateral - Maciço da Neblina, 20 a 26/02/93; e
  . Inspeção unilateral - Haximú e Tapiri, 31/8 a 10/09/93.

23.1.4.2 - Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - Rio de Janeiro

Atividades programadas e executadas

- Fronteira Brasil-Bolívia:

  . Inspeção da Comissão Mista no paralelo do Turvo

- Fronteira Brasil-Paraguai:

  . 169 medições de poligonais de marcos; e
  . 42ª Conferência da Comista.

- Fronteira Brasil-Argentina

  . 45 inspeções de marcos.

- Fronteira Brasil-Uruguai

  . Inspeção do levantamento no Arroio São Miguel.

Atividades executadas extra-programação

- Fronteira Brasil-Bolívia:

  . Inspeção unilateral de marco no Rio Paraguai; e
  . Reunião extraordinária da Comissão Mista.

- Fronteira Brasil-Paraguai:

  . Reconstrução de um marco.

- Fronteira Brasil-Uruguai

  . Inspeção da Ilha Brasileira no Rio Quaraí;
  . Determinação de coordenadas da citada ilha; e
  . Reunião extraordinária da Comissão Mista.

23.2 - DIFUSÃO CULTURAL

As atribuições do Departamento de Assuntos Culturais consistem basicamente em coordenar e desenvolver a cooperação cultural e educacional do Brasil com o exterior, em especial com os países em desenvolvimento; estabelecer programas de cooperação intelectual e de ensino da língua portuguesa e da civilização brasileira; promover e divulgar a cultura e a civilização brasileiras em outros países, atendendo às exigências de uma maior e melhor projeção do Brasil no mundo, proporcional à sua crescente presença no cenário político internacional; e fomentar a expansão além-fronteiras do fenômeno cultural brasileiro como elemento necessário à presença política do Brasil no exterior.

A Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG atuou no campo de "Estudos e Pesquisas na Área de Relações Internacionais", através do IPRI - Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais -, dando continuidade ao programa de atividades que incluiu a realização de seminários, conferências e congressos; a divulgação de estudos e pesquisas; a colaboração com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras, e a coleta e sistematização de documentos.

Foi particularmente importante a celebração de convênio entre a FUNAG e o Instituto Cultural Itau (ICI), por meio do qual se estabeleceram formas de cooperação entre as duas entidades para o desenvolvimento de atividades culturais. No primeiro programa, realizado no marco do citado convênio, o ICI doou à FUNAG vídeos sobre temas de história e de cultura brasileira, que serão reproduzidos e enviados às missões no exterior como material de divulgação cultural.

Igualmente relevante foi a celebração de convênio com o Banco SAFRA, para a realização de livro sobre arquitetura e sobre o acervo artístico dos Palácios Itamaraty no Rio de Janeiro e em Brasília, bem como de convênio com a Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL com vistas à preservação da memória diplomática brasileira, através de programas de apoio aos órgãos do Ministério das Relações Exteriores sediados no Rio de Janeiro.

Foram realizados pela FUNAG 15 seminários, 4 palestras, 14 pesquisas e 6 cursos. Na área de publicações, prosseguiu a Coleção "Relações Internacionais" e, dentro do convênio com a Financiadora a Estudos e Projetos - FINEP, os "Cadernos do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais - IPRI", incluindo a "Carta Internacional", publicação mensal elaborada pelo Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais e Política Comparada do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

23.3 - PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO

23.3.1 - Operações Comerciais

Na área de operações de promoção comercial, houve:

- 82 encaminhamentos a instituições brasileiras do instrumento "Prospecção de Mercado para Produtos Selecionados - PPS";

- 545 encaminhamentos a instituições brasileiras do instrumento "Informe Básico sobre Produtos - IBAP";

- 1022 atendimentos a consultas de empresas e instituições brasileiras visando à exportação de produtos; tratamento de 60 reclamações comerciais;

- 355 solicitações oriundas dos postos no exterior sobre oportunidades de exportação de produtos;

- apoio a 37 missões e visitas estrangeiras realizadas no Brasil;

- preparação e realização de 6 reuniões de Comissões Mistas (República da Alemanha - RFA, República Popular da China - RPC, Irã, Finlândia, Senegal e Colômbia);

- apoio a 58 missões e visitas brasileiras ao exterior;

- 1750 boletins de concorrência pública;

- 213 boletins de informação de projeto;

- 1 boletim de acompanhamento de projeto;

- 418 fichas técnicas de projetos;

- atendimento a 101 consultas de instituições e empresas brasileiras sobre concorrências públicas e projetos;

- uma divulgação de interesse de empresa estrangeira em conhecer exportadores de serviços no Brasil;

- 62 divulgações de informação não padronizada recebida dos postos no exterior sobre oportunidades de exportação de serviços;

- 40 pedidos aos postos para levantamento de informações de mercado para exportação de serviços; e

- apoio a 22 empresas brasileiras na participação em concorrências públicas no exterior.

As principais realizações no âmbito do gerenciamento de sistemas informatizados, nos Setores Comerciais das repartições no exterior, são as seguintes:

- elaboração de 200 documentos de planejamento para os postos;

- elaboração, distribuição aos postos, bem como, análise e acompanhamento das propostas-orçamento;

- o recadastramento de boletins comerciais;

- a divulgação de fascículos com oportunidades comerciais para as empresas cadastradas;

- a digitação e transmissão da sinopse de notícias da Radiobrás para o Ministério e os postos no exterior;

- acompanhamento do Sistema de Programas e Prospecção de Mercado (PPS); - acompanhamento do Sistema de Registro de Empresas Brasileiras - REB; e

- continuidade da operação do projeto Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID/MRE, destinado a fortalecer, reestruturar, expandir e institucionalizar um sistema de informação, coordenação e promoção de transferência de tecnologia, inversões e comércio do Brasil, dirigido a atividades empresariais, conforme se descreve a seguir.

23.3.2 - Projeto BID/MRE

As metas previstas e realizadas encontram-se no quadro que segue:

PROGRAMADO	EXECUTADO	PROGRAMA
	13	Constituição pontos focais
10	06	Visitas técnicas a pontos focais
12	20	Contactos com representantes de redes e sistemas informatizados
120	150	Coleta e envio aos Setores Comerciais de informações sobre investimento e tecnologia

PROGRAMADO	EXECUTADO	PROGRAMA
60	110	Recebimento e análise de oportunidades de negócios
12	04	Divulgação do SIPRI na imprensa nacional
06	02	Realização seminários-divulgação do SIPRI
100	120	Consultas de missões bras. no exterior
220	260	Consultas do Departamento Transporte Indústria e Comércio-DTIC/MIC
220	250	Consultas de empresas privadas do Brasil
80	45	Consultas de empresas estrangeiras encaminhadas às Câmara de Comércio
	SIM	Composição da equipe consultores Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia p/ empresas- SIPRI. Contratados especialistas em investimentos, transferência de Tecnologia, contratos internacionais, comércio exterior e em análise de sistemas.

Procedeu-se à negociação e elaboração de projeto de assistência preparatória junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, para agilização dos recursos destinados pelo BID.

No âmbito do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas - SIPRI propriamente dito, captaram-se informações compiladas nos formulários "Business Cooperation Application Form", num total de 57 formulários, e nos formulários Cooperação Empresarial (FCE), num total de 58 formulários.

23.3.3 - Feiras e Turismo

a) Principais Realizações

PROGRAMADO	EXECUTADO	PROGRAMA
11	09	Feiras de caráter geral
68	51	Mostras especializadas
06	06	Estandes de informação
01	01	Feira de Hannover
01	01	Exposição internacional Taejon-Coréia Sul
01	02	Acordos bilaterais - cooperação em turismo

Cabe menção ainda:

- à aquisição de 639 publicações técnicas para o acervo do Centro de Documentação;

- ao envio às repartições em Caracas, Santiago, Bonn, Nova York, Buenos Aires e Tóquio de material para instalação e teste do Registro de Empresas Brasileiras - REB;

- desenvolvimento e implantação do sistema de atualização da NBM/SH;

- envio a Nova York do sistema de atualização da NBM/SH, com o objetivo de serem traduzidos para o inglês 7.000 itens das Tarifas Aduaneiras do Brasil;

- desenvolvimento e implantação do Programa Estatístico para Produção de Informe Básico sobre Produtos - IBPAs e Prospecção de mercado para Produtos selecionados - PPSs;

- remessa de material para instalação do Registro de Empresas Brasileiras - REB - revisão 1 em 50 postos informatizados considerados prioritários; e

- até 31 de dezembro de 1993, foram cadastradas 2.789 empresas no Registro de Empresas Brasileiras (REB) e 190 entidades de classe no Registro de Entidades de Classe e outras instituições brasileiras (REC).

23.3.4 - Divisão Europa II/Comissão do Leste Europeu

A promoção externa do comércio incluiu também as atividades da DIVISÃO DE EUROPA II - DE-II/COLESTE, que buscou, no exercício de 1993, ampliar e fortalecer a presença brasileira no Leste Europeu, mediante a manutenção e o aperfeiçoamento do diálogo político e diplomático e a expansão da cooperação econômica e comercial com os países da Europa Oriental.

Nesse sentido, efetuaram-se gastos com apoio a giros comerciais, na organização de missões empresariais, na aquisição de publicações de natureza comercial, na assinatura de publicações de novas empresas e na participação do Brasil em feiras internacionais

23.4 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Com relação à Contribuição aos Organismos Internacionais, no exercício de 1993 logrou-se reduzir significativamente sua dívida acumulada. Ao iniciar-se o exercício, a dívida era de US$ 93 milhões, referente a compromissos em atraso de 1991 e 1992. Esse montante, somado ao das contribuições de 1993 (US$ 50 milhões), representava um passivo de aproximadamente US$ 143 milhões. Em alguns casos, como o da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, havia ameaça de sanções contra o Governo

brasileiro, como a perda o direito de voto e a suspensão de serviços prestados, uma vez que se verificavam dívidas de mais de dois exercícios seguidos.

Ao encerrar-se o exercício, contudo, o passivo em tela havia sido reduzido a US$ 25,7 milhões, relativos apenas ao exercício de 1993. Foram efetuados pagamentos da ordem de US$ 116, 861,985.00.

Isto foi possível em virtude do permanente entendimento mantido entre o Ministério das Relações Exteriores e a área econômica do Governo. Os inúmeros contactos mantidos com o Ministério da Fazenda, particularmente com a Secretaria do Tesouro Nacional fizeram com que as autoridades daquela área se sensibilizassem com a grave situação devedora do Brasil perante os organismos internacionais.

Apesar dos resultados satisfatórios, porém, cumpre notar que a situação devedora do Brasil poderia ser ainda menos desfavorável, se o fluxo de repasses de recursos financeiros pelo Tesouro Nacional fosse concentrado majoritariamente nos primeiros meses do ano, o que evitaria a desvalorização cambial sofrida pelos créditos orçamentários disponíveis. Além disso, vale a ressalva de que apenas 60% dos créditos orçamentários do Itamaraty para "Participação em Organismos Internacionais" receberam os correspondentes recursos financeiros do Tesouro Nacional.

No âmbito da cooperação propriamente dita, atuou-se em duas vertentes: cooperação prestada para formação e treinamento de pessoal estrangeiro no Brasil e cooperação recebida para formação e treinamento de pessoal brasileiro no exterior.

23.4.1 - Cooperação Prestada

23.4.1.1 - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

Divulgou 2.278 vagas em 58 instituições de ensino superior brasileiras a nacionais de 47 países participantes do Programa, das quais foram alocadas 907 a candidatos de 27 países. Em 04.10.93 foi assinado o Protocolo - Departamento de Cooperação Científica e Tecnológica - MRE, e Secretaria de Ensino Superior/MEC, que regulamenta o citado Programa.

23.4.1.2 - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação

Selecionou, dentre 486 candidatos, 127 alunos de 24 países, os quais receberão bolsa de estudo, custeada pela Fundação Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - MEC/CAPES, para cursarem mestrado e doutorado.

23.4.1.3 - Programa de Estudantes-Convênio Tecnologia

Divulgou 104 vagas em 28 instituições federais de ensino técnico a nacionais de 22 países. Apresentaram-se 83 candidatos de 3 países.

23.4.1.4 - Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros

Admitiu 4 alunos estrangeiros nos cursos de máquinas e náutica ministrados pelo Centro de Instrução Almirante Graça Aranha do Ministério da Marinha. Divulgaram-se 12 cursos-modelo (especiais) e de aperfeiçoamento oferecidos, no âmbito do Programa, a 16 países da América Latina e da África.

23.4.1.5 - Assistência a Alunos

- 101 passagens aéreas concedidas a bolsistas;
- auxílio financeiro a 180 bolsistas, no total de CR$ 43.694.256,29;
- contratou-se empresa de tradução para elaborar a versão em língua inglesa do Programa; e
- apresentou-se ao Ministério da Saúde novo protocolo regulamentando a assistência médica, odontológica e farmacêutica prestada aos estudantes-convênio no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

23.4.2. - Cooperação Recebida

23.4.2.1 - Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA)

Foram divulgados 176 cursos de treinamento em grupo oferecidos e custeados na íntegra pela JICA. Dos 530 candidatos brasileiros, 165 foram aprovados por aquela agência.

23.4.2.2 - Organização dos Estados Americanos (OEA)

Foram selecionadas e encaminhadas à OEA 105 candidaturas a cursos de mestrado e doutorado, das quais 20 receberam aprovação. Dentro do programa de Especialização e Capacitação (PEC) ofereceram-se 78 cursos de curta duração e das 215 candidaturas 155 foram selecionadas e encaminhadas à OEA, que aprovou 45.

23.4.2.3 - Multilateral e Bilateral

Foram divulgados 230 cursos oferecidos pelos seguintes organismos: Programa Nações Unidas para Desenvolvimento-PNUD, Organizações Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial-UNIDO, Comissão Econômica para América Latina- CEPAL, Organização Internacional do Trabalho-OIT, bem como pelos seguintes países: Suécia, Itália, Israel, México, França, Alemanha, Canadá, Chile, Espanha e Suíça. Para cada curso, pelo menos um candidato brasileiro foi aproveitado.

23.4.3. - Modalidades Adicionais de Cooperação

23.4.3.1 - Cooperação com o MERCADO DO SUL - MERCOSUL

Participou-se, em Porto Alegre, de 8 a 10 de novembro de 1993, do 1º Seminário sobre a Cooperação Acadêmico-Científica no MERCOSUL. Na ocasião, foram estabelecidas as bases para a implementação de programa de cooperação para o desenvolvimento de pesquisas científicas conjuntas; a formação e o aperfeiçoamento de professores e pesquisadores; e o intercâmbio de informações científicas entre os países do MERCOSUL.

23.4.3.2 - Cooperação Inter-Universitária Brasil-França

Participação na reunião anual entre a CAPES e o "Comité d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil". Na ocasião, foram avaliados os projetos em curso e negociados novos projetos institucionais de pesquisa científico-tecnológica a serem executados.

23.4.3.3 - Programa de Pós-graduação Brasil-Portugal

Processou-se a candidatura de 4 brasileiros que foram beneficiados com bolsas de estudo concedidas pelo Governo português.

23.4.3.4 - Programa de Pós-Graduação Brasil-República Popular da China

Acompanhou-se o andamento de 3 alunos brasileiros que seguem na China estudos na área de medicina tradicional chinesa e se encaminhou à Fundação Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - MEC/ CAPES a documentação de estudante chinês, candidato a bolsa de estudo no curso de doutorado em física na Universidade de Brasília.

23.4.3.5 - Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Foram divulgados 20 cursos na área de saúde pública para países africanos e latino americanos.

24.1 - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Normatização de ações e serviços nas áreas de saúde da criança da mulher e do adolescente:			
- Elaboração de manuais	Manual	09	08
- Revisão de manuais	Manual	09	09
Publicação de material normativo e instrucional:			
- Impressão de manuais	Manual	09	09
- Impressão de cartões da criança	Exemplar	7.000.000	2.800.000
- Distribuição de material técnico	Manual	09	09
- Distribuição de cartões da criança	Exemplar	2.800.000	1.220.700
Distribuição de DIU, Diafragma Geléia Espermicida e Condom	Secret. e Centro Referencia	118	118
Apoio a realização de cursos oficinas de trabalho, seminários nos estados:			
- Cursos de gerência de serviços materno-infantis	Cursos	02	02
- Treinamento de adolescentes para atuarem como agentes de saúde	Treinandos	--	180
- Treinamento de multiplicadores em saúde do adolescente	Treinandos	--	75
- Cursos de sensibilização de profissionais em saúde do adolescente	Treinandos	--	123
- Cursos de assistência em infecções respiratórias agudas	Treinandos	--	47
- Cursos de capacitação de pessoal em assistência integral à criança	Treinandos	--	15
- Cursos de capacitação de enfermeiras em assistência integral à mulher	Treinandos	--	22
Realização de assessorias técnicas às Secretarias de Saúde de 26 Estados e Distrito Federal	Secretarias	27	21
Apoio à realização de estudos especiais e pesquisas opcionais na área materno-infantil	Pesquisa	04	04
Apoio à implantação de comitês de estudo da mortalidade materna nos estados:			
- Realização de seminários	Comitês	07	07
- Assessoria a comitês implantados	Comitês	10	10

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Participação da equipe da Coordenação Materno Infantil - COMIN em eventos científicos da área de saúde materno infantil	Eventos	36	32
Apoio a realização de seminários estaduais, visando organizar trabalho conjunto das instituições da área	Seminários	06	02
Realização de seminários nacionais	Seminários	02	01
Participação da COMIN em Comissões especiais de assistência à criança, à mulher e ao adolescente	Comissão	04	04

24.2 - PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL E MENTAL

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
SAÚDE BUCAL			
Divulgação p/ implantação de micro-sistemas de fluoretação de água de abastecimento público região norte	Estados	07	07
Apoio a estados da Região Nordeste para implantação e implementação do Programa Nacional de Assistência Odontológica integrada ao paciente especial	Estados	04	04
Apoio à "II Conferência Nacional de Saúde Bucal"	Conferência	01	01
Oficinas de trabalho com coordenadores estaduais de saúde bucal	Oficinas trabalho	02	02
Projeto de Circulação de informações sobre Saúde Bucal	Projeto	01	01
SAÚDE MENTAL			
Publicação de normas p/ acreditação de instituições prestadoras de assistência em saúde mental no SUS	Portaria	02	02
Supervisão à estabelecimentos hospitalares que prestam assistência psiquiátrica	Visitas	25	40

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Capacitação de técnicos p/ assistência em saúde mental	Técnicos	140	350
Realização de pesquisa epidemiológica sobre a prevalência das incapacidades no Brasil	Pesquisa	04	04
Implantação de unidades de reabilitação na rede do SUS	Unidade	12	04
Realização de supervisão às secretarias estaduais e/ou municipais de saúde	Supervisões	06	06

24.3 - PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Capacitação de profissionais de saúde da rede primária de assistência	Cursos	--	06
Apresentar/discutir propostas de sistemas de informação e vigilância epidemiológica p/ a área das doenças crônicas não transmissíveis	Seminário	01	01
Desenvolvimento do Projeto "Salvando o Pé Diabetico", em 04 Centros: CE, MG, SP e DF	Cursos	04	04
Publicação e distribuição do Manual de Normas Técnicas	Manual Contrato	01 02	0[illegible] 0[illegible]
Participação de técnicos do Prog.Ed. e Cont. do Diabetes nas UFs:SC, RS, CE, AM, RJ, DF, GO, PB, PR, SP e RN	Reunião Seminário/curso	.	1[illegible]
Treinamento de profissionais	Cursos	02	0[illegible]
Informação e divulgação a pacientes e à população em geral sobre cuidados de higiene do paciente diabetico	Cartazes	10.000	10.00[illegible]
Capacitação de profisionais de saúde na atenção primária de assistência	Curso Seminá-	-- --	0[illegible] 0[illegible]
Informação à população geral, sobre cuidados e prevenção de problemas oculares	Manual	01	0[illegible]

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Informação e conscientização a população quanto à utilização do cinto de segurança	Campanha	07	07
Capacitação profissional de nível superior em Ed. Física	Curso	01	01
Treinamento sobre exercício físico e saúde para estudantes dos cursos de Ciências Médicas e Educação Física	Curso	01	01
Aperfeiçoamento e reciclagem do Programa de Ed. e Saúde através da Atividade Física e do Esporte	Programa	08	08
IX Congresso Brasileiro de Medicina do Esporte	Congresso	01	01
Fórum de Medicina e do Esporte e Atividade Física e Saúde	Fórum	01	01
Capacitação de profissionais das áreas de educação e saúde	Cursos	600	600

24.4 - PROGRAMA DE ATENÇÃO A GRUPOS ESPECIAIS

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Capacitar profissionais do SUS p/ a assistência integral à Saúde Idoso	Eventos	04	04
Realizar supervisões às Secretarias de Saúde	Supervisões	03	03
Capacitar profissionais do SUS para gerenciamento e planejamento das ações de saúde das pessoas portadoras de deficiências no SUS	Eventos	06	06
Realizar pesquisa sobre a utilização dos procedimentos da tabela SIA/SUS utilizados na reabilitação de pessoas portadoras de deficiências	Pesquisa	01	01

24.5 - PROGRAMA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Curso de Introdução ao Controle de Infecção Hospitalar - CIH nível superior	Cursos	27	27
Curso de Introdução ao CIH nível médio	Cursos	27	27
Curso de Microbiologia Básica para o CIH	Curso	01	01
Curso Internacional de Microbiologia Molecular	Curso	01	01
Seminários Internacionais de Microbiologia p/ CIH em 4 cidades brasileiras de 4 macroregiões	**Seminários**	**04**	04
Seminário internacional Farmácia Hospitalar - FH ministrado por Prof. Dr. Beltran	Seminário	00	01
Estágios	Estágios	06	03
Seminário internacional Farmácia Hospitalar para o CIH	Seminário	00	01
Consultoria Internacional	**Consultores**	**02**	05
Consultorias Nacionais	**Consultores**	**02**	05
Articulação com a SES p/ implantação de programas Estaduais de CIH	Articulações	27	27
Articulação com Entidades Hospitalares públicas e privadas	Articulações	01	0.68
Articulação com o Conselho Nacional de Saúde - CONASS e com o Conselho Municipal de Saude - CONASEMS	**Articu**lações	02	0.80
Articulação com OPS	Articulações	01	0.80
Articulação com o Ministério da Educação e do Desporto	Articulações	01	0[illegible]
Articulação com o Conselho Federal de Farmácia	Articulações	01	0.80

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Implantação de Curso F.H. Campo Grande	Implant.	01	01
Articulação com FNS para implantar CIH em hospitais de pequeno porte	Articu-lações	01	01
Bibliografias sobre Infecções Hospitalares-IH	Bibliog.	01	0.50
Boletim Informativo	Boletim	01	01
Oficina de trabalho para desenvolvimento de controle de qualidade dos processos de esterelização e desinfecções físico e químico	Oficina	00	01
Estudo Brasileiro de valência das das Infecções Hospitalares	Estudo	01	0.60
Avaliação diagnóstica sobre processamento de artigos e superfícies em hospitais brasileiros	Avaliação	01	0.50

24.6 - CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

24.6.1 - Doenças Entéricas

Além do incentivo a monitoração de doenças diarréicas nos serviços com capacidade para tal (como forma de iniciar a vigilância e a definição de um padrão de comportamento local das diarréias), as ações do Ministério da Saúde - MS têm sido fundamentalmente de dar assistência técnica durante situações emergenciais vivenciadas pelos Estados e Municípios, decorrentes do surgimento da cólera em seus territórios.

Para o combate da doença foram implantadas melhorias sanitárias em Municípios do Espírito Santo, Mato Grosso, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Acre; foi feito abastecimento de água em Municípios do Maranhão, Mato Grosso, Sergipe e Pernambuco; e obras de esgotamento sanitário em favelas da periferia da cidade de São Vicente (São Paulo) e no Bairro São Roque, do Município de Queimadas (Rio de Janeiro). Houve atuação na prevenção da Cólera e realizado curso de desinfecção da água para consumo humano, em parceria com a Organização Pan Americana de Saúde - OPAS, visando a reciclagem de 50 técnicos da Fundação Nacional de Saúde - FNS envolvidos em técnicas de cloração de água para evitar a disseminação da doença.

24.6.2 - Dermatopatias

Entre as ações desenvolvidas pelo MS na área da dermatologia sanitária, neste ano, merecem destaque as seguintes:

- o curso de "Gerência em Programas de Controle da Hansenmase", realizado com apoio da Organização Mundial de Saúde - OMS;

- a capacitação dos Centros de Referência Nacional em "Investigação de Sistemas Locais de Saúde";

- a realização do primeiro curso nacional de oftalmologia em hansenmase;

- a elaboração e/ou revisão de materiais técnico-normativos e instrucionais referentes ao controle da hansenmase, dermatoses da infância de interesse sanitário e leishmaniose tegumentar americana;

- regularização da distribuição de Dapsona e Talidomida; e

- produção de hansenostático na embalagem "blister-package".

24.6.3 - Pneumopatias

As principais ações desenvolvidas pelo MS visando o controle da pneumopatias de interesse sanitário foram:

- reformulação do Plano Quinqüenal na área de pneumologia sanitária;

- realização de 3 encontros macroregionais de avaliação e programação do Programa de Controle da Tuberculose;

- elaboração de projetos para controle de silicose em trabalhadores;

- realização do Curso Nacional de Pneumologia sanitária com 40 alunos de varias Unidades Federadas;

- supervisão e assessoramento às secretarias estaduais de Saúde; e

- repasse de recursos às Coordenações Estaduais possibilitando a realização de cursos, fóruns, supervisões e treinamentos nas Unidades Federadas.

24.7 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Dentre as ações desenvolvidas pelo MS na área de vigilância sanitária destacaram-se a participação junto ao MERCOSUL na harmonização de normas e regulamentos técnicos; a operacionalização do Decreto 793/93 - chamado "Decreto dos Genéricos" a elaboração da Portaria no. 58, que dispõe sobre a vigilância sanitária dos alimentos, e a definição do plano de trabalho no campo da Saúde do trabalhador.

Com relação ao MERCOSUL o MS trabalhou no sentido de harmonizar normas e regulamentos técnicos referentes ao controle de medicamentos, soluções parenterais , produtos desinfetantes e esterilizantes para uso hospitalar, alimentos, cosméticos e inspeção de indústria farmacêutica e boas praticas de fabricação de produtos farmacêuticos, de modo a viabilizar a operacionalização dessas questões no âmbito do MERCOSUL.

A assinatura do Decreto 793, de 05/04/93 conhecido como "Decreto dos Genéricos", com vigência a partir de 06/10/93, constitui passo importante no sentido da definição de uma política de medicamentos no país. O Decreto estabelece a obrigatoriedade do destaque da denominação genérica dos medicamentos, em relação ao nome fantasia, com o objetivo de acentuar a concorrência entre os diversos produtores e, desta forma, alcançar preços acessíveis a toda população. Para assegurar a equivalência de qualidade entre os diversos produtos faz-se necessário garantir o controle da qualidade da produção, distribuição, comercialização, dispensação e uso racional dos medicamentos, e nesse sentido que vem atuando o MS, que deu início ao "Programa Nacional de inspeção à indústria farmacêutica", entre muitas outras atividades necessárias à operacionalização do Decreto.

Para a área de alimentos, o MS elaborou a Portaria 58 que define os princípios e diretrizes para vigilância sanitária de alimentos, a qual foi aprovada em audiência pública e já encaminhada por esta Secretaria para publicações.

O plano de trabalho do MS no campo da Saúde do trabalhador, contemplou as seguintes ações prioritárias:

- fomento e cooperação técnica e financeira para estados e Municípios na execução e implantação das ações de Saúde do trabalhador, respeitando-se os princípios da descentralização e universidade, proposta pela Lei 8080;

- estudos para a definição do financiamento e a adequação das formas de repasse para que o SUS possa assumir integralmente as ações de atenção à Saúde dos trabalhadores, contemplando toda população trabalhadora;

- participação na Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, do Conselho Nacional de Saúde, com a finalidade de promover estudos visando a compatibilização de políticas e programas de interesse para a Saúde dos trabalhadores não compreendidos no âmbito do SUS e, com a participação dos atores envolvidos;

- participação nas comissões e grupos de trabalho sobre Saúde do trabalhador, criados inter e externamente, com o objetivo de promover o aprimoramento e o fortalecimento das ações de Saúde do trabalhador e sua implementação no SUS, com destaque para a participação na Comissão Interministerial de Saúde do Trabalhador, composta pelos Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Previdência Social;

- participação na elaboração das normas técnicas sobre LER, BENZENO, RUMDO e PNEUMOCONIOSES, coordenadas pelo INSS;

- participação na elaboração de norma sobre radiações ionizantes;

- participação na proposta de norma da Secretaria de Assistência à Saúde - SAS reconhecendo os procedimentos para o atendimento ao acidentado do trabalho no SUS, incentivando a notificação obrigatória dos acidentes de trabalho;

- estudos para a realização de uma pesquisa de âmbito nacional, coordenada pelo Ministério da Saúde, sobre o conhecimento dos riscos existentes nos locais de trabalho e seus agravos sobre a Saúde dos trabalhadores;

- promoção e apoio ao desenvolvimento científico-tecnológico, com apoio a formação e criação de centros voltados para o estudo, pesquisas e avaliações de risco para a Saúde do trabalhador, implementando a infra-estrutura e retaguarda da rede pública especializada; e

- Apoio as ações de formação de recursos humanos em Saúde do trabalhador, com o desenvolvimento de cursos de atualização e introdução a Saúde do trabalhador, junto aos estados e Municípios com destaque para o apoio técnico e financeiro à ABRASCO como estímulo à Referência em cursos de especialização e pós-graduação em Saúde do trabalhador.

24.8 - SANEAMENTO

O Setor de Engenharia de Saúde pública da FNS desenvolveu ações em mais de 10 frentes de trabalho, a seguir sumarizadas:

- projeto de construção e ampliação de sistema de abastecimento de água, beneficiando uma população de 5 milhões de habitantes, localizada em 303 Municípios;

- projeto de saneamento básico em pequenas localidades, que procura proporcionar água potável

e destino adequado dos dejetos em pequenas localidades, notadamente as com população inferior a 5.000 habitantes;

- projeto de melhorias sanitárias domiciliares, com implantação de fossas, tanques, reservatórios, filtros e melhorias coletivas (sanitários públicos, lavanderias, melhorias em escolas), de forma a prevenir e ou controlar as doenças de vinculação hídrica e outras, provocadas pelas baixas condições de salubridade do ambiente. A média anual dessas melhorias e de 150 mil, sendo que, entre janeiro e outubro, foram beneficiadas uma população de 135.780 pessoas e construídas 82.083 melhorias;.

- projeto de melhoria da habitação rural para controle da doença de Chagas, com o qual busca-se a redução das possibilidades dos insetos transmissores da doença (triatomíneos), por meio da recuperação ou reconstrução de moradias, em pequenas localidades dos Estados da Bahia, Ceara, Rio Grande do Norte, Alagoas, Minas Gerais, Piauí e Pernambuco, atingindo 10 mil pessoas, e trabalhadas 1900 moradias;

- Ações de controle da qualidade da agua de consumo humano, em consonância com os padrões de potabilidade definidos pela Portaria MS n: 036/90, as quais alcançaram uma população de 5.486.048 de habitantes, de 980 Municípios e localidades; e

- ações de saneamento no controle e prevenção da cólera, com a implantação de melhorias sanitárias em Municípios do Espírito Santo, Mato Grosso, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Acre; abastecimento de agua em Municípios do Maranhão, Mato Grosso, Sergipe e Pernambuco; e obras de esgotamento sanitário em favelas da periferia da cidade de São Vicente (São Paulo) e no Bairro São Roque , do Município de Queimados (Rio de Janeiro).

24.9 - PROGRAMA DE COMBATE À FOME E À MISÉRIA

O Ministério da Saúde participa ativamente do Programa, no atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional, desenvolvendo o Projeto "Leite e Saúde" que em 1993 apresentou os seguintes registros:

Total de Municípios Atendidos	286
Clientela Beneficiada	
Crianças	202.287
Contatos	392.786
Gestantes	127.204
TOTAL	722.517

24.10 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE

24.10.1 - Departamento de Desenvolvimento, Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde - DCAS

O DCAS representa o órgão sucessor dos antigos Departamentos do SUS, do Ministério da Saúde e Diretoria de Controle e Avaliação do INAMPS.

Seu quadro de competências traduz aquelas dos órgãos que lhe deram origem, ou seja, elaboração normativa, controle e avaliação dos serviços contratados pelo ex-INAMPS, a nível nacional e desenvolvimento institucional para a implementação do SUS, respectivamente. Somam-se a estas competências, a gestão das unidades hospitalares próprias do Ministério da Saúde, situadas na cidade do Rio de Janeiro.

O novo conjunto de competências do Departamento pode ser traduzido como o exercício de funções típicas da direção nacional do SUS. Tais funções são: elaboração normativa, gestão de meios, controle e avaliação, intercâmbio e cooperação técnica e execução direta.

Os instrumentos utilizados no desenvolvimento do controle dos serviços de saúde são os sistemas de informações referentes às internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais, através do SIH - Sistema de Informação Hospitalar e SIA/SUS - Sistema de Informação Hospitalar/Sistema Único de Saúde.

Os dois sistemas são padronizados a nível nacional e possibilitam o desenvolvimento de instrumentos essenciais aos gestores no processo de gerenciamento, controle e avaliação.

O SIH/SUS foi implantado em 1981 e utiliza como documento primordial a AIH - Autorização de Internação Hospitalar.

Toda operacionalização do sistema ocorre de forma centralizada fazendo com que o mesmo funcionasse, basicamente, como um sistema de pagamento; porém, não se pode negar que nestes últimos anos foram sendo acumuladas informações importantes sobre a realidade das internações hospitalares a nível nacional.

No entanto, decorrentes da centralização, o acesso a tais informações foi sempre muito dificultado, o que implicou em um controle não efetivo das AIHs, gerando assim, as distorções já conhecidas.

Cabe ressaltar que essas distorções não são decorrentes do sistema em si, mas sim, da sua operação.

A Coordenação-Geral de Controle dos Serviços de Saúde está desenvolvendo esforços no sentido de aperfeiçoar o SIH/SUS e desenvolver metodologias para a operação descentralizada da mesma (AIH em disquete e controle de leitos).

A implantação do SIA/SUS iniciou-se em outubro de 1990, regulamentado pela PT/MS 897, de 26.6.90. O projeto utilizou o sistema desenvolvido pela CELEPAR, oriundo de estudos

anteriores, onde nasceu o SICAPS - Sistema de Informações e Controle Ambulatorial da Previdência Social, em 1987, sendo implantado em Goiás como Projeto Piloto pela própria CELEPAR.

Em junho de 1991, foram celebrados convênios entre o INAMPS e as empresas estaduais de processamento de Dados para o processamento do SIA/SUS. A saber:

- PRODAM (AM) - para processar: AC, AP, PA, RR e RO;
- SEPROCE (CE) - para processar: CE, MA, PI e RN;
- CODATA (PB) - para processar: PB;
- FISEPE (PE) - para processar: AL e PE;
- RODEB (BA) - para processar: BA e SE;
- PRODERJ (RJ) - para processar: RJ;
- CELEPAR (PR) - para processar: PR e SC;
- PROCERGS (RS) - para processar: RS; e
- EMCIDEC (GO) - para processar: GO, MT, TO e DF.

Não aceitaram assinar os contratos os estados de SP, MG e o ES.

Ficou estabelecido que a CELEPAR forneceria os programas fonte às empresas estaduais. Porém, os programas fonte, principalmente os módulos de produção, não se adaptavam a alguns ambientes das empresas, surgindo assim, muita dificuldade na operacionalização do sistema, obrigando as empresas a fazerem alterações nos programas para que o processamento se realizasse acrescido a outros fatores de interferência política, técnica e administrativa, e ainda, diante de contestação jurídica da CISET/MS (Secretaria de Controle Interno do Ministério da Saúde) quanto aos contratos assinados, o MS/INAMPS, resolveu então, para viabilizar de fato a implantação do SIA, celebrar convênio com as próprias Secretarias Estaduais de Saúde - SES, com a finalidade de repassar recursos para que estas adotassem solução mais conveniente, de contratação ou não, utilizando serviços próprios ou privados e desenvolver o próprio programa de processamento, observando, entretanto, as condições mínimas de entrada e saída de dados são críticas de processamento e determinadas tabelas, objetivando não penalizar os estados que já tinham a implantação do SIA em andamento.

O SIA-SUS está implantado nos seguintes estados:

Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Tocantins, Roraima, Rondônia, Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Sul.

O SIA-SUS está totalmente implantado nos Estados:

São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Alagoas e Santa Catarina.

A Coordenação Geral de Controle dos Serviços de Saúde, está desenvolvendo o SIA/SUS para microcomputador a fim de serem operados pelos Gestores Estaduais e Municipais, tal material já se encontra em fase final necessitando, apenas, de alguns ajustes e testes para sua operação prática.

a) Principais Realizações

- Elaboração de cronograma de processamento de AIH para o exercício de 1993 e 1994, em conjunto com a DATASUS (Processamento de Dados do Serviço Único de Saúde) e FNS (Fundação Nacional de Saúde).

- Inclusão na Tabela de Procedimentos do SIH/SUS:

  . do procedimento Psiquiatria III, para hospitais que atendam os requisitos da atual política de saúde mental, visando à universalidade, hierarquização, regionalização e integralidade das ações;

  . do procedimento Psiquiatria IV;

  . do procedimento Atendimento ao Recém Nascido na Sala de Parto, realizado pelo pediatra e/ou neonatologista;

  . do grupo de procedimentos Estudo Eletro Fisiológico, para hospitais de referência;

  . do grupo de procedimentos Implante Dentário Osteo Integrado, para hospitais de referência;

  . do grupo de procedimentos Transplante de Coração, Transplante de Pulmão e Transplante de Fígado; e

  . dos procedimentos de Reabilitação de Lesões Labio-Palatais e Deformidades Crânio-Faciais.

- Inclusão na Tabela de Procedimentos do SIA/SUS:

  . da concessão dos equipamentos de órtese e prótese;

  . do procedimento - Inserção do DIU e Diafragma Vaginal;

  . do procedimento - Atendimento Específico ao Portador de Doença de Notificação Compulsória; e

  . do procedimento - Atendimento Específico para Acidente de Trabalho.

- Implantação de crítica:

  . no campo médico-auditor da AIH, limitando o uso de procedimentos de alto custo;

  . politraumatizado visando coibir cobranças indevidas;

  . de cirurgia múltipla no sistema AIH, visando coibir cobranças indevidas;

  . de taxa de ocupação de 100% dos leitos de psiquiatria cadastrados no SIH-SUS; e

. de taxa de ocupação de 100% dos leitos cadastrados no SIH-SUS por especialidade.

- Recadastramento de leitos de psiquiatria em conjunto com a Coordenação de Saúde Mental.

- Atualização:

  . de cadastro dos leitos hospitalares do SIH-SUS;

  . mensal dos valores de Tabelas de Procedimentos do SIH-SUS e do SIA-SUS; e

  . do Manual do SIH-SUS, visando dar subsídios aos gestores no desenvolvimento dos serviços de Controle e Avaliação dos Serviços Assistenciais.

- Estudo e atualização dos tetos de AIH por Unidade Federada (Censo IBGE).

- Compatibilidade de uso/utilização de órteses, próteses e materiais especiais e os procedimentos médicos da Tabela do SIH-SUS.

- Trabalho integrado com a Coordenação de Alta Complexidade, para inclusão de procedimentos na Tabela do SIH-SUS, e com o Processamento de Dados do Serviço Único de Saúde - DATASUS para implantação de críticas na AIH, inclusão de procedimentos na Tabela do SIH-SUS e elaboração de relatórios do sistema SIH-SUS.

- Elaboração:

  . da portaria de alojamento conjunto/aleitamento materno e dos critérios de obtenção do Fator de Incentivo ao Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa em Saúde - FIDEPS dos Hospitais Universitários;

  . de relatórios visando subsidiar aos três níveis de gerenciamento do SUS, com relação a: projeção e execução orçamentária, valores repassados aos Estados, distribuição de AIH por unidade federada, taxa de ocupação de leitos, perfil dos Estados (faturamento e custo médio de AIH), custo de Órtese, Prótese e Materiais - OPM por unidade federada/natureza prestador de serviço;

  . em conjunto com a DATASUS do programa de pagamento das AIH'S em microcomputador com a finalidade de ser operado pelos gestores a nível estadual e municipal;

  . da planilha de controle de valores pagos pelo SIA-SUS, Guia de Autorização de Pagamento - GAP, Recurso de Cobertura Ambulatorial - RCA e saldos existentes;

. da especificação técnica para construção da base de dados a nível nacional do SIA-SUS; e

. do novo manual do SIA-SUS, com a visão voltada para a informação e direcionada para o processo de gerenciamento controle e avaliação.

- Reformulação dos procedimentos da área de oncologia e ortopedia na Tabela do SIH-SUS.

- Unificação das Tabelas de Procedimentos médicos realizados em Unidades hospitalares e ambulatoriais.

- Recebimento mensal dos meios magnéticos de créditos bancários, com respectivos relatórios procedentes dos estados que processam o SIA-SUS, para liberação do pagamento às UPS (Unid. Prestadoras de Serviços) e aos profissionais.

- Encaminhamento mensal dos meios magnéticos à financeira após verificação dos valores de créditos com o teto do Recurso Cobertura Ambulatorial (RCA) dos estados, para pagamento dos serviços ambulatoriais.

- Alteração na Tabela de Procedimentos do SIA-SUS dos procedimentos referentes a Diagnose em Neurologia.

- Manutenção dos arquivos de relatórios de pagamentos por estado e competência.

- Regulamentação provisória para o pagamento da Diálise Peritonial Ambulatorial Contínua CAPD e Tratamento Fora Domicílio - TFD, através de GAP (Guia de Autorização de Pagamento).

- Realização e Participação no Seminário de Controle e Avaliação de Saúde, dirigido aos estados e Municípios onde foi apresentado o SIA-SUS como instrumento de Controle e Avaliação a nível descentralizado (jul/93).

- Realização de curso de atualização do SIA-SUS, com o objetivo de transmitir conhecimentos às Secretarias Municipais em João Pessoa/PB.

- Alteração na sistemática de recadastramento das unidades ambulatoriais, através nova Ficha Cadastral Ambulatorial - FCA.

- Validação do "Software" para processamento do SIA-SUS em microcomputador, para distribuição aos Gestores Municipais e Estaduais, que ainda se utilizam de empresas estaduais de processamento de dados.

- Depuração do Banco de Dados do SIA-SUS e sua implantação a nível nacional.

- Revisão do Manual de Preenchimento do SIA-SUS, adequando-o à nova FCA.

- Revalidação dos códigos de atividade profissional adequando-os à Tabela de Procedimentos.

- Alteração na Tabela Descritiva de procedimentos para adequação com a nova FCA.

- Reestruturação e compatibilização da Tabela do SIA-SUS com SIH-SUS.

- Completar a implantação do processamento do SIA-SUS nos estados de Santa Catarina e Piauí.

- Desenvolvimento do Projeto "O CONASEMS e o SUS", com apoio técnico e financeiro ao processo de transição de direção do órgão (realizado de 02 reuniões nacionais, reuniões da diretoria, contratação de três consultores, produção de duas edições do jornal Presença e produção de vídeo sobre a municipalização).

- Desenvolvimento, em fase preliminar, do projeto Redes de Cooperação Técnica no SUS, em parceria com o CONASEMS, com contratação de dez consultores para apoio a municípios em etapas avançadas de gestão (recursos BRA-990-032).

- Desenvolvimento, em fase preliminar, do projeto "Capacitação de Gestores Municipais do SUS", em articulação com o Fundo das Nações Unidas - UNICEF, Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, Secretarias Estaduais de Saúde, Conselhos e Associações de Secretarias Municipais de Saúde - SMS e Universidades, em 06 Estados, para formação de 45 a 50 monitores e capacitação de 120 a 150 dirigentes municipais de saúde (recursos BRA-90-032).

- Representação da Secretaria de Assistência à Saúde - SAS e elaboração de proposta preliminar da cooperação técnica com a Odaoverseas Development Administration, do Reino Unido, nas áreas de financiamento e informações em saúde.

- Comissão Tripartite Intergestores: assessoria técnica ao Diretor do DCAS e ao Grupo Especial de Descentralização - GED, enquanto participantes da comissão.

- Programa "Leite e Saúde": participação oficial do Coordenador e assessoria técnica da equipe na elaboração normativa do Programa: Dos programas desenvolvidos pelo INAN, o programa "Leite e Saúde" tem uma importância particular no plano de Governo Federal de combate a fome e a miséria. O programa do leite foi implementado de forma descentralizada, sendo os recursos transferidos aos municípios, através de convênios com as prefeituras. Ele

propicia o atendimento, com um litro de leite por dia a 184.000 crianças desnutridas de 6 a 23 meses de idade, e, com 1/2 litro de leite por dia a 134.000 irmãos de crianças desnutridas, na faixa de 24 a 59 meses de idade. Também foram incluídas no programa 27.000 gestantes em risco nutricional, que recebem 1/2 litro de leite por dia.

- Reestruturação da SAS: coordenação, no âmbito do DCAS, da elaboração da proposta de reestruturação provisória do órgão, para absorção das funções transferidas do ex-INAMPS, até a concretização da reestruturação do MS.

- Participação no Projeto IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) de Avaliação de 10 hospitais brasileiros de grande porte, aplicando Sistema de Geração Indicadores de Qualidade e Produtividade.

- Projeto Banco Mundial - garantia de qualidade em saúde, com as seguintes atividades e produto: participação no grupo que elaborou a proposta com o produto: redação dos itens referentes à análise econômico-financeira e avaliação de impacto.

- Criação do Núcleo Nacional de Gestão da Qualidade visando formular diretrizes nacionais sobre gestão da qualidade para os serviços de saúde na perspectiva do SUS, com as seguintes atividades:

  . discussão de proposta para coordenação das atividades do Ministério da Saúde vinculadas ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP; e

  . participação do grupo de tarefa na área de qualidade conforme estabelece o Grupo Especial para Descentralização - GED.

- Cadastramento dos núcleos universitários e outras instituições de pesquisa na área de saúde coletiva no Brasil.

- Realização de pesquisa sobre "Processo de Municipalização nos Estados" e sobre "Experiências Municipais com Impacto na Qualidade da Gestão, Assistência e Controle Social em Saúde".

- Elaboração do termo de referência e contratação de pesquisa "Processo de Municipalização no Brasil Estudo com Gestores Municipais", em doze estados, com realização de dezesseis estudos de casos (experiências com impacto).

- Elaboração de termos de referência e realização de oficina de trabalho com consultores nacionais do projeto "Perspectivas de Financiamento no SUS", para definir e fundamentar a demanda de cooperação técnica do MS nesta área.

- Elaboração do termo de referência e contratação da elaboração de manual do processo de descentralização (avançando para a gestão plena: o que cabe ao município).

- Revisão técnica e gestão de meios para decisão de manual sobre "Controle Social", elaborado pela Assessoria de Comunicação da SAS.

- Participação no projeto Sistema de Informações Municipais de Saúde - SIMS/BBS, em Florianópolis/SC, com elaboração de Indicadores Gerais de Qualidade.

- Coordenação de Grupo de Trabalho sobre Garantia de Qualidade em Saúde no XXX Congresso Brasileiro de Educação Médica, fórum Nacional de Avaliação do Ensino Médico em Londrina/PR, com publicação de relatório na Revista Brasileira de Ensino Médico.

- O Instituto Nacional do Câncer - INCA, através de suas unidades (Hospital do Câncer, Hospital de Oncologia, Centro de Ginecologia Luiza Gomes de Lemos, Centro de Prevenção e Diagnóstico de Câncer), prestou assistência na área de Câncer, realizando:

  . 190.199 consultas;
  . 4.251 internações;
  . 6.084 ato cirúrgicos;
  . 444.863 procedimentos de diagnose; e
  . 180.856 procedimentos terapêuticos (medicina nuclear, radioterapia, quimioterapia e hemoterapia).

24.10.2 - DEPARTAMENTO DE NORMAS TÉCNICAS

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS DE SAÚDE			
Capacitação de recursos humanos para infraestrutura tecnológica da rede de Serviços de Saúde			
-Capitação de engenheiros clínicos	Cursos Prof.Hab.	4 80	4 65
-Capacitação de técnicos em manutenção de equipamentos médico hospitalares	Cursos Prof.Hab	3 94	3 57
-Capacitação de artífices em manutenção de equipamentos médico-hospitalares	Cursos Prof.Hab.	4 96	5 120

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
-Qualidade de Materiais e equipamentos para Saúde. -Definição das diretrizes e prioridades da política de qualidade.	Documentos Políticos Orientação	2	2
Sistema de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares.			
-Elaboração de documentos técnicos de orientação.	Documento técnico	4	1
AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA EM SAÚDE. Análise de processos de registro de correlatos.	Processos	150	97

24.11 - CENTRAL DE MEDICAMENTOS - CEME

Compete à Central de Medicamento - CEME a gestão da política de medicamentos do Governo Federal, objetivando regular o abastecimento às camadas sociais mais carentes e incentivar a produção de laboratórios oficiais, tornando-se, praticamente, a única referência no controle de preços desses produtos no mercado nacional.

Prioritariamente, desenvolve a atividade de aquisição e distribuição de medicamentos básicos e de programas específicos (conforme Relação Nacional de Medicamentos - RENAME). Como desígnios complementares e suplementares a este grande objetivo, a instituição desenvolve atividades voltadas para o fomento à pesquisa aplicada (fármacos e plantas medicinais), controle de qualidade dos medicamentos, modernização das unidades produtoras do sistema CEME (laboratórios e almoxarifados) e da área de recursos humanos na capacitação profissional dos servidores do Sistema Único de Saúde - SUS envolvidos com sua gestão.

a) Principais Realizações

- Aquisição e distribuição de insumos, medicamentos, imunobiológicos, soros e reagentes.
- Pesquisa Aplicada em Ciência e Tecnologia.
- Análise e controle dos medicamentos.
- Modernização das Unidades Operacionais do Sistema CEME.
- Capacitação de Recursos Humanos.

b) Comentários

A CEME ao longo destes últimos 23 anos, praticamente, tornou-se, não só pioneira, como a principal agência de fomento à pesquisa aplicada de fármacos e plantas medicinais no País; até 1995 deveríamos ter um percentual considerável em fitoterápicos com tecnologia desenvolvida, gerando enorme economia de divisas para a nação. Em função de problemas de ordem econômica e financeira deverá ser atingindo um percentual, aproximadamente, de 20% do projeto ora em estudo.

24.12 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

A Fundação Oswaldo Cruz, principal instituição de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, tem por função desenvolver atividades no campo da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, visando atender às necessidades do País, alcançar e garantir autonomia nacional nessas áreas, devendo para isto:

- participação da formulação, coordenação e execução da Política Nacional de Saúde, da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e da Política Nacional de Educação, ambas também no âmbito da Saúde;

- promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas em Saúde Pública e Coletiva, assim como propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia para a saúde;

- formar e capacitar recursos humanos para a saúde e ciência e tecnologia;

- fabricar produtos biológicos, profiláticos, medicamentos, fármacos e outros produtos de interesse para a saúde;

- desenvolver tecnologias de produção, métodos de controle de qualidade e outras tecnologias de interesse da saúde;

- desenvolver atividades de prestação de serviços e cooperação técnica no campo da saúde, ciência e tecnologia; e

- preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e científico, da FIOCRUZ e contribuir para a preservação da memória da saúde e das ciências biométricas.

Os Programas Institucionais da FIOCRUZ, têm por finalidade proporcionar o tratamento do objeto saúde de forma integrada e global.

24.12.1 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Desenvolver novos métodos de diagnósticos profilaxia e terapêutica de doenças endêmicas e transmissíveis (infecciosas e parasitárias - AIDS, Malária, Chagas, Leishmaniose, Cólera, Esquistossomose, Meningite, etc.)	Projetos	406	440
Desenvolver estudos e investigações no campo da saúde pública (violência e saúde, movimentos sociais e saúde, políticas sociais e saúde comunicação e ensinos da saúde coletiva, nutrição em saúde pública, determinação e controle de endemias, desenvolvimento de métodos epidemiológicos p/ estudo doenças infecciosas, saúde do idoso, saúde mental, saúde das populações indígenas, e outras).	Projetos	130	176
Desenvolver pesquisas relativas às áreas de História em Saúde e das Ciências da Saúde, Doenças e Políticas de Saúde.	Projetos	920	
Desenvolver pesquisas relativas à recuperação e conservação do acervo, documentação e informações históricas no campo da saúde.	Trabalho	15	18
Desenvolver metodologias, técnicas e padrões de referência para o controle de qualidade de materiais de consumo humano.	Manuais	5	31
Desenvolver ações analíticas necessárias ao uso e denominação genérica de medicamentos.	Novas metodol.	Sem .	100
Desenvolver modernas tecnologias para a criação e aperfeiçoamento de vacinas, inclusive para torná-las polivalentes.	Projetos	9	10
Desenvolver novos Produtos e processos privilegiando a transferência de tecnologias dominadas à indústria nacional.	Projetos	45	5

24.12.2 - Ensino e Formação de Recursos Humanos

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Ministrar cursos de mestrado e doutorado em Biologia Celular e Molecular Medicina Tropical, Biologia Parasitária, Saúde Pública e Saúde da Mulher e da Criança, para a formação de pesquisadores para o campo da saúde.	alunos	15	91
Ministrar cursos de especialização em nível de pós-graduação nas áreas de saúde pública, saúde do trabalhador, saúde da mulher e da criança, dentre outras.	alunos	640	861
Ministrar Cursos de Residência para a formação de especialistas em Pediatria, Gineco-Obstetríca Medicina Preventiva e Social.	Resid.	60	73
Ministrar cursos de alunos aperfeiçoamento técnico e profissional, em nível de 2º grau (disciplinas profissionalizantes) e em nível de treinamento e qualificação para profissionais graduados.	alunos	570	635

24.12.3 - Produção de Imunobiológicos e Medicamentos

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Produzir vacinas e reagentes para dignóstico em atendimento à demanda do Programa Nacional paara Auto-Suficiência Imunobiológicos e em capacidade instalada.	vacinas reagent.	74.400.000 1.177.500	18.818.979] 635.730
Produzir medicamentos de acordo com os requerimentos dos programas prioritários do Ministério da Saúde.	comprim. Cápsulas Bisnagas	330.000.000 24.000.000 6.550.000	144.706.200 9.764.500 2.127.050
Produzir animais de laboratório como insumo para a pesquisa das Unidades da FIOCRUZ.	Animais	169.000	238.150

24.12.4 - Qualidade e Meio-Ambiente

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Realizar análise de substâncias e materiais referenciados para o controle de qualidade em saúde.	Análise/ testes	11.358	10.067
Capacitar recursos humanos para o Sistema de Vigilância Sanitária.	Alunos	20	37
Desenvolver pesquisas para o controle de qualidade em materiais de de consumo humano.	Projetos	12	6
Desenvolver projetos de pesquisa na área de ecologia e meio ambiente, notadamente em controle de vetores, toxicologia, saneamento básico, educação ambiental, saúde do trabalhador e ecologia humana.	Projetos	15	13
Realizar análises laboratoriais de substâncias tóxicas e materiais de contato do trabalhador.	Análise	15.600	4.248
Realizar ações de Vigilância Epidemiológica e Sanitária e de Educação e Saúde do Trabalhador através de atendimento clínico-ambulatorial e pesquisa clínicas.	Consulta	6.850	1.876

24.12.5 - Programa de Assistência de Referência

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Prestar serviços assistenciais especializados na área materno-infantil, prioritariamente para estados de saúde de alto risco.	Exames	167.700	331.264
Desenvolver projetos de pesquisas voltados p/ o diagnóstico e terapêutica de doenças da mulher da criança e do adolescente.	Consulta Intern.	82.000 5.600	58.969 3.841
Desenvolver programa de estímulo à amamentação e à doação de leite humano.	Fornec. de leite humano	1.000	1.780

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Investigar doenças infecciosas e parasitárias servindo de centro de Referência Nacional, Estadual e Local nas áreas de diagnóstico e terapêutica de doenças infecciosas e parasitárias.	Exames Consulta	202.410 20.160	114.915 10.622
Desenvolver programa de assistência domiciliar a pacientes de AIDS.	Intern.	820	369
Prestar serviços assistenciais para pacientes portadores de doenças infecciosas e parasitárias.	Visitas	(*)	6.277
Prestar serviços assistenciais à comunidade circunvizinha, desenvolvendo modelos de atendimento básico na área urbana de forma integrada com a Rede Municipal de Saúde.	Exames Visitas	18.125 1.387	36.258 6.277
Desenvolver atividades assistenciais servindo de campo à prática e formação de recursos humanos para o SUS, através de Programa de Residência Médica em Medicina Preventiva Saúde Pública.	Consulta Semi-Intern. Atendim. Atendim. Assist.	17.136 31.000 (*) 	33.821 872 58.908 23.819 1.035

(*) sem indicador

24.12.6 - Programa de Informações Científicas e Tecnológicas

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DAS METAS	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Ampliar e difundir o acervo bibliográfico da FIOCRUZ.	Atend. Livros e periót.	100.000 3.670	109.353 4.440
Produzir, reproduzir e distribuir cassetes relativos à Saúde.	Vídeos, cassetes (cópia)	2.000	2.469
Operacionalizar o Sistema de Informatizações Tóxico.	Index.de substân. tóxicas	sem	1.400

24.12.7 - Programa de Administração e Desenvolvimento Institucional

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DAS METAS	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Modernizar a infra-estrutura física da área técnico-científica envolvendo a construção da nova Biblioteca de Manguinhos e da Planta de Produção da Vacina Tríplice e da Central de Processamento Final de Inumobiológicos.	% Obras	100	75
Desenvolver programa institucional integrado (com a participação de várias Unidades da FIOCRUZ) em AIDS, para a realização de pesquisas e estudos moleculares e inumobiológicos sobre o HIV-1 no Brasil, detecção e caracterização do vírus por PCR, diagnóstico precoce, caracterização de espécimes, e estudos em pacientes pediátricos.	Projetos	8	23
Desenvolver novas sínteses e tecnologias farmacêuticas a partir da identificação de produtos ativos, buscando o isolamento de moléculas ou extratos de plantas de ação terapêutica.	Projetos	---	7

24.13 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - FNS

Integrante importante da direção nacional do SUS, a FNS está prometida com a edificação e consolidação do Sistema.

É compromisso da FNS a promoção de análise e avaliações contínuas da situação de saúde do País, estabelecendo perfis regionais e nacional de mortalidade e morbidade; levantamento e divulgação dos principais indicadores de saúde; identificação e difusão de método epidemiológicos; estabelecimento de normas, metodos e técnicas para o controle ou erradicação de doenças e agravos.

Ações e serviços sob a responsabilidade da FNS, são principalmente as operações de campo no combate à febre amarela e dengue, malária, doença de Chagas, esquistossomose e outras endemias focais, além da associação das ações preventivas às de assistência curativa, através de unidades de saúde concentradas em municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A FNS implementa e coordena o sistema integrado pela rede de laboratórios de saúde pública, garantindo assim o indispensável apoio às ações de vigilância epidemiológica e de vigilância sanitaria e aquelas relacionadas à assistência à saúde

Compreende, também, as ações voltadas ao suprimento, distribuição e controle da qualidade da vacinas, soros e reagentes demandados pelo país.

No campo da engenharia sanitária, a FNS apoia técnica e financeiramente os municípios, promovendo desde a construção e ampliação de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpe a urbana e melhorias sanitárias domiciliares, até a construção e ampliação de serviços de drenagem para o controle da malária e a melhoria da habilitação rural para o combate à doença de Chagas.

A atenção à saúde das populações indígenas, constitucionalmente sob a responsabilidade federal, é o quinto segmento no elenco de ações coordenadas pela FNS (Decreto no.23, de 4 de fevereiro de 1991). Nele, estão compreendidos o conhecimento da cultura desses povos, através de ampla articulação com outros órgãos ligados às questões indígenas, e a correspondente adaptação da tecnologia disponível para a promoção, proteção e recuperação da saúde do índio.

Integrando a estrutura da FNS tem-se três unidades descentralizadas que, dentro de suas especificidades, oferecem importante contribuição na construção do SUS: o Instituto Evandro Chagas (IEC), a Escola de Enfermagem de Manaus (EEM) e o Centro de Referência Professor Hélio Fraga (CRPHF).

24.13.1 - Ações de Normatização e Coordenação do Controle da Tuberculose e outras Pneumopatias .

a) Principais Realizações

- Prestação de assessorias as equipes de Coordenação Estadual do PCT através das macroregionais, CRPHF, PS com supervisões regulares.

- Realização e supervisões técnicas as Coordenações Estaduais do PCT com avaliações epidemiológica e operacionais.

- Realização avaliação anual do desempenho do PCT nos Estados, através de encontros macroregionais.

- Apoio aos núcleos macroregionais e as UF, na capacitação de profissionais de saúde, nível superior, médio e auxiliar sempre que possível.

- Promoção a capacitação de técnicos em gerência de Programa de controle da Tuberculose, nas regiões, sob a coordenação do CRPHF, em conjunto com a Coordenação de Dermatologia Sanitária.

- Promoção a especialização de médicos pneumologistas em tisiologia, através do CRPHF apoiando financeiramente a realização do curso.

- Curso Nacional de Bacteriologia da Tuberculose.

- Realização de Campanhas de divulgação Nacional Sobre Problema da Tuberculose através da Imprensa, Fóruns Estaduais, Seminários:
  . Fórum Estadual do RN;
  . Fórum Estadual do CE; e
  . Fórum Estadual de SP.

- Reuniões de Peritos:
  . promoção reunião de peritos em tuberculose para revisão de normas e procedimentos.

- Estudos e Pesquisas:
  . promoção e apoio ao desenvolvimento de pesquisas e estudos na área de Pneumologia Sanitária pelos núcleos macroregionais e pelos Estados e assessoramento sempre que necessário.

- Ações conjunta PS, DST - AIDS:
  . reunião com técnicos da PS, DST - AIDS e CDC para discussão de um protocolo de pesquisa sobre QP em indivíduos HIV+ou com AIDS;
  . edição de Manual de Bacteriologia revisado; e
  . simpósio sobre diagnóstico da Tuberculose.

- Área Indígena:
  . assessoramento ao Programa de Controle da Tuberculose na área indígena em apoio a COSAI e FUNAI.

- Doenças Pulmonares decorrentes da poluição ambiental:
  . realização de reuniões de Peritos para discussão de Normas técnicas;
  . implantação de Unidades Sentinelas em Serviços de Saúde para controle de Silicose; e
  . aquisição de oito(08) jogos de radiologia "Padrão OIT/1980"no valor unitário 650 francos suíços para a Comissão de Pneumopatias Ocupacionais.

- Micoses:
  . apoio financeiro a produção de Insumos Básicos para diagnóstico de paracoccidioidomicose, histoplasmose, aspergilose e criptococose; e
  . tratamento 100% das micoses nas Unidades de Saúde com o Programa implantado.

- Tuberculostáticos:
  . informatização da previsão, provisão e controle da distribuição de tuberculostáticos nas Unidades Federais;
  . repasse de recursos para CEME para compra de tuberculostáticos; e
  . elaboração do vídeo sobre Controle de Tabagismo nas Empresas em conjunto com o CRPHF.

- Informatização:
. processo de informação das atividades da Coordenação de Pneumologia Sanitária; e
. capacitação de 6 técnicos em computação - MS DOS\LOTUS 123 FLOW.

- BCG:
. elaboração do Manual de Treinamento na técnica de aplicação da vacina BCG.

- Curso Básico em Vigilância (CBVE)
. revisão do material institucional para elaboração do (CBVE).

- Repasse Financeiro:
. publicação na revista de Pneumologia Sanitária; e
. repasse de recursos financeiros e orçamentários da CNPS aos PCT dos Estados através da FNS.

- Simpósios:
. simpósio sobre tabagismo;
. simpósio com peritos em Asma - Rio de Janeiro; e
. simpósio Estadual de Tuberculose em Salvador.

- Seminários:
. seminário para discutir as atribuições das Coordenações do PCT NO SUS-Rio de Janeiro; e
. programa de química fina QTROP-SINEP Programa de auto-suficiência Tuberculostáticos, no Rio de Janeiro para elaboração do Projeto.

- Fóruns:
. Fórum Estadual de Tuberculose em Natal-RN;
. Fórum Estadual de Tuberculose em Cuiabá-MT;
. Fórum Estadual de Tuberculose em São Luis-MA;
. Fórum Estadual de Tuberculose em Fortaleza-CE; e
. Fórum Estadual de Tuberculose em São Paulo-SP.

- Participação em Congresso:
. IV Congresso Regional da Sociedade Brasileira de Tisiologia e Pneumologia no Rio de Janeiro; e
. V Congresso Paulista de Tisiologia e Pneumologia em São Paulo.

- Livro de Registro:
. implantação do livro de registro de pacientes com tuberculose no Município de Fortaleza/Belém/Rio de Janeiro/Distrito Federal/Porto Alegre.

- Atividades realizadas pela equipe Técnica da Macroregião Centro-Oeste.
. participação dos Coordenadores da Macro em reuniões com o Coordenador da Pneumologia Sanitária no mês de fevereiro, junho e dezembro no Rio de Janeiro;
. encontro do Coordenador da Macroregião Centro-Oeste no Encontro de Programação de 1993 na Região Nordeste, em Fortaleza - CE; e
. assessoria ao PCT das SES de GO/MS/MT/DF/TO/PB/RN/CE/PA/MG/SP/BA/SC/RJ.

- Atividades realizadas pela equipe Técnica a Macroregião Norte:
  . assessoria do PCT-RO, para levantamento da situação da Tuberculose nas aldeias indígenas ao Municípios de Guajará Mirim;
  . treinamento de 01 técnico do Acre em cultura e teste de sensibilidade;
  . participação do Coordenador da Macroregião no curso de manejo de Módulos Administrativos - Manágua/Nicarágua; e
  . reunião de Avaliação do PCT em 1992 com os Coordenadores Estaduais, setembro-Belém.

24.13.2 - Programa Nacional das DST/AIDS - Atividades de Treinamento

a) Principais Realizações

- Treinamento multiplicadores para ações de prevenção apoiados no aconselhamento e sorologia anônima (COAS).

- Treinamento profissional nível superior da rede de serviço.

- Treinamento auxiliares de enfermagem da rede de serviços.

- Treinamento 100 profissionais de nível superior em prevenção da transmissão do HIV e de usuários de drogas injetáveis.

- Instalação do Sistema Nacional de Vigilância Sentinela do HIV.

- Realização de estudos multicêntrico de prevalência dos HTLV em doadores de sangue.

- Realização de pesquisa piloto para estimar a prevalência da sífilis e do HIV frequentando clínicas de pré-natal.

- Promoção campanha publicitária nacional de prevenção durante o carnaval de 1993.

- Produção de material educativo para a campanha.

- Adquirir e distribuir preservativos para o SUS.

- Implantação projetos de intervenção para crianças e adolescentes.

- Elaboração e publicação de cartilhas, destinadas a três grupos etários e treinamento de professores.

- Selecionamento e implantação de projetos dirigidos a populações específicas.

- Implantação de Centros de Orientação e Apoio Sorológico (COAS).

- Dar suporte a projetos de Intervenção Comportamental nas seguintes áreas específicas:
  - . Casa de apoio;
  - . Usuários de drogas injetáveis;
  - . AIDS no local de trabalho; e
  - . Apoio a ações comunitárias.

- Realização análise de fluxo de pacientes em unidades que atendem pacientes com DST.

- Selecionamento e implementação centros de referência. De DST e AIDS.

- Implantação projeto sífilis congênita.

- Implementação projeto de desenvolvimento de farmácias no controle das DST.

- Credenciamento de laboratórios de referência macro-regional para diagnóstico laboratorial no controle das DST/AIDS.

- Produzir e publicar manuais técnicos e educativos para as seguintes áreas:
  - . DST;
  - . Manual de controle de DST;
  - . Manual de abordagem sindrômica de DST;
  - . Projeto de envolvimento das farmácias no controle das DST; e
  - . Manual de vigilância das DST;
  - . Como evitar DST (reimpressão); e
  - . Base técnica para eliminação da sífilis congênita.

- PREVENÇÃO
  - . AIDS - Quanto mais você conhece mais você pode evitar;
  - . Conheça AIDS e previna-se; e
  - . Publicação revista AIDS/DST experiências que funcionam.

- VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGIA
  - . Boletim epidemiológico mensal da AIDS;
  - . Manual do Sistema de Vigilância Sentinela do HIV; e
  - . Boletim Epidemiológico da DST (2 publicações).

- TREINAMENTO
  - . Catálogo de Oportunidades de treinamento.

24.13.3 - **Ações de Normatização e Coordenação das Ações de Imunizações**

a) Principais Realizações

- Promoção de vacinação em rotina de quatro milhões crianças menores de 1 ano, com três doses da vacina contra a Difteria, Tétano, Coqueluche - com a dose da vacina BCG-ID e contra o Sarampo.

- Promoção de vacinação, através de duas campanhas no ano, de dezoito milhões de crianças menores de 5 anos com a vacina contra a poliomielite.

- Implantação a vacinação contra Hepatite B em menores de 01 ano nos Estados.

- Implementação a vacinação contra a Hepatite B em menores de 01 ano nos Estados.

- Implantação de seis Centros de Referência para imunobiológicos especiais no PR, SP, DF, CE, PA e MS.

24.13.4 - Programa de Controle de Esquistossomose

a) Principais Realizações

- Exame coproscópico.

- Tratamento humano.

- Determinação de criadouros de importância epidemiológica.

- Aplicação de moluscida em criadouros de planorbídeo

24.13.5 - Ações de Normatização e Controle de Zoonoses

a) Principais Realizações

- Treinamento.

- Implantação e Implentação da CCZ.

- Impressão de documentos técnicos.

- Assessoria e supervisão as Ações de Controle de Zoonoses das SES e SMS.

24.13.6 - Programa de Controle de Malária

a) Principais Realizações

- Exames Laboratoriais.
- Formação de Recursos Humanos/Curso de Malariologia.
- Borrifação Intradomiciliar.
- Borrifação Extradomiciliar.
- Tratamento de doentes.
- Obras de saneamento ambiental.

24.13.7 - Chagas/93

a) Principais Realizações

- Pesquisa Triatômica.
- Borrifação.
- Laboratório de Sorologia.
- Número de Amostras.
  . Inquérito Sorológico;
  . Doadores; e
  . Exames Sorológicos.
- Atenção ao Chagásico
- Melhorias Habitacionais.

24.13.8 - Aquisição e Distribuição de Insumos, Medicamentos, Imunobiológicos, Soros e Reagentes

a) Principais Realizações

- Aquisição de imunobiológicos.

24.13.9 - Assistência Médico-Sanitária à Comunidade Indígena

a) Principais Realizações

- Reformas em Casas de Índio.
- Melhorias sanitárias em áreas indígenas.
- Construção e reforma de Unidades de Saúde em áreas indígenas.

- Encontros Nacionais e Regionais sobre saúde do Índio.

- Treinamentos de Agentes de Saúde Indígenas.

- Assistência Médico-Odontológica.

24.13.10 - Auto Suficiência Nacional em Imunobiológicos

a) Principais Realizações

- Tornar o Brasil auto-suficiente na produção dos componentes da vacina tríplice.

- Tornar o Brasil auto-suficiente na produção de soros.

- Tornar o Brasil auto-suficiente na produção da vacina BCG-ID.

- Reformar e modernizar o INCOS visando a melhoria das análises dos imonobiológicos.

24.13.11 - Ações de Normatização e Coordenação do Controle da Hanseníase e Outras Dematoses

a) Principais Realizações

- Apoio ao diagnóstico de 100% dos casos novos esperados de Hanseníase.

- Apoio ao tratamento de 100% dos casos de Hanseníase em Registro Ativo.

- Apoio ao tratamento de todos os casos diagnosticados de Penfigo Faliáceo.

- Desenvolvimento e apoio a estudos e pesquisas referentes a dermatose de interesse sanitário.

- Acompanhamento das ações de controle das dermatoses de interesse sanitário através de supervisões, participação em avaliações estaduais, avaliação nacional e assessoramento técnico às equipes estaduais e municipais.

- Apoio à capacitação de recursos humanos das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

24.13.12 - Programa de Agentes Comunitários de Saúde

a) Principais Realizações

- Capacitação da Coordenação Nacional e Coordenação Estadual.

- Capacitações dos instrutores supervisores/Municipais nas áreas do Sistema de informação Pedagógica e técnica.

- Assessoria Técnica da Coordenação Nacional as Coordenações Estaduais.

- Capacitação dos A.C.S.

24.13.13 - Ações do Programa de Controle da Raiva

a) Principais Realizações

- Treinamento.

- Campanha de Vacinação antirábica canina.

- Distribuição de vacina antirábica.

- Distribuição de soro antirábico.

24.13.14 - Febre Amarela e Dengue

As ações desenvolvidas concentraram-se, principalmente, no combate ao Aedes Aegypti, vetor da febre amarela urbana e da dengue, presente em 16 estados. Inúmeras prefeituras iniciaram sua participagco nessas atividades, atravis de convênios com a FNS, cabendo às primeiras a contratação e remuneração de pessoal, e à Fundação o repasse de conhecimentos, tecnologia, insumos e equipamentos, já na perspectiva da descentralização.

A vacinação contra a febre amarela foi programada para atingir 534 Municípios num total de 6 milhões de doses, número esse que sofreu considerável acréscimo com a campanha deflagrada nos estados do Maranhão, Para, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Tocantins e Rondônia, devido ao surgimento de casos no Maranhão e Pará.

25 - MINISTÉRIO DO TRABALHO

25.1 - SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO - SPES

A criação do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP em 1970 significou a formação de um patrimônio para os trabalhadores brasileiros, ao mesmo tempo que proporcionou o aumento e a melhoria das oportunidades de emprego.

Esta integração acontece porque parte dos recursos gerados pelo PIS e pelo PASEP são destinados a financiar projetos que contribuem para o desenvolvimento econômico, alargando a oferta de emprego. A aplicação desses recursos é feita com correção monetária e juros reais, garantindo, assim, o aumento do patrimônio dos trabalhadores.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, houve duas mudanças importantes: a primeira foi o redirecionamento de parte dos recursos arrecadados pelo PIS e pelo PASEP para pagamento do Seguro-Desemprego, que antes era custeado pelo Tesouro Nacional; a segunda, foi a transformação do patrimônio individualizado em coletivo, ou seja, em lugar de um patrimônio dividido em cotas individuais para cada trabalhador, o novo patrimônio, que vem sendo constituído desde outubro de 1988, foi transformado em um bloco único, sem prejuízo das contas anteriores, que continuam individualizadas.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, criado através da Lei nº 7.998,de 11 de janeiro de 1990, quando da regulamentação do artigo 239da Constituição Federal de 1988, com a responsabilidade de administrar as contribuições para o PIS e para o PASEP. Com esse recurso são custeados o Programa Seguro-Desemprego(pagamento de benefícios, intermediação e reciclagem de mão-de-obra) e o Abono Salarial (14º salário). É também com parte desses recursos que são financiados, através do BNDES, projetos que contribuem para o desenvolvimento econômico da país, com prioridade aqueles que propiciem geração de empregos. Tendo sido esta parcela fixada em pelo menos 40% da arrecadação do PIS/PASEP. O FAT está vinculado ao Ministério do Trabalho, que lhe proporciona as condições operacionais através, principalmente, da estrutura organizacional da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES.

Com a transformação do Ministério do Trabalho e da Administração em Ministério do Trabalho, conforme disposto na Lei nº8.490, de 19 de novembro de 1992, passando, o mesmo a ter como um dos órgãos específicos a Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES, e estando esta em processo de reestruturação, informalmente foram atribuídas à referida Secretaria as seguintes áreas de atuação: Mercado de Trabalho, Política de Emprego, Política Salarial, com a seguinte competência:

- subsidiar a formulação de diretrizes básicas para as políticas de emprego;

- planejar, orientar, coordenar e controlar a execução dos programas relacionados às políticas de emprego

salário, seguro-desemprego, apoio ao trabalhador desempregado e abono salarial;

- planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas ao Sistema Nacional de Emprego - SINE, à intermediação e reciclagem profissional, à identificação do trabalhador e ao registro profissional;

- propor atualizações da Classificação Brasileira de Ocupações-CBO, de modo a promover sua constante adequação ao mercado de trabalho;e

- apoiar tecnicamente os demais órgãos específicos do Ministério, na área de sua competência.

Ficando a cargo da SPES, em consonância ao item acima, o exercício da Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, em conformidade com a Resolução/CODEFAT nº16, de 05 de julho de 1991, cujas as atribuições são definidas no Regimento Interno do referido Conselho, através da Resolução nº01, de 21 de junho de 1990.

Esta Secretaria, além de gestora do orçamento do FAT, também desenvolve programas custeados pelo orçamento fiscal relacionados às suas áreas específicas de atuação.

25.1.1 - Manutenção do Seguro-Desemprego

a) Diretriz

Avaliar, aperfeiçoar e modernizar as ações e os programas relacionados ao Seguro-Desemprego. Promover a assistência financeira ao trabalhador desempregado e propiciar a absorção e reintegração de trabalhadores no mercado de trabalho, bem como a reciclagem profissional do trabalhador desempregado.

25.1.1.1 - Pagamento de Benefício

a) Objetivos

Viabilizar o pagamento do benefício Seguro-Desemprego aos trabalhadores desempregados, na forma da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Promover o acompanhamento e controle do programa.

b) Formas de Atuação

Empenho-Contrato com a Caixa Econômica Federal - CEF, em conformidade com o disposto na Lei nº 7998/90, Lei nº8019/90 e Resolução do CODEFAT nº12 de 28/02/91; transferência de numerários à CEF para efetivação do Pagamento do Benefício (Seguro-Desemprego).

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Trabalhador Beneficiado	Pessoa	6.000.000	3.619.977

25.1.1.2. - Cadastro Nacional do Trabalhador - CNT

a) Objetivos

Implantar e operacionalizar o Cadastro Nacional do Trabalhador, instituído pelo Decreto nº 99.936, de 10 de junho de 1989.

b) Formas de Atuação

Processamento da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, através de ação conjunta com o Ministério da Previdência Social - MPS e tendo como contratado o SERPRO. Contratação da Fundação Instituto de Administração -FIA/USP para elaborar a análise, depuração e tabulação estatísticas da massa bruta de dados da RAIS. Contratação dos serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT com vistas à recepção dos formulários da RAIS preenchidas pelos empregadores.

c) Principais realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Sistema Processado	unidade	1	1

25.1.1.3 - Apoio Operacional do seguro-Desemprego

a) Objetivos

Promover os meios necessários à sustentação das ações operacionais do programa, a saber: - Treinar e reciclar o pessoal responsável pelo atendimento do segurado, de controle e administrativo do programa; - Realizar pesquisas, avaliações e palestras informativas; - Modernizar os sistemas operacionais e de controle do programa; - Promover a informatização dos postos de atendimento ao segurado; - Promover o processamento dos dados referente às solicitações de benefícios do seguro-desemprego; e -Manter os bancos de dados informatizados necessários à segurança do Sistema do Seguro-Desemprego.

b) Formas de Atuação

Direta, através da equipe central de técnicos, promovendo treinamento, reciclagem do pessoal alocado ao Programa, dar informações ao trabalhador, elaborar e divulgar estatísticas e controles; contratação de serviços de postagem e remessa de documentos; contratação de serviços de processamento de dados; e contratação de prestadores de serviços para treinamentos.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Estudos e Elaboração do manual de atendimento	Unidade	01	01
Pessoas Treinadas	Pessoa	3.100	2.370
Seminários Realizados	Evento	08	28
Treinamentos Executados	Unidade	27	64
Unidade Supervisionada	Unidade	01	01
Processamento Realizado	Segurado	6.000.000	3.619.977
Banco de Dados Mantido	Unidade	02	02
Informatização	Processo	01	01

d) Comentários

Este subtítulo do projeto/atividade se caracteriza pela operacionalização de serviços atinentes ao Seguro-Desemprego para viabilizar o bom atendimento ao trabalhador, procurando agilizar e propiciar comodidade e facilidade na obtenção de informações que necessitar para formalizar o requerimento e consequente deferimento de benefício do Seguro-Desemprego. Para tanto, a principal ação deste subtítulo consiste no processamento das informações referentes aos trabalhadores requerentes. Este processo inicia quando do atendimento do trabalhador, a transmissão das informações via Correios, ou transmissão eletrônica de dados; manutenção de banco de dados capazes de avaliar a situação do trabalhador requerente até a emissão, pagamento e arquivamento dos documentos de pagamento do benefício do seguro-desemprego. Quanto à ação de atendimento ao trabalhador, neste exercício foram treinados técnicos que na qualidade de multiplicadores, realizaram outros 27 treinamentos regionalizados, reciclando todo contingente de servidores do Mtb e dos Estados (conveniados) na atividade de atendimento. Concomitantemente, foi produzida e impressa cartilha explicativa do Programa do Seguro-Desemprego para esclarecimento do trabalhador. Buscando modernizar, aumentar a confiabilidade e agilizar o processo do atendimento, foram cumpridas todas as etapas processuais necessárias à aquisição - que se efetivará em1994 - de mais de 1.000 microcomputadores que integrarão uma rede nacional do sistema Seguro-Desemprego.

25.1.1.4 - Intermediação e Reciclagem

a) Objetivos

Apoiar a manutenção de postos de atendimento ao trabalhador, em convênio com os Governos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, com vistas ao atendimento dos trabalhadores no encaminhamento do Seguro-Desemprego, identificação das necessidades e oportunidades de reciclagem profissional, promoção de cursos de reciclagem e promoção de pesquisas sobre o mercado de trabalho.

b) Formas de Atuação

Descentralizada, através de assinaturas de Convênios com Governos Estaduais e do Distrito Federal. Foram formalizados Convênios com dezenove Estados da Federação e o Distrito Federal. Não assinaram Convênios os Estados do Acre, Sergipe, Roraima, Maranhão, Minas Gerais, Amazonas e Mato Grosso. Realização de seminários e treinamento do pessoal envolvido no programa com vistas à informatização Sistema e modernização dos serviços de atendimento.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Trabalhador Intermediário	Pessoa	1.000.000	160.938
Trabalhador Reciclado	Pessoa	1.500.000	35.373
Segurado Atendido	Pessoa	-	376.589
Convênios Assinados	Ato	27	20

d) Comentários

A divergência entre metas programadas e atingidas, deve-se ao fato de o Sistema Nacional de Emprego - SINE estar em processo de reestruturação, não tendo esta atingido todos os Estados em 1993, e à própria natureza descentralizada da operação.

25.1.2 - Financiamento Programa de Desenvolvimento Econômico a Cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

a) Órgão Responsável

Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES.

b) Diretriz

Avaliar, aperfeiçoar e modernizar as ações operacionais relacionadas ao Financiamento do Programa de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES.

25.1.2.1 - Financiamento de Programas de Desenvolvimento a Cargo do BNDES

a) Objetivos

Assegurar a aplicação em projetos de desenvolvimento econômico por intermédio do BNDES, da parcela de 40% da arrecadação da contribuição para o PIS/PASEP, nos termos do art.2º da Lei nº8.019, de 12 de abril de 1990.

b) Formas de Atuação

Transferência de 40% arrecado pelas Contribuições do PIS/PASEP ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Empregos Gerados	Emprego	500.000	519.230

25.1.3 - Abono Salarial

a) Órgão responsável

Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES.

b) Objetivos

Assegurar o pagamento do Abono Salarial aos trabalhadores identificados a partir da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; Efetuar pagamento de tarifas por serviços prestados à Caixa Econômica Federal - CEF para o PIS; e ao Banco do Brasil S/A para o PASEP.

c) Formas de Atuação

Empenhos-Contrato, Caixa Econômica Federal- CEF, pagamento de benefício e tarifa bancária referentes ao PIS; Empenhos-Contrato, Banco do Brasil S/A, pagamento de benefício e tarifa bancária referentes ao PASEP.

d) Principais Atuações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Trabalhador Beneficiado	Pessoa	7.000.000	3.947.866

Obs.: - Foram identificados, para o exercício 93/94, 5.733.326 trabalhadores que se enquadravam integralmente para o recebimento do benefício-Abono Salarial, e 1.785.460 trabalhadores que não se apresentaram para receber o benefício.

e) Comentários

Do total de trabalhadores beneficiados com o abono salarial, 3.074.948, que representou 78% dos benefícios concedidos, estão inscritos no PIS; e 872.918 no PASEP. Também, é importante salientar que houve a realização de trabalho visando identificar e localizar trabalhadores que não foram receber seus benefícios correspondentes ao exercício 92/93. Isto resultando na emissão de 1.290.000 notificações com as informações e instruções para a retirada do benefício.

25.1.4 - Identificação e Registro Profissional

a) Órgão Responsável

Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES, em sua Coordenação de Identificação e Registro Profissional - CIRP.

b) Diretriz

Manter e aperfeiçoar os sistemas de identificação e registro profissional.

25.1.4.1 - Confecção e emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS

a) Objetivos

Comprovar a relação de emprego e assegurar os direitos previdenciários, sociais e trabalhista ao trabalhador.

b) Formas de Atuação

Contratação da Imprensa Nacional - MJ, para confecção de CTPS. Distribuição das CTPS para todo território nacional, através da contratação de serviços de transportes terrestres e convênio com a Força Aérea Brasileira - FAB.

c) Principais realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Carteira Distribuída	Unidade	9.000.000	7.200.000

25.1.5 - Manutenção da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO

a) Órgão Responsável

Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - SPES, em sua Coordenaçac de Identificação e Registro Profissional - CIRP.

b) Diretriz

Manter, atualizar, publicar e divulgar a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

25.1.5.1 - Atualização e Manutenção da classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

a) Objetivos

Acompanhar as mudanças do perfil ocupacional da força de trabalho com vistas a subsidiar as atividades de formação profissional e reciclagem do trabalhador, como também subsidiar os usuários (Empregadores) no preenchimento da RAIS,Lei nº 4923/65, do requerimento do benefício do Seguro Desemprego, da Carteira de Trabalho e operacionalização do sistema de intermediação de mão-de-obra do SINE.

b) Formas de Atuação

Por intermédio de colaboração prestado por Empresas, Sindicatos, Confederações e Federações e Grupos de associados.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U. MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Atualizações de Títulos	Unidade	3.000	2.945
Distribuição aos usuários CBO	Unidade	600	580

d) Comentários

Este subtítulo consiste em retratar a realidade ocupacional do mercado de trabalho do país, através da classificação e da codificação dos títulos ocupacionais existentes no mercado, e tendo como resultado a publicação técnica da própria CBO. No exercício de 1993 houve um acréscimo, aproximado, de 25.500 títulos o que levou o Índice Alfabético Ampliado a conter cerca de 30.000 títulos ocupacionais.

25.2 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

25.2.1 - Implementação das Ações de Segurança e Saúde do Trabalhador

25.2.1.1 - Estudos, Pesquisas e Programas em Segurança e Saúde do Trabalhador.

a) Objetivos

- Aprimorar o conhecimento sobre os riscos existentes nos ambientes de trabalho.

- Conhecer a realidade epidemiológica sobre os acidentes e doenças relacionadas com o trabalho.

- Estimular o desenvolvimento científico e tecnológico na área de segurança e saúde do trabalhador.

b) Formas de atuação

Aplicação direta e transferências através de convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	EXECUTADO
Estudos e Pesquisas	**Est./Pesq.**	20
Criação de Banco de Dados com informação sobre segurança no trabalho.	Sistema Implantado	01
Criação de programa de informação sobre saúde nc trabalho	Programa Desenvolvido	01

25.2 1.2 - Formação e Informação em Segurança e Saúde do Trabalhador

a) Objetivo

Estimular a formação, o aperfeiçoamento, a atualização e a especialização dos profissionais que atuam na área de segurança e saúde do trabalhador.

b) Formas de atuação

Aplicação direta e transferência através de convênios.

c) Principais realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	EXECUTADO
Capacitação do servidor público federal.	treinamentos	635
Criar um programa de informação sobre saúde e trabalho via comunicação de massa.	Programa Desenvolvido	01
Criar uma base de dados com informação sobre segurança e saúde no trabalho em contrato coletivo de trabalho.	Sistema Implantado	01

25.2.1.3 - Normatização e Coordenação das Ações de Segurança e Saúde do Trabalhador.

a) Objetivos

- Reduzir a ocorrência dos agravos à saúde dos trabalhadores produzidas por acidentes e doenças relacionadas com o trabalho.

- Promover a melhoria das condições e dos ambientes de trabalho a que estão expostos os trabalhadores.

- Dotar o País de legislação sobre segurança e saúde do trabalhador adequada e atualizada que garanta a proteção dos trabalhadores.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e transferências através de convênios.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	EXECUTADO
Revisão e publicação de norma de saúde no trabalho.	Norma	27
Proposição de instâncias de coordenação das ações de segurança e saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde.	UF	27
Definição de formas de participação dos Sindicatos no planejamento/acompanhamento e avaliação das ações de vigilância em saúde do trabalhador.	UF	26

25.2.1.4 - Fiscalização das Condições e dos Ambientes do Trabalho

a) Objetivo

Melhorar o desempenho da fiscalização tornando-a mais eficaz.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	EXECUTADO
Empresas Fiscalizadas.	Empresas	360.000
Informatizar as atividades da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho - SSST e das Delegacias Regionais do Trabalho - DRTs (28)	Unidades	28
Descentralizar as ações de inspeção dos ambientes e condições de trabalho.	Empresas	360.000

25.2.2 - Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

a) Objetivos

Estimular os trabalhadores para a necessidade de conhecimento sobre os riscos existentes nos locais de trabalho, estimular a participação ativa e efetiva dos empregadores e trabalhadores nas questões relacionadas a segurança e saúde no trabalho, visando a redução do número de acidentes e doenças relacionadas com o trabalho.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta e transferências através de convênio.

c) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	EXECUTADO
Desenvolvimento de campanhas institucionais.	campanhas	27
Promoção e realização de seminários	seminários	27
Promoção e realização de congressos	congressos	27
Produção e distribuição de cartilhas sobre direitos trabalhistas em saúde.	exemplares	500.000

25.2.3 - Alimentação de Trabalhadores

a) Diretrizes

O Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT foi instituído em 14.04.1976, com o objetivo de elevar o padrão alimentar do trabalhador e de dar-lhe melhores condições de saúde e mais energia para desenvolver-se como pessoa e aperfeiçoar-se como profissional

25.2.3.1 - Descentralizações do Atendimento as Empresas

a) Objetivos

Agilização dos procedimentos de entrada e processamento do PAT, em relação ao estado nutricional dos trabalhadores de baixa renda, e em relação à produtividade.

b) Formas de Atuação

Aplicação direta.

c) Principais Realizações

Integrando o "Plano de Combate à Fome", prioridade do Governo Federal e, portanto, do Ministério do Trabalho, as ações do PAT, em 1993, foram dirigidas:

- à maior divulgação dos benefícios do Programa, a fim de atingir maior número de trabalhadores de baixa renda, especialmente nos setores da construção civil e do trabalho rural; e

- ao aperfeiçoamento da legislação, para facilitar a adesão das empresas e para criar instrumentos necessários à fiscalização e acompanhamento do Programa, através das Delegacias Regionais do Trabalho.

Para tanto, a Divisão do PAT-Brasília, participou de 9 "Encontros de Defesa da Alimentação do Trabalhador", promovidos pela Central Geral dos Trabalhadores nas seguintes cidades: Brasília, Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Campinas, Natal, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro.

Constitui-se ainda um Grupo Técnico para elaboração de 2 (duas) Portarias regulamentadoras do PAT, debatidas com sociedade (sindicatos patronais e de trabalhadores), profissionais de recursos humanos e de nutrição, Associação de Empresas de Refeição Coletivas e de Refeição - convênio) num total de 6 reuniões, que culminaram na emissão da Portaria MTb nº 1156 e Portaria SSST nº 13, ambas de 17 de setembro/93.

O PAT recebeu em 1993 a inscrição de 41.482 empresas beneficiárias.

O processamento dos dados está em sua fase final, quando outros dados relevantes serão apresentados: nº de trabalhadores e faixas salariais atingidas, nº de refeição servidas, tipos de serviço de alimentação.

A meta estabelecida era de 45.000 empresas beneficiárias e 8.000.000 (oito milhões) de trabalhadores.

25.3 - SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

a) Principais Realizações

- Instituido o Fórum Nacional de Debates de Contrato Coletivo e Relações do Trabalho, com 12(doze) sessões, realizadas no Rio de Janeiro, via Embratel, para 55(cinquenta e cinco) auditórios em todo o País.

- Seminário Internacional sobre Contrato Coletivo e Relações do Trabalho, com o objetivo de difundir e debater experiências sobre Relações do Trabalho, Liberdade Sindical, Contratação Coletiva, Direito de Greve, Férias e Papel do Estado.

- 05(cinco) FÓRUNS REGIONAIS DE DEBATES SOBRE CONTRATO COLETIVO E RELAÇÕES DO TRABALHO.

- Pesquisa(clipping) para a monitoração das Negociações de Acompanhamento de Greves.

- Reuniões com lideranças das Centrais Sindicais sobre Negociações Coletivas.

- Reuniões com Grupo de Trabalho Portuário.

- Seminário sobre a Convenção 147/OIT, visando viabilizar o cumprimento das normas da Marinha Mercante.

- Implementada as discussões nas Câmaras Setoriais.

- Realizadas Mediações e Negociações entre trabalhadores e Empregadores dos Setores Canavieiro e Portuário.

26 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

26.1 - SETOR RODOVIÁRIO

26.1.1 - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER

a) Formas de Atuação

Os principais projetos/atividades do DNER são realizados através de contratos, objetos de licitação pública.

b) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Implantação de Pátios e Postos de Pesagem	unidade	30	6
Manutenção e Operação de Pátios e Postos de Pesagem	unidade	50	21
Eliminação Pontos Críticos-Manutenção da Sinalização	unidade	600	490
Rodoviária	km	9.000	11.028,7km
Desenvolvimento de Estudos para o Planej. Rodoviário	estudo	3	2
Desenvolvimento Tecnológico Rodoviário	estudo	6	3
Construção/Adequação de Rodovias	km	300	148
Conservação de Rodovias	km	50.000	50.571
Restauração/Recuperação de Rodovias	km	4.500	6.605

26.2 - SETOR FERROVIÁRIO

26.2.1 - Companhia Brasileira de Trens Urbano - CBTU

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO
Modernização TUE série 200/RJ	unidade	14	11
Expansão sistema Belo Horizonte	km	2,6	2,6
projeto executivo da Eletrificação da Linha Sul Recife	km	3,8	3,8
Implantação de Sistema de Telesupervisão e Telecontrole Santos/Jundiaí	km	109	95

Cabe mencionar ainda:

- a assinatura do Acordo de Empréstimo entre o Banco Mundial - BIRD e os Governos Federal e do Estado do Rio de Janeiro, visando a recuperação e modernização do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro;

- a assinatura dos primeiros contratos de obras nas áreas de material rodante, oficinas, estações de via permanente referentes a recuperação do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro;

- o lançamento dos Editais de Pré-Qualificação para a recuperação e modernização dos sistemas de material rodante, oficinas e estações do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro; e

- a conclusão da implantação da Programação de Transferência do Sistema de Trens Urbanos de São Paulo para a CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

26.2.2 - Engenharia, Construção e Ferrovias S.A - VALEC

a) Principais Realizações

- Entendimentos junto a CVRD - Companhia Vale do Rio Doce para formalização de acordo entre essas duas empresas no que diz respeito à operação comercial do trecho ferroviário entre Imperatriz e Estreito.

- Preservação e manutenção de seu patrimônio físico e técnico, consistindo em:

  . trecho ferroviário concluído entre Açailândia e Imperatriz;
  . trecho ferroviário em implantação entre Colina do Tocantins e Babaçulândia, em convênio o Ministério do Exército;
  . trecho ferroviário em implantação entre Senador Canedo e Ceres, em convênio com o Ministério do Exército;
  . estrutura metálica da ponte sobre o rio Tocantins;
  . bens imóveis na futura faixa de domínio ferroviário, em trechos não iniciados;
  . bens imóveis para experimentos florestais e agrícolas;
  . documentos técnicos sobre desenvolvimento regional;
  . documentos técnicos referentes à construção da ferrovia - projetos, sondagens, estudos; e
  . bens móveis nos escritórios.

26.2.3 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB

a) Principais Realizações

- Aplicações dos procedimentos tendo por fim a melhoria do atendimento ao usuário, através de:
  - aumento da qualidade e produtividade com criação de instrumentos de aferição introduzindo indicadores de desempenho para as áreas de operação, manutenção e administração; e
  - treinamento específico do pessoal ligado ao controle direto com os usuários, pessoal operacional e de manutenção.

- Expansão do sistema até a Unisinos, incluindo o prosseguimento das obras civis, implantação da via permanente e construção das estações de forma mais confortável possível para os usuários, tornando as integrações intermodais mais atrativas.

- Ampliação das integrações intermodais atingindo o Vale dos Sinos e os municípios do eixo nordeste como Gravataí, Cachoeirinha e Alvorada.

- Desenvolvido um programa de recuperação tarifária, objetivando aumentar a receita operacional, mantendo como padrão a tarifa do ônibus urbano de Porto Alegre.

- Melhoramento do Sistema de Transporte Ferroviário Metropolitano de Passageiros.

- Obras complementares ao sistema implantado - trecho para POA/SAPUCAI.

- Expansão do Sistema Trecho Sapucai/São Leopoldo.

- Implantação do Sistema Integrado Norte/Nordeste.

- Implantação de um sistema de informática de última geração, com a aquisição de modernos equipamentos e aplicativos, adequando o sistema às necessidades operacionais e administrativas, interligadas a um banco de dados, possibilitando significativo aumento da racionalização dos serviços, bem como da democratização das informatizações.

- Elaboração de novo contrato para a aquisição de energia de tração da Companhia Estadual de Energia Elétrica, utilizando-se novas modalidades de medição.

26.2.4 - Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
MODERNIZAÇÃO MALHA FERROVIÁRIA CORREDOR RIO-BELO HORIZONTE (LINHA DO CENTRO)			
-Aquisição de equipamentos			54,8%
-Implantação de pátio no KM 10			
. Infra estrutura			100%
-Melhoramento diversos na linha permanente			18,5%
-Corredor de exportação Goiás-Minas			
. Remodelação da via permanente	km	145	45
-Corredor de exportação Paraná			
. Remodelação da via permanente	km	145	67
-Malha de Campos			
. Recuperação linha permanente	km	145	45
AMPLIAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA			
-Ferrovia do Aço (Trecho Norte)			
. Desapropriações	unidade	917	11
-Ferrovia do Aço (Trecho Sul)			
. Implantação do sistema auxiliar de energia			100%
. Interface do Sistema de Sinalização da Ferrovia do Aço com a linha do centro			30%
. Melhorar Sistema de Transmissão de Dados para o CCO e o Sistema Terra Trem			90%
. Implantação de Sinais Automáticos e Detector de Descarrilhamento na Ferrovia do Aço			100%
-Travessia de Belo Horizonte			
. Construção de linha férrea	km	7,2	(*)
RECUPERAÇÃO MALHA FERROVIÁRIA			
-Corredor Rio-São Paulo			
. Duplicação do trecho Saudade-Volta Redonda			20%
. Recuperação de cabos			21%

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
CONTROLE E SEGURANÇA DO TRÁFEGO FERROVIÁRIO			
-Sistema de Telecomunicações			
. Implantação e instalação de rádios VHF	unidade	73	43
. Instalação de FAX	unidade	24	24
. Inst. de cabo de fibra ótica	km	135	135
. Aquisição de transceptores, implantação e adequação do Sistema de Telecomunicações	unidade	65	15
MODERNIZAÇÃO AÇÃO EMPRESARIAL			
- Aquisição de microcomputadores com impressoras e softwares	unidade	70	70
- Aquisição de equipamentos Fax-Símile	unidade	30	30
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA FROTA DE TRANSPORTE E OFICINAS			
-Locomotivas			
. Recuperação com modernização de Locos Diesel-Elétrico U-23-C	unidade	6	2
-Frota Rodoviária			
. Aquisição de veículos			
caminhonete C-20 da GE	unidade	22	22
ambulância modelo ipanema GE	unidade	4	4

(*) foram executadas obras de infra-estrutura e concluído o túnel de cargas

26.3 - SETOR AQUAVIÁRIO

26.3.1 - Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA

a) Principais Realizações

- Implemento do projeto de alargamento do cais comercial do Porto de Salvador.

- Construção do novo Porto de Juazeiro.
  Ressalte-se que a realização deste projeto ficou prejudicada por falta de recursos.

- Aquisição de equipamentos para modernização portuária.

- Aquisição de Transtainer.

26.3.2 - Companhia Docas do Ceará - CDC

No exercício de 1993, a administração da CDC concentrou esforços no programa de modernização, dando cumprimento às diretrizes encerradas na Lei 8.630, de 26.02.93.

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE MEDIDA	PROGRAMADO (%)	EXECUTADO (%)
Reaparelhamento Portuário	Reaparelhamento	100	47,9
Recuperação infra-estrutura	Recuperação	100	16,9
Melhoramento instalações do porto	Melhoramento	100	-
Estudos e projetos	E e P	100	1,4
Manutenção serviços Administrativos	Manutenção	100	-

26.3.3 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

a) Principais Realizações

Os portos administrados pela CODERN, apresentaram uma movimentação física em 1993, de 8.026.769 toneladas, dando destaque ao Terminal Salineiro de Areia Branca, que embarcou no mês de Julho 200.000 toneladas, recorde obtido desde o início de sua operação.

Ressalte-se a recuperação de equipamento de armazéns e serviços de dragagem do:

. terminal Salineiro de Areia Branca;

. Porto de Natal;

. administração do Porto de Cabedelo;

. administração do Porto de Recife; e

. administração do Porto de Maceió.

26.3.4 - Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR

No Complexo Portuário de São Luís foram movimentados 35.537.092 toneladas de cargas, principalmente das seguintes mercadorias: derivados de petróleo, alumínio, manganês, trigo, minério de ferro, bauxita e carvão coke. Esse importante complexo é constituído pelo Porto de Itaqui e terminais privativos da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e do Consórcio ALUMAR (ALCOA - BILLITON); no complexo portuário da Amazônia Ocidental, foram movimentadas 1.727.428 toneladas.

Ao longo dos últimos anos, a movimentação de cargas atingiu um crescimento ímpar no sistema Portuário Maranhense, que colocou os portos de São Luís entre os quatro maiores complexos portuários do país, quais sejam: Santos, Rio de Janeiro e Vitória. A movimentação do Complexo Portuário de São Luís em 1993 foi de 39.537.092 toneladas.

O Sistema Portuário da Amazônia Ocidental registrou uma movimentação de carga da ordem de 1.727.420 toneladas.

26.3.5 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

Santos é o principal porto do Sistema Portuário Nacional. Em 1993 movimentou 29,1 milhões de toneladas, representando cerca de 35% da receita cambial do país e 25% de seu comércio exterior, que passa por Santos. No ano de 1993 houve crescimento da movimentação pelo Porto de Santos, com um acréscimo de 3% em relação ao ano anterior.

A movimentação de conteineres pelo Porto de Santos foi recorde histórico, com o total de 434.498 unidades e 5.346.071 toneladas, superando a marca de 1988, de 419.798 unidades e 4.341.295 toneladas.

Em 1993 o Porto de Santos recebeu 3.855 navios, contra 3.756 em 1992; do total 3.291 atracaram no cais da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, contra 3.212 no ano anterior. 70,5% dos navios atracaram no cais da CODESP com menos de 24h de espera e 13,0% com esperas entre 24 a 48 horas.

O movimento de cereais em grãos e "pellets" ficou concentrado no ano de 1993 no Corredor de Exportação, tendo sido alcançada marca histórica de 2.057.564, superior à anterior, de 1985.

Foi crescente também a movimentação de mercadorias pelos terminais de uso privativo, com um acréscimo total de 3,2%.

No balanço geral das atividades operacionais, e sob o ponto de vista das relações com o mercado, houve aumento de produtividade operacional repassada aos clientes e usuários do porto.

a) Principais Realizações

PROJETOS / ATIVIDADES	EXECUTADO (%)
Ampliação do Terminal Contein. M.E. Porto de Santos	8,5
Melhoramento das Instalações no Porto de Santos	60,0
Expansão do Terminal para fertilizantes	0,8
Ampliação/recuperação do Cais Valongo/Paqueta	2,0
Recuperação e substituição de Equip. do Porto	20,2
Consultoria do Projeto Nakazone	4,7
Aquisição de equipamentos p/modernização portuária	18,5
Aquisição de porteineres e transteineres	20,9
Aparelhamento do Porto de Itajaí	100

26.3.6 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

a) Principais Realizações

DESCRIÇÃO DA META	U.MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
CONSTRUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS			
- Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos,no Porto de Sepetiba (2 berços)			
. Construção de Terminal Portuário (parte)	unidade	6,0%	2,76%
- Aquisição de Porteineres e Transteineres			
. Aquisição de equipamento	unidade	15,2%	7,1%
RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS			
- Ampliação e recuperação das instalações Portuárias do Cais do Caju-Term.Conteineres			
. Ampliação de Cais (1 berço)	unidade	15,7%	15,7%

Outras realizações:

- movimentação de cargas no porto - 3.024.000;

- incremento na movimentação de conteineres (27%), celulose (140%), trigo (79%), mármore/granito (21%), fertilizantes (10%) e automóveis (14.664 unidades em 1993);

- novas cargas conquistadas pelo porto: bobinas de papel e algodão;

- continuação da reforma administrativa;

- aumento da produtividade do porto, passando de 4.150 t/homem (ano de 1992) para 4.566 t/homem (ano de 1993);

- inauguração de um novo Armazém de Carga Geral e novo Pátio para armazenagem de veículos importados no Porto de Capuaba;

- pavimentação e drenagem do Cais de Paul;e

- diversas melhorias no Cais de Vitória e Capuaba, e na área de informática, na busca de maior eficiência operacional do porto.

27 - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno - SCI do Poder Executivo, estruturado pelo Decreto 93.874/86 para atender aos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, tem suas atividades desenvolvidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, como órgão central do Sistema, e é composto pelas Secretarias de Controle Interno - CISET, e órgãos de atribuições equivalentes, no âmbito setorial e, no nível estadual, pelas Delegacias Regionais do Tesouro Nacional - DRTN.

A Secretaria do Tesouro Nacional realiza as ações fundamentais de normatização e orientação ao Sistema de Controle Interno, com o objetivo de atender as seguintes finalidades:

- regulação financeira do Setor Público Federal, em especial a execução financeira do Governo;

- elaboração da programação financeira anual e plurianual da União e apoio à formulação da política de financiamento da despesa pública;

- contabilização dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, manutenção e atualização do Plano de Contas Único, consolidação e emissão do Balanço Geral da União;

- regulação das atividades de auditoria do Setor Público Federal, bem como a realização/coordenação de auditorias especiais, integradas e de contratos de empréstimo firmados com organismos internacionais (com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID); e

- dotação aos órgãos setoriais e regionais, bem como aos usuários externos, de informações do governo e de instrumentos que permitam uma boa gestão.

O Sistema de Controle Interno é integrado, em sua grande maioria, pelos servidores da Carreira Finanças e Controle, que se subdivide em nos cargos de Analista de Finanças e Controle, de nível superior, e Técnico de Finanças e Controle, de nível médio. A alocação desses recursos humanos em 31/12/93 está resumida no quadro abaixo:

ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES DA CARREIRA FINANÇAS E CONTROLE

ÓRGÃO	AFC	TFC	TOTAL	
			QUANTIDADE	PERCENTUAL
CENTRAL	114	216	330	13,27
SETORIAIS	469	934	1.403	56,41
REGIONAIS	278	476	754	30,32
TOTAL	861	1.626	2.487	100,00

Fonte: COTEC/STN

O quadro de pessoal da Carreira Finanças e Controle tem sofrido perdas expressivas, não só devido às aposentadorias, como também pela saída de servidores para outras carreiras financeiramente mais atraentes. No exercício de 1993, com relação aos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle, registraram-se 45 aposentadorias e 275 exonerações/vacâncias.

Em abril de 1993 foi realizado concurso para admissão de 500 Técnicos de Finanças e Controle. Em dezembro apenas 50,51 % dos convocados continuavam em efetivo exercício (veja quadro abaixo). No final do ano, encontrava-se em andamento concurso para admissão de 390 Analistas de Finanças e Controle a serem lotados no órgão central.

QUADRO RESUMO DOS AFC ORIUNDO DE CONCURSO PÚBLICO

SITUAÇÃO	AFC 89	AFC 92	TFC 93	AFC 93	TOTAL
CONVOCADOS PARA 2ª ETAPA (A)	204	349	594	223	1370
NOMEADOS (B)	114	283	382	178	987
TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS(C)	229	300	500	390	1419
EM EXERCÍCIO (B+D-E)	75	130	295	0	651
EM EXERCÍCIO NO SISTEMA(B-E)	61	125	294	46	631
EXONERADO	50	80	18	0	128
CEDIDO (D)	14	5	1	0	20
APOSENTADO	0	1	0	0	1
DESISTENTE	0	0	0	22	22
FALECIDO	1	0	0		1
LICENÇA-P/OCUPAR OUTRO CARGO	5	0	0		5
NÃO TOMOU POSSE	6	22	50		78
NÃO ENTROU EM EXERCÍCIO	1	12	0		13
POSSE EM OUTRO CARGO	3	40	12		55
PROCESSO DE EXONERAÇÃO	1	1	0		2
CONVOCADOS-P/ OUTROS ÓRGÃOS					0
TCU	0	12	7	2	21
MPU	1	1	0	3	5
STF	1	2	0	0	3
ICMS/BA	0	2	0	0	2
TOTAL DE EVASÃO (E)	83	158	88	27	356

FONTE: STN/COTEC/DIREC

EVADIDOS/NOMEADOS (E/B)	57,64	55,83	23,04	15,17	36,07

QUADRO RESUMO DO EFETIVO DE PESSOAL

CONCURSO	VAGAS	CONVOCADOS	NOMEADOS	DESISTENTES	EM EXERCÍCIO
AFC89	229	204	144	83	61
AFC92	300	349	283	158	125
TFC93	500	594	382	88	294

FONTE: STN/COTEÇ/DIREC

Incluem-se entre os servidores desistentes os exonerados, cedidos, aposentados, licenciados e convocados para outros órgãos. Há que se acrescentar à perda um total de 988 servidores antigos que se aposentaram desde 1988 até 01/02/94 e um total de 51 servidores antigos cedidos.

27.1 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E CONTÁBIL

Embora não tenha sido possível dotar o Sistema de Controle Interno de recursos Humanos suficientes para uma atuação à altura de sua missão, em se tratando de suporte tecnológico o avanço foi significativo após a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI que constitui a base de dados oficial do Poder Executivo, para todos os efeitos legais (Decreto nº 347/91), e permite o controle dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, das finanças públicas e da contabilidade da União, de maneira uniforme. Ao final de 1993, o SIAFI apresentou a seguinte base instalada:

REGIÃO	TERMINAIS	IMPRESSORAS	MICROCOMPUTADORES
Centro-Oeste	1.116	1.594	508
Norte	291	318	29
Nordeste	757	799	66
Sudeste	1.187	1.269	121
Sul	499	553	65
TOTAL	3.850	4.533	789

Fonte:COSIS/STN

Integram o SIAFI as unidades gestoras dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, em todo o território nacional, com acesso simultâneo, através de terminais, no período das 8:30 às 20:30 horas, de segunda a sexta-feira.

A distribuição das unidades gestoras por poder e órgão obedece ao seguinte:

ÓRGÃOS / ENTIDADES	NÚMERO DE UG		
	ON-LINE (*)	OFF-LINE	TOTAL
- Poder Legislativo	40	1	41
- Poder Judiciário	129	3	132
- Poder Executivo			
. Adm. Direta Civil	838	297	1.135
. Adm. Direta Militar	792	117	909
. Adm. Indireta	1.759	1.584	3.343
. Outros	81	51	132
TOTAL	3.639	2.053	5.692

Fonte: COSIS/STN
(*) Acesso direto aos terminais de vídeo

As unidades gestoras ON-LINE geralmente não utilizam papel, formulários ou outros materiais similares; todos os seus dados ficam gravados no próprio sistema. Essas unidades tampouco utilizam conta bancária para efetuar seus pagamentos, pois fazem parte da Conta Única do Tesouro Nacional, ou seja, sua conta bancária é o próprio SIAFI. Tal procedimento permite ao Governo Federal evitar a ociosidade e o trânsito desnecessário de recursos, pela rede bancária, quando se tratando de UG integradas ao mesmo sistema. Atualmente, com a utilização da Conta Única, para cada cruzeiro efetiv[illegible]te pago de despesa na rede bancária, três cruzeiros circulam entre entidades do próprio Governo até chegar ao destinatário final. Isso pode ser demonstrado pelo movimento da Conta Única no exercício de 1993, conforme quadro abaixo:

Movimento da Conta Única
- 1993 -

Em CR$

MÊS	MONTANTE DE OB ENVIADAS AO BANCO	QTDE.	MONTANTE DE OB INTRA-SIAFI	QTDE.
JAN	40.560.083.971,60	110.567	108.635.126.514,65	10.406
FEV	72.941.969.300,09	146.801	190.228.112.091,84	16.114
MAR	58.001.637.674,45	235.987	260.881.339.981,80	23.288
ABR	74.175.884.052,71	232.096	182.847.327.575,61	22.711
MAI	92.253.009.121,54	199.396	206.754.305.390,15	23.028
JUN	179.376.648.564,92	233.329	502.317.565.854,59	28.740
JUL	252.481.598.068,05	262.888	600.426.445.237,85	27.028
AGO	257.271.262.850,72	272.725	623.493.996.588,43	25.334
SET	388.066.930.405,26	288.834	923.180.010.189,43	28.050
OUT	553.801.013.759,87	277.594	1.336.721.633.546,15	26.983
NOV	725.855.882.024,81	260.131	1.695.006.039.731,41	24.536
DEZ	1.225.432.468.349,80	335.153	2.602.061.217.320,55	35.305
TOTAL	3.920.218.388.143,82	2.855.501	9.232.553.120.022,46	291.523

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

As unidades gestoras que utilizam a Conta Única do Tesouro Nacional recolhem seus encargos federais para o próprio Tesouro, sem passar pela Rede Bancária, através do SIAFI, pelo mecanismo do DARF ELETRÔNICO.

Esse mecanismo proporciona também racionalização administrativa, uma vez que a STN gera fita magnética do SIAFI com as informações desses DARF, que é remetida ao SERPRO para processamento no sistema de classificação de receitas da Secretaria da Receita Federal.

Quanto aos órgãos/entidades da Administração Pública Federal, excluídas as Empresas de Economia Mista, dos 196 existentes em 31/12/93, 175 utilizam o SIAFI como seu instrumento de controle orçamentário, financeiro e contábil. Os 21 restantes enviam demonstrativos mensais, que são incorporados de forma sintética para compor o universo total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A distribuição dos órgãos/entidade no SIAFI é a seguinte:

TIPO	UTILIZAM O SIAFI	INTEGRAM DEMONSTRATIVOS	TOTAL
- Adm. Direta dos Poderes Executivo e Judiciário	40	-	40
- Poder Legislativo	03	-	03
- Autarquia	78	03	81(*)
- Fundação	44	01	45(*)
- Empresa Pública	10	09	19(*)
- Fundo	-	08	08
TOTAL	175	21	196

(*)Em extinção: 5 Autarquias e 2 Empresas Públicas.

Nos quadros "Controle de Quedas do Sistema nas Delegacias - Em horas" e "Controle de Quedas do Sistema nas Delegacias - Percentual em Relação ao Número de Horas Disponíveis no Mês" está refletido o nível de eficiência do SIAFI nas Unidades da Federação.

27.1.1 - Participação do SIAFI na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI do Orçamento

Foram prestadas à CPMI todas as informações solicitadas, em 18 diferentes relatórios cujos processamentos consumiram 569 horas de máquina (aproximadamente 23 dias).

Além das informações acima foram transferidas para o Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN as bases de dados (arquivos sintéticos e analíticos) dos exercícios financeiros de 1988 a 1992 para permitir àquele órgão efetivar outros processamentos visando suprir todas as necessidades da CPMI no que se refere às informações sobre Execução Orçamentária e Financeira do Orçamento Federal, inclusive as transferências da União para os Estados, Municípios e Instituições de caráter filantrópico.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Diretoria de Departamento

CONTROLE DE QUEDAS DO SISTEMA NAS UNIDADES DA FEDERACAO

Em horas

Posiçao em: 31-Out

DELEGACIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ACRE	22,5	29,0	10,5	24,0	7,5	11,0	15,0	10,5	8,0	4,0	0,0	1,5	143,50
ALAGOAS	13,5	16,0	9,0	11,0	3,0	7,0	13,0	11,5	8,0	2,0	4,5	1,0	99,50
AMAZONAS	8,5	13,0	3,0	4,5	1,0	11,0	2,5	2,0	5,0	8,0	0,5	1,0	60,00
BAHIA	5,0	1,0	10,5	3,5	0,0	0,0	0,5	0,0	1,5	19,0	0,0	0,0	41,00
CEARA	10,5	6,0	8,0	12,0	3,5	5,0	8,5	10,0	8,0	5,5	0,5	2,0	79,50
DISTRITO FEDERAL	23,5	0,0	0,0	22,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	46,00
ESPIRITO SANTO	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	4,0	0,0	1,5	0,0	17,50
GOIAS	9,5	5,5	1,0	0,5	3,0	2,0	4,5	0,0	4,0	3,5	3,0	3,5	40,00
MARANHAO	7,5	1,0	2,0	1,5	3,5	2,5	0,0	3,0	7,5	1,0	4,0	0,5	34,00
MATO GROSSO		1,5	8,5	1,0	0,0	1,5	0,0	3,5	1,0	1,5	0,0	1,5	20,00
MATO GROSSO DO SUL	3,0	2,5	2,0	1,0	3,0	1,5	12,0	0,0	6,0	8,0	4,0	4,5	47,50
MINAS GERAIS	14,0	2,5	1,5	12,5	0,0	5,0	12,0	0,0	15,0	3,0	0,0	1,5	67,00
PARA	20,0	7,5	1,5	6,0	2,0	1,5	13,0	2,5	7,5	3,0	2,0	2,5	69,00
PARAIBA	7,0	0,5	0,0	1,0	2,0	0,0	3,5	11,0	6,5	5,0	0,0	0,0	36,50
PARANA	7,5		2,5	3,0	1,0	5,0	10,0	7,5	3,0	3,0	1,0	2,5	46,00
PERNAMBUCO	11,5	3,5	0,0	0,5	2,0	0,5	9,5	2,0	3,5	0,5	0,0	0,0	33,50
PIAUI	9,5	13,5	5,0	2,5	2,0	4,0	10,0	13,5	6,0	5,0	0,0	0,5	71,50
RIO DE JANEIRO	11,5	9,0	19,5	7,0	2,0	3,5	7,0	6,5	3,0	2,0	0,0	0,0	71,00
RIO GRANDE DO NORTE	3,0	3,0	3,0	1,0	1,0	1,0	2,0	2,0	1,0	1,0	3,0	0,5	21,50
RIO GRANDE DO SUL	9,0	0,0	0,0	0,5	0,0	1,0	13,0	0,0	2,5	3,5	2,5	8,5	40,50
RONDONIA	17,0	12,0	5,0	12,5	9,5	3,0	9,5	12,0	15,0	8,0	0,0	8,0	111,50
SANTA CATARINA	6,0				0,0		1,0	4,0	1,0	3,0	10,0	0,0	25,00
SAO PAULO	9,0	2,0	17,0	36,0	4,0	9,0	10,0	10,0	20,0	10,0	0,0	5,5	132,50
SERGIPE	10,5	9,5	13,0	7,5	2,5	4,0	1,5	5,0	10,0	6,0	4,5	6,0	80,00
MEDIA	10,8	6,3	5,3	7,5	2,2	3,5	6,6	4,9	6,1	4,4	1,7	2,1	59,75

Os campos em branco correspondem a informacoes nao fornecidas

quedas-a

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Diretoria de Departamento

CONTROLE DE QUEDAS DO SISTEMA NAS UNIDADES DA FEDERACAO
PERCENTUAL EM RELACAO AO NUMERO DE HORAS DISPONIVEIS NO MES

Posiçao em: 31-Out

DELEGACIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ACRE	9,4%	13,7%	3,8%	10,5%	3,3%	4,4%	6,8%	4,0%	3,2%	1,8%	0,0%	0,6%	5,1%
ALAGOAS	5,6%	7,5%	3,3%	4,8%	1,3%	2,8%	5,9%	4,4%	3,2%	0,9%	2,0%	0,4%	3,5%
AMAZONAS	3,5%	6,1%	1,1%	2,0%	0,4%	4,4%	1,1%	0,8%	2,0%	3,5%	0,2%	0,4%	2,1%
BAHIA	2,1%	0,5%	3,8%	1,5%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,6%	8,3%	0,0%	0,0%	1,4%
CEARA	4,4%	2,8%	2,9%	5,3%	1,5%	2,0%	3,9%	3,8%	3,2%	2,4%	0,2%	0,8%	2,8%
DISTRITO FEDERAL	9,8%	0,0%	0,0%	9,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%
ESPIRITO SANTO	4,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	0,0%	0,0%	1,6%	0,0%	0,7%	0,0%	0,6%
GOIAS	4,0%	2,6%	0,4%	0,2%	1,3%	0,8%	2,0%	0,0%	1,6%	1,5%	1,3%	1,4%	1,4%
MARANHAO	3,1%	0,5%	0,7%	0,7%	1,5%	1,0%	0,0%	1,1%	3,0%	0,4%	1,8%	0,2%	1,2%
MATO GROSSO	0,0%	0,7%	3,1%	0,4%	0,0%	0,6%	0,0%	1,3%	0,4%	0,7%	0,0%	0,6%	0,6%
MATO GROSSO DO SUL	1,3%	1,2%	0,7%	0,4%	1,3%	0,6%	5,5%	0,0%	2,4%	3,5%	1,8%	1,8%	1,7%
MINAS GERAIS	5,8%	1,2%	0,5%	5,5%	0,0%	2,0%	5,5%	0,0%	6,0%	1,3%	0,0%	0,6%	2,4%
PARA	8,3%	3,5%	0,5%	2,6%	0,9%	0,6%	5,9%	0,9%	3,0%	1,3%	0,9%	1,0%	2,5%
PARAIBA	2,9%	0,2%	0,0%	0,4%	0,9%	0,0%	1,6%	4,2%	2,6%	2,2%	0,0%	0,0%	1,2%
PARANA	3,1%	0,0%	0,9%	1,3%	0,4%	2,0%	4,5%	2,8%	1,2%	1,3%	0,4%	1,0%	1,6%
PERNAMBUCO	4,8%	1,7%	0,0%	0,2%	0,9%	0,2%	4,3%	0,8%	1,4%	0,2%	0,0%	0,0%	1,2%
PIAUI	4,0%	6,4%	1,8%	1,1%	0,9%	1,6%	4,5%	5,1%	2,4%	2,2%	0,0%	0,2%	2,5%
RIO DE JANEIRO	4,8%	4,2%	7,1%	3,1%	0,9%	1,4%	3,2%	2,5%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	2,3%
RIO GRANDE DO NORTE	1,3%	1,4%	1,1%	0,4%	0,4%	0,4%	0,9%	0,8%	0,4%	0,4%	1,3%	0,2%	0,8%
RIO GRANDE DO SUL	3,8%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,4%	5,9%	0,0%	1,0%	1,5%	1,1%	3,4%	1,4%
RONDONIA	7,1%	5,7%	1,8%	5,5%	4,2%	1,2%	4,3%	4,5%	6,0%	3,5%	0,0%	3,2%	3,9%
SANTA CATARINA	2,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	1,5%	0,4%	1,3%	4,4%	0,0%	0,9%
SAO PAULO	3,8%	0,9%	6,2%	15,8%	1,8%	3,6%	4,5%	3,8%	7,9%	4,4%	0,0%	2,2%	4,6%
SERGIPE	4,4%	4,5%	4,7%	3,3%	1,1%	1,6%	0,7%	1,9%	4,0%	2,6%	2,0%	2,4%	2,8%
MEDIA	4,3%	2,7%	1,8%	3,1%	1,0%	1,3%	3,0%	1,8%	2,4%	1,9%	0,7%	0,8%	2,1%
HORAS DISPONIVEIS	240	212	276	228	228	252	220	264	252	228	228	252	2880

Os campos em branco correspondem a informacoes nao fornecidas

quedas-a

27.1.2 - Controle de Licitações

Por ocasião da análise das contas do Governo Federal, relativas a 1990, o Tribunal de Contas da União solicitou a esta Secretaria do Tesouro Nacional um levantamento dos gastos classificados segundo os diversos tipos de modalidade de licitação. Devido a inexistência de arquivos com a classificação exigida o trabalho foi bastante demorado.

Sendo assim, foi implementado, no SIAFI, dispositivo visando fornecer meios para classificar os gastos segundo sua modalidade de licitação, e conseqüentemente, melhorar o controle dos mesmos.

O quadro "Demonstrativo da Despesa Empenhada, por Tipo de Licitação", resultado desta melhoria no SIAFI, mostra o perfil das licitações no Poder Executivo - Gestão Tesouro. Observa-se que mais de 90% das despesas do Orçamento não estão sujeitas ao processo licitatório. Entretanto, do universo licitável, mais de 50% está coberto por Concorrência, Convite, Tomada de Preços e Concurso.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA, POR TIPO DE LICITACAO

ANO DE 1993 PODER EXECUTIVO GESTAO 00001

Em CR$1.000,00

ORGAO	DESPESA EMPENHADA	LICITACAO NAO APLIC.	%	LICITACAO APLICAVEL	%	MODALIDADE DE LICITACAO CONCURSO	%	CONVITE	%	T.PRECOS	%	CONCORRENCIA	%	DISPENSA	%	INEXIGIVEL	%	LIC. POR INTEGRACAO VALOR	%
MJ	47438577	39264991	82,77	8173586	17,23	2450	0,03	2246790	27,49	1210468	14,81	2335729	28,58	1889060	23,11	489089	5,98		
MMAR	168708147	153692106	91,10	15016041	8,90	2848	0,02	1562867	10,41	745648	4,97	3049290	20,31	5886445	39,20	3768942	25,10		
MEEERC	297288821	258184348	86,85	39104473	13,15	37267	0,10	10585796	27,07	6690546	17,11	11271090	28,82	5721698	14,63	4798074	12,27		
MRE	38285737	13417570	35,05	24868167	64,95	5357	0,02	506283	2,04	564044	2,27	388716	1,56	23034873	92,63	368895	1,48		
MF	9665373881	9636519421	99,70	28854460	0,30	260419	0,90	759173	2,63	2224090	7,71	4140103	14,35	5794729	20,08	15675948	54,33		
MT	58142168	55410815	95,30	2731353	4,70	0	0,00	171864	6,29	282386	10,34	2047420	74,96	53479	1,96	176204	6,45		
MAARA	42082235	38047023	90,41	4035212	9,59	11923	0,30	563363	13,96	918833	22,77	1239757	30,72	1045354	25,91	255982	6,34		
MEC	85997745	74251449	86,34	11746296	13,66	3390	0,03	1525971	12,99	1793688	15,27	4785340	40,74	1061552	9,04	2576354	21,93		
MINC	4211793	4037596	95,86	174197	4,14	0	0,00	49187	28,24	73941	42,45	0	0,00	50707	29,11	362	0,21		
MTb	1321040754	1317821497	99,76	3219257	0,24	319	0,01	[illegible]	12,09	734142	22,80	369885	11,49	1414652	43,94	311017	9,66		
MPS	263952783	263300868	99,75	651915	0,25	45	0,01	49032	7,52	252607	38,76	163989	25,15	152518	23,40	33644	5,16		
MAER	200256074	174826265	87,30	25429809	12,70	6598	0,03	6547256	25,75	2129131	8,37	702844	2,76	11541463	45,39	4502516	17,71		
MS	142544603	142389599	99,89	155004	0,11	17	0,01	16461	10,62	52776	34,05	14995	9,67	62961	40,62	7795	5,03		
MICT	1577666	677675	42,95	899991	57,05	0	0,00	53127	5,90	438549	48,73	0	0,00	333862	37,10	74453	8,27		
MME	16987814	14403306	84,79	2584508	15,21	28	0,00	292374	11,31	969014	37,49	207248	8,02	956704	37,02	159141	6,16		
MIR	101394810	97139331	95,80	4255479	4,20	0	0,00	3278677	77,05	162336	3,81	496342	11,66	263538	6,19	54587	1,28		
MC	6885157	2978261	43,26	3906896	56,74	659	0,02	247563	6,34	19998	0,51	141881	3,63	300147	7,68	196648	5,03		
MCT	22039731	18759214	85,12	3280517	14,88	1492	0,05	357852	10,91	979880	29,87	831243	25,34	339078	10,34	770973	23,50		
MBES	87506618	86480476	98,83	1026142	1,17	10	0,00	51642	5,03	390505	38,06	324067	31,58	201847	19,67	58071	5,66		
MMA	1297860	976697	75,25	321163	24,75	0	0,00	104693	32,60	72339	22,52	0	0,00	7248	2,26	136882	42,62		
PR	16413264	13459087	82,00	2954177	18,00	2374	0,08	949362	32,14	751718	25,45	175423	5,94	734595	24,87	370704	12,55		
SEPLAN	2314410	1631451	70,49	682959	29,51	0	0,00	130956	19,17	289717	42,42	95068	13,92	24475	3,58	142743	20,90		
MPU	16700636	13960506	83,59	2740130	16,41	7051	0,26	389685	14,22	1069293	39,02	482083	17,59	439103	16,02	352914	12,88		
TOTAL DIR. TES.	12608441284	12421629552	98,52	186811732	1,48	342247	0,18	30829217	16,50	22815729	12,21	33262513	17,81	61310088	32,82	35281938	18,89	0	0,00
TOTAL DIR.NAO TES.	742499655	605301458	81,52	137198197	18,48	6918577	5,04	12711880	9,27	13175518	9,60	60576207	44,15	22484218	16,39	21032049	15,33	0	0,00
TOTAL INDIRETA	7839314788	6888394874	87,87	950919914	12,13	9134671	0,96	48156305	5,06	84494722	8,89	192806063	20,28	107893278	11,35	115791445	12,18	395613430	41,60
TOTAL EXECUTIVO	21190255727	19915325884	93,98	1274929843	6,02	16395495	1,29	91697402	7,19	120485969	9,45	286644783	22,48	191687584	15,04	172105432	13,50	395613430	31,03

FONTE: SIAFI/93 - TRANSACAO DETABALAN

27.2 - CADASTRO DE OBRIGAÇÕES

Em dezembro de 1993 encontravam-se cadastrados no módulo do SIAFI - Cadastro de Obrigações - 614 contratos de dívida externa de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, constantes do Orçamento Geral da União.

O número de contratos observado no Ministério da Fazenda é explicado pela Regularização de Operações devido à assunção de dívidas.

A distribuição de contratos externos, por órgão da Administração Pública Federal Direta é a seguinte:

ÓRGÃO/MINISTÉRIO	Nº DE CONTRATOS
Min. da Ciência e Tecnologia	05
Min. do Meio Ambiente	09
Min. da Aeronáutica	103
Min. da Agricultura	26
Min. do Bem-Estar Social	07
Min. da Fazenda	335
Min. da Educação e do Desporto	48
Min. do Exército	07
Min. da Marinha	31
Min. de Minas e Energia	03
Min. das Relações Exteriores	02
Min. do Trabalho	02
MIn. da Integração Regional	36

27.3 - ÓRGÃOS SETORIAIS

27.3.1 - Coordenações-Gerais de Auditoria - COAUD

As atividades nessa área, a cargo das COAUD em cada setorial, ou unidades de auditoria equivalentes, no âmbito do Poder Executivo, desenvolveram-se conforme demonstrado nos seguintes quadros:

Como produto dessas auditorias foram emitidos no ano de 1993, para administração Direta e Indireta, os certificados, assim especificados:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
PLENOS	888	38,81
RESTRITIVO	563	24,61
DE IRREGULARIDADE	837	36,58
TOTAL	2.288	100,00

Os certificados de auditoria PLENOS evidenciam o resultado de auditorias nas quais não se constataram impropriedades relevantes na gestão dos administradores públicos. Os RESTRITIVOS representam a constatação de impropriedades relevantes, mas que não ocasionaram prejuízo à Fazenda Nacional, e necessariamente motivaram recomendações pelos auditores, objetivando a adoção de medidas saneadoras. Os de IRREGULARIDADE estão relacionados com evidência de atos administrativos, danosos ao erário, configurando a ocorrência de irregularidades, tais como desfalques, desvios de bens, não recolhimento de impostos e contribuições sociais retidas, entre outros.

Nos quadros seguintes apresenta-se as auditorias realizadas e as encaminhadas ao Tribunal de Contas da União, no período em análise, com referência à Administração Direta e à Indireta.

AUDITORIAS REALIZADAS

TORIAL	GESTÃO	PROGRAMA	OPERACIONAL	CONTÁBIL	ESPECIAL	OUTRAS	TOTAL
	TIPOS DE AUDITORIAS REALIZADAS						
RICULTURA	69	1	65		79	23	237
STIÇA	78		2		15		95
ÊNCIA E CNOLOGIA	11				42		53
RONÁUTICA	28					66	94
ESIDÊNCIA	50	5			8	22	85
FA	8			4			12
EXTERIORES	19						19
RINHA	106						106
EV.SOCIAL	8				66		74
PLAN	13						13
UCAÇÃO	156				215	14	385
AMBIENTE AMAZÔNIA	3						3
ÉRCITO	348					5	353
LTURA	8				20		28
M ESTAR CIAL	8		8		488		504
T.REGIONAL	12						12
MUNICAÇÕES	85				8	13	106
D.COMÉRCIO	6				2		8
ABALHO	128	1	1	4	6		140
E ENERGIA	90				41		131
UNIÃO	51						51
ANSPORTES	73		1	1	2	3	80
ÚDE	31		27				58
ZENDA	244	1			10	15	270
TAL	1.633	7	105	9	1.002	161	2.917
RCENTUAL	55,98	0,24	3,60	0,31	34,35	5,52	100

AUDITORIAS ENCAMINHADAS AO TCU

SETORIAL	AUDITORIAS ENCAMINHADAS AO TCU						
	NO PRAZO	PRORROGAÇÃO	FORA DO PRAZO	PENDENTES	SEM PRAZO	NÃO ENCAMINHÁVEL	TOTA
AGRICULTURA	69				70	98	23
JUSTIÇA	27	17	1			50	95
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	11				42		53
AERONÁUTICA	94						94
PRESIDÊNCIA	72					13	85
EMFA	8					4	1
R.EXTERIORES	19						19
MARINHA	106						106
PREV.SOCIAL	8				64	2	74
SEPLAN	13						13
EDUCAÇÃO	147	9			211	18	385
M. AMBIENTE E AMAZÔNIA		2	1				3
EXÉRCITO	348					5	353
CULTURA	11			17			28
BEM ESTAR SOCIAL	8				485	11	504
INT.REGIONAL		7		5			12
COMUNICAÇÕES	85				17	4	106
IND.COMÉRCIO	6					2	8
TRABALHO	36			17	75	12	14
M.E ENERGIA	88			2	41		131
P. UNIÃO	51						51
TRANSPORTES	63	10				7	8
SAÚDE	31					27	5
FAZENDA	17	139	59	30	25		27
TOTAL	1.318	184	61	71	1.030	253	2.91

7.3.2 - Coordenações-Gerais de Acompanhamento, Avaliação e Orientação - CAORI e Coordenações-Gerais de Controle Financeiro - COFIN

Essas Coordenações-Gerais desenvolveram suas atividades, o âmbito de cada setorial, especialmente voltadas para os aspectos e acompanhamento, avaliação e orientação, tendo por objetivo o primoramento da gestão dos recurso públicos.

Nesse sentido, foram implementadas várias ações, entre as uais merecem destaque:

- análise em processos relativos a crédito suplementares;

- acompanhamento e avaliação das aplicações de recursos públicos, por parte das aplicações de transferências (convênios, acordos e ajustes), inclusive de auxílios e subvenções;

- orientação a inventariantes e liquidantes de órgãos e entidades, em decorrência da reforma administrativa;

- análise da execução financeira e orçamentária dos órgãos/entidades subordinados, de cada Ministério, cujos resultados tiveram encaminhamento através de orientações transmitidas àqueles e, bem assim, órgãos de contabilidade analítica, visando a correção de impropriedades constatadas;

- fornecimento de informações subsidiárias à composição dos processos de Tomadas de Contas Especiais;

- avaliação do desempenho da execução de programas, projetos e atividades, para evidenciar o cumprimento das metas programadas e a detenção de eventuais distorções;

- fornecimento de subsídios aos órgãos responsáveis pela preparação de planos, orçamentos e programação financeira, com avaliações relativas à gestão dos órgãos subordinados e dos programas de trabalho, bem como a utilização de recursos descentralizados;

- sugestão para a realização de auditorias nos órgãos subordinados, quando as evidências assim indicaram;

- exame e emissão de pareceres sobre propostas de reformulação dos cronogramas setoriais de desembolso, bem como sobre alterações dos limites de saque;

- proposição de providências no sentido de bloquear os saques de recursos financeiros destinados a projetos e atividades, quando se constatou evidências de irregularidades ou prejuízos irreparáveis na gestão dos mesmos; e
- acompanhamento, orientação e avaliação do cumprimento das diretrizes governamentais relacionadas com a contenção dos gastos públicos.

27.4 - ÓRGÃOS REGIONAIS - DELEGACIAS REGIONAIS DO TESOURO NACIONAL

No transcorrer do exercício de 1993, as Delegaci Regionais do Tesouro Nacional - DRTN exerceram, principalmente, seguintes atividades:

a) Contabilidade Analítica

As DRTN são responsáveis pela Contabilidade Analítica d unidades gestoras dos Ministérios Civis. Daí advêm as seguint responsabilidades:

- executar a análise de processos relativos às despesas pagamentos efetuados;

- orientar as UG acerca das normas e instrument relevantes ao Controle Interno; e

- dar Conformidade Contábil aos registros efetuados SIAFI.

b) Cadastro de Obrigações

As DRTN obtêm junto aos Governos Estaduais e Municipai de cada área de atuação, copias dos contratos de financiamento p estes realizados, que possuem o aval do Tesouro Nacional.

De posse dos contratos, as DRTN analisam seus dados cadastram no SIAFI as informações mais relevantes, realizand também, o acompanhamento do pagamento das parcelas vincendas.

c) Sistema de Acompanhamento das Finanças de Estados e Municípios SAFEM

Para permitir a consolidação das contas públicas d governos federal, estadual e municipal, foi criado o sistema SAF que é alimentado pelas Delegacias Regionais do Tesouro Nacional n Estados, visando à:

- obtenção, junto às autoridades financeiras dos estad e municípios, dos balanços e da execução orçamentária

- conversão destes dados para o Plano de Contas Governo Federal; e

- inclusão dos dados convertidos no SIAFI.

A utilização do SAFEM (pelo controle regional) t contribuído para uma padronização das estruturas contábeis orçamentárias, além de servir para maior integração dos técnicos Governo Federal com os técnicos estaduais e municipais.

CONTROLE DO ANDAMENTO DO SAFEM NAS DELEGACIAS

ELEGACIA	BALANÇOS COLETADOS (A)	BALANÇOS CONVERTIDOS (B)	% (B/A)
CRE	10	10	100,0
LAGOAS	96	96	100,0
MAZONAS	17	17	100,0
AHIA	406	406	100,0
EARÁ	154	152	98,7
SPÍRITO SANTO	66	66	100,0
OIÁS	202	202	100,0
ARANHÃO	120	120	100,0
ATO GROSSO	94	87	92,5
ATO GROSSO DO SUL	71	71	100,0
INAS GERAIS	715	715	100,0
ARÁ	76	76	100,0
ARAÍBA	170	170	100,0
ARANÁ	320	320	100,0
ERNAMBUCO	158	136	86,1
IAUÍ	117	117	100,0
IO DE JANEIRO	69	69	100,0
IO GRANDE DO NORTE	143	143	100,0
IO GRANDE DO SUL	331	331	100,0
ONDÔNIA	22	22	100,0
ANTA CATARINA	216	216	100,0
ÃO PAULO	570	570	100,0
ERGIPE	73	73	100,0
OTAL	4.216	4.185	99,3

ONTE: SIAFI
OSIÇÃO: Balanços de 1992

) Outras Atividades

- realização das Tomadas de Contas das unidades gestoras jurisdicionadas;

- orientação às UG jurisdicionadas acerca das matérias de competência do Sistema de Controle Interno;

- apoio às atividades de auditoria do Poder Executivo Federal;

- auxílio, a nível descentralizado, na gestão do SIAFI;

- acompanhamento da gestão patrimonial das UG jurisdicionadas; e

- representação, a nível estadual, da Secretaria do Tesouro Nacional, quando assim se fizer necessário.

O quadro a seguir demonstra a quantidade de Unidades Gestoras jurisdicionadas a cada Delegacia.

DRTN	Nº DE UG JURISDICIONADA
ACRE	20
ALAGOAS	21
AMAZONAS	39
BAHIA	53
CEARÁ	33
DISTRITO FEDERAL	318
ESPÍRITO SANTO	28
GOIÁS	33
MARANHÃO	29
MATO GROSSO	25
MATO GROSSO DO SUL	25
MINAS GERAIS	59
PARÁ	52
PARAÍBA	22
PARANÁ	37
PERNAMBUCO	40
PIAUÍ	19
RIO DE JANEIRO	77
RIO GRANDE DO NORTE	23
RIO GRANDE DO SUL	57
RONDÔNIA	14
SANTA CATARINA	30
SÃO PAULO	78
SERGIPE	22
TOTAL	1.154

TITULO	DEMONSTRACAO DA DOTAÇÃO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO	EXECUÇÃO GLOBAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0611
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

CREDITO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	DATA	VALOR	TOTAL
DOTAÇÃO INICIAL	8652	29.04.93	13.896.006.300.689	13.896.006.300.689
MEDIDA PROVISÓRIA	418	28.01.93	9.388.099.000	
CANCELAMENTO	418	28.01.93	(9.388.099.000)	
	8459	15.09.92	22.584.804	
	8486	18.11.92	21.579.261	
	8502	01.12.92	72.100.000.000	
	8505	01.12.92	440.000	
	8556	28.12.92	200.000	
	8644	31.03.93	200.000.000	
R.CONTINGÊNCIA	8644	31.03.93	(200.000.000)	
	8651	28.04.93	4.711.000.000	
R.CONTINGÊNCIA	8651	28.04.93	(4.711.000.000)	
	8667	24.07.93	1.200.000.000	
	8679	13.07.93	817.000.000	
CANCELAMENTO	8679	13.07.93	(817.000.000)	
	8690	27.07.93	529.139.097.277	
	8695	20.08.93	424.215.000	
R.CONTINGÊNCIA	8695	20.08.93	(424.215.000)	
	8705	09.09.93	6.000.000.000	
R.CONTINGÊNCIA	8704	09.09.93	(6.000.000.000)	
	8704	09.09.93	800.000.000	
	8707	20.09.93	700.000.000.000	
	8708	20.09.93	240.230.746.043	
	8732	22.11.93	1.034.163.124.232	
CANCELAMENTO	8735	25.11.93	(5.470.000.000)	
	8735	25.11.93	5.470.000.000	
	8736	29.11.93	35.000.000.000	
	8737	01.12.93	614.221.728	
	8738	01.12.93	1.686.008.204	
R.CONTINGÊNCIA	8738	01.12.93	(1.686.008.204)	
CANCELAMENTO	8739	02.12.93	(1.090.000.000)	
	8739	02.12.93	36.257.411.000	
	8750	13.12.93	1.528.053.219.782	
	8751	13.12.93	1.150.000.000	
CANCELAMENTO	8751	13.12.93	(1.150.000.000)	
	8752	13.12.93	20.323.962.000	
R.CONTINGÊNCIA	8752	13.12.93	(20.323.962.000)	
	8753	13.12.93	4.000.000	4.176.516.624.127
SUBTOTAL			18.072.522.924.816	18.072.522.924.816

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DA DOTAÇÃO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO	EXECUÇÃO GLOBAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0612
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

CREDITO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	DATA	VALOR	TOTAL
CANCELAMENTO	8754	13.12.93	(120.000.000)	
	8754	13.12.93	120.000.000	
	8755	13.12.93	12.922.983	
CANCELAMENTO	8755	13.12.93	(12.922.983)	
	8756	13.12.93	22.892.235	
	8757	13.12.93	8.392.267.524	
CANCELAMENTO	8757	13.12.93	(859.616.083)	
CANCELAMENTO	8758	13.12.93	(47.952.671)	
	8758	13.12.93	47.952.671	
CANCELAMENTO	8759	14.12.93	(82.673.708)	
	8759	14.12.93	82.673.708	
	8760	14.12.93	2.475.000	
CANCELAMENTO	8760	14.12.93	(2.475.000)	
	8761	14.12.93	685.027.223	
CANCELAMENTO	8761	14.12.93	(685.027.223)	
R.CONTINGÊNCIA	8763	14.12.93	9.800.000	
	8763	14.12.93	(9.800.000)	
CANCELAMENTO	8766	21.12.92	(600.000)	
	8766	21.12.92	600.000	
	8767	21.12.92	394.208.248	
R.CONTINGÊNCIA	8767	21.12.92	(394.208.248)	
	8768	21.12.93	1.977.938.745	
CANCELAMENTO	8768	21.12.93	(1.977.938.745)	
	8769	21.12.93	20.248.090	
CANCELAMENTO	8769	21.12.93	(20.248.090)	
	8770	21.12.93	1.432.021	
R.CONTINGÊNCIA	8771	21.12.93	(130.000.000)	
	8771	21.12.93	130.000.000	
	8772	21.12.93	534.894.166	
	8773	21.12.93	816.524.302	
CANCELAMENTO	8773	21.12.93	(816.524.302)	
	8774	21.12.93	9.711.880	
CANCELAMENTO	8774	21.12.93	(9.711.880)	
	8775	21.12.93	38.358.163	
CANCELAMENTO	8775	21.12.93	(38.358.163)	
	8777	21.12.93	1.964.074.943	
	8778	21.12.93	75.988.089	
CANCELAMENTO	8779	21.12.93	(15.781.036.870)	
	8779	21.12.93	15.781.036.870	
	8780	21.12.93	734.852.923	
CANCELAMENTO	8780	21.12.93	(734.852.923)	

TITULO	DEMONSTRACAO DA DOTAÇÃO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO	EXECUÇÃO GLOBAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0613
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

CREDITO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	DATA	VALOR	TOTAL
CANCELAMENTO	8781	21.12.93	(11.775.000)	
	8781	21.12.93	11.775.000	
	8782	21.12.93	1.276.923.913	
	8783	21.12.93	48.827.078	
CANCELAMENTO	8783	21.12.93	(48.827.078)	
	8784	21.12.93	12.433.000.000	
	8785	21.12.93	1.410.938.000	
CANCELAMENTO	8785	21.12.93	(1.410.938.000)	
	8786	21.12.93	311.396.000	
CANCELAMENTO	8787	21.12.93	(311.396.000)	
	8787	21.12.93	11.749.523	
CANCELAMENTO	8788	21.12.93	(2.478.906.869)	
	8788	21.12.93	2.478.906.869	
	8789	21.12.93	10.462.954	
	8790	21.12.93	3.292.282.000	
CANCELAMENTO	8790	21.12.93	(3.292.282.000)	
CANCELAMENTO	8791	21.12.93	(1.135.975.880)	
	8791	21.12.93	1.135.975.880	
CANCELAMENTO	8792	21.12.93	(81.333.000)	
	8792	21.12.93	81.333.000	
CANCELAMENTO	8793	21.12.93	(147.691.594)	
	8793	21.12.93	147.691.594	
	8794	21.12.93	218.000	
CANCELAMENTO	8794	21.12.93	(218.000)	
CANCELAMENTO	8795	21.12.93	(40.818.424)	
	8795	21.12.93	40.818.424	
	8796	21.12.93	80.000.000	
CANCELAMENTO	8796	21.12.93	(80.000.000)	
CANCELAMENTO	8797	21.12.93	(2.520.545.398)	
	8797	21.12.93	2.520.545.398	
	8798	21.12.93	27.283.232.000	
	8799	22.12.93	105.169.661	
CANCELAMENTO	8800	22.12.93	(60.000.000)	
	8800	22.12.93	60.000.000	
	8801	22.12.93	46.669	
CANCELAMENTO	8802	22.12.93	(915.750)	
	8802	22.12.93	915.750	
	8803	22.12.93	9.863.228.550	
CANCELAMENTO	8804	22.12.93	(8.000.000.000)	
	8804	22.12.93	8.000.000.000	
	8805	22.12.93	26.892.609.737	
SUBTOTAL			77.876.423.007	18.160.531.280.718

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DA DOTAÇÃO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO	EXECUÇÃO GLOBAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0614
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

CREDITO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	DATA	VALOR	TOTAL
CANCELAMENTO	8806	22.12.93	(155.113.028)	
	8806	22.12.93	1.216.455.894	
CANCELAMENTO	8807	22.12.93	(450.364.937)	
	8807	22.12.93	450.364.937	
CANCELAMENTO	8808	22.12.93	(533.052.000)	
	8808	22.12.93	533.052.000	
CANCELAMENTO	8809	22.12.93	(555.690.449)	
	8809	22.12.93	555.690.449	
	8810	22.12.93	20.703.996.224	
CANCELAMENTO	8811	22.12.93	(663.270.003)	
	8811	22.12.93	663.270.003	
CANCELAMENTO	8812	22.12.93	(11.985.651)	
	8812	22.12.93	11.985.651	
CANCELAMENTO	8813	22.12.93	(1.192.026.288)	
	8813	22.12.93	1.192.026.288	
	8814	22.12.93	1.026.300.000	
CANCELAMENTO	8814	22.12.93	(1.026.300.000)	
CANCELAMENTO	8815	22.12.93	(396.421.190.910)	
	8815	22.12.93	396.421.190.910	
	8816	22.12.93	450.000.000	
CANCELAMENTO	8816	22.12.93	(50.000.000)	
	8817	22.12.93	86.904.649	
	8818	22.12.93	10.178.559.756	
CANCELAMENTO	8819	22.12.93	(43.908.290)	
	8819	22.12.93	43.908.290	
	8820	22.12.93	611.452.849.308	
CANCELAMENTO	8821	22.12.93	(20.000.000.000)	
	8821	22.12.93	55.104.000.000	
CANCELAMENTO	8822	22.12.93	(256.304.868)	
	8822	22.12.93	256.304.868	
	8823	22.12.93	11.203.392.000	
	8824	22.12.93	3.834.304.458	
	8825	22.12.93	1.406.916.000	
	8826	22.12.93	110.208.000.000	
CANCELAMENTO	8827	22.12.93	(29.492.798.718)	
	8827	22.12.93	29.492.798.718	
CANCELAMENTO	8828	22.12.93	(93.662.830.173)	
	8828	22.12.93	93.662.830.173	
	8830	23.12.93	28.000.000	
R.CONTINGÊNCIA	8830	23.12.93	(28.000.000)	
	8831	23.12.93	8.868.928.757	
SUBTOTAL			814.509.194.018	18.975.040.474.736

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DA DOTAÇÃO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO	EXECUÇÃO GLOBAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0615
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

CREDITO	AUTORIZACAO LEGAL LEI		VALOR	TOTAL
	NUMERO	DATA		
CANCELAMENTO	8831	23.12.93	(8.868.928.757)	
	8832	23.12.93	463.918.950	
CANCELAMENTO	8832	23.12.93	(463.918.950)	
CANCELAMENTO	8833	23.12.93	(115.178.222.716)	
	8833	23.12.93	115.178.222.716	
	8834	23.12.93	84.092.394.231	
CANCELAMENTO	8835	23.12.93	(16.086.887.174)	
	8835	23.12.93	16.086.887.174	
CANCELAMENTO	8836	23.12.93	(11.210.319)	
	8836	23.12.93	11.210.319	
CANCELAMENTO	8837	23.12.93	(5.052.262.085)	
	8837	23.12.93	6.689.938.335	
	8838	27.12.93	295.465.682	
CANCELAMENTO	8839	27.12.93	(2.064.198.142)	
	8839	27.12.93	2.064.198.142	
CANCELAMENTO	8840	27.12.93	(3.829.717.756)	
	8840	27.12.93	3.629.717.756	
	8841	27.12.93	4.073.052.263	
	8652	29.04.94	694.928.278.437	
R.CONTINGÊNCIA	8652	29.04.94	(3.397.774.885)	
TRANSF. INTRAGOV.			7.311.941.685.797	
SUBTOTAL			8.084.701.849.018	
DOTAÇÃO FINAL				27.059.742.323.754



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0616

ORGÃOS	TOTAL	JAN. A DEZ. /93	JAN. A DEZ. /93	TOTAL GERAL	TRANFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
	LEI 8.652, DE 29.04.93	TESOURO	INDIRETA	GESTÃO 10000	FUNDOS	EPU	OUTRAS TRANF. INTRAGOV.
CAMARA DOS DEPUTADOS	21.231.550.545,00	33.469.719.545,00	76.275.135,00	33.545.994.680,00	70.614.294,00	0,00	0,00
SENADO FEDERAL	18.606.348.907,00	30.034.010.907,00	307.812.399,00	30.341.823.306,00	287.784.907,00	0,00	0,00
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	6.936.855.751,00	12.195.946.220,00	0,00	12.195.946.220,00	0,00	0,00	0,00
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2.783.054.563,00	3.975.660.563,00	0,00	3.975.660.563,00	0,00	0,00	0,00
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	6.228.655.637,00	9.056.701.637,00	0,00	9.056.701.637,00	0,00	0,00	0,00
JUSTICA FEDERAL	16.069.722.454,00	32.484.435.454,00	0,00	32.484.435.454,00	0,00	0,00	0,00
JUSTICA MILITAR	2.210.957.300,00	4.348.266.300,00	0,00	4.348.266.300,00	0,00	0,00	0,00
JUSTICA ELEITORAL	11.616.310.037,00	21.556.548.286,00	37.867.500,00	21.594.415.786,00	37.867.500,00	0,00	37.867.500,00
JUSTICA DO TRABALHO	49.121.558.172,00	112.881.107.172,00	0,00	112.881.107.172,00	0,00	0,00	0,00
JUSTICA DO DF E TERRITORIOS	4.139.118.202,00	9.347.700.202,00	0,00	9.347.700.202,00	0,00	0,00	0,00
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	72.537.874.428,00	24.017.169.728,00	106.690.461.107,00	130.707.630.835,00	1.110.933.582,00	3.985.670.907,00	17.623.664,00
GABINETE DA PRESIDENCIA	2.300.394.693,00	1.887.375.800,00	3.906.814.756,00	5.794.190.556,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA	68.136.750,00	65.626.150,00	0,00	65.626.150,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇAO FEDERAL	1.472.607.557,00	1.196.131.713,00	868.600.765,00	2.064.732.478,00	103.041.082,00	0,00	0,00
SEC. DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	12.509.675.422,00	6.991.043.588,00	15.501.290.524,00	22.492.334.112,00	10.715.000,00	613.481.788,00	7.293.907,00
ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS	4.634.647.831,00	5.096.272.206,00	1.895.941.489,00	6.992.213.695,00	997.177.500,00	0,00	0,00
CONSULTORIA GERAL DA REPUBLICA	41.703.750,00	41.703.750,00	0,00	41.703.750,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DE PLANEJ. ORÇ. E COORDENAÇAO	51.510.708.425,00	8.350.151.521,00	84.517.813.573,00	92.867.965.094,00	0,00	3.372.189.119,00	10.329.757,00
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO	0,00	388.865.000,00	0,00	388.865.000,00	0,00	0,00	0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0617

ORGÃOS	TOTAL LEI 8.652, DE 29.04.93	JAN. A DEZ. /93 TESOURO	JAN. A DEZ. /93 INDIRETA	TOTAL GERAL GESTÃO 10000	TRANFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS FUNDOS	EPU	OUTRAS TRANF. INTRAGOV.
MINISTERIO DA AERONAUTICA	149.214.042.374,00	202.095.194.512,00	35.030.752.403,00	237.125.946.915,00	4.099.573.585,00	0,00	0
MIN..DA AGRICULT.ABAST.E REF.AGRARIA	318.111.332.801,00	64.815.871.460,00	425.585.826.650,00	490.401.698.110,00	3.448.220.684,00	8.629.473.088,00	26.127.228
MINISTERIO DO BEM-ESTAR SOCIAL	210.454.251.191,00	120.130.568.273,00	42.425.560.422,00	162.556.128.695,00	5.672.173.577,00	2.249.988.751,00	57.534.044
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	49.550.246.987,00	49.709.740.242,00	52.602.033.065,00	102.311.773.307,00	12.780.348.842,00	408.871.226,00	12.154.789.867
MINISTERIO DA FAZENDA	9.732.686.655.254,00	11.234.884.383.277,00	373.079.556.931,00	11.607.963.940.208,00	121.839.599.677,00	1.280.498.940,00	26.238.891.203
MIN. DA EDUCACAO E DO DESPORTO	333.630.538.607,00	208.920.847.773,00	552.342.386.694,00	761.263.234.467,00	9.140.720,00	66.936.857.173,00	2.066.602.226
MINISTERIO DO EXERCITO	162.406.722.028,00	333.584.781.913,00	41.917.077.812,00	375.501.859.725,00	257.386.709,00	0,00	958.119.546
MINIST. INDUSTRIA,DO COM. E DO TURISMO	9.349.786.097,00	1.841.795.153,00	19.408.675.497,00	21.250.470.650,00	112.177.979,00	0,00	4.000.000
MINISTERIO DA JUSTICA	31.046.241.535,00	48.626.717.482,00	7.518.865.359,00	56.145.582.841,00	1.515.167.076,00	370.111.251,00	2.311.007
MINISTERIO DA MARINHA	132.267.859.620,00	171.013.512.321,00	57.993.651.176,00	229.007.163.497,00	3.297.952.316,00	0,00	32.038.695
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	26.739.287.157,00	25.080.739.905,00	8.288.158.013,00	33.368.897.918,00	0,00	0,00	2.734.409.804
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	1.148.757.495.149,00	2.832.709.881.325,00	4.886.668.325.401,00	7.719.378.206.726,00	2.829.673.158.408,00	0,00	2.488.702.426.293
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	7.327.757.252,00	18.499.518.449,00	0,00	18.499.518.449,00	0,00	0,00	0
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	26.460.020.546,00	44.799.426.516,00	128.707.253,00	44.928.133.769,00	0,00	1.100.449,00	0
MIN. DA SAUDE-FUNDO NAC. DE SAUDE	321.172.382.234,00	211.487.326.005,00	1.217.057.815.186,00	1.428.545.141.191,00	150.434.724.551,00	54.216.333.837,00	163.794.760.574
MINISTERIO DO TRABALHO	487.102.980.084,00	1.324.707.223.745,00	1.327.646.889.942,00	2.652.354.113.687,00	1.289.613.148.243,00	57.503.750,00	2.191.675.000
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	228.229.004.230,00	97.710.782.930,00	244.236.756.560,00	341.947.539.490,00	15.798.379.251,00	13.921.229.571,00	9.114.241.698
MINISTERIO DAS COMUNICAÇOES	5.840.053.685,00	16.883.910.918,00	864.156.161,00	17.748.067.079,00	845.813.207,00	0,00	0
MINISTERIO DA CULTURA	4.653.320.841,00	5.009.377.919,00	15.711.976.144,00	20.721.354.063,00	1.106.206.200,00	280.209.349,00	2.491.852.032
MINISTERIO DA INTEGRAÇAO REGIONAL	205.789.590.431,00	95.156.024.326,00	195.754.344.317,00	290.910.368.643,00	168.300,00	2.074.458.415,00	2.023.216.723
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	23.724.542.987,00	8.756.806.115,00	27.218.742.040,00	35.975.548.155,00	740.745.428,00	2.110.455.000,00	19.151.950
RESERVA DE CONTINGENCIA	70.010.183.603,00	11.357.954.014,00	0,00	11.357.954.014,00	0,00	0,00	0
SUBTOTAL	13.684.524.294.693,00	17.127.782.384.573,00	9.531.480.257.026,00	26.659.262.641.599,00	4.441.244.084.753,00	152.537.090.800,00	2.712.612.147.890,00
TOTAL GERAL	13.896.006.300.689,00	17.421.149.650.587,00	9.638.592.673.167,00	27.059.742.323.754,00	4.442.751.285.036,00	156.522.761.707,00	2.712.667.639.054,00

OBS: Os valores da coluna EPU são referentes a administração indireta fonte 300

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE/POR ORGAO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0618

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	AUTORIZACAO LEGAL LEI DATA	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO DATA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LIQUIDO
SENADO FEDERAL						
.FUNDO ESP. DO SENADO	8.753	13.12.93	22.12.93	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00
JUSTIÇA MILITAR	8.759	14.12.93	23.12.93	7.425.000,00	0,00	7.425.000,00
	8.839	27.12.93	30.12.93	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
JUSTIÇA ELEITORAL	8.839	27.12.93	30.12.93	425.000,00	425.000,00	0,00
	8.469	15.09.93	14.09.93	22.584.804,00	0,00	22.584.804,00
JUSTIÇA DO TRABALHO	8.505	01.09.92	14.09.93	440.000,00	0,00	440.000,00
PRESIDENCIA DA REPUBLICA						
.SAE	8.750	13.12.93	14.12.93	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00
	8.758	13.12.93	29.12.93	4.552.671,00	0,00	4.552.671,00
.SEPLAN	8.758	13.12.93	29.12.93	43.400.000,00	0,00	43.400.000,00
MINISTERIO DA AERONAUTICA	8.757	13.12.93	23.12.93	687.000.000,00	687.000.000,00	0,00
MINISTERIO DA AGR. E REF. AGRARIA						
.TESOURO	8.750	13.12.93	14.12.93	106.082.041,00	0,00	106.082.041,00
.EMBRAPA	8.840	27.12.93	30.12.93	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
.INCRA	8.830	23.12.93	30.12.93	28.000.000,00	28.000.000,00	0,00
	8.841	27.12.93	30.12.93	436.646.122,00	0,00	436.646.122,00
	8.840	27.12.93	30.12.93	45.043.878,00	45.043.878,00	0,00
TOTAL				1.396.199.516,00	760.468.878,00	635.730.638,00

OBS: * RESERVA DE CONTINGENCIA.
** CANCELAMENTO E SUPLEMENTACAO.

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE/POR ORGAO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0619

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	DATA	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO DATA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LIQUIDO
MINISTERIO BEM-ESTAR SOCIAL						
.TESOURO	8.750	13.12.93	14.12.93	6.170.605.000,00	0,00	6.170.605.000,00
	8.796	21.12.93	30.12.93	80.000.000,00	0,00	80.000.000,00
.LBA	8.794	21.12.93	30.12.93	218.000,00	0,00	218.000,00
.FEHAP	8.750	13.12.93	14.12.93	5.670.937.000,00	0,00	5.670.937.000,00
MINISTERIO DA CIEN. TEC.						
.FNDCT	8.750	14.12.93	15.12.93	223.146.000,00	0,00	223.146.000,00
	8.782	21.12.93	30.12.93	222.500.000,00	0,00	222.500.000,00
	8.827	22.12.93	30.12.93	950.000.000,00	0,00	950.000.000,00
.PADCT	8.750	14.12.93	15.12.93	273.137.482,00	0,00	273.137.482,00
.FUNAT	8.782	21.12.93	30.12.93	30.047.490,00	0,00	30.047.490,00
.TESOURO	8.813	22.12.93	30.12.93	1.107.967.000,00	0,00	1.107.967.000,00
	8.782	21.12.93	30.12.93	30.047.490,00	0,00	30.047.490,00
.FINEP	8.750	14.12.93	15.12.93	223.146.000,00	0,00	223.146.000,00
	8.827	22.12.93	30.12.93	950.000.000,00	0,00	950.000.000,00
	8.813	22.12.93	30.12.93	1.098.067.000,00	0,00	1.098.067.000,00
	8.782	21.12.93	30.12.93	222.500.000,00	0,00	222.500.000,00
MINISTERIO DA FAZENDA						
.OCC	8.502	01.12.92	12.08.93	70.000.000.000,00	0,00	70.000.000.000,00
.EFU	8.502	01.12.92	12.08.93	2.100.000.000,00	0,00	2.100.000.000,00
.FETD	8.556	28.12.92	27.07.93	200.000,00	0,00	200.000,00
.TESOURO	8.486	18.11.92	26.11.92	21.779.261,00	0,00	21.779.261,00
.EFU	8.708	20.09.93	04.10.93	224.154.964.316,00	0,00	224.154.964.316,00
	8.828	22.12.93	30.12.93	22.735.347.200,00	0,00	22.735.347.200,00
.OCC	8.737	01.12.93	02.12.93	614.221.728,00	0,00	614.221.728,00
.TRANS.EST.MUN.	8.760	14.12.93	15.12.93	2.475.000,00	0,00	2.475.000,00
.TESOURO	8.824	22.12.93	30.12.93	3.834.304.458,00	0,00	3.834.304.458,00
.FUNCAFE	8.804	22.12.93	30.12.93	8.000.000.000,00	0,00	8.000.000.000,00
.CVM	8.793	21.12.93	30.12.93	70.000.000,00	0,00	70.000.000,00
OBS: * RESERVA DE CONTINGENCIA. ** CANCELAMENTO E SUPLEMENTACAO.						
TOTAL				348.785.610.425,00	0,00	348.785.610.425,00

ANEXOII2.WQ1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE/POR ORGAO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0620
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	AUTORIZACAO LEGAL LEI DATA	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO DATA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LIQUIDO
MINISTERIO DO EXERCITO	8.750	13.12.93	14.12.93	18.953.000.000,00	0,00	18.953.000.000,00
MINISTERIO DA JUSTIÇA						
.TESOURO	8.802	22.12.93	29.12.93	915.750,00	0,00	915.750,00
	8.769	21.12.93	29.12.93	20.248.090,00	0,00	20.248.090,00
.SECRETARIA DA PF	8.766	21.12.93	29.12.93	600.000,00	0,00	600.000,00
	8.751	13.12.93	29.12.93	5.500.000,00	0,00	5.500.000,00
MINISTERIO DA PREV. SOC.						
.INSS	8.695	28.08.93	17.09.93	424.215.000,00	0,00	424.215.000,00
	8.754	13.12.93	28.12.93	120.000.000,00	0,00	120.000.000,00
	8.752	13.12.93	28.12.93	20.323.962.000,00	0,00	20.323.962.000,00
.FPAS	8.695	28.08.93	17.09.93	424.215.000,00	0,00	424.215.000,00
	8.752	13.12.93	28.12.93	20.323.962.000,00	0,00	20.323.962.000,00
.TESOURO	8.752	13.12.93	28.12.93	20.323.962.000,00	0,00	20.323.962.000,00
	8.695	28.08.93	17.09.93	424.215.000,00	0,00	424.215.000,00
MINISTERIO DA SAUDE						
.TESOURO	8.800	22.12.93	30.12.93	60.000.000,00	0,00	60.000.000,00
.FNS	8.800	22.12.93	30.12.93	60.000.000,00	0,00	60.000.000,00
MINISTERIO DOS TRANSP.						
.DNER	8.791	21.12.93	29.12.93	32.711.000,00	0,00	32.711.000,00
.VALEC	8.832	23.12.93	31.12.93	233.991.450,00	0,00	233.991.450,00
.TESOURO	8.832	23.12.93	31.12.93	227.700.000,00	0,00	227.700.000,00
MINISTERIO DA CULTURA	8.679	13.07.93	12.08.93	531.000.000,00	0,00	531.000.000,00
	8.738	01.12.93	06.12.93	1.095.905.332,00	0,00	1.095.905.332,00
	8.763	14.12.93	28.12.93	9.800.000,00	0,00	9.800.000,00
OBS: * RESERVA DE CONTINGENCIA. ** CANCELAMENTO E SUPLEMENTACAO.						
TOTAL				83.595.902.622,00	0,00	83.595.902.622,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE/POR ORGAO
SUBTITULO	
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
1993	DEZEMBRO
EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0621

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	DATA	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO DATA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LIQUIDO
MIN. INTEGR. REGIONAL						
.TESOURO	8.705	09.09.93	04.10.93	800.000.000,00	0,00	800.000.000,00
	8.761	14.12.93	27.12.93	354.616.198,00	0,00	354.616.198,00
.SUDENE	8.750	13.12.93	14.12.93	52.507.594.746,00	0,00	52.507.594.746,00
.DNOCS	8.761	14.12.93	27.12.93	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
MINISTERIC DO MEIO AMB.						
.IBAMA	7.850	13.12.93	14.12.93	1.632.550.000,00	0,00	1.632.550.000,00
	8.816	22.12.93	29.12.93	450.000.000,00	0,00	450.000.000,00
	8.782	21.12.93	29.12.93	270.437,00	0,00	270.437,00
TOTAL				55.755.031.381,00	0,00	55.755.031.381,00

OBS: * RESERVA DE CONTINGENCIA.
** CANCELAMENTO E SUPLEMENTACAO.

ANEXOIII.WQ1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE/POR ORGAO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0622

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	AUTORIZACAO LEGAL LEI DATA	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO DATA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LIQUIDO
MINISTERIO DA EDUC.DESP.						
.CPII	8.817	22.12.93	30.12.93	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
.ETFAL	8.817	22.12.93	30.12.93	79.128,00	0,00	79.128,00
.ETFAM	8.817	22.12.93	30.12.93	200.000,00	0,00	200.000,00
.CEFETMA	8.834	23.12.93	30.12.93	1.376.000,00	0,00	1.376.000,00
.ETFPELOTAS	"	"	"	860.000,00	0,00	860.000,00
.ETFPI	8.817	22.12.93		1.169,00	0,00	1.169,00
	8.834	23.12.93		53.487.000,00	0,00	53.487.000,00
.ETFSC	8.817	22.12.93		16.211,00	0,00	16.211,00
.UFAL				10.032,00	0,00	10.032,00
	8.834	23.12.93		409.760,00	0,00	409.760,00
.UFBA	8.817	30.12.93		533.316,00	0,00	533.316,00
	8.834	23.12.93		748.833,00	0,00	748.833,00
.UFCE	8.817	22.12.93		270.777,00	0,00	270.777,00
.UFES				310.012,00	0,00	310.012,00
	8.834	23.12.93		8.788.821,00	0,00	8.788.821,00
.UFGO				1.312.630,00	0,00	1.312.630,00
.UFF	8.817	22.12.93		294.671,00	0,00	294.671,00
	8.834	23.12.93		20.000,00	0,00	20.000,00
	8.836	23.12.93		36.000,00	36.000,00	0,00
.UFJ.FORA	8.817	22.12.93		685.215,00	0,00	685.215,00
	8.834	23.12.93		180.970,00	0,00	180.970,00
.UFMG	8.817	22.12.93		1.521.332,00	0,00	1.521.332,00
	8.834	23.12.93		22.596.000,00	0,00	22.596.000,00
.UFPA	8.817	22.12.93		132.740,00	0,00	132.740,00
.UFPB				11.123.452,00	0,00	11.123.452,00
	8.834	23.12.93		167.844,00	0,00	167.844,00
.UFPN				111.741.985,00	0,00	111.741.985,00
.UFRN	8.817	22.12.93		124.771,00	0,00	124.771,00
	8.834	23.12.93		830.946,00	0,00	830.946,00
TOTAL				220.859.615,00	36.000,00	[illegible]

OBS: * RESERVA DE CONTINGENCIA.
** CANCELAMENTO E SUPLEMENTACAO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE/POR ORGAO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0623
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO	AUTORIZACAO LEGAL LEI DATA	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO DATA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LIQUIDO
.UFSC	8.834	23.12.93	30.12.93	112.500,00	0,00	112.500,00
	8.817	22.12.93		2.514.597,00	0,00	2.514.597,00
.UFRPE				9.900,00	0,00	9.900,00
	8.836	23.12.93		400.000,00	400.000,00	0,00
.UFRRJ	8.817	22.12.93		89.663,00	0,00	89.663,00
.FAC.CIEN.AGR. PA				300.798,00	0,00	300.798,00
	8.834	23.12.93		766.000,00	0,00	766.000,00
.FAC.MED.TRIANG.MIN.	8.817	22.12.93		7.839,00	0,00	7.839,00
.CEFETCSF				83.791,00	0,00	83.791,00
	8.834	23.12.93		45.261.000,00	0,00	45.261.000,00
	8.825	22.12.93		391.456,00	391.456,00	0,00
.CEFETMG	8.817	22.12.93		27.000,00	0,00	27.000,00
.CEFETPR				2.086.897,00	0,00	2.086.897,00
	8.834	23.12.93		26.955.000,00	0,00	26.955.000,00
.ETFENG.ITAJUBA				64.720,00	0,00	64.720,00
.ESC.PAUL.MED.				7.152.360,00	0,00	7.152.360,00
.FUFRO	8.836	23.12.93		247.000,00	247.000,00	0,00
.FUFRJ	8.817	23.12.93		138.486,00	0,00	138.486,00
	8.834	23.12 93		1.551.321,00	0,00	1.551.321,00
	8.836	23.12.93		9.000.000,00	9.000.000,00	0,00
.FUAM	8.834	23.12.93		592.560,00	0,00	592.560,00
.FUB	8.817	22.12.93		143.345,00	0,00	143.345,00
	8.834	23.12.93		537.200,00	0,00	537.200,00
.FUMA	8.817	22.12.93		658.241,00	0,00	658.241,00
	8.834	23.12.93		8.608.000,00	0,00	8.608.000,00
.FURS	8.817	22.12.93		200.000,00	0,00	200.000,00
.FUFAC	8.834	23.12.93		158.256,00	0,00	158.256,00
.FUFMT	8.817	22.12.93		662.045,00	0,00	662.045,00
	8.834	23.12.93		80.000,00	0,00	80.000,00
TOTAL				108.799.975,00	10.038.456,00	98.761.519,00

OBS: * RESERVA DE CONTINGENCIA.
** CANCELAMENTO E SUPLEMENTACAO.

ANEXOII6.WQ1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE/POR ORGAO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0624

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI		ABERTURA OU REABERTURA DECRETO	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LIQUIDO
	NUMERO	DATA	DATA			
.FUFO.PRETO	8.817	22.12.93	30.12.93	26.512,00	0,00	26.512,00
	8.834	23.12.93		30.889.000,00	0,00	30.889.000,00
.FUFPELOTAS	8.817	22.12.93		729.794,00	0,00	729.794,00
	8.834	23.12.93		17.252.000,00	0,00	17.252.000,00
.FUFPI	8.817	22.12.93		130.000,00	0,00	130.000,00
	8.834	23.12.93		519.304,00	0,00	519.304,00
.FUFS.CARLOS	8.817	22.12.93		4.231.709,00	0,00	4.231.709,00
.FUFSE				17.393,00	0,00	17.393,00
	8.834	23.12.93		1.422.000,00	0,00	1.422.000,00
.UFVIÇOSA				63.318.000,00	0,00	63.318.000,00
.FUFMS	8.817	22.12.93		209.340,00	0,00	209.340,00
	8.834	23.12.93		150.000,00	0,00	150.000,00
	8.836	23.12.93		330.000,00	330.000,00	0,00
.FES.S.JOAO DEL REI	8.817	22.12.93		793.347,00	0,00	793.347,00
	8.834	23.12.93		42.806.228,00	0,00	42.806.228,00
.FR.PINTO	8.817	22.12.93		42.262.476,00	0,00	42.262.476,00
.FNDDES	8.825	22.12.93		1.406.916.000,00	0,00	1.406.916.000,00
.FAE	8.817	22.12.93		13.278.650,00	0,00	13.278.650,00
.FNDEDUC	8.750	13.12.93		2.743.556,00	0,00	2.743.556,00
	8.834	23.12.93		1.009.159.500,00	0,00	1.009.159.500,00
OBS: * RESERVA DE CONTINGENCIA. ** CANCELAMENTO E SUPLEMENTACAO.						
TOTAL				2 637 184 809,00	330 000,00	2 636 854 809,00
TOTAL GERAL				492.499.588.343,00	770.873.334,00	491 728 715.009,00

ANEXOII7.WQ1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS ATE O ULTIMO QUADRIMESTRE/ ORGAO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0625
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ORGAO	AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO - DATA	ABERTURA OU REABERTURA DECRETO DATA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LÍQUIDO
MIN. DA INTEGRAÇÃO REGIONAL	8.644 - 31.03.93	11.03.93	200.000.000,00	0,00	200.000.000,00
	8.651 - 28.04.93	29.09.93	4.711.000.000,00	0,00	4.711.000.000,00
	8.704 - 09.09.93	10.08.93	6.000.000.000,00	0,00	6.000.000.000,00
	8.735 - 25.11.93	25.10.93	4.970.000.000,00	0,00	4.970.000.000,00
	MP 418 - 28.01.94	28.10.93	9.388.099.000,00	0,00	9.388.099.000,00
MIN. DA SAÚDE	8.736 - 29.11.93	27.07.93	35.000.000.000,00	0,00	35.000.000.000,00
MIN. DO EXERCITO	8.735 - 25.11.93	25.10.93	500.000.000,00	0,00	500.000.000,00
	TOTAL		60.769.099.000,00	0,00	60.769.099.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO ULTIMO QUADRIMESTRE/POR FINALIDADE	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0626
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO - DATA	ABERTURA DECRETO DATA	ORGAO	FINALIDADE	CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
8.753 - 13.12.93	22.12.93	SENADO FEDERAL	Administraçao e Coordenaçao dos serviços legislativos.	4.000.000,00	4.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
8.759 - 14.12.93	23.12.93	JUSTIÇA MILITAR	Serviços postais e de comunicaçoes.	7.425.000,00	7.425.000,00	7.425.000,00	0,00
8.839 - 27.12.93	30.12.93		Serviços postais e de comunicaçoes.	5.000.000,00	5.000.000,00	4.444.291,26	555.708,74
8.459 - 15.09.92	14.09.93	JUSTIÇA ELEITORAL	Realizar as eleiçoes e promover o alistamento eleitoral e manutençao do serviço de proc. de dados.	22.584.804,00	22.584.804,00	22.584.804,00	0,00
8.839 - 27.12.93	30.12.93		Processamento de causas	425.000,00	425.000,00	424.500,00	500,00
8.505 - 01.09.92	14.09.93	JUSTIÇA DO TRABALHO	Reparos e Conservaçao de Imoveis	440.000,00	440.000,00	0,00	0,00
8.750 - 13.12.93	14.12.93	SEC. DE ASS. ESTRAT.	Desenv. de açoes de carater sigiloso.	2.600.000,00	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00
8.758 - 13.12.93	29.12.93		Desenv. de açoes de carater sigiloso.	4.552.671,00	4.552.671,00	4.046.937,06	505.733,94
8.758 - 13.12.93	29.12.93	SEC. DE PLAN. ORÇ. COORI	Estudo e pesq. socio-economicos.	43.400.000,00	43.400.000,00	0,00	43.400.000,00
8.757 - 13.12.93	23.12.93	MIN. DA AERONAUTICA	Modernizaçao de aeronaves	687.000.000,00	687.000.000,00	0,00	687.000.000,00
8.750 - 13.12.93	14.12.93	MIN.AGRI. REF. AGRARIA	Organizaçao intern. do cacau - DICC.	89.074.545,00	89.074.545,00	89.074.545,00	0,00
			Comite de sanidade veg. do Cone-Sul-COSAT.	17.007.496,00	17.007.496,00	17.007.496,00	0,00
8.830 - 23.12.93	30.12.93		Assentamento de rurais no Est. do R.S.	28.000.000,00	28.000.000,00	28.000.000,00	0,00
8.841 - 27.12.93	30.12.93		Adm. dos Projetos de regularizaçao fundiaria	100.000.000,00	100.000.000,00	96.651.670,00	3.348.330,00
			Adm. de projetos de Assent. de trab. rurais	300.000.000,00	300.000.000,00	63.966.569,00	20.545.069,00
			Auxilio-creche	36.646.122,00	36.646.122,00	0,00	36.646.122,00
8.840 - 27.12.93	30.12.93		Implan. e consolidacao de proj. na reg. norte	7.098.000,00	7.098.000,00	0,00	7.098.000,00
			Auxilio Creche	37.945.878,00	37.945.878,00	0,00	37.945.878,00
			Infra-estrutura de pesquisa Agropecuaria	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
8.750 - 13.12.93	14.12.93	MIN. BEM ESTAR SOCIAL	Fundo de custeio de prog. de hab. popular	5.670.937.000,00	5.170.937.000,00	5.170.937.000,00	0,00
			Apoio e incentivo a habitaçao popular	499.668.000,00	499.668.000,00	497.770.758,00	1.897.242,00
8.814 - 22.12.93	30.12.93		Apoio e incentivo a habitaçao popular	80.000.000,00	80.000.000,00		
8.794 - 21.12.93			Conser.e recup. de unidades operacionais	218.000,00	218.000,00	0,00	218.000,00
8.750 - 13.12.93	14.12.93	MIN. DA CIEN. E TEC.	Fun. Nac. de desenvol. cientifico e tecnologico	145.045.000,00	145.045.000,00	145.045.000,00	0,00
			Educaçao para a ciencia	184.278.405,00	184.278.405,00	184.278.405,00	0,00
			Manutençao SPM	60.585.969,00	60.585.969,00	60.585.969,00	0,00
			Provimento de insumos especiais - SPIN	28.273.108,00	28.273.108,00	0,00	0,00
			SUBTOTAL	8.065.204.998,00	7.565.204.998,00	6.396.842.944,32	844.160.583,68

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO ULTIMO QUADRIMESTRE/POR FINALIDADE	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0627

AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO - DATA	ABERTURA DECRETO DATA	ORGAO	FINALIDADE	CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
8.750 - 13.12.93	14.12.93	MIN. DA CIENCIA E TECNOL	Fun. Nac. de desenvol. cientifico e tecnologico	78.101.000,00	78.101.000,00	78.101.000,00	0,00
8.782 - 21.12.93	29.12.93		Fun. Nac. de desenvol. cientifico e tecnologico	87.500.000,00	87.500.000,00	0,00	87.500.000,00
				135.000.000,00	135.000.000,00	0,00	135.000.000,00
			Fun. de Amparo a tecnologia	30.047.490,00	30.047.490,00	0,00	30.047.490,00
8.799 - 22.12.93	29.12.93		Fun. Nac. de desenvol. cientifico e tecnologico	350.000.000,00	350.000.000,00	0,00	350.000.000,00
			Fun. Nac. de desenvol. cientifico e tecnologico	600.000.000,00	600.000.000,00	0,00	600.000.000,00
8.813 - 22.12.93	30.12.93		Fun. Nac. de desenvol. cientifico e tecnologico	1.098.067.000,00	1.098.067.000,00	212.439.000,00	885.628.000,00
			Apoio a ativ. de pesq. em Instit. complementares	9.900.000,00	9.900.000,00	9.900.000,00	0,00
8.708 - 20.09.93	04.10.93	ENC. FIN. DA UNIAO	Cobertura da difer. a menor resultante da aplic. interna de rec. capt. no exterior - CVM 044/76	100.842.006.102,00	100.842.006.102,00	77.124.499.000,00	23.717.507.102,00
			Caixa Economica Federal	84.863.519.334,00	84.863.519.334,00	63.102.747.000,00	21.76[illegible].772.334,00
			Resgate de açoes das Centrais Eletr. Bras. S/A	38.449.438.880,00	38.449.438.880,00	29.541.974.000,00	8.907.464.880,00
8.828 - 22.12.93	30.12.93		Bond-exchange agreement	22.735.347.200,00	22.735.347.200,00	0,00	22.735.347.200,00
8.752 - 13.12.93	28.12.93	ENC. PREV. DA UNIÃO	Pagamento de apos. e pensoes especiais	20.323.962.000,00	20.323.962.000,00	20.323.962.000,00	0,00
8.760 - 14.12.93	28.12.93	TRANSF. EST, DF e MUN.	Cont. da sede da proc. de Justiça do MS	2.475.000,00	2.475.000,00	0,00	2.475.000,00
8.486 - 18.11.93	04.10.93	MIN. DA FAZENDA	Manutençao do sistema de Comercio Exterior	21.579.261,00	21.579.261,00	21.579.261,00	0,00
8.824 - 22.12.93	30.12.93		Contruçao e impl. de unidades oper. de saude	3.834.304.458,00	3.834.304.458,00	3.834.304.458,00	0,00
8.793 - 21.12.93	30.12.93		Assitencia medica e odonto. a servidores	70.000.000,00	70.000.000,00	44.915.631,60	25.084.368,40
8.804 - 22.12.93	30.12.93		Administraçao operacional de estoque	8.000.000.000,00	8.000.000.000,00	0,00	8.000.000.000,00
8.750 - 13.12.93	14.12.93	MIN. DA EDUC. E DO DESPORTO	Desenvolvimento da educaçao especial	174.200,00	174.200,00	174.200,00	0,00
			Assis. tec. para o desenvol. da educ. especial	2.569.276,00	2.569.276,00	2.569.275,42	0,58
8.836 - 23.12.93	30.12.93		Coordenacao e manutençao do ensino	683.000,00	683.000,00	639.868,00	43.132,00
			Recup. das instituiçoes fis. do instr. tecnologico	391.456,00	391.456,00	391.456,00	0,00
			Operacionalizacao do sistema unico de saude	9.330.000,00	9.330.000,00	9.329.226,00	774,00
8.825 - 22.12.93	30.12.93		Est. e pesq. soc. e econ. na area do desporto	188.904.000,00	188.904.000,00	0,00	188.904.000,00
			Desenvolvimento de recursos humanos	198.849.000,00	198.849.000,00	0,00	198.849.000,00
			S U B T O T A L	281.932.148.657,00	281.932.148.657,00	194.307.525.376,02	87.624.623.280,98

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO ULTIMO QUADRIMESTRE/POR FINALIDADE	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0628
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO - DATA	ABERTURA DECRETO DATA	ORGAO	FINALIDADE	CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
8.825 - 22.12.93	30.12.93	MIN. DA EDUC.E DO DESPORTO	Fomento ao desporto de rendimento	176.976.000,00	176.976.000,00	0,00	176.976.000,00
			Estudo e fomento as atividades esportivas	99.424.000,00	99.424.000,00	0,00	99.424.000,00
			Fomento e desenvol. do desporto para pessoas	258.504.000,00	258.504.000,00	0,00	258.504.000,00
			Assist. ao atleta prof. e ao em formaçao	45.860.000,00	45.860.000,00	0,00	45.860.000,00
			Fomento ao desporto dos Est. e do D.F.	438.399.000,00	438.399.000,00	0,00	438.399.000,00
8.834 - 23.12.93	30.12.93		Coordenaçao e manutencao do ensino	157.539.394,00	205.241.056,18	165.156.970,62	40.084.085,56
			Contr. e ampl. de unid. de ens. pesq. e apoio	71.992.225,00	71.992.225,00	69.987.132,03	2.005.092,97
			Coodenaçao e manutençao de pesquisas	5.458.321,00	5.458.321,00	2.855.270,70	2.603.050,30
			Conc. de bolsas de estudo pos-graduacao	4.336.333,00	4.336.333,00	2.980.639,64	1.355.693,36
			Coordenacao e manutencao da extensao	9.130.223,00	9.130.223,00	2.638.650,00	6.491.573,00
			Erradicaçao do analf. e univer. do ens. fund.	47.109,00	47.109,00	47.109,00	0,00
			Instrumento para ensino e pesquisa	17.627.954,00	17.627.954,00	4.073.168,15	13.554.785,85
			Prestaçao de beneficios ao servidor publico	93.444,00	93.444,00	93.443,99	0,01
			Assintencia ao educando	9.010.000,00	9.010.000,00	2.038.400,00	6.971.600,00
			Capacitaçao de recursos humanos	261.321,00	261.321,00	247.555,56	13.765,44
			Recuperaçao das inst. fis. e do ens. instr. tecnica	71.519.914,00	71.519.914,00	64.896.845,39	6.623.068,61
			Urbanizaçao e infraestrutura	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
			Coor. e man. dos serv. administrativos	96.859.500,00	96.859.500,00	57.181.545,00	39.677.955,00
			Desenvolvimento do ensino fundamental	197.300.000,00	197.300.000,00	196.162.028,86	1.137.971,14
			Projeto Minha Gente	715.000.000,00	715.000.000,00	0,00	715.000.000,00
8.834 - 23.12.93	30.12.93		Operacionalizaçao do sistema unico de saude	101.500.000,00	101.500.000,00	1.500.000,00	100.000.000,00
			Assistencia medica e odontologica a servidores	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00
8.817 - 22.12.93	30.12.93		Rec. das inst. fis. e do instrumental tecno.	3.521.902,00	3.521.902,00	2.825.133,02	696.768,98
			Coordenaçao e manutençao do ensino	5.217.451,00	5.456.630,22	3.637.039,50	1.819.590,72
			Const. e Amp. de Unid. de ensino pesq. e apoio	3.264.013,00	3.264.013,00	3.241.442,90	22.570,10
			Coodenaçao e manutençao de pesquisa	1.091.589,00	1.091.589,00	919.304,69	172.284,31
			Concessao de bolsas de estudo pos-graduacao	14.794.628,00	14.794.628,00	3.827.932,00	10.966.696,00
			Desenvolvimento do ensino medio	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00
			Coordenacao e manutencao da extensao	162.906,00	2.670.022,09	261.562,63	2.408.459,46
			Capacitaçao de recursos humanos	577.091,00	577.091,00	472.951,23	104.139,77
			SUBTOTAL	2.507.768.318,00	2.558.216.275,49	585.144.124,91	1.973.072.150,58

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO ULTIMO QUADRIMESTRE/POR FINALIDADE	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0629
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO - DATA	ABERTURA DECRETO DATA	ORGAO	FINALIDADE	CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
8.817 - 22.12.93	30.12.93	MIN. DA EDUC. E DO DESPORTO	Concessao de bolsas de estudo	34.112,00	34.112,00	33.760,00	352,00
			Instrumental para ensino e pesquisa	2.252.693,00	2.252.693,00	2.191.002,14	61.690,86
			Prod. e veiculaçao de prog. educ. de radio e TV	42.262.476,00	42.262.476,00	42.055.669,96	206.806,04
			Coord. e manutençao dos serv. administrativos	300.000,00	300.000,00	61.373,00	238.627,00
			Aquisiçao prod. e distrib. de mat. escolar	5.000.000,00	5.000.000,00	1.317.103,75	3.682.896,25
			Operacionalizaçao do sistema unico de saude	338.486,00	338.486,00	338.486,00	0,00
			Assistencia medica e odonto. a sevidores	8.652,00	8.652,00	8.652,00	0,00
			Alimentaçao escolar	7.978.650,00	7.978.650,00	6.500.000,00	1.478.650,00
8.750 - 13.12.93	14.12.93	MINISTERIO DO EXERCITO	Modernizaçao da força Terrestre	18.953.000.000,00	18.953.000.000,00	0,00	18.953.000.000,00
8.751 - 13.12.93	29.12.93	MINISTERIO DA JUSTIÇA	Const. da escada de incendio do edificio sede	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00	5.500.000,00
8.802 - 22.12.93	29.12.93		Auxilio creche	915.750,00	915.750,00	0,00	915.750,00
8.766 - 21.12.93	29.12.93		Desen. de ações de carater sigiloso	4.552.671,00	4.552.671,00	4.046.937,06	505.733,94
8.769 - 21.12.93	29.12.93		Reintegração social	20.248.090,00	20.248.090,00	20.248.090,00	0,00
8.695 - 20.08.93	17.09.93	MIN. DA PREVID. SOCIAL	Promover a compl. de recursos para a consecuçao dos objetivos definidos pelos orgaos	424.215.000,00	424.215.000,00	424.215.000,00	0,00
8.754 - 13.12.93	28.12.93		Conclusao de obras de unidades de serviços	120.000.000,00	120.000.000,00	0,00	120.000.000,00
8.800 - 22.12.93	30.12.93	MINISTERIO DA SAUDE	Fundo nacional de saude	60.000.000,00	60.000.000,00		60.000.000,00
8.791 - 21.12.93	29.12.93	MIN. DOS TRASPORTES	BR 262 - ES Acesso Sula Vitoria	32.711.000,00	32.711.000,00	32.711.000,00	0,00
8.832 - 23.12.93	30.12.93		Const. Ampl. e recuperaçao de instal. portuarias	171.270.000,00	171.270.000,00	171.270.000,00	0,00
			Participaçao da uniao no capital de empresas	56.430.000,00	56.430.000,00	56.430.000,00	0,00
			Contruçao do trecho Imperatriz-Estreito	233.991.450,00	233.991.450,00	233.991.450,00	0,00
8.738 - 14.12.93	28.12.93	MINISTERIO DA CULTURA	Apoio financeiro a Orquestra Sinfonica Brasileira	9.800.000,00	9.800.000,00	0,00	9.800.000,00
8.738 - 01.12.93	06.12.93		Incentivo as atividades audiovisuais	1.095.905.332,00	1.095.905.332,00	1.095.905.332,00	0,00
8.705 - 09.09.93	04.10.93	MIN. INTEGR. REGIONAL	Sistema de abastecimento de agua em PE	800.000.000,00	800.000.000,00	800.000.000,00	0,00
8.750 - 13.12.93	14.12.93		Fortalecimento da Infra-estrutura hidrica do Piaui	95.395.844,00	95.395.844,00	95.395.844,00	0,00
			Fortalecimento da Infra-estrutura hidrica do CE	206.055.558,00	206.055.558,00	206.055.558,00	0,00
			Fortalecimento da Infra-estrutura hidrica da PB	171.757.130,00	171.757.130,00	171.757.130,00	0,00
			SUBTOTAL	22.519.922.894,00	22.519.922.894,00	3.364.532.387,91	19.155.390.506,09

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAC DOS CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO ULTIMO QUADRIMESTRE/POR FINALIDADE	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0630
GESTAO	ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO - DATA	ABERTURA DECRETO DATA	ORGAO	FINALIDADE	CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
8.750 - 13.12.93	14.12.93	MIN. DA INTEGR. REGIONAL	Fortalecimento da estrutura hidrica de PE	425.489.279,00	425.489.279,00	425.489.279,00	0,00
			Fortalecimento da estrutura hidrica de AL	191.274.980,00	191.274.980,00	191.274.980,00	0,00
			Fortalecimento da estrutura hidrica de SE	174.319.522,00	174.319.522,00	174.319.522,00	0,00
			Fortalecimento da estrutura hidrica da BA	1.022.136.225,00	1.022.136.225,00	1.022.136.225,00	0,00
			Fortalecimento da estrutura hidrica de MG	222.503.564,00	222.503.564,00	222.503.564,00	0,00
			Fortalecimento da estrutura hidrica do RN	101.721.790,00	101.721.790,00	101.721.790,00	0,00
			Fortalecimento da estrutura hidrica do MA	96.940.854,00	96.940.854,00	96.940.854,00	0,00
			Açoes Complementares contra os efeitos da seca	49.800.000.000,00	49.800.000.000,00	49.770.930.748,64	29.069.251,36
8.761 - 14.12.93	27.12.93		Construçao da adutora central potengi	60.000.000,00	60.000.000,00	60.000.000,00	0,00
			Construçao da adutora central Piranhas/Caico	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
			Construçao da adutora em Alexandria/RN	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00
			Construçao da adutora central Trairi/RN	214.616.198,00	214.616.198,00	214.616.198,00	0,00
			Construçao do dique de proteçao em Jucurutu	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
8.750 - 13.12.93	14.12.93	MIN. DO MEIO AMBIENTE	Unidades de conservaçao da natureza	1.532.550.000,00	1.532.550.000,00	1.532.000.000,00	550.000,00
			Proteçao do meio ambiente das comunidades	100.000.000,00	100.000.000,00	0,00	100.000.000,00
8.816 - 22.12.93	29.12.93		Proteçao do meio amb. das com. indigenas - PMAC	450.000.000,00	450.000.000,00	0,00	450.000.000,00
8.782 - 21.12.93	29.12.93		Proteçao do meio amb. das com. indigenas - PMAC	204.434,00	204.434,00	0,00	204.434,00
			Const. da sede do c. de bombeiros de Murais/MG	66.003,00	66.003,00	0,00	66.003,00
8.737 - 01.12.93	20.12.93	OPER. OFIC. DE CREDITO	Programa de aproveitamento de varzeas irrigaveis	614.221.728,00	614.221.728,00	0,00	614.221.728,00
			S U B T O T A L	55.096.044.577,00	55.096.044.577,00	53.901.933.160,64	1.194.111.416,36
			T O T A L G E R A L	370.121.089.444,00	369.671.537.401,49	258.555.977.993,80	110.791.357.937,69

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DOS CREDITOS EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO ULTIMO QUADRIMESTRE/POR FINALIDADE	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0631
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

AUTORIZACAO LEGAL LEI NUMERO DATA	ABERTURA DECRETO DATA	ORGAO	FINALIDADE	CREDITO AUTORIZADO	CREDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
8.735 - 25.11.93	25.10.93	MIN. DO EXERCITO	Distribuição emergêncial de alimentos	500.000.000,00	500.000.000,00	389.536.824,79	110.463.175,21
		JUSTIÇA REGIONAL	Distribuição emergêncial de alimentos	4.970.000.000,00	4.970.000.000,00	4.970.000.000,00	0,00
MP 418 - 28.01.94	28.10.93	J'USTIÇA REGIONAL	Ações compl. contra os efeitos das secas no NO	9.388.099.000,00	9.388.099.000,00	9.382.116.692,06	5.982.307,94
			TOTAL	14.858.099.000,00	14.858.099.000,00	14.741.653.516,85	116.445.483,15



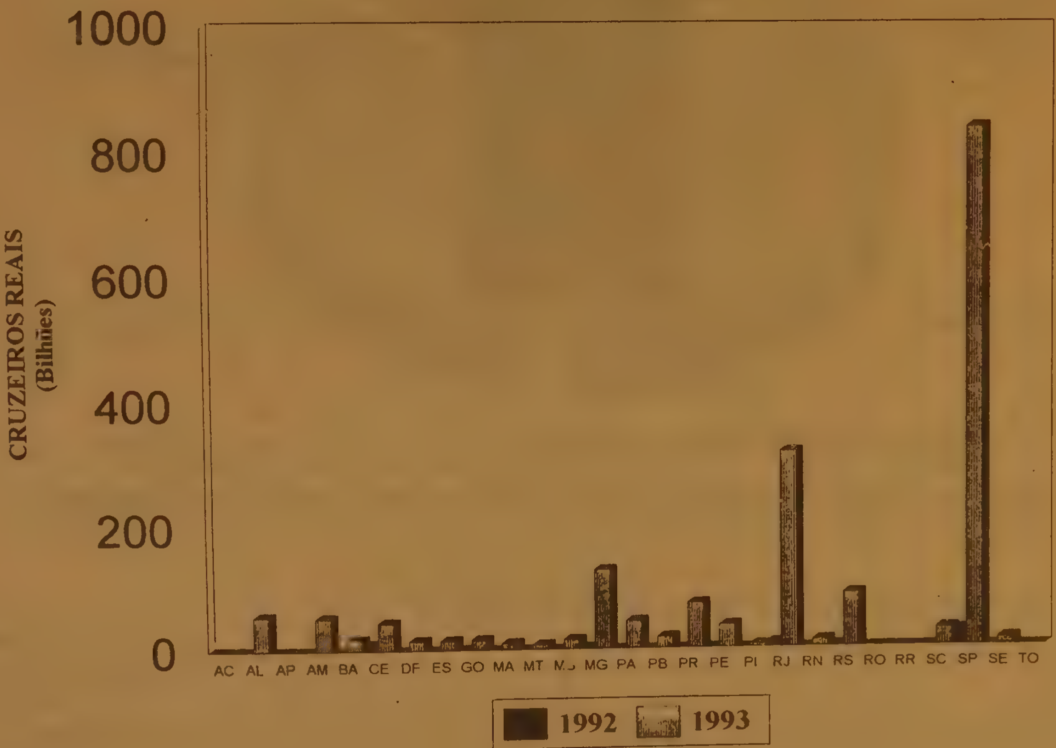
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0632
GESTAO	TESOURO NACIONAL		

UNIDADES FEDERATIVAS	SALDO - 1992	INSCRIÇÃO	RECEBIMENTO	CANCELAMENTO	CORREÇÃO MONETÁRIA OUTROS ACRESCIMOS	SALDO PARA JANEIRO / 94
ACRE	24.123.396,03	861.129.928,86	2.666.000,43	6.340.772,62	736.167.943,66	1.602.624.494,69
ALAGOAS	316.631.967,83	8.897.790.303,46	86.119.133,44	66.961.163,90	47.642.200.639,14	56.712.642.613,08
AMAPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMAZONAS	662.816.011,81	27.948.326.032,26	42.199.397,72	23.032.236.040,31	49.778.612.660,87	55.306.218.266,91
BAHIA	612.624.187,26	307.168.810,10	101.637.676,88	0,00	18.778.466.387,21	19.596.611.808,68
CEARA	12.097.798.001,62	12.629.861.246,72	42.293.018,92	8.386.286.677,34	31.079.680.889,46	47.279.761.441,54
DISTRITO FEDERAL	607.961.160,16	310.976.633,48	384.696.714,37	7.176.701.114,33	23.689.720.669,07	16.948.360.414,01
ESPIRITO SANTO	621.976.631,06	81.608.703,06	37.694.816,62	0,00	16.981.363.826,04	16.647.244.243,63
GOIAS	1.600.963.329,92	2.396.463.676,38	23.303.136,66	671.119.962,21	14.767.346.167,69	18.060.338.974,12
MARANHAO	166.449.081,04	194.442.862,60	16.871.617,19	0,00	11.909.310.360,04	12.242.330.676,39
MATO GROSSO	238.038.706,77	466.830.803,67	23.348.947,12	211.276.728,64	9.039.186.166,34	9.499.429.989,92
MATO GROSSO DO SUL	661.302.642,26	43.660.867,94	9.379.170,20	21.118.849,92	16.263.499.606,33	16.827.864.996,40
MINAS GERAIS	2.770.132.087,08	42.604.301,12	2.682.483.467,18	12.648.371,34	130.266.477.293,86	130.373.981.863,63
PARA	626.980.236,14	1.109.987.004,82	19.867.820,70	3.100.721,41	43.816.166.676,02	46.630.166.273,87
PARAIBA	966.167.796,74	0,00	28.616.233,80	493.266.629,27	18.849.346.376,21	19.283.632.407,88
PARANA	1.418.201.103,88	3.810.936.678,49	49.717.044,46	70.982.647,47	69.166.227.721,34	74.263.666.711,78
PERNAMBUCO	1.610.327.872,70	37.463.106.766,64	46.482.673,30	0,00	177.190.724,72	39.196.142.680,76
PIAUI	190.816.467,09	48.727.989,16	7.914.983,66	6.346.601,86	6.636.277.037,62	6.862.661.008,46
RIO DE JANEIRO	8.684.783.100,33	10.277.422.877,21	2.638.267.966,68	1.639.336.799,23	306.706.860.839,87	320.291.462.062,60
RIO GRANDE DO NORTE	304.267.182,83	18.466.126,69	4.621.996,16	21.300,67	12.300.640.161,34	12.618.720.174,04
RIO GRANDE DO SUL	3.230.303.614,03	2.628.416.667,68	383.140.631,89	176.664.369,39	82.310.794.120,64	87.609.708.210,87
RONDONIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RORAIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANTA CATARINA	842.296.990,09	0,00	63.202.660,92	0,00	29.314.284.683,63	30.093.379.022,70
SAO PAULO	27.972.000.203,48	19.816.402.082,60	2.677.976.641,42	1.440.926.333,19	797.717.866.746,66	841.487.367.068,02
SERGIPE	161.990.903,76	1.666.928.648,66	21.836.372,21	6.710.186,68	12.346.118.791,91	14.036.492.686,44
TOCANTINS	0,00	0,00	1.424.667,64	0,00	1.424.667,64	0,00
TOTAL	65.946.862.360,88	130.680.916.499,08	9.294.349.646,36	43.408.042.049,68	1.746.242.989.912,99	1.890.168.366.068,02

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DA DIVIDA ATIVA DA UNIAO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	TESOURO NACIONAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0633



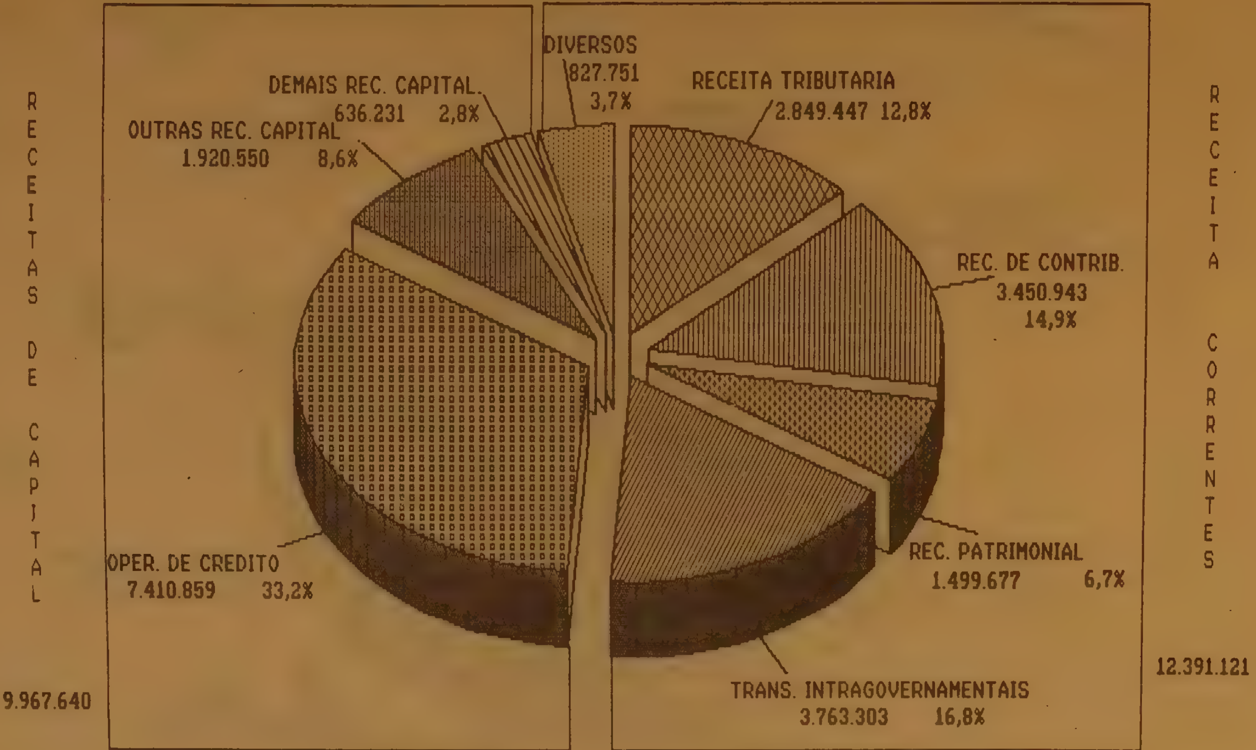
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DA DIVIDA ATIVA DA UNIÃO	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0634
GESTAO	TESOURO NACIONAL		

DEMONSTRAÇAO DA DIVIDA ATIVA DA UNIAO
GESTAO TESOURO NACIONAL 01 A 12/93



TITULO	DEMONSTRACAO DA EXECUÇÃO DA RECEITA	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0635



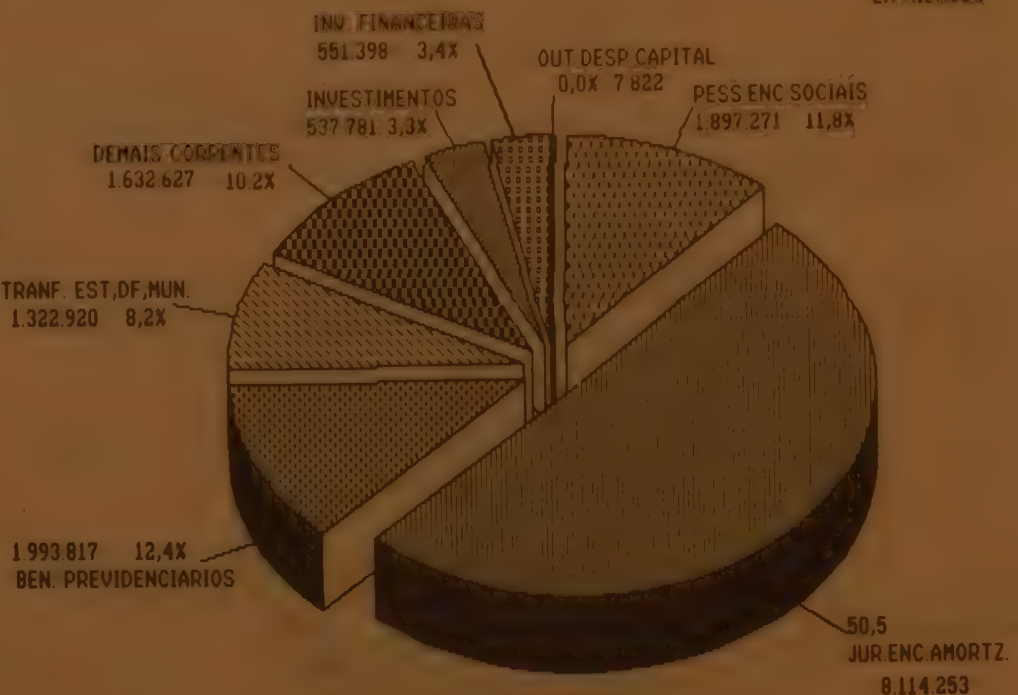
TOTAL GERAL : 22.358.761

DIVERSOS :
DEMAIS REC. CORRENTES - 2,0% - 451.247
OUTRAS REC. CORRENTES - 1,6% - 376.504

DINCO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

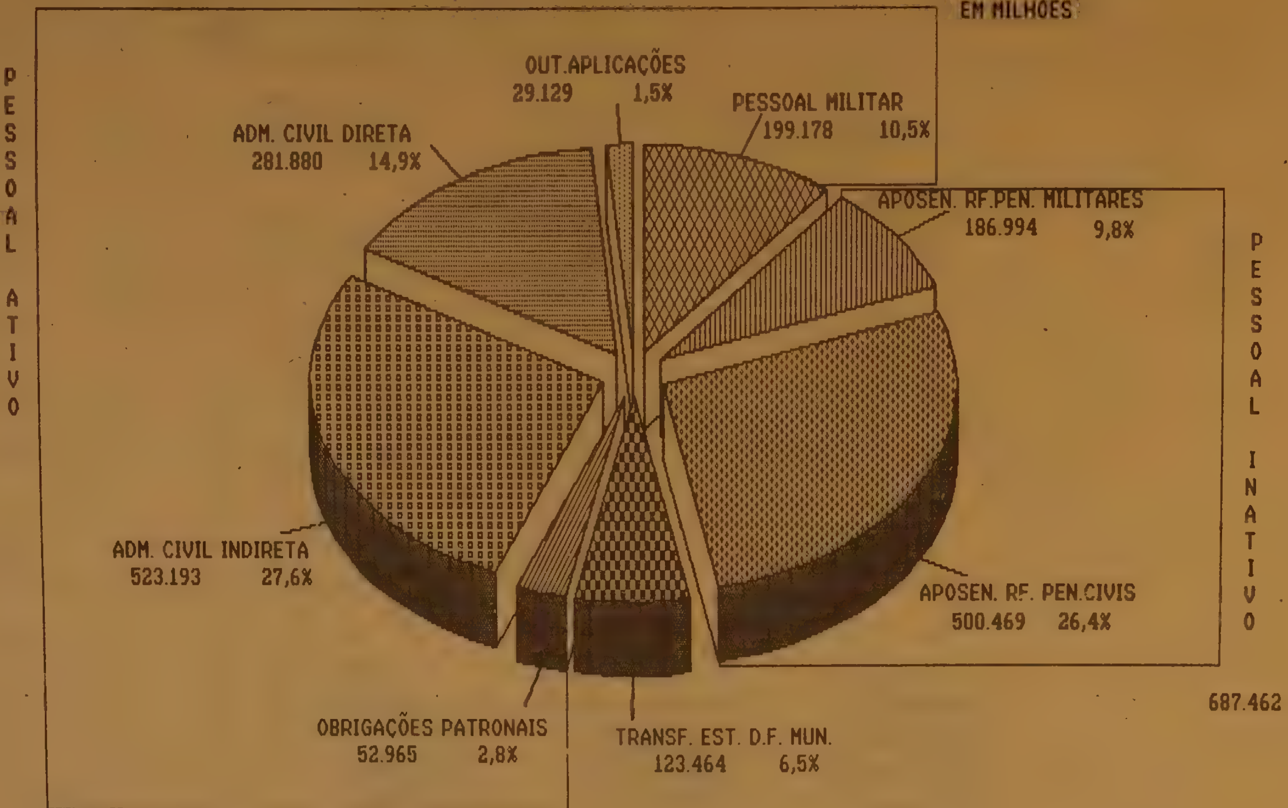
TITULO	DEMONSTRACAO DA EXECUÇÃO DA DESPESA	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0636
GESTÃO	ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL		



TOTAL GERAL : 16 057.883

DINCO

TITULO	DEMONSTRACAO DA EXECUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0637
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	PATRIMONIO LIQUIDO EXERCÍCIO : 1993	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0638

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	SALDO DE ABERTURA	SALDO EM 31/12/93	AJUSTE DO PATRIMÔNIO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	(116.473.855.212,60)	(102.084.858.531,54)	14.388.996.681,06
AUTARQUIA	311.758.828.237,64	156.480.797.538,46	(155.278.030.699,18)
FUNDAÇÃO	3.802.962.923,76	7.404.278.720,77	3.601.315.797,01
EMPRESA PÚBLICA	8.213.024.847,89	213.268.287.604,85	205.055.262.756,96
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	5.467.111.226,08	1.048.427.403.600,77	1.042.960.292.374,69
FUNDO	88.772.118.683,00	742.885.394.116,26	654.113.275.433,26
TOTAL	301.540.190.705,77	2.066.381.303.049,57	1.764.841.112.343,80

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DA DIFERENÇA PROVENIENTE DA APLICAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO DAS UNIDADES GESTORAS DO EXTERIOR	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO			
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0639

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO UG NO EXTERIOR	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CALCULADO A TAXA DE 31.12.93	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CALCULADO A TAXA MÉDIA DO EXERCÍCIO DE 1993	DIFERENÇA
I - ADMINISTRAÇAO DIRETA	28.793.809.665,72	107.155.243.270,72	78.361.433.596,00
Estado-Maior das Forças Armadas			
Represent.do Brasil na Junta Interam.Defesa	60.276.049,60	245.624.902,12	185.348.852,52
Estado-Maior das Forças Armadas-Exterior	21.619.525,60	88.099.566,82	66.480.041,22
Ministério da Aeronáutica			
Comissao Aeron.Brasileira em Washington	261.398.735,72	1.039.219.363,96	777.820.628,24
Comissao Aeron.Brasileira na Europa	106.732.440,66	424.326.532,38	317.594.091,72
Subdiretoria de Pagamento Pessoal/Exterior	26.247.597,30	104.350.203,90	78.102.606,60
Ministério da Ciência e Tecnologia			
Inst.Nac.de Pesquisas Espaciais - N.Iorque	141.657.047,22	584.559.469,68	442.902.413,46
Ministério das Relaçoes Exteriores			
Escritório Financeiro em Nova Iorque	17.110.482.398,24	63.386.559.793,48	46.276.077.395,24
Ministério do Exército			
Comissao Exército Brasileiro em Washington	3.183.534.976,44	11.404.751.673,84	8.221.216.697,40
Ministério da Marinha			
DACM - Sistema - Exterior	27.250.117,38	103.296.956,58	76.046.839,20
Diretoria Finanças - Sistema p/ o Exterior	(3.881.286.158,40)	(14.712.782.414,40)	(10.831.496.256,00)
Comissao Naval Brasileira em Washington	4.228.642.674,76	16.029.505.953,16	11.800.863.278,40
Comissao Naval Brasileira na Europa-Londres	7.507.254.261,20	28.457.731.269,20	20.950.477.008,00
II - FUNDAÇOES	1.493.751.924,11	5.509.295.202,62	4.015.543.224,51
CNPq. Atividades no Exterior	588.081.291,32	822.809.071,04	234.727.725,72
CAPES	905.670.632,79	4.686.486.131,58	3.780.815.498,79
SUBTOTAL	30.287.561.589,83	112.664.538.473,34	82.376.976.820,51



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ANEXO II

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DA DIFERENÇA PROVENIENTE DA APLICAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO DAS UNIDADES GESTORAS DO EXTERIOR
SUBTITULO	
GESTAO .	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES	EMISSAO	FOLHA
1993	DEZEMBRO	31/12/93	0640

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO UG NO EXTERIOR	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CALCULADO A TAXA DE 31.12.93	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CALCULADO A TAXA MÉDIA DO EXERCÍCIO DE 1993	DIFERENÇA
III - FUNDOS	27.605.104.143,38	104.821.502.321,68	77.216.398.178,30
Estado-Maior das Forças Armadas/Fundo do EMFA			
Estado-Maior das Forças Armadas-Exterior	34.857.625,60	142.044.824,32	107.187.198,72
Ministério da Aeronáutica/Fundo Aeronáutico			
Comissao Aeron.Brasileira em Washington	919.006.600,74	3.653.611.607,82	2.734.605.007,08
Ministério do Exército/Fundo do Exército			
Comissao Exército Brasileiro em Washington	4.548.127,22	16.293.290,92	11.745.163,70
Ministério da Marinha/Fundo Naval			
Diretoria Finanças - Sistema p/ o Exterior	509.261,90	1.930.457,90	1.421.196,00
Comissao Naval Brasileira em Washington	3.763.188,00	14.265.108,00	10.501.920,00
Comissao Naval Brasileira na Europa-Londres	1.016.634.603,60	3.853.754.427,60	2.837.119.824,00
DADM - Fundo Naval/Exterior	88.349.091,72	334.904.696,52	246.555.604,80
Fundo Naval CNBW	16.849.693.498,74	63.872.093.960,34	47.022.400.461,60
Fundo Naval/CNBE	8.687.742.145,86	32.932.603.948,26	24.244.861.802,40
SUBTOTAL	27.605.104.143,38	104.821.502.321,68	77.216.398.178,30
TOTAL GERAL	57.892.665.733,21	217.486.040.796,02	159.593.374.998,81

TITULO	CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0641
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ORGÃO	VALOR
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	8.506.456.620,37
OBS: Correção feita com base na lei 8.200/91 regulada pelo Decreto 332/91	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DA DIFERENÇA PROVENIENTE DA PROVISÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO	RELATIVO A LUCROS A REALIZAR EM EXERCÍCIOS FUTUROS	EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0642
GESTÃO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO UNIDADE GESTORA	PATRIMONIO LIQUIDO CALCULADO EM 31/12/93	PATRIMONIO LIQUIDO APÓS A PROVISÃO SEM IMPOSTO DE RENDA	DIFERENÇA
EMPRESA PÚBLICA GEIPOT	3.567.465.730,02	3.221.218.696,02	346.247.034,00

TITULO	SUMÁRIO DE ALTERAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL -1993	EXERCICIO 1993	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/93	FOLHA 0643
GESTAO	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ORGÃOS	VINCULAÇÃO ANTERIOR	VINCULAÇÃO ATUAL
ORGÃOS TRANSFORMADOS		
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE VITÓRIA S. ANTÃO	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SATUBA	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO - SE	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CATU - BA	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BAMBUÍ - MG	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARBACENA - MG	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES - MG	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE JANUÁRIA MG	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MACHADO - MG	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO - MG	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO POMBA - MG	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SALINOS - MG	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE S.J. EVANGELISTA - MG	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERABA - MG	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERLÂNDIA - MG	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRE - ES	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLATINA - ES	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA TERREZA - ES	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ - GO	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CONCÓRDIA - SC	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE PRUDENTE JK - RS	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO - RS	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRETE - RS	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE S.V. DO SUL - RS	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CÁCERES - MT	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CUIABÁ -MT	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO VERDE - GO	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARREIROS - PE	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO LUIZ - MA	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CRATO - CE	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUATU - CE	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUZA -PB	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BELO JARDIM - PE	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ARAGUATINS - TO	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE D. AVELAR. B. VILELA - PE	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CERES - GO	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE - RO	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE S. GABRIEL DE CACHOEIRA - AM	MEC	MEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRIO - SC	MEC	MEC
FONTE : LEI 8.731, DE 16 . 11 . 93		

Í N D I C E

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Página

Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70604-900 Brasília, Distrito Federal


BRASIL
UNIÃO DE TODOS


IMPRENSA NAC
1808